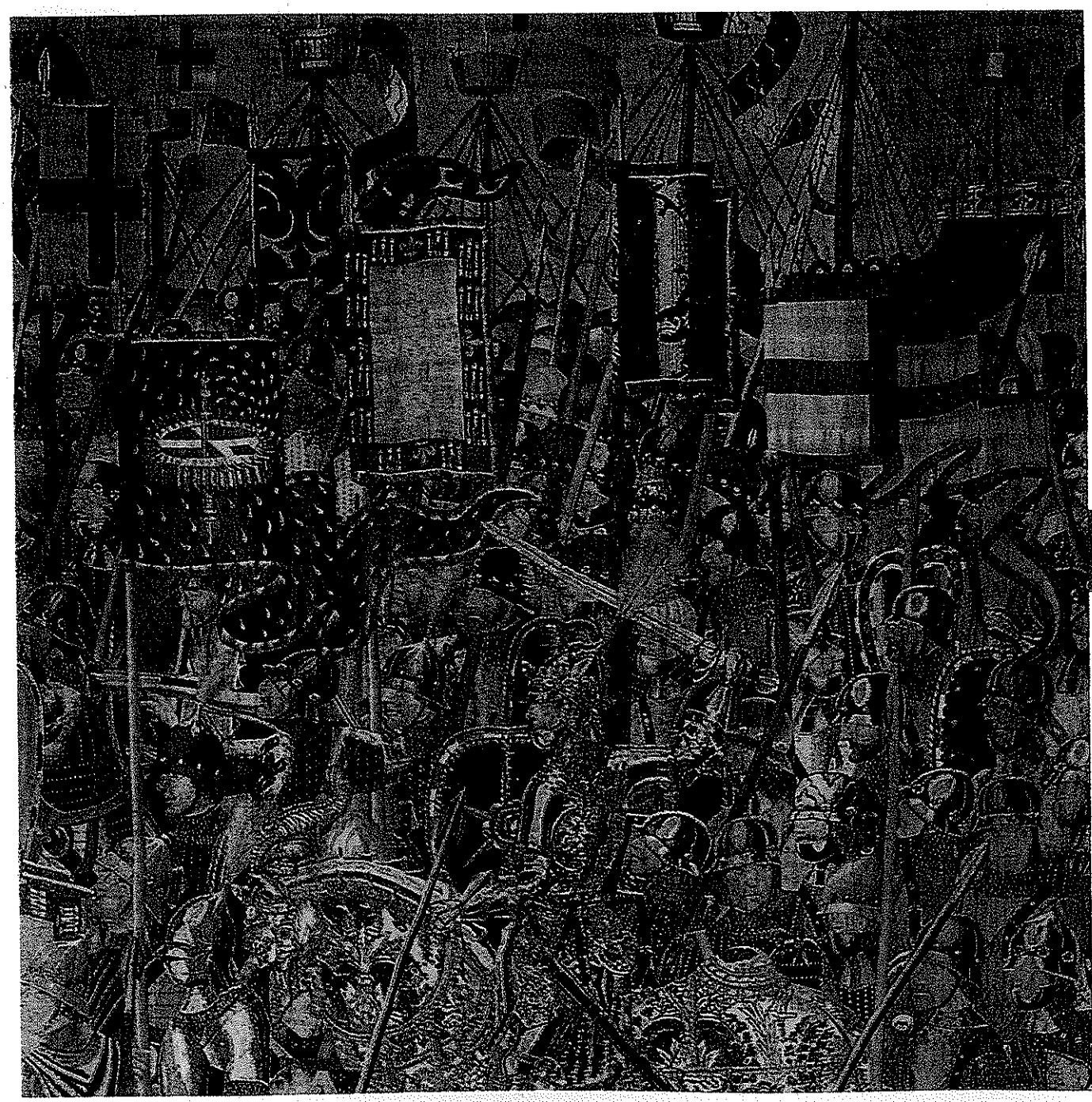
HUMBERTO BAQUERO MORENO
ISABEL VAZ DE FREITAS

A Corte de Afonso V o Tempo e os Homens



TREA
REIS DE PORTUGAL

Humberto Baquero Moreno
Isabel Vaz de Freitas

A Corte de Afonso V: o Tempo e os Homens

EDICIONES TREA

ESTUDOS HISTÓRICOS O OLMEDAL
COLECÇÃO REIS DE PORTUGAL

PRIMEIRA EDIÇÃO Março de 2006

© DO TEXTO Humberto Baquero Moreno e Isabel Vaz de Freitas, 2005

© DESTA EDIÇÃO Ediciones Trea, S. L.
Polígono de Somonte
María González la Pondala, 98, nave D
33393 Somonte-Cenero. Gijón (Espanha)
Tel.: 0034 985 303 801 / Fax: 0034 985 303 712
E-mail: trea@trea.es
www.trea.es

DIRECÇÃO EDITORIAL Álvaro Díaz Huici
COORDENAÇÃO Frei Valentín de la Cruz e Gonzalo Allegue
PRODUÇÃO José Antonio Martín
CORRECÇÃO Raquel Bello Vázquez e Antia Cortiças Leira
FOTOMECÂNICA Fotomecánica Principado
DESIGN ORIGINAL Impreso Estudio (Victoria Ocio + Helios Pandiella)
IMPRESSÃO Gráficas Ápel
ACABAMENTOS Encuadernaciones Cimadevilla

Depósito Legal: As. 233-2006
ISBN: 84-9704-231-X

impresso em Espanha. *Printed in Spain*

Reservados todos os direitos. Proibida a reprodução no todo ou na parte, a incorporação a sistemas informáticos ou a transmissão por qualquer forma, seja esta electrónica, mecânica, por fotocópia, gravação ou qualquer outra, sem a prévia autorização escrita de Ediciones Trea, S. L.

1. A época de D. Afonso V

As diversas catástrofes que se abateram sobre a Europa do século XIV e da primeira metade do século XV, com destaque para a Peste Negra, a Guerra dos Cem Anos, o Cisma e o progresso dos turcos sobre o ocidente cristão, provocaram uma crise de mentalidades generalizada que iria modificar os comportamentos do homem nos séculos seguintes.

O sentimento de culpa que identificava os males do mundo com os erros praticados pelos cristãos e a crença na proximidade do fim do mundo mudavam a postura dos homens perante a ameaça do inferno e perante a perspectiva da morte. Deus surge como um julgador sem perdão que decide sobre o destino da vida além-túmulo. Crescem as correntes de anti-semitismo e de anti-clericalismo que marcam as consciências mais perturbadas pela crise instalada.

Multiplicam-se os ideais de cavalaria, o misticismo e a magia; aumentam as igrejas, as capelas e a oração. O mundo abre-se às missões, nas quais os frades mendicantes assumem papel de relevo: franciscanos e dominicanos enchem as cidades, rumam para o Oriente e promovem encontros com comunidades não cristãs, criam-se escolas de línguas orientais, e o fascínio pelo Oriente desperta as massas enegrecidas pelo marasmo de uma longa crise.

A Europa vive uma intensa crise que ronda os anos de 1350 a 1450. Vários motivos de ordem geral proporcionaram a quebra drástica do crescimento internacional, outros de ordem particular atingiram individualmente reinos que tentam desesperadamente sair do marasmo em que se viram incluídos.

O índice demográfico da população europeia desceu vertiginosamente e a crise alastrou-se pelos campos e pelas cidades. Os bairros e os arrabaldes urbanos reduziram-se; casas e terras abandonaram-se. A produtividade do campo e da cidade desce, arrastando os homens para a crise, para a fome e para a morte. As guerras e as epidemias, entre elas a devastadora Peste Negra, acentuaram a ruína.

Perante a situação de abandono das actividades económicas e a consequente quebra de rendimentos, a recessão económica instala-se. As trocas comerciais e as operações financeiras descem os seus níveis e diminuem a frequência, causando escassez nos mercados e dificuldades no poder de compra. As fomes sucedem-se, e a mortalidade manifesta-se crescente.

Apesar da tendência generalizada de crise, esta não foi contínua no espaço abrangido. Algumas regiões e algumas cidades alcançaram algum desenvolvimento, sobretudo as que se encontravam ligadas a actividades comerciais portuárias. É o caso das cidades da Hansa ou as cidades italianas, que atingem grande desenvolvimento.

Superado o caos, a Europa vai seguir um rumo diferente. Campos e cidades saem paulatinamente do marasmo em que se viram incluídos no século XIV, lançam-se em novas aventuras e promovem outros negócios.

Em meados do século XV, é notório o crescimento paulatino da economia que arrasta consigo alguma esperança de um mundo melhor. Este incremento das actividades económicas e financeiras nos finais da Idade Média promoveu algumas mudanças nas questões sociais e no quotidiano do homem do século XV.

Os núcleos urbanos crescem em número demográfico, obrigando a mudanças profundas nas estruturas de produção e no abastecimento de produtos, sobretudo de bens de primeira necessidade. Surgem novas indústrias, com relevo para a dos têxteis –a grande indústria da Idade Média–, com utilização crescente de linhos, cânhamo e seda. O tráfego de vinhos, sal e tecidos anima as transacções económicas e une as principais cidades do Atlântico e do Mediterrâneo. A incessante procura de metal precioso lança o mundo na aventura da expansão e na procura de novos mercados. O fascínio pelo Oriente e pelas realidades que oculta irá marcar a ilusão do dia a dia.

O mar domina como meio de ligação de terras e homens, o que não significa, porém, que as vias marítimas substituam as terrestres. Pelo contrário, a acompanharem o desenvolvimento demográfico, surgem novas vias, novos caminhos, novas rotas, algumas das quais não se livram da decadência vitimada pela concorrência dos novos mercados localizados às portas do mar. É o caso das grandes deslocações que ligam o Mediterrâneo ao Norte da Europa.

Da mesma forma, as feiras e os mercados terrestres não sofreram grandes inconvenientes. Alguns casos apontam-se, como o das feiras de Champagne, que sofreram uma diminuição no volume de tráfego e de frequência; outros, pelo contrário, com o maior volume de produtos e de novidades em circulação, animam-se.

O Mediterrâneo conserva a sua importância como suporte de cruzamento de rotas, mas enfrenta agora a grande concorrência do Atlântico por onde correm as novas vias de acesso ao ouro, aos escravos, ao açúcar e às especiarias, as novas artérias da sobrevivência e do enriquecimento fácil.

Muda-se o mapa comercial, marcam-se novos rumos para a Europa e crescem atitudes expansionistas que levavam os reinos a sair para o exterior: Portugal avança sobre Marrocos (1415) e sobre as ilhas do Atlântico, Aragão volta-se para o Mediterrâneo, D. Afonso V de Aragão (a partir de 1416) incide sobre as cidades italianas o centro da sua política, e Castela volta as suas atenções para Granada e para as novas rotas do Atlântico, nas quais as Canárias desempenham papel fundamental. Os reinos ibéricos assumiam assim uma postura de relacionamento externo como meio de solucionar as questões internas e de dar cobertura a distintos ideais que moviam a sociedade em geral.

No século XV, o comércio assentava em vias de comunicação e em transportes ainda com deficiente desenvolvimento, mas eficazes e suficientes para as necessidades da época. Articulava-se por uma larga extensão territorial, e chegava a todos os povoados através de uma rede de comerciantes e de rotas que acercavam a todo o lado os produtos mais necessários e os mais pretendidos.

O desenvolvimento urbano e dos grupos citadinos, nomeadamente mercadores e artesãos, vão marcar presença nas esferas do poder e do prestígio social. A nobreza alarga o seu âmbito de acção e exerce a sua influência cada vez mais acentuadamente em meios onde o prestígio económico domina. A velha ou nova nobreza de cariz senhorial continua ameaçadora e, agora, mais forte do que nunca bafejada pela sorte de títulos que lhe conferem distinção social. O choque com a realeza será inevitável. As cortes e a corte transformam-se, e do marasmo passam à opulência, onde a presença da cultura e da ciência é uma constante.

Entre os homens que mudaram o mundo nos séculos XIV e XV, encontramos Petrarca (1302-1374). Possuidor de um poder de oratória e de eloquência que poucos manifestavam, ficou conhecido pela sua paixão pelos clássicos e pela instituição da nova corrente humanista que iria percorrer o mundo e quebraria com os autores escolásticos. Os humanistas pretendiam divulgar o saber clássico e, através dele, mudar a visão do mundo, regressando ao tempo da Antiguidade Clássica e ao espaço das civilizações do Mediterrâneo.

Os primeiros humanistas (Boccaccio, Petrarca, Leonardo Bruni, Filelfo, Valla, Poggio Bracciolini, Lorenzo Valla, Eneias-Silvio e Nicolau de Cusa), situados entre os últimos anos de trezentos e o século de quatrocentos, reavivaram os clássicos e os modelos da Antiguidade. O primeiro humanismo português, que se revela no período de D. Afonso V, liga a Antiguidade Latina aos ideais da Idade Média, renascendo Platão e as suas teorias de beleza, de amor e de um mundo natureza.

Marsilio Ficino (1433-1499), cónego da catedral de Florença, é uma das figuras protegidas dos Medici. Elabora uma síntese entre o cristianismo e o platonismo partindo de Platão, em quem vê o encontro com a libertação que o eleva da realidade física a uma realidade que se encontra com Deus. Fundou em Florença uma academia platónica, e foi seguido por Pico de la Mirandola, continuador da academia, que foi mais longe que o seu antecessor. Ficino aprendeu hebreu para entender a filosofia judaica, e árabe para estudar o Alcorão.

Nicolau de Cusa com grande influência nas cúrias de Nicolau V e de Pio II –que lhe valeu a designação de *vice-papa*– rompe, em meados do século XV, com a crença no mundo fechado, e defende um mundo infinito baseando-se na física aristotélica, em estudos platónicos e na mística cristã dos séculos XIV e XV.

As cidades italianas vão ser o centro da renovação cultural, núcleos das novas correntes intelectuais e científicas. Grupos de humanistas vão crescer em diversas cidades italianas e daí partir para as principais cidades europeias levando consigo novas teorias, novas formas de interpretar o visível e um gosto pelo conhecimento científico e pela cultura. Beneficiam do fluxo de intelectuais bizantinos que escapam ao domínio turco em meados do século XV, favorecendo o aproximar da cultura greco-romana mais pura. Com eles, os bizantinos levam livros e muitos documentos que abrem à Europa contactos há muito esquecidos. A queda de Constantinopla em 1453 vai acelerar o processo.

Os humanistas, assim designados por seguirem o estudo das humanidades –isto é, da gramática, da retórica, da literatura, da poesia, da história–, marcam um novo rumo do estudo universitário. Menos preocupados com o estudo da teologia ou da metafísica, viam no homem e na sua perfeição uma meta a alcançar, sendo a educação e o estudo formas de alcançar essa perfeição.

A pintura, a arquitectura e a escultura seguem os mesmos passos das novas correntes do pensamento. O homem é valorizado, recorre-se aos exemplos da Antiguidade como modelos de representações que superam o antigo e não o copiam. Itália como centro das novas correntes artísticas desempenhou um papel directivo na expansão das formas e técnicas da arte. De igual forma, nos Países Baixos surgem homens que modificaram o rumo da arte gótica.

Bruges e o ducado da Borgonha são os grandes palcos desta viragem artística, e o mestre Flémale, Jan Van Eyck (ligado à casa do duque da Borgonha, Filipe o Bom) e Rogier Van der Weyden, entre outros, os homens que exploram a realidade visível, a beleza e a perfeição. Merece especial referência, neste

contexto da cultura borgonhesa, Vasco Fernandes de Lucena, homem português que provavelmente acompanhou em 1450, após Alfarrobeira, D. Jaime e D. João, refugiados na corte de Isabel da Borgonha, e desempenhou um papel importante na cultura do ducado. Estudou em Paris em 1454 e a partir de 1460 surge ligado a Carlos o Temerário. Traduziu obras da Antiguidade clássica, entre as quais obras sobre Alexandre Magno, modelo seguido de perto pelo Temerário.

Em Itália, o grande cenário para as novas correntes artísticas é Florença, a considerada de *Nova Atenas*. Aqui surgem homens como Brunelleschi, Ghiberti, Donatello, Masaccio e Piero della Francesca, Paolo Uccelo, Leone Battista Alberti, Luca della Robbia, Mantegna, e muitos outros, que ocupam os primeiros tempos do Renascimento. Na segunda metade de quatrocentos encontra-se Botticelli, Leonardo da Vinci, Miguel Ângelo, Bramante, Rafael, Ticiano e muitos outros de renome internacional, apoiados por mecenas com origem na sociedade política e na Igreja. Os mecenas são os cultivadores da cultura, os homens que permitem a criação da perfeição, a mudança de hábitos e o desencadear do processo da nova cultura. Por todo o lado surgem igrejas e palácios decorados segundo as novas regras: na arte, na arquitectura, na literatura, na música, na política ou no simples comportamento diário, o homem tinha de ser perfeito, deveria encontrar o seu limite de perfeição, próprio das criações divinas.

Os humanistas associam a religião e o sentimento religioso à perfeição humana. Como refere Pico della Mirandola (1463-1494) o espaço que o homem ocupava no mundo inseria-se num profundo espírito cristão, unindo, assim, as ideias clássicas do Renascimento com as doutrinas cristãs.

Publicavam-se obras em latim e grego nas suas formas originais ou com tradução correctamente trabalhada, e uma das preocupações do Humanismo, que acompanhava o Papado, os príncipes da Europa e os grandes mecenas, versava sobre as traduções correctas dos autores clássicos.

Iniciou-se um período de desenvolvimento da literatura e da história ao qual se associa o aparecimento da imprensa e o uso do papel que modernizou o mundo. A introdução e a comercialização do papel em larga escala, a partir de meados do século XIV, facilitam o surgimento do livro e permitem a chegada mais acessível da mensagem. O papel, mais barato que o pergaminho, mais fácil de trabalhar e de usar, proporciona uma rápida propagação pelos meios intelectuais mais interessados na leitura e no conhecimento. A exportação de

papel a partir de Itália e França vai deter uma importância fundamental no eixo renano e daí parte para todo o Norte da Europa, onde a imprensa alia o uso do papel à divulgação em maior escala.

Ao abrir o conhecimento aos autores clássicos, abre-se uma atitude diferente perante a natureza, que passa a ser observada e estudada. Paulo Toscanelli sobressai na descoberta da astronomia, Leonardo da Vinci deu um alento enorme a diversas ciências como a anatomia, a física, a botânica e a geologia. Estuda-se alquimia, astrologia, geografia, anatomia, e tantas outras matérias que tomam por base os textos gregos que impõem nas novas formas de ensino e de cultura. Em ocasiões, confundiu-se ciência com bruxaria e feitiçaria.

Como complemento da formação que os humanistas não encontravam no ensino da época, surgem as academias. Inicialmente reuniões de companheiros, depois institucionalizadas, as academias eram em locais de encontro proporcionado entre amigos. Procuravam as bibliotecas mais famosas que se encontravam entre os príncipes e grandes mecenas.

As novas formas de educação não surgem nas universidades, ainda aprisionadas a valores escolásticos, especializados e demasiado técnicos. As novas escolas emergentes, que se aliam às academias nas suas pretensões de ensino, ganham importância vital para a expansão da nova educação. Fundamentais no processo são as escolas de gramática, de retórica, de dialéctica e de filosofia moral, que apela a valores de liberdade humana.

A renovação cultural preocupa-se com a formação de novos governantes, os quais, por seu lado, têm de procurar as novas escolas para se incluírem nos novos modelos culturais e de atitude. As bases são procuradas nos modelos clássicos, e a retórica passa a ser uma disciplina fundamental para persuadir as multidões, para mover forças e convencer adversários. Os discursos seguem modelos preparados com diplomacia, e o conhecimento influencia positivamente as negociações, o governo e a gestão económica, proporcionando meios mais justos e mais abertos de actuação.

O príncipe é o perfeito cavaleiro, um correcto legislador, um homem religioso, bom, virtuoso e defensor da fé e do seu povo. Como exemplo de perfeição, é suficiente, só por si, para assumir o reino e as suas funções. Como tal concentrava o poder nas suas mãos e, se possível, aumentava as suas prerrogativas e expandia os seus domínios.

Para se consolidarem e expandirem, as monarquias necessitavam de recursos e instrumentos. Os recursos básicos de suporte como ouro e moeda proveniente de cobranças de direitos eram essenciais para bem fornecer os cofres régios. Os instrumentos materializam-se nas novas formas de administração, legislação e exército mais eficazes e com maior grau de sucesso.

O crescimento económico e cultural das cidades italianas atraía o Norte da Europa, cujos príncipes procuravam cada vez mais uma educação oriunda do Renascimento italiano. Portugal, da mesma forma que a Europa, recebe influências do Humanismo italiano. O estudo do latim, do grego e da cultura clássica entra na península ibérica nos reinados de João II de Castela, de Afonso V de Aragão e de D. João II de Navarra e Aragão. Em Portugal, as primeiras manifestações remontam à corte de D. João I, de D. Duarte e de D. Afonso V.

Bolonha, Pádua e Florença eram os centros preferidos pelos homens da cultura castelhana e portuguesa. A conquista de Nápoles por Aragão abre uma outra via de penetração da cultura italiana que provém de Nápoles, Roma e Sicília. A nobreza, por sua parte, elege uma forma menos científica e mais militar dos textos clássicos surgidos a público que relatavam feitos heróicos.

Distinguem-se várias Europas no século xv. Na Europa do Ocidente fortes potências comerciais e políticas dominam os homens e o espaço, e a confluência e a concorrência de poderes movem afrontas e originam guerras. Esta Europa envolvia-se num processo de desenvolvimento externo voltado para actividades rentáveis que utilizavam o mar como processo de expansão e de comunicação. Neste espaço incluem-se os reinos de Portugal e Castela que encabeçam o movimento de expansão mundial. Em direcções diferentes, delineadas já em meados do século xv, um conquistará África e o Oriente, a outra a América.

A Europa mediterrânica, localizada nas portas do Oriente, domina os grandes passos entre o sul e o norte. É uma Europa dinâmica mas dividida entre os seus poderes em constante conflito pela detenção da hegemonia.

Na Europa oriental, periférica, pouco povoada, de economia essencialmente agrícola e, por isso, de base senhorial muito activa, os monarcas detinham pouca força perante uma nobreza muito poderosa. A realeza é ainda, na prática, uma figura simbólica. É uma Europa voltada para uma agricultura repressiva, como acontecia na Polónia e na Hungria, marcando uma evolução diferente dos estados mais a oriente. Tendo por base a actividade agrícola fechada, vivia um dia a dia mais penoso de um regime senhorial.

O espaço da Europa correspondente ao período de D. Afonso V insere-se numa dinâmica produzida pela relação entre o mundo mediterrânico e o Nor-

te da Europa. A península ibérica com posição periférica face a estas estruturas, estabiliza as suas forças e a sua relação com o mundo europeu de acordo com as alterações políticas e económicas e prefere mover-se para áreas novas. Mundos novos que tenta alcançar de forma a compensar as fragilidades provenientes da sua localização geográfica, que coloca os reinos peninsulares ocidentais mais distantes dos centros políticos de então. Esta localização periférica no mapa irá produzir situações benéficas que conduzem os reinos ibéricos a novas situações que em breve serão da maior importância para a Europa: o uso do Atlântico e a descoberta geográfica.

O mundo conhecido do século XV não se restringe à Europa: África vai-se descobrindo, e o Oriente compreende-se por relatos que marcam de espanto os que os ouvem. A Ásia não é desconhecida para o europeu, porque as descrições de viagens que tiveram o seu início com Marco Polo circulavam por toda a Europa. Estas, mais ou menos fantasiosas, davam notícias da existência de uma cultura, de uma religião e de uma política que marcavam um quotidiano diferente e, pela diferença, desejado por quem a queria conhecer.

1.1. O NORTE DA EUROPA

Entre as grandes monarquias de relevo do Norte europeu encontra-se o Império Romano-Germânico, constituído por diversos agrupamentos territoriais dominados por uma poderosa nobreza. Apesar da diversidade interna do império, os seus dirigentes preocupavam-se por mantê-lo unido e fortalecido sob a égide de um poder tendencialmente centralizador.

Ao lado de um forte poder senhorial, as cidades manifestam-se como um poder económico dominado por grupos de ricos mercadores e outros ligados às actividades económicas e financeiras.

Pelos séculos XII e XIII, a expansão económico-mercantil da Alemanha impõem-se no Norte da Europa, controlando todo o comércio dos portos do Báltico e oferecendo enorme concorrência a noruegueses, suecos e dinamarqueses. Para manter este domínio, as cidades germânicas aliam-se constituindo a Hansa Germânica.

Em breve, a Hansa impõem-se e passa a controlar um espaço cada vez maior em dimensões económicas e em interferência local. Instala-se na Escandinávia e o seu domínio vai-se estendendo em todas as direcções, alargando a sua influência e o trânsito mercantil a Inglaterra, Holanda, Flandres, Sevilha e Lisboa e, em geral, por todo o Norte da Europa. Cria-se assim uma encruzilhada de rotas que permite a ligação entre o Mediterrâneo e o Atlântico Norte. Como refere um documento datado de 1469, a Hansa caracteriza-se por ser uma aliança entre cidades cujo objectivo fundamental era o de assegurar o bom funcionamento das trocas comerciais por terra e por mar, defender os mercadores e conceder-lhes segurança.

Para fazer face às necessidades impostas pela organização comercial, a Hansa criou feitorias em Bruges, Gotland, Bergen e Novgorod e instalou outros entrepostos comerciais por todo o espaço europeu. Por todo o lado os elementos da Hansa circulam e fomentam os seus contactos e fundam organizações de mercadores que permitem a proximidade e promovem a troca de mercadorias. Impõem-se ligações de relevo com Inglaterra, Flandres, a península ibérica e com as cidades italianas no Mediterrâneo.

A Hansa agrupa cidades de diversa localização geográfica e o seu número vai variando. A. H. de Oliveira Marques sistematizou-as em diversos grupos: o grupo nuclear que se encontrava localizado sobre as ditas cidades vêndicas (nome que deriva de Wendish Stadt), entre elas Lubeck, Hamburgo, Bremen, Rostock e Wismar; o grupo constituído pelas cidades dos Países Baixos (Flandres, Países Baixos e Frísia), e o grupo das cidades prussianas e livónicas. Um outro conjunto localizava-se mais no interior, mas não com menos importância comercial, e era constituído pelas cidades da Renânia-Westfália. Outros grupos menores mas, no entanto, com papel importante, localizavam-se em Gotland, na Polónia e em Carcóvia.

Em posição estratégica privilegiada, os mercadores da Prússia e da Livónia serviam de intermediários entre o mundo ocidental e o interior do mundo oriental. Comercializavam madeiras, peles e cereais, entre outras mercadorias, e, em troca, recebiam produtos têxteis europeus, nomeadamente os flamengos, e artigos mediterrânicos como frutas, vinho, azeite, sal e especiarias que exportavam para o Norte da Europa e Rússia.

As diversidades existentes dentro da Liga Hanseática produzem alguns conflitos que se prendem com questões particulares de cada cidade. Rapidamente se formaram grupos partidários no seu interior que disputavam questões de soberania e de poder. Três grupos importantes surgiram: o das cidades do Oriente, liderado por Danzig; o grupo das cidades do Ocidente, cujo motor principal era Colónia, e o grupo central, liderado por Lubeck. De concorrentes

económicos depressa se converteram em rivais políticos, onde os interesses se misturam e confundem.

Pelo século XV a Hansa foi entrando em decadência, consequência dos conflitos existentes no funcionamento interno, da concorrência que o mercado sofria desde o exterior e da atitude proteccionista adoptada para fazer face às adversas situações da crise do século XIV. Para compensar as perdas, a Hansa procurou novos mercados. Neste contexto aumentou as ligações a Lisboa, onde receberam privilégios de D. Afonso V.

Os factores políticos vão ser igualmente determinantes para a atitude de decadência demonstrada pela Hansa. Em 1454 a Polónia pautava-se por uma linha expansionista que colocava a Lituânia, a Pomerélia, o Ermland e a Prússia dentro do seu domínio, facto que lhe permitiu alargar fronteiras e obter novos mercados. Aproveitando o momento de decadência, os ingleses penetram nos territórios da Hansa, instalando-se um conflito visivelmente grave, traduzido pela prática de actos de pirataria e de bloqueios a mercadores. Entre 1449 e 1474 o estado é de guerra permanente entre hanseáticos e ingleses.

A complicar a situação, a concorrência holandesa surge com grande êxito. De forma a anular esta nova concorrência, a Hansa declara guerra à Holanda entre os anos de 1438 e 1441. Apesar das tréguas celebradas em 1441, a guerra continua através do corso e de bloqueios comerciais sistemáticos, que só terminam pelo final do século XV.

Entre os anos de 1467 e 1473, a Hansa encontra de novo a guerra, desta vez com a Dinamarca e com a Suécia. O estado de guerra entre as diversas potências europeias, de forma directa ou indirecta, é uma constante. Indirectamente, a Hansa é também prejudicada por outros conflitos paralelos onde faz notar a sua participação. A guerra aberta entre França e Holanda em meados do século XV, vai afectar os mercados da Hansa que tomam partido de França, e, da mesma forma que o registado em conflitos anteriores, o tratado de Utrecht celebrado em 1476, que pretendia assinar a paz, não colocava um ponto final nas lutas entre França e Holanda. A guerra reacende-se nos anos de 1477 a 1482. Esta contenda traz consigo de novo a insegurança para os mercadores que circulam nesses espaços.

Por seu turno, a Guerra dos Cem Anos faz imensas vítimas entre os navios da Liga Hanseática, que, perante as dificuldades, procuram outros portos.

Nestes meios de conflito acentuam-se a pirataria e o corso. Este é o tipo de guerra mais comum por esta época, porque é eficaz e resulta com bastante êxito nos mares: desgasta o inimigo e provoca o caos económico, instala o temor entre os navios de comércio e causa mal-estar entre os mercadores, que sentem a insegurança das transacções. Nos mares, o êxito da guerra de corso coloca em primeira linha piratas e corsários ingleses, bretões e holandeses, que passam a ser temidos e respeitados.

Deste facto beneficiam Lisboa e outras cidades peninsulares. D. Afonso V, atento aos melhores momentos, alarga as relações comerciais e políticas com a Hansa, contexto no qual surge, em 1451, o casamento de sua irmã D. Leonor com Frederico III, imperador da Alemanha. Estavam garantidas e seladas as boas relações.

Desde a primeira década do século XV que se manifesta o desenvolvimento dos contactos comerciais entre Portugal e a Liga Hanseática. A Lisboa chegam navios de mercadores hanseáticos directamente, sem intermediários, ou através da Flandres, um dos principais intermediários comerciais portugueses.

O incremento de contactos entre o Império Alemão e Portugal permite o estabelecimento de uma colónia alemã em Lisboa. A presença de mercadores na cidade facilitava o trânsito entre portos distantes e mostrava o interesse crescente do mercado português que começava a ser invadido por produtos africanos.

Apesar das medidas proteccionistas adoptadas pelos monarcas portugueses no sentido de proibir a exportação directa por estrangeiros e de beneficiar os mercadores nacionais, a legislação não alcança o rigor da francesa ou da castelhana que fechavam os portos à presença de mercadores da Hansa por serem considerados grandes concorrentes dos nacionais. Em Portugal a política de mercado facilitava os negócios dos mercadores estrangeiros, facto que alimentou o comércio da Hansa com Portugal privilegiando, mais uma vez, as relações económicas e políticas.

A partir de meados do século XV a concorrência exercida por França, Inglaterra, Flandres, Holanda e pelos reinos da península ibérica acentua o declínio da Hansa que se torna uma realidade progressiva e inevitável. Conhecedor desta realidade, Frederico III procura incrementar as relações com a península ibérica, porque se supunha que, em breve, esta se transformaria no centro comercial da Europa.

Frederico III surge no palco do Império Alemão no ano de 1440. O seu principal objectivo centraliza-se no governo dos diversos estados que constituíam o império. A situação geral não inspirava qualquer forma de tranquilidade

e de estabilidade. Vivia-se no ambiente deixado pelo Concílio de Basileia que marcava a relação conflituosa sentida no seio da Igreja perante o surgimento das novas correntes e das novas ideologias que emergiram após um século de crise. As questões religiosas mesclavam-se com o campo político e social e era difícil identificar quais os problemas mais urgentes. Era necessário unir e pacificar os povos, mas também a Igreja para fazer face a um perigo maior vindo do exterior: o Império Otomano.

Uma das questões principais debatidas no império de Frederico III assentava sobre a relação entre os poderes temporais e os poderes religiosos, e Frederico III vai desempenhar uma tarefa fundamental na reposição da paz religiosa. Em 1448 assina um acordo em Viena com o Papado no qual regulava o alcance dos poderes sobre a Igreja. Os outros seis meses seriam de colocação dos próprios poderes locais. Em 1452 desloca-se a Roma para casar com D. Leonor de Portugal e aí assume-se como rei dos Romanos.

Pretendia Frederico III promover o seu poder como imperador, que se encontrava comprometido perante a divisão entre cidades e nobreza, as frequentes guerrilhas internas que colocam em confronto os poderes senhoriais e os urbanos, e perante as várias casas senhoriais de relevo que vão surgindo no século XV.

Toda a Europa vive intensamente o despertar económico da nobreza que a coloca em disputa com os distintos poderes concorrentes, inclusive com o poder central. A Alemanha, em inícios do século XV, caracterizava-se, assim como outros estados da época, por uma divisão interna marcada por príncipes que desfrutavam de grande autonomia. O imperador desempenhava um papel diminuto face às autoridades locais.

O reinado de Frederico III saldou-se negativamente: no Tirol, na Renânia, na Hungria e na Áustria surgem levantamentos contra o seu governo, e os espaços vão ganhando cada vez mais autonomia e mais possibilidades de se governarem só por si, sem intervenção do imperador que tentavam depor.

A agravar a situação pouco confortável de Frederico III, a ameaça turca é uma constante para o Império Alemão. Atacavam as áreas mais ocidentais e os Balcãs, e a Hungria, ainda cristã, debatia-se com o sério problema do avanço turco.

No século XV, os cavaleiros da Ordem Teutónica, de origem germânica, constituíam uma das forças militares mais importantes da Europa, dominando nos países eslavos um extenso território marcado por fortalezas. Romperam

bosques e secaram pântanos obtendo prósperas terras de cultivo que foram atraindo camponeses que procuravam terras férteis. A grande produção de cereal colocou a ordem em primeiro plano na concorrência com as cidades hanseáticas que lhe reservavam alguma hostilidade. A sua sede, onde residia o grão-mestre, localizava-se em Marienburg.

A Polónia, parte integrante do Império Alemão, encrava a sua acção entre a expansão turca e o conflito com os tártaros. Reino cristão, marcado pela presença de uma nobreza poderosa, vive como muitos outros reinos conflitos internos constantes que parecem marcar as diversas potências europeias. Constituía-se por Grande Polónia, Baixa Polónia, Prússia, Moldávia, Lituânia e Rússia. O rei, mal definido perante a autonomia dos espaços, era eleito entre um dos elementos da dinastia real, forma adoptada para contornar as inúmeras questões surgidas com a sucessão hereditária.

De economia essencialmente agrícola, orientava em função desta actividade a vida económica e a estrutura social. O caminho do comércio externo foi fechado à Polónia pela expansão turca e pelo abandono da presença genovesa no mar Negro.

A braços com o avanço turco encontrava-se também o monarca húngaro, Ladislau IV, que para travar esse avanço reforça o exército e empreende diversas campanhas armadas. Só um apoio externo em massa poderia fazer face ao Império Otomano, e Ladislau IV esperava o reforço ocidental promovido por uma cruzada, mas os reforços enviados de Ocidente eram tão escassos que não auxiliavam a tarefa de combate. Em Varna um confronto entre os exércitos húngaros e turco coloca fim à vida do monarca. Em 1446, sucede-lhe Ladislau V, mas a sua tarefa de afastar os turcos complicava-se.

Depois da vitória em Varna, os exércitos otomanos penetravam profundamente nos Balcãs. O avanço turco mantinha-se incontrolável: em 1453 chegam a Constantinopla e em 1456 avançam até Belgrado, onde uma derrota imensa os esperava. Produz-se um novo alento nos exércitos cristãos e uma crença na paragem do avanço turco.

Em 1457 morre Ladislau V e sucede-lhe Matias Corvino que governou a Hungria de 1457 a 1490. Criou a designada de Brigada Negra, constituída por cavaleiros recrutados obrigatoriamente dentro do seu território. Com este exército conseguiu travar o avanço turco nos Balcãs.

Na época de D. Afonso V, a França e a Inglaterra vivem os últimos anos da Guerra dos Cem Anos, que, entre 1337 e 1453, envolveu França, Inglaterra e

os aliados de ambos em conflitos de diversa ordem que causaram um desgaste enorme e provocaram crises que afectaram todos estes anos.

Este conflito demorado tem antecedentes remotos localizados no século XII quando Henrique Plantageneta, rei de Inglaterra, se torna duque da Normandia e senhor da Aquitânia. O conflito abre-se em 1328 quando morre Carlos IV de França sem herdeiros. Como pretendente ao trono de França surge Eduardo III, rei de Inglaterra, abrindo-se de imediato uma cisão partidária que divide a França entre o apoio ao monarca inglês ou o apoio a uma solução de carácter nacionalista.

No ducado da Bretanha a confiança depositada em Eduardo III era incondicional. No condado da Flandres, incluído na Borgonha, a divisão interna manifestava-se entre a nobreza, com grandes ligações a França, e a burguesia, que tendia, pelas relações comerciais, para Inglaterra. O restante território francês, demasiado dividido entre a nobreza, que contemplava amplos poderes de autonomia, vivia um quotidiano de conflitos feudais, nos quais o monarca inglês tinha participação. Pouco a pouco foram-se tomando posições quanto ao partido a apoiar.

A agravar a situação de crise, a relação de parentesco que os reis franceses mantinham com os monarcas de Navarra abre novos e graves conflitos na hora da sucessão do rei de França.

Nos primeiros anos do século XV a Guerra dos Cem Anos tinha já uma longa duração e os acontecimentos marcavam algumas viragens na condução e liderança da guerra. Os Lencastres substituíram os Plantagenetas no trono inglês, após anos de luta continuada. Henrique V desde os primeiros momentos de governo enfrenta o conflito e fará frente directa a Carlos VI de França. Em 1415, desembarca na Normandia e segue para Artois onde derrota o exército francês. Henrique V de Inglaterra iniciava, nesta data, uma lenta conquista da Normandia.

A incapacidade de resistência por parte de Carlos VI de França obriga à assinatura de um tratado em Troyes no ano de 1420, com interferência do duque da Borgonha, Filipe o Bom, no qual se concedia integralmente o reino de França ao monarca inglês e em casamento Catarina de França. No acordo ficara estabelecido que as instituições se mantinham inalteráveis e independentes, o que no caso da ocupação seria muito difícil manter.

O filho de Henrique V e Catarina, de nome Henrique, tinha total apoio de Filipe o Bom, duque da Borgonha, que se manteve do lado inglês do primeiro ao último momento de conflito por causa do assassinato de seu pai, João Sem Medo em 1419. Por estes anos casava também D. Isabel de Portugal, filha de D. João I, com o duque da Borgonha. O partido inglês estava bem solidificado por fortes partidários políticos, encontrando Inglaterra e a Borgonha em D. João I um fiel aliado do bloco inglês e um amigo a conquistar pela influência que Portugal detinha em África.

Em 1422 morre Henrique V. O seu filho foi proclamado rei de França e de Inglaterra, mas, perante a menoridade, o duque de Bedford assume a regência francesa.

Em França, a nobreza regia com uma fria indiferença perante os últimos acontecimentos. Existia por parte dos mais poderosos como os Armagnacs uma incapacidade perante a resistência. O cansaço da guerra, que durava já há demasiado tempo, derrotava qualquer espécie de resistência que se proporcionasse. Por seu lado, o filho de Carlos VI, também de nome Carlos, demonstrava incapacidade para o combate. Não se mostrava solução para decidir esta questão tão grave, e vivia-se um completo marasmo político por parte de França.

Carlos, depois da morte do pai, não conseguia decidir se devia ou não intitular-se rei de França, tal era a apatia em que vivia. Entendia que os seus domínios territoriais eram escassos e o apoio diminuto para combater a presença inglesa e conquistar o reino. Após variadíssimas pressões intitula-se rei e a partir desse momento é conhecido por Carlos VII ou *rei de Burges*, como ficou na memória francesa por manter residência em Burges.

Neste contexto de sucessão, a França divide-se largamente entre a facção inglesa e o partido francês, que pretendia a libertação do reino da alçada estrangeira. Inglaterra contava com o apoio das três grandes casas francesas –o ducado da Borgonha (fiel aliado), o ducado da Bretanha e o condado de Foix– e procurava apoderar-se de Anjou e de Maine, principais redutos que constituíam o suporte financeiro de Carlos VII.

O reino estava cada vez mais dividido mas faltava-lhe força para continuar. Carlos VII, deserdado e renegado por Carlos VI, não tinha força política para se manter na linha sucessória da monarquia francesa. Eis que surge Joana d'Arc, mulher esperança que conseguiu mudar o rumo dos acontecimentos. Por altura do cerco de Orleães colocado pelo exército inglês, conseguiu convencer o senhor de Vaucouleurs, apoiante de Carlos VII, a conceder-lhe uma espada e um salvo-conduto. Para fazer jus aos seus intentos vestiu-se de homem, mas era uma mulher muito jovem movida de uma grande força –dizia-se de inspiração divina– que impelia os mais incrédulos a acompanhá-la.

Conta-se que perto de Orleães encontraria Carlos VII com quem dialogou e a quem conseguiu convencer de que era de facto filho de Carlos VI, e como tal rei de França. Perante este facto deveria mudar de atitude e assumir a sua posição.

Em 1429, o grupo a que pertencia dirigiu-se a Touraine e libertou Orleães cercada. Carlos VII segue para Reims, para aí se sagrar segundo os ritos tradicionais. A sagração foi-lhe permitida por aquela mulher guerreira que abriu portas a uma nova etapa da história de França. A partir deste momento Carlos VII muda radicalmente a sua postura: de um jovem indefeso, tímido e pouco motivado surge um rei aguerrido e um capaz militar que irá enfrentar com todas as suas forças o intruso inglês e recuperar o espaço perdido para a coroa francesa.

Quando a situação sofreu um *volt de face* a favor de França, o conde de Foix é o primeiro grande adversário a aderir ao partido de Carlos VII, logo seguido da Borgonha e da Bretanha. Carlos VII contou ainda com o auxílio de Iolanda da Sicília que governava Anjou e Provença, dos duques de Orleães e de Bourbon, entre outros poderosos elementos da nobreza francesa.

Joana d'Arc é presa em Paris em 1430 por tropas do duque da Borgonha, mas Carlos VII nada fez para a libertar. Vendida aos ingleses é, por fim, reconhecida como feiticeira, possuidora de um poder diabólico, a única justificação possível para as sucessivas vitórias por ela alcançadas. Por tal acusação é queimada na fogueira em Rouen no ano de 1431. As histórias que crescem em volta desta mulher guerreira inserem-se numa corrente crescente de patriotismo popular que fomentava o ódio contra o inglês. Joana d'Arc é um símbolo do retorno da confiança política do monarca francês, e a sua condenação surtia o efeito contrário ao esperado pelos ingleses.

Em 1435 Filipe o Bom, duque da Borgonha, assina em Arrás um acordo com Carlos VII que o dispensou de toda a vassalagem e reconheceu as conquistas efectuadas pelo duque da Borgonha durante o conflito. O ducado da Borgonha alcançara as terras de Mâcon, Auxerre, o Somme, Boulogne e dirigia-se rapidamente em direcção à Holanda. O «grande duque do Ocidente», como se intitulava Filipe o Bom, ganhava neste conflito um poder e um domínio inigualável sobre o território.

Inglaterra considerou o acordo de Arras como um acto de traição cometido pelo duque da Borgonha. Apesar do mal-estar sentido, a paz com a Borgonha era primordial para Inglaterra e para o comércio inglês.

O período da Guerra dos Cem Anos compreendido entre 1435 e 1444 foi marcado por conflitos sociais de vária ordem. A guerra prolongada provocava inúmeras dificuldades sociais e, evidentemente, económicas. Para solucionar algumas das questões mais iminentes, Carlos VII empenhou-se na reconstrução da concórdia e da paz. A par e passo vai tratando de captar adeptos que o apoiem no caminho da libertação de França. Um dos momentos importantes situa-se em 1436, quando Paris adere ao partido de Carlos VII.

Outro acontecimento de grande monta ocorre com a morte de Bedford, regente em França. A partir deste momento abrem-se fissuras incontornáveis no partido inglês em França. A impopularidade do monarca inglês crescia a passos largos. Estavam abertas as portas da vitória a Carlos VII, que aproveita o momento para continuar a sua expansão. Em 1441 chega a Champagne e Vale de Oise. Em 1442 o exército francês encontrava-se em Dax e Saint-Sever.

Neste ano de 1442 morre Iolanda de Aragão e Sicília, sogra de Carlos VII e um dos grandes pilares de força do monarca francês. No entanto, Carlos VII não vacilou com a perda de tão importante aliada, porque continuavam ao seu lado excelentes conselheiros e homens de grande dinâmica na França do seu tempo que o conduziam num caminho sem retorno. Estes homens que se mantiveram ao seu lado incondicionalmente valeram-lhe o cognome de *o Bem Servido*. A eles se deve a coragem e o avanço territorial bem estruturado e fundamentado.

Em 1444 Carlos VII negociou a paz com a mediação do Papado. Assina-se o tratado de Tours no qual se estabelece um novo período de tréguas. No acordo estabelece-se também que Henrique VI casaria com Margarida de Anjou, sobrinha de Carlos VII.

Em 1445 o monarca reforça e renova o exército, garantindo as novas formas de recrutamento de homens a resposta militar que França esperava alcançar. Para incrementar o número de homens no exército e garantir a qualidade do ataque, Carlos VII recruta cada domingo um homem por cada 50 fogos para praticar tiro ao arco. Estes constituiriam o grupo dos arqueiros franceses, célebres pela sua capacidade em campo de batalha. Recrutou ainda grande número de mercenários, sobretudo escoceses, e reorganizou os efectivos do exército. Conseguiu assim implementar um excelente ataque e defesa a praças fortes.

Internamente, o monarca assegurou uma forma de poder centralizador, apesar do domínio das grandes famílias da nobreza (poderosíssimas) que possuíam espaços quase independentes, como é o caso da Bretanha, Borgonha,

Orleães, Anjou, Bourbon e Alençon. A boa gestão do território garantiu bons recursos financeiros que fortaleceram as finanças e que permitiram o continuar da guerra. Em 1448 Carlos VII continuava o conflito que o levava à recuperação da Normandia.

O reinício das hostilidades entre França e Inglaterra manifestam-se quando Francisco I, duque da Bretanha, primeiro dos aliados ingleses, presta homenagem ao monarca francês. Sentindo-se mais uma vez fortalecido perante o reforço de alianças, Carlos VII ataca o exército britânico.

Em 1449 Rouen acolhe vivamente o monarca francês que sentiu mais uma vitória em palco anteriormente dominado pelo partido inglês. Rouen caía em mãos francesas e sem luta.

Em 1450 alcança uma vitória em Formigny que abriu portas à conquista da Guyenne e da Gasconha, últimos redutos. Em 1451 Bordéus e Baiona foram conquistadas. Talbot tenta, em vão, recuperar Bordéus no ano seguinte. Em 1453, em Castillon num encontro entre exércitos, Talbot morre, e Carlos VII recuperava a França conquistada e unida, colocando um fim à presença britânica e ao domínio inglês em território francês. Terminava a Guerra dos Cem Anos e recuperava-se a paz. Dos antigos domínios ingleses em França restava apenas Calais, rodeado pelas terras do célebre ducado da Borgonha.

O domínio inglês em França caracterizava-se por uma falta de força centralizadora e militar que não unia a vontade dos poderes locais. As forças militares mostravam-se ineficazes para garantir a permanência em território francês. Desta forma, a ocupação inglesa mostrava-se um pouco artificial, ou seja, o seu sucesso não resultava da atitude demonstrada pelos ocupantes, mas resultava da postura dos ocupados.

A guerra deixava algumas consequências gravosas, quer para França quer para Inglaterra. O decréscimo demográfico mostrava-se desastroso, as alterações económicas acentuavam-se provocando constantes mobilidades sociais próprias das épocas de crise. As devastações, o saque, as mortes, as pestes, as fomes, a redução do poder de compra, a falta de mão-de-obra são o que de imediato se detecta no quotidiano de uma guerra prolongada e danificadora. A partir deste momento a França lança-se no sentido da unidade nacional e na liderança crescente da monarquia; a Inglaterra, por seu turno, seguirá a via parlamentar.

Apesar de finalizado o último ciclo da Guerra dos Cem Anos, o mal-estar vivido entre as populações costeiras dos dois reinos e a guerra nos mares entre

piratas e corsários que, com frequência, provocavam danos aos navios que se movimentavam por estas águas, continua durante algumas décadas mais. A guerra localizada insistia em fazer estragos, e as pretensões dos reis de Inglaterra ao trono de França perpetuavam-se.

Neste contexto de conflito iminente, onde a intriga de corte exerce o seu poder, o príncipe herdeiro, futuro Luís XI opôs-se a seu pai. Uma situação de crise interna que encontra um forte paralelismo com as conjunturas políticas verificadas em Castela e em Portugal. Em 1456, o delfim envolveu-se em conflito com Carlos VII. Aquele, de carácter intempestivo e impaciente por reinar, obteve o apoio e a protecção do duque da Borgonha e desencadeou uma série de acções contra o governo instituído que acentuaram a instabilidade.

Quando morre Carlos VII em 1461, a França encontra-se, como anteriormente, dominada por grandes famílias nobres com evidente independência do poder central. Luís XI desprezava a nobreza e era conhecido por ser autocrata e pouco fiável. Durante os primeiros anos do seu reinado conseguiu criar inimizades entre as diversas famílias da nobreza mais poderosa.

Em Inglaterra, o fim da Guerra dos Cem Anos abriu uma série de guerras internas entre os membros das dinastias de Lancaster e de York, que disputavam o trono desde longa data. Este conflito travado entre as duas casas foi designado de Guerra das Duas Rosas, pelo facto de ambas as famílias possuírem como emblema esta flor: os Lancaster uma rosa branca e os York uma rosa vermelha. Sob a égide das rosas vão-se juntando homens que têm como objectivo conquistar a vitória e a fortuna e fazer valer os seus ideais.

Este conflito revela a luta de uma nobreza ambiciosa, ávida de conquistas sejam elas quais forem. Em volta destes juntam-se bandos de amigos, de vassalos e de mercenários que individualmente se vão situando no campo de batalha. Uma guerra que decide a posse do trono não é uma simples batalha. Muitos interesses estão em jogo.

Este conflito remonta ao ano de 1450, em que se vive em Inglaterra uma grave crise motivada, entre outros factores graves, pelo arrastar da guerra com França e as sucessivas derrotas que sofria o exército inglês em campo. Neste ano, Jack Cade, que se fazia passar por Mortimer, por descendente de Eduardo III e por primo do duque de York, avançou com tropas sobre Londres que reclamavam a destituição de todos os conselheiros.

Perante a abertura da cidade a este grupo de assalto, Henrique VI foi obrigado a fugir. Os conselheiros do monarca inglês abriram um espaço de diálogo

com os invasores e chegaram a um acordo fictício, pois em breve Jack Cade e os seus homens foram presos e executados.

Ricardo de York sai da Irlanda, onde se encontrava, e desloca-se com um exército para Westminster. Em público jurou fidelidade ao rei, mas exigia ao mesmo tempo reformas de governo. Em 1452 e em 1453 Ricardo de York investe contra o partido opositor, sem sucesso.

O parlamento inglês dividia-se entre as duas dinastias: a de João de Gant e a de Ricardo de York, ou seja, entre York e Lancaster. O partido dos Lancaster objectivava a força territorial, enquanto o partido dos York deslocava os seus interesses para o âmbito marítimo.

A rivalidade entre estas duas casas deixava o reino consternado. Nenhuma delas possuía no momento condições para fazer face à situação de crise que se vivia. O confronto entre os dois partidos não chegava à população mais afectada com todo o desenrolar dos acontecimentos negativos, ficando a rivalidade política pela nobreza, que disputava o poder e as suas influências.

A ânsia de tomar as rédeas da situação orientava os mais poderosos entre a adesão a um ou a outro partido em busca das relações baseadas em interesses pessoais e ambição desmedida.

Em 1453, os acontecimentos precipitam-se: Margarida de Anjou dá à luz um filho, Eduardo, na mesma altura em que se apoderara de Henrique VI uma doença mental congénita herdada de Carlos VI. O monarca mostrava perdas de memória, sinais de loucura, perdia a razão e deixava de andar e de se suster. Perante a impossibilidade de continuar a governar, o parlamento analisa a questão da regência.

Surgia o grande momento de Ricardo de York. Margarida de Anjou era francesa e mulher, facto que desagradava ao ambiente político de então. Ricardo de York tomou a corte e, como jogo de fachada, proclamou Eduardo príncipe de Gales. Subia ao trono a rosa vermelha.

Em 1454 Henrique VI recuperou da doença e tentou afastar Ricardo de York, mas este contava já com poderosos aliados. Os acontecimentos precipitam-se sem retorno: em 1455, na Batalha de San Albano, Henrique VI é aprisionado, e Ricardo de York é nomeado, uma vez mais, protector do reino; Margarida de Anjou procura apoio em França, enquanto Ricardo de York procura apoio na Borgonha e junto de João II de Aragão. Henrique VI, por seu turno, caía novamente em estado de loucura.

Em 1456 Margarida de Anjou consegue retirar Henrique VI e levá-lo aos seus domínios de família, a casa dos Lancaster. Um exército que reunia mercenários franceses e aliados de Henrique VI mudou o rumo da situação. Ricardo de York volta à Irlanda e os acontecimentos sucedem-se.

Uma Inglaterra com grande influência da política e do governo franceses não agradava ao duque da Borgonha, aliado do partido inglês. Filipe o Bom chamou gente partidária dos York a Calais e desembarcou em Inglaterra em 1460, enquanto Eduardo de York entrava em Londres e vencia o partido dos Lancaster. Ricardo de York volta à cena política e Margarida de Anjou reage com um exército composto por mercenários, derrotando Ricardo de York, que morre em Wakefield.

Eduardo de York refaz as forças e encontra-se com o exército de Margarida de Anjou na segunda Batalha de Santo Albano, no ano de 1461. Perante a fuga de Henrique VI do acampamento de batalha, Eduardo de York coroou-se rei em Londres. Uma nova batalha em 1461, em Towton, derrotou os Lancaster, e Margarida e Henrique VI refugiaram-se na Escócia e depois em França.

Em França, o sucessor natural de Carlos VII, Luís XI, ascende ao trono em 1461, e, a partir deste momento, desencadeou uma série de medidas violentas contra os conselheiros e apoiantes de seu pai enquanto rei.

Luís XI, poderoso, pragmático, duro e antipático, de fisionomia pouco agradável à vista, segundo as descrições dos seus contemporâneos, não recolhia grandes adeptos nem despertava grandes simpatias. Era um autêntico príncipe de Maquiavel, mas cumpria bem a sua missão de príncipe e constituiu-se como um excelente governante. Foi por este motivo temido, mas respeitado. A sua postura valeu-lhe diversos inimigos entre a nobreza, que aproveitavam todos os momentos para o atacar.

Com uma fama terrível entre as mulheres, desprezou as suas duas esposas, Margarida da Escócia e Carlota de Sabóia. Entre as mulheres da corte, o monarca era um ser desprezível, a quem viria no entanto a suceder-lhe a filha Ana. Seu irmão Carlos VIII, sucessor de Luís XI não conseguiu resistir ao movimento que colocou a sua irmã no trono de França. Contemporânea de Isabel de Castela e de Margarida da Áustria, desempenhou um papel muito importante como mulher governante do seu tempo.

Os conflitos existentes na península ibérica que se localizavam sobre Navarra e Aragão, permitiram a Luís XI restabelecer a influência francesa sobre o território de Navarra. A morte de Carlos de Viana beneficiou o conde de Foix, casado com a irmã daquele, e que beneficiava dos bens de Navarra depois de

Carlos de Viana ter sido deserdado. O conde de Foix apressa-se a oferecer os seus serviços ao rei de França, oferecendo, também, a João II de Aragão uma aliança com Luís XI. Solicitou a custódia de Branca de Navarra divorciada de Henrique IV de Castela, pois desta forma beneficiava dos seus direitos. Branca de Navarra temia que esta custódia a conduzisse à morte e delegou em Henrique IV os seus direitos sobre Navarra. De facto, a princesa desapareceu a partir desse momento.

O tratado entre João II de Aragão e Luís XI de França estabeleceu-se em 1462. França ajudaria a acalmar a rebelião da Catalunha e, em troca, receberia o Roussillon e a Sardenha. Perante o reforço de forças aragonesas, Navarra e a Catalunha recorreram a Henrique IV entregando-lhe os dois territórios, que este aceitou.

Na Borgonha Carlos o Temerário sucede em 1467 a seu pai Filipe o Bom. Durante os anos de 1467 e 1477, o filho de Filipe o Bom e de Isabel de Portugal tenta converter Borgonha em reino e continua os jogos de poder entre França e Inglaterra. A influência de Isabel de Portugal foi determinante na vida política do condado desde 1432. A infanta desempenhava um papel importante na gestão do condado, liderava as relações com França e foi intermediária junto dos ingleses. Filha de Filipa de Lencastre, relacionava-se da melhor forma com os Plantagenetas, como verdadeira descendente da Ínclita Geração. A sua tendência para o partido inglês no contexto da Guerra dos Cem Anos levou-a a uma ruptura com Filipe o Bom, que em 1457 se aproximava da facção francesa. Por este motivo retirou-se do âmbito de acção de Filipe o Bom e afastou-se dos negócios centrais.

Quando Carlos o Temerário assume em 1467 a direcção da Borgonha, D. Isabel voltou a integrar os centros de decisão política, manifestando-se plenamente na sua acção política a educação que conferira a Carlos o Temerário. Rodeou-se de colaboradores portugueses, entre eles o seu secretário Fernão de Lisboa e o seu médico pessoal Mateus Lopez. Com frequência, o sucessor de Filipe o Bom recorda a sua ascendência dos Lencastres por via portuguesa, o que lhe garantia alguma vantagem no bloco inglês. Neto de D. Filipa de Lencastre por via materna, não esqueceu nem esmoreceu a vontade, anteriormente sentida por seu pai, mas principalmente por sua mãe, de efectivar uma ligação à coroa inglesa. O seu casamento com uma York, Margarida de York, promovido por Isabel de Portugal, acentuou a ligação do ducado a Inglaterra. Parte dos territórios da Borgonha dependiam do rei de França, entre eles o ducado da

Borgonha, o Charolais, as cidades do Somme, o Artois e parte da Flandres. A outra parte do território (parte da Flandres, o Hainaut, Liège, o Luxemburgo, a Zelândia, a Holanda, e o condado da Borgonha) dependia do imperador Frederico III. A sua expansão pelo Lorraine e Alsácia garantiam essa aproximação, e uma hábil política matrimonial colocou as terras do ducado junto à Holanda, à Frísia e ao Luxemburgo.

Em Inglaterra, a estratégia política de Eduardo de York leva-o ao casamento com Isabel de Woodville em 1464, e em 1467 prometeu sua irmã Margarida de York em casamento a Carlos o Temerário. No ano seguinte, em 1468, assina uma aliança com a Borgonha e com a Bretanha, abrindo nova oposição a França. Luís XI empenhava-se novamente nas questões com Inglaterra e com a poderosa Borgonha.

No rol dos ducados franceses, o da Borgonha é o mais rico e melhor posicionado, já que se abre ao Norte da Europa e à economia portuária em franco desenvolvimento nos séculos XIV e XV. A integração da Flandres no seu território permitiu-lhe implantar-se no mercado de exportação com uma excelente produção agrícola e com vinho produzido pelos vinhedos bretões, que adquirem grande fama como vinho de mesa.

Nas terras do ducado da Borgonha, realizam-se as feiras que reúnem mercadores de Inglaterra, de Itália e da Hansa. Visitadas por número importante de comerciantes, atingem níveis consideráveis de trocas de produtos e registam enorme variedade de bens à disposição. São feiras de intensa actividade bancária, onde presenças como a dos Medici são de assinalar.

Bruges, a «Veneza do Norte», é no momento o centro comercial de confluência de rotas e de distribuição de produtos por toda a Europa. Localizado numa área densamente povoada, este porto distribui para as suas terras os produtos exigidos pelos inúmeros consumidores instalados na sua área de influência, caracterizados por serem exigentes em produtos de qualidade e de ostentação social e de bens de primeira necessidade. Em troca destas compras promove retorno dos produtos locais, também eles apreciados, entre os quais se salientam os panos flamengos.

A par da faceta de centro de consumo, Bruges, orientou a prática comercial para um mercado bem fornecido onde os mais diversos mercadores acorriam para obter com maior facilidade uma diversidade de bens ao dispor.

A presença portuguesa nesta cidade aumentou significativamente com a deslocação de Isabel de Portugal. A colónia portuguesa, que se confundia com

o séquito de D. Isabel, estabeleceu-se de forma permanente na praça flamenga. O número de portugueses na Flandres, segundo refere Jan A. Van Houtte, atingiram o seu máximo entre os anos de 1450 e 1481, cronologia que remete para os anos correspondentes ao governo de D. Afonso V após Alfarrobeira (1449-1481).

Em Bruges foi montada uma feitoria portuguesa que escoava os produtos vindos das novas explorações atlânticas. A primeira menção a um feitor em Bruges data de 1417. Entre os produtos que para aí se dirigiam encontram-se o açúcar da Madeira, as especiarias e o marfim africano. Em troca, o feitor de Bruges encarregava-se das compras de retorno entre as quais se salientam cobre, armas, peles, tecidos, jóias, móveis, arreios e pergaminho para as obras de Zurara.

Bruges alcançava dia a dia um valor económico e cultural excepcional para Portugal, porque através deste porto flamengo a corte portuguesa podia também contactar com o centro cultural do Norte da Europa e quebrar o isolamento a que estava sujeito pela posição periférica que ocupava na geografia do território europeu.

No século XV, Bruges depara-se com uma concorrência crescente por parte de outros portos localizados nos Países Baixos, Dordrecht na Holanda, Middelburgo, Zelândia, Bergen e Antuérpia, que progressivamente vai substituindo Bruges pelos condicionalismos inevitáveis que o porto vai sofrendo.

Os duques da Borgonha transformaram toda a riqueza económica do território em pompa e força política difícil de contrapor. São conhecidos os grandes banquetes, o esplendor da casa ducal e a sua dedicação às artes e à cultura. O domínio das actividades económicas, associado à promoção social, iniciou o percurso de progressão política do ducado em meados do século XIV.

Carlos o Temerário demonstrava uma grande inteligência política, habilidade diplomática, eloquência e capacidade de intervir militarmente, garantindo apoios importantes para a sua pretensão expansionista, entre os quais o apoio financeiro dos Medici, que transformaram o ducado da Borgonha num poderoso estado. Foi por algum motivo que recebeu o cognome de «o Temerário».

No decorrer da administração do ducado, Carlos o Temerário, negoceia uma aliança com Eduardo IV de Inglaterra e procura obter benefícios do conflito aberto entre França e as coroas de Castela e de Aragão. Para concretizar o auxílio inglês casa com a irmã de Eduardo IV de Inglaterra, Margarida de York, em 1468.

Apoiando-se no irmão de Luís XI, Carlos –homem audacioso ao ponto de pretender ascender à coroa francesa destronando o irmão–, forma uma liga, designada de Liga do Bem Público, que objectivava o domínio da corte e a diminuição do poder central. Entre os envolvidos neste plano ao lado de Carlos o Temerário, destacam-se o duque João da Calábria, interessado na disputa de Nápoles; o conde Dunois, filho bastardo da casa de Orleães; o conde de Armagnac; o duque Carlos de Berry, irmão de Luís XI, e o duque da Bretanha. Os intentos desta liga nunca surtiram efeito, mas criaram algumas dificuldades à política de Luís XI.

Os anos que se seguem são desfavoráveis ao monarca francês. Carlos o Temerário aproveitou o momento para expandir o seu território em direcção à união das duas partes em que se dividia o ducado da Borgonha, de forma a garantir maior autonomia.

Parte dos territórios de Carlos o Temerário localizados na alçada do Império Alemão poderiam, com o aval de Frederico III, transformarem-se em reino, o que proporcionava ao duque da Borgonha um poder difícil de combater por parte de França. Perante o aval do duque da Bretanha em conceder o título de rei a Carlos o Temerário, Luís XI convenceu Frederico III do perigo que este condado da Borgonha representava não só para França, mas também para as fronteiras do Império Alemão. O monarca francês aspirava a uma união com Frederico III de forma a encravar o ducado da Borgonha, mas uma embaixada promovida por Luís XI junto do imperador evitava a colocação do título de rei nas mãos de Carlos o Temerário. Frederico III, que prometera a coroa real a Carlos o Temerário, recusa-se a entregá-la, perante o qual, este lançou uma ofensiva à Renânia.

Um outro acontecimento iria ser crucial para o momento. Carlos de França, irmão do monarca, morre (contam os rumores de corte que teria sido envenenado por Luís XI), o que representa uma perda para a Liga do Bem Público que se vê privada de um sucessor real que substituísse o monarca em funções.

Carlos o Temerário, grande líder deste movimento, elabora um novo plano estratégico de confronto a França. Acorda com a Catalunha um assalto ao poder de Luís XI, pelo qual a Catalunha atacaria pelos Pirenéus e a nobreza da Liga iniciaria uma revolta interna. Os exércitos inglês e da Borgonha reuniriam-se em Calais, entrariam em território francês e coroariam Eduardo IV de Inglaterra como rei de França. Por fim, a contrapartida, os aliados envolvidos reconheceriam a Borgonha como reino.

O ducado da Borgonha tinha atingido o seu expoente máximo. A partir deste momento a crise instala-se, e os conflitos internos entre as distintas partes que constituíam o ducado vão-se acentuar. Tinha chegado o momento de mudar o rumo dos acontecimentos, momento tão esperado por Luís XI, que, movendo os apoios diplomáticos obteve uma grande oposição a Carlos da Borgonha.

Tão embrenhado estava Luís XI com as questões resultantes deste plano integrado, que não deu resposta a D. Afonso V no auxílio prometido para contrariar a sucessão no trono de Castela dos Reis Católicos em desfavor de Joana a Beltraneja. Passadas todas estas questões, Luís XI manifestou-se a favor de D. Afonso V, mas era já demasiado tarde. O apoio efectivo por parte de França fracassara.

Em Julho de 1475, no seguimento do plano acordado com o duque da Borgonha, Eduardo IV chega a Calais. Carlos o Temerário deveria encontrar-se com o monarca inglês, mas o encontro não aconteceu. O duque encontrava-se retido num cerco ao qual tinha acorrido em auxílio do arcebispo de Colónia. Eduardo IV, impossibilitado de continuar em França, faz um acordo de tréguas por sete anos com Luís XI, no qual o monarca francês compromete casar o príncipe herdeiro com a filha de Eduardo IV. Em troca daria avultadas quantias monetárias e uma pensão anual também avultada. O feitiço voltava-se contra o feiticeiro, e Inglaterra acordava com França medidas que seriam adversas à política de Carlos da Borgonha.

Desde 1474, as cidades dos Países Baixos iniciaram um período de grande resistência ao domínio da Borgonha. Sigismundo da Áustria, os cantões suíços, as cidades da Renânia e Renato II da Lorraine formam uma união de oposição a Carlos da Borgonha. Conforme o acordo estabelecido em 1475 entre Inglaterra e França, algumas medidas limitativas da acção do duque da Borgonha vão ser colocadas em prática: Carlos o Temerário é obrigado a assinar uma trégua com Luís XI.

No entanto, as pretensões de autonomia de Carlos o Temerário e a vontade de repor a situação continuavam fortes. Carlos o Temerário desloca-se em direcção à Renânia deixando alguma liberdade de movimentos a Luís XI, que aproveita o momento para agir.

Em 1477 morre o duque da Borgonha na batalha de Nancy, desaparecendo em campo de batalha uma das grandes ameaças ao rei de França. Maximiliano de Habsburgo, casado com Maria da Borgonha assume o título de conde da Flandres e duque da Borgonha, o que abria as portas à unificação da Alemanha.

São de relevar as ambições próprias de cada monarca em conflito neste período. França e Inglaterra, velhos opositores, viram Portugal e o ducado da Borgonha imiscuírem-se nos seus propósitos por ideais próprios que se cruzavam com o conflito que de longa data opunha os monarcas franceses e ingleses. A aspiração de Carlos o Temerário procurava alcançar o título de rei, e a vontade de D. Afonso V diligenciava no sentido de dominar a política peninsular, à semelhança do sucedido no reinado de D. Fernando.

Neste contexto, D. Afonso V laborava em consonância com seu primo, Carlos o Temerário. As influências de ambos solidificavam-se na corte de Frederico III: o primeiro através do casamento de D. Leonor, o segundo através da presença no Império Alemão de territórios com quem detinha um bom relacionamento diplomático. A ligação de D. Afonso V e de Carlos o Temerário é pouco clara na documentação, o que aponta para uma política de sigilo na acção de ambos, que certamente envolveria também Henrique IV. No entanto, é claro o interesse que D. Afonso V detinha na criação de uma frente afastada de conflito a Luís XI.

Por sua vez, o duque da Borgonha beneficiava do apoio da Catalunha caso esta se mantivesse num partido afecto a D. Afonso V, como o traduzido pela presença do condestável D. Pedro. O jogo de interesses que assentavam no império de Frederico III e na Catalunha neutralizava em conflitos distantes a acção de Luís XI sobre a Castela dos Reis Católicos, e agia junto de Frederico III para que este concedesse o título de rei a Carlos o Temerário, o que quase aconteceu. A acompanhar este palco de interesses políticos, Inglaterra organizava o seu auxílio em perfeita consonância com os interlocutores do processo e garantia o apoio.

A morte de Carlos o Temerário em 1477 permite a viragem definitiva do monarca francês para o partido dos Reis Católicos anunciando o emaranhado de interesses que moviam estes líderes políticos.

Maria da Borgonha, filha de Carlos o Temerário e sua sucessora, era uma das grandes herdeiras de França. Luís XI, como tutor de Maria da Borgonha à morte de seu pai, tentou controlar a herança que esta recebia. Tentou casá-la com o príncipe herdeiro, mas as ligações da Borgonha à casa de Habsburgo e a Frederico III orientaram-na para um casamento com Maximiliano de Habsburgo, filho de Frederico III e de D. Leonor de Portugal, em 1477.

Mais um testemunho evidente de que Luís XI temia o ducado da Borgonha e o surgimento de um reino que lhe seria deveras prejudicial. Maria da Borgonha sabia que para cumprir os interesses há muito demonstrados pelos duques da Borgonha deveria manter a sua política dirigida para o Império Alemão.

A rápida acção de Frederico III deixara alguns problemas a Luís XI. O monarca francês temia a força do imperador e o seu domínio sobre grande parte do ducado da Borgonha. Temia que a Flandres pudesse acordar com Castela algum auxílio contra Luís XI. Dominavam em Castela e Aragão os Reis Católicos, e a sua fama chegara a França. Teria sido mais favorável a Luís XI a sucessão de D. Joana e de D. Afonso V, mas o monarca francês compreendeu que a partir do casamento de Isabel e Fernando de Aragão o monarca português não teria possibilidades de subir ao trono de Leão e Castela. Para evitar a ira dos Reis Católicos retira o apoio a D. Afonso V. Perante o novo perigo peninsular, representado por Isabel e Fernando de Aragão, Luís XI tratou de anexar a zona da Borgonha, Artois e Picardia, tentou uma invasão nos Países Baixos e tratou da paz com Castela.

Maximiliano de Habsburgo assumiu, em virtude do casamento com Maria de Borgonha, o conflito que opunha o ducado da Borgonha a França. O vasto e poderoso território que se encontrava dependente deste ducado, integrando o ducado e condado da Borgonha, Artois, Picardia e os Países Baixos, é uma constante ameaça ao rei francês. Inicia-se um período de conflito que terá o seu termo em 1479 e que não obteve qualquer resultado prático.

Em 1482 morre Maria da Borgonha. Tinha apenas uma filha, Margarida, que contava com três anos. Maximiliano entrega a Borgonha e a Picardia a Luís XI, o condado da Borgonha, as terras de Maconnais, Auxerrois e Artois a Maximiliano e em dote a sua filha, noiva do príncipe herdeiro. Conservava apenas os Países Baixos e a Flandres.

Ao lado da Borgonha, o ducado da Bretanha oferecia igual resistência ao monarca Luís XI. A Bretanha, não tão bem posicionada e menos rica que a Borgonha, não deixava de ser um poderoso reduto de resistência. Francisco II, duque da Bretanha, governa entre os anos de 1458 e 1488. É um homem menos duro que Carlos o Temerário, mas não menos influente. Nantes, a sua residência tornou-se um dos principais centros irradiadores de intrigas.

Também a casa de Anjou oferecia uma enorme resistência à coroa francesa. A casa de Anjou com pretensões sobre Nápoles lançava Luís XI na

expansão sobre as cidades italianas. O monarca mantinha diversas relações com elementos de grande relevo em Itália, entre eles, Ludovico Sforza. Interesses de expansão dominavam os monarcas europeus do tempo de D. Afonso V.

1.2. A EUROPA MEDITERRÂNICA

O espaço do Mediterrâneo localizado entre as rotas que percorrem mundos muçulmanos e orientais é o centro comercial mais activo. Salientam-se neste processo as cidades italianas com amplas movimentações nas escalas do Levante e com ligações ao intermediário muçulmano. Veneza articula-se entre Beirute e Alexandria e pelas rotas do Levante, Génova alarga a sua área de influência sobre o mar Egeu, o mar Negro e domina a ilha de Quios, onde se centraliza todo o comércio proveniente das rotas do Egeu, Síria, mar Negro e Turquia.

A perda de Constantinopla em 1453 vai ser de grande importância para o futuro da economia do Mediterrâneo. A perda do mercado turco e dos produtos que ele comporta vão provocar grandes transformações na economia ocidental. Instalam-se crises por falta de matérias-primas e de fornecimento de mercado, e agitações sociais, aumentando a concorrência entre cidades e entre mercadores. Entre as consequências mais assinaláveis detecta-se a procura de novas rotas e de novos mercados, tarefa já iniciada por Portugal, à qual D. Afonso V reserva especial atenção, e que se traduz pela sua acção no Norte de África e pela exploração da costa ocidental africana. As dificuldades produzidas a oriente ocidentalizam a viragem económica.

Neste processo, o mar Tirreno vai ocupar uma posição de primeira linha nas relações económicas do Mediterrâneo. Os portos do eixo que liga o Mediterrâneo à Catalunha, no qual o destaque cabe a Barcelona, Maiorca, Palermo, Nápoles, Siracusa, Quios e Rodes, adquirem grande relevo económico e político. Nápoles, que se constitui como centro económico e social de relevo, forte mercado e forte centro político, será um dos pilares do Mediterrâneo. Outro eixo sai de Barcelona em direcção ao sul ligando a Europa ao litoral africano. Neste eixo salientam-se Valencia e Maiorca. As rotas mais lucrativas cruzam os portos do Tirreno com as rotas do ouro do Sudão, através de Tunes. Granada, ponto de passagem obrigatória para mercadores e mercadorias de luxo, é outro

mercado fundamental do Mediterrâneo. Portugal participa nestas rotas através da exploração das frutas do Algarve e do açúcar da Madeira.

Os muçulmanos do Mediterrâneo dividem-se em grupos distintos que dominam as rotas comerciais do Índico, das costas africanas orientais e do mar Vermelho. Um grupo sitiado em Granada (aí se mantém até 1492) é o grande responsável pela aculturação islâmica do Sul da península ibérica. Outros localizados em Fez, Tlemcen e Tunes, áreas correspondentes a Marrocos, Argélia e Tunísia, são presa constante de italianos, espanhóis e portugueses, e bases ideais para a fixação de pirataria. Mais a oriente, um outro grupo prevalece a partir do Cairo, Egipto, Arábia e Síria e constitui-se como a principal potência muçulmana do Mediterrâneo.

No século XIV mas, sobretudo, no século XV, os turcos otomanos são uma potência em crescimento no Oriente. Othman, o primeiro chefe turco, iniciou uma conquista sem precedentes. Estabelecido em terras do Noroeste da Anatólia, deslocou-se para Niceia e Brusse, locais estratégicos localizados no confronto de importantes vias comerciais. Interessava-lhe controlar as rotas que se deslocavam até Constantinopla, rotas lucrativas e muito visitadas por mercadores de diversa origem.

Aproveitando as divisões internas do Império Bizantino, os turcos colocam-se pela primeira vez na Europa em 1347. Anexam na Ásia vários territórios vizinhos e levam os seus exércitos às portas de Ankara. É nos Balcãs que vão estabelecer as bases do seu império. Os rápidos avanços mais uma vez se devem à fragilidade política bizantina assente nos Balcãs e às discussões religiosas que assolavam estas áreas. Perante estas fragilidades internas, a resistência ao avanço turco não se processou. A força do Império Otomano deve-se, ainda, a uma prosperidade económica que não vê qualquer sinal de crise.

Os muçulmanos distinguem-se no grande comércio de produtos provenientes do Oriente –as especiarias da Índia, as tapeçarias da Pérsia, as sedas e as pérolas, entre outros–, fornecem as cidades italianas no Ocidente e acolhem nos seus portos navios com as mais diversas proveniências, e as suas cidades –localizadas nas encruzilhadas do Ocidente e do Oriente– acolhem viajantes, comerciantes, artesãos e aventureiros. O império constitui-se como o verdadeiro centro do mundo, dominando a Índia, a Arábia, a Pérsia, a Insulíndia, as ilhas e os mares orientais povoados de mercadores. Conquistadores, marinheiros e mercadores instalam-se solidamente por estas terras.

Na África oriental localizam-se três reinos colonizados por cristãos bizantinos: os três reinos núbios. Comanda o grupo o reino cristão da Etiópia, localizado em volta de Axum com influência no mar Vermelho, que no século XV alarga as suas fronteiras sobre o mundo muçulmano envolvente. Nos mares, os estados de piratas muçulmanos como Mogadíscio, Melinde e Zanzibar dominam o tráfico no Índico.

O Oriente no século XV é conhecido por descrições cada vez mais próximas já que a vizinhança e o convívio com as cidades italianas e com o reino de Aragão trazem um conhecimento mais real. A Índia, a terra desejada, ambicionada e envolta em relatos, uns mais reais e outros míticos, desperta curiosidades e estimula desejos de novidade. Abriam-se as portas ao Oriente.

Por sua vez, o Ocidente cristão era o grande objectivo do Império Otomano depois da sua expansão pela Ásia Menor e pelos Balcãs. A Grécia e o Peloponeso, extremamente divididos, são disputados por francos, catalães, venezianos e por outros gregos. Uma confluência de interesses deslocava os povos em orientações idênticas, e os mundos aproximavam-se.

A divisão ocidental, os conflitos que os opunham associados a uma política colonizadora e de reorganização administrativa, militar, económica, religiosa e de fortalecimento centralizador permitiram ao Império Otomano em expansão obter um sucesso sem retorno. Os turcos dominavam facilmente as áreas rurais graças a uma eficaz implantação do exército em pontos estratégicos, os *ribat*, conventos fortificados onde a religião e os movimentos militares se misturam. Os emires turcos tomavam as grandes cidades e aí se fixavam, preferindo as cidades com vocação comercial, actividade fundamental entre os muçulmanos. O exército avançado empreendia uma série de investidas nas áreas de fronteira e os seus sucessos consecutivos permitiam-lhes ir cada vez mais longe. Outros combatem por conta própria formando covis de piratas, que se inspiram nas lutas promovidas pelo poder central e estão bem atentos aos momentos políticos de viragem que lhes permitem colocar-se em determinadas posições. Estes transformaram o Mediterrâneo em mar de temores e foram os elementos do sucesso garantido.

Data de 1362 um dos primeiros alertas vindos do Papado, através de Urbano V, que comunicava o perigo do Império Otomano. A tentativa de resistência que envolveu o rei da Hungria, Luís de Anjou, e o duque de Sabóia, saldou-se em fracasso. Em 1439 os turcos ocupam a península balcânica. Constantinopla,

capital bizantina, estava à vista. Temendo o ataque turco, o imperador bizantino faz acordo com Roma, disposto a colocar em causa o clero ortodoxo em troca de auxílio militar.

Seguindo o apelo do papa forma-se uma cruzada que integrava homens vindos da Polónia, da Hungria e da Alemanha. Génova e Veneza participavam no conflito com armadas estrategicamente colocadas pelo Mediterrâneo que tentavam impedir o avanço. Em 1443 as tropas cristãs alcançam uma vitória que celebram com um acordo de dez anos de tréguas. Este acordo foi quebrado pelos cristãos que decidem com um bom número de efectivos militares colocar-se em Constantinopla. Perante a quebra do acordo, Murad encontra os cristãos e derrota-os. Os turcos retomam o avanço e a força da reconquista. Impunha-se como um líder sem igual, Maomet II o Conquistador, que subia ao trono depois da morte de seu pai, Murad, em 1451.

Em Abril de 1453 os turcos tomam todas as possessões externas e colocam um cerco a Constantinopla, cidade que acaba por sucumbir a 29 de Maio. Maomet entra em Santa Sofia com o seu cavalo para profanar a catedral bizantina que logo se transforma em mesquita, e muda a sua residência para Constantinopla, que toma o nome de Istambul. Os reforços, sobretudo provenientes das cidades italianas, com especial destaque para genoveses e venezianos, não conseguem derrotar a força de Maomet.

Do Império Bizantino restam apenas alguns enclaves cristãos de rara importância: Moreia, que foi submetida à vassalagem turca, e Trebisonda, porto localizado no mar Negro, que só seria tomado em 1462.

A conquista territorial turca continua. Entre 1456 e 1479 apodera-se da quase totalidade do território da Grécia, e pelos anos seguintes espalha o terror entre o Ocidente cristão, que vivia uma apatia difícil de contornar. Após a tomada de Constantinopla, o papa tentou movimentar os cristãos em cruzada de libertação, mas os apoios não passaram à prática. Ficou célebre o banquete realizado pelo duque da Borgonha em 1454, no qual reuniu a nobreza mais ilustre, que no momento se manifestou movida dos mais altos ideais de cruzada, mas tudo não passou de um simples banquete.

Esta apatia devia-se ainda à divisão e a alguma anarquia criada no seio da Igreja, resultado do Cisma que ainda mostrava os seus efeitos. Nicolau V e Pio II empenharam-se em garantir a paz entre os cristãos, em promover a unidade e em proporcionar o avanço contra o infiel. Só combatendo as questões internas da Igreja poderiam aspirar à união de uma cruzada.

Neste contexto encontrar reinos cristãos para além das fronteiras europeias era de uma importância vital para a sobrevivência de um território que sentia de perto a ameaça turca e assistia ao grande avanço da conquista. Portugal empenhava-se na descoberta do falado reino do preste João, que promoveria o tão desejado auxílio militar ao Papado, e, paralelamente, na conquista do território em África. O ouro, os escravos negros, a malagueta e o açúcar, invadiam o território europeu revitalizando-o economicamente. Castela seguia de perto os seus passos.

Nos séculos XIV e XV o Império Bizantino decaía em termos políticos proporcionado enormes divisões internas; no entanto, em termos culturais vai revelar uma grande actividade, promovendo o regresso ao helenismo, ainda no século XIV, e afluindo nas universidades os gregos e latinos. Desenvolve uma igreja ortodoxa e afasta-se do Papado proporcionando algumas divisões religiosas que acentuam as crises políticas.

É neste cenário que em 1453 cai Constantinopla em mãos muçulmanas. O sultão Maomet II o Conquistador toma a cidade onde coloca a nova capital do Império Otomano.

As sucessivas conquistas deste sultão deslocam o império cada vez mais para Ocidente e em 1480 chegam a Otranto, em Itália, embora sem grandes consequências. A morte de Maomet o Conquistador salvou a península itálica e o Ocidente: a partir da sua morte o império Otomano inicia um processo de desintegração.

Após esta grande invasão, os otomanos tinham conquistado os Balcãs, transpuseram o Danúbio e devastaram a Hungria, instalando-se um clima de apatia entre os cavaleiros mais empreendedores da Europa. Sentiu-se este torpor quando D. Afonso V tentou moralizar os príncipes cristãos na luta contra a tomada de Constantinopla. Compreendeu-o também o Papado que entendia não ser possível recrutar um grande exército para combater o infiel ocupador de territórios cristãos. Os monarcas envolvidos em projectos mais pessoais não encontravam disposição para a aliança internacional. D. Afonso V, ao disponibilizar as suas forças, colocou-se ao lado da Santa Sé na sua luta, e sairia reforçado com esta atitude.

A abertura do estreito de Gibraltar e a navegação pelo Mediterrâneo e pelo Atlântico, ligando os mercados do Sul da Europa e do Norte da Europa, incluem nas rotas a península ibérica que passa a ter uma posição estratégica nas navegações.

Lisboa e o eixo Sevilha-Cádis dominam as posições no estreito de Gibraltar. Assim o indica a saída de Portugal para o Norte de África, quer através da conquista quer pela exploração da costa africana. Os produtos africanos, nomeadamente o ouro, os escravos e as especiarias, começam o seu percurso até aos portos portugueses e à Andaluzia castelhana. Os portos de Andaluzia tornam-se grandes intermediários no comércio com África, envolvendo as ilhas do Atlântico, e, sobretudo, com o Mediterrâneo. Pelo contrário os portos portugueses detêm-se nas rotas do Atlântico Norte, onde Inglaterra, a Hansa e Bruges desempenharam papel fundamental.

Sevilha domina o trânsito marítimo castelhano. O crescimento operado no século XIV transformou a cidade num dos grandes centros comerciais do século XV. Entre a indústria rentável sevilhana encontra-se o sabão, o azeite, o vinho –que alcançou grande fama no Norte da Europa–, os couros, a lã e os produtos de tinturaria.

A exportação de vinho pela cidade de Sevilha foi a grande responsável pela crescente produção de vinhedos nas regiões de Jerez, Sanlúcar, Rota, Niebla e Huelva, entre outras. Esta produção fez-se acompanhar do cultivo da oliveira em larga escala, produção que colocava o azeite como principal produto de exportação andaluz.

Sevilha contava com uma rede de portos de exportação: Cádis, que em breve se transformou no principal porto de exportação para o Mediterrâneo e para África e desenvolveu um tráfego comercial de relevo com o muçulmano; Jerez, porto interior que colocava os produtos nas vias terrestres; Sanlúcar de Barrameda, localizado no Guadalquivir, aproveitando a via fluvial como meio eficaz de colocação e exportação dos produtos; o porto de Santa Maria, vocacionado para as actividades piscatórias e para o comércio com os muçulmanos.

Sevilha representava para os mercadores e marinheiros portugueses um rival com que deveriam ter algum cuidado. As cartas do infante D. Henrique e os enviados a Sevilha datadas de 1452 anunciam o mal-estar causado pelos sevilhanos aos navios portugueses e a concorrência nas navegações, no comércio e nas pescas no Atlântico. Outras cidades como Palos e Moguer também participavam nestas aventuras navegando por terras da Guiné e recolhendo escravos negros.

As actividades portuárias e comerciais marítimas desenvolveram em Sevilha uma série de outros ofícios paralelos e dependentes destas actividades. Carpinteiros, ferreiros, calafates, pescadores, marinheiros, mercadores, e muitos outros passam a grupo dominante dentro da cidade.

A Sevilha acorrem mercadores com diversa proveniência atraídos pelo desenvolvimento comercial que este porto atingiu. Destacam-se inúmeros estrangeiros, entre os quais um bom grupo de italianos, especialmente genoveses, mas também romanos, milaneses, florentinos e venezianos. Outros mercadores portugueses, ingleses, franceses e flamengos desempenham igual papel entre as actividades comerciais da cidade.

As rotas atlânticas e mediterrânicas seguidas pelos mercadores de Sevilha, em breve abrem conflitos com os outros mercadores, incluindo os portugueses. O destino principal das rotas sevilhanas cruzadas pelo Atlântico dirigia-se para as Canárias. Outras rotas levavam os sevilhanos às ilhas portuguesas e à África recém descoberta, destinos que não eram alcançados sem que alguma resistência se processasse.

Desde o século XIII ao XV, a presença de uma fronteira com os muçulmanos na península ibérica, marcou os hábitos e o quotidiano das populações, mas também as estruturas políticas e económicas dos reinos a norte. Com a presença de uma fronteira em Granada, Gibraltar merece uma atenção especial. Estreita passagem que liga o Mediterrâneo ao Atlântico, o seu controlo efectivo interessava a todos os mercados localizados em pleno Mediterrâneo que tinham que enfrentar o corso muçulmano na passagem. A sua libertação significava maior contacto entre o Norte o Sul da Europa, abertura de portos e circulação mais facilitada de mercadorias.

A conquista de Gibraltar em 1462 é assim de extrema importância quer para Castela quer para toda a Europa. O trânsito entre o Mediterrâneo e o Atlântico processava-se agora mais facilmente. Desde o primeiro momento que a defesa da cidade mereceu uma atenção especial. Os muçulmanos não desistiram dos intentos de a voltarem a recuperar e, por duas frentes, uma terrestre (a de Granada) e outra marítima (com origem em Marrocos), tentaram sucessivamente exercer pressões no sentido de voltarem a dominar o estreito.

O duque de Medina Sidonia, Juan de Guzmán, deu a conhecer os seus direitos legítimos sobre Gibraltar e pretendia anexar a cidade à marca de Medina. Por seu turno, o duque de Arcos, Rodrigo Ponce de León, exige da coroa a vinculação de Gibraltar à marca de Arcos de la Frontera. Henrique IV prefere reter a cidade em poder directo da coroa. Ficavam as despesas e o investimento de homens a cargo dos concelhos de senhorio régio, em especial Sevilha e Jerez de la Frontera.

Em 1464 Henrique IV encontrou-se com D. Afonso V em Gibraltar. Pôde assim o monarca castelhano constatar pessoalmente a dificuldade que grassava em Gibraltar. Perante esta situação, Henrique IV entrega a tenência de Gibraltar a Beltrán de la Cueva. O controlo do estreito continuou sujeito a uma ampla concorrência senhorial que as sucessivas doações de Henrique IV vieram complicar. Passa para o controlo do poder central apenas em 1469, data em que os Reis Católicos recuperaram a cidade e, cientes da sua importância, passaram a controlar directamente este espaço, pois Portugal dominava já o lado sul do estreito de Gibraltar, domínio obtido logo após a conquista de Ceuta, e Castela não podia voltar a perder o domínio do lado norte.

Granada e o estreito de Gibraltar contam ainda com uma presença efectiva de navios italianos. Estes mercadores comercializam em larga escala produtos orientais e africanos e promovem o transporte de mercadorias de outros mercadores muçulmanos de Granada para o Norte de África.

As cidades italianas desempenhavam um papel de relevo, bem conhecido em todo o Sul da Europa. Muito divididas e rivais entre si, viviam em conflito constante e mantinham um quotidiano de instabilidade. Em 1414 as esperanças de uma Itália unida esvaíam-se com a morte de Ladislau de Nápoles. O único meio de manter a península itálica funcional, apesar das inúmeras divisões internas, era a de manter internamente um forte equilíbrio de forças.

Como em Itália não existe um monarca nem um poder centralizador, as cidades transformam-se só por si em verdadeiros estados. É o caso de Florença, Milão, Veneza, Génova e Roma, as grandes cidades da península itálica.

O Norte de Itália, rico em ruínas romanas e com diversos elementos clássicos, inspirou o novo movimento cultural que cresceu no seu interior, constituindo em breve centros importantes de irradiação das novas correntes da arte, da arquitectura, das letras e das ciências. A acompanhar esta emanação cultural, as cidades do Norte italiano, onde se inseriam as dinâmicas actividades bancárias e o domínio das rotas orientais que conduziam os produtos mais desejados à Europa, gozavam de grande prestígio económico. Veneza e Génova controlavam as rotas do Levante, e Milão e Florença distinguiam-se pelo seu mercado de produção e distribuição manufactureira.

Nestas cidades crescem grupos de mercadores e de banqueiros com influência nos mais altos mercados do seu tempo. Os Medici de Florença, os Sforza de Milão (sucessores dos Visconti) os Gonzaga de Mântua, os D'Este de Ferrara e os Bórgias de Roma, poderosos senhores no mundo económico, verdadeiros príncipes que se glorificavam pelo apoio dado às artes e às letras.

Veneza, nascida sobre ilhas conquistadas ao mar, cresceu na órbita bizantina e a grande custo surgiu uma magnífica cidade. Vivia intensamente desse mar que se caracterizou como ponto de partida para uma espantosa expansão. Os seus domínios cresceram sobre o Egeu, na costa oriental do Adriático e pelo mar Jónico. Os mercadores venezianos viajavam por terras da Arménia, da Síria e do Egipto (com destaque para Alexandria), Flandres, Inglaterra, Hansa e a península ibérica. Veneza, cidade de confluência de rotas provenientes do mundo oriental, era considerada a nova Bizâncio e detinha as chaves do comércio mediterrânico.

Dominavam os meios políticos e o governo da cidade as famílias de mercadores-armadores e de proprietários fundiários, localizados nas terras mais a interior. Sob direcção destes encontravam-se os grupos de comerciantes, cambistas, lojistas e artesãos que se dedicavam ao comércio externo ou às concorridas vendas locais. O vidro de Murano, o marfim, os metais, as especiarias, a seda confeccionada a partir de fios provenientes do Egipto e da China, e o algodão figuravam entre os produtos mais rentáveis vendidos e produzidos pela cidade. Veneza tinha fama de ser o maior mercado da Europa.

Líder da política e dos negócios urbanos encontrava-se o *doge*, o qual, sendo eleito vitaliciamente, usava o título de príncipe. As suas tarefas são controladas pelo Conselho dos Dez que dirige a política instituída pelo *doge*. Rodeado por um conselho mais alargado, quem de facto governa, acaba por possuir apenas poder unificador da cidade e por ser um símbolo da autoridade. O Conselho, constituído pelas mais ilustres famílias locais, é acompanhado pelo real órgão de governo, o Senado. Composto por 120 membros, é o responsável pela política externa, pela defesa e pela guerra, nomeia titulares de cargos, dirige a vida económica e possui competências legislativas.

Os elementos sociais mais prestigiados da cidade, oriundos dos grupos económicos dominantes recebiam uma exemplar educação e uma aprendizagem nas matérias que regeriam o futuro pessoal. Além dos estudos básicos de gramática e cálculo, eram dirigidos para as actividades militares ou para a marinha de guerra ou comercial. Desde muito jovens acompanham as actividades comerciais e ingressam nos navios para receberem na prática as grandes lições de navegação. Com tal aprendizagem são elementos muito cobiçados por outros reinos, incluindo Portugal, que em Veneza ou em Génova procuram os

mestres, os navegadores de sucesso e os comerciantes bons conhecedores das técnicas económicas para que com os seus ensinamentos possam desenvolver a marinha e o comércio de reinos ávidos deste conhecimento. Em Portugal, o infante D. Henrique contou com a presença destes homens que incrementaram os conhecimentos e enriqueceram as práticas do comércio e da navegação. Alvise Cadamosto é um exemplo a fixar.

No século xv, Veneza depara-se com o terrível e rápido avanço turco por terra e por mar que anexa alguns dos seus territórios como Negroponto, em 1470, e Tana, em 1475. Em 1479 Veneza aceita as perdas e compromete-se a pagamentos aos muçulmanos para manter a paz.

Génova era a sua principal concorrente nos mares. Concorrência que proporcionava constantes conflitos da mais diversa índole. A localização de Génova, próxima de Aragão e de França, viu-se disputada entre estes dois poderes.

Em meados do século xv, Génova depara-se com grupos dominantes marcados por interesses distintos: os grandes proprietários, os banqueiros, os mercadores e os homens de leis. O *doge*, o defensor, tem um papel marcadamente militar. O Conselho dos Anciãos, composto por oito elementos, substituídos de quatro em quatro meses, dirige os negócios da cidade. Na realidade quem governa é este conselho. As relações entre os dois poderes políticos são muito conflituosas o que dá azo a que as potências externas (o rei de Nápoles, o duque de Milão, o rei de França e o rei de Aragão) tenham grande domínio sobre a cidade e o disputem.

O avanço turco provoca as suas consequências no território de Génova. Em 1453 perde Caffa e Pera. Caffa, localizado na Crimeia, é um centro de comércio de escravos, de especiarias e de sedas. Pera, em Constantinopla é um mercado de alúmen. Dificultado o acesso a Oriente, a cidade volta-se para terras ocidentais, viragem facilitada pelo seu posicionamento na península itálica. O contacto crescente com Inglaterra, França, península ibérica, e Norte da Europa permite-lhes uma aproximação ao Atlântico e às descobertas dos novos mundos. Em Portugal destacam-se os Lomellini, que incrementam na Madeira a produção da cana-de-açúcar, e em Castela os Centurioni, com influência nas ilhas Canárias.

Génova, virada para o Atlântico, dedicou-se a actividades que as descobertas proporcionavam como a navegação e a cartografia, constituindo excelentes escolas de cartógrafos.

A cidade de Milão tem grande implantação no século xv. O seu crescimento mais tardio não deixa de se operar, impulsionado, como em outras cidades italianas, pelo factor económico. O governo da cidade está entregue a um Conselho restrito de 12 membros, sob a vigilância do duque, que exerce um poder dominador sobre a cidade. Neste governo incluem-se as famílias mais destacadas e economicamente dominantes que vivem de uma ambiciosa política de casamentos com investidas sobre França.

A par da actividade comercial, Milão desenvolveu as indústrias têxteis da lã, do algodão, do linho, e das sedas. As indústrias do papel, do vidro e das armas seguem de perto os valores alcançados pelos têxteis. Parte da sociedade milanesa desdobra-se pelas actividades latifundiárias. A grande propriedade absorve um nível demográfico de valores consideráveis e envolve uma exploração de rentabilidade.

Em 1447 ocorre em Milão uma crise política. Filipe Maria Visconti, duque de Milão, morre sem herdeiros e proclama-se a república. Esta fragilidade política permite a entrada de poderes externos. O rei de Nápoles e o duque de Sabóia surgem como candidatos à sucessão no ducado. Neste contexto de assalto ao poder, surge Francisco Sforza, casado com a filha de Filipe Visconti, que em 1450 se apodera da cidade. Pacificado o governo, prossegue a sucessão e a expansão da cidade.

A cidade de Florença dominava a banca italiana e europeia e detinha um papel fundamental nas finanças, dominada por memoráveis banqueiros, entre eles os Medici. Durante os anos de crise, esta cidade anexou várias outras terras envolventes e o seu espaço de domínio cresceu sobre uma extensa área geográfica. Através de Piza tinha acesso às rotas do Mediterrâneo e aventuravam-se pelos locais mais longínquos desde o Norte da Europa ao Próximo Oriente. O Arno constituía uma excelente via em torno da qual a cidade foi adquirindo a sua estrutura urbana, social e económica. Além das actividades bancárias, desenvolveu uma indústria de lanifícios próspera. O seu desenvolvimento económico permitiu-lhe alcançar os mercados financeiros da Europa através de uma moeda forte que a cidade cunhou, o florim, que em breve se tornaria o padrão monetário da Europa.

Paradigmático no governo de Florença é o caso dos Medici. As primeiras referências à família dos Medici de Florença remontam a finais do século xii. Em 1378, Salvestro Medici é, de facto, o grande líder da célebre revolução popular dos Ciompi. Giovani, por seu turno, foi o grande gestor do património familiar que atingiu no início do século xiv o seu grande expoente.

Em meados do século xv, Cosimo Medici dominava a política e a vida quotidiana da cidade. Homem de grande influência e de enorme poder negocial e diplomático impõe-se como o grande senhor dos negócios europeus. O apoio financeiro que concedeu a Florença deu-lhe uma reputação de patrono artístico e literário. Além do célebre palácio construído em 1444 em Florença, financiou a obra de Brunelleschi da igreja de São Lourenço, o mosteiro dominicano de São Marcos –decorado com frescos de Fra Angelico–, a capela dos noviços na igreja de Santa Cruz e a igreja de Badia, e fundou as bibliotecas dos novos tempos, a Marciana e a Laureana. Grande seguidor dos ensinamentos platónicos, chama a Florença o filosofo Marsilio Ficino. Além destes apoios concedidos à cultura, Cosimo de Medici conferia um apoio regular à sustentação política da cidade. Este lugar que a família foi ocupando no topo da sociedade urbana concedeu-lhe direitos de governo sobre Florença. Cabia aos Medici decidir sobre quem ocupava os diversos cargos da administração urbana. Os Medici dominavam o mundo dos negócios mundiais, correspondiam-se com diversos reis do seu tempo e tinham diversas intervenções na banca e nos câmbios europeus.

As guerras constantes entre as cidades evidenciavam grupos de mercenários, os *condottieri*, entre os quais alguns alcançam, pelas suas qualidades militares, a fama e a glória. É o caso de Sigismondo Pandolfo Malatesta (1417-1468), que se distinguiu nas batalhas napolitanas ao lado de D. Afonso V, e de Francesco Sforza. Cosimo de Medici usou da sua influência para tratar de um acordo com este último em 1450. A paz estabelecia-se entre o território de Milão e de Florença. As lutas com Veneza duraram até 1454, ano em que, forçada pela queda de Constantinopla e pela proximidade turca, Veneza se vê obrigada a assinar um acordo com as frentes florentina e milanesa.

Lorenzo o Magnífico, é o descendente que lhe sucede com maior relevo nos negócios familiares. Na política, menos hábil, encontra algumas questões como a revolta de Prato em 1470, e em 1478 enfrenta a conjura montada pela famíla Pazzi, na qual seu irmão é morto.

Em 1454 foi assinado um acordo, designado de Paz de Lodi, entre os principais poderes políticos da península itálica. Aderiram ao tratado Milão, Veneza, Florença, Nápoles e o Papado. Foi formada uma liga à qual deveriam aderir todos os poderes de Itália de forma a garantir a paz. O Papado aproveitou o momento de paz para propor uma cruzada contra os turcos.

Itália mostrava-se extremamente dividida pelos seus fortes poderes internos que marcavam oposição sistemática e impediam que algum se sobrepusesse aos demais. Este constituía o maior perigo perante os ameaçadores perigos externos. Os cinco maiores poderes deviam através desta liga manter o equilíbrio tão necessário para fazer frente aos muçulmanos. Esta necessidade de unidade foi o que proporcionou o êxito à liga. Apenas Afonso V, rei de Nápoles se manifestava desagradado com a perda de Génova para França e não perdia a esperança de a reaver, sem êxito. Afonso V de Aragão morrerá sem conseguir reaver Génova. Sucede-lhe seu filho Fernando que retomou a paz e o equilíbrio pelo Mediterrâneo.

A paz proporcionou nova força aos homens do poder político local. Francesco Sforza assumia o ducado de Milão e dominava a cidade. O seu filho Galeazzo Maria Sforza (1444-1476) recebia uma educação digna de um verdadeiro príncipe do Renascimento, no entanto, a sua conduta como sucessor de seu pai deu origem a tal despeito que foi assassinado em 1476.

Este assassinato colocou em causa o domínio dos Medici, que em Florença dependiam cada vez mais dos acordos feitos com os Sforza. A discórdia gerada internamente em Florença permitiu que a família Pazzi, com a conivência de Sisto IV, tentasse derrubar os Medici e assumir o domínio político de Florença. Salienta-se neste processo Francesco Pazzi, um banqueiro florentino de grande sucesso que no momento exercia as funções de banqueiro do Papado.

Em 1478, na Catedral de Florença depois da missa, um novo crime é cometido. Giuliano de Medici era assassinado e o seu irmão Lorenzo conseguira escapar. A violência provocada pelos Pazzi na catedral de Florença teve o mais vivo movimento de contestação por parte da cidade e dos seus habitantes. Jacopo Pazzi e outros homens da conspiração foram enforcados. Perante esta contra reacção dos Medici e da cidade, o papa excomungava Lorenzo de Medici e todos os cidadãos de Florença e declarava guerra à cidade. Lorenzo de Medici conseguiu manter o controlo da situação e colocar-se no domínio da política florentina, no entanto, estes momentos revelam as controvérsias existentes ao nível dos poderes que constituíam a Itália do século xv.

Génova dominava desde o século xiv o comércio do ouro africano que entrava através dos portos do Sul da península ibérica. Desde cedo a banca genovesa adquiriu uma grande experiência na compra e venda de moedas e no tratamento da prata e do ouro. O ouro que chegava via rotas do Norte de África atraía os homens que tentavam decifrar a sua origem envolta em mistério. Depois da passagem do Cabo Bojador e da chegada às terras do ouro, sob comando do infante D. Henrique, muitos genoveses adquiriram um lugar de

prestígio que tinha também como objectivo alcançar algum predomínio no comércio deste produto. Antonio de Nolli, que através de Cabo Verde tentava chegar aos produtos africanos e comercializá-los pelo Mediterrâneo, é um dos exemplos.

Génova conservava no século XV as relações com o mar Negro de onde provinham a prata, a madeira, as peles, os couros, o açafrão, os escravos, as tapeçarias e as sedas.

Os banqueiros genoveses concentraram as atenções em Sevilha, onde sucessivamente adquiriam privilégios dos monarcas castelhanos. Em Lisboa fixaram-se os Lomellini.

A tomada de Constantinopla pelos turcos e a crescente afirmação no mar Egeu afastou os italianos para o Tirreno e para os contactos com o Norte de África. Os portos do âmbito catalão como Barcelona, Maiorca, Cagliari, Palermo e Nápoles desenvolveram-se e incrementaram as suas relações com Alexandria, Chipre e Rodes. Alexandria ligava-se via marítima aos portos orientais e facilmente alcançava a Índia. Estas rotas de comércio transformaram-na na metrópole mais reconhecida economicamente dentro do Mediterrâneo.

A expansão turca e a libertação do estreito de Gibraltar pelo crescente domínio português levaram Veneza a procurar cada vez mais no Ocidente as suas compensações pelas perdas orientais. O Norte de África e as indústrias das sedas e do vidro, localizadas sobretudo em Murano, permitiram à cidade desenvolver actividades em solo firme que lhe garantiam o sucesso.

Génova e Veneza transformavam os núcleos urbanos em mercados diários onde afluíam produtos de luxo e mercadores de lugares longínquos, mercados de visita apetecível, onde dominavam mercadores de prestígio como os Centurione, os Spínola e os Grimaldi. As rotas que se dirigiam para o Norte da Europa crescem em movimento e transportam desde o Mediterrâneo produtos até Londres e Bruges.

O Papado é um dos grandes poderes europeus estabelecidos na península itálica. Em meados do século XV vive ainda os efeitos devastadores do Cisma que diminuiu o poder do Papado. A partir desse momento a Europa religiosa não voltaria a ter os mesmos contornos nem as mesmas atitudes perante a Santa Sé, apesar das inúmeras tentativas de recuperação da unidade por parte de Roma.

Entre os anos de 1431 a 1443 reúne-se o Concílio de Basileia. Este concílio dispunha-se a tratar de questões relacionadas com a reforma da Igreja, com

problemas existentes com cristãos gregos e com a expansão turca para Ocidente. Esta crise da Igreja coincide sensivelmente com o fim da Guerra dos Cem Anos e correspondia sobretudo a uma crise de poder dentro da própria Igreja emergente a partir da crise do século XIV e da mudança de mentalidades que então se operou.

Para mudar os sentimentos e atitudes vividas dentro da própria Igreja, entendiam os papas que era necessário reconstruir Roma e conceder-lhe uma imagem de prestígio e de poder. Uma cidade renovada, limpa e munida de obras de arte dignas de serem vistas, proporcionava a qualquer visitante uma visão agradável do centro religioso da Europa cristã. Martinho V empenhou-se em melhorar a imagem de Roma restaurando igrejas e reconstruindo aquedutos. O seu sucessor, Eugénio IV, entrou em Roma em 1443 e continuou o trabalho desenvolvido, dando novo alento aos monumentos da Antiguidade assentes em Roma.

Nicolau V encontra já uma Roma um pouco diferente, mas ainda com inúmeras questões internas que tenta resolver. Continua as obras na cidade para a tornar a mais grandiosa possível aos olhos dos peregrinos que anualmente se deslocavam a Roma. Sendo a basílica de São Pedro em Roma um dos grandes centros de peregrinação da Idade Média, Nicolau V inicia uma nova construção que conferia dignidade à visita dos inúmeros peregrinos. Dado às grandes construções, pretendia criar em Roma a maior basílica da cristandade e a maior biblioteca da Europa. Este papa chama os grandes artistas da época que trabalham nas mais variadas construções embelezando-as com magníficos trabalhos. Paralelamente ao crescimento de obras de arte por toda a cidade, multiplicam-se os livros e os manuscritos, procurados por todas as partes.

Como consequência dos seus esforços, os peregrinos afluíam em maior número à cidade, e a imagem da Roma grandiosa espalhava-se por toda a Europa. A qualquer hora do dia os santuários estavam cheios de peregrinos que se deslocavam das mais variadas partes da Europa. A história do cristianismo contava-se pelas ruas e pelas catacumbas localizadas nas proximidades, os ecos das vozes emitiam louvares a Deus e à fé cristã.

Como palco de um casamento imperial, de Frederico III e D. Leonor, irmã de D. Afonso V, Roma deixa já transparecer uma cidade grandiosa e solene. O desenvolvimento artístico e cultural tinha como objectivo integrar Roma nas novas correntes da época e conceder à cidade a grandiosidade e dignidade do centro religioso de toda a Europa, governado como um estado pelo Papado. Os

legados da corte pontifícia deslocavam-se por toda a Europa dando a conhecer as aspirações de Nicolau V e a necessidade da contribuição para tais obras. Pouco a pouco Roma foi adquirindo um rosto que comportava exclamação.

Em 1449, Nicolau V trabalhava no sentido da renovação de Roma e na resolução dos seus múltiplos problemas internos. Empenhou-se ainda na resolução das discórdias internas da Igreja, enviando legados a todos os reinos cristãos com a missão de impor a ordem.

Em 1453 Constantinopla cai em mãos muçulmanas. Nicolau V apela à participação na cruzada contra os turcos que tinham tomado Constantinopla: vendeu inúmeras obras de arte para financiar um exército que se dispunha a combater os turcos e criou uma frota que se colocou no mar Egeu para controlar o avanço turco. Nicolau V morre quando a cruzada tomava forma, embora lentamente e sem adesões práticas.

As tropas turcas de Mohamed II avançavam para lá de Bizâncio e colocavam em risco toda a Europa central. Pouco a pouco os príncipes europeus vão aderir a este chamado, embora sem grande êxito. Em 1454 o duque da Borgonha e muitos cavaleiros a seu serviço juram combater o infiel. Neste ano as cidades de Veneza e de Génova assinam um acordo com Mohamed II pelo qual desistiam de participar na cruzada, em troca de benefícios comerciais. Em 1455 Frederico III e Afonso V de Aragão tomam a cruz da guerra santa, e Carlos VII de França compromete-se a tomar parte na cruzada.

O seu sucessor, o espanhol Afonso Bórgia, assume o pontificado em 1455, sob o nome de Calisto III. Mentor de uma política diferente, condenou Nicolau V e os seus gastos excessivos com construções na cidade, com obras de arte e com a compra dos livros e manuscritos. Era adepto da organização de uma cruzada eficaz contra os muçulmanos que devolvesse Constantinopla, já tentada, sem efeito, por Nicolau V. Em 1455 decretou a publicação de indulgências e impôs rendas especiais para custear a guerra contra os turcos, concedeu privilégios a quem pretendesse colaborar na guerra contra o infiel como o direito ao saque e a redução à escravatura de prisioneiros. As frotas reunidas, embora em pequeno número, iniciaram um processo de combate aos muçulmanos que, de facto, colocou algum travão ao seu avanço.

No entanto, a prática das indulgências abria uma feroz oposição à doutrina defendida por Calisto III. A sua postura no Vaticano e a consequente reunião de familiares seus em Roma desencadearam algumas animosidades. Rodrigo Bórgia, sobrinho de Calisto III, acalentava, pela sua falta de honestidade e pelos

seus comportamentos menos aceitáveis, grandes ódios. Diziam os seus contemporâneos que Roma tinha sido invadida por catalães.

Calisto III morre em 1458 e é sucedido por Eneas Sílvio com o nome de Pio II. É um grande humanista de seu tempo, famoso pelo *Imago Mundi*, e um dos reformadores de maior prestígio. Este novo papa assume a mesma atitude de imposição e de resolução das inúmeras questões internas. Contou com a acção de Nicolau de Cusa, activo legado pontifício que assumiu eficazmente as funções delegadas pelo Papado.

O grande interesse de Pio II pelas antiguidades romanas e a defesa dos monumentos insere-o numa acção de força contra as sucessivas pilhagens que se faziam sentir na cidade a tudo o que era vestígio clássico. Em 1462 emite uma bula na qual proíbe a demolição de edifícios antigos em Roma e em território romano.

Durante o seu pontificado o império turco avança fragilizando a Europa e colocando-se às portas de Roma. Pio II manifestava, assim como os seus antecessores, a necessidade urgente de impor a paz no seio da Igreja. A paz colocava um travão ao avanço turco que se mostrava imparável e aterrador, e representava a unidade militar da Europa cristã que urgia implantar. Demonstrou ainda interesse em combater directamente o muçulmano. Para tal, convoca uma reunião em Mântua que pretendia organizar uma grande cruzada contra os muçulmanos, mas morre em 1466 sem a concretizar.

Em Roma sucede-lhe Paulo II, inimigo declarado dos humanistas que vai alterar por completo a política desenvolvida pelo seu antecessor. Considerando os humanistas como pagãos, vai proceder a uma intensa perseguição aos intelectuais do seu tempo. A sua imagem de cruzada era essencialmente política e não tinha como os seus antecessores o objectivo de unir os príncipes cristãos, mas o de auxiliar particularmente Matias Corvino na Hungria e na retenção dos turcos nos Balcãs, de forma a garantir o afastamento do perigo de Itália.

Francesco della Rovere, papa Sisto IV, sucede a Paulo II. Seguindo a acção de Nicolau V procedeu a inúmeras compras de livros e de manuscritos que aumentaram de forma considerável o património da biblioteca do Vaticano. Sisto IV actuou mais como um príncipe do que um papa. Entrou em problemas obscuros como os que opuseram os Pazzi aos Medici de Florença, e usou as tropas da Santa Sé em proveito pessoal de elementos da sua família. Actuou de forma escandalosa e causou grande surpresa e afastamento.

Como consequência da sua actuação, os poderes religiosos das monarquias francesa, inglesa, aragonesa e castelhana fortaleceram-se dentro do seu espaço, constituindo uma nova Inquisição que estava submetida ao estado.

Sisto IV renova os pedidos de juntar um exército de cruzados que se colocasse contra o avanço turco. Apesar de todos os apelos da corte pontifícia perante os príncipes cristãos, nunca tal movimento se operacionalizou. Assim como Nicolau V, decretou ano de jubileu em Roma. Nesse ano os peregrinos que visitavam a cidade deixavam ofertas para sustentar a guerra contra os muçulmanos e em troca recebiam indulgências.

Roma era no século XV o centro do mundo cristão e recordava os seus tempos de glória como centro do Império Romano. Os papas evidenciavam ano a ano o valor que Roma tivera na Antiguidade. Durante a segunda metade do século XV os conflitos internos da Igreja foram diminuindo e a tranquilidade e a devoção voltaram a reinar.

1.3. A PENÍNSULA IBÉRICA

As relações entre os reinos peninsulares no tempo de D. Afonso V caracterizam-se por acções de conflito que opõem os distintos reinos da península ibérica cristã e que os colocam na linha de aspiração de predominância ibérica e de anexação dos reinos vizinhos. A agravar a tensão, o domínio dos mares efectua-se de forma a estimular a concorrência e a violência animada pelo anseio a dominar as rotas mais rentáveis. Esta situação permite a existência de um emaranhado de estratégias que conta com a colaboração e o sigilo do poder central.

Da mesma forma que em França, na península ibérica o poder é também partilhado entre as cidades, onde predomina uma elite local colaboradora com as principais actividades económicas, e uma poderosa nobreza que actua em função de movimentos que se opõem à realeza e de outras agitações que colocam em concorrência as principais casas.

Em termos políticos e económicos, a situação em toda a península ibérica sofre, em meados do século XV, as consequências das graves crises do século anterior causadoras da diminuição demográfica e do desastre social. Os reinos peninsulares, envolvidos em constantes conflitos, anseiam uma paz que tarda em surgir. Portugal restabeleceu a sua ordem interna e externa graças

às medidas tomadas no reinado de D. João I. No entanto, o curto reinado de D. Duarte, a incapacidade em manter Ceuta e o desastre de Tânger vão colocar de novo o reino numa crise profunda da qual só voltará a recuperar no reinado de D. Afonso V.

Nos reinos de Aragão, Navarra e Castela os anos de crise continuam a surtir os seus efeitos. As graves questões estabelecidas entre os poderes central e local, a incapacidade do governo monárquico perante as forças políticas, as frequentes questões entre o domínio dos espaços e as guerras pela sucessão, fragilizaram os reinados. Só no último quartel do século XV os Reis Católicos viriam alterar a situação.

No início do século XV, é evidente a hegemonia de Aragão e a preponderância política deste reino na península ibérica. Fernando I de Aragão, conhecido por Fernando de Antequera, sobe ao trono em 1412, depois de um conflito que o opunha a Jaime de Urgel. Aragão encontrou nesta sucessão uma grande divisão interna que colocava os partidos da casa de Urgel e de Fernando de Antequera em oposição frontal. A parte alta de Aragão seguia a facção de Jaime de Urgel, enquanto a parte baixa e fronteiriça se mostrava partidária de Fernando de Antequera.

A ameaça de uma guerra interna pairava com evidência sobre Aragão. Antón de Luna e o conde de Urgel, contrários à nomeação de Fernando I, concentram tropas e pedem auxílio além Pirenéus. Apesar da paz se estabelecer em 1412, dando preponderância a Fernando I que sobe ao trono, as rivalidades internas continuaram a agitar as casas dominantes. Urgeis e Lunas, envolvidos na mesma facção, encontraram com esta solução de descendência uma relação de conflito com Aragão que marcará a história.

Fernando I assume uma política de domínio em Aragão e, de forma a criar uma segurança e uma estabilidade no futuro, estipula que o seu descendente será o filho primogénito, Afonso. Ao segundo filho, João, transferiu o ducado de Peñafiel e senhorio de Lara, e aos outros filhos concedeu amplos privilégios. Pelo poder concedido por seu pai, os infantes de Aragão irão desempenhar um papel vital na política peninsular conquistando fama na Europa do século XV.

Esta situação de afirmação da monarquia e de elevação dos infantes e do herdeiro, repetia-se em Portugal. A situação produzida por D. João I na solidificação e legitimação da nova dinastia seguia um processo idêntico. A vida nova proporcionada após 1383-1385 criava uma imagem diferente de Portugal na península e na Europa.

Afonso V de Aragão sobe ao poder 1416. O seu objectivo fundamental passava pelo alargamento do território do reino de Aragão, colocando a grande tónica no Mediterrâneo. O espírito cavaleiresco que movia o monarca aragonês ditava que a solução para a crise económica que ainda se fazia sentir passava pela expansão para o resplandecente Mediterrâneo. Era a mesma política que emergia em Portugal e que em 1415 lhe proporcionava a partida para Ceuta, porta de entrada de África e do Mediterrâneo.

Em 1418, João II de Castela atingia os catorze anos de idade. Consumou-se o seu matrimónio com Maria, irmã dos infantes de Aragão. Em 1420 o duque de Peñafiel e infante de Aragão, D. João, casa com Branca de Navarra. O noivo contava com 22 anos e a noiva com 34. Perante a visibilidade dos interesses políticos deste casamento, as cortes de Navarra insistiram para que ficasse claro que depois da morte de D. Branca o filho de ambos, Carlos, Príncipe de Viana, nascido em 1421, seria o sucessor da coroa de Navarra.

Aragão colocava-se através da política de casamentos numa posição vantajosa nos reinos peninsulares. Castela e Navarra ligavam-se por laços de parentesco aos infantes de Aragão, e Aragão não perdia nenhuma oportunidade de alargar o seu domínio e de estender as suas teias dominadoras, que um dia lhe poderiam ser favoráveis.

Em Castela, Álvaro de Luna, aproximava-se perigosamente de João II, que lhe garantia uma afirmação de poderes senhoriais e um domínio sobre toda a situação. O monarca castelhano mostra-se incapaz de governar um reino marcadamente senhorial, onde a nobreza foi adquirindo uma força incontrolável e incontornável.

Em 1423, conhecedor de toda esta mudança política em Castela, Afonso V de Aragão regressa das guerras no Mediterrâneo, mas para restabelecer o seu controlo deveria derrotar Álvaro de Luna. Em 1425 tomava o poder pela força bélica.

Perante a incontrolável situação de crise política, em 1427, é criada em Castela uma liga de nobres que pretendia assegurar o bom governo de Castela. A situação política castelhana mostrava-se com alguma gravidade e provocava uma instabilidade difícil de controlar em virtude dos poderosos senhorios nela integrados.

Neste contexto, em 1427, Portugal opta pelo casamento de D. Duarte, príncipe herdeiro, com Leonor de Aragão, com o qual D. João I pretendia afastar o perigo da presença castelhana na política da corte. Por outro lado, interessava,

neste momento, a Portugal garantir uma aliança com Aragão. A paz acordada com Castela ainda não se mostrava definitiva e havia o perigo de os infantes de Aragão ainda dominarem o poder em Castela e de avançarem sobre Portugal. Este casamento solidificava o bom entendimento que se sentia entre Portugal e Aragão e permitia o evoluir da situação futura favorável a essas boas relações. Assim se refere Rui de Pina que caracteriza o casamento de D. Duarte e D. Leonor como um estreitar de relações frente a Castela. Anos mais tarde será esta a base do entendimento governativo de D. Afonso V que moverá grandes esforços no sentido de se aproximar de Castela e de neutralizar a sua acção na península ibérica e nos mares. D. Afonso V irá mais longe e tentará conquistar o seu trono. De reino fragilizado face à política castelhana, no reinado de D. Afonso V, Portugal ganhava forças, e a conjuntura internacional mostrava-se favorável à mudança do equilíbrio de forças na península ibérica.

Seguindo as mesmas intenções político-diplomáticas que favoreciam o afastamento de Castela, em 1429, D. Pedro casa com a filha de Jaime II de Urgel, Isabel de Urgel. As tendências políticas de D. Pedro e as relações do futuro regente com Álvaro de Luna solidificam-se com este casamento. São conhecidas as relações conflituosas entre os infantes de Aragão e as famílias de Urgel e Luna, famílias aliadas contra o poder aragonês.

De facto, estas ligações políticas e de amizade, vão ter no futuro mais próximo uma importância fundamental para as estratégias e comportamentos de Portugal e de Castela e terá uma influência marcante na história da Catalunha. O casamento de D. Pedro com Isabel de Urgel levaria o filho de ambos, D. Pedro, a ascender ao trono da Catalunha.

Perante este conflito de interesses, Portugal não iria manter a posição neutra que esperava. Álvaro de Luna e os infantes de Aragão irão dividir Portugal entre as facções de apoio a D. Pedro, regente, e a D. Leonor de Aragão, rainha de Portugal.

Desde a morte de D. Duarte que interferências recíprocas se fazem sentir nos reinos peninsulares. A subida de D. Pedro à regência do reino causa apreensão ao partido aragonês mas promove a satisfação do partido castelhano liderado por Álvaro de Luna. A manutenção de D. Leonor no trono português seria favorável à causa de Aragão e desfavorável à causa castelhana. Através de D. Leonor os Trastamaras procuravam o poder peninsular. Pelo contrário o afastamento de D. Leonor do trono português coarctava a área de influência dos infantes de Aragão e permitia a Castela encontrar em Portugal um

aliado movido por interesses comuns: arredar a acção dos temíveis infantes de Aragão.

A relação entre D. Pedro e Álvaro de Luna é neste processo fundamental. O regente procurou desde o primeiro momento a amizade e incrementou estes laços a partir do momento em que D. Leonor foi afastada da cena política portuguesa. A presença da rainha em Castela poderia facilitar um assalto promovido pelos infantes de Aragão.

A oposição colocada à viúva de D. Duarte pela grande facção da sociedade de então, liderada pelos infantes da Ínclita Geração e sobretudo pelo infante D. Pedro, faz temer o surgimento de algumas dificuldades entre Portugal e Aragão. Neste contexto o infante D. Pedro escreve aos conselheiros de Barcelona, poderosos governadores da cidade, que se escolhiam cuidadosamente como receptores de uma mensagem que pretendia ser dirigida a Afonso de Aragão.

A correspondência deixa antever o receio que D. Pedro teria no facto de Afonso V de Aragão, irmão da rainha, entender de forma errada os acontecimentos ocorridos após a morte de D. Duarte. Na carta D. Pedro expressava a aceitação da co-regência com D. Leonor face ao descontentamento generalizado que se vivia com a condução política promovida por D. Leonor. Relata a anulação da co-regência pelas cortes de Lisboa de 1439, que impunham como único regente o infante D. Pedro e a saída imediata de D. Leonor que insistia em assegurar os negócios do reino. D. Pedro assinala o tratamento que D. Leonor sempre teve como rainha e mãe de D. Afonso V e refere o mau estar gerado como causa dos maus conselheiros que rodeavam D. Leonor. Aponta a inevitável partida de D. Leonor para Castela, facto que muito o desagradava.

Com esta correspondência, relatora dos acontecimentos em Portugal, D. Pedro pretendia que a influência dos conselheiros de Barcelona junto do monarca aragonês lhe fosse de alguma forma positiva e anulasse o mal-estar que se vivia e evitasse uma provável intervenção militar em Portugal por parte de Aragão em defesa de D. Leonor. D. Pedro teria de usar de toda a sua diplomacia para evitar que as relações se quebrassem em definitivo.

De facto, os *consellers* de Barcelona exerciam sobre o reino de Aragão uma grande influência, e governavam a cidade de Barcelona com grandes poderes atribuídos. A administração desta cidade estava entregue a cinco magistrados que dispunham de poderes absolutos. O seu trabalho político era acompanhado por uma assembleia com carácter meramente consultivo, designada de *Consell de Cent Jurats*. Barcelona constituía-se como centro político e económico da Coroa de Aragão.

A instituição destes *consellers* deve-se a Pedro IV que em 1386 determinou que o conselho da cidade passaria a compor-se de seis cidadãos honrados, mercadores e mesteirais em número igual. Em 1388, João I fez algumas mudanças neste conselho que passou a compor-se de vinte e quatro membros, sendo oito cidadãos honrados, oito mercadores, quatro artesãos e quatro mesteirais, todos elementos dos considerados de «honrados cidadãos».

Passavam para segundo plano os proprietários de bens fundiários, que se reuniram em torno de um ideal que pretendia fazer face a esta situação. Associaram-se num partido denominado de *la Biga*, partido conservador e tradicional composto pela nobreza e pelos grandes senhores do comércio que optaram pelos negócios de bens imobiliários. Contrapunham-se a uma facção que passou a ser designada por *la Busca*, constituída por mercadores, mesteirais e artesãos de mais baixa condição e que se dedicavam ao grande comércio de especiarias, produtos orientais, têxteis e cereais. Surgiam assim dois grupos que passam a ser designados por *buscaires* (apoiantes de *la Busca*) e *bigaires* (apoiantes de *la Biga*) que se contrapõem e dividem Barcelona.

A grande massa populacional vai juntar-se aos *buscaires*, grupo que se encontrava na hierarquia social mais próximo da condição, dos valores e dos interesses populares. Este partido defendia o continuar da oligarquia urbana e das novas formas económico-sociais. Junto dos *bigaires* vão surgir os grandes proprietários que se opunham aos regimes existentes e defendiam os interesses dos senhorios.

O grupo de *la Biga* governa a cidade de Barcelona entre os anos de 1420-1450. No período de 1440-1450 a cidade entrou numa fase de depressão económica caracterizada pela baixa acentuada da actividade comercial e por uma crise financeira que permitirá o acesso dos *bucaires* ao poder.

Emergiram dificuldades económicas que se traduziram por uma oposição social entre dois grupos dominantes na cidade. A situação pouco favorável agravou-se graças à política imperialista de Afonso o Magnânimo, que, preocupado com assuntos relativos às conquistas externas, se ausentou dos graves problemas que ameaçavam a ruptura da Catalunha e a perda da supremacia aragonesa na península ibérica. Esqueceu as divergências que aí se faziam sentir e prejudicou gravemente o comércio aragonês e a economia que entraram

em crise em meados do século XV. Afastado, Afonso de Aragão entrega o governo do reino a João II de Navarra, seu irmão, e a sua esposa, Maria.

Entre 1432 e 1442, o rei de Aragão esteve em Nápoles em tentativas sucessivas de conquistar a cidade. Conseguiu-o em 1442, data em que Nápoles se convertia no centro do seu império. Em 1433 colaborou na defesa de Rodes, aliou-se com os caudilhos da Sérvia, da Albânia e da Hungria entre 1444 e 1447, entrou em conflito com o Egipto entre 1453-1454, e estabeleceu, por acordo com o sultão, um consulado em Alexandria, aumentando, em paralelo, o seu domínio nos Balcãs. Em 1457 iniciou ainda um conflito em Génova que não terminou porque faleceu em 1458. Por esta indicação cronológica da expansão do monarca aragonês, é visível a sua pretensão de agir em territórios do Mediterrâneo e de esquecer os negócios peninsulares. Movia-o o sonho das conquistas por terras a oriente.

A primeira tentativa de Aragão se aproximar de Nápoles fez-se através do acordo de casamento entre D. Leonor, irmã de D. Isabel de Urgel, esposa de D. Pedro, e o conde de Nolla em 1438. Tanto D. Pedro como D. Isabel de Urgel se manifestam contra esse casamento, alegando que seria uma desonra para D. Leonor casar com alguém de condição social diferente da sua. D. Leonor é descendente de reis, o candidato a marido era apenas um conde, facto que resultava em grande infâmia, não apenas para a própria implicada, D. Leonor, mas também para toda a família. Recorreram ao papa Eugénio IV para fazer valer os seus intentos.

Pelo início dos anos de 1440, reabrem-se as questões em Castela entre os infantes de Aragão e Álvaro de Luna, que arrastam consigo alguma influência negativa para Portugal.

Em 1440 chega a Santarém uma embaixada proveniente de Castela chefiada por D. Afonso, filho bastardo do rei de Navarra e pelo bispo de Cória. Esta embaixada exigia, entre outros assuntos, a devolução da regência a D. Leonor. D. Pedro decidiu auscultar a opinião do reino, opinião que ele conhecia bem e cuja resposta reforçaria a acção desencadeada a D. Leonor. Perante a resposta evasiva, os emissários forjaram uma carta que diziam escrita por João II de Castela que ordenava que os embaixadores fossem munidos de uma resposta clara. O regente suspeitou da forma como a carta surgira e de imediato pediu confirmação a Castela ao seu fiel valido Álvaro de Luna, que nesta altura se encontrava nas suas terras impedido de sair. O astuto D. Álvaro obteve uma confirmação do monarca castelhano que negava o ter escrito a carta apresentada pelos embaixadores. A embaixada não surtira qualquer efeito. D. Leonor partiu de Almeirim para o Crato onde se encontrava em maior segurança.

Nova embaixada é enviada a Portugal por Afonso V de Aragão. Era chefiada pelo bispo de Segorbe que trazia a incumbência de acordar com o monarca castelhano sobre a melhor forma de interferir entre a desavença de D. Leonor e D. Pedro.

D. Pedro manifesta uma tendência crescente para o acordo com Álvaro de Luna, condestável de Castela. Esta atitude está marcada pela oposição do regente aos filhos de Fernando de Antequera que coincide com a expulsão de D. Leonor para Castela.

Se de início D. Pedro se mostrava bastante cauteloso na forma como tratava D. Leonor porque temia a oposição dos infantes de Aragão, a precipitação dos acontecimentos em Castela muda o rumo da orientação política de D. Pedro.

As evidentes hostilidades entre Álvaro de Luna e os infantes de Aragão impediram o auxílio a D. Leonor que se vê forçada a encontrar refúgio em Castela. D. Leonor esperava que os seus irmãos envolvidos em conflito com Álvaro de Luna saíssem vencedores e em breve lhe pudessem valer no conflito travado contra D. Pedro, uma vez que o partidarismo deste pelo condestável D. Álvaro era evidente.

Em Castela a situação agudiza-se. Os conflitos aumentam e a violência cresce dia para dia. Desta situação beneficia D. Pedro que aproveitou o momento para investir contra D. Leonor que parte para Castela. A paz voltava a instalar-se em Portugal. Pelo contrário, no reino vizinho a situação agravava-se.

A 29 de Junho de 1441 Álvaro de Luna sofre uma derrota em Medina del Campo frente aos infantes de Aragão. Álvaro de Luna viu-se novamente restrito às suas terras de San Martín de Valdeiglesias e de Riaza.

O mestre de Alcântara, fiel aliado de Álvaro de Luna solicita a intervenção em Castela de uma hoste portuguesa. O regente reuniu os infantes D. Henrique, D. João e os condes de Barcelos, Ourém e Arraiolos para analisarem o pedido e darem um parecer. Todos acordaram que a entrada de um exército em Castela, sem prévio assentamento do monarca castelhano, quebrava os tratados de paz acordados anteriormente, facto que poderia gerar um conflito de maiores proporções. O mestre de Alcântara moveu todos os esforços e obteve carta de João II solicitando ao regente D. Pedro auxílio militar. Foi enviado de Portugal um corpo expedicionário chefiado por Duarte de Meneses. A expedição entra

em Castela em Agosto desse ano por Cáceres, onde se defronta com a hoste do alcaide de Montánchez, Diogo Enriques. Dirige-se em seguida o contingente português para Magacela, Benquerencia e Zalamea. Esta última vila foi saqueada e destruída.

Em 1441 outro acontecimento junta-se ao enredo já avançado destas lutas peninsulares. Branca de Navarra morre e deixa em testamento que, de acordo com estipulado anteriormente em cortes, o herdeiro seria Carlos de Viana, mas obrigava a que este assumisse a coroa com consentimento de seu pai, João II, apenas rei consorte.

João II não aceitou a subida de seu filho ao trono, pois a sua manutenção nos negócios de Navarra dava-lhe uma hegemonia que pretendia manter. Associar a coroa de Navarra à coroa de Aragão, que lhe permitia um domínio no terreno castelhano, e às terras herdadas de seu pai em Castela, permitia-lhe estar sempre a par dos acontecimentos políticos. Desta forma e por estes meios, este homem dominava uma boa parte da península ibérica.

A entrada do contingente português provoca a hostilidade de João II de Castela e do rei de Navarra e anunciam-se represálias em território português. D. Pedro recebe duas missões diplomáticas com ameaça de guerra, caso o poder não fosse restituído a D. Leonor. D. Pedro dá ordem a seus irmãos para que, como fronteiros, protejam os povoados raianos. A partir deste momento D. Leonor fica impedida de regressar ao reino e os seus bens foram confiscados.

A entrada militar em Portugal teria de ter o aval das cortes castelhanas. Estas reúnem-se em Valhadolid entre os meses de Maio a Julho de 1442. Nestas os procuradores concelhios e uma parte da nobreza, opositora aos infantes de Aragão, opõem-se ao conflito com Portugal. Enquanto decorriam os preparativos para a possibilidade de guerra, D. Pedro faz uma contra-proposta aos infantes de Aragão. A proposta visava oferecer a D. Leonor uma larga pensão para que a rainha vivesse, mas esta teria de se afastar de Portugal.

Em simultâneo, Álvaro de Luna desde Escalona organizava o seu partido e tentava de novo uma postura de liderança. Interessava a D. Pedro, duque de Coimbra, uma viragem a favor de Álvaro de Luna a quem auxiliava nestes intentos.

A 9 de Julho de 1443, João II é preso na povoação de Rámaga. Reacende-se a guerra em Castela. D. Pedro dirige-se aos conselheiros de Barcelona pedindo que não prestem auxílio aos inimigos do monarca castelhano e recorda-lhes

que este é descendente de Pedro IV de Aragão. Os momentos que se seguem são de grande gravidade em Castela. Os acontecimentos sucedem-se e abrem cisões entre a poderosa nobreza castelhana.

Depois dos acontecimentos de Rámaga surge em cena Juan Pacheco, um dos grandes movimentadores políticos na época de Henrique IV. A linhagem dos Pacheco, senhores de Ferreira, chega a Castela com exílio decretado em Portugal quando morre Afonso IV. Diogo Lopes Pacheco, participante na morte de D. Inês de Castro temia a represália de D. Pedro. Em Castela, pelo auxílio prestado ao monarca Henrique II, recebeu o senhorio de Béjar. A linhagem continua entre os grandes de Castela.

A 3 de Março de 1444, João II de Navarra, instalou-se no castelo de Portillo, perto de Peñafiel, a sua casa mãe, e casou com Juana Enríquez, filha do almirante castelhano. O monarca de Navarra assentava arrais em Castela. Pretendia seguir de perto a questão castelhana na qual participava e na qual tinha pretensões directas de participar.

O mestre de Alcântara volta a solicitar ao regente D. Pedro a intervenção em Castela. Sempre prudente, D. Pedro obteve carta da facção de apoio ao monarca castelhano na qual lhe era solicitado auxílio militar para acudir à libertação do monarca castelhano. Mediante determinadas condições efectuou uma preciosa colaboração ao lado do exército castelhano. A presença aragonesa na Andaluzia foi anulada.

Em 1444, D. Pedro envia nova expedição militar com o objectivo de auxiliar o partido de Álvaro de Luna. Esta missão pretendia expulsar os aragoneses da Andaluzia e concretizar a concentração de tropas reais na Meseta castelhana. Esta expedição movimentava-se em favor do monarca castelhano e apelava a toda a nobreza a participação neste momento crucial de libertação de Castela da alçada dos infantes de Aragão. Não só a nobreza mas também as cidades se manifestaram interessadas em promover este conflito em favor do rei. Os infantes de Aragão não eram bem vindos em Castela.

A 15 de Junho de 1444 João II de Castela é retirado por partidários seus da prisão, e o rei de Navarra teve de procurar refugio noutras partes. Peñafiel acaba por sucumbir depois de um mês de assalto constante.

O duque de Peñafiel comunica a Afonso V de Aragão os últimos acontecimentos na esperança de que este abandonasse o Mediterrâneo e concentrasse esforços em Castela, mas em vão. O rei continuava absorvido pelo Mediterrâneo e pela sua actividade em Nápoles, e não chegaria a tempo de reunir esfor-

ços e de mudar o rumo da situação perante uma frente nobiliárquica tão forte como a que tinha reunido Álvaro de Luna.

Perante o reacender da pressão aragonesa em Castela, João II solicita mais um apoio militar ao regente D. Pedro. Um acordo bilateral estabelecia que Portugal cedia mil homens de armas e mil besteiros e homens de pé que receberiam um vencimento adiantado de dois meses. O restante seria pago pelo monarca castelhano no prazo de oito meses. D. Pedro manifestou desejo de dirigir em pessoa a expedição militar, atitude que teve a maior reprovação do conselho reunido em Tentúgal. O comando da hoste foi entregue ao condestável D. Pedro, entretanto investido cavaleiro. Contava D. Pedro com quinze anos. Em troca D. Pedro e Álvaro de Luna, com a participação de D. Henrique e do duque de Bragança, negociavam o casamento de João II de Castela com D. Isabel de Portugal, filha do infante D. João, conde de Barcelos. O casamento acordou-se com maior detalhe em 1446. Deste casamento nascem D. Afonso e D. Isabel, que em breve se transformam em intervenientes activos na política castelhana. Por este contrato matrimonial, fica estabelecido que o dote de D. Isabel monta a cem mil florins de ouro concedidos em duas vezes. A primeira entrega corresponde a quarenta mil florins de ouro cedidos no momento em que casarem, e os sessenta mil restantes dispõem-se à morte da mãe de D. Isabel. Em troca, esta terá de renunciar ao direito de herança de seus pais. João II de Castela compromete-se a entregar à sua futura esposa a cidade de Sória, Ciudad Real, Madrigal, quinze mil florins de ouro e todos os seus direitos nos primeiros quarenta dias em que a rainha se encontrar na corte castelhana. O casamento consumou-se em 1447.

A 18 de Maio de 1445 os exércitos encontram-se em Olmedo. Este encontro transformou-se numa derrota enorme para os aragoneses. A derrota de Olmedo obrigava João II de Navarra a regressar e a reunir cortes de forma a afirmar a sua autoridade em Navarra. As suas ausências provocavam já o descontentamento neste reino que lentamente virava para o partido de Carlos de Viana, o sucessor antes escolhido para a coroa de Navarra. João II ao reafirmar o seu poder desfazia o acordo traçado anos antes em cortes: Carlos de Viana não seria o sucessor de Carlos III e de Branca de Navarra.

Afonso V de Aragão tratou de negociar a paz com Portugal através da ratificação do tratado de 1432 estabelecido com D. João I. Entretanto morreram as suas irmãs D. Leonor, rainha de Portugal e Maria, infanta de Aragão e rainha

de Castela. Os infantes de Aragão perdiam parte da sua intervenção em Castela. Correram rumores que D. Leonor morrera envenenada por Álvaro de Luna em Toledo, e o mesmo relativamente a sua irmã Maria. Os ódios de Álvaro de Luna pelos infantes de Aragão teriam desencadeado este processo de assassinato das infantas de Aragão?

A aliança entre Portugal e Castela tinha conseguido afastar a hegemonia aragonesa que ambos temiam. Álvaro de Luna apressa-se a solidificar essa aliança através do casamento de D. Isabel de Portugal, filha do infante D. João, com o rei de Castela, João II. A cerimónia de casamento celebrou-se em 1447 em Madrigal. Interessava, por outro lado, confirmar o afastamento da acção dos infantes de Aragão sobre território castelhano.

Algum tempo após a morte de D. Pedro em Alfarrobeira, mais precisamente no ano de 1450, Afonso V de Aragão entrega Alcolea ao monarca português. A jurisdição da vila e castelo de Alcolea tinha sido dada a D. Pedro a quando do casamento com D. Isabel de Urgel, mas pelo tratamento que recebera a viúva D. Leonor, Afonso o Magnânimo tinha retirado a jurisdição do âmbito de D. Pedro e tinha-a entregado à irmã para seu sustento. Depois da morte da irmã e do regente D. Pedro, o monarca aragonês entrega-a a D. Afonso V de Portugal, por lhe caber o direito por via sucessória de posse da vila e castelo.

Com a morte do infante D. Pedro em Alfarrobeira, a aliança entre Álvaro de Luna e Portugal caía por terra. João II de Navarra aproveita oportunidade para reunir os seus partidários numa frente para fazer face ao governo de Castela. O conflito entre João II de Navarra e seu filho Carlos de Viana abria uma fissura entre dois grupos: os *beamonteses*, assim denominados por ser seu líder o condestável de Navarra e conde de Lerín, Luis de Beaumont, partidários de Carlos de Viana, mais inclinados ao partido castelhano, e os *agramonteses*, ligados às casas de Lussa e Gramont de além Pirenéus, que se inclinavam para o partido aragonês. Carlos de Viana faz um acordo com Álvaro de Luna, que não perdeu oportunidade de oferecer ajuda contra um antigo inimigo. Assim, não hesitou em ajudar os *beaumonteses*.

Este acordo foi entendido por seu pai como um acto de traição. Em 1451, na Batalha de Alibar, Carlos de Viana e Juan de Beaumont são feitos prisioneiros depois de um conflito com João II. Este entrega a liderança de Navarra a sua mulher, Juana Enríquez, mãe de Fernando o Católico.

Em volta de João II de Castela surgem vozes que clamam pelo afastamento de Álvaro de Luna. A rainha Isabel, que D. Álvaro teria negociado casar com

João II alguns anos antes, promove este movimento da nobreza contra Álvaro de Luna que em 1452 é preso e em 1453 degolado em Valhadolid.

Depois da morte de Álvaro de Luna a amizade que unia Castela a Portugal sofre uma revitalização. De um aliado incontestável na época de D. Pedro, Portugal assume uma posição mais cautelosa quanto às ligações a Castela e a Aragão. A Portugal interessava manter a paz com os reinos peninsulares e marcar uma posição de isenção face às guerras internas sentidas. Mas D. Afonso V estava bem atento ao desenrolar dos acontecimentos que tentava orientar de forma vantajosa para Portugal.

Nos reinos orientais da península ibérica, a situação encaminhava-se para novas estratégias políticas que versavam o confronto com França. A expansão de Afonso de Aragão pelo Mediterrâneo enfrentava uma oposição mais vasta. Uma aliança unia Veneza, Sabóia, Mântua, Monferrato e Ferrara. Carlos VII de França reclamava também os direitos da casa de Anjou sobre Nápoles, projecto ainda apoiado por Álvaro de Luna antes da sua morte. Por seu turno, Afonso V de Aragão contava com um aliado poderoso, Frederico III, imperador da Alemanha. A disputa de Nápoles por França e por Afonso de Aragão permitiu o intensificar de um conflito entre estes dois reinos.

Por outro lado a questão da sucessão de Navarra permite a intervenção de França nos acontecimentos internos. Navarra é um dos meios principais da penetração francesa em território peninsular.

Em 1454 sobe ao trono Henrique IV, após a morte de João II de Castela. A sua política vai de encontro ao assinalar de alianças de paz com França, com o Papado e com Portugal. Dentro desta estratégia casa com a irmã mais nova de D. Afonso V, D. Joana, em Córdova em 1455, depois do afastamento de Branca de Navarra que se refugia junto do irmão, Carlos de Viana. Henrique IV alegara na sua separação com Branca de Navarra a sua impotência sexual, facto que serve como fonte de comentários que remetem para este novo casamento.

O casamento de D. Joana com Henrique IV e o nascimento da filha de ambos abrem a política externa portuguesa aos movimentos operados em Castela. Estava garantida a Portugal a intervenção nos negócios castelhanos. Este casamento interessava a D. Afonso V que pretendia manter com Castela óptimas relações, apesar das questões da concorrência no Atlântico. Segundo rezam as crónicas, D. Afonso V e Henrique IV estavam muito interessados em manter a paz.

D. Afonso V compreendeu que a paz com Castela seria fundamental para assegurar a presença portuguesa em Marrocos e no Atlântico. Precisava de caminho livre para os seus projectos de expansão. Por seu turno, esta ligação interessava, de modo muito evidente, a Henrique IV que perspectivava este casamento como uma aliança com Portugal na defesa contra as pretensões de Aragão.

Estabelece-se a partir daqui um jogo diplomático entre Portugal e Castela. Para que o casamento se consumasse Portugal exigia que Castela parasse de reivindicar os seus direitos no Atlântico. Henrique IV cedeu nas exigências e concedeu, em 1455, aos condes de Atouguia e Vila Real, nobres portugueses do séquito de D. Joana, o senhorio das ilhas de Canárias, Tenerife e Palma. Estes, por sua vez, passaram ao infante D. Fernando e a D. Afonso V o senhorio das ilhas que lhes foram concedidas por Henrique IV. A amizade conquistava-se paulatinamente.

As negociações do casamento de D. Joana com o herdeiro de Castela iniciam-se em Março de 1453. Num encontro em Monsaraz, D. Afonso V e Henrique IV discutem as principais cláusulas do acordo. D. Henrique, casado com Branca de Navarra estava impedido de casar imediatamente com D. Joana. Só com a garantia de D. Afonso V de que a união com D. Joana se consumava, iniciaria o processo de separação. Este casamento que pretendia, neste momento, ser o elo de ligação entre as duas monarquias iria no futuro ser o principal motor das desavenças entre os dois reinos ao colocar D. Afonso V na pretensa sucessão dos reinos de Castela.

Uma semana depois do encontro em Monsaraz, a 4 de Abril, Álvaro de Luna é preso e executado em Valhadolid a 3 de Junho. Teriam as negociações de D. Afonso V com D. Henrique exigido o afastamento de Álvaro de Luna? Teria D. Afonso V aproveitado a ocasião para vingar a morte da mãe, dita envenenada pelo condestável castelhano? Politicamente o afastamento de Álvaro de Luna, principal opositor de Aragão, era necessário à diplomacia portuguesa e às suas aproximações externas, nomeadamente a Aragão. Henrique IV sabia que só poderia contar com Portugal como aliado se Álvaro de Luna desaparecesse.

A anulação de casamento de D. Henrique com Branca de Navarra é obtida a 11 de Maio e confirmada a 25 desse mesmo mês, e a dispensa papal é obtida pela bula *Romanus Pontifex* de Nicolau V, datada de 1 de Dezembro de 1453. O casamento com D. Joana podia consumar-se.

D. Henrique entrega a D. Joana Ciudad Real, Olmedo e uma quantia a pagar por ano para seu sustento. Lopo Gonçalves, procurador da princesa D. Joana,

recebe de D. Henrique 100 000 florins de ouro de Aragão de dote e 20 000 florins de arras. Poderiam acompanhar a princesa para Castela 12 donzelas, a sua ama e uma senhora honrada. Permite ainda que a acompanhem alguns criados para seu serviço e da sua casa que serão colocados como oficiais nas suas possessões. Henrique IV assume cumprir este acordo no prazo de cinquenta dias, sob pena de pagamento a D. Afonso V de 100 000 dobras de ouro e como garantia a cidade de Toro. Por seu lado, D. Afonso V compromete-se a prover D. Joana de vestidos, adereços e outros bens que farão parte do seu enxoval.

As negociações iniciadas em Março de 1453 demoram até 22 Janeiro de 1455, data em que se concretiza o matrimónio. A demora das negociações do casamento de D. Joana com Henrique IV prende-se com algumas questões, ainda em vias de encontrar solução, como o caso das Canárias e dos direitos sobre a Guiné. O casamento foi precedido da bula *Romanus Pontifex* datada de 8 de Janeiro de 1454 que define o direito das navegações no Atlântico e soluciona uma das questões que afastavam Portugal de Castela.

A presença da corte na cidade de Córdova tinha um outro objectivo para além do casamento, pois pretendia Henrique IV concentrar as suas atenções sobre Granada e iniciar um acordo diplomático com o reino muçulmano. Esta atitude desagradava a uma nobreza ávida de saque e de guerra que não via com bons olhos a acção diplomática quando uma acção bélica poderia solucionar a questão. A proximidade de Beltrán de La Cueva e de Miguel Lucas de Iranzo foi um primeiro passo para um mal-estar interno.

Voltando a Navarra, em 1455, João II deserdou Carlos de Viana e sua irmã Branca e nomeou como herdeiros da coroa de Navarra outra irmã, Leonor, e o seu marido Gastón de Foix, homem de grande influência no reino de França. Leonor, regente de Navarra, como se encontrava casada com um elemento da casa dos condes de Foix, possuidor de terras que incidiam sobre região a norte dos Pirenéus, devia vassalagem ao rei de França, e Gastón de Foix agia de forma a manter essa fidelidade e vassalagem. Carlos de Viana procura apoio ente o seu tio, Afonso V de Aragão, mas este morre em 1458, antes de poder prestar qualquer auxílio.

O bem-estar das relações entre os dois reinos permite que se estabeleça em 1456 um acordo assinado em Elvas, pelo qual se estabelecia um apoio mútuo, a paz, a segurança e a possibilidade de continuarem as explorações da costa africana, uma das políticas prioritárias para D. Afonso V. Depois de tratada a paz, Portugal e Castela empenham-se no conflito contra o infiel. Entre 1456 e 1460,

Henrique IV usará de força contra o reino de Granada e D. Afonso V abraçará com determinação a conquista das praças marroquinas.

A notícia do casamento de Isabel, irmã de Henrique IV com Carlos de Viana, herdeiro de Navarra, não agrada a D. Afonso V, que entendia colocar em causa o futuro de D. Joana, rainha de Castela. Portugal negoceia, simultaneamente, com Aragão o casamento de Catarina, irmã de D. Afonso V, com Carlos de Viana. Depois de criada uma boa relação com Castela, simbolizada pelo casamento entre Henrique IV e D. Joana, D. Afonso V tentava solidificar as suas relações com Aragão. A concretização desta ligação mais efectiva à área oriental da península ibérica permitia também quebrar um pouco a proximidade de relações que existia entre Portugal e Castela.

Por seu lado, Henrique IV negociava com ambas as partes: o casamento de Carlos de Viana com a princesa portuguesa e o casamento de Carlos de Viana com a sua irmã Isabel. Pretendia Henrique IV evitar por todos os meios a aproximação de Portugal a Aragão. D. Afonso V impedia-o assim, de avançar sobre a política aragonesa que pretendia conquistar.

Uma das intenções do monarca português ao usar esta intensa política de casamentos seria a de promover a influência portuguesa através de uniões estratégicas, colocando em Aragão um posto avançado da sua política marroquina. O mesmo procedimento utilizado pelos infantes de Aragão anos antes com as suas irmãs Leonor e Maria.

A morte de Afonso de Aragão traz algumas mudanças na política externa de D. Afonso V. João II, o novo monarca aragonês, aproxima a sua política de Castela, o que gera alguns conflitos. Ao contrário do seu antecessor, vai dedicar pouco tempo às questões externas com Génova, Nápoles e França.

Neste contexto de conflito aberto entre Aragão e Castela, D. Afonso V encontrará algumas dificuldades em manter-se neutro. A neutralidade de D. Afonso V permitiu-lhe oscilar entre Castela e Aragão e apoiar ou insurgir-se contra as partes em defesa dos seus interesses. No entanto, a atenção de D. Afonso V mantinha-se sobre Castela. Mais uma vez a política de casamentos assume um papel fundamental na conquista diplomática e na concretização de pretensões políticas de soberania.

Nesse momento João II de Navarra proclama-se soberano de Aragão, pois Afonso V não deixara herdeiro capaz de assumir o trono. A 21 de Julho de 1460, João II de Aragão e Navarra envia a D. Afonso V um embaixador com a tarefa de tratar do casamento de D. Fernando. Por sua vez D. Afonso V nego-

ciava o casamento de D. Joana, filha de Henrique IV, com D. Afonso, irmão de Henrique IV.

D. Afonso V move-se entre Castela e Aragão. Contrários nas suas posturas, os monarcas castelhano e aragonês solicitam apoios a D. Afonso V, e o rei português move-se bem entre os dois partidos. Não entrando demasiado nos problemas existentes entre estes dois reinos, consegue manter uma atitude de apoio a João II de Aragão, que lhe interessava por ser uma das vias mais importantes no Mediterrâneo e no estreito de Gibraltar e, em simultâneo, não agride Henrique IV. Muito pelo contrário mantém contactos, em silêncio, de forma a colocar salvaguarda dos seus interesses quer em Castela quer no Atlântico. Estes contactos sigilosos que ocorriam entre D. Afonso V e Henrique IV, nos quais a irmã do monarca, D. Joana participava, apontam para um desenvolvimento de estratégias que pretendiam os interlocutores permanecessem ocultas.

Em 1460, João II faz um acordo com seu filho, Carlos de Viana, que se tinha proclamado regente da Catalunha e de Aragão e se instalara em Palermo. Temendo que este fosse proclamado rei da Sicília, faz um acordo em Barcelona que durou muito pouco tempo. Sob pretexto de que Carlos de Viana conspirava contra seu pai foi preso no mesmo ano, em Lérida. Esta prisão moveu os exércitos de Henrique IV de Castela que intervém em apoio dos *beaumonteses*, provocando uma revolução na Catalunha e uma renovação dos conflitos internos em Navarra.

Em 1461, Carlos de Viana foi libertado, e a oligarquia catalã conseguia reduzir ao mínimo a interferência de João II. Carlos de Viana viria a morrer pouco tempo depois colocando em risco acordo estabelecido entre as partes. Após a morte de Carlos de Viana, o príncipe Fernando, futuro rei Católico, foi enviado para Barcelona como regente, sob tutela de sua mãe, Joana Enríquez. Nas cortes de 1461, reunidas em Calatayud, o monarca pede o reconhecimento do infante Fernando como regente, mas os conselheiros de Barcelona não aceitaram a atitude interventiva de João II e manifestaram oposição. Nesse momento João II encontrava-se em Navarra, onde enfrentava também um levantamento de oposição.

Aragão vive momentos de grande tensão que se repercutiam no espaço e na sociedade. Diversos levantamentos e fenómenos de repulsa a diversos sectores da sociedade iam ocorrendo de modo contínuo. Formam-se bandos que vivem violentamente e que se alimentam de represálias. A sede de vingança nunca os satisfaz.

Para suportar o levantamento em Barcelona, João II pede auxílio ao conde de Foix. Este pedido de auxílio garantiu-lhe o apoio de Luís XI de França, perante o qual João II teve que oferecer cidades, castelos e direitos soberanos no Roussillon e na Sardenha. O monarca francês ambicionava de longa data a posse destes condados que via pela via pacífica passarem para a sua posse.

A 11 de Fevereiro de 1462, Branca de Navarra, mulher repudiada de Henrique IV, foi reconhecida como herdeira da casa de Navarra, para o que tinha contado com o auxílio da casa de Beamont. Henrique IV é proclamado conde de Barcelona, o que constitui mais um episódio da célebre rivalidade existente entre o monarca castelhano e o aragonês.

Sentindo o poder escapar-se, Gaston de Foix pede auxílio a Luís XI de forma a garantir para a sua casa a posse de Navarra. Em 1462 um acordo realizado entre os dois refere a aceitação da integração de Navarra em território francês. Para o solidificar, o primogénito da casa de Foix casava com Madalena, irmã de Luís XI de França. Branca de Navarra perante tal acordo decidiu entregar o reino a Henrique IV.

Pretendendo ocupar o governo da Catalunha, João II reforça o pedido de auxílio a Luís XI de França. Em troca desse auxílio entregava-lhe os condados de Rosillhão e Sardenha. Em 1462 assinam um acordo em Olite. Abre-se a partir deste momento um conflito civil que ocupará os anos de 1462-1472 e que divide a Catalunha. No mesmo ano o acordo é acrescentado com novas prerrogativas. Luís XI comprometia-se a auxiliar João II de Aragão, em troca da Sardenha e do Rossillhão. Perante a entrega deste território a Luís XI, a nobreza da Catalunha inflama os ânimos e a hostilidade cresce. A Catalunha tornava-se num território muito difícil de controlar.

João II foi proibido de entrar na Catalunha, onde os grupos dirigentes procuraram um substituto para Carlos de Viana. Henrique IV apoia João de Beaumont, antigo partidário de Carlos de Viana, e Luís XI, por seu lado, procurava uma forma de ocupar mais solidamente Roussillon e Sardenha.

A intervenção de Luís XI, em 1463, na conferência de Baiona, é fundamental para o abandono da Catalunha por parte de Henrique IV. De facto, poucos interesses ligavam o monarca castelhano à Catalunha e aos seus problemas internos. A situação de Henrique IV perante França estaria em risco a partir do momento em que este assumira o condado da Catalunha. Apesar dos conflitos, os jogos de interesses falavam mais alto, e Luís XI era um bom aliado de João II de Aragão.

Castela e França encontravam-se em grande disputa sobre o território da Catalunha. Os *buscaires* apoiavam Henrique IV, mas perante a ameaça de França e a incapacidade de Henrique IV de manter este território, o monarca castelhano renuncia à Catalunha, aceita a saída e acorda com João II no sentido de também este diminuir as investidas em território castelhano. Castela, no entanto, não desiste de colocar na Catalunha alguém que pudesse manter a autonomia frente a Aragão. Talvez se situe aqui um acordo sigiloso realizado entre Henrique IV e D. Afonso V no sentido de colocarem D. Pedro, antigo condestável português, na Catalunha.

Para solucionar esta questão, os catalães encontram na figura de D. Pedro uma solução neutra para a questão. D. Pedro era o antigo condestável de Portugal, exímio cavaleiro, filho do regente D. Pedro, neto de D. Jaime, último conde de Urgel, que obrigado ao exílio durante alguns anos –parte deles em Aragão–, tinha ganhado simpatia dos catalães, além de garantir a autonomia pretendida da Catalunha face a Aragão e a França. D. Pedro pede em casamento a princesa francesa e abdica da posse de Roussillon.

A possibilidade de D. Pedro surgir como candidato à ocupação do condado de Barcelona em 1463, agrada a D. Afonso V que encontra uma forma mais explícita de entrar no Mediterrâneo. A Catalunha representava para Portugal um elo extremamente importante para a guerra no Norte de África, guerra que se alimentava em grande parte de assaltos de corso e do controlo no mar. Neste contexto, a Catalunha era um reduto estratégico muito significativo.

O apoio da candidatura de D. Pedro ao condado da Catalunha trazia alguns dissabores a D. Afonso V movidos pelo confronto directo com João II de Aragão e com o seu aliado Luís XI de França, que o colocariam numa posição bastante desagradável. Não podendo apoiar directamente D. Pedro, vai fazê-lo veladamente, e, sem dúvida, com o apoio de Henrique IV que entretanto foi proclamado conde da Catalunha.

Em Abril de 1463, na conferência de Baiona, cujo tema principal foi a Catalunha, encontram-se o monarca castelhano e o monarca francês, Luís XI. Nesta conferência Henrique IV renuncia às suas pretensões sobre a Catalunha, mas, certamente, não deixava de parte a colocação no condado de alguém da sua inteira confiança. Neste momento encontrava-se em Castela o embaixador português João Fernandes da Silveira. Interessaria a D. Afonso V e a Henrique IV colocar alguém de crédito na Catalunha. O condestável D. Pedro seria o escolhido. Henrique IV sempre alerta e sempre colocado na mira das grandes

oportunidades, propõe o casamento entre D. Pedro e sua irmã Isabel, pois desta forma mantinha a sua intervenção no condado da Catalunha. Neste prisma, o encontro de D. Afonso V com Henrique IV em Gibraltar em 1464 teria, provavelmente, como ponto fundamental a colocação de D. Pedro nos negócios da Catalunha e o seu casamento com D. Isabel, irmã de Henrique IV e não o casamento de D. Afonso V como os cronistas referem na versão oficial. Este casamento colocava Henrique IV em aliança com D. Afonso V e era o grande mentor da intervenção de Castela nos negócios da corte aragonesa. D. Afonso V e Henrique IV preparavam o avanço sobre Aragão e a neutralização da acção de Aragão em território Castelhano.

Pouco tempo depois, o condestável D. Pedro assume a direcção do condado da Catalunha. Conta a versão das *Crónicas* que D. Afonso V ficara indignado com a postura de D. Pedro que, em silêncio, abandonara Ceuta num barco de Barcelona que teria aportado para o transportar até à Catalunha. Versão que interessaria ficar registada e conhecida e que não colocava D. Afonso V em risco.

João II de Aragão fica consternado com a evolução política da Catalunha. As boas relações que o uniam ao monarca português levam-no a pedir explicações por esta atitude tomada pelo antigo condestável de Portugal. Embora D. Afonso V tenha esclarecido o rei de Aragão que não tinha apoiado o projecto, que D. Pedro actuava por conta própria, e afirmado que tomaria as devidas medidas contra seu primo, algumas dúvidas ficaram entre os aragoneses. Uma dúvida que certamente não será infundada, mas que também não será esclarecida.

Durante dois anos D. Pedro foi rei da Catalunha (1464-1466), período em que os conflitos sociais acalmaram. Depois da morte de D. Pedro volta-se ao ponto de partida. Barcelona recorre a René de Anjou, um dos descendentes da linha condal, que envia seu filho João de Calábria que assume o condado até 1470, ano da sua morte.

Nos dois anos em que D. Pedro se encontra à frente da Catalunha, age de acordo com a política marroquina de D. Afonso V: guerra de corso no Mediterrâneo com o objectivo principal de atacar o Norte de África e promover mais uma frente de conflito.

Nos últimos anos do reinado de D. Afonso V, Portugal e Castela vivem uma intensa disputa. Sob o ponto de vista internacional este conflito exprime-se de uma maneira mais ampla. Sai do âmbito das fronteiras peninsulares e centra-

liza-se na Europa atlântica, nas explorações da costa africana e nos seus proventos. D. Afonso V tentava defender as possessões portuguesas na Guiné e na Mina, de onde provinham grandes lucros para Portugal. Por seu lado, os príncipes Isabel e Fernando tentavam neutralizar a acção de D. Afonso V através da casa de Bragança. Os Braganças em conflito com o poder central desde a regência do infante D. Pedro iniciam aqui um processo de apoio sigiloso aos Reis Católicos que anos mais tarde, no reinado de D. João II, levará à morte dos herdeiros da casa de Bragança.

Neste contexto de discórdia outras forças europeias tinham a sua participação. O monarca francês, que não definia a sua posição, oscilava entre Castela, Aragão e Portugal de acordo com as conveniências do momento. Em 1475 Luís XI confirma os seus acordos com D. Afonso V. O monarca francês tinha o maior interesse em continuar os conflitos internos na península ibérica, e desta forma conseguia aumentar o seu poder em áreas de fronteira e evitava uma frente poderosa que poderia reverter contra França. Entre Março e Junho de 1476 invadiu a fronteira em Fuenterrabía, na tentativa de se apoderar do País Basco. No entanto, ameaçado por Carlos o Temerário, duque da Borgonha, na Alsácia, desloca as suas tropas e coloca Castela em segundo lugar. Luís XI, incapaz de solucionar as questões internas da nobreza mais poderosa de França, encontra-se com Carlos o Temerário na Batalha de Montlhéry.

Em Navarra João II e Fernando acordam a reconciliação dos dois partidos (Beaumont e os partidários da casa de Foix). Perante a inevitabilidade do domínio da casa de Foix sobre Navarra, o acordo podia permitir a continuidade de ligações a Aragão. Pelo acordo, Francisco de Foix, neto de João II, era conhecido por todos como rei. Navarra mantinha-se assim com governo autónomo, o que contrariava os projectos da casa de Foix que pretendia colocar Navarra dentro do seu senhorio. Luís XI, incapaz de abrir mais uma frente contra Castela, mantinha-se atento ao Roussillon e à Sardenha.

2. Portugal de D. Afonso V

2.1. DA MORTE DE D. DUARTE A ALFARROBEIRA

A morte de D. Duarte no dia 10 de Setembro de 1438 abre uma nova crise em Portugal. O reinado de D. João I e o avanço para o Norte de África teria já anulado os efeitos dos terríveis anos do século XIV e teria esquecido os temores da aproximação conflituosa a Castela, vivida no período de D. Fernando. Avistava-se uma ampla recuperação económica, abriam-se portas para o domínio de mundos e de povos e Portugal caminhava na direcção do reconhecimento europeu. A morte antecipada de D. Duarte permite o *volte de face* no desenrolar dos acontecimentos. Curiosamente a História repete-se.

A causa da morte de D. Duarte permitiu grandes especulações logo aproveitadas partidariamente. Correu a versão da morte por desgosto pelo cenário de desastre ocorrido em Tânger e pela retenção do infante D. Fernando, conhecido como o Santo, em mãos muçulmanas. Esta versão era favorável a um grupo político que mostrava algum desagrado pela saída para Marrocos. A versão mais plausível da morte de D. Duarte demonstra que o monarca faleceu vitimado pela peste.

A notícia depressa correu e, de imediato, os irmãos acorreram a Tomar, onde se encontrava D. Duarte. Apenas D. Pedro ainda o encontrou com vida. Nada foi revelado ao infante D. João que no momento se encontrava debilitado por doença. Esta atitude dos irmãos de Avis revela a unidade familiar em que foram educados e que nos momentos mais delicados das suas vidas se manifesta de forma inigualável.

Após a morte de D. Duarte, procede-se à abertura do testamento na presença da rainha D. Leonor, do infante D. Pedro, do bispo de Lisboa Pedro de Noronha, e de outros fidalgos da casa real. Pelo testamento de D. Duarte cabia a D. Leonor a regência do reino, a tutoria dos filhos e a curadoria da sua alma. D. Afonso, que possuía apenas seis anos de idade, não podia assumir ainda o trono na sua totalidade. Apenas aos catorze anos D. Afonso poderia assumir os desígnios do reino e liderar a política nacional. Solicitava ainda D. Duarte

a entrega de Ceuta em resgate de D. Fernando. Mas a colocação em prática do testamento de D. Duarte causava grande temor, pois a entrega da regência a D. Leonor e a passagem de Ceuta para mãos muçulmanas como resgate do infante D. Fernando não interessavam a uma facção da sociedade de então.

Os momentos que se seguem são de grande oposição à regência da rainha D. Leonor. As reacções que prontamente se fizeram sentir mostraram o desagrado perante a decisão de D. Duarte, descontentamento evidente e esperado. D. Duarte cria com plenitude nas capacidades e na fidelidade de D. Leonor, uma das suas principais conselheiras, mas o reino e as poderosas elites locais não confiavam. Outorgar todo o poder a uma mulher e de origem aragonesa não fazia sentido para as mentes menos dispostas a entregarem o poder a um elemento feminino e não natural do reino. Argumentava-se que o trabalho da tutoria dos filhos e do encargo da alma de D. Duarte era já demasiado pesado para D. Leonor e que o reino merecia uma dedicação a tempo inteiro e uma disponibilidade para questões militares e económicas às quais D. Leonor não poderia responder.

A atenção da maioria recaía sobre os irmãos da Ínclita Geração todos aptos e bem formados para o papel de regentes, em especial D. Pedro, o irmão que se colocava depois de D. Duarte na linha de sucessão. A atenção de outros, porém, mais fiéis à palavra régia e aos seus últimos desejos, acordavam que o testamento se deveria cumprir. Perante a divisão de opiniões, a decisão fica adiada para as cortes a reunir em Torres Novas. Os herdeiros da dinastia de Avis, a poderosa nobreza e as elites urbanas não poderiam permitir que perante as possibilidades de regência do reino, permitidas pelos infantes de Avis, o reino ficasse entregue a uma mulher aragonesa.

Para uns esta situação seria impensável, certamente até burlesca, ou resultaria de um plano arquitectado pelos infantes de Aragão. A outra facção veria indiscutível a última vontade de D. Duarte de colocar na regência alguém que tinha já uma participação no governo do reino. Os infantes de Avis não podiam colocar-se na alçada da aragonesa.

Logo surgiram as primeiras intrigas que dividiram o reino em dois blocos, um liderado por D. Pedro, outro por D. Leonor. As intrigas que avassalavam a corte iam buscar raízes profundas que se inseriam no desentendimento em Aragão entre a casa de Urgel, de onde provinha D. Isabel, mulher de D. Pedro, e a coroa de Aragão, simbolizada em Portugal pela presença de D. Leonor. Tentaram os homens da corte sobrelevar um conflito familiar não detectado nas

relações de D. Isabel com D. Leonor. A relação de D. Leonor com D. Pedro iniciava o seu percurso entre as mentes mais perversas que a par e passo aproveitavam todas as ocasiões para criar adversidade.

As esperanças do grande reinado, digno da sucessão de D. João I recaía sobre D. Afonso V. As expectativas trazidas por D. Duarte não duraram muito tempo limitadas por um curto reinado. D. Afonso V seria o grande sucessor. Enquanto crescia, o trono teria de ser entregue a alguém que cumprisse a missão de dar continuidade ao plano de desenvolvimento económico. Para a sociedade da época essa missão não podia ser confiada a D. Leonor. Cada um à sua medida, os infantes de Avis vão desencadeando um processo de substituição de D. Leonor. D. Pedro, como filho mais velho vivo de D. João I, colocava-se como a primeira opção. Apoiam-no o infante D. João e o infante D. Henrique. O primeiro mostrou ser o grande estratega movimentador das massas urbanas, o segundo, o mediador indispensável em época de conflito mais aceso.

Em 1438 no início de Novembro, logo após as cerimónias fúnebres do rei D. Duarte, reuniram-se as cortes previstas. Tinham como objectivo principal prestar juramento a D. Afonso V como rei de Portugal e decidir sobre as condições impostas no testamento de D. Duarte sobre o regimento do reino. A abertura das cortes é feita por Vasco Fernandes de Lucena e os trabalhos iniciam-se com concorrida participação dos três estados do reino.

D. Leonor faz juramento ao filho como seu rei e ao respeito que tinha pela última vontade do marido que seria a de o reino se manter sob a sua regência única e exclusiva. D. Pedro prestou homenagem ao sobrinho e o mesmo o fizeram os infantes D. Henrique, D. João e D. Fernando, ainda prisioneiro em Tânger.

O momento carregava séria apreensão. As duas posições manifestadas anteriormente vão-se extremar. Os dois blocos mostram bem as suas posturas. Entre os que expressavam o desejo de verem cumpridas as disposições da última vontade de D. Duarte, salientam-se Vasco Fernandes Coutinho –marechal do reino–, Pedro de Noronha –arcebispo de Lisboa– e Sancho Noronha –conde de Odemira–, homens que manifestam a opinião defendida pela mais ilustre nobreza que através de D. Leonor exerciam as suas influências.

O partido que apoiava a regência de D. Pedro e se revia nos seus objectivos, era constituído por um empenho maioritariamente concelhio. Estes usavam como argumentação para o não seguimento das cláusulas testamentárias referentes à regência o facto de D. Leonor ser mulher e aragonesa. Esta era a face

visível da contestação. De facto estes homens do poder local ainda guardavam em memória os tempos difíceis vividos havia alguns anos. A sua decisão de afastar D. Leonor dos negócios do reino pretendia arredar perigos idênticos aos vividos na crise de 1383-1385 e que agora eram protagonizados pelos poderosos infantes de Aragão, irmãos de D. Leonor. Mais atentos às questões da sucessão e acompanhantes da conjuntura castelhana, colocavam-se como os protagonistas do momento e tentavam evitar a repetição da história vivida após a morte de D. Fernando. Não lhes interessava assistir a uma crise semelhante à de finais do século XIV onde a possibilidade da dependência de Castela se materializava. O debate surgido em cortes mostrou ainda uma outra posição que admitia a exclusão de ambos da cena política, opinião mais radical que não despertou grande interesse.

O infante D. Henrique, assumindo, como era de seu tom, uma postura moderadora, reuniu com elementos do Conselho Régio instituído, e na presença de alguns procuradores concelhios elaborou um documento, conhecido como *Regimento do Reino de 1438*, documento que pretendia repor a ordem e a estabilidade e evitar uma crise interna que poderia ter consequências gravosas para a orientação política do momento.

Estipulava este regimento que a tutoria do infante D. Afonso e dos irmãos ficaria a cargo de D. Leonor, e que, sempre que necessário, o infante D. Pedro prestaria o seu auxílio. O Conselho Régio passava a ser composto por 24 membros organizados em quatro grupos de seis elementos que iam alternando ao longo do ano. A este conselho acrescentava-se um elemento da nobreza, um elemento do clero e outro do povo. A estes competia auxiliar o governo do reino, sempre que solicitados pela rainha D. Leonor. O infante D. Pedro demonstrava nestas questões o seu acordo. A gestão da fazenda cabia a D. Leonor e a D. Pedro, que a administravam em comum. A justiça ficaria entregue ao conde de Arraiolos, com algumas reservas de aplicação para D. Leonor e do acordo do duque de Coimbra. Assuntos relativos à guerra e à defesa nacional ficariam a cargo exclusivo do infante D. Pedro, por serem assuntos de ordem manifestamente masculina, do qual se excluem as mulheres que para tal não têm preparação. Apenas alguns casos esporádicos ficariam reservados à concordância de D. Leonor. Acordava-se ainda que Ceuta ficaria sob autoridade de um conselho que assentava na alçada da rainha e do infante D. Pedro. Insistia-se na difícil tarefa de reunir cortes anualmente, apelando na sua indispensabilidade para bom regimento do reino.

O infante D. Henrique intentava, em situação de emergência, conciliar as partes numa atitude que pretendia garantir o bom funcionamento do reino. No entanto, as respostas dadas por parte da rainha e do duque de Coimbra não são positivas. No momento da assinatura do acordo D. Leonor recusa assiná-lo e exige o cumprimento das cláusulas do testamento de D. Duarte. O duque de Coimbra pedia a anulação do testamento de D. Duarte e defendia que por ser o irmão mais velho do rei deveria governar só. Apesar de tudo, mais tolerante que a rainha D. Leonor, compreendeu a situação e comprometeu-se a assinar o acordo. Perante a ameaça do infante D. Henrique em seguir a causa do duque de Coimbra, e diante do motim popular que entretanto se levantou em Lisboa, D. Leonor assina o documento.

A 10 de Novembro D. Pedro presta homenagem e obediência a D. Afonso V como rei de Portugal. Acordou-se ainda que se D. Leonor falecesse antes de D. Afonso V atingir a maioridade, os infantes D. Pedro e D. Henrique assumiriam as funções de tutores do rei. Caso morressem D. Leonor e D. Pedro, antes da maioridade do rei, seriam substituídos pelo infante D. Henrique ou por algum dos irmãos a nomear. Na circunstância de falecer o duque de Coimbra, as funções por ele desempenhadas passariam para a alçada do infante D. Henrique. Impunha-se como fundamental garantir que o governo do reino se manteria sem falhas.

D. Henrique tinha em mente que, no preciso momento em que se encontrava a política nacional, a paz e uma direcção forte eram essenciais. Aliar as duas facções que dividiam o reino era tarefa mais que fundamental. D. Henrique veria, assim como D. Duarte, a urgência em parar o avanço em Marrocos e a dedicação imediata a uma política com objectivos diferentes como a que foi protagonizada por D. Pedro. Continuaria a exploração da costa africana, mais pacífica e menos contestada por parte da população que sentia os efeitos da guerra. A paragem daria tempo a D. Afonso V de assumir os negócios do reino e nessa altura retomar a política de expansão por Marrocos.

O acordo da mediação do infante D. Henrique foi ratificado pelos representantes nas cortes de Torres Novas a 16 de Novembro de 1438. O reino seria entregue ao infante D. Afonso quando este perfizesse catorze anos. Por sugestão do infante D. Pedro, D. Fernando, segundo filho de D. Duarte e de D. Leonor foi também declarado príncipe herdeiro, de forma a garantir a sucessão na sequência de alguma eventualidade inesperada que ocorresse a D. Afonso V. Enquanto D. Afonso V não tivesse sucessor, D. Fernando permaneceria na linha

de sucessão da coroa portuguesa. Esta sugestão de D. Pedro pretendia garantir que não haveria qualquer dúvida nem imprevistos na sucessão de D. Duarte, mostrava que pessoalmente não tinha pretensões de alcançar o trono e, por outro lado, tentava conquistar a confiança e o coração de D. Leonor.

Da parte de D. Leonor faziam-na duvidar das boas intenções de D. Pedro que colocavam em causa a sua segurança e a de seus filhos. Alertavam-na para o facto de D. Pedro também possuir filhos e pretender desviar o curso da sucessão. D. Leonor mulher de «tençam sã», como refere Rui de Pina, acreditava nessa possibilidade. Como mãe, estes factos seriam suficientes para a colocar numa luta tendente a afastar o que considerava um perigo maior para D. Afonso V. Assim, tentou por todos os meios manter a regência e a tutoria de seus filhos.

Depois de acertada a matéria da sucessão surgia uma outra questão: o casamento de D. Afonso V. D. Pedro e D. Afonso, conde de Barcelos, disputavam o acordo matrimonial. D. Pedro pretendia levar a cabo o casamento do monarca com sua filha D. Isabel, e D. Afonso tentava a sorte de sua neta, também de nome Isabel. D. Leonor ciente da necessidade da paz com D. Pedro cede a seu favor.

Perante a eventualidade de a desconfiança que recaía sobre D. Pedro se transformar em realidade, casou D. Afonso V com D. Isabel, filha de D. Pedro. D. Leonor sentia que desta forma colocava o monarca mais seguro e mais resguardado. Esta intenção de casamento afastava, no seu entender, o perigo que incidia sobre os filhos, em especial sobre D. Afonso V, mas gerava ódios, invejas e tristeza a outros que logo se manifestaram negativamente. O conde de Barcelos não perdeu tempo a movimentar as suas influências no sentido da anulação deste casamento. Oferecia a sua neta, D. Isabel para esposa do monarca.

Embora a tensão entre D. Leonor e o infante D. Pedro se fazer sentir desde o primeiro momento, o governo do reino vai-se efectivando com alguma tranquilidade. D. Leonor empenhou-se seriamente nas questões governamentais, como afirma Rui de Pina, o que certamente teria motivado algum confronto com o infante D. Pedro. D. Leonor lançava-se com afinco no regimento do reino. A sua dedicação duplicava apesar do seu estado avançado de gravidez que lhe causava alguma indisposição e a impedia de trabalhar normalmente. Esta debilidade logo foi aproveitada para manter activo o processo do seu afastamento dos negócios do reino.

Por esta altura faleceu, vítima de peste, D. Filipa, irmã de D. Afonso V que contava com onze anos. A perigosidade do contágio obrigava ao afastamento

de D. Leonor e dos infantes. O afastamento de Lisboa é novamente aproveitado pelos que não desistiam de mudar o rumo da situação. Mais rumores e novos alvoroços correm pela cidade movimentando novas oposições de D. Leonor face à postura de D. Pedro.

D. Leonor, grávida de D. Joana, deslocara-se para o Monte Olivete em Março. Aqui nasce a infanta D. Joana, entre Março e Maio de 1439. Os dias finais da gravidez obrigaram-na a um certo afastamento dos negócios do reino, facto que de imediato causou repreensões por parte de quem não poderia deixar de aproveitar o momento para acusar a fragilidade feminina em tais circunstâncias.

A facção que defendia o afastamento de D. Leonor, com as justificativas de que era mulher e estrangeira, reanimava-se. O infante D. João, assume uma postura radical contra a rainha e influencia D. Pedro a afirmar-se como único regente do reino. D. Leonor, sentindo-se de novo ameaçada, expulsa de sua casa umas donzelas ditas afectas ao duque de Coimbra. A desconfiança de alguma acção menos digna da parte de D. Pedro ganhava adeptos que instigavam D. Leonor a agir. A expulsão das donzelas moveu grande escândalo em Lisboa. Este acto, talvez pouco ponderado por D. Leonor mas como reacção da insegurança que constantemente a ameaçava e invadia, era a mais pura declaração de inimizade a D. Pedro. O conflito saía do âmbito da casa real e passava para as ruas de Lisboa. Alguém estava definitivamente interessado nestas desavenças. A ira da população lisboeta levanta-se censurando esta atitude de defesa tomada de forma irreflectida.

A agravar a situação, D. Leonor impõe, sem o conhecimento de D. Pedro, que as penas dos varejos dos mercadores da cidade, a satisfazer todos os sete anos, passem para a alçada de Nuno Martins da Silveira, um dos homens da sua confiança. A população de Lisboa levanta-se em alguns desacatos e insurge-se contra as disposições da rainha. Erro político que desde o primeiro momento espalhou ódios e promoveu contagiantes revoltas, de tal forma que os responsáveis pela implementação da medida foram agredidos. Álvaro Afonso, escrivão das sisas dos panos, foi atirado de uma janela e só não morreu porque caiu sobre um telhado, e Bartolomeu Gomes, contador, a muito custo sobreviveu às agressões. Valeu-lhe a ajuda que alguns amigos lhe ofereceram em defesa da sua vida. Conta Rui de Pina que a partir deste momento se formaram bandos perigosos que nem os apelos às penas da justiça contra actos de violência ou os apelos aos bons sentimentos religiosos os demoviam.

A situação mostrava-se cada vez mais incontrolável. Frei Vasco, homem religioso afecto a D. Leonor tentou através da pregação acalmar a população. Mas tudo o que se fizesse em prol de D. Leonor era mal entendido. Frei Vasco seria outra das vítimas da agressividade que a muito custo escapava do incêndio e do assalto movido ao mosteiro de São Domingos onde se encontrava. Assistia D. Afonso V a estas e a outras peripécias, marcadas pelo mal-estar, a revolta e os desacatos nos quais a figura de sua mãe era a principal atingida. A curta idade que então contava não o permitia entender nem justificar tais actos. Estes ficavam-lhe na memória marcando a sua forma inconsciente de entender o mundo.

Como mulher, D. Leonor seria a parte mais indefesa e mais frágil de todo o processo. A agravar a sua condição feminina era irmã dos temidos infantes de Aragão. O inevitável aconteceria e a parte mais forte em breve tomava as rédeas da situação.

Aproveitando o momento e em simultâneo tentando acalmar os ânimos de gentes enfurecidas, D. Pedro reúne-se no convento do Carmo com a população da cidade que clama pela sua presença nos negócios do reino. O infante D. João, acérrimo apoiante da saída de D. Leonor, continua a insistir junto do infante D. Pedro para que assuma a regência do reino. O apoio do infante D. João à causa de D. Pedro sustentou a atitude da cidade de Lisboa e a partir deste momento os acontecimentos mostram-se imparáveis. D. Leonor, mais uma vez assumindo uma posição de defesa, pede auxílio a todos os fidalgos para se deslocarem armados a Lisboa. Corre então o rumor de que a rainha tinha pedido auxílio à nobreza armada para punir a rebelião da cidade.

A agudizar esta situação divulga-se que D. Leonor prepara uma invasão a Portugal a partir do exterior, liderada pelos infantes de Aragão. Por todas as cidades do reino circulou uma carta para que os homens bons do concelho se preparassem para o futuro e para qualquer movimento militar que se pudesse concretizar. Neste contexto, as cidades depressa se colocaram ao lado de D. Pedro.

D. Pedro deixa a cidade de Lisboa e parte em direcção às suas terras em Coimbra onde se preparava para reunir algumas forças militares. Na viagem apeou-se no mosteiro de Alcobaça e solicitou a frei Estevão de Aguiar auxílio militar. Este logo se prontificou a juntar «quinhentos homens de cavalo e de pé».

Em Lisboa o clima de tensão é enorme. A rainha e todos os seus partidários não estão a salvo. Os homens da cidade de Lisboa reunidos no mosteiro de São

Domingos, clamam que o infante D. Pedro seja o único regedor e defensor do reino e solicitam a anulação da acção de D. Leonor. Perante o agravar da conjuntura, D. Leonor refugia-se na sua vila de Alenquer.

Os itinerários do infante D. Pedro permitem visualizar as opções políticas enquanto regente. O reino vivia uma enorme instabilidade que se fazia sentir nas principais cidades do reino, com especial atenção para o eixo Lisboa/Santarém. De facto, a situação política obrigou o regente a optar pela sua presença nestas duas cidades como forma de exercer um controlo mais eficaz sobre os acontecimentos imediatos.

Temendo passos mais violentos, D. Leonor parte de Sacavém, onde se encontrava, para Alenquer, vila que fortaleceu de muralhas, de gente de armas e de mantimentos. Mais uma vez uma tentativa de protecção era mal entendida. A sua ausência e a demonstração de temor daria novo alento aos movimentadores. Nenhuma medida da rainha acalmava a cidade de Lisboa. Nestas circunstâncias o resguardo que D. Leonor pretendia para D. Afonso V era colocado em causa. Era inevitável que para protecção do monarca fosse exigida a separação de ambos e a perda da tutoria. D. Leonor em breve compreenderia o inevitável, mas não perdia as esperanças de retomar as rédeas da situação.

A rainha, tentando acalmar a situação de crise que então se vivia por todas as cidades do reino escreve uma carta, dirigida aos homens bons dos concelhos, na qual referia não ser sua intenção promover um ataque externo. Solicitava ainda neste documento que nas cortes que em breve se reuniriam aprovassem o que ficou estabelecido em testamento por D. Duarte. Esta missiva da rainha foi muito mal recebida pela população de Lisboa, de tal forma que o escrivão da chancelaria régia, Gomes Borges, que apenas cumpria ordens, correu perigo de morte.

Em nova reunião de ilustres da cidade, o doutor Diogo Afonso Mangancha apresentava diversos argumentos jurídicos, nos quais tentava provar a ilegalidade da entrega do governo do reino a uma mulher, e defendia com algum ímpeto a facção que pretendia que o infante D. Pedro assumisse a regência do reino. Após esta exposição jurídica, seguiu-se um discurso proferido por Álvaro Vaz de Almada. Justificavam os ditos grandes e honrados homens do reino que o rei nas mãos de uma mulher ficaria fraco e efeminado. Acordavam que o rei não poderia ficar como estava nas mãos da rainha pois a sua educação ficaria muito aquém do desejado. Defendiam que D. Afonso V não poderia ser «assi criado em tanta aleijão como he a criação em poder de molheres».

Faltariam na sua educação factos fundamentais como o estudo das letras e dos costumes, a caça, o exercício das armas ou o ensino que um homem rei deveria ter, à luz da época, na vida pública e privada. Apelavam à importância da masculinidade que se encontrava bem acima de um acompanhamento materno a uma criança de tão pouca idade. A facção que em Lisboa apoiava D. Leonor estava representada por uma minoria, entre os quais se salienta o líder popular Martim Alho.

Temiam também estes homens que o jovem rei passasse a desamar o tio D. Pedro e todos aqueles que marcavam oposição a D. Leonor. Dessa malquerença não conseguiram estes homens afastar D. Afonso, pois mais tarde, quando a idade o permitir, não deixará de a sentir. Razão teriam estes homens quando, nas palavras de Rui de Pina, referem que «em aquelas cousas que os moços recebem na tenra idade se lhe emprantam no coração, e em sua memoria pera sempre». Bons conhecedores da psicologia humana acreditavam que conseguiriam moldar D. Afonso V a seu modo, mas de facto há momentos na vida difíceis de esquecer, e D. Afonso V não esqueceu as ofensas movidas por estes interlocutores. Mas a grande humanidade que o acompanha como homem permite-lhe a cedência pelo perdão e o sentimento caracterizou-se por passageiro.

Nesta reunião os homens da cidade acordavam que o infante D. Pedro era o candidato mais idóneo para assumir o poder. Na linha de sucessão estariam todos os infantes seus irmãos legítimos, até que D. Afonso V atingisse idade para governar. A questão da legitimidade colocava de parte D. Afonso, filho bastardo D. João I.

Este assentimento teve de imediato a aprovação do infante D. João e do infante D. Pedro que se mostravam aptos para assumir qualquer responsabilidade política. Como seria de esperar, D. Leonor rejeita-o. Postura mais justa e de maior correcção assumiu o infante D. Henrique, que desaprova o documento alegando que este acordo só seria válido se fosse apresentado em cortes e obtivesse a aprovação dos três estados do reino. Conforme previsto pelo decretado nas cortes de 1438 reunidas em Torres Vedras, que obrigava a uma periodicidade anual das cortes, estas reuniriam em 1439 e aí então seriam aprovados os novos procedimentos políticos. Nas cortes de 1438 ficara já estabelecido que as próximas cortes se reuniriam pela mesma altura no ano seguinte em Lisboa, ou em Santarém caso Lisboa apresentasse algum perigo de peste.

Enquanto D. Pedro tentava que as novas cortes lhe entregassem a direcção do reino, D. Leonor, entendendo que estas iriam revogar a decisão das primeiras, diligenciava no sentido de diminuir a participação em cortes. Reconhecendo que D. Henrique era uma figura do maior relevo e da maior respeitabilidade, D. Leonor e D. Pedro tentam agir de forma a influenciar o infante persuadindo-o a tomar parte a favor das respectivas causas. A conduta da rainha abonaria a favor de D. Pedro.

D. Henrique, reunido com D. Pedro e com o conde de Barcelos em Coimbra, aconselha a rainha a assistir às cortes anunciadas para 30 de Novembro desse mesmo ano de 1439. O conde de Barcelos foi nomeado interlocutor da missiva de mover a obstinada rainha a participar em cortes. A resposta negativa de D. Leonor e a explicação por ela advertida devem ter mudado a opinião do conde de Barcelos que a partir desse momento assumiu uma postura dupla nos seus apoios.

D. Pedro entretanto sai de Coimbra com o seu exército em direcção a Lisboa. Apesar de interpelado em Alfeizerão por Henrique Pereira, que lhe pediu para não avançar, D. Pedro entra em Lisboa, onde a população o acolhe da melhor forma.

As cortes reunidas nesta cidade dão início aos trabalhos a 10 de Dezembro de 1439 na presença de D. Afonso V. Não conseguira D. Leonor impedir a realização das cortes. O atraso manifestado, uma vez que o início das cortes estava previsto para Novembro, deveu-se à chegada tardia dos procuradores concelhios.

Nestas cortes repetem-se as mesmas justificações relativas ao facto de D. Leonor como mulher não dever usar do regimento do reino, facto, dizem, contrário às leis «divinas e humanas». Pretexto mais pacífico e mais facilmente aceite para afastar D. Leonor. As cortes confirmam que a voz mais intensa clama por D. Pedro, que de imediato assume a regência, designado como «regedor e defensor do reino». Seguia de perto os passos dados por seu pai anos atrás.

Antes do anunciar do termo dos trabalhos de cortes propôs-se ainda que D. Afonso V não fosse educado por D. Leonor, mas sim por D. Pedro. Proposta aceite por todas as cidades do reino com o maior agrado. Homem reconhecidamente culto e informado, D. Pedro seria o tutor e curador de D. Afonso V. Pretendiam estes homens afastar qualquer interferência de Castela e de Aragão na política portuguesa e diminuir as possibilidades de união e de tolerância do monarca à política destes reinos. Ainda a lembrança dos anos de 1383 a 1385.

Surpreendida pelos últimos acontecimentos, D. Leonor desloca-se para Almeirim. Aqui encontrava-se mais próximo das terras do prior do Crato, ho-

mem de grande poder e seu partidário. Esta decisão preocupou os infantes D. Pedro, D. Henrique e D. João que permaneceram juntos em Santarém, vila próxima de Almeirim e de onde melhor poderiam controlar as andanças de D. Leonor. Temiam os infantes uma possível invasão desde Castela.

A neutralização destas possíveis acções movidas a partir do exterior conta com a elaboração de um plano estratégico de defesa. A fronteira estava a cargo dos infantes D. João e D. Henrique e do conde de Ourém (este em substituição do infante D. Afonso), que desempenhavam os cargos de fronteiros nas comarcas de Entre Tejo e Guadiana, Beira e Entre Douro e Minho, respectivamente. Aires Gomes da Silva, fidalgo da casa do infante D. Pedro foi nomeado regedor da justiça na comarca de Entre Douro e Minho. Para assegurar que o perigo exterior seria também neutralizado, estabeleceu uma aliança com Álvaro de Luna e com o Mestre de Santiago, dois grandes inimigos dos partidários de Aragão. Uma primeira intervenção realizada pelo infante D. Pedro destrói Zalamea de la Serena, nas proximidades de Badajoz e aumentou as guarnições dos castelos de Magacela e de Benquerencia, pertenças da Ordem de Santiago. Com D. Pedro, a política externa portuguesa mudava de rumo: o casamento de D. Duarte com D. Leonor de Aragão simbolizava a proximidade de Aragão e da política castelhana, a união a Álvaro de Luna, no entanto, simbolizava o afastamento da política dos temíveis infantes de Aragão.

Aragão detinha uma grande influência política em Navarra e em Castela e através de D. Leonor completava o domínio de influências em toda a península. Esta posição dominante na península ibérica por parte de Aragão preocupava os infantes de Avis que temiam a postura de unidade ibérica promovida, desta vez, por Aragão. Os reinos peninsulares desejam desde os primeiros momentos da sua formação obter uma supremacia sobre os outros reinos cristãos e dominar exclusivamente a península ibérica, desejos de um imperialismo promovido por alguns reis peninsulares, sucessores dos ideais de Fernando I, imperador da Espanha no século XI, e que continuariam presentes ao longo da Idade Média na mente de alguns líderes, entre eles D. Fernando de Portugal que assim orientou o conflito com Castela no século XIV.

D. Leonor, por sua vez, agora no refúgio do Priorado do Crato, move as suas influências de forma a garantir um provável confronto. Daqui enviou cartas para todo o reino acusando o infante D. Pedro de não governar como devia. Esta acusação reverteu a favor do duque de Coimbra, provavelmente pelo facto de mais uma vez ser uma mulher a ditar critérios de governo.

Apesar das constantes tentativas encetadas pelo infante D. Pedro para que D. Leonor regressasse ou entregasse a infanta D. Joana que tinha levado consigo, estas resultaram infrutíferas. Como tal, o infante D. Pedro promove um ataque às fortalezas do Crato que protegiam no seu interior D. Leonor. Em simultâneo, Álvaro Vasques de Almada procede à tomada do castelo da Amieira e Lopo de Almeida do castelo de Belver.

Perante a tentativa deste assalto ao Crato, D. Leonor pede auxílio a Afonso Henriques, fidalgo castelhano que se desloca para auxiliar a defesa. Este fidalgo ataca Cabeço de Vide, em Dezembro de 1440, o que causa grande indignação na população. Uma carta de privilégio posterior promulgada por D. Afonso V a 16 de Janeiro de 1441 permite conhecer este confronto no qual morreram quatro homens de Cabeço de Vide e nove da vila de Alter do Chão, facto que teria causado uma crise económica interna no povoado e, como tal, o seu termo foi alargado. Esta carta atesta as reduzidas dimensões destes povoados na Idade Média e os problemas causados pelas mortes, sobretudo, de elementos masculinos activos.

Por estes dias chega a dispensa papal que permitia o casamento entre D. Afonso V e D. Isabel, filha do regente D. Pedro, circunstância que iria facilitar a política desenvolvida pelo regente. O acordo deste casamento facultou o fecho do cerco que D. Pedro ia colocando à sua política de centralização e de favorecimento dos que lhe estavam próximos e que ia alimentando alguns ódios por parte da nobreza, que via com maus olhos o estreitar dos privilégios a um grupo de fiéis ao regente. Este matrimónio foi o principal responsável pelo crescimento do mal-estar nas relações entre D. Pedro e a casa de Bragança, uma vez que também D. Afonso tencionava casar D. Afonso V com a sua neta D. Isabel.

No Arraial de Ribeira de Seda reúnem-se os irmãos para procederem a um ultimato a D. Leonor: caso D. Leonor não se entregasse avançavam sobre o Crato. Na noite de 28 para 29 de Dezembro de 1440, D. Leonor refugia-se em Albuquerque, em Castela. Perante a fuga de D. Leonor, o regente resolve atacar de imediato o Crato. Os primeiros dias de Janeiro de 1441 ficam marcados pelo longo cerco ao castelo que, exaurido, se rende. Depois de tomado, o castelo foi entregue ao infante D. João. Estavam abertas as portas para a tomada de todos os castelos pertencentes ao Crato.

D. Pedro fez uma última tentativa no sentido da reconciliação através do conde de Barcelos, tentativa que se mostrou infrutífera. D. Leonor esperava au-

xílio de seus irmãos e a recuperação a todo o custo do lugar que pensava ainda lhe pertencer por direito. Uma vez em Castela envia sucessivas embaixadas a Portugal, como refere Rui de Pina, de variada índole, «humas brandas e outras com aspreza, humas mostrando desejar a paz e outras mais desafiando guerra». Entre as desavenças de D. Pedro e D. Leonor contam-se os factores externos que agravavam desconfianças e uma insistência do reino em não promover acordos com a rainha que persistia na via do conflito. Mais uma vez cabe aqui colocar a questão: que sentiria D. Afonso V perante estes constantes desafios e discórdias? Nada é possível vislumbrar dos sentimentos do jovem rei. Apenas cogitar que D. Afonso V aprendia com pouca idade as malas-artes da política e ano após ano entendia que era forçoso aprender a ser rei.

Reúnem-se cortes em Torres Vedras no ano de 1441. A carta de convocatória marca as cortes para o dia 25 de Abril, sem especificar o local. Pretendiam decidir sobre a cobrança das sisas e sobre assuntos da defesa do reino. Temia-se uma invasão castelhana, e era primordial a recolha de um pedido para suportar a guerra, evitar a saída de metal precioso para o exterior e legislar sobre a moeda e seu lavramento. Nestas cortes fica ainda decidida a realização do casamento de D. Afonso V com D. Isabel.

Entretanto a situação em Castela agrava-se. A 29 de Junho de 1441, Álvaro de Luna é derrotado pelos infantes de Aragão. Como consequência deste confronto, é assinado um acordo pela paz em Castela em Medina del Campo a 10 de Julho. A vitória alcançada contra Álvaro de Luna permitiu aos infantes de Aragão aumentar a participação nos negócios castelhanos. D. Pedro temia que o desenrolar dos conflitos castelhanos afectasse decisivamente a situação portuguesa, pois o tratamento infligido a D. Leonor poderia provocar a ira de seus irmãos que eventualmente poderiam atacar Portugal e repor D. Leonor no trono.

Logo após a sentença de Medina del Campo, D. Pedro encontrava-se na Covilhã em reunião com seus irmãos e com os conselheiros do reino. Como medida de precaução decidem enviar uma hoste portuguesa a Castela comandada por Duarte de Meneses. A coluna, formada essencialmente por moradores cristãos e judeus da Beira, segue rumo à Estremadura espanhola, passando pelos castelos de Magacela, Bemquerença e Zalamea de la Serena.

O monarca castelhano, João II, reage fazendo pedido aos seus vassalos para se alistarem na guerra. Em paralelo tentava a via diplomática, enviando sucessivas embaixadas com poderes para resolver a situação pela via pacífica.

Nova convocação de cortes é feita para 25 de Janeiro de 1442. Estas cortes reúnem-se em Évora. D. Leonor, refugiada em Castela, representava um perigo para Portugal. Esta movimentava-se bem junto de João II de Castela e procurava o seu apoio para recuperar a regência e a tutoria perdida de seu filho D. Afonso V. Destes movimentos resultaram algumas embaixadas promovidas pelo monarca castelhano no sentido de atender aos pedidos de D. Leonor. Uma destas embaixadas anunciava uma possível intervenção militar castelhana em Portugal.

Por esta altura, D. Pedro teve conhecimento de que em Castela se reuniam cortes onde a guerra a Portugal era citada. Decide então convocar os três estados do reino para dar conhecimento da situação e para preparar uma resposta adequada a Castela. É o próprio D. Pedro que faz a abertura de cortes e a sessão da oração, na qual expõe toda a situação do momento e o perigo iminente em que se vivia.

Para aumentar a segurança militar do reino, os seguidores de D. Leonor que a acompanhavam no exílio e todos os apoiantes às suas pretensões viram-se na contingência de terem confiscados os seus bens.

Como único regente D. Pedro toma algumas medidas violentas que pretendiam abafar a rebelião interna e promover a paz. Para o concretizar impunha-se afastar os partidários de D. Leonor e abafar qualquer foco de oposição. Os principais elementos que viram os seus bens confiscados são elementos da alçada senhorial de D. Leonor e do prior do Crato, que se viu forçado a abandonar o priorado do Hospital. Em 1442, em sua substituição, é nomeado Henrique de Castro.

A Afonso de Cascais, senhor de Cascais, a sua mulher Maria de Vasconcelos e a seu filho Fernando de Cascais são confiscados os bens, e são obrigados ao exílio em Castela. Isabel de Meneses, mulher de Fernando de Cascais foi também perseguida pelo regente D. Pedro pelo facto de ter acompanhado o marido no exílio e, depois, por ter casado com João Freire de Andrade, partidário de D. Leonor, também exilado em Castela. Este casamento foi apadrinhado por D. Leonor, o que provocou a ira do infante D. Pedro. Outros partidários atingidos pela ira de D. Pedro foram Nuno de Noronha, Diogo Gomes de Abreu –juiz em Torres Vedras e corregedor na comarca da Estremadura– e Diogo Gonçalves Lobo, escudeiro que acompanhou D. Leonor para Castela. Outros criados e elementos da casa de D. Leonor seguiram-na para Castela e viram também os seus bens confiscados. Entre eles destaca-se Diogo de Pera-

fita (tesoureiro), João de Barros (guarda-roupa), Vasco Eanes (seleiro), Afonso Martins (cozinheiro), e os criados Fernão Rodrigues, João de Lisboa, Gonçalo Eanes e Diogo Jaime, entre outros. Os criados dos partidários da rainha que se mantiveram fiéis à causa sofreram igual sorte.

D. Pedro não se limitou a confiscar bens. Uma das suas grandes acções concretizou-se na exoneração de muitos afectos a D. Leonor de cargos públicos. O infante não poderia manter homens fiéis a D. Leonor em cargos de gestão. Apesar de algumas dúvidas permanecerem nos motivos da exoneração dos indivíduos dedicados a D. Leonor, é possível, em alguns casos, vislumbrar uma causa política. É o caso de Lopo Dias que se viu privado do ofício de sacador pelo facto de sua mulher, Maria de Almazan, sumilheira da rainha, ter acompanhado D. Leonor no exílio, ou o caso de Fernando Eanes, capelão da rainha, que foi privado por D. Pedro de um benefício que readquiriu mais tarde por determinação de D. Afonso V.

De forma a privilegiar as pessoas que mais próximas se encontravam da sua causa e os que se mantiveram sempre fiéis, D. Pedro beneficia com os bens confiscados os elementos de sua casa, facto que permitiu algum desagrado por parte de alguns que se sentiram injustiçados. Podem ser citados alguns entre os muitos exemplos que ilustram esta situação. Os bens confiscados a Diogo de Perafita são entregues a Miguel Pineda, escudeiro da casa de D. Pedro; os bens de João de Barros são entregues a Álvaro de Abreu, escudeiro do infante D. Pedro; os bens de Vasco Eanes são doados a Lopo Fernandes, servidor de D. Pedro, e os de Afonso Martins são concedidos a Afonso Eanes, aposentador do regente. Uma análise rigorosa efectuada no estudo *A Batalha de Alfarrobeira* permitiu detectar que um terço dos elementos ligados à casa do infante D. Pedro foi beneficiado com a política de confiscações de bens. Estes números apontam para uma atitude de fidelidade e de apoio concedido pelos homens da casa do duque de Coimbra que o regente queria perpetuar. D. Pedro sabia que apenas os seus homens se manteriam fiéis perante alguma eventualidade.

Entre os homens da casa do duque de Coimbra mais beneficiados pela política do regente destacam-se Álvaro Vasques de Almada, nomeado alcaide-mor do castelo de Lisboa; Aires Gomes da Silva, designado regedor da Casa do Cível em Lisboa; Diogo Afonso Mangancha, presidente da Relação; Luís de Azevedo, que desempenhou o cargo de vedor da Fazenda; Lopo Afonso, escrivão da Puridade; Gomes Eanes, que foi nomeado desembargador da Casa do Cível em Lisboa, e Fernão da Fonseca, nomeado alcaide pequeno de Lisboa.

Pelas comarcas a situação era idêntica à de Lisboa. Homens da casa do duque de Coimbra assumiram os postos de controlo: Gil Rodrigues, chanceler da correição da Estremadura; Rodrigo Eanes designado para fiscalizar a fronteira das Beiras e Trás-os-Montes; Fernão Barreto, corregedor no Algarve; Diogo Gil Ferreira, corregedor em Lisboa; Egas Gonçalves, corregedor na Estremadura, e Bartolomeu Vasques, meirinho na comarca da Beira, entre outros. Entre os cargos de governo local dependentes da alçada central, como corregedores, meirinhos, almoxarifes, requeredores, recebedores, juízes do crime e cível, juízes das sisas, tabeliães e muitos outros cargos eram ocupados por fiéis a D. Pedro. De uma forma geral o território encontrava-se sob a alçada de homens dependentes de D. Pedro.

Alguns dos beneficiados obtiveram mais que uma doação, como é o caso de Diogo Afonso Mangancha, que deteve um papel importante na legitimação da regência de D. Pedro e no apoio que sempre demonstrou ao lado do regente nas suas funções de orador e legista.

A atitude de D. Pedro continuava a ter como base o benefício a homens fiéis, mas teria também como intenção controlar os principais órgãos de gestão. Esta atitude promovia desagrado, sobretudo em Lisboa onde se localizava o maior foco de rebelião. Além do controlo de gestão, D. Pedro controlava as actividades militares. Entre os nomeados para o cargo de coudel encontram-se mais uma vez homens afectos a D. Pedro. Os coudeis possuíam jurisdição militar sobre os concelhos e tinham sob a sua alçada os besteiros do conto que se recolhiam pelos municípios a chamado do rei. Este dispositivo de governo fiel a D. Pedro traria certamente desagrado a quem via na constituição deste aparelho um controlo excessivo de D. Pedro e até uma tentativa de tomar o poder. De facto o poder estava nas suas mãos. A sua acção política permitia que as intrigas que o acusavam de querer dominar o poder em desfavor de D. Afonso V tivessem legitimidade e se comprovassem na prática. Se as suas intenções eram outras, o que transparecia era o assalto ao poder que a não entrega imediata do governo a D. Afonso V vinha comprovar. Os ânimos levantavam-se com algum fundamento, embora este pudesse ser infundado, porque nesta acção pode ser vista uma tentativa de controlar o poder das casas senhoriais, que tinham já uma força e um poder crescente que se poderia tornar incontrolável. Para manter as casas senhoriais sob alçada do poder central e evitar os comportamentos que a nobreza possuía no território vizinho, o poder central deveria manter sob a sua alçada os cargos de maior controlo.

Estes homens (os principais beneficiados são fidalgos, cavaleiros, escudeiros e criados de D. Pedro, sempre prontos a avançar com armas) ocupam lugares dominadores e de controlo que em nada auxiliam a imagem do infante D. Pedro. Na qualidade de representantes da autoridade exerciam o seu poder contra abusos, violências e fugas à lei que, apesar de correctamente colocadas as punições e o controlo de práticas abusivas, sempre são mal vistas.

D. Pedro não conseguiu manter a paz, pelo contrário, em breve outras vozes se levantam contra a sua conduta que era tendente a beneficiar homens da sua casa. A sua política não era tendente a beneficiar a nobreza ávida de privilégios e de benefícios nem os concelhos que não viam satisfeitas as suas reivindicações. A situação económica não auxiliava a estrutura governativa. A desilusão apoderou-se dos honrados cidadãos e de uma nobreza que disputava cargos e rendimentos. Pouco a pouco nascia uma nova oposição, e D. Pedro foi progressivamente perdendo apoio. Por outro lado a nobreza apoiante de D. Leonor mantinha-se à espera de um *volt de face* na situação política do reino. Esperava a melhor oportunidade para de novo erguer voz e gritar pelos anos de opressão e perseguição que lhe foi movida. Atendia ao melhor momento para proceder a represálias.

Outros manifestam-se contra atitudes de D. Pedro desencadeadas sobre D. Leonor que consideravam de grande violência e mereciam a maior reprovação. Por este motivo insurgiam-se abertamente contra o regente. Foi o caso de João Eanes, tanoeiro que acusava o regente de sacrificar economicamente as regiões e os indivíduos em particular pelas acções militares que insistia em concretizar. Também Vasco Barbudo, morador em Elvas, ou Afonso Dinis que agiram contra o infante D. Pedro. Muitos outros exemplos podem ser citados entre as inúmeras cartas de perdão que ocupam os livros da chancelaria de D. Afonso V.

O infante foi muitas vezes benevolente com os seus opositores. Foi o caso de João Pais, cantor, e de Diogo de Pedrosa, ambos casados com criadas da rainha D. Leonor, que participavam numa conjura para matarem o regente. D. Pedro limitou-se a açoutá-los e como não confessaram culpa foram libertados. A bondade de D. Pedro levou-o a revelar muitos actos de indivíduos que o atingiam directamente, sempre que o autor manifestasse arrependimento. Assim, muitos apoiantes da causa de D. Leonor foram beneficiados com privilégios de D. Pedro, facto que aponta para uma mudança de atitude por parte do interlocutor. Como exemplo pode ser citado o caso de Isabel Rodrigues, guarda-roupa da rainha D. Leonor, que em 1441 viu confirmados por D. Pedro os privilégios concedidos por D. Leonor. Depreende-se que Isabel Rodrigues não apoiou incondicionalmente D. Leonor nem a acompanhou para Castela.

Esta conduta mereceu a maior reprovação do reino e de D. Afonso V que o acusou, na carta que escreveu aos monarcas estrangeiros após a trágica Alfarrobeira, de agir em «muytas e grandes cousas» sem conselho, e de doar terras e castelos sem ter poder para o fazer enquanto regente.

Um estudo atento e minucioso divulgado na obra citada *A Batalha de Alfarrobeira* permitiu verificar que as acusações a D. Pedro foram instigadas pela poderosa nobreza do reino que envolveu as massas e as vozes mais sensibilizadas pela conjuntura política do momento. Estes opositores à política de D. Pedro conheciam a psicologia das massas e a melhor forma de actuar para as dirigir num determinado sentido. Apesar das movimentações palatinas que criavam inimizades e obrigavam a actos de confronto, D. Afonso V mostrou estimar o homem que o acompanhou toda a vida e se mostrou atento à sua educação, o homem que o criou, de facto, como rei e como homem, pois D. Pedro foi o pai que Afonso tão pouco conhecera. Refere Rui de Pina que nunca D. Afonso se manifestou abertamente contra seu tio nem lhe mostrou má vontade, pelo contrário a relação preenchia-se por um convívio de paz. D. Afonso V não teve a coragem de defender os seus sentimentos e de demonstrar que acreditava no homem que o acompanhou na sua infância e juventude, talvez porque num ou noutro momento não acreditou totalmente na sua fidelidade.

Uma das opiniões que se ouvem, muitas vezes em sussurro, pelo reino critica a atitude de D. Pedro, considerada demasiado severa. Gente do povo que se ressentiu com a deslocação de homens para o conflito, gente presa apenas por um conto ou dito. A perseguição foi intensa e ninguém fiel a D. Leonor que se tivesse manifestado contra o regente ficou impune.

Restava a oposição ainda activa do conde de Barcelos, Afonso. Um perigo e uma ameaça à política desenvolvida por D. Pedro. Pretendente a manter a ordem interna, o regente reúne em Coimbra a sua hoste e pede auxílio a seu irmão D. Henrique que acede à solicitação. Em Viseu os homens de D. Pedro juntam-se com os homens do infante D. Henrique. Na deslocação da hoste em direcção ao litoral assentaram arraiais em Lamego, onde permaneceram durante algum tempo. A avaliar pelas queixas produzidas pela cidade nas cortes de Torres Vedras de 1441, estes homens procederam a alguma violência e a roubos, como era costume nas deslocações do exército.

A conjuntura castelhana e as ocorrências de última hora em Rámaga (João II de Castela é preso nesta povoação a 9 de Julho) controlam a acção de D. Pedro e levam-no a actuar no sentido de afastar qualquer ameaça da oposição. Neste contexto nomeia seu filho Pedro para o cargo de condestável. D. Pedro pretendia evitar a aproximação de uma nobreza mais radical que comungava de ideais idênticos à rebelde e poderosa nobreza castelhana e que poderia criar situações idênticas às vividas na vizinha Castela. D. Pedro sabia que este era o momento exacto para controlar a nobreza e as suas acções de evidência social e política. O momento que se vivia em Portugal era de fragilidade e só uma força autoritária e impenetrável poderia evitar o pior.

D. Leonor deixa Albuquerque e a conselho do conde de Barcelos tenta entrar em Portugal pelas terras de Álvaro Pires, em Trás-os-Montes, onde, conforme acordado, o conde de Barcelos a iria buscar. O conde de Ourém, filho de D. Afonso, que acompanhava o regente D. Pedro, tenta demover o pai da sua atitude de impedir a passagem do Douro à hoste do infante D. Pedro sitiada em Lamego. Perante a resposta negativa aos esforços do conde de Ourém, o conflito seria inevitável. Uma segunda tentativa do conde de Ourém consegue mover o conde de Barcelos até Lamego.

Durante a regência do infante assistimos ainda a um confronto que opunha D. Pedro ao seu meio-irmão, o conde de Barcelos. De início apoiante da causa do regente, muda de facção e passa a apoiar D. Leonor. A sua postura não gera confiança a um partido nem a outro pelo facto de não apoiar claramente uma das facções e de oscilar entre os partidos de acordo com os seus interesses.

O episódio de Lamego no qual D. Afonso fecha o avanço aos homens de D. Pedro em atitude de defesa a D. Leonor, permite verificar a incompatibilidade que existia entre os dois. Foi necessário um grande empenho do conde de Ourém para demover o conde de Barcelos de uma atitude de apoio à rainha. D. Leonor perdia um falso aliado.

D. Leonor, que entretanto tinha feito algumas diligências já previstas, e se encontrava em Ledesma, pronta para entrar em Portugal, foi visitada por uma embaixada chefiada por Álvaro Pires de Távora que tentava apaziguar as divergências, mas D. Leonor recusa-se à concórdia. Em Castela, os contactos entre D. Leonor e João II, rei castelhano, sucedem-se. D. Leonor não desistiria facilmente de reaver pela força as armas de Portugal. João II ameaça Portugal de entrar com força militar e, em conjunto com os infantes de Aragão, discute essa possibilidade.

A conjuntura castelhana era favorável aos infantes de Aragão, irmãos de D. Leonor, que detinham algum avanço sobre o monarca castelhano João II. O risco era agora maior para D. Pedro e para a sua regência. A solução para afastar o perigo seria a promoção de auxílio a João II de Castela e ao fiel aliado de D. Pedro, Álvaro de Luna contra os infantes de Aragão. A 25 de Janeiro reúnem-se cortes em Évora que tencionavam discutir o assunto e recolher algum subsídio para suportar a expedição militar de auxílio a Castela.

A partir de Fevereiro de 1444 os infantes de Aragão vão perdendo força no conflito que os opõe a Álvaro de Luna. A vitória de Castela verificada na Andaluzia frente a Aragão transforma a situação em desfavor de D. Leonor e a favor de D. Pedro. D. Leonor é obrigada a deslocar-se para Toledo onde sobrevive com uma renda anual que lhe foi atribuída por Maria de Aragão, sua cunhada, e da beneficência de gente que lhe era afecta.

A mãe de D. Afonso V morre em Toledo, segundo Zurita, a 18 de Fevereiro de 1445. A sua morte repentina deixa algumas suspeitas, entre elas o provável assassinato levado a cabo por Álvaro de Luna. A sua morte gerou grande polémica na altura. D. Leonor falecera no momento em que os infantes de Aragão dominavam a corte castelhana. O monarca João II é aprisionado pelos infantes e D. Pedro investe no auxílio a Álvaro de Luna. Neste contexto surgem rumores de que D. Pedro solicitara que Álvaro de Luna concretizasse o envenenamento de D. Leonor. Conta Rui de Pina que as suspeitas recaíram na altura sobre uma mulher da vila de Illescas que entrava com grande familiaridade na casa de D. Leonor.

Curiosamente D. Maria, irmã de D. Leonor e rainha de Castela, morre quinze dias depois. Especula-se que esta morte teria ocorrido através da aplicação dos mesmos métodos de envenenamento. É bem conhecida a inimizade de Álvaro de Luna aos infantes de Aragão que por esta altura o tinham controlado e dominado. As irmãs destes infantes, longe da sua protecção e sob alçada castelhana eram presas fáceis para as mãos astutas de Álvaro de Luna. De facto, ambas as infantas de Aragão eram nocivas à política deste, uma vez que agiam nas cortes de Castela e de Portugal e moviam apoiantes à causa de Aragão. O próprio Rui de Pina afirma que com a morte das duas rainhas o partido dos infantes de Aragão em Castela ficara «muy fraco e abatido». Assim se manteria até recuperar nova força com Isabel a Católica e Fernando de Aragão. Teria sido praticado este acto perante uma ameaça que mais uma vez comprometia

o bom funcionamento de um reino que adquiria agora feições mais sólidas? Conhecendo claramente a figura de D. Pedro, com certeza se pode afirmar que não morreu com esse peso na consciência, embora o mesmo não se possa aventar quanto a alguns elementos da alta nobreza peninsular da época, entre eles o poderoso Álvaro de Luna.

D. Leonor morre no momento em que esta tinha dado conhecimento de que regressaria a Portugal sob qualquer condição que lhe fosse imposta. Temeriam os partidários de uma política adversa a D. Leonor mudanças radicais na política de então. D. Afonso V contava com 13 anos e em breve assumiria o reino, e a presença de D. Leonor era desfavorável neste momento. Voltará depois de morta a Portugal, ao Mosteiro da Batalha, onde ficará sepultada junto de D. Duarte, por vontade de D. Afonso V.

Conhecedor do falecimento de D. Leonor, D. Pedro encarregou alguém da sua confiança de acompanhar desde Toledo a infanta D. Joana.

D. Leonor teria sido um marco na disputa de poder patrocinada pelos infantes de Avis. Mais do que o facto de ser mulher e de ser aragonesa, D. Leonor foi um elo utilizado por irmãos que mediam forças e tentavam exercer com maior intensidade formas de evidência pessoal. D. Leonor caracteriza-se ainda por simbolizar o domínio peninsular protagonizado por Aragão, no qual participa e tenta promover criando mais uma frente de batalha.

Teria compreendido D. Afonso V com tão tenra idade, que o afastamento de sua mãe se prendia com a apresentação de uma solução política para o reino que passava por seu tio D. Pedro? Entenderia D. Afonso V da necessidade de D. Leonor se refugiar aqui e ali como uma criminosa, sujeita ao apoio de fiéis que também seriam por isso punidos? Rui de Pina descreve com grande intensidade a mágoa que sentiu D. Leonor ao ter de deixar os filhos em mãos alheias, as dificuldades que passara sem nunca parar para recuperar a tutela dos filhos e as dificuldades económicas a que se viu sujeita em Toledo onde vivia de caridade com os seus fiéis amigos que passavam as mesmas privações. Conhecerá D. Afonso V a verdadeira história desta mulher, modelo não raro mas pouco revelado num mundo onde os homens e os meandros políticos vencem qualquer forma de sentimento, onde a intriga e os valores do poder são demasiado altos.

O conforto que D. Afonso V concedeu a sua mãe na hora da despedida em santo António, revela um afecto e uma consciência com alguma maturidade a que a força das circunstâncias obrigava.

O ano em que completa catorze anos (1446) está marcado pela mudança na atitude política do reino: a partir deste momento D. Pedro não voltará a ter condições para reger em nome de D. Afonso V.

As tensões entre o monarca e o regente agravam-se. A paz e a tranquilidade davam lugar a uma crescente pressão de conflito. O duque de Bragança aproveita o momento para retirar dos cargos que abrangiam os seus territórios os homens afectos a D. Pedro e a colocar homens da sua casa. A agitação urbana fazia-se sentir sobretudo no Norte, onde o domínio senhorial era mais intenso. Em Lisboa levantavam-se as facções antagónicas e instalava-se a insegurança.

Cabia ao regente D. Pedro reunir cortes para entregar o regimento do reino, conforme o acordado nas cortes de Torres Novas. As cortes reúnem-se em Lisboa. Diogo Afonso Mangancha é o interlocutor de D. Pedro e o orador em cortes. Este jurista tece uma série de considerações sobre a entrega do regimento acordado para esta data nas cortes de Torres Novas de 1438 e ao mesmo tempo tenta reter a entrega da liderança do reino a D. Afonso V. Apelando ainda à pouca idade do rei tentavam que este aceitasse por mais algum tempo a regência de D. Pedro. A poderosa nobreza liderada por Afonso, conde de Barcelos, não oferecia garantias de segurança a um monarca inexperiente.

Diogo Afonso Mangancha conseguiu convencer de que efectivamente D. Afonso V ainda não estava em condições de assumir o trono, continuando, portanto, D. Pedro como regente. Nestas cortes ratificam-se ainda os esponsais de D. Afonso V com D. Isabel. Sentia o regente D. Pedro que a situação do reino era ainda frágil e a pouca responsabilidade política de D. Afonso V poderia colocar por terra a sua política de centralização, de fortalecimento do poder central e de continuidade da imagem adquirida e trabalhada pela dinastia de Avis que colocava Portugal e a família real portuguesa ao mais alto nível europeu.

Em 1447, D. Isabel, filha do infante D. João, casa com o monarca castelhano e D. Beatriz, irmã de D. Isabel, casa com o infante D. Fernando, irmão de D. Afonso V. O primeiro matrimónio insere-se na política de casamentos que pretendiam assegurar a aliança com Castela e manter boas relações com João II e com Álvaro de Luna. Com o segundo casamento pretendia D. Pedro agradar a seu irmão mais afecto, D. João, casando uma das filhas com um príncipe a quem não se excluía a possibilidade de sucessão.

Avizinhando o fim da sua regência, D. Pedro apressa-se a dar início à aliança mais marcante: o casamento de D. Isabel com D. Afonso V. Perante a aceitação de D. Afonso V de casar ainda esse ano em Outubro, D. Pedro reúne

cortes em Évora para recolher o montante necessário ao financiamento deste casamento.

A cerimónia de entrega do regimento do reino em 1446 foi precedida de uma outra em 1448. Ambos os actos mereceram por parte de D. Afonso V a outorga de uma carta de louvor a D. Pedro pelo seu desempenho nos negócios do reino.

Em 1447, em Santarém, D. Afonso V consumava o casamento com D. Isabel. D. Afonso V tinha já idade para assumir os negócios do reino, mas D. Pedro tardava na sua entrega. Esta atitude faz levantar os adeptos da teoria que tempos antes movia D. Leonor, a teoria de que D. Pedro pretendia manter-se na direcção da regência do reino e usurpar o poder.

D. Pedro temia a passagem da regência. Ódios antigos esperavam este momento para aproveitar a inexperiência e juventude do rei para alterar o rumo dos acontecimentos. Depois da cerimónia de entrega da vara da justiça a D. Afonso V, este reúne-se com D. Pedro, D. Henrique e D. Fernando. Rui de Pina refere que D. Afonso V teria solicitado a D. Pedro a sua continuidade na regência do reino. As palavras do orador Diogo Afonso Mangancha que se seguem em cortes indicam isso mesmo.

As palavras elogiosas dirigidas ao infante D. Pedro deixam a nobreza, desejosa do afastamento do regente, bastante receosa. Esta nobreza não se conformava com a continuidade de D. Pedro e como tal começou a agir. Utilizando os meios ao seu dispor, esta nobreza vai marcar os últimos momentos da regência de D. Pedro por intrigas que tentavam denegrir a imagem do regente e afastá-lo definitivamente da regência do reino.

As mesmas estratégias que anos antes separavam D. Leonor de D. Pedro e que resultaram no exílio da rainha tomavam de novo forma colocando-se entre D. Afonso V e o regente D. Pedro. As relações entre ambos começavam a deteriorar-se, acentuada esta circunstância pela intriga, pelas maquinações e pelas interferências desses homens que as sabem usar para criar situações fictícias que se confundem com a realidade.

O uso da intriga e das suas capacidades de intervenção na vida política é bem conhecido. D. Duarte, no seu *Livro de Conselhos*, escrevia

> [...] o detraidor mal dizente em escondido é rapoza mui ma e peor é que o fageiro louvaminhador e muito se gardara o sabedor daquestes dous, e certamente non sei de ligeiro dizer qual destas cousas he de maior dano ou mal dizer e desfazer a fama doutro ou ouvir e dar orelhas ao que mal diz dise o profeta Isaias, a morte entra per nosas frestas e certo entom entra quando sofremos e suportamos entre nos per lingoas danosas as nossas orelhas peçonhentas.

O capítulo escrito por D. Duarte, correspondente a este assunto é longo, e os conselhos variados. D. Afonso V certamente que os conhecia bem e entendia que alguém estava por trás da terrível maquinação que levara sua mãe a exilar-se em Castela e que agora o separava de D. Pedro e caminhava para um fim ainda mais trágico.

Circulava como verdade o envenenamento de D. Leonor pelo infante D. Pedro, e as suas intenções de não devolver o poder ao monarca e de entregar grandes domínios aos seus filhos caracterizavam a acção do infante como rebeldia. Em suma, como analisa Rui de Pina, desejavam «meter el rey em odio com o infante D. Pedro», apelavam à pouca idade do rei que por isso tinha «vontade mole» e incentivavam-no a agir contra o regente. Para desprazer dos que assim agiam D. Afonso V mostrava-se pouco interessado em levar o assunto até às últimas consequências. Acreditava em D. Pedro e conhecia uma realidade idêntica que vivera anos antes. Mas reconhecia o poder dos intervenientes nesta acção e temia os seus comportamentos. O duque de Bragança, o conde de Ourém, Fernando o Sagonho e Rui Galvão, secretário do rei, eram declaradamente inimigos do infante e controlavam grande parte da situação.

D. Pedro teve ainda tempo de colocar em vigor as *Ordenações Afonsinas* no início de 1448. Para concretizar a compilação deste corpo legislativo o regente solicitou a uma comissão composta por Rui Fernandes, Luís Martins, Fernão Rodrigues e Lopo Vasques que se encarregasse de proceder à reunião das leis em vigor. A legislação foi agrupada em cinco livros por temáticas.

Em Julho de 1448, D. Pedro retorna a Coimbra, sede do seu ducado, acompanhado de uma escolta de indivíduos seus fiéis seguidores. A conjuntura não abonava a seu favor. A situação económica do país gerava um mau estar das cidades relativamente à direcção da sua política, sobretudo a que respeitava ao poder local e à nobreza. D. Pedro optara por uma política centralizadora que tendia a contrariar os grandes interesses da nobreza e a responder negativamente às reivindicações concelhias.

Do seu ducado vai preparando os homens para a defesa. Procurou, em vão, Álvaro de Luna em Ledesma, certamente para diligenciar auxílio militar a favor da sua causa. A história repete-se: os intervenientes mudaram mas as situações

não, e tanto D. Pedro como D. Leonor erraram em não aceitar as imposições das circunstâncias.

D. Afonso V, alegando que D. Pedro confiscara injustamente os bens a criados e servidores do rei D. Duarte e da rainha D. Leonor, e que beneficiara com a entrega destes bens confiscados os homens mais fiéis à sua causa pessoal, determina que todos os favorecidos com privilégios concedidos por D. Pedro, no prazo de vinte dias se desloquem à corte com as respectivas cartas para serem analisadas. Cabia a Lopo de Almeida, vedor da fazenda régia, encontrar as soluções para cada caso.

D. Afonso V tomava as rédeas da situação. Uma das grandes medidas adoptadas contraria a carta de louvor de 11 de Julho de 1448. O monarca toma a decisão de anular os provimentos de cargos e doações de bens efectuados por D. Pedro em benefício dos homens de sua casa que lhe permanecessem fiéis. Esta determinação justifica o progressivo abandono a que se viu sujeito o infante D. Pedro e a parca participação destes beneficiados no encontro de Alfarrobeira.

A 15 de Setembro de 1448 D. Afonso V ia mais longe nas medidas políticas que contrariavam a acção de seu tio enquanto regente, determinando que todos os que foram sentenciados com exílio e confisco de bens poderiam voltar e obter as mesmas possessões se mostrassem carta de doação anterior que confirmasse a posse.

É possível seguir os passos de alguns dos apoiantes de D. Leonor que voltavam ao reino. Diogo de Perafita, tesoureiro da rainha, que regressa, certamente, ao reino após a queda do regente, recebe de D. Afonso V carta de quitação em 1450. João de Barros, guarda-roupa de D. Leonor, foi privilegiado com tença anual de 3000 reais brancos e meia peça de pano de Bristol em 1468. Afonso Martins, cozinheiro de D. Leonor, regressou ao reino mediante carta de perdão concedida em 1445. Este homem juntou-se ao rei e participou em Alfarrobeira, e, por esta decisão, foi privilegiado em 1450. Muitos outros casos poderiam ser citados entre os inúmeros exemplos.

Ao longo dos livros de chancelaria foram detectados cerca de 104 cartas contendo perdões, privilégios, provimento de ofícios dados individualmente ou de forma colectiva a servidores, oficiais, donzelas, escudeiros e criados da rainha D. Leonor. Reservam os anos correspondentes à década de 50 maior número de documentos atribuídos, o que anuncia uma confiança crescente que acompanhava o sentimento de volta ao reino após Alfarrobeira. Algumas das cartas foram concedidas por D. Afonso V no período precedente a Alfarrobeira, entre os anos de 1445 e 1449, facto que remete para alguns casos que regressariam do exílio e se colocariam ao lado de D. Afonso V.

Há ainda uma preocupação que manifesta o monarca sentindo a responsabilidade do casamento das donzelas da casa de D. Leonor. Concede-lhes para tal tenças, algumas avultadas, e oferece-lhes bons matrimónios. Entre os casos pode ser citado o de Isabel Silveira, filha de Nuno Martins da Silveira (conselheiro régio e escrivão da puridade), sobrinha de D. Álvaro bispo de Évora, que por seu casamento com João de Melo em 1450 recebe uma tença anual de 700 000 libras, além dos direitos da vila do redondo, num total de 2000 coroas. Ou o caso de Teresa de Albuquerque que recebe por seu casamento com Luís Álvares, mestre sala e conselheiro régio, uma tença de 26 000 reais brancos.

Alguns judeus que apoiaram D. Leonor, como o caso de Davy Negro, mercador e morador em Lisboa, ou de mestre Judas, físico foram de igual forma privilegiados por D. Afonso V.

A partir deste momento o monarca concede inúmeros perdões aos partidários de D. Leonor, homens e mulheres a quem anos antes tinham sido confiscados os bens e obrigados ao exílio. Os exilados vindos de Castela chegavam cada vez em maior número, esperando o perdão de D. Afonso V e a possibilidade de voltar à vida que sempre tiveram e que fora quebrada pelo regente D. Pedro, mas, acima de tudo, pretendendo unir-se aos que gritavam pela entrega do poder ao filho de D. Duarte.

D. Afonso V, atento a um auxílio vindo de Castela da parte de Álvaro de Luna, retira os fronteiros colocados por D. Pedro e nomeia para os cargos homens da confiança de D. Fernando na região do Alentejo e Algarve e da casa do duque de Bragança para as regiões de Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes.

O infante D. Henrique, apoiante desde sempre da causa de D. Pedro, patrocinava agora o Afonso V, abandonando o seu irmão que tardava a entregar toda a responsabilidade de governo ao jovem monarca. O momento de cumprir os trâmites legais da realeza não podia ser adiado. O reino reclamava a sua entrega a quem de direito, ao sucessor de D. Duarte.

Embora não fosse intenção do infante D. Henrique, a mudança de atitude acentuou o mal-estar entre D. Afonso V e o infante D. Pedro. A sua intenção foi certamente a de proteger o monarca uma vez que a figura de D. Pedro estava definitivamente afastada do poder. Colocado ao lado de D. Afonso V poderia acompanhá-lo no novo processo e nos novos tempos que se iniciavam. A tei-

mosia de D. Pedro, e as formas que escolhida para demostrar a veracidade e a honestidade dos seus actos não era a viável. Como sempre, o infante D. Henrique encontrou uma forma de acompanhar a situação de forma pacífica e sem oposição. Para levar a cabo os seus intentos não poderia abandonar D. Afonso V, o que o obrigava a abandonar o seu irmão, o infante D. Pedro. Decisão difícil e deveras custosa, mas a única possível e politicamente correcta.

Em Outubro de 1448, D. Afonso V envia carta aos fidalgos do reino proibindo-os de se encontrarem com D. Pedro. Outra carta enviada a D. Pedro determinava que este não saísse das suas terras sem a sua autorização. O tratamento despendido por D. Afonso V a seu tio era instigado por intrigas lançadas pelos opositores políticos de D. Pedro mais próximos agora de D. Afonso V.

D. Henrique assume, mais uma vez, papel de mediador quer no entendimento de D. Afonso V com D. Pedro, quer no de D. Afonso, duque de Bragança, com D. Pedro, que desde 1442 se manifestava abertamente e sem rodeios. O duque de Bragança continuava a ser o maior opositor e o principal interveniente na causa que implicava o afastamento e aniquilação do antigo regente. O infante D. Henrique, sempre detentor de uma postura moderadora, sentia-se impotente para continuar a apaziguar as facções.

Perante o agravar da situação, o infante D. Henrique desloca-se para Soure e o infante D. Pedro para Montemor-o-Velho. Apoiava o irmão à menor distância que lhe era possível pela força das circunstâncias.

D. Afonso V reconhecendo postura de medianeiro do infante D. Henrique encarrega-o de encontrar uma forma de entendimento entre o duque de Bragança e o duque de Coimbra. Pedia o monarca que terminassem com «todo o rancor, odio e escandalo e outra alguma malquerença de qualquer maneira, condição, vigor e qualidade que seja e entre eles aja acontecido». D. Afonso V compreendia que esta disputa entre irmãos poderia ser causadora de algo mais grave. As más relações entre ambos eram já conhecidas e os momentos em que os irmãos se encontravam em paz, como refere Rui de Pina, eram de uma paz fingida. Foram certamente estes sentimentos que agravaram a situação e que promoveram as tomadas de atitude de D. Afonso V. O acordo de amizade foi assinado por D. Pedro e D. Afonso.

Perante a aproximação do infante D. Henrique, mais uma vez como mediador da contenda, quiseram os maquinadores e estrategas da situação colocar D. Afonso V contra o Navegador. Recordavam D. Afonso V do empenho do infante na causa de D. Pedro que implicou o desterro de D. Leonor. No entanto, a

grande autoridade e poder da figura do infante associados à falta de veracidade das histórias contadas, lograram os seus intentos. D. Afonso V assistira não ao empenho de D. Henrique na saída de sua mãe para Castela, mas ao seu empenho como mediador de uma questão demasiado manobrada pela poderosa nobreza de então, a qual D. Leonor não soube contornar nem resistir.

D. Afonso V resistia às «falsas opiniões em que o criavam». Esta reacção exasperava os que pretendiam mudar rapidamente o curso dos acontecimentos e arrastar D. Pedro para o desterro ou para a morte. O conde de Ourém procurou obter o ofício de condestável, vago pelo afastamento de D. Pedro, que dizia lhe pertenceria por direito.

O afastamento do infante D. Pedro era para estes homens de maior valia, pois pensavam poder influenciar D. Afonso V, que, pela sua pouca idade, se mostrava indefeso e uma presa fácil para quem pretende substituir os domínios do poder. D. Pedro, homem experimentado, conhecia bem as ambições pessoais de alguns elementos da alta nobreza e por isso tardava em entregar as rédeas do poder a D. Afonso V. Sabia que desta forma a política desenvolvida até aqui sofreria um *volt de face*. Mudam-se os homens, mudam-se as estratégias de poder.

A força da casa de Bragança, grande implicada em ambos os processos, pretendia alcançar o poder e dominar as situações. Para tal era necessário afastar D. Pedro e controlar a postura de D. Afonso V. O duque de Bragança engendrou um plano de reconciliação ao qual esperava que D. Pedro não aderisse e então dar motivos suficientes para que D. Afonso V actuasse como rei. Planeava-se uma recusa por parte de D. Pedro da assinatura de um acordo, que o próprio duque de Bragança elaborou, e então a situação tornar-se incontrolável para o antigo regente. D. Pedro, homem de grande visão e portador de sentimentos que não correspondiam às acusações movidas, assina o acordo que lhe é proposto e assim coloca por terra mais uma tentativa desesperada de o incriminar. De forma a apressar a mudança, os planos aperfeiçoavam o seu rigor.

Apesar da paz que o tratado assinado continha, em breve D. Afonso V reacendeu a guerra. Acusa o monarca de o antigo regente não deixar as armas, nem os aparelhos de guerra, nem as gentes armadas, nem muito menos renunciar ao propósito que tinha de agir contra o rei. Alguém não abdicava também de instigar D. Afonso V contra o duque de Coimbra. O facto de D. Pedro existir era suficiente para que fosse mal entendido. D. Pedro gritava que não era essa a

intenção e mostrava-se inocente, mas os seus actos eram sempre mal entendidos e vistos de perspectiva diferente.

Corre entretanto a notícia de que D. Pedro se prepara para reunir armas contra o rei e que pediu auxílio externo, prevendo-se uma invasão de Castela. Corre também o boato que D. Leonor foi envenenada por ordem de D. Pedro. Grandes movimentos contra o antigo regente e seus leais seguidores faziam-se sentir provenientes da casa de Bragança e de alguns exilados, vítimas da anterior política de D. Pedro, que desestabilizavam. D. Pedro e os seus seguidores viam-se excluídos dos seus cargos e ofícios e eram vítimas de perseguição. A agravar a situação de crise comenta-se que D. Pedro não quer abandonar o governo e pretende conquistar o trono estabelecendo nova linha de sucessão.

Em Lisboa reúnem-se cortes, provavelmente com carácter mais restrito que o costume. A situação política do reino naturalmente o exigia. Destas cortes salientam-se alguns documentos que bem revelam a situação de crise política que se vive. Um clima de desconfiança cai sobre D. Pedro e sobre seu filho primogénito, o condestável D. Pedro, manifestando-se um desagrado e uma suspeita generalizados. Nesta reunião os concelhos mostram-se contra algumas das medidas tomadas, entre eles o concelho de Lisboa que através dos seus procuradores formulou diversas acusações contra a política económica e de privilégio adoptadas por D. Pedro. D. Afonso V respondia de forma a captar a atenção e o apoio das principais cidades do reino. Concede assim diversos privilégios aos grupos sociais urbanos, principalmente à cidade de Lisboa que continuava a representar um dos focos de conflito mais significativos.

Em Lisboa a grande oposição vai para Álvaro Vasques de Almada, conde de Avranches, fiel amigo de D. Pedro. D. Afonso V destitui o conde do cargo de alcaide-mor da cidade e nomeia em sua substituição Galiote Pereira. Outros homens colocados nos principais postos por D. Pedro são também afastados. Mereceu a confiança do rei o condestável D. Pedro que permanece no cargo, apesar do insistente pedido do conde de Ourém de lhe ser atribuído o cargo de condestável. Como descendente de Nuno Álvares Pereira reclamava a hereditariedade do cargo. Vivia-se agora situação idêntica à que anos antes acometia D. Leonor. O conde de Avranches e o conde de Arraiolos, homens de relevo afectos a D. Pedro, tentaram mudar, em vão, a opinião que se generalizava sobre D. Pedro e empreenderam, também em vão, algumas tentativas de conciliação.

As informações erradas sobre D. Pedro continuavam a invadir D. Afonso V com tal precisão e insistência que difícil seria manter-se isento. Para complicar a situação circulavam cartas, no dizer de Rui de Pina, do rei para D. Pedro e de D. Pedro para o rei, sem nunca estes as terem escrito e assinado. Momentaneamente D. Afonso V teria acreditado plenamente nessa realidade que lhe estava a ser colocada perante a crescente inimizade, e a sua idade e inexperiência certamente não ajudariam a compreender tão grande maleficência dos homens. Compreendia D. Pedro que D. Afonso V ainda não tivesse idade para discernir os contos da realidade.

Às portas de Alfarrobeira, D. Afonso V indignava-se com a postura de D. Pedro. O antigo regente recusava-se a entregar as armas reais e impedia a passagem do duque de Bragança pelas terras do seu ducado, apesar de este se encontrar a serviço régio. Por tais atitudes D. Afonso V considera-o desobediente, rebelde e insubmisso ao rei.

D. Pedro estava isolado e o caminho era inevitavelmente o da morte. Como político nada podia fazer para lutar contra a corrente, como homem preferia a morte a uma honra humilhada. Os homens exigiam a mudança de atitude política mais aberta, menos castradora, menos autoritária e menos violenta. A nobreza que apoiara D. Afonso V em Alfarrobeira iria exigir recompensas difíceis de negar.

No início de 1449, D. Afonso V determina que D. Pedro entregue de imediato todo o armamento que se encontrava na sua casa. O duque de Bragança é chamado à corte acompanhado pela sua hoste, o que obrigatoriamente exigia a passagem das milícias pelo ducado de Coimbra. D. Pedro não o devia impedir, mas a sua reacção imediata é a de bloquear a passagem. Assim, o antigo regente escreve uma carta a D. Henrique na qual manifestava intenção de barrar pela força a passagem do duque. D. Henrique aconselha-o a que não tome atitudes precipitadas e que meça as consequências de tal acto. Na carta fica registada a promessa de os dois dialogarem para melhor tomarem qualquer decisão. No entanto este encontro não acontece. O infante D. Henrique saiu de cena. Temeria o Navegador que qualquer atitude sua fosse mal interpretada por D. Afonso V ou pelos seus interlocutores. Na verdade, não se podia sujeitar a ser entendido como um homem desleal a D. Afonso V, porque sua empresa no Atlântico exigia a sua total permanência e necessitava do apoio do poder central. Não poderia assim correr o risco de ser afastado da exploração atlântica ou das lides do poder central, já que conhecia melhor que ninguém os cantos

dos mares e era no momento uma figura insubstituível. A sua saída facilitaria o domínio dos mares a Castela que depressa se colocaria como única na Europa e no mundo. Por outro lado afastando-se de D. Pedro protegia D. Afonso V.

A vinda para Portugal, em Março de 1449, de Afonso, conde de Benavente, inimigo de Álvaro de Luna, faz temer D. Pedro. Temia uma possível aliança entre o conde de Benavente e o duque de Bragança.

A agravar a situação, correm rumores de que o condestável D. Pedro reunia o exército contra D. Afonso V em favor de seu pai, o regente D. Pedro. A situação para o condestável de Portugal tornava-se difícil.

A D. Pedro restava apenas o apoio do conde de Arraiolos, que apesar de filho do duque de Bragança e irmão do conde de Ourém não deixou de apoiar aqueles sobre os quais pensava recair algumas injustiças. Outros se juntaram, entre eles Aires Gomes da Silva e seus filhos Fernão Teles de Meneses e João da Silva, Luís de Azevedo, Martim de Távora e Gonçalo de Ataíde.

O duque de Bragança cumprindo ordem de D. Afonso V desloca-se para sul com a sua hoste. Antes da travessia do Mondego, uma troca de cartas entre o duque de Coimbra e o duque de Bragança atesta o mau estar irreversível que existia entre as partes. Tentava D. Afonso V, como rei, submeter D. Pedro, e este agia como considerava manter a sua dignidade e honra de cavaleiro.

No dia 5 de Maio de 1449 saía o duque de Coimbra com a sua hoste comandada pelo conde de Abranches. Era seu objectivo chegar a Lisboa e contar com o apoio da cidade que o apoiara em outros tempos. D. Pedro desloca-se a caminho de Condeixa, seguindo depois para Pombal e para o mosteiro da Batalha. Aqui a sua estadia permitiu-lhe incorporar alguns artífices e serventes que se encontravam a trabalhar nas obras do mosteiro. Parte em seguida para o mosteiro de Alcobaça, onde novamente as suas hostes são reforçadas com apoio dos moradores do couto. Apesar de desaconselhado a prosseguir viagem e aconselhado a voltar a Coimbra, D. Pedro continua em direcção a Lisboa. O duque de Coimbra teria algumas ilusões quanto ao apoio da cidade e acreditava piamente que assim acontecesse.

A chegada de D. Pedro a Alcoentre não foi pacífica. Escaramuças entre fiéis de D. Pedro e de D. Afonso V resultam em morte e prisão. Este, que então se encontrava em Santarém, saiu em perseguição do infante. As hostes de ambas as partes encontravam-se perto de um ribeiro, «além de Alverca, num ribeiro que se diz d'Alferrobeira», e neste encontro morreram D. Pedro e Álvaro Vasques de Almada, conde de Avranches. D. Jaime e D. João, filhos de D. Pedro, depois de passarem pela prisão, encaminham-se, acompanhados da irmã D. Beatriz, para a protecção de Isabel, duquesa de Borgonha. Aí um futuro melhor os esperava: D. João casou com D. Carlota, herdeira do trono do Chipre, e foi príncipe de Antioquia; D. Jaime foi cardeal-diácono e morreu em Florença; D. Beatriz, por seu turno, casou com Adolfo de Clèves.

D. Afonso V contava com o apoio incondicional da nobreza, incluindo homens antes afectos ao infante D. Pedro. Nas hostes régias que combateram em Alfarrobeira encontram-se elementos diversos das distintas casas senhoriais. O clero, incluindo o alto clero, também lutou ao lado do monarca. O arcebispo de Lisboa, os bispos do Algarve e de Ceuta e de Coimbra tiveram papel significativo ao lado de D. Afonso V. Notou-se apenas a ausência de Fernando da Guerra, arcebispo de Braga que se colocou numa posição neutral perante o conflito. Também os principais legistas apoiaram o monarca. Desaprovariam a atitude de D. Pedro na entrega de armas, o que consideravam um acto de rebeldia, punido por lei. Apesar da amizade que ligava Vasco Fernandes de Lucena a D. Pedro, este optou pelo partido de D. Afonso V. Por todas as comarcas, funcionários e população aderiam à causa de D. Afonso V. Decisivas para a vitória do monarca manifestaram-se as regiões de Trás-os-Montes, Beira, Alentejo e Algarve. D. Pedro contava apenas com as parcas forças do seu ducado movidas por imposição ou voluntariado.

Terminava mais uma etapa na história de Portugal, a qual, marcada pela divisão interna, se constituiu como um período de grande esforço político e de empenho pessoal de D. Pedro, que pretendia garantir que a obra iniciada por seu pai tivesse continuidade. D. Afonso V iniciava a sua vida como homem político e iria agora revelar o que em poucos anos de vida tivera tempo de aprender do ofício de rei.

Após Alfarrobeira, D. Afonso V envia a Castela uma carta na qual explica o sucedido. Conta a sua versão da história, que, apesar de ser real, nalguns sentimentos apontados da parte de D. Pedro não corresponde totalmente à verdade. De facto, em cada história pessoal há sempre duas ou mais versões. D. Afonso V aponta que D. Pedro desde longa data desejava manter-se no trono de Portugal, desejo que, afirma em momento de impetuosidade, «trazia escondido sobe aquelas falsas cerimónias de fingida obediência». D. Afonso V recordava o sucedido com sua mãe anos antes, no momento em que D. Pedro conseguiu, através de «práticas e subtis induzimentos», que o reino apoiasse a saída de D. Leonor por ser mulher e estrangeira. Certamente que esta realidade

era a contada pela nobreza liderada pelo duque de Bragança e mais desejosa da mudança que surgiria após a saída de D. Pedro. A realidade de D. Pedro era outra. Apesar da sua força como homem da Ínclita Geração, não pôde lutar contra homens poderosos que manchavam dia a dia a sua imagem. A sua dignidade e honra ditaram-lhe o não esmorecer e lutar como um cavaleiro medieval até às últimas consequências. Antes a morte que a infâmia.

Isabel da Borgonha manifesta o seu descontentamento pelo acontecido e envia à corte portuguesa o deão de Vergy, em Dezembro de 1449, no sentido de recuperar os restos mortais de D. Pedro e de libertar D. Jaime e D. João. Mostrava um total desagrado pelo tratamento conferido a seu irmão e reprovava severamente o tratamento infligido ao seu corpo após a sua morte, sujeito a aves de rapina e soterrado na Igreja de Alverca, sem qualquer cerimónia que acordasse com a sua condição. Valeu-lhe apenas Lopo de Almeida, que trasladou em segredo o corpo de D. Pedro para o castelo de Abrantes.

Os lamentos da duquesa chegam junto do papa Nicolau V que, por sua vez, reprova a forma desumana do tratamento dado ao corpo de D. Pedro. O pontífice solicita aos bispos de Tournai, de Salamanca e de Leão para que usem do seu poder espiritual, incluindo a excomunhão contra quem retivesse o corpo do infante D. Pedro. A violenta morte do regente causava na Europa alguma tensão contra D. Afonso V.

D. Pedro foi trasladado desde a igreja de Alverca, segundo rezam as crónicas, a pedido de D. Isabel, logo após o nascimento do herdeiro D. João. D. Afonso V não se empenhou pessoalmente no assunto pelos ódios de uma nobreza ainda ameaçadora e intranquila quanto à figura de D. Pedro, mas não deixou de oferecer uma cerimónia com grande pompa, da qual encarregou o infante D. Henrique, digna e solene como merecia o filho de D. João I. A cerimónia decorreu com a maior naturalidade.

O abandono do corpo do tio e o desinteresse pelo seu resgate caracterizam a indiferença de D. Afonso V, algum sentimento menor que as velhas raposas da nobreza lhe incutiram, ou, o mais provável, um enorme receio da força astuta e violenta da nobreza mais implacável do seu tempo. Foi preciso esperar para anular a presença negativa que o regente teria na sua vida e no futuro do reino, e assistir a um sofrimento vivido intensamente, dia a dia, por D. Isabel. D. Afonso V teve de encontrar uma justificação para trazer o corpo de D. Pedro até à Batalha sem causar ira nos principais opositores de D. Pedro. Ira que não evitou e que abriu novos caminhos, desta vez na direcção de D. Isabel.

Tempos depois trazia à Batalha o corpo de sua mãe. D. Afonso V enterrava o passado e como homem desejava promover a paz e esquecer um dos momentos mais marcantes da sua história pessoal e da história da vida do reino.

Após a Batalha de Alfarrobeira, D. Afonso V executa uma série de medidas que afectavam directamente os partidários de D. Pedro. A principal atitude prende-se com o confisco de bens aos partidários do infante. A aplicação desta disposição régia faz-se sentir com maior incidência nas terras pertencentes ao ducado de Coimbra e na comarca de Entre Douro e Minho, onde os homens de D. Pedro concentravam as suas propriedades.

Entre os afectos ao rei que foram beneficiados com os bens confiscados aos partidários de D. Pedro encontram-se fidalgos, cavaleiros e escudeiros da casa real mas também das diversas casas senhoriais, apesar de estes últimos serem em menor número.

As terras do ducado de Coimbra sofreram o descalabro económico que a saída de D. Pedro ocasionou e que o palco de guerra acentuou. Durante longo tempo os efeitos fizeram-se sentir. Nas cortes de Lisboa de 1456, Gomes Eanes de Zurara, procurador de Montemor-o-Velho assinala a crise económica que ainda se vive desde Alfarrobeira.

As medidas agressivas que imediatamente foram aplicadas por D. Afonso V aos partidários de D. Pedro, vão sendo sucessivamente atenuadas por inúmeras cartas de perdão emanadas do poder central de forma individual ou colectiva.

A primeira carta de perdão conhecida foi concedida aos pescadores de Buarcos a 3 de Julho de 1450. Estes homens temiam perder os seus bens, que resultavam da força do seu trabalho, pelo facto de terem sido constrangidos a seguir o infante D. Pedro. Perante as ordens de D. Afonso V de confiscar bens aos partidários de D. Pedro, apressaram-se alguns a informar que tinham participado no conflito ao lado do duque de Coimbra por terem sido obrigados a fazê-lo. D. Afonso V concede-lhes carta de perdão na qual são relevados de todas as penas.

Seguem-se outros homens do povo de povoados da área de Coimbra que pediam que o monarca os absolvesse de culpas. Referem os moradores de Botão, termo da cidade de Coimbra, que D. Pedro tinha obrigado a população a acompanhá-lo. Só não deixaram o local com destino a Alfarrobeira aqueles que não tinham idade para prosseguir viagem.

As medidas de perdão concedidas parcelarmente vão ser acompanhadas de uma carta de perdão geral, dada a 20 de Julho de 1455, que abrangia todos os

indivíduos participantes em Alfarrobeira. D. Afonso V retirava da difícil situação em que ainda se encontravam os participantes no conflito e dava instruções aos seus oficiais para que agissem em conformidade com o declarado. A partir deste momento não serão conferidas mais cartas de perdão isoladamente. Estas amnistias concedidas não significavam que o beneficiado com o perdão recuperasse os seus bens ou os cargos que possuíam anteriormente, mas conferiam a possibilidade destes homens voltarem a desempenhar novas funções e a ser contemplados com doações régias.

Caso curioso a apontar refere-se a uma revelação que envolve o infante D. Henrique. Um pedido de perdão dirigido ao monarca em 1452 por Diogo Gonçalves, servidor da rainha D. Leonor, relata que o sujeito em causa se exilara em Castela por ter fugido da prisão. Continuando a narração, Diogo Gonçalves afirma ter sido condenado a prisão pelo ouvidor do infante D. Henrique, por ter em seu poder três cartas da rainha D. Leonor, enviadas a este. D. Afonso V não conhecendo o caso nem os motivos concretos não hesita em ordenar a reavaliação do processo. O que fariam estas três cartas de D. Leonor para D. Henrique na posse deste homem? Porque não as teria entregue? As cartas escritas revelariam algo que não deveria ser conhecido ou conteriam algo que mudaria o rumo dos acontecimentos? A falta de conhecimento do conteúdo das cartas não permite avaliar esta situação, mas sabemos que as relações entre D. Henrique e D. Leonor foram sempre concordatas e por vezes de cumplicidade. O infante sempre agiu entre as partes como moderador.

Ao analisar os casos concretos dos participantes em Alfarrobeira ao lado de D. Pedro é possível verificar que apenas em casos muito concretos e que se prendem com o falecimento do indivíduo, os homens da casa de D. Pedro e os participantes em Alfarrobeira não são reintegrados na sociedade portuguesa. Também não será de estranhar que, além da carta de perdão, muitos destes homens sejam beneficiados com privilégios e doações de D. Afonso V. É o caso de Álvaro Afonso que obteve em 1450 carta de aposentação, em 1453 recebeu carta de perdão e em 1452 e em 1462 D. Afonso V concedia-lhe moradia mensal de 4286 reais brancos.

Da mesma forma, os familiares dos afectos ao duque de Coimbra não recebem qualquer acto de retaliação por parte de D. Afonso V, pelo contrário convivem naturalmente com outros elementos da nobreza e muitos em postos de destaque ao lado do rei. Apenas a dois meses de distância de Alfarrobeira a viúva de Álvaro Vasques de Almada, conde de Avranches, recebe de D. Afonso V a

renda das sisas dos judeus que pertencia ao marido. Fernando de Almada, filho do referido conde de Avranches sucedeu ao pai no cargo de capitão-mor do reino, e a irmã Violante casou com o capitão de ginetes de D. João II. A viúva de João de Ataíde, camareiro-mor de D. Pedro, obteve confirmação da vila de Penacova em 1452, senhorio que se manteve na família. O filho Pero de Ataíde, fidalgo da casa de D. Henrique, acompanhou D. Pedro em Alfarrobeira e por esse motivo os bens foram confiscados, mas obteve carta de perdão a pedido do infante D. Henrique em 1451. No ano de 1457 é fidalgo da casa do rei, obtém do monarca a confirmação da casa de Penacova, é elevado a membro do conselho do rei e recebe deste pelo menos quatro tenças e outros privilégios concedidos pelo facto de se encontrar sempre ao serviço do monarca em Portugal, África e Castela. Muitos outros casos de destaque poderiam ser citados.

Esta análise permite concluir que pouco tempo depois D. Afonso V mudava de atitude. A retrospectiva sobre os acontecimentos em Alfarrobeira teria modificado o seu entendimento sobre a questão que no momento se mostrava demasiado preenchida por intrigas e desacatos. A acção da rainha D. Isabel teria também sido fundamental na aproximação a um desfecho positivo. Por outro lado, para a «grande humanidade» com que D. Afonso V, homem de grande religiosidade, pautava os seus actos o perdão seria a atitude mais plausível a seguir. Compreenderia também o monarca que o conflito em Alfarrobeira teria sido dispensável se o rumo dos acontecimentos seguisse noutro sentido.

As facções de D. Leonor e de D. Pedro juntavam-se agora no apoio que davam ao monarca. No fundo ninguém se insurgia contra D. Afonso V, mas sim contra a regência na menoridade do monarca, que se sujeitou a planos estratégicos que geraram conflitos. Todos sem excepção aceitavam D. Afonso V como rei e pretendiam que este tomasse o trono o mais breve possível. Por seu lado, D. Afonso V nada tinha contra os homens que se dividiram no apoio a D. Pedro e a D. Leonor. Motivos tinha apenas contra aqueles que lutaram ao lado de D. Pedro no conflito simbolizado por Alfarrobeira, mas esses seguiam o seu senhor, duque de Coimbra, por imposição ou por vontade própria mas sempre sujeita à manipulação que o momento continha. A todos perdoou D. Afonso V.

O triunfo de Alfarrobeira caracterizou-se por ser não uma vitória do rei na afirmação do seu poder, mas uma vitória da nobreza que se opunha de forma crescente às medidas centralizadoras de D. Pedro. Alfarrobeira encarnou o sucesso de um sector da nobreza que se opunha à acção levada a cabo pelo infan-

te D. Pedro durante a sua regência. Os benefícios a escudeiros e criados da sua casa para cargos da fazenda e do exército atestam que D. Pedro apostava fortemente em elementos da sua confiança para o auxiliarem nas questões políticas. A confiança é primordial nas questões de liderança. Acto politicamente compreensível mas não aceite pelos que se sentiam mais prejudicados. Por outro lado, D. Pedro não conseguiu satisfazer as necessidades municipais de negócio e de saída para o exterior e, a par e passo, a situação degradou-se.

A política de D. Pedro foi também tendente a beneficiar os seus irmãos e familiares. A sua filha recebeu as terras pertencentes a D. Leonor (as vilas de Sintra, Alenquer, Óbidos, Torres Novas, Aldeia Galega e Alvaiázere); o seu meio-irmão D. Afonso, conde de Barcelos, foi elevado a duque de Bragança; solicitou a Eugénio IV a entrega do mestrado da Ordem de Santiago a D. Fernando, irmão de D. Afonso V, e nomeou o conde de Arraiolos para o cargo de governador de Ceuta em 1445. Foi, no entanto, o infante D. Henrique o grande beneficiário de D. Pedro, seu apoiante até ao momento decisivo de Alfarrobeira e com uma posição fundamental nos desígnios do reino. D. Henrique, duque de Viseu, viu também os seus criados e servidores receberem inúmeros privilégios e cargos.

Após Alfarrobeira a centralização conduzida por D. Pedro cai por terra. D. Afonso V não conseguiu controlar a ascensão da nobreza, com quem ele próprio se viu obrigado a colaborar. Para manter a nobreza do seu lado multiplica a concessão de benefícios e de privilégios.

Liberto das opiniões que se manifestavam contra a conquista, D. Afonso V empenhou-se largamente no projecto marroquino e na tomada das suas praças, projecto que manteve activo até à sua morte. Abraçou a causa no norte de África e investiu um grande esforço na luta contra os muçulmanos. Optou por uma forma eficaz de combate ao infiel, na linha de uma política dirigida por seu pai e seu avô, com igual consideração do Papado e muito válida para a imagem portuguesa e para a sua acção enquanto rei e enquanto descendente da dinastia de Avis. Os feitos da guerra no Norte de África obrigaram-no a usar uma política de favorecimento da nobreza que em termos sociais viria certamente a agravar as relações entre os homens.

A conjuntura nacional viverá durante os anos que se seguem uma dualidade marcada por uma crise e por um fulgor que colocará Portugal na surpresa e na admiração da Europa. As tensões que no Portugal de quatrocentos se avolumam, identificativas de crises mais ou menos generalizadas formam um verdadeiro contraste com a novidade e a repercussão que a exploração da costa

africana e as conquistas marroquinas produzem a nível internacional. Vive-se um progresso económico ilusório e uma expansão falaciosa na qual todos querem participar, mas que só a alguns, poucos, proporciona algum envolvimento positivo.

A população que definia as fronteiras portuguesas encontrava-se dizimada desde o século XIV. A crise que afectou todo o século, marcada pela trilogia de morte (fomes, pestes e guerras) associada às sucessivas guerras com Castela, às exigências de Ceuta e à catastrófica expedição a Tânger, é a grande responsável pela manutenção de baixos níveis demográficos no século XV. O infante D. Pedro no parecer que escreveu sobre a ida a Tânger descreve o reino como despovoado e «minguado» de gentes, e, como tal, opunha-se à continuidade da guerra em Marrocos.

Nas cortes de Lisboa de 1439, Bragança alude ao despovoamento do núcleo urbano. A pedido dos procuradores que aí se encontram, o regente concede carta de couto com privilégio de receber 50 homiziados nas mesmas condições que usufruía o couto de Miranda do Douro. Nas mesmas cortes, Monforte explana uma situação de crise motivada pela falta de mão-de-obra, o que conduzia a um abuso nos valores a pagar pelos poucos braços que existiam na região. Perante o pedido, D. Pedro concede lugar para quatro mesteirais homiziados que recebiam os mesmos privilégios de Arronches. No ano de 1440, tomando conhecimento de que o lugar de Mirandela se encontrava muito despovoado, D. Pedro delibera que Álvaro Pires de Távora, cavaleiro e fidalgo da casa real, designaria uma ou duas dezenas de homiziados que passariam a habitar o couto, pelo que receberiam como privilégio a isenção de encargos e de serviços concelhios.

No mesmo ano D. Pedro criou o couto de homiziados de Mourão com o objectivo de povoar e melhor defender esta área de fronteira. A carta de couto concedia a 50 homiziados privilégios idênticos ao couto de Arronches. Em 1450 D. Afonso V concede nova carta a Mourão que vem reforçar a carta anterior, e, pela mesma altura, D. Pedro criou ainda o couto de Vilar Maior a pedido de Duarte de Meneses, alferes-mor. Os homiziados adquiriam os mesmos privilégios que os da Guarda e do Sabugal. Em 1441 Fernão Coutinho, alegando que o lugar de Celorico de Basto é muito despovoado, solicita concessão de carta de couto para o lugar e D. Pedro concede-lhe privilégios idênticos aos do couto do Sabugal. No ano de 1442, D. Pedro criou o couto de Palma com privilégios idênticos aos do couto de Arronches, recebendo o couto 20 homiziados.

Só a partir de 1450 o desenvolvimento económico vai permitir um incremento demográfico que, apesar de tudo, não se manifesta com eficácia para manter o desenvolvimento da economia interna nem para suportar as exigências da continuidade das guerras em Marrocos, para manter os requisitos de Ceuta, que continua a ser um sorvedouro de homens, nem para comportar as necessidades das viagens de exploração que obrigam e incentivam a grande participação de homens. O despovoamento ainda se faz sentir em muitos locais do reino.

Uma carta datada de 1450, relata o estado de Mós, vila da fronteira, despovoada, sujeita a constantes assaltos vindos do reino vizinho. O constante despovoamento que afectava esta área complicava a já difícil situação da fronteira. D. Afonso V concede algumas facilidades nas ausências dos homiziados para que estes acorram mais facilmente ao local. Em 1450 D. Afonso V criou o couto de Colmeal das Donas, quintã de João de Gouveia, fidalgo da casa do rei, com privilégio para 15 homiziados. Em 1454 aumenta o número de homiziados para 200, 100 residentes na cidade e outros 100 no termo. Cidade localizada na fronteira com Castela, era constantemente fustigada por conflitos e correrias vindas do reino vizinho, pelo que o aumento de povoamento permitia uma melhor defesa. Determinava ainda D. Afonso V que os residentes na cidade deveriam manter uma casa reparada. Se as casas não fossem suficientes, os senhorios deveriam construir mais casas ou, caso contrário, os juízes deveriam entregar os terrenos vazios em sesmaria. Em 1458, perante a solicitação de Fernando de Meneses, conde de Alcoutim, concedia carta de couto a Alcoutim, para que pudessem acorrer à vila e ao seu termo 15 homiziados. Em 1462 instituí Vilar de Mouros couto de homiziados. Para fazer face ao despovoamento da vila de Odemira, pertença de Sancho de Noronha, D. Afonso V promulga carta de couto de homiziados em 1465. Poderiam acorrer à vila 50 lavradores que viriam usufruir dos mesmos privilégios do couto de Mértola. Em 1468 entregou carta de couto de homiziados à adiça de Almada com idênticos privilégios do couto de Arronches. A pedido do conde de Monsanto, João de Castro, determinou em 1476 que a vila de Monsanto adquirisse privilégios de couto de homiziados semelhantes aos de Arronches e Marvão. Em 1476, fazendo mercê a Pedro de Moura, outorgava carta de couto para 20 homiziados a Meadas. No mesmo ano concede outra carta a Belver, com privilégios idênticos aos de Marvão e Arronches, pelo facto de esta vila necessitar de um bom povoamento devido às guerras que sofria. No ano seguinte de 1477 entrega carta de couto a

Idanha-a-Velha, com privilégios semelhantes aos da vila de Marvão. Os homiziados deste couto poderiam deslocar-se a Castelo de Vide, Portalegre, Crato e Nisa, sem necessidade de obterem licença especial. Estas deslocações visavam o abastecimento da região, que não se efectuaria sem auxílio do exterior. Em 1478 a Vila Nova de Portimão é beneficiada com privilégio de couto de homiziados, pois a necessidade de defesa do reino do Algarve obrigava a um aumento de povoadores por essas áreas.

O ciclo completa-se com interferências na economia quatrocentista que tem por base um défice de produção nas actividades internas e uma escassez de mão-de-obra. Para compensar as falhas de mão-de-obra no campo entravam os escravos oriundos do tráfico negreiro que tomava corpo. Os escravos capturados em África em plenas viagens de exploração em breve se tornam uma das fontes de povoamento quer nas cidades quer no mundo rural. Entre os escravos, capturados nas correrias no norte de África ou em actividades de corso por barcos portugueses, europeus e muçulmanos, encontram-se berberes, mas outros de proveniência da África negra ou brancos do Oriente europeu estão à disposição com regularidade nos mercados de venda, e o seu número é crescente desde 1441. Entre os anos de 1450 e 1460 devem ser mais de 7000 os escravos entrados para a Europa. Uma carta de D. Afonso V datada de 1472 que contém resposta dirigida aos concelhos, dá a conhecer a multidão de escravos exportada sob o seu controlo. Esta mão-de-obra é utilizada nas áreas rurais ou nas explorações açucareiras da Madeira, plantações que exigem números crescentes de transacções e promovem um florescente negócio onde os valores envolvidos são elevados. A chegada dos navios de exploração às costas da Guiné, permitiu alargar os mercados e o número de escravos em circulação. Diversas expedições tiveram como único propósito a captura de escravos, como a realizada por Antão Gonçalves em 1441, ou as efectuadas pelo almoxarife de Lagos que trouxe da costa africana 235 escravos. Nos anos de 50 do século de quatrocentos entravam já em Portugal pelo Algarve e pelo porto de Lisboa anualmente cerca de 700 a 800 escravos. Poucos permaneceriam em Portugal, sendo a maior parte exportada para outros reinos peninsulares e para a Europa.

Além dos escravos, grande número de estrangeiros acorre às cidades portuárias com maior capacidade económica, mas estes marcam apenas uma presença móvel, de ligação com os seus países de origem e que, apesar de dinamizarem a economia portuguesa, não proporciona o desenvolvimento nem as

condições necessárias ao crescimento económico sustentável. Em cômputos gerais, a sua benéfica presença não é tão assinalável como seria desejável.

Apesar do número crescente de escravos e de estrangeiros que afluem aos mercados nacionais, as regiões continuam a deter um parco povoamento. Contam-se entre as regiões mais povoadas do Portugal do século xv o Minho, o vale do Douro, os distritos da Guarda, Viseu, Aveiro e Coimbra. Entre as zonas menos povoadas, Ribatejo, Estremadura, Beira Baixa, Alentejo e Algarve, que se caracterizam por baixos índices demográficos e reduzido número de povoados, ressalva para os grandes centros do Sul como Lisboa, a maior cidade do reino, Leiria, Santarém, Setúbal, vale do Tejo, Évora, Beja e alguns portos do Algarve. Era esta uma distribuição populacional que impedia o bom relacionamento das áreas produtivas e dificultava a estabilidade económica.

A complicar a situação do povoamento do reino estavam as campanhas marroquinas de D. Afonso V, a intensa migração a que as novas descobertas obrigavam e a série de maus anos climáticos, que espalham fomes e surtos de peste, aumentam os números da mortalidade, promovem saídas de homens para o exterior que não voltam a ser compensadas e, como consequência, diminuem os índices demográficos. Oliveira Marques detectou crises alimentares com consequências negativas para a população nos anos de 1436 a 1441, 1445 e 1446, 1452 a 1455, 1459 a 1461, 1467 e 1468, 1472 e 1473, 1475 a 1478 e surtos de peste nos anos de 1448 a 1452, de 1456 a 1458, 1464, 1472 e 1477 a 1481.

No entanto, estas crises estão longe de acompanhar os níveis do século xiv. A recuperação da crise agrícola iniciava, apesar das baixas, o seu processo. Em meados do século xv estavam já criadas as condições para o incremento económico, caracterizado pelo crescimento da produção, que iria acompanhar a tendência para o aumento demográfico operado por estes anos.

Como espaço, Portugal continua a deter os mesmos condicionalismos de séculos passados. Bipolarizado entre litoral e interior, ganha forma pelas fronteiras definidas pelo reino vizinho e pelo Atlântico. Neste espaço desenham-se duas regiões marcadas por contrastes acentuados: o litoral, onde cidades com algum relevo se salientam pelas suas actividades, mais urbanas e mais dedicadas ao comércio marítimo, e o interior, onde domina um regime senhorial entregue à exploração agrícola e ganadeira que luta com sérias dificuldades. Neste Portugal assim dividido, as actividades do comércio assumem cada vez mais importância com o êxito dos descobrimentos, no entanto continua e continuará a ser a agricultura o suporte da população e das actividades base do território.

Neste contexto, o mundo rural é o mais afectado. O êxodo rural que acompanha o êxito e o desejo da aventura, impulsionado pelas cidades do litoral, agrava a situação e dizima as zonas rurais. Enquanto que a cidade continua a desempenhar o seu papel de pólo de atracção da população do interior, o campo pouco oferece aos que nele vivem. Com excepção da indústria têxtil dos linhos e das sedas, no campo o homem não encontra fontes de rendimento que permitam acumular riqueza, porque, na maioria dos casos, a produção não vai além dos níveis de subsistência. São estes sintomas de crise que permitem visionar uma sociedade inerte. Já em 1439, os procuradores às cortes de Lisboa põem claro a necessidade de filhos de lavradores, de oficiais e de mesteirais se fixarem nos ofícios de seus pais, impedindo assim a criação de vazios económicos que deflagravam a economia. O prenúncio da crise agrícola e da falta de mão-de-obra no campo prolonga-se pelos anos seguintes e manifesta-se nos pedidos constantes do povo para que as diversas medidas régias que acompanham as suas determinações políticas não lesem a percentagem de lavradores que se devem manter no campo para que a actividade se mantenha, no mínimo, funcional.

As melhoradas condições de vida nas cidades portuárias ou nas localizadas próximo das vias privilegiadas de comunicação, atraíam o camponês, o mercador, o comerciante, ou simples negociante, mas também o clérigo ou o nobre desejoso de participar nos novos negócios e nas novas aventuras. Perante a intensa deslocação de homens para as cidades, os grupos entram em concorrência e em oposição. Os fidalgos, cavaleiros e escudeiros com os seus criados usam dos privilégios sociais e tentam dominar as actividades, com ressalva para o Porto onde aos grupos da nobreza não lhes era permitido permanecer na cidade por mais de três dias consecutivos. Aqui dominavam sem qualquer sombra os considerados de «honrados cidadãos».

Os descobrimentos foram os principais responsáveis pelo desenvolvimento económico e social das cidades portuárias. Aos mercados afluem os novos e rentáveis produtos da exploração ultramarina como açúcar, escravos, malagueta, pastel e urzela, entre outros, e as actividades diversificam-se. As menores dificuldades em encontrar matérias-primas e outras mercadorias permitem um desenvolvimento das profissões ligadas à transformação e à venda de produtos. Por todo o lado os vendedores de rua e de mercado iniciam a sua azáfama e as tendas multiplicam-se dentro e fora dos muros das cidades.

Paralelamente às actividades comerciais que os bons portos da costa portuguesa proporcionam, instalam-se nestas cidades uma intensa e crescente ac-

tividade de construção e reparação naval que evolui segundo os apelos dos descobrimentos. As tercenas multiplicam a sua área e os oficiais a elas ligados duplicam o número. Carpinteiros, calafates e petintais organizam-se, preparam naus e armam frotas. A tercena de maior relevo no século xv era sem dúvida, a Ribeira das Naus em Lisboa. No entanto outras de grande proeminência distribuíam-se pelos portos de Viana, Vila do Conde, Porto, Gaia, Aveiro, Figueira, Pederneira, São Martinho, Setúbal, Lagos e Tavira.

Lisboa é a maior cidade, o maior porto e o mercado mais visitado do reino. Comporta um termo de dimensões assinaláveis, composto por 22 freguesias. O núcleo urbano, constituído por 23 freguesias, divide-se por bairros diferenciados, entre os quais duas judiarias e uma mouraria. As actividades artesanais e as vendas diárias preenchem o dia a dia da população que se encontra bem abastecida dos mais diversos produtos alimentares e artesanais. Ponto de encontro de navios carregados de mercadorias provenientes do Atlântico e da Europa é um excelente mercado para encontrar os produtos mais exóticos.

A par da intensa actividade marítima, a cidade comporta uma intensa vida de corte. Aqui reside grande número de fidalgos que possuem terras na Estremadura e ocupam cargos de relevo nas áreas administrativas e financeiras. Ao lado destes fidalgos habitam na capital inúmeros cavaleiros, também eles detentores de propriedades fora da cidade e que de igual forma ocupam alguns cargos de relevo. Os seus moradores aventuram-se na crescente actividade marítima, como mercadores, armadores ou capitães de naus e de caravelas, desafiando os novos tempos e renovando a estrutura social.

O Porto foi ocupando um lugar de relevo ao longo do século xv. Cidade portuária dominada por uma elite de mercadores que dominavam o trânsito externo de mercadorias na foz do Douro, havia já muito que o bispo deixara o senhorio da cidade, tempos que permitiram mudanças nas estruturas sociais e económicas de uma cidade que antes se debatia com dificuldades promovidas pelo poder senhorial. Liberta desse poder e presenteada por inúmeras doações dos monarcas, sobretudo de D. João I, pode desenvolver o seu porto e as actividades económicas ligadas ao mar. O Porto de D. Afonso V é uma cidade constituída por uma poderosa elite local composta por mercadores e artesãos de relevo nas actividades e no comércio urbano. Entre os homens que dominam o poder local encontramos os Sás, Brandões, Baldaias, Aranhas, Ramalhos, Aveledas, Caminhas, Azeredos e Vieiras, entre outros nomes ligados ao mar e às actividades administrativas.

Viana da Foz do Lima, mais tarde Viana do Castelo, constituía-se em meados do século xv como um dos portos de relevo do litoral português, recebendo muitos navios estrangeiros e outros que partiam em busca de novos mercados. De perto acompanhava estas tarefas mercantis o porto de Vila do Conde.

Por seu turno, Caminha é um dos mercados mais frequentados por barcos, mercadores e produtos provenientes da vizinha Galiza. Em 1455 recebe nova carta de feira que substitui a instituída por D. Dinis e coloca a feira sobre a festa religiosa celebrada no local em Junho. Proporcionava-se assim uma maior frequência desta feira à qual acorriam habitantes dos dois lados da fronteira à procura de momentos de descanso da extenuante rotina do dia a dia.

Guimarães, cidade localizada na confluência de rotas importantes que ligam o interior ao litoral e o Norte ao Sul e nas proximidades da cidade dos arcebispos, acolheu no seu burgo mercadores de relevo capazes de dinamizar as actividades comerciais terrestres e marítimas e de dirigir a cidade em função das suas necessidades. Senhor da vila a partir de 1462, o duque de Bragança encontra nesta cidade um mercado de relevo capaz de suprir as suas necessidades.

A contrastar com estas cidades onde as elites de mercadores exerciam o seu poder sem grande interferência dos poderosos grupos da nobreza, outros núcleos urbanos viram o seu quotidiano complicar-se pela presença da sempre problemática nobreza. Este é o caso de Ponte de Lima onde a fixação de famílias nobres causa alguma turbulência no período da passagem da regência de D. Pedro. Optando pelo partido do regente, a cidade oferece resistência aos apoiantes de D. Afonso V que promovem as mais diversas destruições. Em 1464 D. Afonso V nomeia alcaide da vila Leonel de Lima. Estas cidades vivem um confronto diário com os seus senhores laicos ou eclesiásticos que, dominadores dos poderes jurisdicionais, legislativos e administrativos, controlam as actividades económicas e oferecem sérias resistências ao poder régio.

Os meios urbanos independentes que conseguiram afastar a activa interferência do poder senhorial são em número tão reduzido que pouco efeito produzem nas estruturas sociais ou na economia. Felicite-se o caso do Porto que afastou a presença da nobreza da sua área de acção mais directa e imediata.

Bragança e as vilas de Miranda, Torre de Moncorvo e Freixo, localizadas junto à fronteira interior que liga Portugal aos mercados castelhanos, vão sucessivamente desenvolvendo um comércio activo com Castela. As alfândegas localizadas sobre estas vilas vão a pouco e pouco rentabilizar o comércio externo promovido por rotas terrestres.

A produção de sedas e linhos por estas áreas é crescente e anualmente fazem parte do rol das mercadorias que figuram como moeda de troca com panos de lã castelhanos, marçarias ou outros manufacturados. De facto, nas áreas transmontanas e da Beira Interior a cultura e a exportação das sedas e dos produtos derivados vão ser uma constante nas listas dos portos secos de passagem para Castela.

No século xv a cultura dos linhos e a produção das sedas mostram ser uma actividade crescente nas áreas rurais. A tecelagem, indústria rural de importância local ou de exportação para Castela, reúne maiores rendimentos que qualquer outra actividade agrícola. A produção têxtil ocuparia por estas terras um elevado número de mesteirais e de agricultores e introduziria novos elementos na produção agrícola. Em meados do século xv os procuradores concelhios deixam transparecer uma crise agrícola que assola o reino pelos anos 50 motivada pela grande quantidade de linho que se cultiva nos campos onde antes se cultivava pão e vinho. O cultivo de bens de primeira necessidade, menos rentáveis, era abandonado em favor da cultura do linho. Nas cortes reunidas em 1472-1473 fala-se da cultura da seda, à qual o duque de Bragança dedicava uma atenção especial. Para obter maior rendimento e uma melhor qualidade de seda o duque chama o castelhano Rui Portilho e o genovês Gabriel Pinello, que durante vinte anos de contrato se obrigavam a uma produção abundante e de boa qualidade. D. Afonso V incentivou a produção da seda impondo a plantação de amoreiras, porque se previa que esta se evidenciasse como actividade crescente e os seus produtos se impusessem nos mercados de exportação.

Bragança, dependente do duque do mesmo nome, debate-se com alguns problemas de povoamento. A criação de um couto de homiziados e a constituição de uma feira franca proporcionou algumas melhorias económicas. A sua ligação à casa ducal, uma das principais financiadoras da política marroquina, trouxe dissabores à população aqui instalada, a qual, localizada em Trás-os-Montes, se debate com questões de fronteira isolada e dos sucessivos assaltos e devastações provocados pelas povoações fronteiriças vizinhas.

Em Lamego assiste-se a um debate entre a população e o bispo que, segundo diziam os habitantes da cidade, os oprimia, e por este motivo preferiam instalar-se noutras terras do infante D. Henrique.

Coimbra, cidade incluída na casa ducal do infante D. Pedro, debate-se com algumas questões movidas pela ausência de D. Pedro nos negócios do poder central. Apesar das dificuldades em dedicar alguma atenção à administração

do ducado, D. Pedro não o esquece e não esquece a cidade nele incluída pelo que concede uma atenção especial ao despovoamento e à crise económica que daí advêm.

Durante o século xv o papel do Alentejo foi fundamental para a política de expansão. Évora, localizada entre as principais vias que ligavam a Estremadura espanhola a Lisboa e o Alentejo ao Algarve, e próxima de rios como o Tejo e o Sado que proporcionavam excelentes ligações ao Atlântico e ao interior da península ibérica, vai ser favorecida como ponto de passagem e de distribuição de mercadorias. Localizada também sobre excelentes áreas de caçada, proporcionava encontros entre a principal nobreza do reino.

No Algarve destacam-se alguns portos comerciais e piscatórios de grande relevo, e vilas que se desenvolveram graças à presença efectiva de D. Henrique e das actividades dos descobrimentos. Destacam-se Lagos, Faro, Tavira e Portimão. As ligações ao infante D. Henrique são apreciadas em desfavor das ligações a Silves, sede de bispado. Pelas mesmas razões de opressão da população por parte do bispo, os povoados tendem a entrar em confronto com a administração episcopal. Uma povoação é criada por D. Afonso V no Algarve, São Lourenço da Barrosa, localizada na foz do rio de Silves.

Por motivos religiosos a pesca detém uma grande importância nos hábitos alimentares do homem medieval, e concretiza-se assim por ser uma das actividades fundamentais do Portugal portuário do século xv, a qual, saindo do âmbito das águas territoriais portuguesas, se desloca para o fértil Atlântico mais a sul. Por águas de África vai crescendo o número de pescadores envolvidos e aumentando a disputa pelo *mare clausum* que eliminava a concorrência de estrangeiros e abria portas a um lucrativo monopólio das pescas.

Os portos de Buarcos, Viana, Ponte de Lima, Vila do Conde, Caminha, Almada, Setúbal, Castro Marim, Lagos, Faro e Tavira dedicam a sua actividade à pesca junto à costa, essa também vítima de barcos estrangeiros que promovem os maiores desacatos entre pescadores. Abundam os peixes de mar e de rio entre os produtos exportados, sobretudo para Castela. Algum seco, outro salgado ou em adobe utilizando as técnicas de conserva da Idade Média, outros ainda frescos que mereciam atenção especial por caminhos e veredas para conservar as suas condições aceitáveis.

A exploração do sal acompanha estas actividades detectadas junto ao litoral. Centros produtores de sal de qualidade reconhecida são as vilas de Vila do Conde, Aveiro, Matosinhos, Foz do Mondego, Ribatejo, Alcácer do Sal, Setú-

bal, bacia do Tejo e Faro. Produto principal na exportação portuguesa, o sal comporta-se como um dos produtos mais lucrativos da economia portuguesa medieval. Pela sua qualidade e preço é um dos produtos mais procurados a partir do exterior.

Nas cidades portuguesas os grupos de mercadores, comerciantes, cambistas, ou simples tendeiros vão estratificando a sociedade urbana. Alguns com maior relevo social e político vão ascendendo aos lugares de relevo nos concelhos, dominando alguns cargos.

Os grupos de artesãos vão detendo no século XV uma importância crescente nos negócios urbanos, também estes estratificados segundo a função e o relevo social por ela transmitido. Organizados em corporações de forma a proteger com maior eficácia os seus interesses, demonstram possuir uma consciência de grupo que se encontra patente na constituição das Casas dos Vinte e Quatro em diversas cidades. Como grupo em desenvolvimento dentro dos núcleos urbanos, em breve entram em conflito com o grupo dos mercadores, pois ambos disputam lugares de destaque na administração urbana, de tal forma que os mesteirais propõem a D. Afonso V que permita que estes se possam apresentar em cortes como grupo autónomo. Esta proposta recebe as mais vivas contestações por parte da nobreza e dos procuradores concelhios.

Mercadores e artesãos são os que conseguiram por distinção social ascender ao grupo de elite urbana que constituem os homens bons ou os ditos «honrados cidadãos». Seguindo de perto as necessidades dos novos tempos que exigem nos lugres de destaque político e social homens mais cultos e mais conhecedores, estas elites urbanas empenham-se em enviar os seus descendentes para as novas escolas portuguesas ou, se possível, estrangeiras. Assim vão criando uma nova mentalidade urbana que vai definindo os novos tempos e marcando contraste com *os velhos do Restelo.*

Para desenvolver as linhas do comércio interno e criar algumas condições económicas de escoamento por terra, D. Afonso V valorizou feiras e mercados, criando algumas feiras franqueadas que se juntaram ao número já significativo de feiras existentes no reino: Alcácer (1439), Almendra (1441), Pombal (1442), Sintra (1460), Estremoz (1463) e Pedra Danta (1467).

As feiras portuguesas são pouco frequentadas por gentes de fora. Os produtos que aqui se vendem não atraem o comprador estrangeiro nem o mercador de longa distância. As sedas e os linhos podem ser uma fonte de atracção e de rendimento, mas os valores das transacções não atingem montantes que

coloquem as regiões no centro das atenções. Com carácter marcadamente de subsistência, mercados e mercadores vivem com baixos níveis de riqueza.

Alguns portos e núcleos urbanos, localizados sobretudo no interior, caracterizam-se por uma intensa ligação ao mercado castelhano. Por aqui o movimento de marçarias, de manufacturados e de panos galegos e castelhanos em troca de açúcar, de especiarias, de panos portugueses de linho ou seda, de peixe, de vinho e de sal, entre outros produtos, atinge algum significado.

Depreende-se da documentação que uma boa parte dos produtos das relações comerciais com Castela provém do contrabando e do descaminhado efectuado pelos mais corajosos. Apesar das normas de orientação do poder central que têm como principal objectivo vedar a saída de produtos considerados fundamentais para o abastecimento interno (por isso é proibida a sua exportação), estes continuam a sair com o consentimento ou com o desconhecimento dos oficiais encarregues da fiscalização dessas transacções.

Assim sucedem-se as queixas apresentadas em cortes contra a saída excessiva de moeda, de ouro, de cereais, de gado e de uma série de bens vedados que aumentam os rendimentos dos contrabandistas e acentuam as crises económicas locais motivadas pela falta de abastecimento.

O monarca tende a criar uma política económica central munida de regras e de legislação própria com atribuição de penas mais ou menos duras, mais ou menos eficazes. No entanto, a legislação controladora das actividades comerciais continua a favorecer alguns em desfavor de outros. As constantes isenções de impostos concedidas a alguns grupos sociais, entre os quais a nobreza e o clero, contrariam essa política de justiça social e afastam da ideia de criar uma política económica favorável.

No Portugal medieval os grandes mercadores não alcançam a opulência nem o poderio dos seus congéneres europeus. Pelo contrário, vivem com sérias dificuldades para poder singrar. Muitos dos nossos mais audazes e abastados mercadores encontram-se nos portos de relevo estrangeiros e pouco param pelos portos portugueses. Em Portugal os mercadores e banqueiros com maior relevo são estrangeiros, mas estes usam apenas os portos portugueses para se poderem colocar nas rotas de comércio do Atlântico que lhes estaria vedada, de outra forma, pela política do *mare clausum*. Acedendo aos ricos mercados do Sul obtêm valiosos lucros.

Esta situação explica-se porque em Portugal o mercado de artigos de luxo é muito restrito, o que não remete para compras de produtos que fomentem

a expansão económica. Os compradores de possibilidades restringiam-se aos grupos da nobreza com maior poder de compra e a alguns mercadores de maior prestígio. Além destes, a sociedade medieval portuguesa tem baixo poder de compra.

Os mercadores de longa distância são os que mais possibilidades têm de singrar em época de expansão. Aventurando-se por caminhos, rotas e mercados novos colhiam produtos lucrativos que expediam para outras praças onde afluíam compradores das mais diversas origens. Tudo parecia fácil ao desenvolvimento de um grupo de mercadores de sucesso em Portugal. No entanto, são mais as dificuldades com que se cruzam do que os momentos de glória. Os entraves à sua actividade não os encontram apenas nos mares, onde por norma piratas e corsários ou o perigo de naufrágio seriam os causadores dos maiores estragos, mas na legislação régia, nos inúmeros impostos a que estão sujeitos e, sobretudo, nos monopólios concedidos pelo rei, na intensa presença de estrangeiros que oferecem uma concorrência desleal, e nos condicionamentos produzidos por uma estrutura senhorial que domina a produção, as compras e as vendas.

Assiste-se em Portugal a um certo sentimento de xenofobia que aumenta as tensões sociais vividas no tempo de D. Afonso V, consequência da concorrência promovida nos mercados nacionais e europeus e da protecção que o monarca concedia à presença de mercadores estrangeiros em Portugal.

Os estrangeiros, um grupo flutuante dentro da sociedade, gente de fora, habitantes temporários cujo número varia de acordo com as oscilações económicas são sobretudo mercadores vigilantes das novas mercadorias e dos novos mercados, intermediários directos com a Europa. Estes salientam-se entre os mercadores nacionais, na sua maioria menos influentes. A sua dedicação às transacções económicas, o conhecimento das técnicas comerciais e o domínio dos mercados europeus, garantem-lhes algumas pressões por parte dos mercadores portugueses que se sentem diminuídos com os constantes privilégios concedidos por D. Afonso V.

Entre as colónias de estrangeiros mais importantes salientam-se a dos genoveses, detectada já desde o reinado de D. Dinis, acompanhante de Manuel Pessanha. A remota presença destes indivíduos permite reconhecer a importância das comunidades provenientes da península itálica.

As comunidades dos designados de prazentins –originários da cidade de Piacenza–, milaneses, lombardos e corsins, que seguiram as já citadas, estão

documentadas desde o século XIV. Os prazentins tinham grande relevo na economia nacional, o que exigira a criação de um consulado no reinado de D. Fernando. Alguns descendentes desta comunidade alcançaram grande relevo como os conhecidos Perestrelo, vindos da família Pallastrelli, que se fixaram em Lisboa no início do reinado de D. João I.

A presença de florentinos, outro dos grupos de destaque, é também detectada desde o século XIV. Sucessivamente privilegiados pelos monarcas, tinham também um consulado em Portugal e uma posição de relevo nos mercados.

Depois dos italianos, os catalães eram os estrangeiros mais prestigiados em Portugal. Cabe a D. Leonor, mãe de D. Afonso V, e a D. Isabel de Urgel o intensificar das relações com Aragão e com a Catalunha e a consequente vinda de mercadores que seguiam os passos das suas senhoras.

A presença inglesa em Portugal multiplicou-se no reinado de D. João I. Desde os inícios do século XV que possuem em Portugal uma irmandade e confraria própria na Igreja de São Domingos de Lisboa. Estão na origem deste intensificar de relações os conhecidos motivos políticos que incrementaram as ligações comerciais a Inglaterra.

Os flamengos constituem-se como colónia privilegiada no século XV. Como os ingleses, estavam organizados e possuíam uma confraria própria no mosteiro de São Domingos de Lisboa. A acção de Isabel da Borgonha foi importante na sua fixação em Portugal e, sobretudo, na colonização das ilhas atlânticas, particularmente a dos Açores.

Da mesma forma que os flamengos, os alemães fixaram-se com maior intensidade em Portugal no século XV. Receberam privilégios em 1452 e em 1454 e a promoção dos contactos entre Portugal e a Alemanha deve-se ao casamento de D. Leonor com Frederico III da Alemanha.

Os vizinhos galegos e castelhanos são detectados na documentação como fazendo parte importante dos mercadores estrangeiros em Portugal. Alguns fixavam residência e rapidamente se integravam na sociedade ou constituíam-se apenas mercadores com carácter temporário que aproveitavam o desenvolvimento económico verificado nos portos portugueses da época dos descobrimentos. A proximidade dos dois reinos permitia uma maior familiaridade entre mercadores mas permitia também que questões políticas de carácter histórico promovessem desacatos frequentes.

Os procuradores concelhios expressam em cortes claramente os sentimentos de desagrado que resultam da situação real em que se encontram os merca-

dores em Portugal. Os negócios dos mercadores estrangeiros são os principais visados.

Em 1439 em Coimbra os procuradores manifestam-se contra a entrega de ofícios da justiça e da fazenda a estrangeiros, e em 1451 pedem ao rei que os mercadores estrangeiros sejam obrigados aos alealdamentos, ou seja a manifestar nos portos as mercadorias que vendem no reino. Em 1455 a tensão em cortes acentua-se. Manifestam-se os mercadores portugueses contra a entrega de negócios a mercadores estrangeiros e sugerem medidas restritivas às suas actividades. Esta mesma temática crítica repete-se nos anos de 1456, 1459, 1468 e 1472-1473, repetição constante que aponta para a manutenção de relações conflituosas nos mercados entre mercadores nacionais e estrangeiros.

A questão das sisas constituiu um dos assuntos mais questionados no reinado de D. Afonso V. Os pedidos de abolição das sisas, criadas no reinado de D. Fernando, datam já do reinado de D. João I. Desde 1439 as questões relacionadas com as sisas são trazidas às cortes com regularidade. Algumas reclamações prendem-se com o mau funcionamento da cobrança deste imposto. Siseiros e almotacés com frequência entram em colisão de interesses, uma vez que as suas funções se tocam em diversos momentos. Os siseiros imiscuem-se nos assuntos da almotaçaria, e os almotacés com frequência tentam iludir a acção dos siseiros. Mas, a grande parte das acusações vão no sentido de solicitar a eliminação deste dispendioso desgaste financeiro que afectava os movimentos de mercado. Como imposto pago nas transacções de todos os produtos em circulação, com carácter permanente e geral, causava um decréscimo acentuado do poder de compra, sobretudo de bens de primeira necessidade, e aumentava as percentagens de pobreza entre a população. Por outro lado, a minuciosidade deste imposto colocava inúmeros entraves à circulação dos produtos nacionais, beneficiando os estrangeiros que estavam isentos destes pagamentos.

Apesar das sucessivas promessas de abolição por parte dos monarcas, as sisas chegam ao reinado de D. Afonso V como uma necessidade para o reino. D. Afonso V reagiu desfavoravelmente aos pedidos deixando sempre claro que era um mal necessário.

A maior parte dos concelhos debatiam-se no século XV com inúmeras dificuldades financeiras, agravadas pelos muitos impostos lançados no período de D. Afonso V, e com um despovoamento que prejudicava largamente o funcionamento das actividades económicas.

A agravar a situação, o comércio mais rentável estava monopolizado, pois Fernão Gomes detinha o monopólio do comércio da Guiné e Martim Eanes conduzia o monopólio do comércio do marfim proveniente da Guiné. Igualmente, o comércio do açúcar da Madeira e dos produtos derivados estava muito controlado por genoveses e não se encontrava liberalizado, e o mesmo relativo ao comércio dos couros e do sal que se encontrava da mesma forma controlado por estrangeiros ou por restrições de comércio emanadas do poder central. Perante estas situações, os mercadores do reino sentiam-se amplamente prejudicados.

Paralelamente à tensão económica que se alastrava pelo reino, os problemas sociais despertam. Multiplicam-se as acusações a judeus e a mouros, crescem os abusos praticados por poderosos, os índices de crimes e de práticas proibidas aumentam, as excomunhões tornam-se prática comum, os hábitos do clero relaxam, o casamento sofre as consequências imediatas do afastamento prolongado dos cônjuges, que ora se encontravam na guerra ora nas andanças pelo Atlântico.

As diferenças religiosas e culturais são, só por si, evidente forma de conflito, mas é o enriquecimento fácil dos judeus que promove as maiores inimizades e os maiores confrontos. Perante a presença de ódios antigos que não são possíveis de combater, os povos pedem o afastamento entre uns e outros pois o convívio acentuava a malquerença. Assim o anunciam os pedidos efectuados pelos povos nas cortes de 1468 reunidas em Santarém nas quais solicitam a D. Afonso V que o monarca não conceda licenças para os judeus morarem e pousarem com cristãos. As acusações contra os judeus repetem-se e propiciam nas cidades situações de crises evidentes. Um dos episódios mais reveladores dessa tensão prende-se com o assalto à judiaria da cidade de Lisboa.

No final do ano de 1449, em vésperas de Natal, um desacato em Lisboa que terminaria com o assalto à judiaria, iniciou-se, como refere Rui de Pina com as travessuras de alguns moços, sem motivo, feitas a uns judeus na Ribeira de Lisboa. Perante a queixa apresentada pelos judeus, o corregedor de Lisboa mandou açoutar os culpados publicamente. Este acto revoltaria a população da cidade que irrompeu sobre a Judiaria Velha. Numa atitude de loucura roubaram a judiaria e violentamente atacaram os seus habitantes provocando algumas mortes.

As justiças da cidade mostravam-se incapazes de impor a ordem e de acalmar a população levantada, o que obrigou à deslocação de D. Afonso V de

Évora para Lisboa de forma a controlar pessoalmente a rebelião. Ao chegar a Lisboa, no dia 26 de Dezembro, D. Afonso V encontra muitos dos provocadores do desacato na prisão, atribui-lhes algumas sentenças e impôs a devolução dos bens roubados aos judeus. Entre os bens salientam-se panos com as mais diversas proveniências europeias, peças de vestuário, dinheiros guardados em sacos, objectos de estanho, espelhos, cera, papel, entre muitos outros. Perante a sentença de D. Afonso V, a população juntou-se em «oniões tam irosas» que o monarca se viu na iminência de ser envolvido em desacatos. Temendo que uma onda de anti-semitismo se estendesse a todo o reino, à semelhança do que já acontecera em Castela e em Portugal anos antes, permaneceu apenas dois dias em Lisboa regressando de imediato a Évora.

Perante os inúmeros pedidos efectuados ao rei por parte da população acusada dos desacatos e roubos, dez meses depois desta ocorrência em Lisboa, quando os ânimos se encontravam já menos encrespados, D. Afonso V promove uma amnistia geral à cidade da qual exclui os envolvidos directamente no assalto à judiaria, praticantes de um acto que não merecia qualquer perdão. Em 1450 para reforçar a protecção já concedida aos judeus, D. Afonso V promulga uma carta de protecção na qual dava instruções para que no futuro não voltassem a acontecer situações tão graves como a verificada no assalto à judiaria de Dezembro de 1449.

Terminava um dos momentos mais desastrosos que D. Afonso V teria de enfrentar nos primeiros meses de governo, mas o sentimento de repulsa contra os judeus continua e acentua-se com o decorrer dos anos.

A mesma situação de confronto entre judeus e cristãos verifica-se em Montemor-o-Novo. A comuna crescera no século XV, crescimento que proporcionara ao núcleo urbano um importante desenvolvimento económico. Pelo aumento demográfico verificado na judiaria, que deixou de ter condições sociais de habitabilidade, D. Afonso V permite que os seus residentes se desloquem para a rua dos Açougues, localizada na área cristã da vila. Como seria de esperar, os judeus não são bem vindos a áreas que não lhes são permitidas.

Outras cidades vivem conflitos mais ou menos intensos. Lamego queixa-se nas cortes de Évora de 1436 de que as duas judiarias aí sitiadas não tinham qualquer porta que as fechasse durante a noite. A abertura à vila dava azo a que diversos judeus pela calada da noite se esgueirassem e assaltassem os habitantes e seus bens. Nos anos seguintes a situação acalmou em virtude da colocação de portas nos extremos da judiaria.

Em Viana a situação de conflito é curiosa. Queixam-se os habitantes da vila de que no trajecto para a igreja local a população passava pela judiaria localizada sobre a maior praça da vila. Quando algum casamento tinha de passar pela praça, os judeus aproveitavam para insultar e molestar quem passava. A população solicita ao infante D. Pedro que a judiaria seja deslocada para um lugar mais afastado e deixe a praça, espaço nobre do núcleo urbano.

Nas cortes de Santarém de 1451 os procuradores concelhios mostram o seu desagrado perante o uso de vestuário considerado de luxo pelos judeus, como barretes, camisas franzidas, capelos de trufas, gibões de seda, saios de tecidos de luxo. D. Afonso V foi coagido a decretar a proibição do seu uso, abrindo como excepção alguns momentos de festa. Estes agravos manifestam o estado latente de ódios instalados entre a população em relação aos judeus, aos seus hábitos e riqueza adquirida. D. Afonso V tentou salvaguardar os direitos das comunidades judaicas que se encontravam sob a sua alçada. As respostas do rei perante os pedidos efectuados em cortes denotam uma constante defesa aos judeus, aos seus hábitos e bens.

A protecção dispensada por D. Afonso V em 1449 vai ser repetida em 1480 e 1481 quando o pregador Mestre Paulo utiliza um sistema de pregação intensa contra os judeus provocando alguns levantamentos populares como os ocorridos em Braga. A atitude assumida por Mestre Paulo relativamente à comunidade judaica revela que a situação em Portugal sofria dos reflexos do anti-semitismo verificado em Castela e Aragão, chegando, em Braga, a ameaçar com excomunhão os cristãos que dialogassem com judeus e que não assistissem às suas pregações. Perante estas disposições, D. Afonso V recomendava ao deão e ao cabido de Braga que levantassem as ditas excomunhões que não tinham qualquer sentido e resultavam apenas da prepotência do vigário. D. Afonso V sentia que estas pregações causavam um mal-estar entre a população e criava um sentimento nefasto em relação ao judeu que o monarca tentava evitar a todo o custo, mas sem sucesso.

Igual defesa à comunidade judaica é concretizada pelo infante D. Henrique. A comunidade de Lagos é constantemente privilegiada com concessões atribuídas pelo Navegador que entendia bem a importância destes homens para o desenvolvimento económico local. Dedicados à vida rural, mas sobretudo às transacções económicas, foram os grandes responsáveis pela exportação do vinho, de frutas secas e de outros produtos algarvios para o exterior. Tal como acontecia nas outras cidades e vilas, também aqui inúmeros protestos por parte dos cristãos davam origem a alguns desacatos.

Estes desacatos encontram em Castela algum paralelismo. No reino vizinho, as acções de perseguição aos judeus dominam com intensidade a sociedade quatrocentista. Enquanto D. Afonso V dispensava uma protecção aos judeus, no reino vizinho os monarcas atendiam aos pedidos de atitudes de opressão solicitadas constantemente pela sociedade cristã. Medidas semelhantes às produzidas em Castela não ocorreram em Portugal no reinado de D. Afonso V.

Em Castela, em meados do século xv, as perseguições aos judeus já se sentem com alguma regularidade. Em 1461 observam-se alguns ataques aos judeus de Medina del Campo, no ano de 1468 assiste-se ao massacre da comunidade judaica em Sepúlveda. Em 1473 e 1474, idênticas situações são registadas em relação aos cristãos novos de Córdova, Montoro, Bujalance, Écija, Úbeda, Jaén, Segóvia e Valhadolid.

Em Portugal, a tensão em cortes e as acusações aos judeus tornam-se mais evidentes e mais constantes a partir da segunda metade do século xv. As cortes de 1472-1473 contêm uma série de disposições contra os judeus. Crescia uma oposição às medidas de D. Afonso V de concessão de alguns privilégios aos judeus e uma agressividade contra os hábitos, vestuário, uso de sinais próprios e manifestações de desagrado pela sua interferência no tráfego ultramarino e a compra de bens de raiz em território considerado cristão.

Nas cortes de Évora de 1475 as acusações continuam, solicitando desta vez os povos ao monarca que os assuntos da justiça tidos com judeus ou mouros passem para a competência dos juízes ordinários. D. Afonso V compreendia bem que desta forma os judeus não eram justamente julgados e adia a resposta.

A população não manifestava os mesmos interesses de defesa dos judeus, pelo contrário, iniciava-se no final do reinado de D. Afonso V uma corrente de anti-semitismo que nascia no inconsciente colectivo. As críticas à ostentação de riqueza por parte dos judeus avolumam posições menos pacíficas por parte da população que solicita a intervenção régia. Os judeus, uma minoria activa e dedicada a actividades económicas rentáveis como o comércio externo de maior escala e a outras actividades com maior carácter científico como médicos, cirurgiões, mestres e artífices originava desconfianças e desencadeava a aspiração crescente entre os cristãos que, não podendo praticar os mesmos métodos e as técnicas económicas dos judeus, ambicionavam erradicá-los da sociedade.

A vinda em 1481 de numerosas famílias de cristãos novos na procura de alguma segurança e paz tornará a situação incontrolável. O estado de tensão latente existente por estes anos esperava o momento de desencadear confrontos. Uma das questões mais graves que D. João II vai herdar.

Na segunda metade do século xv a protecção dispensada aos judeus por D. Afonso V e a perseguição a que eram vitimados no reino vizinho, permitiram o crescimento das comunas judaicas nas cidades portuguesas. Encontram-se judiarias nas cidades de Lisboa, Porto, Santarém, Coimbra, Guarda, Évora, Faro, Guimarães, Viana, Barcelos, Vila do Conde, Aveiro, Leiria, Tomar e pelas povoações de relevo localizadas ao longo da fronteira.

Ao contrário dos judeus, os mouros, outra das minorias étnicas que residiam nas cidades e no campo, não têm o mesmo significado para a sociedade medieval portuguesa. Salientam-se no território português as mourarias de Tavira, Faro, Loulé, Silves, Beja, Moura, Mourão, Serpa, Évora, Estremoz, Elvas, Avis, Alcácer do Sal, Setúbal, Palmela, Almada, Vila Viçosa, Lisboa, Sintra, Colares, Alenquer, Santarém. Para norte, o povoamento mouro é mais parco ou inexistente. Os mouros habitavam também no campo como foreiros ou assalariados. Estes vão sucessivamente desaparecendo, uns por emigração para o Norte de África, outros por integração na população cristã. Apesar do convívio se proporcionar da melhor forma entre mouros e cristãos, este não se viu isento de algumas questões que a diferença religiosa e cultural propiciava.

Durante a regência de D. Pedro muitos descendentes de mouros obtêm cartas de alforria. Convertidos à religião cristã passariam a ter os mesmos direitos e deveres que a população em geral. D. Afonso V não esquece esta comunidade e continua a política de D. Pedro.

Enquanto o mundo urbano e portuário vive anos de compulsão para o exterior dominado por grupos de crescente importância (as elites urbanas), nas áreas rurais os fidalgos continuam a ser os detentores das propriedades. A nobreza possuidora de bens de raiz transmitidos de pais para filhos incorpora uma hierarquia determinada pelo grau de riqueza e de posse de terras. No campo a aristocracia dominava a população e as actividades económicas. A política senhorial desempenhada por D. Afonso V tendeu a valorizar essa nobreza que viu o seu poder, os seus privilégios e o seu património serem incrementados com disposições favoráveis. As recompensas entregues por D. Afonso V aos grupos privilegiados, pela sua participação nas conquistas e expansão, comportavam uma gravidade económica e social que em breve se manifestava com grande peso. As recompensas engrandeciam a autoridade, e a maior autoridade dava azo a frequentes abusos que originam o afastamento

da população e a consequente falta de mão-de-obra, e conduziam a uma atitude de temor dada a crescente opressão e violência própria dos homens de armas.

A questão das sisas, os inúmeros impostos a que estavam sujeitos os homens, os encargos concelhios, a exposição dos concelhos à crise generalizada que se vivia, as restrições ao uso de determinados produtos a que judeus e mouros estavam proibidos e que as pragmáticas limitavam, e os comportamentos opressivos da nobreza, entre outros, são factores graves que diminuem a riqueza, inviabilizam a acumulação de capital e geram tensões difíceis de controlar. A agravar a situação, em época de guerra e de promoção de imagem externa, os pedidos de financiamento e impostos extraordinários sucedem e deixam os povos profundamente abalados e financeiramente extenuados. Ao todo 14 pedidos extraordinários, seis colocados durante o período da regência do infante D. Pedro e oito no governo de D. Afonso V.

Entre os pedidos salientam-se os destinados ao financiamento das actividades militares em Marrocos e da guerra com Castela, que acontece nos últimos anos do reinado de D. Afonso V. Outros há, no entanto, que se destinaram a financiar grandes aparatos de casamento e a sustentar elevados dotes.

Em 3 de Abril de 1451, D. Afonso V reúne cortes em Santarém. Destinavam-se estas cortes a lançar um imposto extra para custear as despesas do casamento D. Leonor, irmã do monarca, com Frederico III, imperador da Alemanha. Este pedido extra agravou o clima de tensão que já se sentia desde Alfarrobeira.

Novas cortes reunidas em Lisboa no mês de Março de 1455 destinavam-se a lançar novo imposto, desta vez para suportar os gastos do casamento de D. Joana, irmã de D. Afonso V com Henrique IV de Castela.

Reunidas novamente em Lisboa em Junho de 1456, as cortes são assaltadas por queixas que anunciavam a crise e o desespero da população produzidos pelos constantes pedidos que recaíam sobre os municípios. A situação económica do reino é débil mas, apesar de tudo, repete-se nestas cortes um pedido de financiamento para custear as despesas da guerra contra os turcos, na sequência das cruzadas promovidas pelo Papado depois da tomada de Constantinopla. D. Afonso V acedendo à solicitação do papa, logo inicia os procedimentos para recolha de moeda e de homens para suportar a guerra. Para tal promoveu pedidos extras, perdoou a criminosos, procurou exilados, lavrou moeda, concertou embaixadas para se deslocarem a Aragão, Sicília, e Nápoles e reforçou a praça de Ceuta.

As cortes reunidas em Lisboa no ano de 1459 voltam a atestar os problemas resultantes dos inúmeros pedidos extraordinários. Se Ceuta constituía só por si um «sorvedouro de homens e de dinheiro», a conquista de Alcácer Ceguer em finais de 1458 agravava a situação económica. Era necessário manter a segurança das praças contra a constante ameaça muçulmana. Para tal era necessário um dispêndio extraordinário de dinheiro para o qual Portugal não estava preparado. Para fazer face a esta situação, reúnem-se os três estados do reino para encontrar soluções para refazer as finanças. Novas cortes reunidas em Évora em 1460 rebatem estas mesmas questões difíceis de solucionar. A crise impõe-se de maneira assustadora, e parece insustentável manter o projecto marroquino.

Perante esta situação de crise económica iminente, o infante D. Fernando, duque de Viseu e de Beja, manifesta-se contra a continuidade imediata da guerra em Marrocos. Outras vozes de desagrado se juntam como a do marquês de Vila Real ou a do antigo condestável D. Pedro. Alude-se ao número reduzido de efectivos do exército e aos perigos a que o reino ficava exposto. A cultura humanista nascente criticava os valores da cavalaria medieval, e a corte, modelo a seguir, deveria abandonar esses valores e adoptar outros mais próprios da época onde a cultura urbana e burguesa adquire um espaço fundamental.

O abastecimento de Alcácer era feito por mar. Manter a praça livre de ataques muçulmanos era tarefa extremamente penosa para Duarte de Meneses. Por várias vezes teve de afastar o perigo e passou por diversas dificuldades, mas a defesa da praça efectuou-a da melhor forma possível, facto que lhe permitiu obter o título de conde de Viana e de Caminha. O contacto de Duarte de Meneses com o rei em Abril de 1460 entusiasmou D. Afonso V na persecução da guerra em Marrocos que entendia ser possível e animadora.

Por seu turno, as cortes de Évora de 1460 relatam a oposição que os concelhos do reino moviam contra o projecto de avançar em força sobre Marrocos, projecto este que D. Afonso V pretendia manter a todo o custo. É colocado em cortes um financiamento monetário equivalente a três pedidos e meio, pagos em três prestações durante três anos. Neste contexto determinou D. Afonso V passar a Ceuta com o seu exército e a partir desta praça avançar sobre Fez. Reúne-se o conselho régio e as vozes discordantes fazem-se ouvir. D. Fernando, habituado à prática de cavalgadas em Marrocos, avançava com justificações para que não se avançasse. D. Afonso V não ouviu os seus conselheiros e continuou os preparativos para o ataque. No entanto, um desígnio dos céus, como

muitos o fizeram crer, impede D. Afonso V de partir para África, pois uma febre inesperada apoderou-se do rei que esteve às portas da morte. Convencido do aviso dos céus, D. Afonso V desiste do avanço sobre Fez. O monarca estava consciente da gravidade do avanço sistemático em Marrocos, mas sabia que o esmorecimento desta política poderia ser penoso, sobretudo para a imagem da monarquia em Portugal.

Em 1465 reúnem-se cortes na Guarda. Rui de Pina refere que estas cortes surgem após o pedido de Joana, rainha de Castela, a D. Afonso V no sentido de obter auxílio para Henrique IV, que se via envolvido em inúmeros conflitos com a nobreza do reino. Perante o pedido da rainha Joana, D. Afonso V prepara o auxílio a conceder ao monarca castelhano e, para tal, foi necessário fazer mais uma recolha monetária de impostos extraordinários. Apesar de em 1460 D. Afonso V ter prometido sob juramento não lançar pedidos salvo em determinadas condições, cinco anos depois repete um pedido extraordinário para financiamento de uma guerra. Não foi, no entanto, necessário este envolvimento de D. Afonso V porque entretanto a revolta em Castela segue novo rumo após a morte de Afonso, meio-irmão de Henrique IV, que se encontrava no primeiro lugar da linha de sucessão.

Novas cortes reúnem-se em 1468, em Santarém. Mais uma despesa para pagar. Novo pedido é colocado em cortes para suportar o acordo realizado anos antes com Isabel de Portugal, prima de D. Afonso V. D. Isabel, filha do infante D. João, casara com João II de Castela. Por altura do casamento, em 1447, estipulou-se que à morte de sua mãe aquela receberia de D. Afonso V 60 000 florins de ouro, entregues até dois anos após a ocorrência do falecimento. Por este dote D. Isabel renunciava a favor da irmã à herança de seus pais. A mãe de D. Isabel tinha falecido em 1465 e D. Afonso V ainda não tinha procedido à liquidação da doação estipulada. Os acontecimentos em Castela contra sua sobrinha e o receio de que a rainha exigisse a herança que lhe era devida por morte de seus pais, pressionaram D. Afonso V à entregar o prometido à rainha viúva de João II, tentando assim amenizar a sua postura contra D. Joana. A frequência com que os pedidos são efectuados e os montantes envolvidos nestes acordos deixam a população consternada.

O progresso económico seria evidente se os gastos não absorvessem os lucros que as descobertas proporcionavam e se a política adoptada pelo poder central favorecesse de facto as actividades mercantis e os elementos nelas implicados. D. Afonso V gastou mais do que podia, mas ganhou uma imagem

de prestígio que seu pai e avô tinham iniciado. O reinado de D. João II dirá a importância do apertar do cinto.

Paralelamente aos inúmeros pedidos extraordinários efectuados neste reinado, um dos principais focos de tensão que ocasionava inúmeros protestos, prende-se com o excessivo recrutamento de homens para suportar as guerras sucessivas, que obrigaram a um apertado recrutamento que provocava uma acentuada diminuição de mão-de-obra e, como consequência, uma crise económica mais ou menos grave, dependendo das características locais.

A necessidade urgente de engrossar as hostes régias obrigava a uma recolha de homens sem olhar às consequências. Fronteiros e outros oficiais encarregues do recrutamento prosseguiam à execução de ordens com grande exigência e sem olhar a meios. Queixam-se as populações que estes recrutam lavradores e pastores em vez de gente de armas e peões ou que o recrutamento de besteiros do conto e vintaneiros estava sujeito a «rogos» e a interesses locais e nunca se subordinavam ao interesse geral do reino ou das populações. Por outro lado a falta de organização no recrutamento, que era praticado sem critério e sem qualquer cautela, agravava a situação económica local.

O continuado recrutamento de lavradores para as hostes régias provocava algum alvoroço entre a população. Os amiudados pedidos para que os lavradores não sejam arrolados nas listas de recrutamento anunciam não apenas a frequência com que os casos acontecem como também o perigo da ausência de homens numa das actividades mais necessárias para a sobrevivência do homem.

As cortes de 1459 de Lisboa colocam em evidência uma das questões mais graves para o abaixamento da produção agrícola e que se prende com o excessivo recrutamento de lavradores para as hostes militares. A conquista de Alcácer Ceguer em 1458 e a intensa intervenção de D. Afonso V no plano marroquino deixavam a população bastante dizimada. Estas cortes contêm um número razoável de pedidos ao monarca que pretendem defender os lavradores e a sua actividade, aos quais o monarca, sabedor da situação, concede, na sua maior parte, deferimento. Os pedidos referem-se às isenções do serviço militar pelos lavradores, à tomada de medidas de protecção contra actos da nobreza e pagamento excessivo de impostos, a favor do pagamento imediato dos bens supostamente comprados pela nobreza e pelo rei. Solicitam ainda isenção de encargos fiscais concelhios e a entrega de terras maninhas aos agricultores.

2.2. A EXPANSÃO ATLÂNTICA

No ano de 1434 a grande aventura dos mares inicia o seu processo. O infante D. Henrique encarregava Gil Eanes de continuar para sul e passar o Bojador, cabo difícil de transpor, pois foram necessárias até quinze tentativas para o concretizar. Envolto em nevoeiro e rodeado de recifes, obrigava a uma navegação mais afastada da costa, temida pelos marinheiros que se recusavam a fazê-la. Dizia-se que para lá do cabo a água fervia e era povoada por monstros, os mais temidos habitantes do imaginário medieval.

Com a passagem do Bojador o mito do mar tenebroso é derrotado. Podia o infante continuar para sul. Pretendia vencer os medos do mar e conhecer novas terras e novos mercados, conhecer o território muçulmano por outros lados e assim apoiar a conquista de Marrocos pela retaguarda, alargar as terras cristãs combatendo o infiel e encontrar reinos cristãos, que então eram falados, para lá do mundo muçulmano. Na passagem saqueavam-se as Canárias.

O fértil imaginário medieval preenchia o dia a dia das descobertas, arrastadas por desejos que invadiam do rico ao pobre o homem medieval, movidas por demandas míticas, ocupadas por monstros e embelezadas por sereias e ilhas paradisíacas onde Adão e Eva ainda coabitavam. Procurava-se o paraíso, o braço do Nilo, a ilha das Sete Cidades ou o reino do preste João. Mas a certeza da existência de vastos e ricos territórios que só a tenacidade conquistava fomentavam a saída de navios que iam cada vez mais longe.

As ilhas paradisíacas transformavam-se numa realidade convertida em duras tarefas de povoamento e de colonização, de fortes disputas oceânicas, das quais lucros elevados e evidentes auxílios nas estratégias de defesa, controlo das rotas ou de simples abastecimento se tornavam imprescindíveis para a contínua presença dos homens nos mares.

Interessou-se D. Henrique, e depois D. Afonso V, pela terra do preste João, segundo diziam, um rei cristão que possuía um poderoso, extenso e rico território para além da Mauritânia, no qual corria um rio por onde ouro e pedras preciosas seguiam o seu curso. Por seu lado, este rei mostrava-se desde longa data interessado na luta contra o muçulmano e dispunha-se a auxiliar os príncipes cristãos na tarefa de expansão do cristianismo em terras ocupadas pelo infiel.

História lendária como muitas outras criadas pelo discurso propagandístico e jogralesco da Idade Média que se enraizava no tempo, e que objectivava

a promoção do cristianismo, ou corresponderia a uma realidade que de facto existia? As *estórias* da Idade Média, criadas intencionalmente ou não, comportam factos reais nas suas entrelinhas.

Poderia ser o preste João um prelado oriental que em 1122 visitou Roma e o Papado de Calisto II. Descendente dos conhecidos estados cristãos localizados no Próximo Oriente, que tiveram a sua origem nos terras das margens do Tigre, a sul de Bagdade, chefiados pelo designado patriarca da Babilónia. Em finais do século V a igreja seguida por estes povos, separou-se da comunhão católica ao adoptar a doutrina de Nestório, doutrina condenada no Concílio de Éfeso, em 431, e que apelava à dupla personalidade de Cristo. O apogeu da Igreja nestoriana, assim conhecida, situa-se entre os anos de 750 e 1258. Desenvolveu grande actividade expansionista deslocando-se por um amplo território na Ásia e contactou com a Europa de então de quem naturalmente possuía notícias através dos muçulmanos que conheciam os mercados orientais e navegavam no Índico.

Este prelado oriental descreveu a Calisto II as inúmeras maravilhas e as riquezas destes estados cristãos e referiu os inúmeros milagres operados junto ao venerado túmulo de são Tiago. No século XII, em época de cruzada, estas narrativas têm fins propagandísticos: apelavam aos feitos cristãos dignos de heróis, criavam imagens de bons cristãos que morriam pela sua religião e que percorriam lugares longínquos para combater o inimigo da fé cristã, esperando absolvição dos seus pecados.

A considerar que a lenda do preste João corresponde a esta realidade, então, o reino cristão procurado, seria o reino de onde este prelado era oriundo e não o reino onde o seu rei era o preste João. Uma confusão a que se presta facilmente o ouvinte ou o narrador. De realidade, em breve, o contar da história colocaria o preste João num trono de um reino mítico e desconhecido que se procurava alcançar como uma grande façanha. Mundo sonhado, idealizado e exagerado por quem não conhece a realidade de facto.

No século XIV ainda se sonha com o reino do preste João, identificado por essa altura com a Etiópia, também designada de Abissínia. A Abissínia não é desconhecida para o Europeu, pois desde o século IV a. C. que mercadores do Médio Oriente mantém relações com o Mediterrâneo. Estes contactos são intensos no período de Marco Aurélio que incrementa o comércio do Império Romano através do mar Vermelho. Estas trocas permitiriam o desenvolvimento ou introdução do cristianismo na Etiópia. Desde então os contactos man-

têm-se, apesar de a grande distância que os separa inviabilizar um contacto mais intenso.

No século XV, o reino do preste João está localizado para além do Nilo. O mapa-mundi de Andrea Bianco, datado de 1430, e o de Fra Mauro, datado de 1459, colocam o reino do preste João bem assente por terras da Abissínia.

Os mapa-mundi e as narrativas de viagens de finais da Idade Média situam na Ásia o reino do preste João, atravessado pelo rio Físon (Indo), que vem do paraíso terrestre, a terra dos gigantes e a Índia. Descreve a riqueza do palácio, dos rituais à mesa, a abundância de ouro e de pedras preciosas. Esta narrativa de viagens descreve um outro reino cristão localizado nas montanhas da Índia cujos habitantes têm uma só perna que não dobram e um só pé.

As descrições mais ou menos fantasiosas começam a surgir nas obras de literatura de viagens da época, nos mapas e nos contos. As primeiras referências à Etiópia datam do início do século XIII, e encontram-se na obra de Arnoldo de Lubeque. Desde então cresce o interesse por conhecer o preste João e de lhe propor uma aliança que pretenderia por fim aos muçulmanos, interesse aumentado pela circulação de uma carta forjada da autoria do preste João que continha descrições fantasiosas e fantásticas.

Em 1400, Henrique IV de Inglaterra envia uma embaixada ao preste João, Afonso V de Aragão e o duque de Berry recebem uma visita de uma embaixada do oriente, D. Afonso V mantém o contacto através de correspondência com os cristãos do oriente, no concílio de Florença em 1438-1439 está presente uma embaixada abexim. Em 1452, estava na corte de D. Afonso V um embaixador, dito embaixador do preste João.

A lenda ou a realidade do preste João assumiam-se em Portugal. Os navios do infante percorriam a costa africana também com o intuito de saber notícias das terras do preste João, ou de outros reinos cristãos que os auxiliariam na retaguarda de Marrocos. D. Henrique, homem prático e de grande conhecimento, sabia dos exageros, não colaborava com mitos, mas procurava a verdade.

Pela costa procurava-se o limite do território *mouro*, exploravam-se as vias de alcance dos reinos cristãos que poderiam constituir bons aliados na guerra contra o infiel e abriam-se portas a novos e rentáveis mercados abundantes em valiosos produtos. O Atlântico, dentro das suas possibilidades, vai ser palmilhado e conhecido, os rios vão ser explorados e os contactos com o *outro*, o africano, vão-se efectivar. O Atlântico, demasiado aberto e livre, demasiado inseguro e traiçoeiro, exigia atitudes concertadas.

As explorações demandavam o apoio régio, efectivado através de intervenções colonizadoras das ilhas que, além de paraísos, eram excelentes redutos económicos, políticos e militares e impunham licenças de monopólio de navegação, de comércio e de pescas concertadas. Clamavam pelo apoio régio conduzido através de uma acção diplomática junto ao Papado e na corte castelhana, principal concorrente nos mares.

D. Pedro, o regente, e D. Afonso V demonstraram interesse pelas ilhas que beneficiaram com privilégios, que promoveram com as medidas de colonização e de desenvolvimento económico. A colonização das ilhas estava a cargo do infante D. Henrique, que a fomentou junto da população do Portugal continental e entre os reinos europeus, contando com o auxílio de sua irmã Isabel, duquesa da Borgonha, que contribuiu com homens para os Açores. O arquipélago conta assim, com a presença de flamengos, com particular incidência na ilha do Faial. O reinado de D. Afonso V é o grande momento do arranque da colonização e do desenvolvimento económico das ilhas. A bula papal que concede a D. Henrique o direito de povoar as ilhas despovoadas no Atlântico chega a 9 de Janeiro de 1443.

As ilhas dos arquipélagos da Madeira e dos Açores desempenham um papel importante como suporte da navegação, como ponto estratégico de atenção à navegação, de escala ou simplesmente de domínio. A sua posse permitia dominar os mares e controlar a expansão pela costa africana. Neste contexto envolve-se a questão das Canárias, anterior ao reinado de D. Afonso V, mas que se prolonga por estes anos. Dada a sua importância para o domínio dos mares, Portugal e Castela reclamam a sua posse e os seus direitos, rivalidade antiga que assenta na garantia e na concretização da exclusividade nos mares. Procura-se o *mare clausum*, o domínio total de navegação, pescas e comércio, que passa pela exclusão de concorrentes.

Este conceito de mar fechado, mar territorial que nasce na Alta Idade Média, defende que o mar é parte integrante do território com que confina. Como tal, as entidades políticas da Europa medieval têm como direito a imposição de tributos de trânsito, comércio e pesca nas águas que lhe estão afectas. O direito sobre estes mares permite-lhes fechar a navegação a navios estrangeiros, sem autorização explícita.

Da mesma forma que os outros reinos da Idade Média, Portugal utiliza estes meios em território português e desde o primeiro momento transpõe este método para os novos territórios conquistados ou descobertos além fronteiras

ras. D. Afonso V tem o cuidado, sempre que concede cartas de segurança ou de privilégio de comércio, de especificar que as cartas apenas são válidas em território português e não em terra de mouros. Pretendia, em conjunto com o infante D. Henrique, vedar aos indesejados estrangeiros o contacto directo com África.

As navegações portuguesas no Atlântico datam do reinado de D. Dinis e das aventuras iniciadas por Manuel Pessanha. Provavelmente os arquipélagos da Madeira e dos Açores são conhecidos desde meados do século XIV. No entanto, o conhecimento do arquipélago da Madeira só viria à luz em 1419, ano em que a notícia do seu fortuito achado por João Gonçalves Zarco corre pelas praças portuguesas. A data oficial da descoberta ou achamento, como obra do acaso, das ilhas do Açores foi anunciada em 1427. O feito tinha sido levado a cabo por Diogo de Silves. As Flores e Corvo terão de esperar até 1452, data em que Diogo de Teive as encontra no oceano. Provavelmente estas ilhas seriam já conhecidas. De facto, os portulanos do século XIV, o datado de 1351, o atlas de Medici de 1370, o atlas catalão de 1375, a carta de Pinelli de 1384 e a carta de Soler de 1385, representam algumas ilhas que não correspondem às Canárias e indicam nomes que mais tarde se reconhecem como sendo da Madeira e dos Açores.

As Canárias, conhecidas desde inicio do século XIV e visitadas desde então por castelhanos, portugueses e italianos, encontravam-se povoadas, ao contrário da Madeira e dos Açores, e sem qualquer influência da cultura ou religião árabe, o que demonstra a falta de interesse muçulmano pelo Atlântico. Os seus interesses voltavam-se para o oriente e para as rotas caravaneiras que atravessavam o Sara. Em meados do século XIV assiste-se a uma disputa conjunta entre Portugal, Castela, Aragão e Génova sobre as Canárias, pois era do interesse comum encontrar uma via atlântica de encontro com o atractivo Noroeste africano. As Canárias, localizadas em lugar estratégico junto à costa africana, são disputadas como via de chegada quer a Marrocos quer à conhecida «terra dos negros».

O momento de disputa do Atlântico e o avanço das questões entre Portugal e Castela sobre as Canárias obrigavam a revelar o paradeiro dos arquipélagos da Madeira e dos Açores. Ilhas localizadas, como as Canárias, em lugar estratégico, eram determinantes para a estratégia portuguesa de avançar para sul no Atlântico. Se já eram conhecidas, o melhor, de facto, era revelá-las sob pena de perdermos a sua posse para um outro descobridor. A falta de documentos régios que comprovem estes achados, reforça a tese de secretismo vivida por

estes anos pelas monarquias portuguesas e castelhanas. Fazia parte da guerra dos mares.

D. Henrique, senhor do arquipélago da Madeira desde 1433, promoveu medidas de ocupação do território e de desenvolvimento económico, entendidas as potencialidades deste território. Delegou em homens da sua confiança as capitanias da ilha, melhor forma de rentabilizar as terras evitando que estas exigissem a sua presença constante. Em 1440 Machico é entregue a Tristão Teixeira, em 1446 Porto Santo é doada a Bartolomeu Perestrelo e o Funchal, em 1450, a João Gonçalves Zarco. Este processo da ocupação do território por capitanias vai ser amplamente desenvolvido nos territórios ocupados por Portugal. Para atrair povoadores e mercadores, cartas de isenção de dízima, de sisa e de portagem vão sendo concedidas.

A Madeira, fértil graças ao seu solo de origem vulcânica, depressa iniciou o seu processo produtivo. As madeiras já existentes, entre as quais o cedro, o teixo e o dragoeiro, foram objecto de imediata exploração, seguindo-se a plantação de trigo, vinha e cana sacarina, esta última de grande relevo para a economia nacional. O infante D. Henrique implantou a cana-de-açúcar importada da Sicília, um teste que obteve os melhores resultados do ponto de vista económico e do povoamento.

A necessidade de mão-de-obra escrava em abundância para a produção crescente da cana do açúcar movimenta o mercado de escravos. De início, as Canárias revelaram-se um excelente fornecedor, depois, a Guiné e toda a costa envolvente suplantaram os níveis de vendas. Foi na Madeira que o modelo da escravatura negra, que viria a ser implantado em todos os territórios descobertos, teve o seu início. Arquipélago de excelentes condições de solo e clima, foi palco de ensaios para a agronomia e outras ciências, e para novas formas de gestão.

Da Sicília vieram também alguns mestres, conhecedores das técnicas de produção de açúcar, que divulgaram as suas técnicas de cultivo e de produção do açúcar e dos produtos seus derivados. Sob a alçada do infante D. Henrique, instala-se, em 1452, o primeiro engenho de açúcar, em cuja construção investira Diogo de Teive. Refere Cadamosto que em 1454 o infante D. Henrique mostrava aos mercadores venezianos as primeiras amostras de açúcar produzido na Madeira. A qualidade agradou aos compradores. Durante o reinado de D. Afonso V, a produção açucareira da Madeira atinge o seu auge para logo ser substituída por novas áreas de produção.

A grande produtividade do solo vulcânico da Madeira compensava as falhas da economia nacional e criava algumas expectativas favoráveis ao continuar da descoberta de novos territórios vazios e que supostamente seriam de excelente produtividade. Abria portas a uma conquista mais facilitada do território e mais rentável que a conquista do Norte de África.

O mais antigo documento que refere os Açores data de 1439. É uma carta do infante D. Henrique na qual informa D. Pedro que lançou ovelhas nas ilhas e que, se o regente acordasse, mandaria povoar o espaço que estava deserto. Gonçalo Velho foi o primeiro capitão de São Miguel e de Santa Maria e o grande empenhado na colonização dos Açores.

Em 1453, D. Afonso V faz doação das ilhas de Flores e Corvo ao duque de Bragança, dado que interessava demarcar o território para afirmar a soberania portuguesa, e a força da casa de Bragança iria marcar esta posse. Esta doação permite-nos apreciar as intenções de D. Afonso V quanto às descobertas e a sua perspectiva do entendimento de posse de território. De facto, o duque de Bragança, pessoa alheada das descobertas, é um membro da opulenta nobreza senhorial. A colonização e posse destes territórios continuam a ser concretizadas pela grande detentora de terras. Entendia-se assim favorecer alguém que se pretendia manter próximo do poder central, habituado à gestão de territórios, e colocar uma grande força de domínio nas ilhas. Uma escolha não totalmente correcta mas que motivava todos os grupos sociais, incluindo a poderosa nobreza terratenente a participar nas descobertas. Paralelamente, as estratégias que envolviam o reconhecimento de novos territórios económicos ou de exploração de novos produtos estavam entregues a outros mais vocacionados para o facto. Lado a lado, os grupos mercantis ou de exploração e a nobreza senhorial contribuíram para construir as ilhas e as conquistas em África.

Os Açores em breve se constituíram como um excelente exportador de matérias-primas tintureiras, cereais e produtos provenientes da criação de gado.

O fim da regência de D. Pedro marca um abrandamento na colonização e exploração económica dos Açores. Os ventos mudaram o rumo da política nacional. O grande interesse centraliza-se agora na descoberta da costa ocidental africana e em Marrocos. A posse dos Açores estava garantida para Portugal e a sua exploração económica, não tão rentável no âmbito das ofertas que se colocavam a D. Afonso V, não obrigava a uma atenção centralizada.

Através dos arquipélagos da Madeira e dos Açores, era possível não só abastecer o espaço português mas também a costa africana. Assim, articulava-se um novo intercâmbio comercial que tinha como eixo as ilhas e as rotas do Atlântico. África suportava o desenvolvimento das ilhas e as ilhas suportavam a conquista e as descobertas em território africano, quer através do suprimento de homens e de bens alimentares quer de estratégia militar.

Através de uma carta de confirmação de compra e senhorio das Flores que D. Afonso V confere a Fernão Telles de Meneses, datada de 1475, é possível entender que o espaço atlântico tem duas direcções distintas: a navegação da Guiné que pretendia explorar novos territórios em direcção ao sul, descobrindo África a par e passo, e a navegação no Atlântico que partia das ilhas da Madeira e Açores e procurava ainda incessantemente as ilhas míticas.

O infante D. Henrique, continuador das viagens além fronteiras, vai desenvolver uma ampla actividade entre a sua casa ducal, a vida da corte e as suas frequentes intervenções apaziguadoras junto da política central ao lado do seu irmão, o regente D. Pedro. O ambiente político vivido após a morte de D. Duarte de divisão interna e de conflito entre duas facções políticas marcantes vai ter as suas repercussões em termos de expansão rumo a África e à costa africana. Mas as paragens são curtas.

Em 1441 reiniciam as viagens de exploração da costa africana. O período compreendido entre a morte de D. Duarte e os primeiros impasses da regência perante a não aceitação de D. Leonor, mulher e estrangeira, ocupara o grande mentor dos descobrimentos, o infante D. Henrique, em perturbações de ordem política interna e adiara o envio de navios de exploração. O reinício é marcado neste ano por Nuno Tristão que alcança o cabo Branco.

Em 1442 a situação política estava mais tranquila depois do exílio de D. Leonor e dos seus partidários. Havia agora mais ânimo e mais condições para uma nova viragem para o Atlântico. Estavam criadas as condições internas para que Portugal pudesse partir para o exterior. D. Pedro governava agora sem oposição, e o infante D. Henrique poderia prestar mais atenção aos seus navios que subiam e desciam a costa ocidental africana. Era fundamental para prosseguir os objectivos do infante D. Henrique dar continuidade aos trabalhos de exploração, que se manifestavam de grande rentabilidade e apresentavam-se com grande sucesso. Colocava-se dia a dia este reino, localizado no extremo da Europa, nas grandes rotas do comércio europeu. Dia a dia Portugal ficava mais conhecido.

Em 1442, Gonçalo de Sintra e Dinis Dias fazem o reconhecimento do cabo Branco atingido no ano anterior por Nuno Tristão. Em 1442 Antão Gonçalves

captura alguns ditos mouros no rio do Ouro. Recolher informações através de gentes do local era primordial para conhecer os novos mercados, as novas questões geográficas e as questões políticas do local. Procuram-se sem descanso alianças políticas vantajosas. Explorada a zona costeira da Mauritânia, avança-se rapidamente em direcção à «terra de negros» e à Serra Leoa. Abrem-se novos mares, novas áreas de pesca e confere-se um novo alento à persecução da conquista territorial das praças marroquinas, que tinham perdido a sua força depois do desastre de Tânger.

Iniciam-se as primeiras relações comerciais com a costa africana. O resgate de um filho de um chefe azenegue, capturado pelos navios do infante D. Henrique, rendeu-lhe dez escravos negros e uma quantidade de ouro em pó. Estava provada a existência de ouro por estas terras.

A partir de então desenvolve-se o comércio de escravos negros e do ouro do Sudão, e Tombuctu passa ao domínio de terra desejada. Local de reunião das rotas caravaneiras que cruzavam o Sara, abundavam mercadores muçulmanos que transportavam ouro e outros produtos cobiçados até ao norte de África. Inicia-se um período de organização do comércio africano orientado para o controlo das principais rotas terrestres e marítimas, o estabelecimento de feitorias e a busca incessante da origem dos produtos.

Em 1443 Nuno Tristão alcança a ilha de Arguim e a ilha das Garças, a qual, localizada na costa da Mauritânia, é um excelente ponto de reconhecimento avançado de toda a costa. Arguim, possuidora de água potável, em breve se tornou ponto de escala obrigatória para os navios. Logo o comércio, a navegação e as pescas se orientam nesse sentido, o que permitirá o assentamento de uma feitoria em 1455. Em 1461 Soeiro Mendes de Évora dá início à construção da fortaleza de Arguim para proteger a feitoria aí criada. Em 1464, D. Afonso V confere a capitania mor de Arguim a Soeiro Mendes de Évora. O comércio de toda esta área mostrou-se altamente rentável e ponto estratégico fundamental para o comércio de uma grande região que conta com rotas comerciais provenientes do Sul e do interior de África.

A próxima viagem será de Antão Gonçalves, que terá como principal objectivo recolher informações sobre o local. Procurava-se esse braço do Nilo que chegava ao Atlântico e levava os navegadores a terras da Abissínia.

Para mobilizar mais facilmente as forças do mar em direcção ao Sul e ao interior de África, era necessário promover a actividade ao nível do poder central e dotar o seu líder de privilégios especiais.

Em 1443, por carta de D. Pedro, confirmada em 1448 por D. Afonso V, o infante D. Henrique passa a deter o monopólio das navegações, do comércio e da conquista a sul do cabo Bojador, com poderes sobre o comércio e o saque: a sul do Bojador todo o mar passa para o controlo directo do infante D. Henrique. A passagem deste cabo obrigava a uma licença especial do infante, caso contrário sujeitavam-se à fome dos corsários que, sob autoridade de D. Henrique, navegavam por estes mares. Em 1446 o conteúdo desta carta foi alargado às ilhas Canárias, das quais D. Henrique fazia inteira questão de que não queria abdicar.

No mesmo ano de 1443, o Navegador recebe em doação o cabo Trasfalmenar. Pretendia o infante fazer povoação ou povoações cercadas neste local estratégico. Recebe-o nas mesmas condições que possuía a vila e castelo da Covilhã. O cabo, localizado em local estratégico, oferecia excelente apoio à navegação e confinava-se como um reduto de vigilância sobre os castelhanos que adquiririam direito a navegarem por estes águas, direito concedido pela posse das Canárias.

Em 1444 Nuno Tristão chega pela primeira vez à Guiné, passando da Mauritânia, «terra de mouros», para a Guiné, «terra de negros», duas áreas geográficas que comportam características bem diferenciadas. A África, a sul da Mauritânia mudava de fisionomia, dando lugar a paisagem árida do deserto à fértil vegetação e à diversificada fauna próximas das interpretações paradisíacas. Os navegadores voltam a assumir as teorias da descoberta do paraíso, separado da Mauritânia pelo rio Senegal, rio de largo caudal que, por tal, logo foi identificado com o conhecido braço do Nilo que desaguava no Atlântico, segundo a crença da ciência da época. Para quem desconhecia a amplitude do território africano, acreditava que o seu fim não estaria longe. Em breve se concretizariam os desejados contactos com as áreas mais orientais. Compreendeu-se depois que as suas gigantescas dimensões complicariam a tarefa de D. Henrique que não a cumpriria em vida.

A exploração ao longo da costa é complementada por uma acção intensa de exploração para o interior, a partir dos rios que deságuam no Atlântico. Procura-se a fonte dos produtos, novas rotas internas, outros interpostos de distribuição de produtos, mas também reinos cristãos que pudessem estabelecer alianças mais duradoiras. Os homens do infante, acompanhados de intérpretes que já conhecem algumas línguas locais, inquirem a população sobre os seus hábitos, a sua religião, os seus produtos, o seu quotidiano e o das povoações mais próximas. Pouco a pouco iam desenhando o mapa de África.

João Fernandes, escudeiro do infante D. Henrique, em 1444 parte em exploração ao Sara ocidental. Sobe desde a foz o rio do Ouro no sentido interior procurando as tribos do deserto, e vive com os nómadas durante algum tempo, o que lhe permite conhecer parte do interior de África. Entre os anos de 1444 e 1445 permaneceu na costa sariana, recolheu inúmeras informações úteis para os vindouros e estabeleceu alguns contactos passíveis de criar boas condições de negócio. Aúde Maimom, um senhor local, desejava comercializar com os portugueses, outros se seguiriam e os proveitos das viagens cresceriam.

O Atlântico é agora ainda mais cobiçado. Desde o século XIV que marinheiros, mercadores, pescadores e outros aventureiros, sobretudo andaluzes, exploravam, por conta própria, a África Ocidental. Os produtos da costa africana eram rentáveis e os mares davam boas pescarias a quem se aventurasse. O ouro sudanês era, entre todos, o fruto mais apetecido.

Com a chegada dos portugueses à Guiné, a presença castelhana que procurava os lucrativos e atractivos produtos do Atlântico aumenta. As notícias correm rápido e impelem os andaluzes a participar nas novas descobertas. Reabre-se o mal-estar entre Castela e Portugal.

De Jerez e do Porto de Santa Maria partiam as famosas cavalgadas em direcção às praças marroquinas, método utilizado na Idade Média contra os muçulmanos na península ibérica, e de Sevilha partiam navios em direcção à costa africana. As sucessivas viagens de andaluzes por mares e terras africanas obrigam ao intensificar dos trabalhos de navegação por parte de D. Henrique. Impunha-se terminar com a concorrência em larga escala. A primeira grande batalha seria obter do Papado a concessão do monopólio das navegações no Atlântico Sul, a segunda seria tratar sigilosamente as novas expedições e, em simultâneo, promover estudos científicos que permitissem encontrar novas soluções técnicas.

João II de Castela reclama os seus direitos sobre a navegação e domínio territorial em África. Eugénio IV, através da bula *Rex Regum*, expedida de Florença a 5 de Janeiro de 1443 e enviada a D. Afonso V, refere que João II de Castela lhe expôs em carta anterior que muitas cidades, fortalezas e lugares em África lhe pertenciam, assim como o direito à conquista do território. A bula concedia a D. Afonso V as graças espirituais solicitadas, mas não permitia que D. Afonso V ferisse os direitos castelhanos, reconhecendo a João II de Castela, o domínio de muitas terras e lugares em África, por ser rei «principal das Espanhas». O domínio de Castela sobre os reis peninsulares tem a sua origem nos

primeiros momentos da reconquista, quando o rei de Castela usava o título de imperador, o que lhe garantia a supremacia sobre todos os reinos ibéricos, supremacia que foi mantendo ao longo da Idade Média como autoridade dentro da península ibérica.

João II de Castela demonstra claramente o seu objectivo em prosseguir com as conquistas em África. A política definida pelo infante D. Henrique de reconhecer e conquistar o continente africano, também não iria esmorecer. A soberania de Castela sobre as Canárias trazia uma maior proximidade à política africana por parte da coroa castelhana, facto que o infante D. Henrique tentou até ao último momento evitar. O monarca castelhano não desistia de África, e D. Henrique não desistia das Canárias.

Dinis Dias, escudeiro de D. João I e de D. Duarte, descobre em 1444, as ilhas de Cabo Verde. Na expedição que saiu de Lisboa, por ordem do infante D. Henrique, Dinis Dias vai incumbido da tarefa de chegar à «terra dos negros». Alcançou-a pouco tempo depois e capturou os primeiros negros da Guiné. Dinis Dias prossegue para sul, transpõe o rio Senegal e encontra Cabo Verde, aportando na ilha hoje denominada de Goreia, pertença do Senegal. O grupo ocidental do arquipélago de Cabo Verde foi descoberto por Diogo Afonso entre os anos de 1460 e 1462.

As ilhas do arquipélago de Cabo Verde revelaram-se excelentes observatórios da costa e da navegação em toda a área. Arquipélago desabitado, mereceu desde logo a intervenção da coroa no sentido da sua colonização. A partir da década de sessenta de quatrocentos, D. Afonso V promove o estabelecimento de colonos nestas ilhas, a quem ofereceu privilégios de assentamento e de comércio. O povoamento das ilhas, tarefa fundamental, afirmava a presença portuguesa na costa da Guiné.

No ano seguinte de 1445, Dinis Dias volta à «terra de negros». Entre os seus objectivos encontra-se a captura de negros na região. Expedição comercial que pretendia rentabilizar com a captura de escravos as viagens e suportar os custos, e que pretendia também capturar informadores, porque, afinal, tinham alcançado um dos braços do Nilo e encontravam-se muito próximo do Egipto. Pelos serviços prestados em benefício da coroa, D. Afonso V entrega a Dinis Dias o cargo de escrivão do desembargo da Casa do Cível.

Em 1445 Álvaro Fernandes chega ao cabo dos Mastros. Em 1446, Nuno Tristão alcançava a foz do rio Gâmbia, onde encontrou a morte. No mesmo ano, Álvaro Fernandes chegou próximo do cabo Roxo.

A 3 de Fevereiro de 1446, D. Pedro, como regente, em nome de D. Afonso V, alarga o privilégio de monopólio, concedido ao infante D. Henrique em 1443, às ilhas Canárias. Não se podia negociar nestes lugares sem a permissão do infante D. Henrique. Por determinação, os mercadores a quem era concedida a tal autorização para comercializar nos locais vedados, eram obrigados a pagar um quinto do valor das mercadorias. Pretendia-se com esta medida restringir a liberdade de comércio e monopolizar na figura do infante D. Henrique a exploração da costa africana conhecida. Pretendia-se também quebrar o avanço castelhano sobre estas possessões. Formulava-se a doutrina do *mare clausum*.

Dois vectores circulavam no mesmo sentido. O infante D. Henrique e João II de Castela apertavam o cerco sobre África. Eugénio IV recomendara a Portugal o respeito pelas possessões castelhanas em África, mas a leitura do Navegador era diferente. As Canárias, a chave castelhana do Atlântico, eram as principais visadas pelas forças e estratégias do infante.

Em 1448, o infante D. Henrique compra a ilha de Lanzarote, que até aí se encontrava em mãos de Maciot de Bettencourt, mãos particulares apesar de sujeitas à autoridade castelhana. Após a compra, Antão Gonçalves, um dos prestigiados capitães do Navegador, foi nomeado governador da ilha. Abriu-se um período de guerra aberta com Portugal. Os moradores da ilha não aceitaram a soberania portuguesa e reclamavam a reintegração na coroa de Castela. As embaixadas de João II a Portugal sucedem-se tentando reaver a posse da ilha de Lanzarote, ao mesmo tempo que os ataques indígenas complicavam a tomada de posse da situação.

Para contrapor esta política adoptada por Portugal, em 1449 João II doa a Juan de Guzmán, duque de Medina Sidonia, a terra a sul de Marrocos, desde o cabo Guer até ao cabo Bojador, terra localizada junto às Canárias e delimitada por dois rios, um destes designado de Mar Pequeno, onde as pescarias são ricas em espécies. Este direito não parece ter-se efectivado, e apenas uma pequena torre marcava a posse do território. No entanto, os senhores das Canárias, Diego Garcia Herrera, o seu filho e o seu genro, não deixavam de, com frequência, atacar este território produzindo inúmeras cavalgadas.

Pouco a pouco os pescadores e mercadores castelhanos seguiam estas paragens. Destacavam-se nas suas viagens as concorridas áreas de Azamor, cabo Guer e Bojador. Outros aventuravam-se um pouco mais para sul e chegavam a Angra dos Ruivos, Angra dos Cavalos e Rio do Ouro. A presença andaluza e castelhana abriam uma forte concorrência a Portugal.

Em 1449 novo impulso é dado às relações comerciais com a costa africana. D. Henrique obtém do Papado o direito de comercializar as mercadorias da área compreendida entre o cabo de Cantim e o Bojador. O cabo de Cantim, localizado na costa atlântica entre Mazagão e Mogador, é o porto da costa de África mais próximo da Madeira. Zona produtora de cereais e localizada na área estratégica de Safim, era um excelente ponto de apoio, de abastecimento e de comércio de cereais e de escravos. D. Pedro, em 1444, em nome de D. Afonso V, fizera esta mesma doação a D. Henrique, mas esperou cinco anos para obter a necessária confirmação por bula papal que reforçava e validava a doação régia.

Alfarrobeira e todo o processo de confronto de partidários de D. Pedro e de D. Afonso V, nos quais esteve envolvido o infante D. Henrique, e a queda de Álvaro de Luna, consequência das divisões internas em Castela, provocaram algum desassossego nas relações entre Portugal e Castela que se traduziram pelo confronto também nos mares. A presença portuguesa constante nas Canárias e a presença andaluza em território africano produzem grande tensão.

Após a morte do regente D. Pedro em Alfarrobeira, D. Afonso V vai manter o infante D. Henrique com a actividade de exploração da costa africana, o qual, dividido em mil tarefas tem agora, mais do que nunca, que manter sem perigo a expansão da costa africana. As relações com Castela eram frágeis e o novo rei, ainda muito jovem, é uma presa fácil para os ávidos senhores, elementos poderosos da nobreza senhorial portuguesa que invejavam a força da nobreza castelhana.

No ano de 1454, João II reclama o direito às navegações na Guiné e solicita a D. Afonso V que abandone esta empresa. Com a calma e ponderação a que D. Afonso V habituou nas suas respostas, responde a João II afirmando que tinha a certeza que a conquista lhe pertenceria por direito e pede-lhe que não quebre a paz e a amizade que existe entre Portugal e Castela e que espere até se saber a verdade sobre a pertença da conquista. A acção diplomática agia no exterior junto do Papado, e D. Afonso V acreditava seguramente no trabalho desenvolvido pelos líderes deste processo: D. Henrique e os seus embaixadores, entre os quais o célebre João Fernandes da Silveira.

João II de Castela ameaça então seguir para sul e alcançar a costa da Guiné e os seus navios começam a percorrer estas águas. Se de inicio o infante D. Henrique preferiu perseguir os navios invasores, depressa entendeu que seria impossível manter esta situação. Em 1454 João II de Castela e D. Afonso V, através

dos seus embaixadores estabelecem um acordo. Desistiu o infante D. Henrique das ilhas de Lanzarote e La Gomera e os navios castelhanos deixaram de viajar para as costas da Guiné.

Era, por estes anos, necessário assegurar a posse de territórios na costa africana através da exploração mercantil e da criação de feitorias, mas, antes de mais, era preciso garantir com autoridade internacional o direito de exploração única dos mares para Portugal e para o Navegador.

No ano de 1454, o papa Nicolau V, envia a bula *Romanus Pontifex*, na qual garante esses direitos de exclusividade dos mares e da terra de África a Portugal. O Papado oferecia, através da concessão desta bula, a esperada recompensa merecida por D. Afonso V e pelo infante D. Henrique pelo auxílio na luta contra o infiel e na extensa propagação da fé cristã, que converteu infiéis pela intensa colonização das ilhas com gente cristã, e pela consequente construção de igrejas. Na data, Portugal vivia uma paz interna, mantinha Ceuta, conquista que redundara em feito único na Europa do seu tempo, apesar das inúmeras dificuldades passadas e das mortes cristãs ocorridas em solo muçulmano. Nicolau V entendeu que estes feitos de elevado valor moral seriam mais que suficientes para superar o mito castelhano.

D. Henrique e o Papado interessavam-se pelo encontro com os «cristãos da Índia» que poderiam auxiliar na luta contra os muçulmanos. O papa entendeu que o único capaz de levar a cabo esta tarefa seria o infante D. Henrique, e como tal interessava-se por garantir a paz nos mares para que este pudesse prosseguir com a exploração da costa africana sem impedimentos nem contratempos. A acção do Papado concretiza-se como sendo um protector da paz entre os reinos cristãos para garantir que a luta contra o infiel estivesse garantida.

Esta bula refere a intenção de D. Henrique que desejava que se «tornasse o referido mar navegável até aos Índios». Nicolau V identifica estes índios com povos cristãos, a mesma confusão que se faz quando se chega à Índia e se descrevem os templos hindus como sendo igrejas, e as imagens de deuses como imagens de Nossa Senhora e de santos.

Retoma-se a já defendida tese da procura de cristãos para além do território muçulmano, simbolizado nas tentativas de alcançar o reino do preste João. A referência às Índias remete para um objectivo concreto presente nas explorações dirigidas pelo infante ao longo da costa africana: circundar África e chegar ao oriente. No tempo do Navegador, a designação de «Índias», referia-se a todos os territórios banhados pelo Índico, incluindo a parte oriental

africana e dividia-se por três grandes regiões: a Índia Maior, que corresponde à Índia propriamente dita, a Índia Menor, que incluía o território da Ásia, e a Índia Etiópica ou Índia Média que correspondia à África Oriental e à Arábia. O designado de «Plano Henriquino das Índias», está explícito na bula *Romanus Pontifex*. Repete-se na bula de Calisto III a menção alusiva ao Plano das Indias. É geralmente aceite pelos historiadores que o plano henriquino se focalizava na chegada apenas à Índia Etiópica e que não se movia como um plano concertado, como o promovido por João II. A política de sigilo seguida pelo monarca e pelo infante D. Henrique não deixou registos que permitam avaliar concretamente as intenções dos líderes da expansão.

Só em 1474 surge uma localização mais exacta da Índia, situada pelo cosmógrafo Paolo del Pozzo Toscanelli, que a descreve numa carta enviada a Fernão Martins que entrou em contacto com Toscanelli a pedido de D. Afonso V. Nessa carta Toscanelli afirma que a melhor forma de chegar à Índia passa por contornar o globo para ocidente e não através do contorno de África. A carta fala apenas das delícias da Ásia e do seu comércio lucrativo, teorias que assentam nas viagens conhecidas que procuram o oriente. Perante este facto fica a dúvida se os navios portugueses estariam já interessados na chegada à Índia e no seu comércio ou se procuravam o reino do preste João, localizado na Índia Média que o poderia auxiliar na conquista marroquina.

A bula *Romanus Pontifex*, denominada por alguns historiadores como a «carta do imperialismo português», faz um grande elogio às descobertas empreendidas pelo infante D. Henrique e louva as suas qualidades cristãs. Refere o empenho no trabalho colonizador e evangelizador e indica a intenção da circum-navegação de África e da chegada às Índias, voltando a autorizar a submissão de todos os pagãos que pudessem ser encontrados entre Marrocos e Índias.

Explicitamente Nicolau V, autor da bula *Romanus Pontifex*, concede aos reis de Portugal o direito à propriedade das terras conquistadas ou a conquistar desde a Guiné até às Índias e configura a zona da Guiné e todo o Atlântico Sul como um mar português, reservando aos portugueses o direito de todas as navegações pela costa africana a sul do Bojador e proibindo, sob pena de excomunhão, a navegação estranha por estas paragens sem autorização do infante ou do monarca português, além de recordar que Portugal possui o monopólio da navegação, comércio e pescas de Ceuta e de todas as regiões conquistadas ou a conquistar pelos portugueses.

A intensa diplomacia desenvolvida junto ao Papado que incessantemente apelava para a acção dos portugueses em Marrocos, e o desejo de a continuar, bem expresso na aceitação em 1453 da cruzada contra os turcos promovida pelo Papado, deu os seus frutos. O Papado reconhecia e premiava a acção portuguesa, sobretudo a promovida pelo infante D. Henrique.

Segue-se uma outra bula, *Inter Caetera*, dada a 13 de Março de 1456 pelo papa Calisto III. Esta bula confirma o conteúdo da bula *Romanus Pontifex* que concedia à Ordem de Cristo a jurisdição espiritual sobre todas as terras conquistadas pelos portugueses.

Depois destas bulas existe um certo silêncio relativamente às viagens de exploração da costa africana. Continuavam com todo o impulso mas Zurara não as relata. Provavelmente a concessão do monopólio dos mares afastara a concorrência castelhana e não haveria necessidade de divulgar os locais dos navios portugueses como forma de garantir a posse dos mares e do comércio. Por outro lado a política de sigilo interessava. O não conhecimento dos mares e dos seus perigos afastava, não completamente, mas em parte, a navegação da pirataria e do corso.

A exploração da costa africana não parava, prosseguia e cada vez mais impulsionada por medidas régias. Da mesma forma a exploração económica do território avança. O infante D. Henrique recorre aos experientes mercadores italianos habituados a comercializar a malagueta para que ensinem aos portugueses as suas formas mais viáveis. Entre os italianos chamados a participar salienta-se Alvise Cadamosto e António Usodimare. A malagueta foi colocada no mercado da Flandres a partir de 1460.

Em 1455 Cadamosto percorreu a costa do Senegal e Gâmbia e descobriu algumas das ilhas de Cabo Verde. O relato da viagem descreve toda esta zona e obtém informações relativas ao comércio do ouro do Sudão e ao Império Meli. O cabo Branco localiza-o na Etiópia. Pelas contas do infante estavam perto das terras do preste João.

Em 1457, D. Afonso V concede a seu irmão, D. Fernando, o privilégio de donataria sobre qualquer ilha que viesse a descobrir no Atlântico. Incentivava assim a descoberta e a exploração dos mares, colocava a iniciativa privada em acção, ao lado das estratégias da coroa, e abria mais uma vez a possibilidade de expandir uma tarefa, não renegada para segundo plano nem colocada fora do âmbito de acção directa de D. Afonso V. Outras cartas de incentivo particular à exploração são promulgadas nos anos que se seguem de 1462, 1473 e 1474. Coroa e particulares ganhavam com este processo. A primeira aumentaria o seu domínio nos mares, e os segundos ganhavam novas terras de onde retirariam lucros rentáveis e obteriam prestígio pessoal.

O saque às Canárias também não foi esquecido. Em 1459, O infante D. Henrique acompanhado de seu sobrinho e herdeiro, o infante D. Fernando, irmão de D. Afonso V, aportou de surpresa nas costas de Lanzarote, seguindo-se um assalto a Fuerteventura e a Gran Canaria que encontrou desprevenidos os castelhanos. O infante D. Henrique aspirava a retirar dos seus mares a incomodativa presença castelhana. Perante este assalto, Henrique IV protestou junto de D. Afonso V com grande veemência.

A morte do infante D. Henrique em 1460 solucionou esta questão. Em 1461 D. Afonso V obrigava à entrega das terras tomadas, pois interessava ao monarca terminar de uma vez por todas com o mal-estar produzido pelas Canárias. A paz com Castela manifestava-se dia a dia com maior importância para Portugal. Neste ano, os navios de Pero de Sintra dirigem-se a Serra Leoa. Encontrando boas perspectivas no comércio do ouro, no ano seguinte uma nova viagem leva-o à Mata de Santa Maria.

Em 1464, durante um encontro em Gibraltar entre D. Afonso V e Henrique IV, o monarca castelhano decidiu agraciar os condes de Atouguia e de Vila Real com o direito de domínio das ilhas de Gran Canaria, Tenerife e La Palma, senhorio que foi transferido para o infante D. Fernando. A seguir, Afonso V tenta validar esta concessão junto da Santa Sé.

A expansão portuguesa seguia um bom rumo. As ilhas atlânticas encontravam-se em fase de povoamento e de exploração económica. Os Açores caracterizavam-se pela criação de gado, e na Madeira dominava a exploração açucareira, já com rendimentos bem razoáveis para a economia nacional. Na costa africana salienta-se a feitoria de Arguim cujo comércio de ouro e escravos negros se tornava a par e passo muito rentável no cômputo da economia nacional. Aqui trocavam-se tecidos marroquinos de fraca qualidade e objectos de cobre vindos do Magreb por ouro e escravos provenientes das rotas de Tombuctu. Arguim foi o primeiro interposto comercial português na costa africana. Às ilhas de Arguim afluíam as rotas mercantis vindas de Meça, Mogador e Safim.

O ouro comercializado desde Arguim permitiu a D. Afonso V cunhar moeda em larga escala, o que permitiu inúmeras cunhagens de moeda. Em 1451 cunhou os escudos cotados em 140 reais brancos e, no final do seu reinado,

em 260 reais brancos. Em 1457 cunhou o cruzado de ouro, moeda forte que se manteve com grande estabilidade durante cerca de oitenta anos, fazendo concorrência à moeda estrangeira, e que foi lançado no mercado com um valor nominal abaixo do seu valor intrínseco. O objectivo seria a criação de concorrência com o ducado veneziano, a moeda mais forte da época. Este cruzado valia em 1460, 253 reais brancos e em 1478-1480 o seu valor subia para os 360 a 380 reais. Manteve-se uma moeda de grande estabilidade e constituiu-se como uma das moedas fortes de então.

A cunhagem de moeda de prata, interrompida durante a regência de D. Pedro, foi retomada por D. Afonso V, que continuou a cunhagem de leais, avaliados em 15 reais brancos, e emitiu os reais grossos que valiam 24 reais brancos e que, no final do seu reinado, estavam avaliados em 30 reais brancos. Foram ainda colocados em circulação os meios reais grossos, com valor de 12 reais brancos.

A moeda cunhada em bolhão é a mais significativa. Lavrou D. Afonso V reais brancos, moeda que, desacreditada desde 1415, não voltaria a ser cunhada depois do decénio de 1450 a 1460, emitiu ainda o espadim, o meio espadim e o cotrim, e lavrou o ceitil em cobre. A abundância destas moedas deve-se ao facto da exploração da costa africana trazer entre as mercadorias o cobre e o latão.

A Guiné representava para a coroa uma fonte de lucro poderosíssima que D. Afonso V queria pessoalmente controlar. A mudança da Casa da Guiné –antiga feitoria de Arguim e depois Casa da Mina e Tratos da Guiné– de Lagos, onde se encontrava na alçada do infante D. Henrique, para Lisboa em 1463 prova a intenção da coroa de controlar directamente toda esta área da costa africana.

Depois da morte do infante, em 1460, D. Afonso V chama à coroa muitas das prerrogativas relativas à expansão que se encontravam controladas pelo infante. O senhorio do Atlântico não tem continuador, e a tarefa conduzida pela alçada particular passa a ser assumida pela coroa. D. Fernando, irmão do rei, como filho adoptivo de D. Henrique, sucede em algumas das suas tarefas e possessões, mas as actividades do Navegador estão agora repartidas entre D. Afonso V, o infante D. Fernando e outros particulares a quem o monarca vai concedendo privilégios pelo encontro de ilhas povoadas ou desertas. O interesse pela continuidade das navegações de reconhecimento da costa africana não esmorece.

A costa africana e a sua exploração já não é, como seria para os reinados anteriores, uma simples tarefa de descoberta. A exploração trazia o domínio

do território, o monopólio das navegações, do comércio e das pescas, e tudo era promovido pelo Papado no sentido de incentivar a continuidade da exploração ou como forma de premiar príncipes cristãos que o poderiam auxiliar em delicadas tarefas como a de reaver territórios cristãos. A continuidade da exploração colocava Portugal numa posição de prestígio dentro da Europa e, sobretudo, na península ibérica, frente aos nossos vizinhos e principais concorrentes nos mares e em África.

D. Fernando apenas receberá as ilhas dos Açores, Madeira e Cabo Verde, por doação de D. Afonso V datada de 3 de Dezembro de 1460. As posições marroquinas e as possessões portuguesas em África passam para o senhorio régio. D. Fernando, tentando prosseguir com o trabalho desempenhado pelo seu pai adoptivo, povoa as ilhas de Cabo Verde. O arquipélago detinha uma posição estratégica que constituía um excelente ponto de paragem e de protecção aos navios que voltavam da Guiné, mas o povoamento de Cabo Verde constituía também um entrave à concorrência castelhana que se fazia sentir por todo o Atlântico. Tentava D. Afonso V evitar um processo idêntico ao das Canárias.

As ilhas do arquipélago de Cabo Verde são fundamentais para esta costa, da mesma forma que os Açores e a Madeira o são para a costa mais a norte. Proceder à sua ocupação e colonização seria importante para o apoio de navios que cada vez mais percorriam os mares para sul, e para o desenvolvimento económico da região. Tratava-se também de assegurar a presença portuguesa na região da Guiné, amplamente cobiçada pela coroa castelhana.

A distância destas ilhas do território português causava problemas ao assentamento populacional. Tentando colmatar esta dificuldade, D. Afonso V concede em 1466 carta de privilégio aos moradores da ilha de Santiago, promovendo algumas facilidades nas operações comerciais na costa da Guiné, com ressalva para o trato de Arguim. Liberava de impostos os produtos que enviassem para Portugal, e o comércio do ouro, dos escravos, do marfim e da malagueta ficaria como monopólio da coroa. Ao privilegiar os moradores das ilhas de Cabo Verde, pretendia D. Afonso V incentivar o seu povoamento através da colonização portuguesa e cristã, tarefa muito mais difícil aqui que nas ilhas da Madeira ou dos Açores, pois Cabo Verde ficava em espaço ainda desconhecido, em território longínquo e com condições climatéricas e de solo completamente diferentes das portuguesas.

Para dar continuidade à exploração da costa africana, D. Afonso V contrata em 1469 o escudeiro Fernão Gomes. Em troca do monopólio de comércio,

Fernão Gomes responsabilizava-se pela descoberta anual, durante cinco anos, de cem léguas de costa para além da Serra Leoa, e a entregar a D. Afonso V uma renda anual de duzentos mil reais. O contrato, que se prolongou até 1473, excluía a feitoria de Arguim e a costa africana fronteira às ilhas de Cabo verde.

Este contrato demonstra que para D. Afonso V a exploração económica da costa africana é um dos factores fundamentais da continuidade da descoberta, pois descobrir cem léguas da costa africana não era tarefa fácil. Por outro lado a concessão do monopólio a Fernão Gomes demonstra que o interesse económico para a coroa foi colocado em plano secundário durante os cinco anos em que D. Afonso V necessitava de se afastar das lides do mar e entrar em força em Marrocos.

Como recompensa, Fernão Gomes foi armado cavaleiro em 1471, depois da conquista de Arzila. Recebeu armas onde estão figuradas três cabeças de negros com colares de ouro e tomou o nome de Fernão Gomes da Mina. Quatro anos mais tarde foi nomeado conselheiro do rei, representando um retrato digno da época, um exemplo do cavaleiro mercador surgido no século XV.

A nomeação de Fernão Gomes para o conselho do rei remete, uma vez mais, para o interesse despertado pela continuidade da expansão pela costa ocidental africana. Pretendia D. Afonso V que a navegação em direcção à costa africana decorresse da melhor forma e sem interrupção. Certamente que os avultados lucros provenientes dos lugares explorados em África e o monopólio de navegação se apresentassem como fundamentais na continuidade da exploração.

Este contrato celebrado entre D. Afonso V e Fernão Gomes pretendia aumentar a vigilância directa sobre a costa africana e a continuidade da exploração que só seria possível com a entrega de toda a rentabilidade, da mesma forma que a possuía anteriormente o infante D. Henrique. O contrato não contém as cláusulas senhoriais da concessão efectuada anos antes ao infante D. Henrique, e salvaguarda para a coroa o domínio que se concretiza na pouca periodicidade do contrato. A concessão do título de cavaleiro a Fernão Gomes aponta para um privilégio concedido pelos serviços prestados nas descobertas do golfo da Guiné e da Mina que foram de uma grande importância para a coroa, mas certamente também pelo facto de Fernão Gomes dirigir e gerir de forma exemplar a expansão nos mares para sul.

A exploração da costa africana era uma empresa difícil de suportar e exigia uma liderança efectiva, presente e vigilante. O perigo dos corsários e da constante ameaça castelhana transformam este empreendimento num negócio

extremamente caro e com desgaste constante de homens. D. Afonso V, arredado das lides do mar –tarefa sempre desempenhada da melhor forma pelo infante D. Henrique– estava muito mais atento a questões de cavalaria (o seu ideal de monarca) que o transportavam para a guerra em palco marroquino e castelhano e lhe permitiam obter mais consideração na Europa e junto do Papado. A sua imagem europeia de prestígio, que quase o levou a assumir o trono castelhano e que o levou a obter o monopólio das navegações e pescas a sul do Bojador, provém da imagem de último cruzado, imagem que este fazia questão em manter.

Entre 1468 e 1474 Fernão Gomes reconhece o golfo da Guiné, a Mina, as ilhas de Fernando Pó, São Tomé, Príncipe, Ano Bom, Axém e Benim. João de Santarém e Pêro de Escobar, por seu turno, exploram pela primeira vez em 1471 a zona da Mina e aqui iniciaram o comércio do ouro com a população local. O privilégio concedido em 1466 aos moradores de Santiago prejudicava Fernão Gomes, que solicita ao rei a sua revogação. D. Afonso V em 1472 limitou esta liberdade de comércio impondo que os privilégios concedidos só teriam aplicação para os produtos oriundos de Santiago. Entre os anos de 1471 e 1472 Fernando Pó, um dos navegadores contratados por Fernão Gomes, descobre a ilha que tem o seu nome e única habitada do arquipélago de São Tomé e Príncipe.

São de salientar as viagens de Pedro Escobar e João de Santarém, cavaleiros da casa real, à costa do Ouro e ao rio Níger em 1471. Na desembocadura do rio São João encontraram uma aldeia onde resgataram ouro. Deslocaram-se em seguida para uma aldeia que chamaram Aldeia das Duas Partes, onde mais tarde se construiu o castelo da Mina. Os relatos destas viagens e das riquezas nelas existentes atraem o corso e a pirataria castelhana ou outros comerciantes a esta zona. O Tratado de Alcáçovas, assinado em 1479, colocou um termo a esta concorrência.

O rio Níger é um excelente ponto de contacto com o interior africano, ligando as rotas de Tombuctu, Djenné, Meli e Gao, centros comerciais da maior importância económica. No seu curso inferior encontra-se Benim. Através das descrições de viajantes árabes conhecem-se estas rotas e o fluxo do ouro por estes locais. As zonas da Gâmbia, Níger e Serra Leoa são ricas numa das especiarias mais apreciadas, a malagueta, cujo primeiro carregamento chega cerca de 1454. A presença de especiarias vindas de Portugal nos mercados castelhanos, no entanto, é anterior, pois as cortes de Valhadolid de 1447 referem que do reino de Portugal provinham cera e especiarias.

As viagens de Fernão Gomes pela costa da malagueta e do ouro, tornam-se verdadeiramente lucrativas e muito cobiçadas. De tal forma que as cortes de 1472-1473 insurgem-se contra o monopólio concedido pela coroa ao mercador anos antes. Este monopólio concedido a Fernão Gomes abria portas ao contrabando em larga escala.

Paralelamente ao arrendamento concretizado para Fernão Gomes, são conhecidos outros arrendamentos que se supõem altamente lucrativos para a coroa e para o arrendatário. Em 1473, Lopo de Almeida arrenda a pesca do coral desde o cabo Espartel até o cabo Tajadarte pelo período de nove anos. Em 1475, já sob a alçada de D. João II, D. Afonso V arrenda o resgate desde o cabo Bojador até Pedra da Galé pelo período de cinco anos. Em 1474, o comércio do marfim está arrendado a António Fernandes Póvoas.

Os arrendamentos de tráfegos comerciais, de rendimentos alfandegários e de penas pecuniárias, entre outros, são comuns na Idade Média. Destinavam-se a criar um corpo de homens que, não sendo propriamente oficiais régios mas, sobretudo, homens de negócios, asseguravam um rendimento fixo para a coroa que seria garantido independentemente de o lucro desse ano suportar ou não as despesas, e que, bem conduzido, poderia também fornecer grandes lucros para o arrendatário. Por outro lado, defendia o objecto de contrabando, de pirataria ou corso, facilitando as tarefas régias de protecção e garantindo que estes se praticariam em menor escala. É evidente que os mesmos sistemas usados em Portugal vão ser conduzidos para terras de África.

Quando o contrato com Fernão Gomes terminou, D. Afonso V entregou a direcção do comércio a seu filho João, futuro D. João II. A partir de 1474, o infante D. João assume o papel antes desempenhado por seu tio-avô o infante D. Henrique. A entrega deste comando ao infante D. João, representa a importância que D. Afonso V reconhece na exploração da costa africana, além de constituir um bom exercício de gestão económica para o sucessor da coroa portuguesa. A exploração da costa africana vai reconhecer novo impulso, e o plano das Índias ganhará forma.

A acção militar de D. Afonso V sobre Castela tem repercussões na actividade marítima e abre novas questões na autoridade das expedições: volta-se à questão da legitimidade do domínio e do monopólio destas águas, em Castela tomam-se medidas no sentido de facilitar aos interessados as navegações no Atlântico Sul, e crescem as acções de pirataria que visam enfraquecer o inimigo.

Castela esperava uma oportunidade para manifestar o seu desacordo perante o monopólio obtido por Portugal sobre as navegações em África. Os reis Católicos, senhores de Castela e de Aragão, assumem a liderança da expansão castelhana por terras africanas e reivindicam direitos sobre a navegação em África.

Relativamente às Canárias decidiram os Reis Católicos, em 1477, conquistá-las e assim aumentar a capacidade para fazer face às ameaças sentidas por parte de Portugal. As ilhas visadas eram Gran Canaria, Tenerife e La Palma. Em simultâneo, uma armada portuguesa estava decidida a tomar a ilha de Gran Canaria. Esta dupla conquista prejudicou parcialmente a acção castelhana que acabou por sair bem sucedida no afastamento da armada portuguesa. As acções de conquista da Gran Canaria duraram de 1478 a 1484.

A política africana dos Reis Católicos dirigiu-se para a África Ocidental, localizada nas proximidades das Canárias. Aqui construiu Diego Garcia de Herrera a fortaleza de Santa Cruz de la Mar Pequeña como símbolo do seu domínio e que tentava ir ao encontro das rotas caravaneiras do ouro que atravessavam o deserto do Sara.

Por último, a política afro-atlântica dos Reis Católicos dirige-se para a Guiné. Como tal, em 1475 cedem licenças de navegação para a Guiné e para as terras a sul do Bojador. Henrique IV demasiado absorvido por outros interesses, que não passavam pelo domínio de África, cessou a política anteriormente desenvolvida por João II de concorrência com Portugal e de disputa pela posse dos mares e da terra no Atlântico. Com base no direito sobre África que reclamam, organizam diversas expedições, umas de conquista outras comerciais, à Guiné e ao rio do Ouro entre os anos de 1474 e 1479.

As expedições comerciais usavam produtos das Canárias, entre os quais as conchas que trocavam por ouro. O comércio com África foi centralizado na cidade de Sevilha e foi na sua totalidade monopolizado pela coroa. Os portos mais visitados eram os de Salé, Azamor, Safim, Cabo Guer, Messa e Aglú.

D. Afonso V sabia que a posição de Andaluzia face ao Algarve e ao Norte marroquino era estratégica, e que proporcionava a sua intromissão em todo o espaço atlântico, no qual Sevilha ocupava um lugar predominante. É neste sentido que se observa a colocação de feitores portugueses em terreno andaluz. A feitoria representava os interesses do rei de Portugal e assegurava as relações de comércio com Andaluzia. Através dela efectuavam-se, ainda, compras e vendas de todos os produtos portugueses. O feitor possuía uma carta do

rei na qual este o encarregava de receber e cobrar os direitos do rei resultantes das transacções comerciais. As boas relações entre Portugal e Andaluzia por intermédio da feitoria aí colocada mantiveram-se durante o reinado de Henrique IV, mas quando os Reis Católicos sobem ao poder, o estado de guerra com Portugal que se seguiu encerrou temporariamente esta actividade. Nos finais do século XV e no século XVI voltam a surgir notícias de feitores portugueses em Andaluzia.

Paralelamente à expansão pelo Atlântico, que anuncia a chegada do crescimento económico, alastra uma crise. As conquistas marroquinas, as viagens de exploração e a guerra com Castela absorvem homens e valores económicos de grande monta e, o contrário do esperado, a expansão não surte nestes anos os seus efeitos compensadores.

2.3. A CONQUISTA MARROQUINA

A imagem conhecida hoje de D. Afonso V, a imagem do africano, foi obtida pelo alto desempenho nas conquistas no norte de África. Após Alfarrobeira, o seu reinado iniciou um novo período marcado por uma política distinta, mais arrojada e voltada para Marrocos, o que lhe proporcionou o cognome de «o Africano» e a designação de «o último cruzado».

Rei cruzado e conquistador, imbuído de um espírito cavaleiresco, promoveu em prol da expansão do cristianismo e do alargamento do território correspondente ao Algarve conquistas que lhe permitiram igualar-se aos grandes reis do seu tempo. Continuador da política anteriormente adoptada por seu avô e por seu pai, encontrou no infante D. Henrique e na nobreza do seu tempo uma séria colaboração que lhe permitiu realizar o seu sonho. Para o concretizar precisava ainda do apoio do papa que garantia o direito da conquista e incentivava a luta através da concessão de privilégios e de indulgências.

A estratégia do infante D. Henrique passava não apenas pela expansão marítima, mas também pela conquista marroquina, ou seja, os seus interesses encontravam-se entre as actividades bélicas e o fito comercial. Como infante, filho de D. João I, e mestre da Ordem de Cristo, não poderia deixar de exercer a sua função de cavaleiro cruzado. Desde Ceuta que o seu interesse por Marrocos continuava activo. Certamente que para o Navegador a campanha marroquina pretendia, também, solidificar o apoio à navegação no Atlântico, diminuir

o perigo muçulmano na faixa marroquina junto ao Atlântico e aumentar os efectivos portugueses em África.

Apesar de alguns fazerem ouvir as suas vozes contra a força desta política de conquista sistemática de Marrocos, D. Afonso V não os ouviu e avançou sem temer as mortes, os perigos ou o dispêndio económico destas empresas. Acreditava plenamente que era possível conquistar o Magreb e continuar a tarefa de fundação do reino de «além-mar em África».

D. Afonso V não esquece Ceuta. Quando depois de Alfarrobeira assumiu o governo desta praça, até aí entregue ao infante D. Henrique, era sua intenção dominar na sua plenitude a conquista marroquina, e Ceuta continuava a ser o símbolo do poder cavaleiresco e da autoridade militar em Marrocos, além do bastião do domínio das terras ocupadas pelo infiel.

Para a manter aumentam os degredados e as cartas de perdão concedidas pelos serviços prestados em Ceuta. Para afastar o perigo de assalto dirige assiduamente embaixadas à Santa Sé munidas de excelentes embaixadores, que apelam, em nome da fé cristã, ao auxílio do Papado no empreendimento de luta contra o infiel a partir de Ceuta. Para efectivar o apoio do Papado, recorda os suplícios passados na sua manutenção, a fundação de igrejas e de mosteiros, a conversão dos infiéis, evoca a acção de seus antepassados na luta contra o muçulmano, traduzida e efectivada na conquista de Ceuta, e garante que o seu desejo é o de continuar a conquista das terras ocupadas pelo infiel. D. Afonso V convence, pela sua acção empreendedora e audaciosa, o Papado a fazer cedências. As sucessivas embaixadas obtiveram da cúria romana bulas que cediam direitos e privilégios que progressivamente foram colocando o reinado de D. Afonso V no centro das atenções da Europa.

Em 1442 o papa envia a bula *Et Si Cunctus* na qual declara tomar Ceuta sob sua protecção, proibindo que a cidade fosse atacada e cobiçada. Ainda em 1442 Eugénio IV envia uma bula papal *Illius Qui Se pro Divini*, datada de 19 de Dezembro, na qual o papa concede graças espirituais para quem participar na expedição do infante D. Henrique contra os infiéis.

No ano seguinte, uma bula de Eugénio IV designada de *Rex Romanum*, apela a todos os cristãos para que ajudem D. Afonso V a continuar a guerra em África contra os muçulmanos, concedendo indulgências para incentivar a participação nestas guerras.

Uma bula enviada a 18 de Junho de 1452 por Nicolau V, designada por *Divino Amore Communiti*, legitima o direito dos portugueses em África e autoriza a

promover a guerra contra os sarracenos, a invadir, a conquistar e a subjugar os domínios que ocuparem. A bula incentiva ainda o continuar da guerra contra os muçulmanos.

Pelos mesmos motivos, a bula *Dum in Nostre Mentis Archana*, enviada por Calisto III em 1456, atende aos inúmeros trabalhos passados em nome de Deus e da fé cristã. Calisto III afirma que nada pode recusar, pelo contrário deverá conceder o que lhe é pedido. Assim permite a D. Afonso V a prática de comércio com os sarracenos, sem incorrer em pena espiritual, nas mesmas condições que Eugénio IV concedera a D. Duarte.

A expansão castelhana pelo Atlântico e as sucessivas cavalgadas em território marroquino exerciam uma forte concorrência a Portugal. Henrique IV anunciava a conquista de Granada, avanço que ameaçava a presença portuguesa em Ceuta e a expansão pelo território marroquino.

Ceuta, baluarte da entrada no Mediterrâneo, marca das conquistas portuguesas em África, não podia ser abandonada, e, de facto, manteve-se até 1580, data em que passa para a alçada castelhana. Acumulavam-se os esforços para a manter, mas para garantir a sua manutenção era necessário muito mais que as indulgências, os degredados ou o auxílio do Papado. D. Afonso V conhecia as limitações de uma praça isolada em território marroquino. Reconhecia que não podia, de forma alguma, perder o seu controlo, pois a perda das praças conquistadas seria uma derrota para Portugal difícil de suportar. Por outro lado, as conquistas marroquinas concediam a D. Afonso V uma aproximação invejável ao Papado e, para garantir que não fraquejava, era necessário avançar, como já o tentara, sem sucesso, D. Duarte.

No reinado de D. Afonso V as condições políticas para avançar sobre Marrocos eram diferentes das encontradas no reinado de D. Duarte. A exploração da costa africana, se ainda não encontrara os reinos cristãos que poderiam auxiliar na conquista de Marrocos, pelo menos criara condições económicas que poderiam suportar novas conquistas e permitira conhecer melhor o interior africano para além das grandes praças. O Norte de África estava palmilhado para sul e para o interior, pelo que muitos dos segredos que guardava tinham já sido desvendados.

O intenso comércio realizado por Arguim, conhecido desde 1443, concede avultados lucros e abre uma curiosidade pelas terras localizadas nesta região, factores que incentivavam a conhecer o muçulmano, as suas ligações e estratégias.

Desde 1446 que D. Henrique demonstra um interesse crescente por Safim. O ouro e os escravos capturados na região eram trocados por têxteis provenientes da Argélia e da Tunísia, por trigo importado da Europa e por cavalos e utensílios diversos de latão, entre outros produtos. Em breve, Safim transformava-se num dos mais lucrativos portos da costa africana que consumia em grandes quantidades produtos trazidos por navios portugueses. Por este motivo D. Afonso V tentava por todos os meios impor-se nesta praça e em toda a área envolvente.

Em 1456 D. Afonso V envia uma embarcação a Safim com intuito de reconhecer a região, estando talvez na sua mente uma conquista do território. Provavelmente programou-se um ataque à região, ou assim se depreende pelo facto de D. Afonso V ter confiscado os bens a David Malom, judeu morador em Lagos, por ter avisado os muçulmanos da área de que os portugueses tencionavam atacar a cidade.

As boas relações de comércio que se faziam nestas paragens, entre os habitantes locais e os portugueses, permitiram a D. Afonso V evitar o emprego da força e aplicar estratégias de ordem diplomática para dominar a praça. Conseguiu-o a 28 de Agosto de 1481, ano em que Safim reconhece a suberania portuguesa.

Os navios que se dirigiam para as costas ocidentais africanas em direcção ao sul faziam escala em Safim e em Azamor, mas esta não permitiu granjear os lucrativos negócios que provinham da cidade vizinha. O porto de desembarque de mercadorias apresentava dificuldades na aportagem dos navios e a população que habitava na área constituía-se por gente mais dedicada a tarefas rurais, o que diminuía o poder de compra.

Por terras de Safim, Azamor, Meça e outras a sul do cabo Guer, vai-se desenvolvendo um comércio muitas vezes dominado por actividades ilícitas, que D. Afonso V não desconhecia e não impedia, mas, até, estimulava. As operações de contrabando eram rentáveis. Por terras marroquinas compravam-se os cereais e o ouro que supriam falhas em Portugal. Os rendimentos e os suprimentos de faltas no reino lucrariam da presença deste comércio pessoal e menos controlado que enriquecia alguns mas também enchia os mercados. Um mal necessário em épocas de menor produção e, sobretudo, de baixa colheita cerealífera. Por outro lado, os habitantes locais habituavam-se à presença de mercadores portugueses que por seu turno abasteciam os mercados locais de produtos portugueses e europeus.

A relevância de Marrocos não é apenas política. O infante D. Henrique conhecia bem a magnitude do continente africano e das terras a sul, ricas em ouro. A instalação da feitoria de Arguim em 1455, o comércio muçulmano com as costas do Algarve, com Andaluzia e com Granada, ou a viagem a Tombuctu, programada pelo infante D. Henrique, permitiram verificar a importância económica que poderia advir das conquistas em África. Em troca de cereais, panos brancos, bugigangas e colares, entre outras mercadorias, os muçulmanos traziam ouro.

O ano de 1453 representa a grande viragem para a conquista do Norte de África. Quatro anos após Alfarrobeira, D. Afonso V pode iniciar o seu processo mais desejado, o de penetrar em Marrocos e combater o muçulmano. Séculos de lutas, de ódios e de contactos que continham sempre uma semente de mal-estar movimentam D. Afonso V num percurso sem retorno.

Em 1453, Constantinopla (hoje Istambul) cai em mãos muçulmanas. De imediato Calisto III solicita auxílio militar para combater os invasores e reconquistar a cidade. Atendendo ao pedido do papa, D. Afonso V prepara uma armada em direcção ao oriente de forma a auxiliar a pedida libertação da cidade. Sob pretexto de atender ao pedido do papa de avançar sobre os turcos, D. Afonso V dará inicio à concretização da política marroquina.

A queda de Constantinopla é um acontecimento marcante para a Europa cristã, resultante do grande avanço otomano ocorrido entre os anos de 1451 e 1481, durante o reinado de Mahomet II, conhecido como «o Conquistador». O objectivo principal deste avanço era a conquista desta cidade que, apesar de bem fortificada, acabou por sucumbir nas mãos do imparável Conquistador. A localização estratégica de Constantinopla permitia estabelecer ligações comerciais entre o Oriente e o Ocidente das quais resultava a articulação de rotas de valiosos e lucrativos produtos. A expansão coloca o Império Otomano às portas das cidades italianas, principais intermediárias que utilizam estas rotas.

A expansão de Mahomet II pelas décadas de 1460 e 1470 optou não por atacar directamente os reinos cristãos, mas por afirmar alguns tratados de comércio com as cidades italianas, permitindo-lhes um acesso aos produtos do território turco.

O avanço do Conquistador em força para ocidente provocava inúmeros receios ao Papado e colocava em risco os reinos europeus mais orientais. Como solução o Papado empreende um apelo aos príncipes cristãos incentivando-os a participar e a empenharem-se na cruzada contra os turcos.

A atitude portuguesa de guerra contra o muçulmano e a atitude empreendida por D. Afonso V que, desde o início do seu governo, se empenha pessoalmente nas conquistas marroquinas, encontraram neste apelo do papa uma boa oportunidade para avançar. D. Afonso V de imediato se disponibiliza para participar na guerra contra os turcos. A prontidão e o avanço do monarca sensibilizam o Papado que reconhece a importância do trabalho português em território não cristão. A continuarem as pretensões do monarca português em Marrocos, Portugal seria um excelente aliado da Santa Sé, criando as condições necessárias para a expansão sem limites da fé cristã e do domínio da cúria romana, conduzindo novas frentes de ataques aos muçulmanos em terras marroquinas e continuando pela retaguarda as explorações da costa africana.

A queda de Constantinopla abre uma intensa acção diplomática. Em 1456, Calisto III envia como seu legado Álvaro Afonso, bispo de Silves, com o objectivo de concretizar em Portugal a reunião de homens e de dinheiro necessários para a guerra contra os turcos. Por seu turno D. Afonso V envia a Roma João Fernandes da Silveira a confirmar a sua participação na cruzada. O embaixador enviado por D. Afonso V teria também de contactar Florença, Génova e Veneza a quem pediria auxílio para este evento. Envia Martim Mendes Berredo, fidalgo de sua casa, à corte de seu tio, em Nápoles, a solicitar ajuda no abastecimento da armada quando esta se deslocasse de Lisboa e entrasse no Mediterrâneo. Pedia também que na Sicília e em Pulha lhe dessem dinheiro, vitualhas e mantimentos para suportar alguns gastos da viagem.

Estas embaixadas nada conseguiram. Afonso V de Aragão responde que outros negócios o ocupam e impossibilitam-no de participar de alguma forma nesta cruzada contra os turcos. Informa ainda que tinha prometido ao papa auxílio com 20 navios, muitos dos quais se encontravam já no Oriente. Nada poderia fazer quanto ao auxílio a D. Afonso V.

As cidades italianas visitadas por João da Silveira também respondem negativamente ao rei português. Veneza refere que só participará no caso de os príncipes europeus participem também com um grande exército terrestre, caso contrário sente que a sua participação será inútil. Quanto ao pedido de abastecimento de mantimentos diz que fará os possíveis para oferecer, embora não com toda a certeza porque a baixa colheita de anos anteriores certamente não o permitiria.

A resposta de Génova foi, como as outras, muito diplomática. Louva as intenções de D. Afonso V em combater os turcos e enaltece o empenho portu-

guês na luta contra o infiel. Apesar do grande desgaste com a longa viagem que terá de efectuar –já que, como referem os homens do governo de Génova, Portugal está localizado no extremo da Europa, o que lhe dificulta esta acção– e dos trabalhos que terá em defender a Cesareia, situada no litoral da Mauritânia e cercada de povos infiéis, D. Afonso V tenciona avançar. A empresa era de facto muito difícil, mas nada a que já não estivessem os portugueses habituados desde o primeiro momento de aventura no Atlântico. Os governantes de Génova fazem algumas considerações sobre Mahomed caracterizando-o como «cruel e ávido de sangue» e homem que odiava os cristãos com todas as suas forças. Lamentam não dar apoio mas a situação é-lhes muito desfavorável porque se encontram desgastados de guerras anteriores, incluindo algumas com os turcos.

A resposta de Florença também não foi positiva: diz ter contactado o Papado a oferecer ajuda e não poderá prestar mais do que o auxílio prometido a este.

Não restava dúvida a D. Afonso V. Por mais esforços que os seus elementos diplomáticos efectuassem, não encontraria ajuda para esta cruzada. Existia por parte das cidades e dos povos do Mediterrâneo um temor relativo à pessoa de Mahomet II e ao seu avanço desmedido, e um desgaste que se acentuava com a proximidade do perigo. A morte de Calisto III colocaria de parte a realização desta cruzada. O principal mentor dela desaparecera e com ele o empenho dos reinos cristãos em participar.

Em Portugal a desilusão não iria singrar, pois uma grande mudança ocorreu na estratégia de D. Afonso V. Uma vez que estavam reunidas as condições para avançar no conflito contra o muçulmano, a solução para contentar as mentes, que já se perturbavam com o facto de nada se concretizar contra o infiel, seria programar um ataque ao Norte de África. A guerra contra os muçulmanos era válida onde quer que ocorresse e independentemente das circunstâncias.

O avanço sobre o Norte de África estava mais de acordo com o plano português de guerra ao infiel. Avançar sobre África permitia dar continuidade à política de D. João I e seria muito mais rentável a Portugal pois teria um efeito prático imediato. Pensou-se no assalto a Tânger, a porta do estreito, um dos maiores centros comerciais do Magreb e uma guerra antiga. Com esta conquista pretendia D. Afonso V obter um apoio a Ceuta e proceder à recolha dos restos mortais de D. Fernando, mas pretendia sobretudo alcançar um feito não conseguido por seu pai anos antes. Este feito garantia-lhe a glória.

O desejo de D. Afonso V em proceder à conquista de Tânger não foi superior às vozes dos seus conselheiros. O monarca ouviu-os e cedeu. O avanço iria ocorrer não sobre Tânger mas sobre Alcácer Ceguer.

Cidade de corsários e de ricos mercadores localizada nas proximidades de Ceuta, Alcácer Ceguer é o posto mais avançado do estreito de Gibraltar. Conhecedores do terreno previam a conquista de muito mais fácil assalto. A posse desta cidade assegurava a continuidade da conquista no Magreb e criava condições de sustentabilidade a Ceuta. Sentinela do estreito, poderia oferecer guarda à presença de corsários que navegavam por estas águas como predadores à espera das suas presas.

O estreito, espaço cobiçado não só por corsários muçulmanos mas também por italianos, aragoneses, castelhanos e muitos outros que por aqui se aventuravam, é um espaço difícil onde a morte pode espreitar a qualquer momento. Ceuta, promontório português avançado em Marrocos, é, por sua vez, um espaço infernal onde o degredo e o sonho do cavaleiro se misturam para a suster. De facto só havia duas opções, e D. Afonso V conhecia-as bem: abandonar Ceuta em breve ou conquistar as praças marroquinas numa atitude mais alargada.

Em 1457 D. Afonso V envia uma embaixada a Aragão e a Nápoles para obter informações sobre Marrocos e requerer auxílio. A experiência de seu tio Afonso de Aragão e o conhecimento que possuía sobre o muçulmano poderia engrandecer o conhecimento português já adquirido através de Ceuta e da exploração de África que penetrava pelo Sul de Marrocos.

A 30 de Setembro de 1458 parte uma armada da foz do Sado, na qual participavam D. Henrique, o infante D. Fernando, o marquês de Vila Viçosa e seus filhos D. Fernando e D. João, Álvaro de Castro e Pêro Vaz de Melo, entre outros grandes nomes da nobreza portuguesa.

O infante D. Henrique e os seus homens juntaram-se a esta armada em Sagres, assim como o conde de Odemira que veio de Ceuta para ingressar nesta hoste. Em Lagos, a armada espera as frotas vindas do Porto e do Mondego, e daqui parte para Marrocos. Na passagem por Tânger, descreve Rui de Pina que o rei desejou aportar e tomar a cidade, mas foi bem aconselhado a não o fazer. Tânger era mais que uma simples praça marroquina, era uma questão de honra para D. Afonso V. As marcas do desastre de Tânger e a prisão e morte de D. Fernando, eternamente ligadas à postura de seu pai enquanto rei, ainda não tinham sido saradas.

A expedição continua de Tânger para Alcácer Ceguer. A armada foi comandada directamente pelo rei que participou pessoalmente na tomada da praça. Rui de Pina salienta a participação do monarca, dos infantes e do infante D. Henrique, experiente nestes assuntos, que conta com sessenta e três anos, e cujo desempenhamento, apesar da idade, foi brilhante. Depois de alguns dias de conflito, a cidade rende-se. A partir deste momento D. Afonso V une a menção desta conquista ao título régio que usa: «rei de Portugal e do Algarve, senhor de Ceuta e de Alcácer em África».

Sentindo a morte próxima, o infante D. Henrique, pede ao rei que o deixe permanecer em Ceuta onde pensa morrer a lutar contra os muçulmanos. O infante voltava às origens, a 1415 e a Ceuta, onde junto com seu pai e irmãos viram a praça render-se às armas portuguesas. Ceuta recordava uma vida de aventura onde a luta contra o infiel e o espírito de cruzada o animavam e lhe davam a vida como homem medieval medido pelos actos de cavalaria e de cruzada, sentimentos que circulavam entre a nobreza do seu tempo e moviam os homens numa luta sem paralelo. Apesar do enorme interesse pela descoberta no Atlântico e pela satisfação pessoal que esta lhe proporcionava, era a guerra contra o infiel que o movia, e que movia D. Afonso V. Efectivamente morreu dois anos depois, mas não obteve do rei autorização para mudar-se para Ceuta. Para D. Afonso V a tarefa que o infante iniciara anos antes ainda não estava terminada, pois África ainda não era conhecida na sua totalidade.

Alcácer Ceguer, agora tomada, necessitava, como Ceuta, de uma milícia constante que suportasse os contínuos assaltos muçulmanos. A pedido do monarca, o papa envia uma bula datada de 1459, na qual concede, pela participação dos cristãos na conquista de Alcácer, a absolvição de crime de homicídio, excomunhões, interditos e outras sentenças a todos os clérigos que participaram na conquista de 1458. E, para o futuro próximo, concede a todos os cristãos que pegarem em armas para defesa da cidade a possibilidade de usufruir das indulgências, remissões de pecados e das mesmas graças concedidas por Martinho V, Eugénio IV, Nicolau V e Calisto III aos defensores da cidade de Ceuta.

Para manter a cidade sob alçada da autoridade portuguesa, facto que foi conseguido até 1550, D. Afonso V preocupa-se intensamente com a sua defesa. Desta forma, logo após a sua conquista, D. Afonso V manda construir uma couraça que a protegesse do desembarque de homens e de suprimentos. Estas muralhas sofreram alguns reforços de épocas posteriores. Na muralha ainda hoje é visível a data da construção de D. Afonso V. O sultão de Fez tentou por duas vezes recuperar a praça sem êxito graças à intervenção de Duarte de Meneses, filho de Pedro de Meneses –primeiro governador de Ceuta–, nomeado por D. Afonso V capitão e fronteiro em Alcácer, título que defendeu com grande presteza.

A mesquita foi transformada em igreja, que tomou o nome de Santa Maria da Misericórdia, cujo padroado foi cedido à Ordem de Cristo. O infante D. Henrique esteve presente, e pessoalmente tomou a igreja em nome da referida ordem. D. Afonso V nomeia Álvaro Fernandes, escudeiro de D. Henrique, vedor das obras da cidade, inquiridor e contador dos feitos cíveis e crimes. Outros homens da casa do infante D. Henrique foram também agraciados com cargos na administração local.

Em 1460 projecta-se nova expedição a Marrocos que, todavia, só se concretizará três anos mais tarde, no ano da morte do infante D. Henrique, líder experiente nestas andanças, cuja falta será sentida. Ocupará o seu lugar D. Fernando, irmão de D. Afonso V e filho adoptivo do infante.

Em 1461 o mestrado da Ordem de Cristo é entregue a D. Afonso V. Pela sua dedicação para com o papa e para com a Igreja e pelas suas valorosas acções que o sobressaem de entre os outros príncipes cristãos, o papa concede a D. Afonso V o direito de usufruir das rendas da ordem para a continuidade do conflito contra o infiel. Conhecia o papa as grandes despesas que D. Afonso V tinha de suportar para conservar e defender as praças de Ceuta e de Alcácer Ceguer das constantes investidas muçulmanas, e sabia também que as necessidades de aparelhar navios e exércitos para continuar a aumentar a fé católica nas terras vizinhas dos sarracenos eram extremamente dispendiosas. Com a entrega do mestrado de Cristo, essas despesas seriam mais fáceis de suportar.

Em 1463 D. Afonso V reuniu uma nova armada em direcção a Tânger, um desejo de conquista antigo. Como base da conquista de Tânger foi utilizada Alcácer Ceguer. Várias tentativas foram feitas no sentido de conquistar esta praça, mas as tentativas não alcançaram a vitória tão desejada por D. Afonso V, a sua coroa de glória.

Em 1464 D. Afonso V envolve-se pessoalmente numa cavalgada pela área de Tânger, mas o desejo de conquista custaria mais uma vida, desta vez a Duarte de Meneses na serra de Benacofu. O capitão de Alcácer Ceguer, ao proteger a retirada de D. Afonso V, cai em mãos muçulmanas, feito heróico que D. Afonso V não deixará de relevar. Nova tentativa voltava a sair lograda, e a cidade, bem protegida e bem fortificada, resistia aos ataques portugueses.

Esta árdua política de conquista sistemática de Marrocos defendida por D. Afonso V só se justifica pela estratégia senhorial que desenvolveu durante o seu reinado e pela certeza de que só conquistariam os mercados se a conquista do território fosse global, corrente em que o ideal de cavalaria e de cruzada se misturam para concretizar o domínio territorial. O económico teria inicialmente, neste processo, uma relevância secundária, já que os saques, limitados a gado bovino e ovino, não justificavam o continuar das conquistas. A posse destas praças, pelo contrário, comportava inúmeras despesas e desgaste, mas o seu domínio também não trazia grandes benefícios mercantis. Estas praças, de confluência de rotas comerciais enquanto se encontravam em mãos muçulmanas, perdiam essa característica em domínio cristão. As rotas eram desviadas, e os produtos de luxo, os grandes cobiçados, deixavam de abastecer estes mercados. Para controlar as rotas e chegar à origem dos produtos era necessário avançar por todos os meios e formas.

Um dos objectivos principais desta conquista das praças marroquinas seria o de controlar o estreito de Gibraltar. A segurança do comércio no Mediterrâneo e na costa atlântica passava pelo afastamento dos muçulmanos desta área. Combatendo a pirataria sarracena, que fazia destas praças o seu ponto de partida, afiançava-se a segurança das costas do Algarve e da navegação por estas águas. Preparava-se, por seu turno, a substituição das bases do corso muçulmano por bases de corso português. Assim, estas conquistas assumem-se, também, como uma luta de controlo do estreito e da costa marroquina, por onde passavam as rotas da navegação para sul. O corso muçulmano diminuiu consideravelmente e foi substituído por postos de vigia que observavam os movimentos da passagem de navios.

A partir dos anos sessenta de quatrocentos as relações entre Portugal e Castela solidificaram-se. A paz com Castela permitia a D. Afonso V continuar livremente as suas conquistas. O monarca dedica-se em pleno à conquista do território marroquino e à exploração da costa de África.

A política marroquina conquistava a nobreza e satisfazia os ideais de cavalaria e de conquista do território. A exploração da costa africana em direcção ao sul contentava os que se dedicavam com mais afinco ao comércio, entre eles os mercadores e as elites urbanas e concelhias. Ambas as estratégias, conquista e exploração, eram respeitadas e queridas pelo clero que procurava novas terras e mais homens para evangelizar.

O lento processo de embarque e desembarque e o avanço gradual e demorado em direcção ao sul numa costa inóspita, povoada de indígenas com pouco

interesse militar que permitissem mostrar os valores da cavalaria, não interessavam directamente o monarca. Este empenhava-se em estratégias político-militares de relevo, e, quanto mais difíceis de alcançar, maior o desejo de mostrar braveza. Para o Papado e para a Europa os feitos do rei português em terras africanas corriam na qualidade de feitos heróicos. Por tudo isto D. Afonso V concentra a sua atenção no Magreb e, sobretudo, não esquece Tânger, porque a sua conquista é já um motivo de honra.

Em 1469 D. Fernando parte para Anafé, hoje Casa Blanca. A terra foi saqueada e as muralhas arrasadas. A correria liderada pelo infante D. Fernando destruiu a praça completamente em 1469. A finalidade destas cavalgadas continua a ser a mesma: dizimar o inimigo e apoderar-se dos seus bens. Os portugueses também o faziam, sobretudo partindo de Ceuta, onde o capitão e regedor da praça tinha a seu cargo realizar cavalgadas e efectuar actividades de corso no mar. Em 1472, D. Afonso V doa a praça de Anafé a seu sobrinho, D. João, duque de Viseu e de Beja e senhor da Covilhã e de Moura.

Logo após a conquista de Anafé, D. Afonso V prepara-se para empreender de novo a grande empresa de Tânger. Mais conhecedor das dificuldades que o esperavam, preparou com grande cautela este novo avanço, realizando um extenso trabalho de reconhecimento local efectuado por diversos enviados, entre eles o mercador catalão Mossem Rafael Vivas, que pelo trabalho realizado recebeu várias mercês do monarca. Este catalão foi em Lisboa o primeiro banqueiro de que há conhecimento.

Beneficiou D. Afonso V de alguma sorte, pois, por volta de 1465, Marrocos entra em crise política que se acentua com a anarquia instalada depois da morte do último sultão da dinastia Merínida, Abd al-Haqq, assassinado em Fez nesse mesmo ano.

Em 1471 avança, D. Afonso V para a conquista de Arzila e Tânger. Vicente Simões e Pêro Alcáçova fizeram um primeiro reconhecimento de Arzila e de toda a sua área envolvente e verificaram que a conquista desta praça não traria grandes dificuldades. Razões económicas foram também fundamentais para a escolha da conquista destas praças, além das já conhecidas razões pessoais que moviam D. Afonso V. Um sonho difícil de alcançar, pois seriam precisos trinta e quatro anos para o concretizar.

D. Afonso V tencionava avançar mais uma vez sobre Tânger, mas mais uma vez cedendo à opinião dos seus conselheiros, entendeu que o caminho mais fácil seria a conquista de Arzila. O domínio desta praça seria importante para

auxiliar o avanço sobre Tânger. Localizada na costa atlântica de Marrocos, a sul de Tânger, numa região agrícola por excelência, não possuía porto seguro, o que prejudicou o desembarque dos portugueses e custou a vida a cerca de 200 pessoas, entre elas os condes de Marialva e de Monsanto. Como em qualquer outra praça marroquina, depois da sua tomada, é mandado construir uma cintura de muralhas que defendesse a praça de ataques do exterior e que proporcionasse o seu povoamento e comércio. Esta praça manteve-se na posse de Portugal até 1661.

O senhor da cidade, Mulei Xeque, sitiava Fez e fazia algumas intervenções militares no sentido de conseguir alcançar o título de sultão, fundando assim uma nova dinastia. Quando foi informado do ataque português à cidade ainda reuniu forças para a reconquistar, mas em vão: a cidade estava tomada por D. Afonso V. A população pouco resistiu e, cedendo ao cerco colocado pelo rei português, abandonou a cidade. A mão de Deus ou de são Vicente teriam interferido na conquista. O abandono da praça pela população indefesa depois de árduos trabalhos na conquista da praça parecia inacreditável, providência divina. Arzila, situada a cerca de uma centena de quilómetros de Tânger, permanece em poder de portugueses até 1550.

D. Afonso V, experimentado em acordos internacionais, acordou tréguas com Mulei Xeque, futuro sultão de Fez, tentando a via pacífica e o estabelecimento de um pacto que lhe permitia aumentar a influência portuguesa em Marrocos. Mulei Xeque, senhor de Arzila, negociou por vinte anos a paz com D. Afonso V, e as boas relações que se iniciaram com o monarca português permitiram ao filho do Senhor de Arzila, Maomé, permanecer vários anos em Portugal. De volta a Marrocos foi sultão de Marrocos, conhecido para a história como «o Português».

Pelo acordo estabelecido entre Mulei Xeque e D. Afonso V, o monarca português recebia as terras que correspondiam ao termo das quatro praças conquistadas pelos portugueses, com as quais Portugal detinha neste momento uma boa parte do território marroquino. O acordo foi respeitado por ambas as partes, seguindo-se momentos de paz em Marrocos.

Tânger, localizada entre Alcácer Ceguer e Arzila, era agora presa fácil. Os habitantes desta cidade, para evitarem o massacre que os esperava, abandonaram a cidade antes da chegada da hoste portuguesa.

Nesta expedição participaram o próprio monarca e o príncipe herdeiro, D. João, com apenas dezasseis anos. Perante a saída do monarca e do príncipe herdeiro, o reino fica entregue ao duque de Bragança e a regência a D. Joana, filha do rei.

Finalmente o feito mais desejado alcançou-se, e a tomada da cidade foi efectuada com segurança. Após a conquista, na mesquita transformada em igreja, o príncipe D. João foi armado cavaleiro.

A fragilidade da defesa das praças conquistadas obrigou a D. Afonso V a promover alguns reforços para melhor as prover de elementos defensivos. Em 1473 nomeia Rodrigo Anes mestre das obras em África, ficando a seu cargo as fortificações de Ceuta, Arzila, Tânger e Alcácer Ceguer, obras monumentais que ainda hoje podem ser apreciadas em Marrocos.

Após a conquista de Arzila e Tânger funda-se a povoação de Xexuão, que, localizada a sul de Tetuão, no interior africano e longe do mar, é um excelente posto militar avançado que conduz ao interior.

D. Afonso V avança agora sobre Larache, mais uma presa fácil, já que, desde a conquista de Ceuta, sofria inúmeras cavalgadas que a dizimavam, e afastavam a população que a habitava. Localizada a sul de Tânger e de Arzila, na foz do rio Luco, possuía uma excelente posição estratégica de apoio à costa Atlântica e de avanço através do rio para o interior africano. Em 1473, D. Afonso V doa a cidade a D. Fernando, duque de Guimarães.

O mesmo destino teve Tetuão. Pouco povoada, passa com facilidade para o domínio português. Larache e Tetuão eram pontos importantes de onde partia a pirataria muçulmana que assolava as praças marroquinas tomadas por portugueses. Tetuão, localizada nas margens do rio Martin, muito próxima de Ceuta, permaneceu desocupada, apesar dos esforços de D. Afonso V de a povoar, como atesta a doação em 1476 realizada a Álvaro Teixeira.

O número de conquistas em África permitira a D. Afonso V a denominação de «rei de Portugal e dos Algarves d'aquém e d'além-mar em África». A sua imagem estaria para sempre ligada à empresa marroquina.

O período do reinado de D. Afonso V, balizado pela conquista de Arzila (1471) e o Tratado de Alcáçovas-Toledo (1479), está marcado por uma depressão económica difícil de contornar. Manter as praças marroquinas era uma empresa difícil de amparar, e os anos de 1472 e 1473 manifestam um agravar das questões económicas e sociais que vão lançar o reino em anos de evidente regressão, pois os preços e os salários não acompanhavam as desvalorizações monetárias.

O relato da gravidade da situação de crise económica dispõe-se nas cortes de 1472-1473. Durante os períodos de guerra a situação da agricultura agra-

vava-se. Após as conquistas de Arzila e Tânger a situação do recrutamento deixava marcas profundas e adiantava novas calamidades. Muitos agricultores tinham sido recrutados apressadamente deixando assim vazios nas terras de produção. Além dos já conhecidos pedidos de protecção aos lavradores perante os abusos dos mais poderosos, estas cortes mostram a existência de deficiências colocadas ao nível das sesmarias. Os sesmeiros eram nomeados pelo monarca e não pelos concelhos, e a prática da entrega de terras em sesmaria era abusiva, desrespeitando os proprietários e os direitos concelhios. Com frequência estas terras eram apropriadas por senhores e mosteiros.

Os anos que se seguem à conquista de Arzila e Tânger estão, ainda, marcados por um descontentamento relativo à actuação política de D. Afonso V e dos comportamentos de desgaste promovidos pela nobreza sua protegida. O alastrar da crise económica e uma série de medidas tomadas pela monarquia, que visavam a manutenção da guerra crescente a partir de 1474, movimentam a população em direcção às cortes munida de inúmeros agravos contra o monarca e a sua acção política.

Por sua vez, a nobreza, desejosa de acção e de conflitos armados, habituada à guerra em Marrocos, vai manter um comportamento de conflito activo no qual o próprio monarca se integrava.

Para tentar solucionar algumas questões económicas internas, D. Afonso V procura uma estabilidade monetária que não foi conseguida na sua totalidade, sobretudo porque a prata continuava a escassear, a passar clandestinamente para Castela ou a ser entesourada. Enquanto que o ouro da Mina veio preencher algumas lacunas na cunhagem de moeda de ouro e permitiu a saída de moeda que reflectiu alguma importância na economia do seu tempo, a escassez da prata permitia a abundância de moedas em bolhão e cobre que satisfaziam as transacções internas. O baixo valor das moedas em circulação no reino elucida sobre o estado de dificuldade económica em que se vive.

A moeda de ouro tinha apenas visibilidade para o exterior. Neste metal D. Afonso V cunhou o escudo, uma das moedas que se valorizou durante o seu reinado. Segundo os dados indicados por Maria José Ferro Tavares, em 1451 um escudo estava cotado por 140 reais brancos e no final do reinado de D. Afonso V rondava os 260 reais brancos. O cruzado cunhado em 1457, face ao aumento da chegada do ouro da Mina aos mercados portugueses, desempenhou papel importante no comércio a longa distância. D. Afonso V pretendia colocar no mercado internacional uma moeda de valor que obtivesse a credibilidade no mercado. Cunhou ainda moedas de ouro e de prata destinadas a subsidiar as despesas de guerra com Castela no final do seu reinado, e a efectuar pagamentos de serviços. Proibida a circulação pelos Reis Católicos, esta moeda era entesourada ou fundida deixando falhas no erário régio de D. Afonso V.

Uma outra questão paralela à conquista em Marrocos surge em volta da sucessão do trono de Castela que ocorre com a morte de Henrique IV em 1474. D. Afonso V, brioso nas suas conquistas, não vai desaproveitar este momento que o pode colocar numa posição mais favorecida dentro da Europa. A ascensão ao trono de Leão e Castela abria portas para o Mediterrâneo e concretizava sem oposição a política de *mare clausum*.

2.4. A EUROPA NA POLÍTICA AFONSINA

Quando D. Afonso V sobe ao trono, a política externa portuguesa orientava-se já em diversos vectores que visavam o alargamento das boas relações com os reinos europeus. Estava na mira da diplomacia externa uma acção localizada no Norte da Europa, com destaque para a Inglaterra, Flandres e o ducado da Borgonha.

Na península ibérica as atenções seguiam sobretudo para Aragão. A acção desempenhada pelos infantes de Aragão, a orientação da política aragonesa centralizada no Mediterrâneo e as guerras constantes que implicavam alguma animosidade entre Portugal e Castela vão desencadear, no final do século XIV e no início do século XV, uma política de afastamento face a Castela e uma abertura à política aragonesa.

A viagem empreendida por D. Pedro entre os anos de 1425 e 1428 foi significativa para o alargamento da área de acção portuguesa. A fama das suas viagens pelas «sete partidas» foi grande na Europa de então e recordada por longo tempo. Durante os três anos em que empreendeu a viagem, D. Pedro, visitou a Inglaterra, Flandres, Alemanha, Hungria, Roménia, Veneza, Florença, Roma, Aragão e Castela, onde laços de amizade se perpetuaram.

Contaria o infante à Europa do seu tempo as façanhas dos portugueses na luta contra o infiel e o interesse pelas novas descobertas na costa atlântica que levariam Portugal à fama e à fortuna.

D. Afonso V tentou ir mais longe que os seus antecessores. Na península ibérica, tentou relacionar-se da melhor forma com o partido castelhano e com

o partido aragonês, de início opositores e depois unidos e reforçados. Para Portugal e para as suas tarefas expansionistas, a paz com Castela era importante, mas não menos o era a relação com Afonso de Aragão, o grande elo de ligação de Portugal à Europa e ao Mediterrâneo. D. Afonso V comungava de muitos dos interesses e das formas de actuar de seu tio, o Magnânimo. Não menos importante seria o casamento com a herdeira do trono de Castela, que lhe garantia uma posição de relevo inigualável na história. Através de Castela, D. Afonso V, saía reforçado para dominar o mundo desconhecido e para se afirmar no mundo conhecido.

Pela Europa, o monarca orienta a sua acção diplomática para o Papado, o Império Alemão, o ducado da Borgonha, França, Castela, Aragão, Navarra, Catalunha, Sicília, Nápoles e outras cidades italianas, para as cidades da Hansa e Inglaterra. Através das minutas das cartas emanadas para o exterior, reproduzidas no *Livro Vermelho de D. Afonso V*, é possível identificar os destinatários da política nacional. Além dos já citados anunciam-se a Hungria, Dinamarca, Polónia, Chipre, Escócia, os ducados da Bretanha, Milão, Sabóia, Baviera, Veneza, o condado de Armagnac, o marquesado de Ferrara, os reis muçulmanos, o grã-mestre da Ordem do Hospital de Jerusalém de Rodes e muitos outros particulares entre o alto clero e a grande nobreza europeia. A acção diplomática externa passa as fronteiras europeias e alarga-se pelas conquistas e descobertas em África, um plano arrojado que tomou proporções inesperadas.

Portugal tornou-se conhecido através dos seus embaixadores, dos casamentos patrocinados pelo monarca, das notícias das viagens, dos produtos vendidos nos mercados, da moeda –com especial relevo para o cruzado– e da guerra contra o infiel. Tornou-se também desejado pelos mercadores estrangeiros que se movimentavam no âmbito internacional e que esperavam novos mercados, novos produtos, o lucro e a aventura. Perante tal atitude, D. Afonso V promoveu a residência de mercadores estrangeiros nas grandes cidades portuárias portuguesas, que em breve se internacionalizaram, e concedeu-lhes inúmeros privilégios que desagradaram aos mercadores nacionais, abrindo alguns processos conflituosos. A partir de 1452, os privilégios e os contactos comerciais com os diversos reinos europeus multiplicam-se iniciando o seu percurso em prol da integração de Portugal na Europa.

D. Afonso V interessou-se por alargar as relações de parentesco que facilitavam a acção diplomática e favoreciam, sempre que possível, a política externa,

Borgonha

A afinidade proporcionada por D. Isabel, duquesa da Borgonha, tia de D. Afonso V, promoveu as relações entre o ducado da Borgonha e Portugal. A ida de D. Isabel de Portugal para a Borgonha permitiu um aumento das relações bilaterais e fomentou a aproximação à Flandres. Ela é uma das figuras responsáveis pela evolução cultural no ducado borgonhês. Filha de D. João I e de D. Filipa de Lencastre, não se afastava da regra e, como os seus irmãos, era uma grande interessada pelas letras e pela cultura, que dinamizou pessoalmente. A título de exemplo, pode ser citada uma ou outra atitude reveladora que permitiu manter um relacionamento activo em termos culturais: D. Isabel, esposa de D. Afonso V, possuía uma obra de Christine de Pisan provavelmente traduzida pela tia; em 1445, D. Isabel enviava objectos de arte que tinham como destino o mosteiro da Batalha; entre 1448 e 1473 participou nas obras da Batalha um pintor proveniente da Borgonha, de nome Guillaume, também conhecido por Guilhelme; introduziu na casa da Borgonha alguns costumes da corte de Lisboa, e foi mecenas de bibliotecas, músicos, escritores e pintores.

A morte de D. Pedro e o contexto em que ocorreu provocaram algumas questões externas que poderiam prejudicar o bom relacionamento de D. Afonso V com o ducado da Borgonha, e que se encarregaram de revelar a atitude menos louvável de D. Afonso V para com D. Pedro após Alfarrobeira. Questões que mereceram a intervenção do Papado e que circularam da pior forma entre os príncipes europeus.

A trágica morte de D. Pedro em Alfarrobeira e, sobretudo, o tratamento recebido depois da morte, ao permanecer em campo de batalha à mercê de abutres, e a sua sepultura indigna em Alverca correm a Europa. D. Afonso V tentou minimizar os efeitos da sua conduta e escreve uma carta a Filipe o Bom e a Isabel de Borgonha informando-os do sucedido e da traição de D. Pedro. A duquesa da Borgonha, emocionada com o sucedido, e contestando a acção de D. Afonso V, envia uma embaixada a Portugal dirigida pelo deão de Vergy no sentido de obter do monarca a libertação dos filhos de D. Pedro e de lhes serem devolvidos os bens confiscados. Pedia ainda a embaixada um enterramento digno para D. Pedro. Esta embaixada foi recebida em Évora em Dezembro de 1449 e em Janeiro de 1450. D. Afonso V permite a passagem dos filhos de D. Pedro, D. Jaime, D. João e D. Beatriz, para a Flandres, para a alçada de sua tia, Isabel da Borgonha. D. Pedro, o condestável de Portugal, recorre à corte

castelhana e à protecção de João II e de Álvaro de Luna fiéis aliados de seu pai. A amizade e o auxílio prestados por D. Pedro e os possíveis serviços que o filho poderá prestar a Castela estão na origem do seu acolhimento pela corte castelhana e da doação da cidade de Badajoz, que recebe das mãos de João II a 31 de Março de 1453.

Atempadamente, o monarca resolveu a questão, não com o pretexto de calar a opinião internacional, mas de satisfazer um desejo de D. Isabel sua esposa e filha de D. Pedro. Perante os insistentes pedidos de D. Isabel, D. Afonso V cede no momento do nascimento do príncipe herdeiro. Em 1452, Nicolau V informa que D. Afonso V tinha dado sepultura digna a D. Pedro. Esta atitude teria sido fundamental para o reforço da imagem de rei cristão e de altos valores morais.

A amizade entre Portugal e a Borgonha, que entretanto voltou à normalidade, proporcionou uma abertura política à Europa e fomentou relações económicas muito vantajosas para Portugal.

Para o garantir, uma carta datada de 1457 concede privilégios aos mercadores e mestres do senhorio da Borgonha que demonstrarem grande interesse em tratar de negócios em Portugal. A pedido destes, D. Afonso V concede-lhes o privilégio de porte de armas, proibidas a mercadores e mestres nacionais e estrangeiros. Esta carta contém ainda disposições que regulam o comércio entre ambos e a relação destes comerciantes e mestres com os oficiais da administração de D. Afonso V.

D. Afonso V atento a um dos principais dinamizadores da troca de produtos no Atlântico Norte, a Flandres, desde cedo vai dinamizar e intensificar a ligação que se manifestou numa presença importante e continuada de mercadores portugueses em Bruges e de mercadores flamengos em Lisboa, presença que se materializa na feitoria constituída na Flandres. A residência de flamengos em Lisboa estava perfeitamente organizada, e possuíam uma confraria com capela no mosteiro de São Domingos. Por seu turno, os portugueses em Bruges, em número significativo, possuíam capela cedida também por dominicanos com total apoio do duque da Borgonha.

Desde o século XIII que Bruges é o grande centro de concentração de mercadorias da Europa. Portugal, seguindo o sentido das grandes rotas comerciais, mantém com Bruges um contacto directo e intenso. De Portugal saíam rumo à Flandres vinho, vinagre, frutas secas do Algarve, castanhas, mel, óleo, sal, sabão, cera, cortiça, azeite, sardinhas, o açúcar da Madeira, matérias-primas onde se

salientam produtos de tinturaria, peles e sobretudo especiarias provenientes das novas descobertas e das conquistas em África. Da Flandres provinham essencialmente panos –um dos principais produtos de importação portuguesa da Europa–, cereais, armas e manufacturados.

Em 1476 D. Afonso V voltará à Borgonha procurando o apoio do duque Carlos o Temerário, grande opositor de Luís XI. Tencionava D. Afonso V mover algumas pressões ao monarca francês e encontrar apoio contra os Reis Católicos.

França

As guerras travadas entre a França, a Flandres e Inglaterra ocasionaram inúmeras dificuldades de relacionamento entre Portugal e os monarcas franceses. A guerra permanente nas águas inglesas e francesas abre conflitos entre navios mercantis que tentam passar alheios a esta situação.

Os actos de corso e pirataria movidos por barcos bretões são sentidos com alguma intensidade entre os mercadores portugueses que apelam à intervenção dos monarcas. Desde 1439 que a situação é evidente e grave. As medidas de retaliação portuguesas que seguravam os navios provenientes da Bretanha em Lisboa, causava mal-estar nas relações externas portuguesas.

Interessava solucionar as questões existentes entre a Bretanha e Portugal, uma vez que os navios provenientes da Bretanha acorriam com extrema facilidade aos pedidos de importação de cereais, suprindo falhas internas.

Em 1452, D. Afonso V renova com o duque da Bretanha acordos estabelecidos anteriormente que reforçam a paz, colocam ponto final nas hostilidades e promovem a segurança dos mercadores. D. Afonso V concede salvo-condutos, válidos por um período de seis anos, para os mercadores da Bretanha que se deslocassem a Portugal, por terra ou por mar.

Estes acordos foram renovados em 1459, provavelmente porque a tensão constante entre mercadores nacionais e estrangeiros não cessava e obrigava a constantes renovações das prerrogativas.

A pirataria e o corso francês e inglês eram no reinado de D. Afonso V uma das questões mais marcantes que o monarca teria de resolver. Se a guerra dos Cem Anos, terminada em 1453, permitira aos reinos Ibéricos a saída para o exterior, e retivera Inglaterra e França em questões meramente nacionais, foi

também a grande responsável pela guerra nos mares promovida por piratas e corsários ávidos de lucrativas mercadorias.

Inglaterra

Além das relevantes e sólidas relações comerciais entre Portugal e Inglaterra, as relações de parentesco são também determinantes. D. Afonso V é descendente de uma família inglesa de prestígio, os Lencastre, e por esse motivo a paz e a concórdia deveriam reinar entre Portugal e Inglaterra.

Durante a regência, D. Pedro manteve boas relações com Inglaterra, reino com quem a Ínclita Geração tem uma afinidade especial. D. Pedro recebera de D. Filipa uma esmerada educação com influências provenientes de Inglaterra e a sua fisionomia encontrava-se muito próximo da inglesa. D. Afonso V, educado na geração seguinte e com grande participação de D. Pedro, recebeu ainda algumas das influências marcadamente inglesas. No entanto, existem sempre algumas questões que se prendem com o avançar da situação política nos dois reinos. A guerra de corso e de pirataria que envolve navios ingleses e portugueses mostra-se pouco positiva para as relações entre Portugal e Inglaterra e prejudica as boas relações comerciais desde sempre cultivadas e fomentadas. Esta guerra obriga a uma troca de correspondência mais ou menos dura entre os monarcas, defensores dos seus súbditos, que reclamam os assaltos e roubos efectuados no mar.

Nos anos de 1439 e 1440 Henrique VI de Inglaterra surge com reclamações perante a corte portuguesa, contestando com indignação o assalto promovido pelos portugueses a navios ingleses. Comenta o monarca inglês que estes mercadores desrespeitavam as tréguas existentes entre os dois reinos, tréguas reafirmadas em 1439, logo após a morte de D. Duarte. D. Pedro, em nome de D. Afonso V, dirige a resposta a Henrique VI informando que os casos de assaltos de navios ingleses a navios portugueses também existiam e os portugueses agiam em forma de represália.

Pela frequência dos assaltos de corsários ingleses a navios portugueses que se deslocavam para norte, D. Pedro, revoga a isenção da sisa aos mercadores ingleses, privilégio concedido por D. João I. Decretou D. Pedro que o valor da sisa que os ingleses voltariam a pagar, seria entregue como indemnização às vítimas do corso inglês.

A proximidade de D. Pedro do bloco castelhano, que mantinha sólidas relações com França, não agradava ao partido inglês, envolvido na guerra dos Cem Anos. O afastamento inicial de D. Afonso V da política castelhana amenizava a situação e garantia melhores relações com Inglaterra. Apesar da neutralidade promovida por D. Afonso V na sua acção política internacional, manteve as posturas de defesa relativas aos mercadores nacionais decretadas por D. Pedro. O pedido efectuado em 1454, pelos mercadores ingleses a D. Afonso V de repor o privilégio de D. João I não foi aceite, e a sisa continuaria a ser cobrada aos ingleses.

Os assaltos no mar continuariam da forma mais negativa. A acção de corsários ingleses e franceses agia implacavelmente por estas águas e fragilizava a navegação e o comércio. Por seu turno, os navios ingleses que navegavam pelo Atlântico Sul e por águas nacionais sujeitavam-se à mercê dos navios portugueses.

Até 1471 as relações com Inglaterra mantêm-se inalteráveis. A tensão entre mercadores ingleses e portugueses e a questão das sisas continua a fazer os seus efeitos. A partir de Março de 1471 revela a documentação uma tensão crescente. O conde de Warwick, promotor do conflito entre Henrique VI e Eduardo IV, encarregou um corsário inglês de assaltar os navios que se encontrassem próximo da costa inglesa. Este corsário inglês apreendeu no canal da Mancha 12 naus portuguesas provenientes da Flandres carregadas de mercadorias. D. Afonso V usou da via diplomática para solucionar a questão, mas em vão. Como medida de represália, pensa em atacar Inglaterra com a armada que se encontrava preparada para a conquista de Arzila. A morte do conde de Warwick evitou a saída dos contingentes para Inglaterra, e a armada saiu em direcção a Arzila. Na ausência do rei, a diplomacia portuguesa continuou a agir em Inglaterra, intercedendo o duque da Borgonha junto do rei inglês a favor de D. Afonso V.

Após o regresso de Arzila, o monarca toma algumas medidas imediatas, como a retirada de todas as cartas de segurança atribuídas individual ou colectivamente a mercadores ingleses. Publicou esta medida na porta da capela dos ingleses no mosteiro de São Domingos de Lisboa, declarando a todos os interessados, que agissem sobre represália com os ingleses.

Perante tal decreto, o monarca inglês envia embaixadores a Portugal com incumbência de promover a paz entre os dois reinos e terminar com a questão das represálias que deviam prejudicar gravemente os mercadores ingleses.

A situação resolveu-se por si. Na batalha de Barnet os York recuperam o governo. A 11 de Março 1472 D. Afonso V e Eduardo IV confirmam o tratado de paz assinado entre D. João I e Ricardo II de Inglaterra. De imediato, D. Afonso V envia a Inglaterra uma embaixada, chefiada por João de Elvas, que reclama os roubos efectuados pelos corsários ingleses. João de Elvas instituído procurador, estava encarregue de solucionar todas as questões que eventualmente surgissem. Em caso de diferendo, o duque da Borgonha interviria como árbitro. Apesar do tratado assinado em 1472, nas cortes de 1481-1482 as mesmas contendas ainda se manifestam, o que remete para uma tensão aberta entre mercadores difícil de solucionar na prática.

Apesar do ambiente de conflito vivido com mercadores ingleses, estes residiam em Portugal em comunidade representada por procurador e mantinham os hábitos próprios da sua cultura. Alguns encontram-se entre os nomes dos homens que participaram nas campanhas marroquinas.

Hansa

Em 1451 o casamento de D. Leonor, irmã de D. Afonso V, com Frederico III, imperador da Alemanha, proporciona a Portugal e ao seu rei uma integração na Europa de então. Este casamento remete para a política dirigida por D. Afonso V de intervenção nas principais casas reais do seu tempo, uma acção muito dispendiosa que pretendia continuar a política iniciada pela casa de Avis e que colocava as princesas portuguesas nos lugares mais prestigiados.

Portugal, aparentado já, através de uma activa política de casamentos desempenhada pela diplomacia externa desde D. João I, com as casas de Castela, Aragão, Borgonha e Inglaterra, unia-se a mais uma grande casa europeia, a dos Habsburgo de Áustria, com domínio na coroa imperial alemã.

A aceitação das princesas portuguesas pelos mais conceituados reinos europeus prova o prestígio que Portugal detém numa época de expansão e de guerra de cavalaria. Não faltariam princesas casadoiras numa Europa que vive de ligações diplomáticas em que o casamento assume primordial importância.

Esta união foi negociada a partir de 1448 quando, por intermédio da rainha Maria de Aragão, Portugal recebe uma embaixada de Frederico Rei dos Romanos, que visitava o reino com o objectivo de acordar o casamento com uma das irmãs de D. Afonso V. Em 1449 João Fernandes da Silveira encontra-se como

embaixador em Nápoles para conferenciar com Afonso V de Aragão sobre as intenções de Frederico III.

Este matrimónio surge no momento de intensificação das relações de Portugal com a Liga Hanseática, na qual a Alemanha desempenhava um papel económico fundamental. A abertura das relações económicas proporcionada pela presença de D. Leonor ao lado de Frederico III, era benéfica para ambas as partes.

Anunciava-se nesta data a expansão de Portugal em África e o estreitar dos laços com Portugal significaria abrir os mercados da Alemanha às especiarias, ao ouro e aos escravos em larga escala. A entrada destes produtos nos portos hanseáticos poderiam contrariar a queda que por estes anos se registava nos mercados, motivada pela concorrência crescente de outros mercados europeus.

D. Afonso V procurava, por seu turno, atrair o comprador alemão do sal, desviando-o de França, onde tradicionalmente o Norte da Europa comprava este produto. Lopo de Almeida acompanhou D. Leonor na altura do seu casamento com Frederico III e recebeu especificamente instruções para tratar na Alemanha de questões relacionadas com o comércio de sal. Certamente ofereceria facilidades nas transacções e condições especiais de venda.

Em suma, os produtos vindos da descoberta de África e da progressão em Marrocos interessavam à Hansa, uma vez que lhe garantiam o desenvolvimento da política económica instituída. Para Portugal os navios da Hansa eram fundamentais para o escoamento de produtos portugueses e africanos.

Este casamento abriu portas ao progressivo estabelecimento de mercadores portugueses na Alemanha. Em Lisboa instala-se uma colónia alemã e o porto é cada vez mais visitado por mercadores do Norte da Europa. Esta colónia alemã já no século XIV é bastante numerosa, e para proteger os seus interesses cria-se a Irmandade de São Bartolomeu.

Em 1452, D. Afonso V privilegia os moradores alemães em Portugal. Outra carta outorgada na mesma altura privilegiava os súbditos das 72 cidades que então faziam parte da Hansa. Outras cartas se seguem privilegiando individualmente ou colectivamente os mercadores alemães.

O volume de comércio com a Hansa exigia um feitor em Portugal, cuja presença pode significar, como foi já adiantado por alguns historiadores, o surgimento de uma feitoria da Hansa em Lisboa. A data avançada para a sua implantação é a de 1452 ou de 1454. Faria neste contexto todo o sentido o casamento de D. Leonor com Frederico III.

Entre os produtos importados pelos navios da Hansa encontra-se o vinho, embora não tenha atingido qualquer valor significativo na importação. Os vinhos portugueses, embora de boa qualidade sofriam a concorrência de vinhos considerados excelentes e provenientes da Renânia, da Espanha, de Itália e da Grécia. Portugal oferecia ainda a cortiça, que, empregue nas redes de pesca como flutuadores, interessava aos nórdicos, que desenvolveram desde cedo esta actividade. Portugal era dos poucos exportadores de cortiça na Idade Média.

O sal, no entanto, é o principal produto requerido pela Hansa pela sua relação qualidade preço, mas também pelas facilidades de exportação que os mercadores não encontravam noutros locais. Também as frutas, o sebo, o grude, a cera, o sumagre, a grã, as plantas tintureiras, os couros e as peles, os rosários, as especiarias e o açúcar ocupavam um lugar, embora mais diminuto, nas compras promovidas pelos navios da Hansa. Estes produtos encontram-se nas exportações portuguesas com uma diversidade crescente no reinado de D. Afonso V.

Em troca, os navios alemães traziam do Norte da Europa cereais e madeiras. Estes dois produtos eram essenciais nos mercados nacionais. Portugal constituía-se como um bom importador de cereais e de madeiras duras e resistentes do Norte europeu. Os cereais, em carência constante nos mercados portugueses, são importados pelas cidades que se encontram sistematicamente desprovidas do seu abastecimento. Esta falta nos mercados acentuou-se com a conquista de Ceuta que exigia uma importação constante. Em 1451-1452 há referência de navios de um mercador alemão que transportavam cereais para África, situação que se repete nos anos seguintes. Estes casos apontam para as necessidades vitais da cidade. Geralmente os navios carregados de cereais aportavam de Lisboa e daí os mercadores portugueses efectuavam o abastecimento a Ceuta.

Outros produtos eram transportados para Portugal por navios da Hansa, entre eles o peixe seco e salgado e os metais. Para além destes, salientam-se o ouro, a prata e o cobre, que em 1456 surgem referenciados na documentação. É de salientar também a presença de ourives alemães em Portugal, o que atesta uma relação forte no domínio dos metais nobres. Encontram-se ainda alguns têxteis alemães em Portugal, artigos de retrosaria e de mobiliário, couros e peles, entre outros.

Tendo em conta que entre os principais produtos trazidos pelos navios da Liga Hanseática se encontram as madeiras e os cereais, é possível afirmar que para D. Afonso V esta ligação concretizava os seus intentos da melhor forma, pois o reforço de cereais e de madeiras seria bem-vindo no contexto que se avizinhava, já que ambos eram suplementos essenciais e fundamentais para a concretização de novas conquistas no Norte de África. Neste contexto, as madeiras seriam fundamentais para os novos navios e para reparação de outros. As madeiras nórdicas, de grande resistência à água, eram da preferência dos estaleiros que durante todo o reinado de D. Afonso V sofrem um grande incremento nas suas actividades de construção. Os cereais desempenhariam papel fundamental no abastecimento das novas praças conquistadas e garantiriam a continuidade do envio de suplementos a Ceuta. Os cereais provenientes da Alemanha em grandes quantidades seriam, como de costume, descarregados em Lisboa, e em seguida levados às praças marroquinas em navios portugueses. O plano afonsino de conquista de praças marroquinas tomava forma e concretizava-se a par e passo.

Assim, também se justificaria o interesse de D. Afonso V em manter activa a colónia de mercadores alemães em Portugal, a criação da feitoria e as facilidades de comércio dadas aos mercadores da Hansa e os sucessivos privilégios que foram valorizando a sua presença. Esperava D. Afonso V um incremento das necessidades de importação de produtos do Norte da Europa e pretendia, por outro lado, manter rentável o escoamento de produtos portugueses.

Em 1456 produz-se um novo alento ao comércio português com a Hansa. Uma carta datada de 12 de Maio de 1456 determinava que as demandas e processos que englobassem mercadores e capitães da Liga fossem despachados o mais rapidamente possível. O interesse de D. Afonso V em privilegiar e despachar positivamente os processos destes mercadores, é evidente. O seu interesse na Liga Hanseática manifesta-se crescente e pretende-se livre de questões que prejudicassem o relacionamento.

Na segunda metade do século XV, as relações da Hansa com Portugal passam a ser directas, sem intermediário. A longa distância que separava as cidades da Hansa de Portugal obrigava ao uso da Flandres como intermediário mais frequente. O intensificar das relações entre Portugal e a Alemanha, a instalação de comunidades nórdicas em Portugal, o crescente valor do mercado de Lisboa motivado pela afluência de mercadorias provenientes de África, e o baixo preço dos produtos portugueses perante a qualidade abriram portas a um contacto directo. Uma notícia de 1462, reveladora das condições do porto de Lisboa e da oferta produzida pelas conquistas no Atlântico, refere que 44 navios prussianos saíam carregados de Lisboa.

Da ligação com a Alemanha resultam outras aprendizagens fundamentais para Portugal. É o caso da introdução do primeiro moinho de pólvora em 1466. Os alemães desempenharam a partir desta data um papel fundamental na indústria bélica nacional. No reinado de D. Afonso V os espingardeiros alemães encontravam dentro do exército um espaço privilegiado. D. Leonor, irmã de D. Afonso V, protege os impressores alemães que por influência desta afinidade vieram a Portugal introduzir a imprensa.

Entre os alemães moradores em Portugal durante o reinado de D. Afonso V, encontramos mercadores, espingardeiros, armadores, ourives e mestres de navios que dinamizam as actividades urbanas e integram entre as modas portuguesas hábitos e técnicas que trazem das suas origens.

D. Afonso V encontra na relação de parentesco um meio diplomático de acção eficaz, e assim o evidencia a carta enviada por D. Afonso V a Cristierno I, rei da Dinamarca, da Noruega e da Suécia, e duque da Holanda, que governa desde 1448 a 1483. Através de Loland, um vassalo deste rei, D. Afonso V envia-lhe uma carta na qual refere que inquiriu Loland sobre a sua pessoa, sua família e seu reino, do qual ouviu diversas «coisas muito famosas de que os seus domínios estão cheias». Apesar de o parentesco entre D. Afonso V e Cristierno I provir de Sancho I, grau de parentesco bastante afastado, D. Afonso V usa-o como forma de aproximação. A carta que envia é uma carta de louvor a Loland enaltecendo os seus feitos em África, mas, no fundo, esta carta pretende divulgar as façanhas portuguesas em África e informar das praças conquistas, nomeadamente da bem sucedida conquista de Alcácer Ceguer, na qual Loland tinha participado.

Conhecendo a importância das ligações familiares, D. Afonso V não perde qualquer elo de união que promova uma eficaz relação com outros monarcas europeus.

Itália

Afonso V o Magnânimo, rei de Aragão é uma das figuras familiares a quem o monarca português dá relevo especial. A sua especial admiração por seu tio e pelas suas façanhas conquistadoras, promovem o interesse de Portugal pelo reino de Aragão, por Nápoles, Sicília e pelo controlo que seu tio detinha no Mediterrâneo.

Neste cenário, Afonso de Aragão, em contacto directo com as cidades italianas domina as relações por todo o Mediterrâneo e conhece bem o Norte de África. As informações que seu tio poderia fornecer interessavam primordialmente a D. Afonso V que mantinha contactos diplomáticos próximos e uma activa troca de correspondência.

Por estes anos, o estreito de Gibraltar e a navegação com as praças marroquinas estavam dominados por italianos. D. Afonso V, seguindo os passos das cidades italianas, pretendia penetrar na África mediterrânica e conquistar algumas praças marroquinas com grande actividade comercial. Neste sentido, salientam-se algumas das suas intervenções no Mediterrâneo, de índole essencialmente diplomática, como os contactos efectuados na preparação da armada contra os turcos, o casamento de D. João, filho do infante D. Pedro com a herdeira do Chipre e a expedição contra Alcácer Ceguer.

A importância reconhecida das cidades italianas como centros de comércio e de navegação vão desde cedo constituir apoios importantes ao conhecimento português da arte de navegar; recorde-se, neste sentido, a contratação de Manuel Pessanha pelo rei D. Dinis. A partir deste momento os italianos são os grandes mestres no mar e no comércio. De entre as italianas salientam-se Génova, Veneza, Milão, Córsega e Florença como as cidades com maior representação em Portugal e que ocuparam lugar de destaque na história portuguesa ao lado de D. Henrique e do monarca D. Afonso V.

Italianos vão desde cedo contribuir nas explorações atlânticas como navegadores, cartógrafos, marinheiros, comerciantes e corsários. Salientam-se Alvise Cadamosto, que empreendeu duas viagens à costa africana com autorização de D. Henrique, e escreveu o célebre relato de Cadamosto, e Antonio da Noli, envolvido em diversas expedições, algumas na companhia de Diogo Gomes. A Antonio da Noli é atribuída a descoberta de cinco ilhas em Cabo Verde: São Tiago, São Filipe, Maio, São Cristovão e Sal.

Na década de sessenta do século de quatrocentos encontravam-se solidamente instalados em Lisboa muitos mercadores e banqueiros italianos ligados aos Cambini e aos Medici de Florença e de Roma. Excelentes conhecedores das práticas de comércio, das técnicas de venda e dos mercados mais rentáveis, são os grandes mestres dos portugueses nestas questões económicas, nas quais detêm séculos de prática.

Interessavam-se pelo comércio do coral, da pescaria, da cortiça, dos couros portugueses e de muitos produtos exóticos. Estes banqueiros, com ramos em

toda a Europa, facilitavam a circulação de dinheiros entre os mercados e efectuavam o câmbio das diferentes moedas.

A importação da cana-de-açúcar da Sicília revela as ligações dos italianos à colonização das ilhas, neste caso da Madeira. Conhecedores do trabalho do açúcar, muitos italianos instalam-se na Madeira.

Pelos finais dos anos 60 e início da década de 70, Lopo de Almeida e Lourenço Florentino encontram-se envolvidos no negócio do ouro em Portugal.

Também os portugueses viajavam com frequência para as cidades italianas. Centros culturais de grande relevo nas novas correntes da Europa, com grandes novidades nas ciências, artes e letras, muitos são os que as visitam com o intuito de contactar com os grandes mestres.

Nesta ânsia de conhecer a cultura e a ciência das cidades italianas são feitas algumas encomendas de livros e breviários directamente de Itália. O infante D. Henrique adquiriu alguns livros e mapas em Itália, entre os quais um exemplar do mapa-múndi de Fra Mauro, encomendado em 1455. Entre os anos de 1455 e 1459, Fra Mauro trabalhou neste mapa, para o qual tinha recebido muitas informações provenientes das viagens portuguesas que enriqueceram o seu conhecimento. Em Abril de 1459 esta obra foi levada a Portugal pelo veneziano Stefano Trevisani. Este mapa desapareceu, e hoje é conhecido através de uma cópia, datada de 1460 que reproduz o anterior.

A grande ligação de D. Afonso V às cidades italianas é realizada pelo embaixador português João Fernandes da Silveira, que esteve em Nápoles, Siena, Veneza, Roma e Florença na sua condição de embaixador, e por Lopo de Almeida, conde de Abrantes, acompanhante de D. Leonor por altura do seu casamento com Frederico III, que de Siena, Roma, Nápoles e Veneza escreve imensa correspondência a D. Afonso V.

2.5. O PROBLEMA SUCESSÓRIO DE CASTELA

2.5.1 Conflito entre D. Afonso V e os Reis Católicos

A questão aberta em Castela pela sucessão tem os seus antecedentes no ano de 1462, ano em que nasce Joana, filha do casamento de Henrique IV com a irmã de D. Afonso V, D. Joana. De imediato, a conduta leviana da rainha D. Joana e a conhecida impotência sexual de Henrique IV, assumida no casamento anterior, dão origem aos rumores de que Joana seria filha de Beltrán de la Cueva e não de Henrique IV, origem que lhe associava o designativo de «a Beltraneja».

Para conceder maior fidelidade ao nascimento da sua pretensa herdeira, Henrique IV dispôs que o nascimento fosse público. D. Joana dá à luz nos «braços do conde de Alba» e ao seu lado estavam, além do rei, o arcebispo de Toledo e outros grandes do reino, colocados por ordem hierárquica. Pretendia Henrique IV valorizar a quem iria considerar como sua herdeira.

O juramento à princesa herdeira que Henrique IV proclamou em cortes, daria origem a inúmeras formulações de oposição que levariam à formação de uma liga por parte dos grandes do reino.

Alfonso Carrillo de Albornoz, arcebispo de Toledo, Fradique Enríquez, almirante do reino, Juan Pacheco e Pedro Girón convidam a nobreza a constituir um movimento que pretendia depor Henrique IV e proclamar rei o infante Afonso de Aragão. A conduta pouco combativa de Henrique IV e as dúvidas da legitimidade da infanta Joana deixavam a nobreza prostrada, e desejosa de uma maior dinâmica política que colocasse os interesses de Castela na linha da frente. Forma-se uma liga denominada de «Liga do Bem Público», cujos membros se opunham a Henrique IV, exigiam a rejeição da infanta Joana e o afastamento de Beltrán de la Cueva.

Em 1464 D. Afonso V e Henrique IV encontram-se em Puente del Arzobispo e em Guadalupe. Pretendiam os dois monarcas arredar Aragão do âmbito das suas acções. Aragão voltara a promover a liga da nobreza dentro de Castela e Henrique IV, impotente perante a força dos grandes senhores que apoiavam a subida ao trono do infante Afonso de Aragão, filho de João II de Aragão, solicita auxílio a Portugal. Esta pressão de Aragão dividia o reino e pretendia a todo o custo retirar Henrique IV que se manifestava contra a política intervencionista de Aragão transportada para Castela via nobreza. A Henrique IV restava o apoio de D. Afonso V que o deveria auxiliar em sigilo, caso contrário colocaria em causa as boas relações que mantinha com Aragão. A D. Afonso V interessava desde o primeiro momento que a via de sucessão de Castela não se deslocasse da via de Henrique IV, via que levaria D. Afonso V ao trono de Leão e Castela. Seria este o negócio sigiloso partilhado pelos dois monarcas?

A 16 de Julho de 1464, João II de Aragão adere à liga formada pela nobreza castelhana. Como duque de Peñafiel, o monarca aragonês poderia juntar-se à

nobreza castelhana e ao seu lado exercer as pressões necessárias à deposição de Henrique IV.

Um dos indicadores que revelam a origem deste mal-estar entre a nobreza e o monarca é o *Manifesto de Quejas e Agravios* que surgiu em Burgos a 28 de Setembro de 1464. Queixam-se os prelados, nobres e cavaleiros dos excessos cometidos pelo monarca castelhano e manifestam uma preocupação pela presença constante de Beltrán de la Cueva junto do rei. Impunham que fosse concedido ao infante Afonso de Aragão o mestrado de Santiago e exigiam a sua nomeação como herdeiro.

O monarca castelhano, apesar de incentivado a enfrentar a Liga, assina um acordo com a nobreza no qual reconhece o infante Afonso como rei e na linha de sucessão estariam também Isabel e os outros irmãos. Afonso de Aragão casaria com a sobrinha D. Joana e as questões da legitimidade solucionavam-se.

Perante este acordo de paz assinado em 1464, Henrique IV teria de entregar o infante Afonso a Juan Pacheco, para que este assegurasse a sua educação e tutoria. O infante seria jurado em cortes como príncipe herdeiro e Beltrán de la Cueva deveria renunciar ao mestrado de Santiago em favor do infante, à proximidade do rei, e abandonar a corte o mais breve possível, em troca receberia a concessão do título de duque de Albuquerque e a doação de vários outros bens.

Em Medina del Campo, a 16 de Janeiro de 1465 é apresentado a Henrique IV um documento mais alargado. As disposições principais deste documento referiam que se restabelecesse a religião católica com medidas de repressão severas para hereges e conversos, que o poder da nobreza se consolidasse e tivessem os seus membros imunidade pessoal e que as cidades elegessem livremente os seus procuradores. Pedia este acordo uma importante diminuição dos poderes da monarquia em beneficio dos poderes da nobreza e do poder local. Com mais clareza estipulava o tratamento a conferir à infanta Isabel, outra possível herdeira do trono, e impunha algumas cláusulas sobre o governo do reino. Pretendia a nobreza terminar com alguns problemas da monarquia e avançar com soluções para os mesmos.

Apesar de todos os esforços, continuam as divergências entre o monarca e os grandes do reino. O monarca castelhano reagiu inesperadamente. Declarou nulo o documento de Medina del Campo e reuniu um exército em Segóvia. Castela estava dividida. A nobreza que constituía a Liga apoiava o infante Afonso e a sua subida ao trono, por seu lado, Henrique IV resistia apoiado pelas cidades.

A 5 de Junho de 1465 Henrique IV foi deposto e no seu lugar foi coroado o infante D. Afonso. A proclamação de Afonso de Aragão como rei de Castela provocou algumas reacções, umas a favor e outras contra, que reabriram o conflito existente entre a nobreza e o monarca. Muitas cartas foram expedidas pelo infante, perfeitamente controlado pela nobreza, com inúmeras acusações contra Henrique IV e contra a rainha sua mulher. Manifestavam ainda o desagrado pelo funcionamento da corte. Acusava Henrique IV de uma atitude política de trespasse de autoridade para os homens de sua confiança, o que provoca a ira da nobreza por esta preferência do rei pelos prazeres sociais, da caça e da vida de corte face às obrigações que deveria ter enquanto monarca.

De facto, a delegação de tarefas e de poder nos seus privados criou um estado de anarquia que em 1465 encontra um panorama de difícil controlo. Acentua-se a discussão política, as diversas famílias entram em conflito por questões de hegemonia. Esta conjuntura permite a criação de partidos políticos que disputam o trono, face à procura de novas formas de poder. Procura-se incessantemente a legitimidade do rei e dos seus descendentes. De entre os seus privados Beltrán de la Cueva era o mais odiado, sobretudo pela maior ascendência que detinha sobre o monarca.

No Verão de 1465, nas cortes da Guarda, na presença de D. Joana, rainha de Castela, irmã de D. Afonso V, trata-se do casamento do monarca português com a infanta Isabel de Castela, apesar dos receios da rainha de que este casamento pudesse prejudicar os direitos de Joana a Beltraneja sobre o trono de Castela. D. Joana apelava ao auxílio de D. Afonso V perante o eclodir da situação de crise em Castela. O casamento com a infanta Isabel fechava as possibilidades à nobreza castelhana de se opor a Henrique IV e fortalecia D. Afonso V.

Em 1466 surge um plano de união matrimonial que contava com a interferência directa de Henrique IV e que se destinava a solucionar a questão da sucessão. Acordava-se que infanta Isabel de Castela casava com D. Afonso V de Portugal. Este acordo teria já sido pensado em 1464, data do encontro de Henrique IV com D. Afonso V em Gibraltar e afirmado por altura da deslocação de D. Joana à Guarda, a 15 de Setembro de 1465, para tratar com seu irmão D. Afonso V os pormenores desta questão.

No acordo da Guarda renovam-se as pazes entre os reinos e o auxílio mútuo e a concretização do casamento acordado num prazo de oito meses. D. Afonso V comprometia-se com 30 000 dobras, com as vilas de Torres Vedras e Alenquer e as rendas e direitos de Santarém. Ao filho de D. Afonso V e da infanta Isabel

seriam entregues, além de outras vilas, a cidade Coimbra e o título de duque de Coimbra. D. Afonso V ajudaria o monarca castelhano com 1500 homens de cavalo e 3000 peões. Henrique IV pagaria 50 000 dobras a D. Afonso V.

Perante esta ameaça política traçada entre Afonso V e Henrique IV, Juan Pacheco apelou ao casamento de Isabel com o seu irmão, Pedro Girón, mestre de Calatrava. O casamento não se consumou em virtude do falecimento de Pedro Girón. Uma alternativa para manter a isenção de Isabel frente à ameaça conjunta de Henrique IV e de D. Afonso V.

Os meses de guerra que se seguiram entre Junho e Outubro de 1465, nos quais o monarca sai de Zamora e fica com inabilidade política, levam o reino de Castela a viver dias de plena anarquia. Henrique IV, incapaz de solucionar os conflitos internos e de enfrentar a nobreza, fazia e desfazia acordos aventurando-se até em acordos mais vastos com Inglaterra e com o Papado.

Segue-se uma trégua que dura alguns meses, desde Outubro de 1465 a Fevereiro de 1466. A rainha D. Joana, sua filha Joana e a infanta Isabel foram feitas reféns da nobreza.

João II de Aragão envia a Castela a Mosén Pierres de Peralta, seu representante para atrair Castela à influência aragonesa e afastá-la do âmbito de Portugal. O monarca aragonês jogava agora as suas influências de forma a consumar o casamento entre o seu filho primogénito, Fernando e a infanta Isabel.

Em Setembro de 1467 a paz foi restabelecida depois de diversos confrontos que opunham os exércitos da nobreza ao exército do rei. Henrique IV é novamente reconhecido como rei, e o infante D. Afonso seria o seu sucessor.

Um novo acontecimento viria mudar novamente o rumo dos acontecimentos e deixaria Henrique IV sem acção: morre o infante Afonso em Julho de 1468. Isabel, quando recebe a notícia da morte do irmão proclama-se em Ávila legítima herdeira e sucessora do reino. Recusa o título de rainha e continua a ser designada apenas de *princesa* ou de *herdeira*. Estratégia com que pretendia assegurar, a longo prazo, o trono de Castela. Primeiro era preciso ser apoiada por grande parte da população como legítima sucessora de Afonso, e depois ganhar com grande margem de manobra os direitos ao trono. Por outro lado não aceita reconhecer Joana a Beltraneja como filha de Henrique IV, afastando assim qualquer dúvida quanto à verdadeira sucessão.

A infanta Isabel estava legitimamente colocada na linha de sucessão. João II de Castela em testamento declarava a infanta Isabel como sua sucessora na ausência de seus filhos, Henrique e Afonso. Seguindo claramente as pretensões de

João II, ao ser destronado Henrique IV, a nobreza chama o segundo elemento da linha de sucessão, o infante Afonso. O falecimento do infante dava a oportunidade a Isabel de assumir a liderança do reino. No entanto, a Henrique IV cabia ainda a coroa castelhana, continuava até a sua morte a ser o legítimo sucessor e sua filha, Joana a Beltraneja, estava desde a aceitação das cortes na linha de sucessão. D. Isabel só poderia ser legítima sucessora de João II por morte de Henrique IV e de Joana a Beltraneja. Por outro lado, Isabel é mulher, facto que na época ainda traz algum inconveniente na hora de assumir a liderança do reino. A forte personalidade de Isabel leva-a a prosseguir e a afastar todos os possíveis entraves à sua subida ao trono.

Henrique IV tenta assumir a legitimidade de Joana a Beltraneja. A colaboração da rainha, sua esposa, era fundamental, mas, novamente grávida (e desta vez não restavam dúvidas à nobreza da paternidade pertencer a D. Beltrán), não colabora na proposta. Não cabia alternativa ao monarca castelhano senão conceder a Isabel, sua irmã, o Principado de Astúrias e reconhecê-la como legítima herdeira e primeira sucessora. Para amenizar a situação, a rainha Joana teria que regressar a Portugal e o casamento deveria ser anulado.

A solução encontrada, e com a qual Henrique IV colaborou, foi a de reconhecer Isabel como sua sucessora. A 19 de Setembro de 1468 celebra-se o *Pacto de Toros de Guisando* que acorda a sucessão. Isabel e a nobreza que a apoiava reconheciam Henrique IV como rei de Castela. Henrique IV declarava que Isabel era a primeira na ordem de sucessão e comprometia-se a perdoar a todos os que tinham participado em conflitos contra o monarca. O acordo estipulava ainda que Isabel teria de casar com alguém do interesse de Henrique IV.

Depois do acordo a rainha Joana e sua filha pediram a intervenção do papa Paulo II. Este documento de apelação ao papa, datado de 28 de Setembro de 1468, contém um protesto pela nomeação da infanta Isabel em prejuízo de Joana, filha do rei e jurada em cortes pelos três estados do reino. D. Joana contrariava a nomeação de Isabel feita sem consentimento do reino e, como tal, ia contra os direitos adquiridos pela sua filha. Alegava que Joana era filha legítima do rei, nascida de matrimónio legítimo e aprovado pelo papa Paulo II e lastimava o tratamento conferido pela nobreza à sua pessoa e à de sua filha.

Sem surtir qualquer efeito a apelação de D. Joana ao papa, os compromissos assumidos em Toros de Guisando divulgavam-se pelo reino. Preparavam-se cortes para reafirmar e jurar Isabel como herdeira e sucessora do trono de Castela. Estas cortes não se iriam realizar, mas o suporte para a nomeação de Isabel

será conseguido através de Aragão, ao casar com Fernando, filho do monarca aragonês que adquirira o título de rei da Sicília.

Isabel convertia-se assim em princesa ambicionada por vários poderes políticos que de imediato iniciam tarefa de se candidatarem ao lugar de noivo. Entre os possíveis maridos surgira já D. Afonso V de Portugal que pelo acordo casaria também D. Joana com seu filho primogénito, o infante D. João, casamentos que uniriam as coroas portuguesas e castelhanas e solidificariam os laços da sucessão comum entre Portugal e Castela. Em breve se juntam outros pretendentes, um inglês, outro francês e o infante Fernando, casamento que tem como negociador o implacável João II de Aragão.

Não era difícil a aceitação de Aragão do casamento de Fernando com Isabel. Pelo contrário, a nobreza aragonesa tendia para esta união que traria inúmeros proveitos ao reino no futuro. As atenções da facção mais forte dentro de Aragão tinham sido captadas. O interesse de João II neste casamento é evidente. Seria uma forma de Aragão penetrar nos negócios castelhanos.

Isabel, com clara visão política, decide-se por este casamento. Afastava da sua órbita política Portugal e colocava sérios entraves à sucessão de Joana a Beltraneja. A rivalidade directa que se fazia sentir por estes anos entre Portugal e Castela pelo domínio dos mares teria tido uma grande influência na decisão de Isabel. Ao aliar-se a Aragão consolidava a resistência a Portugal, interesse que se manifesta logo nos primeiros momentos do seu governo, e evitava ligações que poderiam colocar em causa a supremacia de Castela na península ibérica.

Esta decisão é confirmada no acordo assinado em Cervera em Janeiro de 1469, e ratificado um mês depois. Fernando compromete-se a residir em Castela, a aceitar Henrique IV como rei, a respeitar a nobreza e a perdoar antigos participantes em conflitos proporcionados entre Castela e Aragão. O acordo dá permissão a Fernando de actuar no terreno militar, onde Isabel não está habilitada por ser mulher, mas a sua interferência nos negócios castelhanos deve ter o acordo de Isabel. Como representante militar, é-lhe encomendada a continuidade da guerra com Granada. O documento deixa transparecer a aceitação por ambas as partes do lugar de consorte que caberá a Fernando. Cabia a Isabel assumir o controlo do reino de Castela, facto que pretendia afastar a desconfiança da supremacia aragonesa que num caso como este seria prejudicial ao matrimónio e à aliança. Marcava-se o caminho para a união de Castela e Aragão.

Perante a aliança que Isabel promovia com Aragão, suportada por grande parte da nobreza castelhana, Henrique IV acordava com D. Afonso V a assinatura de uma aliança que pretendia mudar o rumo dos acontecimentos. Neste acordo, realizado a 30 de Abril de 1469, acordavam a ratificação das pazes anteriormente assentes entre os dois reinos e o casamento de D. Afonso V com Isabel. Não interessava à orientação da política desenvolvida por Henrique IV uma aliança com Aragão. Neste momento, a sua tendência era já manifestamente a favor de uma política de aliança entre Portugal e Castela. O casamento de D. Afonso V e Isabel tendia a neutralizar a influência de Aragão e a validar os compromissos assumidos com Portugal. Neutralizava também uma facção da nobreza castelhana com raízes em Aragão que seguia na linha de oposição a Álvaro de Luna e que, como tal, apoiava as ligações aos monarcas aragoneses e manifestava-se contrária a qualquer apoio vindo de Portugal.

Acordava Henrique IV que após o casamento, D. Afonso V adquiria os títulos de príncipe de Castela e de Leão e o de príncipe das Astúrias, e que, como tal, jurava e prestava homenagem ao monarca castelhano e, por sua vez, o monarca castelhano comprometia-se a tratar o monarca português como filho, herdeiro e seu sucessor. No acordo impõe, ainda, Henrique IV que os súbditos e naturais do reino de Castela devem servir, acatar, obedecer e honrar D. Afonso V como príncipe herdeiro de Castela. Pela aliança, a sucessão caberia aos filhos nascidos do casamento de D. Afonso V com Isabel. Entre as cláusulas do acordo ficava estipulado que o primeiro filho varão de ambos casaria com Joana, filha de Henrique IV.

Prevendo todas as situações, determina esta aliança de 1469 que, caso Isabel se negue a casar com o monarca português, este deverá proclamar guerra a Isabel e tomar os seus bens e os seus partidários, como a qualquer traidor e desobediente às imposições régias. Henrique IV autoriza D. Afonso V a entrar em Castela com dois mil homens a cavalo e cinco mil peões, subsidiados pelo monarca castelhano, se o número exceder o estipulado D. Afonso V deverá cobrir os gastos dos restantes. Para pagamento do soldo às milícias acordadas, Henrique IV cede as rendas e direitos régios da cidade de Badajoz.

Acordam ainda que caso D. Afonso V entre em Castela e dois meses depois dessa entrada Isabel não demonstrar intenções de aceitar o casamento, o monarca português deverá casar com Joana e que da mesma forma se intitule príncipe de Castela. Neste caso a guerra contra Isabel efectivar-se-á e cumprir-se-ão as penas estipuladas para casos de desobediência ao rei.

Este tratado acordava a união de Portugal e Castela como desejo de Henrique IV e mantinha a possibilidade a Isabel de ser rainha de Castela através

da ligação a Portugal. Isabel não podia recuar perante Aragão nem a sua forte personalidade o iria permitir, nem tal desejava, nem tal iria consentir a nobreza partidária da causa aragonesa. A oposição que marcou os anos de reinado de João II de Castela e de Henrique IV continuava a existir e a movimentar as forças políticas internas no reino de Castela. Isabel era a única possibilidade de manter viva a chama da oposição. Por outro lado, para Isabel manter a união a Aragão era também uma questão de defesa perante as exigências e a postura de Henrique IV. A ligação a Aragão trazia segurança e superioridade às forças de Isabel que perante tal situação não hesitou em manter a sua posição. A sua ambição iria longe demais, não olhava a meios para atingir as suas pretensões. O tratado de 1469 deixava clara a postura hostil do monarca castelhano para com a sua irmã por desobediência às exigências, não só do irmão mas do rei de Castela.

Cabe aqui questionar se este acordo não estaria já pensado desde o início dos anos 50. Os acontecimentos e os contactos mantidos discretamente entre D. Afonso V e Henrique IV orientam a história neste sentido. Desde 1451, data do momento da aproximação de Alfonso Pimentel da corte de Portugal, passando pelas ocorrências de 1453, data das primeiras negociações do casamento de Joana com Henrique IV, consumado em 1455, ou pelo encontro de 1464 em Gibraltar e a presença de D. Joana nas cortes da Guarda de 1465, onde o casamento entre o monarca português e a infanta de Castela, Isabel, é programado: os acontecimentos indicam o planeamento e o delineamento do caminho que foi alcançado no tratado de 1469.

Uma breve referência ao percurso do conde de Benavente auxilia na compreensão desta atitude. Em 1449 D. Afonso V recebe em Portugal o conde de Benavente, Alfonso Pimentel. Este será o início de uma ligação que desencadeará acordos sucessivos realizados entre D. Afonso V e D. Henrique, futuro Henrique IV, e terão como símbolo da amizade o casamento de D. Joana com Henrique.

Álvaro Pires de Trava, a pedido do monarca, acolheu Alfonso Pimentel no Mogadouro. Vinha o conde de Benavente exilado por ter tomado partido contra o rei nas lutas travadas pelos partidários de Henrique, herdeiro da coroa, que se opunham a João II rei de Castela e ao seu fiel aliado, Álvaro de Luna.

D. Afonso V, em prol dos muitos benefícios que Alfonso Pimentel prestara a seu pai e, sobretudo, a sua mãe quando esta se exilara em Castela, recebe-o com as mais devidas referências mas impõe a condição de o conde de Benavente não

usar o reino para guerrear Castela. Ignorando esta condição, o conde de Benavente saqueia as povoações castelhanas e insurge-se, mais uma vez e a partir de Portugal, contra o monarca castelhano.

Por este motivo, D. Afonso V, em carta datada de 19 de Fevereiro de 1450, ordena que o conde de Benavente se retire do reino de Portugal no prazo de oito dias. O conde não perdera tempo em reunir forças contra Castela, complicando desta forma, as boas relações que D. Afonso V procurava manter com o monarca castelhano João II. O monarca português mostrara alguma astúcia nesta decisão. Não ofende João II de Castela ao acolher o conde de Benavente em Portugal e por outro lado mostra-se rígido relativamente a um acordo estabelecido com um poderoso elemento da nobreza castelhana.

Alfonso Pimentel volta a Portugal em Janeiro de 1451, trazia a incumbência de Henrique, príncipe herdeiro, de acordar uma aliança política com D. Afonso V. Em Castela as lutas entre os partidos opositores continuavam. D. Henrique via em D. Afonso V um poderoso aliado que poderia desempenhar algum papel a seu favor. Assim, envia o conde de Benavente com incumbência de negociar uma aliança com Portugal.

D. Afonso V demonstra ser um rei cauteloso e prudente, como o descreve Rui de Pina, e inteligente na sua forma de actuar. A sua resposta à proposta de colaboração é evasiva e coloca-se como um aliado natural de Castela pelo parentesco que o une aos reis de Castela e não assume qualquer partido. Afirma não entender ser necessário renovar ou promover alianças porque a paz entre os dois reinos não está comprometida. Solicitado o seu parecer sobre as questões que envolvem o conflito com Navarra, D. Afonso V mostra ser, mais uma vez, um diplomata cauteloso. Elogia D. Henrique dizendo-lhe que ele vive intensamente o problema e, por esse motivo, ninguém melhor que ele para avaliar a situação.

D. Afonso V sofrera algumas pressões no sentido de apoiar o partido de D. Henrique, pressões concretizadas directamente através do conde de Benavente. Sempre muito cordial e em tom de amizade, D. Afonso V não se coloca em posição de apoiar abertamente um dos partidos. Sabia que aquelas não eram as suas guerras e queria manter a todo o custo a paz com todos os blocos a quem diz reservar especial amizade, sem excepção. Talvez não o sentisse relativamente a Álvaro de Luna, mas diplomaticamente não o revela.

Em Julho de 1451 D. Afonso V convida Alfonso Pimentel para fazer parte integrante do seu conselho, incumbindo-o de o bem aconselhar sempre que

para tal for solicitado. Que pretendia D. Afonso V? O conde de Benavente estava muito próximo do príncipe herdeiro de Castela que em breve subiria ao trono. Tentava assim conhecer de perto a política castelhana e contactar de forma mais velada com D. Henrique?

Em 1453, Afonso de Pimentel dá a conhecer o requerimento enviado por Henrique IV ao monarca português, no qual pedia para casar com D. Joana, irmã de D. Afonso V. Será apenas coincidência ou o conde de Benavente promovia a troca de informações entre D. Afonso V e Henrique IV?

No seguimento deste acordo D. Afonso V tenta captar o auxílio dos grandes de Castela e em Maio desse ano assina um pacto de confederação em que estão envolvidos o arcebispo de Sevilha, o mestre de Santiago, o conde de Plasencia, o marquês de Santillana, o bispo de Sigüenza e Pedro Velasco, que se comprometem a se manterem ao lado de D. Afonso V e a lhe prestarem todo o auxílio necessário.

Iniciam junto ao Papado os trabalhos no sentido do casamento de D. Afonso V com Isabel ser realizado o mais brevemente possível. Fruto das negociações, em Junho desse, ano Paulo II envia uma bula na qual facilita o casamento de D. Afonso V com Isabel de Castela.

A partir deste momento D. Afonso V concede inúmeras cartas de segurança e de privilégio, entre elas de isenção de pagamentos, a castelhanos e a navios galegos e castelhanos, que se deslocam às possessões portuguesas em África, privilegia com sucessivas cartas o mosteiro de Guadalupe, privilegia e concede cartas de segurança a judeus castelhanos, interessa-se por restaurar a paz em zonas de fronteira mais conflituosas, favorece as ligações das cidades e vilas castelhanas a Portugal, suaviza as trocas comerciais entre os dois reinos..., em suma, usa uma política de charme sobre mercadores, senhores da nobreza castelhana e elementos do clero no sentido de alcançar as suas pretensões. Em Portugal, os privilégios concedidos a castelhanos são de imediato apontados e criticados pelos que directamente sofriam as consequências dessas regalias.

Isabel mantém uma postura irredutível de recusa á ligação a D. Afonso V e face a esta situação avança para o matrimónio com Fernando de Aragão em Outubro de 1470, facto que causa o maior desagrado a Henrique IV que via quebrados os acordos assinados pelos irmãos em Toros de Guisando. Perante a desobediência da irmã, logo após o casamento, Henrique IV e a rainha Joana proclamam a filha de ambos, Joana, como sucessora dos reinos de Castela e juram a sua legitimidade que fora, desde o primeiro momento, colocada em

causa. Joana a Beltraneja é, perante este documento, filha legítima de Henrique IV e sua sucessora no trono de Castela. Isabel por vontade e ordenação de Henrique IV era retirada da linha de sucessão. Para muitos este acto continuou a não ter validade. A legitimidade de Joana continuaria a ser, nos meandros da corte, colocada em causa, assim interessava a uma facção da nobreza. Por outro lado, as atitudes inconstantes de Henrique IV não mostravam a determinação própria de um rei e senhor na condução da sua política interna.

Contrariando o que estava planeado, Isabel optou antes por casar com Fernando de Aragão, o que realizou praticamente na clandestinidade, na medida em que contrariava a vontade de seu irmão Henrique IV e o acordo estabelecido no Pacto de Toros de Guisando. As bodas celebram-se em 18 de Outubro de 1469, o que ocasionou surpresa e perplexidade entre muitas pessoas. Este acontecimento teve como desenlace o surgimento de uma nova corrente em torno de Joana a Beltraneja no sentido de ser encarada como a única herdeira e sucessora legítima ao trono de Castela. Em 1470 em Valle de Lozoya os representantes de Henrique IV declaravam nulo e sem qualquer valor o acordo, firmado em 1468 en Toros de Guisando, favorável a Isabel. Como pedra preciosa, a jovem Joana, de apenas oito anos de idade, é utilizada como futura mulher do príncipe D. João. Mas a inconstância da política castelhana é de tal natureza que nos anos que se seguem, decorridos entre 1469 e 1473, a princesa aparece-nos como prometida das casas de França, Nápoles e de Aragão, para voltar de novo em 1474 ao cenário português.

Perante a consumação do casamento de Isabel com Fernando de Aragão, abria-se a segunda possibilidade acordada no tratado realizado entre Portugal e Castela em Abril de 1469. Concretizava-se a sucessão de Castela via Joana que nestas condições casaria com o monarca português. Na prossecução do tratado temia-se a entrada hostil de Portugal em Castela e a celebração do casamento de D. Afonso V com sua sobrinha.

Conta Mosén Diego de Valera que estava D. Afonso V já embarcado para partir para África quando uma embaixada de Henrique IV chegou para acertar o casamento de D. Joana com o monarca. Henrique IV dava andamento imediato ao acordado na aliança de 1469. Afonso V saiu da nau onde se encontrava e aceitou o casamento que lhe era proposto. Reuniu com os embaixadores em privado e depois de algumas palavras em público dirigidas aos embaixadores e a Henrique IV, voltou a entrar na nau e partiu para África. Por momentos D. Afonso V abandona a política castelhana e centraliza a sua acção em Mar-

rocos. Os meses que se seguem são de conquista, que culmina com a conquista de Arzila e Tânger no ano 1471.

Desde o primeiro momento que estes príncipes demonstraram dominar a situação, e depressa revelaram autoridade e força suficiente para continuar. A nobreza reage e a situação de anarquia em breve se volta a instalar. Henrique IV em Outubro de 1470, em Valle de Lozoya, anula o direito de Isabel à sucessão por quebrar o tratado de Toros de Guisando, e volta a proclamar como sua herdeira Joana a Beltraneja. Acentua-se o declive entre as grandes famílias da nobreza castelhana que se dividiam em partidos e disputavam territórios e poderes jurisdicionais. Disputa-se novamente a subida ao trono de Isabel e de Joana. Henrique IV voltado para o auxílio prestado por Portugal, pede a D. Afonso V que proteja, depois da sua morte, os direitos de Joana.

Perante a questão do casamento de Fernando e Isabel se ter consumado sem dispensa papal, é efectuado novo pedido ao papa Sisto IV para que o casamento seja legitimado, impunha-se afastar a desconfiança. Com o apoio papal a princesa Isabel era a candidata mais poderosa à sucessão de Henrique IV.

Em 1471 são convocadas cortes para Santarém. Entre os assuntos tratados nesta reunião destaca-se a questão das finanças do reino. Entre os assuntos levados a cortes figura a entrada em ordem da princesa santa Joana, filha de D. Afonso V, que actuara como regente do reino durante a ausência do monarca e do príncipe D. João, enquanto envolvidos nas conquistas marroquinas. O reino manifesta-se contra a decisão tomada pela princesa, temendo que a sua pessoa ainda pudesse vir a desempenhar papel importante em assuntos políticos.

Impunha-se que o príncipe D. João casasse o mais breve possível e que desta forma assegurasse a sucessão do trono português perante alguma eventualidade de crise. O casamento foi acordado com D. Leonor, filha do infante D. Fernando e realizado a 22 de Janeiro de 1471 em Setúbal. Por serem primos foi necessária dispensa papal para o casamento. Só em 1473 tomaram casa própria. O dote de casamento e arras foi estipulado por acordo a 16 de Setembro de 1473, mas só nas cortes reunidas em Lisboa em 1473 o pedido para o dote de casamento foi colocado. Nesta data o matrimónio estava já consumado. Estas datas atestam a urgência da sucessão e da realização do casamento que deixa para segundo plano outros factos considerados de menos relevantes.

O conflito com Castela parecia inevitável. Estava marcado há algum tempo e os acontecimentos evoluíam rapidamente no sentido do confronto. Os preparativos, fossem quer em Portugal quer em Castela, tomavam forma.

Arrastar a população para uma guerra com Castela era economicamente complexo mas socialmente estava facilitado pelas relações hostis que se desenvolveram com o reino vizinho ao longo de séculos. As relações entre portugueses e castelhanos não eram pacíficas nem em terra nem nos mares. As fronteiras portuguesas debatiam-se com questões intermináveis. A fronteira da Galiza, apesar da amizade e dos laços familiares entre os homens aqui estabelecidos, vive alguns conflitos sobretudo marcados pela nobreza instalada no território de ambos os lados da fronteira e pelas delimitações religiosas das dioceses que não acompanham as delimitações políticas da raia. Nas fronteiras de Trás-os-Montes, Beira, Alentejo e Algarve os povoados vivem períodos de intensos debates. Aqui, levantam-se questões que estão marcadas pela dificuldade em demarcar campos e pastos, áreas de pesca e de exploração de rios e regatos. As dificuldades na delineação dos espaços são acompanhadas da pouca transparência na cobrança de impostos por ambos os lados da fronteira e da acção de oficiais sempre contestados.

Nos mares as relações são igualmente conflituosas. Aqui terras e homens são amplamente disputados. Sobre as ilhas e as rotas do Atlântico residem forças contrárias que reclamam a posse de terras, de produtos e de lucrativas áreas de pesca.

D. Afonso V procurou a todo o custo defender os seus interesses e os de sua sobrinha, D. Joana. Impunha-se cumprir o acordo estabelecido em Abril de 1469 e assim poderia em breve dar ensejo aos desejos da unidade ibérica que ansiava.

Para o concretizar solicitou auxílio militar a Luís XI e a intervenção do papa Sisto IV para que este concedesse com brevidade a dispensa papal necessária para que o casamento com D. Joana se efectivasse. Além de poderoso, Luís XI tinha uma influência conhecida sobre Sisto IV da qual o monarca português pretendia desfrutar. D. Afonso V confiava plenamente em Luís XI que falsamente e numa atitude de duplicidade política actuava esperando o evoluir dos acontecimentos. Numa atitude de agrado aos monarcas português e castelhano, o monarca francês envia uma carta ao papa em favor de D. Afonso V e em simultâneo felicita Fernando de Aragão pela ascensão ao trono castelhano que o casamento com Isabel e a morte de Henrique IV lhe tinham proporcionado. Luís XI encontrava-se em posição de não optar por nenhum dos partidos de ânimo leve. Aragão era um aliado, mas as lutas centradas nos condados pirenaicos sobre o Roussillon e a Sardenha ainda mostravam as suas marcas. Por

seu turno a relação conflituosa com Carlos o Temerário não colocava Portugal no seu rol de amizades. Vivia numa expectativa sobre o evoluir dos acontecimentos na península ibérica.

Em Aragão, João II não esquece a posse da Catalunha e vai desenvolver uma hábil política no sentido da sua ocupação. Lentamente vai obtendo o apoio das diversas famílias dos condados, incluindo o de Barcelona que acaba por ceder. O monarca aragonês prometeu perdão a todos os revoltosos, prestou juramento às Constituições da Catalunha e declarou validade a todas as medidas adoptadas internamente. Em 1472 assina-se a Capitulação de Pedralbes. Estava terminada a guerra e a Catalunha iniciava outro período da sua história.

Em Castela, os Reis Católicos, Fernando e Isabel, temiam a contínua divisão interna do reino que no passado causara grandes agravos e receavam o poder e a força que D. Afonso V podia demonstrar. Perante as suas intenções em casar com a sobrinha Joana e de avançar com o plano acordado com Henrique IV, os monarcas castelhanos propõem um novo acordo a D. Afonso V. Era do interesse dos Reis Católicos alcançar o mais rapidamente possível a paz para evitar que o rumo dos acontecimentos lhes fosse desfavorável. D. Joana casaria com o duque de Viseu D. Diogo, e D. Afonso V com Joana, infanta de Aragão, irmã de Fernando de Aragão, que desistiria do acordo de casamento com o rei de Nápoles. D. Afonso V reage negativamente à proposta. A razão e a legalidade da sucessão ao trono de Castela estavam com Joana, causa que não abandonaria por questão de honra e de justiça.

Isabel e Fernando desenvolvem junto da nobreza uma tarefa de captação de partidários políticos à sua causa. Progressivamente vão conseguindo atrair forças e vão adoptando uma conduta mais de acordo com os interesses do reino. Apesar de todos os esforços dispendiosos, não demovem Henrique IV dos seus intentos. Por este motivo não contaram com o apoio suficiente para que Isabel fosse considerada, de imediato, herdeira da coroa.

A insistência de João II de Aragão sobre França a propósito da entrega do Roussillon e a não cedência de Luís XI acentuava o conflito e trazia uma força ao bloco castelhano oposto ao aragonês. Para neutralizar a força de França no conflito, João II de Aragão desde 1470 promove um acordo com Inglaterra, Borgonha e Nápoles. Em Janeiro de 1473, João II invadiu os territórios pirenaicos que Luís XI se negava a devolver. Fernando ajuda-o nesta empresa colocando em marcha um bloco castelhano-aragonês que o auxiliou no alcance da vitória. Luís XI assina um pacto de tréguas que no ano seguinte de 1474 irá romper.

Neste ano de 1474 outros acontecimentos marcantes vão ser fundamentais para o desenrolo da situação. Morrem Juan Pacheco e, dias depois, Henrique IV. A morte deste acentua a divisão interna em dois partidos. Por um lado os que apoiavam D. Afonso V e D. Joana e, por outro lado, o partido aragonês que apoiava Isabel e Fernando. Esta oposição assume-se como uma questão sucessória envolta na procura do equilíbrio entre os reinos peninsulares que tentam por todos os meios impor a sua hegemonia sobre os outros.

Henrique IV morrera sem deixar qualquer decisão. A sua posição relativa à sucessão não foi claramente conhecida, apesar de, nos últimos momentos da sua morte, os que se encontravam junto ao seu leito tentarem arrancar a resposta para a questão mais aflitiva do momento. O monarca parecia inclinar-se para Joana a quem considerava filha, mas não teve tempo de sustentar a escolha.

Anos mais tarde, quando morre Isabel a Católica, correm rumores que contavam que Henrique IV deixava na hora da morte um testamento no qual declarava Joana sua filha legítima, herdeira do reino. Este documento, dizia-se, estava enterrado com outros documentos em Portugal, na vila de Almeida.

A 3 de Dezembro de 1474, depois das cerimónias fúnebres de Henrique IV, Isabel é proclamada rainha em Segóvia. Fernando, ausente, no momento encontrava-se em Aragão, chega a Segóvia a 31 de Dezembro. Foi informado pelo arcebispo de Toledo Alfonso Carrillo de Albornoz, cabeça do partido aragonês em Castela, da proclamação da rainha Isabel. A novidade foi dada como tendo sido uma manobra astuta de Isabel, uma vez que Fernando não tinha sido proclamado rei, facto que lhe retirava autoridade. Este acto, apesar de ter despertado alguma ira em Fernando, que não aceitava um papel secundário neste assunto, estava de acordo com o estabelecido no acordo de Cervera que conferia o título de rei consorte a Fernando. Isabel agira de acordo com os seus direitos. Esta intriga deve ter causado algum mal-estar, facto que, como consequência, levou à realização de um acordo que os monarcas assinaram em Segóvia a 15 de Janeiro de 1475. A forte determinação de Isabel manteve as condições impostas anteriormente.

Este acordo, elaborado por Pedro González de Mendoza e Alfonso Carrillo de Albornoz, elementos que lideram as facções castelhana e aragonesa, estabelece direitos iguais a homens e mulheres no que consta ao exercício do poder régio. Outorgou a Fernando delegações plenas de funções sobre Castela, delegação de poder que Fernando concederia a Isabel sobre o Reino de Aragão.

Fernando governará em Castela, mas ficou bem claro que a herdeira do trono era Isabel. Todos os actos seriam comuns, realizados em nome de ambos os consortes e até os cronistas não teriam permissão para individualizar a acção de um e de outro. Esta insistência na presença comum em todos os actos públicos originou algumas histórias de corte como a produzida por Hernando del Pulgar que escreveria com algum humor na sua crónica, que o «rei e a rainha deram à luz uma filha».

Logo a seguir à notícia do falecimento de Henrique IV de Castela, verificado em 11 de Dezembro de 1474, D. Afonso V escreveu diversas cartas aos principais fidalgos do reino dando-lhes a conhecer que se encontrava na firme disposição de proceder à invasão do reino vizinho. Com o propósito de levar por diante a sua intenção o monarca português lavrou uma carta em 25 de Abril de 1475, encontrando-se em Portalegre, dirigida a seu filho, o príncipe D. João, mediante a qual lhe outorgava amplos poderes enquanto ele estivesse ausente de Portugal.

O regimento era de natureza a que o herdeiro da coroa passasse a governar o reino, com o poder de o defender dos ataques inimigos, tendo ainda competências no sentido de outorgar tenças pecuniárias e efectuar doações de terras e castelos. Com a maior prudência, D. Afonso V, três dias após a concessão desse regimento, procedeu à divulgação do seu testamento no qual declarava que esse filho seria por direito o herdeiro da coroa pelo que recomendava expressamente aos seus súbditos que lhe obedecessem e o acatassem como seu soberano, pelo que lhe deviam obedecer. Para que as suas determinações fossem explicitamente entendidas usava para o efeito o formulário utilizado nas circunstâncias adequadas. O rei, denotando a máxima preocupação no sentido do seu testamento ser escrupulosamente cumprido, dava instruções no sentido de que os seus executores seriam o seu filho o príncipe D. João, o arcebispo de Lisboa Jorge da Costa e o vedor da fazenda Gonçalo Vaz.

É de observar que o monarca reuniu cortes na cidade de Évora, as quais foram convocadas para terem início em meados do mês de Fevereiro de 1475. A sua realização parece estar relacionada com o problema sucessório de Castela. D. Afonso V mostrava-se particularmente atento a esta momentânea questão. Se recuarmos até o ano de 1465, teremos conhecimento de que o monarca português encarara com agrado a ideia de Isabel, mãe de D. Joana, de casar sua filha com ele próprio. A intenção da mulher de Henrique IV fora colocada nas cortes da Guarda desse ano com o propósito de aliciar D. Afonso V no sentido

de prestar auxílio ao marido que fora deposto em Ávila pela nobreza castelhana. A ideia não teve pés para avançar, tanto mais que o projecto do casamento caiu no esquecimento com a celebração do Pacto dos Toros de Guisando. Face ao insucesso do projectado casamento com D. Joana pensou-se em alternativa no consórcio entre D. Afonso V e Isabel a Católica, a qual havia sido declarada nesse pacto a legítima sucessora de seu irmão Henrique IV. Anos mais tarde, conforme nos refere o cronista Rui de Pina (*Crónica de D. Afonso V*, capítulo 173) o príncipe D. João viria a censurar o pai por não ter levado por diante o propósito de casar com Isabel, do mesmo modo que ele próprio deveria ter-se matrimoniado com D. Joana, para deste modo cobrirem-se ambas as possibilidades de qualquer um deles na presunção de se unirem as presumíveis herdeiras do trono castelhano, de um modo ou de outro seriam de Espanha «pacíficos reis e senhores».

O arcebispo Alfonso Carrillo de Albornoz, em breve deixará a causa dos Reis Católicos e passará a apoiar Joana e D. Afonso V. Entre os motivos desta viragem encontra-se a estratégia política de Fernando e Isabel que conferem apoio a figuras mais jovens preterindo os serviços dos elementos mais idosos. O arcebispo junta-se aos partidários de Joana, entre eles Álvaro de Stúñiga duque de Arévalo, Diego López Pacheco e o marquês de Villena.

Os Reis Católicos teriam tarefas importantes a cumprir para manter a paz, solidificar o poder de ambos, restabelecer a ordem e recuperar as finanças públicas. Rompia-se com a situação de crise e iniciava-se uma nova realidade política de ordem e de estabilidade que pretendia recuperar o tempo perdido e orientar Castela no domínio dos novos mundos do Atlântico. Estes mostram-se detentores de uma política justa e sobretudo praticantes de uma correcta aplicação da lei e de uma dedicação à causa da guerra, conduta e características favoráveis a um bom governo.

Sabe-se, ainda, que ao tomar conhecimento da morte de Henrique IV, D. Afonso V reuniu o conselho na vila de Estremoz. Esta reunião segundo nos relata Rui de Pina deu-se dias após a recepção da embaixada castelhana portadora do testamento, através do qual o falecido monarca castelhano afirmava sobre palavra de honra ser Joana sua filha natural e legítima herdeira, pelo que pedia ao rei de Portugal, seu cunhado, que aceitasse governar o reino de Castela. O conselho de Estremoz, conforme nos refere o cronista Damião de Góis, constituiu um acto extremamente solene, onde se encontravam presentes todos os grandes e principais do reino. Segundo o seu testamento o príncipe te-

ria sido o maior entusiasta do casamento e da empresa de Castela, ao contrário do arcebispo de Lisboa, o célebre prelado Jorge da Costa, e do marquês de Vila Viçosa, Fernando, que recomendavam a maior prudência. Conhece-se, ainda, o parecer conjunto elaborado pelo bispo de Évora Garcia de Meneses, Lopo de Albuquerque e o prior do Crato, no qual são tecidas diversas considerações sobre os preparativos militares a empreender na campanha contra os partidários dos Reis Católicos. Do conselho de Estremoz saíram diversas resoluções. Uma delas consistia em enviar a Castela Lopo de Albuquerque para que este fidalgo pudesse avaliar acerca dos apoios que a natureza castelhana dispensava à causa do rei de Portugal. A segunda tarefa consistia em estabelecer contactos diplomáticos com o rei da França Luís XI, instando-o a endurecer a guerra contra Aragão. A terceira foi a de convocar para votar «pedidos» destinados à guerra que se apresentava iminente.

No que toca às relações com o rei da França, D. Afonso V, por carta de 13 de Janeiro de 1475, escrita desde Estremoz, informava-o da sua intenção de receber por mulher a Joana, reconhecida e jurada como herdeira e legítima sucessora do reino de Castela. Explicava na sua missiva o seu propósito de entrar nesse território à frente de um numeroso exército, do mesmo modo que através dos seus enviados convidava a nobreza castelhana a aderir à sua causa. Lembrava na sua exposição o rei português ter constância da velha amizade que ligava os reis de Castela e de França, situação que sairia reforçada com a sua subida ao trono daquele reino. Quanto aos direitos que assistiam a Joana, manifestava que por seu pai fora declarada, em artigo de morte, sua legítima sucessora. Esse acto decorrera na presença da alta nobreza e da prelazia castelhana, sendo por Henrique IV encomendada a sua fidelidade e honra.

Em 30 de Janeiro de 1475 D. Afonso V tornou a insistir receoso que a sua missiva ao seu homólogo francês não houvesse chegado ao seu destino, pois o seu emissário o arauto Lisboa, poderia ter padecido durante a sua viagem de uma doença que o impedisse de prosseguir. Reitera em termos idênticos o que escrevera na sua carta anterior, insistindo na legitimidade de Joana e no seu reconhecimento como rainha de Castela. O rei fazia profissão de fé que a maior parte dos fidalgos castelhanos lhe haviam escrito solicitando-lhe que reconhecesse como sua mulher a filha de Henrique IV, para assim a proteger das manobras insidiosas dos seus inimigos. Pedia todo o apoio a Luís XI e declarava-lhe que nada haveria a recear dos seus inimigos e de um modo particular das arremetidas do rei de Aragão, Fernando. Recordava que o mesmo já abusivamente se intitulava rei de Castela. Caso o aragonês viesse triunfar, constituiria um enorme perigo para ambos os reinos. Requeria D. Afonso V ao seu homólogo o máximo apoio, do mesmo modo que lhe referia que iria escrever ao papa para que este arbitrasse a contenda. Recomenda a Luís XI que proceda do mesmo modo.

Nesse mesmo dia, Luís XI escreve ao rei de Portugal a acusar a sua carta de 8 de Janeiro, que lhe fora entregue pelo arauto Lisboa. Na sua resposta afirma que através do seu enviado Olivier le Roux, a quem encarregara a resposta, incumbe ao mesmo de informar D. Afonso V que tinha gerido junto do papa intercedendo em relação ao seu pedido. Das instruções dadas pelo rei da França ao seu enviado constam os pontos que se seguem na sua entrevista com D. Afonso V. O emissário francês refere que Luís XI ficara sensibilizado pela notícia de que os principais fidalgos castelhanos se mostraram dispostos a apoiar o casamento do rei de Portugal com Joana, do mesmo modo que se mostrava favorável a uma aliança entre a França e Castela. Olivier le Roux recebeu cópias das cartas do apoio dos castelhanos à candidatura de D. Afonso V em latim e em francês. Apesar do reparo de Luís XI de que apenas no fim das cartas se fizesse menção do nome do arauto Lisboa, ele tivera-as em boa conta e mostrava-se disponível para uma união, confederação e aliança. Subtilmente o rei da França recordava ao de Portugal, em virtude da sua aliança com a Inglaterra, que era a inimiga principal do seu reino, em que moldes é que deveria ser sustentada a aliança entre as partes. Declarou Olivier le Roux que lhe parecia bem a Luís XI que as alianças a firmar entre ele e Castela deviam assentar nas bases tradicionais existentes entre ambos os países.

O embaixador francês deu conhecimento a D. Afonso V de que o seu homólogo aragonês, João II, lhe enviara um representante diplomático, o conde de Prado, o qual em nome dos Reis Católicos propunha a Luís XI um tratado de paz e de aliança entre os dois reinos. Como reforço dessa aliança sugeria-se o casamento do delfim de França, o príncipe Carlos, que viria a reinar com o título de Carlos VIII, com a infanta Joana, filha dos reis de Castela. Olivier le Roux transportava consigo algumas cópias comprovativas das propostas castelhanas. Como complemento das negociações encetadas, comunicava o emissário francês ao rei de Portugal que Luís XI não tomara nenhuma decisão sobre a proposta efectuada, pelo que enviara um embaixador a João II de Aragão de modo a inteirar-se da fiabilidade das promessas negociáveis. Assegurava o enviado francês que Luís XI tinha em enorme estima as qualidades do rei por-

tuguês pelo que se empenhava numa aliança fraterna que unisse os dois monarcas. Tal desejo já o fizera saber por Vasco de Sousa e pelo chanceler-mor da Beltraneja, Lopo de Almeida. Revelando compreensão, para não dizer astúcia, Olivier le Roux afirmava que Luís XI desejava uma aliança com D. Afonso V, não obstante o tratado de Portugal com Inglaterra, para o qual manifestava compreensão. Admitia, inclusive, que mesmo que Portugal não pretendesse uma aliança com a França, nem por isso Luís XI deixaria de trabalhar a favor de D. Afonso V. Conseguir a paz entre os dois reinos seria o objectivo principal do rei francês, segundo a argumentação de Le Roux. O emissário não se sentia apto para progredir mais nas negociações sem que houvesse uma completa clarificação das intenções de D. Afonso V, pelo que se mostrava expectante em relação à negociação da aliança entre ambos os reinos.

Na sua missão a Castela o conde de Penamacor, Lopo de Albuquerque, trouxe de volta a Portugal boas notícias: no conjunto de apoiantes da causa de D. Afonso V encontravam-se como principais o arcebispo de Toledo, o marquês de Santillana, o marquês de Villena, o duque de Arévalo e o mestre de Calatrava. Para esse efeito Lopo de Albuquerque era portador de certificados que abonavam essa adesão.

As cortes de Évora tiveram início em meados de Fevereiro de 1475. A sua convocação obedeceu ao princípio de serem «votados» os pedidos destinados a financiar a guerra contra os Reis Católicos. Numa derradeira tentativa de evitar o rompimento das hostilidades o monarca português ordenou a Rui da Cunha a que se deslocasse até junto da corte dos Reis Católicos, os quais se encontravam em Valhadolid, onde se realizavam justas e torneios. Cumpria ao emissário real notificar-lhes que sendo D. Afonso V casado com Joana, filha legítima de Henrique IV, o reino de Castela lhe pertencia por direito próprio. Contrária era a posição de Isabel e Fernando, que invocavam os seus direitos e aconselhavam D. Afonso V a não se intrometer numa aventura militar que lhe podia sair cara. Em defesa dos seus direitos os Reis Católicos invocavam preceitos de natureza jurídica.

Confrontado com o impasse, apenas restava ao rei de Portugal tomar a iniciativa e desencadear as operações militares. Acompanhado por um numeroso exército, entrou no território castelhano na segunda metade do mês de Maio de 1475. Assentou o seu arraial na fortaleza de Codiceira e em seguida em Piedrabuena, local onde se despediu do príncipe D. João, que o acompanhava. Divergem sobre os efectivos militares os cronistas Rui de Pina e Andrés Bernáldez. Assim, enquanto o primeiro refere 5600 cavaleiros e 14000 peões, o que nos parece manifestamente exagerado, o segundo deverá aproximar-se da realidade ao mencionar 3500 cavaleiros e numerosa peonagem.

Entretanto, D. Afonso V chegou a Plasencia, onde era aguardado por numerosos fidalgos castelhanos, com a finalidade de receber por sua mulher sua sobrinha Joana. A cerimónia efectuou-se em 25 de Maio de 1475, tendo sido celebrada por João Galvão, arcebispo de Coimbra. De acordo com Damião de Góis, ao inteirarem-se os Reis Católicos, através dos seus espias, do acto nupcial, organizaram os seus preparativos para uma invasão do território português. É de notar, contudo, que já anteriormente por carta passada por Fernando o Católico em 10 de Maio de 1475 ao cidadão de Ávila Rodrigo Cortês, lhe concedia a vila de Almeida quando a mesma fosse conquistada pelos seus homens de armas.

A consumação do matrimónio apenas se faria depois da bula papal. Nesta cidade Joana é proclamada rainha e D. Afonso V assume o título de rei de Castela e Leão. Como resposta, os Reis Católicos assumem o título de reis de Portugal. Desde Plasencia D. Joana elaborou um manifesto que dirigiu a todas as cidades do reino revelando que Henrique IV teria falecido por envenenamento. Deixavam no ar que o partido de Isabel teria apressado a morte de Henrique de forma a mudar o rumo dos acontecimentos. O exército castelhano concentrou-se em Badajoz e Ciudad Rodrigo, em duas bases militares extremamente agressivas.

Ainda durante a sua permanência em Plasencia, em 3 de Junho, o monarca português enviou a França Álvaro de Ataíde (este como embaixador) e o licenciado João de Elvas, para que negociassem o seu reconhecimento como soberano de Castela, do mesmo modo que procederiam à renovação dos antigos tratados que existiam entre as coroas de Castela e de França. A vigência do tratado poderia ser por tempo limitado ou revestir carácter perpétuo, em conformidade com o teor dos pactos anteriormente celebrados. Os embaixadores eram mandatários no sentido de procederem às adaptações e alterações necessárias à viabilização dos acordos que iriam ser ratificados e corrigidos nos artigos que se apresentassem ambíguos ou susceptíveis de serem clarificados.

A campanha de D. Afonso V por terras de Leão e de Castela, no início do Verão de 1475 é-nos apresentada pelo cura de Palácios quando nos refere a digressão de D. Afonso V através da Terra de Campos. A todos os alcaides das vilas e castelos do vale do Douro requeria que lhe obedecessem e procedessem

à sua entrega. A adesão ao monarca português apresentou contornos significativos. De salientar é a colaboração do fidalgo castelhano Juan de Ulloa, que lhe entregou a cidade de Toro. No entanto o seu irmão Rodrigo de Ulloa, que se encontrava casado com uma senhora que seguia o partido dos Reis Católicos, resistiu durante bastante tempo à entrega do castelo dessa localidade. Em reconhecimento da conduta de Juan de Ulloa o rei fê-lo membro do seu conselho, e patrocinou o casamento de uma filha, María de Ulloa, com o conde de Marialva, Francisco Coutinho, o qual recebeu em atenção à lealdade do seu sogro, entretanto falecido, por mercê de 4 de Junho de 1476, a vila e o castelo de Castelo Rodrigo.

Sentindo a ameaça de uma forte retaliação da parte dos Reis Católicos, o monarca português designou fronteiro da comarca da Beira o bispo de Coimbra João Galvão, e da comarca do Alentejo o bispo de Évora Garcia de Meneses. Entretanto nomeou Pero de Albuquerque, alcaide-mor do castelo do Sabugal, para capitão das vilas de Sabugal e Alfaiates.

Ambos os reinos preparam os seus súbditos para a guerra. Perdões, privilégios, cartas de segurança, isenções e outros são concedidos como forma de incentivo à participação no conflito. A título de exemplo pode ser citado o auxílio prometido a Diego López Pacheco, filho do marquês de Villena, em Março de 1475, para que este conquiste o mestrado de Santiago, caso este se alie ao partido de D. Joana e auxilie D. Afonso V a alcançar a coroa de Castela e Leão. D. Afonso V assegura ainda a manutenção da sua casa e de todas as tenças e privilégios que recebeu de Henrique IV e a manutenção das casas do mestre de Calatrava, do conde de Ureña, do marquês de Cádis, do conde de Medellín, de Pedro Portocarrero, de Afonso, seu irmão, de Alfonso Aguilar, do bispo de Burgos, do conde de Luna, de Lopo Vasques da Cunha e de todos os outros que dele dependerem. Promete-lhe ainda o casamento de Diogo, duque de Viseu com Joana, irmã do duque de Villena. Com estes homens alinhavam muitos outros que com eles tinham relação e obrigação de vassalagem. Estes homens que apoiavam agora D. Afonso V eram os fiéis seguidores de Henrique IV e das suas determinações. Antes de morrer, o monarca deixava clara a sua vontade e a legitimidade da sua sucessão. Espantosamente ou não, D. Beltrán não aderia a esta causa.

Como resposta, os Reis Católicos fazem um apelo à participação à sua causa e concedem perdões aos que se associassem contra o monarca português. Chamavam os maiores de dezoito anos e menores de sessenta a participar nas milícias reunidas para enfrentar Portugal. Davam liberdade para matar, prender, tomar e destruir bens em Portugal e a portugueses. Concediam as vilas portuguesas a quem as tomasse. A situação na fronteira é de guerra efectiva. As correrias começam a fazer vítimas e as aldeias rendem-se perante o ataque dos castelhanos, foi o caso de Ouguela. Francisco de Solís tomou-a pela força das armas e a 31 de Julho recebeu dos Reis Católicos uma carta de doação dessa vila.

Determinada pela preocupação de diminuir a pressão portuguesa sobre o território de Castela, Isabel a Católica determinou por alvará de 20 de Junho de 1475 que o mestre Alonso de Cárdenas fizesse guerra «a fuego» e «a sangre» em Portugal, destruindo vilas e lugares e matando os peões e os cavaleiros. Para esse efeito devia utilizar armas de destruição, com particular destaque para as «bestas de arremesso». Para que constasse, a rainha Isabel difundiu o seu propósito ao publicitar aos seus súbditos que lhes seriam entregues as cidades, vilas e castelos que fossem conquistadas em Portugal.

Dias antes da entrada de D. Afonso V em Castela, antes do casamento com D. Joana, sucede um episódio curioso que é conhecido por uma carta datada de 10 de Maio, na qual Fernando concede a vila de Almeida a Rodrigo Cortez, vizinho da cidade de Ávila quando esta vila for conquistada. Rodrigo Cortez, fiel servidor dos Reis Católicos quando D. Afonso V declarou que o reino de Castela pertencia por direito a Joana, entrou em Portugal e deu conhecimento pelas vilas fronteiriças de que o monarca português pretendia apoderar-se ilegitimamente do reino de Castela. A Rodrigo Cortez opôs-se o português Luís Brandão. Combinaram uma luta num campo castelhano perto da fronteira. Relata a carta que o vizinho português se pôs em fuga temendo pelo facto de a luta se realizar em campo castelhano e de lhe estar preparada uma armadilha. Esta narração atesta bem as relações de perigo constante que vive a fronteira em épocas de conflito.

Apesar de a cronologia dos acontecimentos não ser de um rigor absoluto em termos de reconstituição, os indícios que possuímos apontam para que a entrada das hostes castelhanas em terras de Portugal tenha sucedido nos derradeiros dias do mês de Junho de 1475. O mestre de Alcántara, Francisco de Solís, desenvolveu um ataque desde Badajoz sobre as linhas de Elvas, tendo esta operação militar como consequência a conquista da praça de Ouguela. Desde Medina del Campo, os Reis Católicos, por carta de 31 de Julho, doavam essa fortaleza ao referido mestre. Nesse mesmo dia expediram uma circular em que

notificavam ás cidades de Coria, Badajoz, Trujillo, Cáceres e Albuquerque, que deviam apoiar através de todos os meios ao seu alcance aos homens que se encontrassem ao serviço de Francisco de Solís, para que lutassem contra todos os seus inimigos que estivessem em Portugal e ainda combatessem os fidalgos castelhanos que apoiavam D. Afonso V, como era o caso do duque Álvaro de Estúñiga, do conde de Plasencia, do marquês de Villena, da condessa de Medellín e doutros cavaleiros que lutavam a seu lado.

Manifestando uma forte ligação à causa de D. Afonso V, a condessa de Medellín, Beatriz Pacheco, irmã do marquês de Villena, manteve-se firme no castelo de Mérida, tendo aí acolhido o bispo de Évora, Garcia de Meneses, quando foi derrotado pelo mestre de Santiago. Com a retirada de D. Afonso V após o desastre de Toro, a condessa refugiou-se em Santarém, com direito a receber desde 1480 a tença anual de 178 327 000 reais brancos, que constituía uma quantia avultada.

Durante a ocupação de Ouguela pelos castelhanos, cuja permanência deve ter sido curta, travaram-se diversas escaramuças de parte a parte. Um dos momentos mais dramáticos desses confrontos resultou do combate de dois valentes cavaleiros: o castelhano Galindo e o português João da Silva, camareiro mor do príncipe D. João, tendo resultado desse embate corpo a corpo a morte de ambos.

As guerras fronteiriças tiveram uma considerável ressonância no conjunto das cidades e vilas de Portugal. Esta inquietação surge-nos bem palpável na vereação da câmara do Porto efectuada em 12 de Julho de 1475. A notícia veiculada dava conta de que alguns navios galegos tinham apresado embarcações nacionais em Vila do Conde. Para pôr cobro a um perigo iminente decidiram colocar vigias em Matosinhos e São João da Foz. Correspondendo a uma medida de mobilização geral procedeu-se na vereação efectuada em 15 desse mês à leitura de uma carta escrita desde Portalegre, em 19 de Maio desse ano, mediante a qual se indagava qual o número de homens disponíveis no Porto e no seu termo para combaterem na frente de operações. O apuramento deveria incidir sobre o quantitativo de vassalos, peonagem e cavalaria. Um importante documento existente na chancelaria de D. Afonso V, de 14 de Maio de 1480, revela-nos que a fronteira portuguesa foi duramente fustigada durante o período compreendido entre os anos de 1475 e 1478. A guerra atingiu duramente 28 localidades situadas na área raiana. Eram abrangidos por este anel de fogo o Sabugal, Santo Estevão, Monsanto, Segura, Montalvão, Castelo de Vide, Marvão, Portalegre, Assumar, Alegrete, Monforte, Arronches, Campo Maior, Borba, Vila Viçosa, Ouguela, Elvas, Juromenha, Alandroal, Redondo, Terena, Olivença, Monsaraz, Mourão, Moura, Noudar, Serpa e Alcoutim.

Em 8 de Setembro de 1475 procedeu-se à assinatura de um tratado de liga ofensiva entre D. Afonso V e Luís XI contra o rei Fernando o Católico. De acordo com o convencionado caberia ao rei da França auxiliar Portugal na conquista dos reinos de Leão e de Castela, em que se estabelecia que todas as cidades, vilas, lugares e castelos que fossem tomados por Luís XI nos territórios de Aragão e de Valencia, seriam entregues ao soberano português, passando a pertencer a este reino. Por seu turno as cidades, vilas, lugares e castelos situados no principado da Catalunha, no condado do Roussillon e da Sardenha e nas ilhas de Malhorca, Menorca e Ibiza, que caíssem em mãos de portugueses, seriam entregues ao rei de França e anexadas à coroa da França.

No mencionado mês de Setembro, no dia 23, realizou-se a confirmação e renovação dos antigos tratados de paz e amizade firmados entre os reinos de Castela e Leão e da França, por Luís XI e D. Afonso V na qualidade de rei de Castela. Este tratado significava a confirmação dos tratados celebrados entre os monarcas de Castela e da França nos anos de 1408, 1435 e 1455. Através deste instrumento diplomático ficavam renovados, *ipso facto*, os mencionados acordos que tinham sido celebrados entre ambas as coroas.

Ainda em 21 de Dezembro de 1475 o rei Luís XI promulgou uma carta patente sobre o auxílio que disponibilizava a favor de D. Afonso V na sua qualidade de rei de Castela. Afirma nesta carta o monarca francês que para poder ir ao auxílio do seu muito caro e amado irmão, primo e aliado o rei de Portugal e de Castela contra seus inimigos e adversários, que lhe usurpam o mencionado reino de Castela, ou parte dele, e outros países e senhorios que lhe pertencem, determinou enviar uma grande esquadra disposta a intervir nas terras de Guipúzcoa e Biscaia, e ainda noutras partes onde fosse necessário o seu auxílio militar. Nomeia como comandante e chefe desta expedição a seu primo o general Albret, mais conhecido por Alano o Grande. Para esse efeito concede a esse militar os mais amplos poderes para obedecer ao rei de Portugal e colocar sob a sua obediência os países acima mencionados integrantes do território do País Basco.

Tendo em vista debilitar a actividade militar portuguesa em terras de Zamora, os Reis Católicos ensaiaram uma estratégia que consistia essencialmente em concentrarem os seus ataques sobre o território de Portalegre. No início

do ano de 1476 o mestre de Alcántara, Alonso de Monroy, ocupou a vila de Arronches. Uma carta dos Reis Católicos de 31 de Janeiro desse ano concedia a jurisdição dessas localidades ao marechal Alonso de Torres. Em conformidade com a versão de Rui de Pina, a libertação de Alegrete apenas se tornou possível graças à acção militar desencadeada pelo príncipe D. João durante o mês de Fevereiro de 1477, o que corresponderia a um domínio castelhano situado em torno de treze meses. A reconquista dessa praça causou inúmeras baixas entre os cercadores e os cercados.

No decorrer dos derradeiros meses de 1475 intensificaram-se as acções violentas dos castelhanos sobre o solo português. Por seu lado, Isabel a Católica desenvolveu os maiores esforços para enfraquecer o apoio de muitos castelhanos à causa de D. Afonso V e de D. Joana. Desde Valhadolid, através de uma carta instrutora de 13 de Novembro de 1475 dava instruções ao corregedor de Salamanca, Diogo Osorio, para que o mesmo averiguasse a natureza dos bens pertencentes a partidários do rei de Portugal, procedendo na sequência da sua inventariação ao seu arresto e confirmação. Ainda dentro da sua lógica belicista, a rainha Isabel, desde o centro operacional de Valhadolid, enviava em 10 de Janeiro de 1476 instruções ao prior de são João, Álvaro de Estúñiga, para que combatesse com todos os militares disponíveis as hostes portuguesas e dos seus aliados castelhanos, com particular destaque para o arcebispo de Toledo, o marquês de Villena e o mestre de Calatrava Rodrigo Téllez Girón. Duas semanas mais tarde, em 25 de Janeiro, desde a mesma cidade, os Reis Católicos deram instruções para que se procedesse ao confisco dos bens pertencentes a Álvaro Pérez Osorio, os quais se encontravam localizados em Ciudad Rodrigo. A razão invocada para o seu arresto consistia no facto deste fidalgo ser um partidário de D. Afonso V.

Ainda nos últimos meses de 1475 foi uma constante o número de ataques contra o solo português. Segundo o cronista Andrés Bernáldez o mestre de Santiago Alonso de Cárdenas invadiu por diversas vezes o espaço nacional, o que também nos aparece mencionado por Damião de Góis. Em conformidade com o seu relato, o referido mestre penetrou com os seus homens em terras de Portugal num percurso de 75 quilómetros sem encontrar qualquer resistência. Também o cronista aragonês Jerónimo Zurita refere que em 4 de Outubro de 1475 quatro galeras aragonesas entraram pelo rio Guadiana e puseram a saque a vila de Alcoutim. Estes navios actuavam às ordens de Fernando o Católico e tinham como principal missão impedir que as naus portuguesas pudessem

actuar entre Sanlúcar de Barrameda e o estreito de Gibraltar. Por sua vez o castelo de Noudar, pertencente ao mestrado de Avis, foi ocupado «per engano e astucia de guerra» pelo fidalgo castelhano Martín de Sepúlveda. A sua posse esteve em mãos inimigas pelo espaço de dois anos, apenas vindo a ser recuperado no início de 1477 através de um acordo celebrado entre o príncipe D. João e aquele fidalgo que conseguisse atraí-lo a favor de sua causa através de diversas promessas.

Os Reis Católicos tentando evitar a junção de elementos novos à hoste portuguesa apelam às cidades para que tentem impedir a passagem de afectos a D. Afonso V que a ele se juntaram. Da mesma forma perseguiam cavaleiros e outros que faziam propaganda para angariar homens para a causa do monarca português. Por sua vez, D. Afonso V, nas cidades afectas ao seu partido, importunava os elementos afectos aos Reis Católicos.

Manifestando o seu profundo afecto por seu filho, o príncipe D. João, o rei, através de uma carta outorgada em 5 de Janeiro de 1476, desde a praça-forte de Toro, reiterou a sua intenção de que seu neto o infante D. Afonso, filho do príncipe D. João, sucederia a seu pai caso este viesse a falecer. Este mesmo compromisso tornou a ser reafirmado pelo monarca quando em 16 de Fevereiro desse ano ordenou aos seus súbditos que o jurassem por herdeiro do trono. Foi jurado o jovem infante D. Afonso nascido em Lisboa a 18 de Maio de 1475, pelo que tinha nessa data nove meses incompletos. Tanto o pai como o avô, não puderam estar presentes na aludida cerimónia. Mais tarde, já depois do desfecho da Batalha de Toro, em 5 de Junho de 1476, D. Afonso V tornou a demonstrar o seu inequívoco desejo de transmitir a coroa de Portugal a seu neto D. Afonso, o que conferia a indispensável tranquilidade a seu filho, o príncipe D. João.

O herdeiro da coroa de Portugal, D. João, foi convocado por seu pai para se lhe juntar em Zamora, quando se aproximava o grande confronto entre as duas facções em disputa. Cumprindo a determinação paterna, o príncipe D. João dirigiu-se com a hoste até à fronteira tendo-se concentrado em Miranda do Douro. Entretanto chegou-lhe a notícia, através do capitão de ginetes Vasco Chichorro, da traição que se preparava na ponte de Zamora por falsos partidários de seu pai que se preparavam para o assassinar. Avisado a tempo, o príncipe D. João não seguiu de imediato e inflectiu o seu itinerário rumo à cidade da Guarda. Aqui reuniu o seu conselho e assumiu com energia a preparação da sua estrutura militar. Procedeu com minúcia à provisão das frontarias com a desig-

nação de capitães e alcaides. Despediu-se de sua mulher, a princesa D. Leonor, à qual confiou poderes suficientes para a prática da governação. De imediato o príncipe dirigiu-se com os seus homens rumo a Castelo Rodrigo. Foi nesta localidade, que em 24 de Janeiro de 1476, conferiu a sua mulher, enquanto se encontrasse ausente em Castela, uma carta patente em que eram mencionados os poderes que passaria a ter D. Leonor durante o período do seu envolvimento militar em terras castelhanas. De Castelo Rodrigo o príncipe dirigiu-se com os seus homens de guerra em direcção a San Felices de los Gallegos, nas proximidades de Ledesma, e daqui seguiu para Toro onde se encontrava estacionado com o seu exército o rei D. Afonso V.

A 31 de Janeiro os Reis Católicos fazem doação das vilas de Arronches e Alegrete com todas as suas pertenças ao marechal Afonso de Torres. Incentivava-se desta forma a conquista das vilas portuguesas. A avaliar pelas descrições as tomadas de posse destas vilas pelos castelhanos arrastam a prática das mais cruéis violências à população que se sujeita a ser presa, morta, torturada ou privada de seus bens e humilhada publicamente.

2.5.2. Os antecedentes da Batalha de Toro

Um ano antes da Batalha, cujo desfecho se verificou em 2 de Março de 1476, houve várias tentativas no sentido de evitar um confronto militar entre ambos os contendores. D. Afonso V possivelmente influenciado pelo seu filho, procurou através da via diplomática conseguir que os Reis Católicos renunciassem ao seu propósito de assumirem a titularidade do reino de Castela. Nesse sentido coube a Rui de Sousa, enviado plenipotenciário de D. Afonso V, a incumbência de convencer Fernando e Isabel dos seus intentos ao proclamar que o trono castelhano pertencia de pleno direito a D. Joana, a qual havia sido jurada e declarada por seu pai o rei Henrique IV. Por seu lado os Reis Católicos rejeitavam categoricamente a proposta e propunham em contrapartida uma alteração no tocante à política de casamentos. Ao monarca português sugeriam-lhe o matrimónio com Joana de Aragão, sobrinha de Fernando o Católico, enquanto Joana a Beltraneja poderia consorciar-se com D. Manuel, duque de Viseu e futuro rei de Portugal. A proposta elaborada pelos Reis Católicos foi tida por absurda e contrária aos interesses de D. Afonso V e do príncipe D. João, os quais defendiam até às últimas consequências uma união entre os Reinos de Castela e Portugal.

D. Afonso V envia ainda mensageiros às cidades, vilas castelhanas e a diversos cavaleiros, incentivando-os a aderir à causa de D. Joana. Preparava-se a guerra e a entrada em Castela com homens de armas. Assim o atesta uma carta, datada de Fevereiro de 1475, outorgada por Isabel que, perante a atitude de guerra assumida por D. Afonso V, dava instruções ao doutor Andrés de Villalón para tratar com Afonso V um acordo de paz. Isabel recordava ao monarca português que era a legítima sucessora dos Reinos de Castela e Leão e como tal recebera juramento dos três estados do reino. Evocava a vontade de D. Henrique em não colocar a D. Joana na linha de sucessão, assumindo-a como sucessora ilegítima, no dia em que declarou a Afonso e a Isabel os seus legítimos sucessores. Ao finalizar a carta apela à paz e à ratificação das pazes anteriores.

Falidas as tentativas para encontrar uma solução negociada, ambos os lados começaram a preparar-se para o confronto das armas enquanto Fernando de Aragão actuava no plano militar procurando por todos os meios arregimentar homens de armas. O aragonês contava com o apoio de seu pai o rei João II de Aragão e ainda com uma crescente adesão das cidades e da nobreza castelhana. Graças a uma hábil política de subornos e promessas conseguiu atrair a adesão de algumas importantes famílias de Castela, onde se destacavam os Enríquez, os Mendoza e ainda os Álvarez de Toledo. Desde Valhadolid, Isabel ensaiava uma política de atracção junto dos grandes fidalgos. Uma amnistia geral era concedida a todos os que servissem na guerra pelo espaço de seis meses, dois meses à custa do próprio e quatro meses sufragados pelo erário público. Do lado português D. Joana apoiada pelo marquês de Villena, pelos duques de Arévalo e outros grandes fidalgos, sentia-se encorajada a prosseguir na sua caminhada, dando a conhecer diversas cartas que testemunhavam os seus direitos sobre o trono de Castela. Por seu lado D. Afonso V envidava os maiores esforços para que as cidades lhe conferissem o máximo apoio tanto em relação a D. Joana como a ele próprio.

Segundo o cronista Damião de Góis, o rei D. Afonso V permaneceu alguns dias em Arévalo onde se lhe juntaram alguns dos principais fidalgos de Castela. Quando se encontrava nesse lugar de Castela recebeu uma carta de Juan de Ulloa em que lhe dava a notícia que o aguardava na vila de Toro, com a intenção de lha entregar. No entanto, como seu irmão Rodrigo de Ulloa detinha o seu castelo em nome do rei Fernando, tornava-se necessário actuar com homens de armas para o reduzir à obediência. Dando seguimento à proposta, D. Afonso V cercou o castelo no qual se encontrava a mulher do alcaide em sua

substituição que o defendeu com a maior coragem. A dureza dos combates forçou-a a entregá-lo ao rei de Portugal, garantindo a sua segurança e a dos seus homens de armas. Após este sucesso verificou-se um acordo entre D. Afonso V e Juan de Porras, fidalgo principal de Zamora, o qual em plena consonância com seu genro Afonso de Valencia, marechal de Castela e alcaide do castelo de Zamora, tomaram o partido do rei de Portugal e fizeram-lhe a entrega da cidade. Em Zamora tanto D. Afonso V como D. Joana foram recebidos solenemente como soberanos de Castela, estando presentes o arcebispo de Toledo e outros fidalgos principais desse reino. O prelado toledano fazia-se acompanhar com um reforço de 500 lanças. Terminadas estas cerimónias em Zamora, D. Joana e D. Afonso V regressaram a Toro. Antes, porém, de regressar a esta vila nomeou Juan de Porras vedor de sua casa o que fez com o consentimento de Pero de Sousa, que era quem exercia este ofício.

Entretanto o rei Fernando cercava o castelo de Burgos, cujo alcaide, o cavaleiro Sarmento, solicitou o auxílio do rei português. O monarca deixou a rainha entregue à guarda de Lopo de Almeida e de sua aia e camareira mor Beatriz da Silva. Partiu D. Afonso V para Arévalo, onde sofreu muitas baixas enquanto aguardava uma tomada de decisão sobre o levantamento do cerco a Burgos. Dali tomou a direcção de Peñafiel, tendo-se defrontado ainda com o conde de Benavente que acorrera com 400 lanças à vila de Baltanás, a 8 léguas de Peñafiel. D. Afonso V decidiu atacar o conde enviando um destacamento de vanguarda com os seus homens e os de Diogo de Castro e Rui Pereira, comandado este pelo conde de Penamacor. Durante a noite D. Afonso V rumou em direcção a Baltanás, tendo ali constituído o conde de Penamacor, que se aproximara da vila durante o amanhecer, uma guarda avançada. Com a chegada da hoste real no começo da manhã iniciou o cerco à vila. Defendia o conde de Benavente que com o fogo da sua artilharia causou inúmeras baixas entre os atacantes. Uma das vítimas mortais entre os principais foi Álvaro Coutinho, filho do marechal Francisco Coutinho. Mas, fragilizado face ao poderio do rei português, o conde de Benavente teve de se render, sendo o lugar saqueado e roubado.

D. Afonso V reuniu o seu conselho para que se pronunciasse sobre se devia partir em socorro do castelo de Burgos, fundamentando-se para o efeito no bom sucesso alcançado na tomada de Baltrinas. Orientado por esse órgão de aconselhamento decidiu não se arriscar, tendo assim regressado a Arévalo nos finais do mês de Setembro de 1475. Desde esta cidade ficou acordado o envio

do conde de Penamacor e de Rui de Melo, acompanhados por outros fidalgos e cavaleiros, para escalar e ocupar durante a noite a vila de Cantalapiedra, sem que essa operação implicasse o mínimo risco. Logo a seguir veio o rei, acompanhado pelos seus homens, de modo a consolidar com êxito essa operação militar. O comportamento de D. Afonso V em relação aos residentes da vila revelou-se magnânimo, respeitando em particular as propriedades dos lavradores. Antes de regressar a Arévalo designou capitão de Cantalapiedra a Rui de Melo. Por sua vez em Arévalo nomeou capitão a Bandarra, irmão do bispo de Coimbra. Entretanto D. Afonso V decidiu passar o Inverno de 1475-1476 na cidade de Zamora.

Durante o período de Inverno que o monarca passou nessa cidade muitos fidalgos portugueses, contrariando a vontade régia, decidiram regressar a Portugal. D. Afonso V desejoso de se encontrar com o príncipe D. João e de ouvir o seu avisado conselho, escreveu-lhe solicitando-lhe que fosse a Zamora, ao que seu filho acedeu depois de ter tomado diversas medidas relacionadas com a defesa do reino. Quando D. João se encontrava em Miranda do Douro o rei D. Afonso V tomou conhecimento que se preparava o assassinato do filho. A entrada da ponte era ladeada por duas torres, uma delas cujo alcaide era Pedro de Mazariegos e a outra um seu cunhado de apelido Valdés. O rei obtivera a informação de que não eram pessoas que merecessem confiança dado que tinham relações perigosas com o rei Fernando. Na sua natural tendência para confiar nas pessoas, o monarca não quis dar ouvidos aos que o alertavam para o perigo, pelo que não tomou as providências adequadas à resolução do caso.

Precisamente no dia em que o rei havia de enviar os emissários que iriam encontrar-se com o príncipe foi certificado durante a noite pelo corregedor da cidade, doutor Pareja, que um numeroso destacamento do rei Fernando havia deixado Villalpando rumo a Zamora. A estratégia do inimigo apontava no sentido de encurralar o príncipe quando ele e os seus homens entrassem na ponte, deixando-o cercado para assim o aprisionar ou, em caso de resistência, dar-lhe morte. Quando D. Afonso V se apercebeu do que se tramava dirigiu-se a cavalo, acompanhado do arcebispo de Toledo e de alguns dos seus homens, até à extremidade da ponte que desembocava na cidade. Ordenou então a Pedro de Mazariegos que abrisse de imediato a porta que dava acesso à torre e viesse falar com ele. Ardilosamente o convocado subtraiu-se à intimação usando para o efeito palavras dúbias, pelo que nem D. Afonso V nem os seus companheiros tiveram a menor dúvida sobre as suas reais intenções. De imediato decidiram

ocupar a ponte mas depararam com uma tal resistência que tiveram que desistir das suas intenções imediatas.

Dominado pela maior angústia e pesar, D. Afonso V não teve alternativa que não fosse regressar à cidade. Com o repicar do grande sino e aos gritos de traição foram todos alertados para a conjura existente. O clima de sedição lançou a maior desconfiança entre portugueses e castelhanos não se sabendo ao certo em quem se podia confiar verdadeiramente. Só na parte da manhã do dia seguinte é que passou a haver maior desanuviamento entre os ânimos conturbados.

Com efeito, o rei passou de imediato a mobilizar os principais fidalgos com a finalidade de desencadear um ataque contra os amotinados da ponte. Usou para tal o armamento mais indicado recorrendo à utilização de espingardas, bestas, lenha, alcatrão e fogo. Os sitiados defenderam-se encarniçadamente recorrendo ao uso de espingardas e balas, que causaram o maior dano entre os homens do rei. Vitimados com graves ferimentos pelo disparar das espingardas foram diversos fidalgos e homens de guerra. Entre os primeiros contavam-se o conde de Vila Real Pedro de Meneses, João de Lima, que veio a ser visconde de Vila Nova de Cerveira e Rodrigo de Castro, filho do conde de Monsanto. Menos sorte teve João Álvares Pereira, pajem do rei, que faleceu durante a refrega. Outros cavaleiros conheceram o mesmo destino. Desanimado com as baixas que afectaram o seu contingente, o monarca ordenou a retirada dos seus homens que se viram coagidos a regressar a Zamora. Alguns dos castelhanos que seguiam o seu partido aconselharam o monarca a expulsar da cidade alguns homens tidos por suspeitos, os quais foram postos fora despojados de qualquer armamento. Aconselhavam ainda o monarca de que ele dispunha de meios necessários para segurar a cidade evitando sair dela e expor-se ao perigo. Para prevenir uma situação desta natureza, D. Afonso V ordenou o levantamento de uma muralha que separasse a cidade da ponte e obstasse a um ataque da sua proveniência. Do mesmo modo convenceram o monarca que o poderio do castelo de Zamora era superior na sua segurança à ameaça que representavam os torreões da ponte.

Tendo D. Afonso V perdido a confiança nos castelhanos que o acompanhavam em Zamora, decidiu a conselho dos portugueses abandonar essa cidade, o que efectuou na companhia de D. Joana. Estava o monarca consciente de que logo que o rei Fernando atacasse a cidade, os residentes tomariam o seu partido. Com efeito, D. Afonso V e D. Joana partiram para Toro, cujo alcaide Juan de Ulloa era pessoa da sua confiança cuja lealdade e dedicação eram inexcedíveis.

Em consonância com o que se temia os Reis Católicos partiram acompanhados pelos seus homens de armas em direcção a Zamora. Por duas vezes D. Afonso V realizou manobras de aproximação ao destacamento adversário sem que tivesse havido qualquer confronto militar entre as duas partes. Numa das suas aproximações o rei Fernando chegou a estar a uma légua de Toro. A ponto de o aragonês ter enviado os seus homens avançados, designados por «corredores» à distância de uma légua de Toro. Para os defrontar saiu o conde de Penamacor perseguindo-os até às proximidades de Zamora. Desta cidade saíram diversos soldados castelhanos que, fundados na sua supremacia militar, prenderam e feriram o conde de Penamacor e alguns fidalgos e cavaleiros que integravam a sua pequena hoste. Assistiu-se de imediato a um assédio por parte do rei Fernando ao castelo de Zamora, cujo alcaide era favorável ao rei de Portugal. Desde Toro, D. Afonso V congeminava o modo como havia de actuar combatendo Fernando, com a convicção de que a posse de Zamora era decisiva para a sorte das armas. O príncipe D. João chegou a Toro no decurso do mês de Janeiro de 1476, tendo sido recebido pela corte festivamente, já que depositava na sua pessoa a maior confiança. Sem a menor discórdia tanto D. Afonso V como D. João acordaram de imediato organizar o seu exército com o propósito de levantar o cerco que Fernando exercia sobre Zamora, cujo alvo de ataque era o seu castelo. O conhecimento de que a concentração de forças do lado contrário tornava a missão quase impossível no tocante ao levantamento do assédio ao castelo de Zamora, teve como consequência que D. Afonso V alterasse o destino da acção desencadeada e concentrasse o seu objectivo num ataque ao lado exterior da ponte, onde o perigo das baixas diminuía consideravelmente.

Assim, depois de deixarem o duque de Bragança e o conde de Vila Real em Toro com a missão de protegerem a rainha e defenderem a cidade, partiu D. Afonso V com os seus homens, assentando o seu arraial numas portas que se encontravam nas proximidades da ponte pelo lado exterior. Tanto o rei como o príncipe, se instalaram no mosteiro de São Francisco e a ponte foi cercada com baluartes e trincheiras sendo combatida, sem que contudo o número de baixas dos defensores fosse significativo. A guarnição do castelo assistia aos combates sem poder desenvolver uma acção militar que fosse favorável à sorte de armas de D. Afonso V e de seu filho.

Na altura em que se efectuava o assédio ao torreão da ponte sobre o rio Douro, numa ilha situada nesse curso de água realizou-se um encontro entre as partes beligerantes visando alcançar a paz. Do lado de Castela participavam

como representantes o duque de Alba e o almirante de Castela. No respeitante a Portugal encontravam-se presentes D. Álvaro, filho de Fernando duque de Bragança, Rui de Sousa e o doutor António Nunes, homem douto e muito versado no direito.

Não tendo sido possível encontrar um acordo entre as partes depois de sucessivas reuniões nessa ilha do rio Douro, ambos os monarcas, D. Afonso V e Fernando de Aragão, por intermédio de Enrique Enríquez, tio deste último e seu mordomo mor, revelaram a vontade de se encontrarem naquela ilha o que na prática não resultou. De parte a parte havia desconfiança no tocante à segurança das suas pessoas.

Enquanto decorriam as negociações, a rainha Isabel a Católica permanecia em Tordesilhas. De acordo com a versão de Damião de Góis, quando a rainha soube do cerco que D. Afonso V havia colocado sobre a ponte de Zamora temeu que os seus homens de armas assolassem e destruíssem toda aquela região. Por isso mesmo ordenou ao duque de Vila Formosa que acompanhado por 600 lanças se dirigisse até Fonte Sabugo. O mesmo sucedeu com o conde de Treviño que com 400 lanças se dirigiria a Alahejos. Eram estas duas vilas localizadas a 4 léguas de Zamora, precisamente do lado em que assentavam as hostes de D. Afonso V. No meio da turbulência havia pessoas que apostavam na concórdia entre as partes em disputa. O principal que apontava numa solução pacífica era Pedro de Mendoza, cardeal de Castela, o qual em sintonia com outros prelados e fidalgos de ambos os lados actuava sigilosamente no sentido dos contrincantes chegarem a um acordo que evitasse a guerra.

Havendo conhecimento Isabel da existência de negociações e mostrando-se desejosa de alcançar a paz, consciente dos perigos que a guerra representava, escreveu desde Tordesilhas a seu marido. Na sua missiva aconselhava-o a entender-se com D. Afonso V, nem que para tal recorresse ao dinheiro com o empenhamento dos bens públicos. Na sua proposta uma parte substancial das rendas que provinham do dote da rainha Joana poderiam ser utilizadas para que D. Afonso V se pudesse ressarcir das despesas de guerra em Castela. Isabel a Católica impunha que na negociação em curso pudesse haver cedências de vilas e castelos do seu reino. A tudo se recusou intransigentemente D. Afonso V que considerava inalienáveis os direitos de D. Joana.

A presença de D. Afonso V no arraial de Zamora prolongou-se pelo espaço de duas semanas. Durante a sua permanência, em pleno Inverno, nas derradeiras semanas de Março teve a sua hoste de se confrontar com um frio intenso,

abundantes chuvas e queda de neve. Os seus homens sofriam intensamente por se encontrarem acampados em terreno descoberto. Na presença deste quadro tão desfavorável estribado o monarca no parecer dos seus capitães decidiu levantar o cerco, o que aconteceu numa sexta-feira, no primeiro de Março de 1476. Do lado contrário, os que vigiavam a ponte ao darem-se conta desta retirada logo de seguida o fizeram saber ao rei Fernando, o qual de imediato ordenou aos seus cavaleiros que atacassem a retaguarda do exército de D. Afonso V. Como a cavalaria de Fernando actuava com uma certa desordem, o rei aragonês determinou que Diego Ovando de Cáceres com uma hoste de 200 ginetes seguisse no seu encalço, os detivesse e os ordenasse, até saber qual o destino que seguia o exército de D. Afonso V.

O dispositivo militar castelhano logo que saiu de Zamora era constituído na vanguarda pela guarda avançada do rei Fernando e pelos homens de armas que o conde de Lemos mandara vir da Galiza. Outros contingentes eram firmados por homens oriundos de Olmedo, Medina del Campo, Valhadolid, Salamanca, Ciudad Rodrigo e os de Zamora. Fernando conferiu a capitania do exército ao seu mordomo mor D. Enrique Enríquez, que era quem levava a bandeira real de Castela e Leão. Com os outros combatentes constituíram-se dez alas, das quais quatro eram grandes e as outras seis menores. Eram capitães da primeira ala D. Álvaro de Mendoza que, estando em Zamora, o rei Fernando nomeara conde da vila de Castro Xerez. Incorporavam-se, ainda, nesta primeira ala Gutiérrez de Cárdenas e Rodrigo de Ulloa, tesoureiros mores do monarca aragonês. Na segunda ala eram capitães Alfonso Fonseca, bispo de Ávila e Alfonso Fonseca, senhor de Cota e Alahejos, ambos primos. Da terceira era capitão Pero de Gusmão, da quarta Bernaldo Francês, da quinta Pero de Velasco, da sexta Vasco de Viveiro, irmão de D. Gonçalo, bispo de Salamanca.

No terreno de combate, as quatro grandes alas obedeciam a este dispositivo. A primeira era comandada pelo cardeal de Castela. Situadas no lado esquerdo do exército real encontravam-se as outras três alas. A segunda capitaneada por García duque de Alba, a terceira dirigida pelo almirante Afonso Henriques, tio do rei, na qual se incorporava Enrique Enríquez, conde de Alba de Liste, igualmente tio do rei, e a quarta com García Osorio, que viera com a gente do marquês de Astorga, seu sobrinho. No meio destes contingentes situava-se a peonagem.

Ordenados estes homens da cavalaria e os combatentes de a pé, o rei Fernando dirigiu-se a Toro na peugada do exército de D. Afonso V. A distância

que separava os exércitos adversários era considerável, o que teve como consequência que D. Afonso V atravessasse a serra situada entre Zamora e Toro, convencido de que Fernando não o atacaria. Daqui resultou que os portugueses se começassem a dispersar pelo campo nalgumas escaramuças enquanto outros se dirigiam a Toro.

Antes de entrar na cidade D. Afonso V mostrou a intenção de praticar um feito de guerra. Assim, mandou reunir os seus homens de guerra, que se encontravam dispersos, e dirigiu-se a Fonte Sabugo, onde se encontrava o duque de Vila Formosa com 600 lanças, com intenção de a tomar. Entretanto, Fernando decidiu realizar a travessia da serra, tendo contudo efectuado uma paragem e chegado à conclusão de que os portugueses se encontravam em fuga e recolhidos em Toro. Manifestou Fernando a opinião de que não valia a pena prosseguir dados os perigos que tal travessia representava e a honra que entretanto já tinham ganhado. Mostrou-se contrário a esta ideia o cardeal de Castela, o qual manifestou o desejo de prosseguir, pelo que solicitava a autorização do monarca de subir a aquele monte e verificar a ordem que D. Afonso V seguia, vendo se já estava na cidade ou se ainda os seus homens se encontravam no campo.

Não só o monarca autorizou o cardeal a prosseguir, mas incumbiu a Pedro de Gusmão que com todos os seus homens o acompanhassem. Ambos, então, prosseguiram e divisaram o campo até Toro, vendo que os homens de D. Afonso V se encontravam afastados da cidade, estando uns em preparativos de combate e outros tantos treinando as armas de guerra. A sensação que ficava era de que os portugueses se encontravam mais determinados para a luta, em lugar de se recolherem dentro da cidade.

No seu regresso junto do rei Fernando, o cardeal transmitiu-lhe a ideia de que os portugueses aguardavam com expectativa a batalha pelo que se os castelhanos não actuassem seriam apodados de cobardes.

2.5.3. A Batalha de Toro

O conselho que o cardeal de Castela Pedro de Mendoza deu ao rei Fernando, foi por este bem recebido. De modo a que determinou que o seu dispositivo militar se deslocasse em direcção à serra de Toro. Quando uma boa parte do contingente de Fernando atingiu o cume do monte, avistou um apreciável número de soldados portugueses que andavam disseminados pelo campo,

procurando agrupar-se um tanto ou quanto desordenadamente na presença do adversário. Num dos recontros havidos entre eles Henrique de Meneses, conde de Loulé, foi ferido com tal gravidade que o tiveram de transportar para a vila de Toro.

Quando D. Afonso V e o príncipe D. João se aperceberam que o rei Fernando se encontrava posicionado no mais alto do monte, tiveram a convicção de que o aragonês se predispunha para o combate, pelo que tomaram as disposições necessárias para o defrontar. Para o efeito ordenaram do seguinte modo as suas alas: na vanguarda colocaram a guarda avançada, os familiares da casa real e alguns cavaleiros castelhanos de que era capitão Rui Pereira; logo a seguir à vanguarda seguiam D. Afonso, conde de Faro, acompanhado pela sua gente de guerra, acrescida por outros combatentes que o rei designou. Na ala esquerda da vanguarda seguia o príncipe D. João, o qual dispunha de um exército de elite. Ao herdeiro da coroa seguia-se a hoste do bispo de Évora Garcia de Meneses. Ambos os corpos eram ladeados de inúmeros besteiros e espingardeiros. D. Afonso V comandava o exército com a bandeira real, tendo à sua direita o arcebispo de Toledo, com toda a sua gente de armas. Logo a seguir situava-se parte da gente de Fernando, duque de Guimarães e de D. Pedro de Meneses, conde de Vila Real. Estes dois fidalgos permaneceram em Toro, com uma parte dos seus homens, encarregados da defesa da cidade. Capitaneava a retaguarda do exército o conde de Monsanto João de Castro. A peonagem distribuía-se em quatro partes estando toda ela colocada junto ao rio.

O príncipe D. João determinou que a partir das seis alas que se encontravam do lado direito, uma delas actuasse como reserva prestes a actuar caso fosse necessário. Comandava estes homens o capitão de ginetes Fernão Martins de Mascarenhas, a que acresciam os homens da sua guarda. Ordenou-lhes o príncipe que se colocassem junto ao sopé da serra. Ao verificar, porém, que o contingente de homens não era muito numeroso determinou que fosse reforçado pelos contingentes de Gonçalo Vaz de Castelo Branco e de Rui de Sousa. Em reforço deste sector foi enviado D. Pedro de Meneses, futuro conde de Cantanhede.

Antes da eclosão da batalha o rei D. Afonso V exortou os seus capitães a empenharem-se no conflito que se avizinhava. Na sequência da sua intervenção incentivou-os a tomarem a iniciativa no teatro da guerra. De imediato ordenou aos seus capitães que se incorporassem nas suas alas. Aconselhado pelos seus conselheiros de guerra, o monarca dirigiu-se a uma pequena ala acompanhado de

gente nobre e dedicada que o protegeria se a sorte das armas lhe fosse desfavorável. Entretanto o príncipe D. João posicionou-se à esquerda de seu pai. Enquanto se assentavam os preparativos finais dirigiu-se a D. Afonso V um rei de armas de Fernando o Católico, o qual em nome deste monarca desafiava o seu homólogo de Portugal a uma batalha campal. Em resposta D. Afonso V transmitiu-lhe ao rei de armas que comunicasse a Fernando que era mais adequado encontrarem-se do que entrarem em desafios dessa natureza. A partir daqui D. Afonso V colocou-se numa situação expectante, sem tomar qualquer iniciativa.

Após o despedimento do rei de armas, soaram de imediato as trombetas de guerra. O dia 1 de Março encontrava-se coberto de neblina acompanhada de uma chuva miúda. O príncipe D. João dando sequência às instruções que havia recebido de seu pai, pediu a todos os que o acompanhavam que requeressem a ajuda de são Jorge. Do mesmo modo actuou Pedro de Meneses, o qual atacou a sexta ala dos castelhanos. Dados os sinais de ambas as partes, o príncipe com os seus homens de guerra procedeu ao ataque das seis alas castelhanas. O embate foi de inusitada violência. Os castelhanos combateram com valorosidade invocando a protecção de Santiago. Não conseguiram, contudo, resistir à supremacia portuguesa, actuando em debandada e deixando inúmeros mortos e feridos no campo de batalha.

Em simultâneo, partiu D. Afonso V com os seus homens. O rei como esforçado cavaleiro andava sempre na dianteira dos seus, sem ligar nada ao perigo a que se expunha. Seguia-o o conde de Faro com a sua ala. Estes combates duraram à volta de uma hora, sem que o triunfo se inclinasse a favor de alguma das partes. Acudiram as quatro alas maiores dos castelhanos que se localizavam ao longo do rio. Em apoio de D. Afonso V intervieram o arcebispo de Toledo, o conde de Monsanto, o conde de Vila Real e o duque de Guimarães.

A luta entre D. Afonso V e os castelhanos foi de uma inusitada violência. Os portugueses perante a avassaladora supremacia do adversário começaram a desarticular-se, deixando de dar cobertura à bandeira real transportada por Duarte de Almeida. Torna-se este fidalgo um alvo fácil dos castelhanos, os quais a todo custo procuram arrancar-lha. Caem sobre ele sucessivos golpes com as espadas e os cutelos. De uma cutilada cortam-lhe a mão direita. Com a maior coragem segura a bandeira com a mão esquerda, a qual também é decepada. Num frémito de valentia e espírito de sacrifício segura o estandarte real com os dentes, até que vencido pela exaustão e pelas dores insuportáveis cai por terra inanimado. Conduzem-no inconsciente para o acampamento castelhano, levando-o depois para um hospital de Zamora onde lhe salvam a vida. Não finda aqui a peleja pela posse da bandeira. Quando os fidalgos castelhanos Pedro Velasco e Pedro Cabeza de Vaca, acompanhados de outros transportavam ufanos a bandeira arrebatada, caiu sobre eles o escudeiro Gonçalo Pinto, acompanhado de um pequeno número de portugueses. Após uma acesa refrega a bandeira tornou à posse dos portugueses.

O rei D. Afonso V vendo a bandeira real por terra, sentiu um profundo constrangimento. Dominado pelo desespero e pela impotência, embrenhou-se no meio do inimigo com o desejo de que algum lhe tirasse a vida. Porém Juan de Porras, Gomes de Miranda, prior de são Marcos em Castela, que mais tarde foi bispo de Lamego, e Pedro Álvares de Sotomayor, conde de Caminha, que juntamente com outros sempre acompanharam o monarca português, impediram-no de que fizesse perigar a sua vida. Deste modo convenceram-no a retirar-se do campo de batalha, partindo em direcção a Toro. Como, contudo, receavam um ataque castelhano de surpresa sobre a fronte que dava acesso à cidade, desviaram a sua trajectória para Castronuño, cujo alcaide Pedro de Mendanha, o acolheu com a maior amizade, consolando o monarca entristecido e em profundo estado de depressão. Em preito de homenagem, a mulher do alcaide entregou a D. Afonso V numa taça de prata as chaves da cidade. As mesmas foram devolvidas ao alcaide a quem o monarca testemunhou toda a sua confiança.

D. Afonso V, que entretanto recuperava algumas das forças que lhe restavam, sentia-se atormentado por não saber o que acontecera a seu filho que ficara no campo de batalha. O príncipe desbaratou por completo e com a maior bravura as seis alas castelhanas que combatia. Concentrou o seu exército numa assomada, onde fez soar as trombetas e lançou alguns fogos com os quais mandava sinais aos que andavam perdidos pelo campo para que os mesmos se juntassem a ele. A estratégia resultou em pleno ao reunirem-se sob o seu comando muitos dos seus homens e outros tantos que pertenciam ao destroçado exército de seu pai, o rei.

Perdidos muitos dos homens do rei que não se conseguiram reagrupar atiraram-se às águas do Douro, procurando refúgio em Toro. Muitos deles morreram afogados, incapazes de defrontar as fortes correntes fluviais. Outros, contudo, refugiaram-se junto à ponte de Toro aonde os castelhanos não chegaram devido ao receio de um ataque português a partir da cidade ou por iniciativa do príncipe D. João.

O rei Fernando ficou na expectativa, temeroso do príncipe D. João. Este permaneceu a noite inteira a curta distância dos castelhanos, os quais receosos com os estragos que sofreram nas seis alas retiram-se em pequenos grupos a caminho da serra, sem que o cardeal de Castela e o duque de Alba pudessem impedir a sua debandada. O monarca aragonês acompanhado de uma pequena ala retirou-se a caminho de Zamora, sem conhecer ao certo o resultado final da refrega.

Estando o príncipe D. João no cume da elevação recebeu das mãos de D. Vasco Coutinho, mais tarde conde de Borba, ao conde de Alba de Liste, tio do rei Fernando, quando ambos reconheciam o terreno de luta em pleno decorrer da batalha.

Enquanto o rei Fernando se deslocava para Zamora, D. João permaneceu durante a noite no campo da refrega, suportando o nevoeiro e a inclemência do tempo, devido à chuva. O príncipe decidiu movimentar a sua hoste apenas durante o dia, seguindo o conselho do arcebispo de Toledo e de todos os senhores e capitães que o acompanhavam, muitos deles receosos de que a retirada do inimigo parecesse ser uma estratégia de guerra. Confirmada a vitória do príncipe, que mantinha a sua gente em ordem para dar batalha, durante o dia procedeu-se ao envio para Toro dos presos e dos feridos. Preocupava-se D. João em saber do paradeiro do pai, embora se mostrasse disposto a permanecer três dias no terreno como vencedor, do que foi dissuadido pelo arcebispo de Toledo. Embora contrafeito, partiu D. João, conservando no percurso a ordem que cumpria à cavalaria vencedora.

2.5.4. No epílogo de Toro

Quando D. Afonso V decidiu cercar a ponte de Zamora, deixou em Toro Fernando, duque de Guimarães e Pedro de Meneses, conde de Vila Real, conhecedores do que sucedera, através dos quais durante a noite se haviam refugiado na cidade. Ambos tomaram a decisão de não abrir as portas da cidade aos que entretanto chegavam feridos e maltratados. Ordenaram que se afastassem das muralhas da cidade e ameaçaram-nos com atirar com o tiro das bombardas caso não obedecessem. Receavam esses fidalgos que se tratasse de uma artimanha do inimigo para ocupar a cidade. Apenas os deixariam entrar pela manhã caso recebessem uma ordem expressa nesse sentido, dada pelo rei ou pelo príncipe. A desconfiança assentava no pressuposto de não saberem se se tratavam de bons e leais vassalos. Com a máxima precaução durante a noite reforçaram a guarnição das portas da cidade e colocaram sobre as muralhas homens de armas atentos e vigilantes.

Enquanto o príncipe não chegou à cidade não consentiram na sua entrada, para assim terem toda a certeza e segurança. A partir da manhã, contudo, abriram o postigo da porta da ponte com a finalidade de subministrarem remédios e mantimentos que pudessem aliviar os males dos feridos. Durante o dia o príncipe D. João chegou a Toro com a bandeira real desfraldada, o que permitiu aos fidalgos ordenar a abertura das portas, sendo acolhido pela rainha D. Joana que ali permanecia. Havia neles tristeza por não saberem o que havia acontecido ao rei D. Afonso V.

A chegada do príncipe a Toro fez atenuar o desespero daqueles que receavam pela vida do rei, como era o caso do duque de Guimarães, o qual se manifestava com sinais de desespero e profunda mágoa. A todos D. João recomendava calma e esperança. Enquanto perdurava este quadro chegou um mensageiro do rei a tranquilizá-los com a notícia de que se encontrava de boa saúde em Castronuño. Quando se soube da novidade reinou em Toro o maior alvoroço, repicando os sinos e soando as trombetas, minimizando-se a perda da batalha em troca da pessoa de D. Afonso V. Em sua chamada o príncipe mandou uma poderosa escolta que lhe garantisse total segurança. A recepção ao monarca em Toro, tanto da parte da rainha como do príncipe, cavaleiros, fidalgos e gente do povo, reflectia o alto apreço e carinho que sentiam pela sua régia pessoa.

Por seu lado, o rei Fernando o Católico, depois que se instalou em Zamora, ordenou que se conquistasse o castelo da cidade, lançando à sua volta pregões para que os seus defensores se rendessem. Em compensação salvariam as suas vidas e conservariam os seus bens, acrescidos de benesses da coroa. De contrário seriam tidos por traidores e contumazes ao seu monarca. Entretanto o alcaide Afonso de Valencia resistia aos combates que o fustigavam. Como Fernando ambicionasse a tomada do castelo, recorreu ao expediente de solicitar os bons ofícios do cardeal Pedro de Mendoza, que era parente do alcaide, no sentido de o convencer à sua entrega, para o que se encetaram negociações secretas. Não tardaria muito que Afonso de Valencia se desse por convencido, consciente das debilidades de D. Afonso V. Assim, enviou-lhe dizer que se encontrava disponível para a rendição. Encontraram-se ambos os parentes e acordou-se a entrega do castelo com a protecção da vida e dos bens dos defensores, os quais recebe-

riam o perdão real. Estabelecido o acordo, Fernando entrou no castelo e outorgou a alcaidaria a Sancho de Castela. No interior do castelo encontraram-se muitas arcas pertencentes a D. Afonso V e a D. Joana, as quais continham jóias valiosas, vestidos reais, baixelas de prata e outros objectos da sua casa. Fernando recusou atender os muitos pedidos que lhe fizeram para que os repartisse, e antes optou por enviá-los a Toro, aos seus legítimos proprietários, com palavras de amizade. Fernando deixou Zamora e dirigiu-se a Medina Sidonia onde aguardou a vinda da rainha que estava em Tordesilhas, onde o condestável de Castela conseguira a reconciliação do mestre de Calatrava e do conde de Ureña, seu irmão, com o rei de Castela. Abandonavam assim o partido de D. Afonso V a quem tinham feito a promessa de lhe guardar a maior lealdade.

Um dos mais indefectíveis partidários de D. Afonso V foi Alfonso, arcebispo de Toledo, o qual se viu constrangido a reconciliar-se com os Reis Católicos. Quando o prelado se encontrava em Toro, foi-lhe dito que Fernando procedia a grandes destruições nas suas terras. Para atalhar esses danos solicitou autorização a D. Afonso V e a D. João, a qual lhe foi concedida. O arcebispo foi acompanhado na sua digressão pelo arcebispo de Évora Garcia Meneses e os seus homens. Ao inteirar-se o rei Fernando do seu percurso mandou em sua perseguição a Pedro, conde de Treviño, que não o conseguiu deter, tendo o arcebispo chegado a Alcalá de Henares. Ao que parece, logo a seguir obteve a protecção de Fernando salvaguardado por um acordo secreto. Concluía a missão Garcia de Meneses.

A circunstância de se verificarem sucessivos ataques castelhanos em terras de Portugal, sem que houvesse uma resistência organizada, teve como consequência que o rei D. Afonso V, ouvido o seu conselho, determinasse que o príncipe D. João regressasse ao reino. Com efeito, o regresso do príncipe verificou-se na Semana Santa, no mês de Abril de 1476, tendo sido o príncipe bem acolhido na sua viagem por Pero de Mendanha, alcaide de Castronuño. Atravessado o rio de Ricovado, D. João chegou a Miranda do Douro, de onde enviou o bispo de Évora para a frontaria do Alentejo, tendo prosseguido viagem até à Guarda, onde se juntou a sua mulher D. Leonor. Depois percorreu a linha de fronteira para assegurar a sua operacionalidade. Apoiados nos cronistas Damião de Góis e Mosén Diego de Valera, consideramos que a invasão do território português pelo mestre de Santiago Fernão Gomes da Silva se verificou durante os meses de Abril e Maio de 1476.

A carta datada de Maio de 1476 enviada pela vila de Almeida aos homens bons de Ciudad Rodrigo, permite visualizar o que se passa em território raiano. Apesar da guerra, os homens dos concelhos de ambos os lados da fronteira têm boa relação e assim pretendem continuar a manter a paz. A carta enviada pelos homens de Almeida pretende esclarecer que a vontade do rei em manter a guerra não é conforme à da vila, que pretende manter as boas relações e a paz como sempre existiu. Mais uma vez o intenso esgotamento de ambos os blocos se faz sentir. No entanto, impunham os monarcas que o conflito continuasse.

Caso a salientar será o ocorrido com Martín de Sepúlveda que vendeu a D. Afonso V o castelo de Noudar e aí se encontra a fomentar alguns desacatos aos povoados junto à fronteira. Por tal comportamento colhia a ira dos Reis Católicos. O castelo de Noudar foi recuperado pelos castelhanos a 20 de Março de 1476.

Outro caso curioso e de relevo surgido entre a documentação que revela os acontecimentos mais marcantes, prende-se com uma judia, Raquel, vizinha de Cáceres, que durante o período de conflito cruzou a fronteira rumo a Portugal. De imediato os seus bens são confiscados. Uma vez em Portugal, esta mulher contempla as melhores condições de vida dos judeus que habitam as cidades portuguesas e a protecção que lhes é concedida por D. Afonso V. Por tais motivos, promove uma vinda em maior número de judeus de Cáceres. Não há conhecimento do número de saídas de judeus da cidade, mas uma carta de Fernando alude a um número significativo de judeus de Cáceres que se passaram para Portugal, à chamada de Raquel.

Em Abril de 1476 os Reis Católicos chamam à participação das cidades que deveriam enviar as suas milícias e encontrar-se em Toledo no dia 10 de Maio. Crescia o contra-ataque de D. Afonso V. O arcebispo de Toledo e o marquês de Villena combatiam com os seus homens ao lado do rei de Portugal e por essa altura o duque do infantado cercava MadriD. O cansaço das hostes castelhanas era também evidente. Vilas e cidades estavam extenuadas pela intensa participação ou contribuição para a guerra.

D. Afonso V reforçava o conflito. Perante as novas ocorrências do partido português, os Reis Católicos intensificam os chamamentos para a guerra, escrevem cartas aos concelhos e à nobreza para que se reúnam em volta do duque de Medina Sidonia e do marquês de Cádis. Estes nobres defensores da causa dos Reis Católicos prestavam um bom serviço contra Portugal.

Nos mares, uma carta datada de 27 de Maio de 1476 recompensa o duque de Medina Sidonia pelos serviços prestados e por tal é-lhe feita doação da ilha

de António em Cabo Verde. Ordenam às Canárias o fecho imediato do comércio com Portugal. A permissão para Diego de Herrera, senhor das Canárias, retirar trigo de Sevilha e de Cádis, aponta para o intensificar dos confrontos no Atlântico.

Entre 21 de Maio e 2 de Junho os Reis Católicos promovem um acordo com Rodrigo Téllez Girón, mestre de Calatrava, em virtude do qual perdoam a este e a todos os que o seguiram. Rodrigo reconhecia a obediência aos Reis Católicos. Os monarcas castelhanos tentavam por todos os meios diminuir o apoio a D. Afonso V, e a presença de castelhanos nas hostes portuguesas enfraquecia progressivamente. O desejo de Henrique IV atenuava-se perante o afastamento do momento crucial da sua morte. Progressivamente a nobreza ouvinte do discurso de Isabel convencia-se da ilegitimidade de D. Joana e das capacidades de Isabel e de Fernando de Aragão como governantes. A estratégia de Isabel em conservar a autonomia dos Reinos de Leão e de Castela frente a Aragão surtia os seus efeitos.

D. Afonso V estava ainda rodeado de uma poderosa nobreza castelhana e de cidades cujos habitantes e homens de elite lhe conferiam o seu apoio. No entanto, a política repressiva dos Reis Católicos sobre as cidades e os indefesos habitantes vai mudar pouco a pouco a opinião do prosseguimento da causa de D. Afonso V. As penalizações que recaíam sobre os apoiantes do monarca português eram de grande violência e não perdoavam. Por todo o reino seguiam homens nomeados pelos Reis Católicos para procederem ao confisco de bens. Todos os seguidores directos ou indirectos da causa de D. Joana eram penalizados. Estes se não queriam ver os seus bens tomados desistiam do conflito e apelavam ao perdão.

Entre a nobreza as vítimas vão crescendo. Uma carta datada de 11 de Maio de 1476 refere que o conde de Benavente ficou prisioneiro no confronto de Baltanás. Em troca da libertação do conde de Benavente, a duquesa de Arévalo acordou a paz e a entrega das fortalezas de Mayorga, Villalba de los Alcores e Portillo e da promessa de não continuar a participar nos confrontos. A entrega do conde de Benavente só acontece após a Batalha de Toro, quando Fernando cerca Cantalapiedra. Perante a impossibilidade de D. Afonso V de recuperar a vila, os monarcas castelhano e português acertam a entrega do duque de Benavente em troca do conde de Penamacor, aprisionado em Castela, e a entrega das fortalezas de Mayorga, Villalba e Portillo em troca da devolução dos bens confiscados a Alonso Núñez, licenciado de Ciudad Rodrigo que os tinha perdido

por estar a serviço de D. Afonso V. Acordam ainda neste tratado de paz que os Reis Católicos levantarão cerco e não sitiarão a cidade durante um período de seis meses; por sua vez, o monarca português compromete-se a que desde esta vila não se produzam assaltos a lavradores nem a caminhantes.

Uma carta datada de 12 de Junho de 1476, emanada pelos Reis Católicos, explica à cidade de Sevilha os motivos deste acordo produzido em Cantalapiedra. Entre os motivos salientam a importância do resgate do conde de Benavente, homem de relevo ao serviço de Isabel, o facto de as fortalezas que serviram de moeda de troca serem imprescindíveis pela sua força estratégica e, por fim, pelo facto de Luís XI ter sitiado Fuenterrabia e os pedidos de socorro obrigarem a um acordo na frente de conflito aberta com Portugal. Para fazer face à frente francesa, Fernando seguia para Guipúzcoa levando consigo o condestável de Castela e todos os condes e cavaleiros com terras localizadas para além de Burgos que a ele se juntassem. Isabel permanecia como observadora na frente portuguesa, na qual desempenhava papel fundamental o conde de Benavente e de Luna e as fortalezas citadas.

Divergem os cronistas em relação aos efectivos militares invasores. Enquanto Damião de Góis estima que esse número andaria por 2000 lanças, por sua vez Diogo de Valera escreve que entraram em Portugal 1000 cavaleiros e 8000 peões. Ainda segundo este autor, o príncipe D. João permaneceu na defensiva em Évora, tendo os castelhanos apreendido grande quantidade de gado. Mais detalhada se apresenta a versão de Damião de Góis, segundo o qual o príncipe enviou dois mensageiros a Alonso de Cárdenas, os fidalgos Diogo da Silva Meneses e João de Sousa. A sua missão consistia em comunicar que no baluarte de Évora existia um poderoso contingente português, tendo como capitão o bispo de Évora apoiado por uma hoste de 300 cavaleiros. Diferente se apresenta a versão de Diogo de Valera a qual aponta para uma fuga dos portugueses ao combate frontal com os invasores castelhanos.

Em solo castelhano, o rei D. Afonso V, depois de ter ocupado a vila de Baltanás, dirigiu-se para Arévalo, onde permaneceu alguns dias, indo de seguida para a vila de Cantalapiedra, onde designou seu capitão Pero Rodrigues Galvão. De seguida colocou guarnições de peões e cavaleiros nas vilas de Castronuño, Covilhas, Siete Iglesias, Vila Afonso, Mota, Portillo, Villalba e Mayorga, cujos castelos foram ocupados depois de uma escarniçada guerra. Como Cantalapiedra era um castelo importante, o rei Fernando ordenou ao duque de Vila Formosa e ao conde de Treviño, que cercassem a vila e a conquistassem. Num

dos ataques desferidos pelo rei Fernando desde o Madrigal sobre esta fortaleza viu-se atacado polo monarca D. Afonso V. Com um bom número de cavaleiros mandou um grupo de ginetes atacar o acampamento inimigo colhendo-os de surpresa. Conscientes do perigo os castelhanos evitaram o combate, o que impediu que Fernando viesse a ser aprisionado pelos portugueses.

Conhecedor D. Afonso V que a rainha Isabel se aprontava a viajar desde o Madrigal a Medina del Campo, organizou uma expedição de 2000 cavaleiros com o intuito de a surpreender e se possível prender. Apenas acompanhado por cavaleiros, o rei português partiu secretamente de Toro em direcção a Castronuño, e a partir daqui pela calada da noite tomou o caminho de um vale, que a rainha iria atravessar. Avisada a tempo, Isabel conseguiu evitar a cilada que D. Afonso V lhe preparara e regressar segura a Madrigal de las Altas Torres, sua terra natal.

Enquanto permanecia em Toro incumbiu o rei D. Afonso V ao conde de Faro de proceder a negociações com vista a uma troca de prisioneiros portugueses e castelhanos que se encontravam detidos. Um dos abrangidos foi o conde de Benavente, o qual ficava desonerado do juramento de não tornar a servir os Reis Católicos enquanto durasse a guerra. Em sua permuta alcançou a libertação o conde de Penamacor, o qual se dirigiu a Toro acompanhado de muitos cavaleiros que tiveram o melhor acolhimento do monarca. Com esta operação de troca de prisioneiros preparava-se o rei para deixar o território castelhano e regressar a Portugal.

No decurso destas negociações o conflito militar continuava aceso. Os castelhanos, sob a direcção do duque de Vila Formosa e do conde de Treviño, dando seguimento às instruções do rei Fernando, atacaram com imensa gente de guerra a vila de Cantalapiedra. Foi enorme a resistência dos portugueses, os quais sob o comando de Pero Rodrigues Galvão Vandara causaram imensos destroços no arraial castelhano. Desesperados os atacantes de tão grande resistência vieram à fala com o capitão Vandara solicitando-lhe a entrega da vila sob a condição de deixarem sair todos os sitiados quer fossem portugueses ou castelhanos com todo o seu armamento. Embora Vandara se confrontasse com escassez de mantimentos recusou-se a proceder à sua entrega, sem uma ordem expressa de D. Afonso V para esse efeito. Enquanto se desenrolavam estas negociações, o duque e conde sitiantes receberam instruções do rei Fernando no sentido de deixarem o assédio e acorrerem à comarca de Salamanca, onde o exército de D. Afonso V procedia a consideráveis destruições. Dando

seguimento às ordens de Fernando verificou-se um acordo entre as partes, com o compromisso do capitão Vandara não tornar a efectuar guerra naquela comarca pelo espaço de um ano, para o que contavam com o beneplácito dos reis Fernando e D. Afonso V. A partir de Toro, o rei de Portugal procedeu a sucessivas razias em terras castelhanas numa actuação que mais fazia lembrar um capitão fronteiro do que um monarca, o que causava sérias apreensões entre os membros do seu conselho.

Esperançado no apoio de Luís XI de França, o rei D. Afonso V enviou a esse reino como seu embaixador a Álvaro de Ataíde. Cumprida a sua missão, este emissário veio a entrevistar-se com D. Afonso V a Toro, onde lhe entregou cartas do monarca francês recheadas de promessas. No fundo da questão, Luís XI, em guerra com o rei João II de Aragão, pai de Fernando, pretendia impedir que este auxiliasse o pai, precisamente numa altura em que ambos os monarcas combatiam pela posse do Roussillon. Decidido a empreender uma viagem até França, no convencimento da boa fé de Luís XI, o rei de Portugal desde Toro tomou um conjunto de decisões que consistiram essencialmente no aprovisionamento em homens, armamento e mantimentos. Assim, em Cantalapiedra deixou por capitão Alfonso Pérez de Vivero, casado com a portuguesa Mécia de Meneses. Para Castronuño, nomeou Pero de Mendanha, pessoa da sua máxima confiança. Como governador da cidade de Toro designou Francisco Coutinho, conde de Marialva.

A seguir a este conjunto de deliberações o rei, acompanhado por sua mulher D. Joana, deixou Toro e dirigiu-se a Castronuño, onde participaram na festa de Corpo de Deus. De imediato o monarca partiu para Miranda do Douro, onde em 13 de Junho de 1476 nomeou Lopo de Almeida, conde de Abrantes. Da total confiança do rei, este fidalgo exercia as funções de chanceler-mor e escrivão da puridade da rainha, além das funções de seu mordomo mor. Desde a vila de Miranda do Douro o rei ordenou a sua mulher que partisse para a Guarda, acompanhada por João de Abreu, bispo de Viseu, e pelo conde de Vila Real, fronteiro mor daquela comarca. Desde aquela cidade rumou, na companhia do prelado, para Coimbra, aonde a veio visitar o príncipe D. João. Este, dando curso às instruções do seu pai, acompanhou-a até Abrantes, onde a deixou, para depois seguir até ao Porto, onde o monarca preparava a sua viagem até França. Desde a cidade portuense o rei enviou Pero de Sousa para esse país a fim de informar Luís XI dos propósitos que o animavam.

Quando o rei D. Afonso V ainda se encontrava em Toro em 15 de Março de 1476, outorgou uma carta, num momento de lúcida consciência da sua pró-

pria fraqueza, na qual declarava que seu filho, o príncipe D. João, não deveria conceder qualquer valor às doações que havia realizado durante a campanha contra os Reis Católicos. Na mesma linha tornou a outorgar outra carta na qual referia que todas as doações e privilégios cujo valor fosse superior a 10 000 reais brancos e que ele entretanto tivesse efectuado, sem a prévia autorização de seu filho, não possuiriam validade na sua aplicação. De notar que na primeira das mencionadas cartas o monarca frisava que esta situação vigoraria enquanto ele permanecesse em Castela e seu filho fosse detentor do regimento do reino de Portugal.

A guerra manteve-se acesa durante a derradeira presença de D. Afonso V em terras castelhanas. Os Reis Católicos, por carta de 21 de Maio de 1476, ordenavam a todas as autoridades e concelhos de Andalucía, com excepção de Córdova e do seu bispado, que fossem em auxílio de Rodrigo Ponce de León, marquês de Cádis, na preparação de expedições militares nas áreas fronteiriças portuguesas. No Verão de 1476 não pararam no seu combate. Por carta de 2 de Junho desse ano manifestam a concórdia que haviam realizado com o mestre de Alcántara, Rodrigo Téllez Girón, a quem perdoavam, bem como a seus cavaleiros, da autoria de qualquer delito praticado durante a guerra que houvesse causado a morte de homens fiéis à causa dos Reis Católicos, bem como a destruição de bens materiais nesse reino. A acrescentar a toda esta acção de desgaste, os Reis Católicos davam instruções, em 5 de Junho de 1476, ao seu embaixador em Roma, García Martínez de Lerma, encarregando-o de requerer ao papa para que de modo algum viesse a conceder a dispensa que viabilizasse o casamento entre D. Afonso V e D. Joana, que era sua sobrinha. Em Julho de 1476 continuam os convites de Isabel para continuarem a guerra com Portugal. O apelo dirige-se às cidades de Salamanca e de Ciudad Rodrigo para auxiliarem Diego del Águila, alcaide de Ciudad Rodrigo a quem foi solicitado que fizesse guerra às vilas portuguesas.

Uma vez que o combate em terra tinha sido atenuado com a saída de D. Afonso V para França, em Agosto de 1476, a estratégia dos monarcas castelhanos passava da defensiva para a ofensiva. Nos mares os assaltos acentuam-se, são constantes os envios de navios castelhanos à Guiné ou de portugueses às Canárias e uma armada é constituída para guerrear os portugueses no mar.

Perante a saída de D. Afonso V do território castelhano, os Reis Católicos ordenavam o reforço e o continuar do conflito nas áreas de fronteira. Enviam às cidades da fronteira ordem para atacarem o mais possível as terras raianas de

Portugal. No apelo que promoviam assinalavam que o «adversario tenga tanto que fazer en defender lo suyo que non cure de pensar conquistar lo ageno».

Em Portugal o príncipe D. João debatia-se para recuperar as vilas portuguesas que se encontravam em poder dos castelhanos e para fazer face às investidas constantes que assaltavam a fronteira.

Em meados de 1477 o descontrolo da situação obrigava a uma trégua, carta datada de 30 de Agosto, que seria mediada pelo conde de Feria. Apesar de Isabel a Católica requerer com a máxima urgência a realização de tréguas, da parte portuguesa a intenção de terminar o conflito não era manifestada. A acompanhar as medidas tomadas em terra, os Reis Católicos impõem, em Novembro de 1477, o pedido para que os navios que se dirigirem a terras de África devam pedir licença aos monarcas castelhanos. A exigência desta autorização aponta para uma atitude de monopólio régio para os negócios de África, um pouco à imagem do que se passava em Portugal, e para um controlo dos conflitos promovidos entre embarcações.

A guerra entre os dois reinos abrandou consideravelmente durante o ano de 1477, ano em que D. Afonso V se encontra em França. Por toda a raia verificou-se uma acentuada distensão. Em 30 de Agosto desse mesmo ano a rainha Isabel concedeu poderes especiais ao conde de Feria para que estabelecesse negociações no sentido de alcançar uma trégua que fizesse cessar os combates entre as localidades de Albuquerque e Sevilha.

A paz, embora curta, fez-se sentir pela segunda metade de 1477 e inícios de 1478. As cartas de restituição de bens tomados a portugueses ou os salvo-condutos passados a mercadores portugueses que pretendam manter os seus contactos económicos habituais são elementos enunciadores dessas questões.

2.5.5. Participantes portugueses em Toro ao lado de D. Afonso V

Antão Gomes de Abreu, fidalgo da casa do rei.
João Fernandes de Abreu, fidalgo da casa do rei.
Lisuarte de Abreu, fidalgo duriense, criado do falecido infante D. Henrique.
D. Afonso, filho do duque de Bragança, conde de Arraiolos, conde de Faro e Odemira e senhor de Aveiro.
Rodrigo Afonso, escudeiro da casa do rei e juiz das sisas do julgado de Botão e Pereira.

Rodrigo Afonso, escudeiro da casa do rei e escrivão da chancelaria da correição da Estremadura.
Lopo de Albuquerque, conde de Penamacor, fidalgo da casa do rei e seu camareiro mor.
Pero de Albuquerque, fidalgo da casa do rei, membro do seu conselho e capitão das vilas de Portugal e de Alfaiates.
Afonso Lopes de Almeida, vassalo e escudeiro-fidalgo de D. Afonso V
Diogo Fernandes de Almeida, cavaleiro da Flor da Rosa e prior do Crato.
Duarte de Almeida, fidalgo da casa do rei e seu alferes mor, conhecido pela designação de «o Decepado».
Fernando de Almeida, conde de Avranches, fidalgo da casa do rei, capitão-mor do reino e membro do seu conselho.
João de Almeida, conde de Avranches, que anteriormente esteve na Catalunha ao serviço do condestável D. Pedro.
João Lopes de Almeida, fidalgo da casa do rei, vedor da sua «fazenda» e membro do seu conselho.
João Lopes de Alvalade, cavaleiro da casa do rei.
Diogo Álvares, recebedor das rendas de Loulé.
Diogo Álvares, escudeiro do condestável D. Pedro.
Fernão de Álvares, cavaleiro da casa do duque de Bragança e Guimarães.
Pedro de Álvares, cavaleiro da casa do rei e anadel mor dos besteiros do conto.
D. Álvaro, sobrinho do rei, chanceler-mor do reino e regedor da Casa da Suplicação.
Fernão Rodrigues do Amaral, cavaleiro da casa do rei.
Afonso Anes, escudeiro da casa do rei.
Álvaro Anes, cantor na corte de D. Afonso V.
João Freire de Andrade, fidalgo da casa do rei e alcaide do castelo de Ferreira do Alentejo.
Álvaro de Ataíde, fidalgo da casa do rei e membro do seu conselho.
Conde de Arraiolos e duque de Bragança, primo de D. Afonso V, com os títulos de marquês de Vila Viçosa, conde de Ourém e senhor de Monforte.
Diogo de Azevedo, fidalgo da casa do rei e membro do seu conselho.
João Rodrigues de Azevedo, fidalgo da casa do rei.
Fernão Álvares Baldaia, cavaleiro da casa do rei da cidade do Porto.
Gonçalo Pires Bandeira, simples soldado que veio a ser nobilitado com carta de brasão de armas pelo rei D. João II, como prémio da sua coragem em Toro.

Álvaro Barbosa, escudeiro de D. Álvaro, sobrinho do rei e filho do duque de Bragança.
Afonso Teles Barreto, fidalgo louletano da casa do rei.
Briobis de Basto, cavaleiro da casa de D. Afonso V.
Pero Lourenço Batavias, cavaleiro da casa do rei.
João de Beja, escudeiro.
Rui Besteiro, cavaleiro da casa do rei.
Gonçalo Borges, fidalgo da casa do rei.
Álvaro de Brito, fidalgo da casa real.
Fernão de Brito, fidalgo da casa do rei.
João de Brito, fidalgo da casa do duque de Viseu.
Fernão Cabral, fidalgo da casa real e regedor da justiça nas comarcas da Beira e Ribacoa. Membro do conselho de D. Afonso V.
Álvaro do Campo, cavaleiro da casa do condestável D. Pedro e por sua morte de D. Afonso V.
Fernão Cardoso, escudeiro, residente em Trancoso.
Álvaro de Carvalho, cavaleiro da casa do príncipe D. João, filho do rei.
Gonçalo Vaz de Castelo Branco, senhor de Vila Nova de Portimão, vedor da fazenda e almotacé mor. Regedor da Casa do Cível.
Lopo Vaz de Castelo Branco, fidalgo, membro do conselho do rei e seu monteiro mor, alcaide do castelo de Moura.
Rui Gonçalves Castelo Branco, fidalgo da casa do rei e corregedor mor da Guarda.
Fernão de Castro, cavaleiro-fidalgo da casa real.
João de Castro, fidalgo da casa do rei, membro do seu conselho, conde de Monsanto e titular da vila e castelo de Castelo Mendo. Foi ainda fidalgo da casa do duque de Bragança e de Guimarães.
Pedro de Castro, fidalgo da casa do rei e membro do seu conselho. Alcaide do castelo de Penamacor.
Ceça, cavaleiro castelhano, alcaide da fortaleza de Frei Domingo.
Rui de Ceuta, escudeiro do condestável D. Pedro.
Vasco Martins de Sousa Chichorro, cavaleiro da casa do rei e capitão dos ginetes que combateram em Toro e noutros lugares de Castela.
Vasco Martins de Sousa Chichorro, capitão dos ginetes do rei, a quem o monarca doou a renda dos moinhos da ribeira de Alenquer.
Frei João Coelho, prior do Crato e chanceler-mor de Rodes e bailio de Negroponte, do conselho do rei e comendador de Leça, da Guarda e de Elvas.

Garcia Coelho, cavaleiro da casa do rei que faleceu na Batalha de Toro.
Álvaro Pires Corredoira, escudeiro da casa real, que obteve a jurisdição da aldeia de Oliveira na comarca de Trás-os-Montes.
João da Costa, cavaleiro da casa do rei e corregedor da comarca de Estremadura.
Tristão da Costa, cavaleiro da casa do duque de Guimarães.
Álvaro Coutinho, fidalgo, membro do conselho de D. Afonso V e marechal do reino.
Francisco Coutinho Coutinho, conde de Marialva, meirinho mor de D. Afonso V e vedor das obras da comarca da Beira.
Henrique Coutinho, fidalgo, membro do conselho do rei que sucedeu a seu pai D. Álvaro nas funções de marechal do reino.
Tristão Coutinho, fidalgo da casa do rei que morreu no combate da ponte de Zamora.
Vasco Fernandes Coutinho, fidalgo da casa do rei, morto em combate na Batalha de Toro.
Pero Vaz da Cunha, fidalgo da casa do rei.
António Dossem, fidalgo e membro do conselho de D. Afonso V.
João de Sousa Falcão, fidalgo da casa do rei, obteve a doação dos direitos e rendas da cidade da Guarda.
Pero Feio, cavaleiro da casa do rei e seu estribeiro-mor.
Afonso Fernandes, escudeiro, juiz das sisas de Castelo Rodrigo.
Mestre Fernando, doutor em medicina que obteve do rei privilégios idênticos aos de chanceler-mor e desembargador.
Afonso Ferraz, cavaleiro da casa do príncipe D. João e almoxarife de Aveiro.
Henrique de Figueiredo, cavaleiro da casa do rei e escrivão da sua «fazenda».
João Fogaça, fidalgo, membro do conselho do rei e comendador de Canha e de Cabrela.
Rui da Fonseca, cavaleiro da casa do rei e alcaide do castelo da Guarda. Posteriormente passou a pertencer à casa do príncipe D. João.
Nuno Fernandes Freire, fidalgo da casa do duque de Viseu.
Álvaro da Gama, juiz das sisas de Olivença.
Estevão da Gama, cavaleiro da casa do duque de Viseu.
Lopo da Gama, cavaleiro da casa do condestável e alcaide do castelo das Alcáçovas.
João Garcês, cavaleiro da casa do príncipe D. João e escrivão da sua «fazenda».

Álvaro Gil, escudeiro do duque de Guimarães e escrivão dos aldeamentos do porto da cidade de Bragança.
Diogo de Góis, fidalgo da casa do rei.
Fernão Gomes, fidalgo da casa do duque de Guimarães.
Lopo Gomes, cavaleiro da casa do duque de Guimarães.
Mem Gonçalves, escudeiro, residente em Lisboa.
Rui Gonçalves, escudeiro da casa do rei.
Vasco Gonçalves, escudeiro da casa do rei e almoxarife das jugadas do almoxarifado de Alenquer.
Pero de Gouveia, escudeiro-fidalgo da casa do rei.
Vasco Fernandes de Gouveia, membro do conselho de D. Afonso V, monteiro mor do rei de Aragão, governador de Alcolea nesse reino e alcaide da vila de Gouveia e do castelo de Castelo Rodrigo. D. Afonso V fez-lhe doação de todas as vilas e lugares que ocupasse em Castela.
João Guimarães, escudeiro e cantor da casa de D. Afonso V.
Juan de Ulloa, fidalgo castelhano que procedeu à entrega da cidade de Toro a D. Afonso V. Sua mulher María Sarmiento seguia o partido dos Reis Católicos, tendo defendido com denodo o castelo da cidade. Acabou por se render tendo o rei entregue esse reduto ao seu cunhado. Este fidalgo pertenceu ao conselho de D. Afonso V.
Príncipe D. João, filho de D. Afonso V e herdeiro da coroa.
D. João, filho do conde de Arraiolos e duque de Bragança.
Diogo Leitão, escudeiro da casa do rei.
Diogo Gomes de Lemos, fidalgo da casa do príncipe D. João.
Álvaro Rodrigues de Lima, fidalgo da casa do duque de Viseu.
João de Lima, visconde de Vila Nova de Cerveira, fidalgo, membro do conselho do rei, senhor de Vila Nova de Cerveira e alcaide-mor de Ponte de Lima.
Leonel de Lima, visconde de Vila Nova de Cerveira, fidalgo e membro do conselho do rei, senhor de Vila Nova de Cerveira. D. Afonso V doou-lhe a cidade de Zamora.
João Mendes Lobo, escrivão do porto de Olivença.
Pero Lopes, cavaleiro da casa do rei e almoxarife de Coimbra.
Fernão Luís, cavaleiro da casa real, residente no Porto, foi nobilitado pelo rei, de acordo com o conselho do monarca e do rei de armas de Portugal. Coudel da cidade do Porto.
Álvaro Lopes, escudeiro da casa do rei.

Pero Lourenço, escudeiro do duque de Guimarães e fidalgo na comarca de entre Tejo e Guadiana.
João Teixeira de Macedo, escudeiro da casa real, mais tarde fidalgo e contador na comarca de Trás-os-Montes.
Francisco Machado, fidalgo da casa do rei, que «servio mui bem na batalha que ouve com el rey de Castela» recebeu como prémio o direito a confirmar os juízes e oficiais da sua vila da Lousã.
Álvaro Anes de Madureira, cavaleiro da casa do rei, que recebeu da coroa diversas terras no almoxarifado de Torre de Moncorvo.
Afonso Rodrigues de Magalhães, fidalgo da casa real.
Fernão de Magalhães, fidalgo da casa do duque de Bragança e mais tarde da casa real.
Gil Magalhães, fidalgo da casa do duque de Viseu e donatário da terra da Nóbrega.
Diogo Rodrigues Marrecos, juiz das sisas de Tomar.
Rui Martins, cavaleiro da casa do rei, residente em Beja.
Fernão Martins de Mascarenhas, fidalgo, membro do conselho real e capitão dos «ginetes» de D. Afonso V e do príncipe D. João.
Fernão de Melo, fidalgo da casa do rei e membro do seu conselho, alcaide-mor de Évora.
Garcia de Melo, escudeiro da casa do rei e fidalgo da casa do duque de Viseu.
João de Melo, fidalgo, membro do conselho do rei e alcaide-mor de Serpa.
Martim Afonso de Melo, fidalgo da casa do rei e seu copeiro-mor.
Rodrigo de Melo, conde de Olivença, foi o primeiro governador e capitão de Tânger. Alcaide do castelo de Olivença.
Pero de Mendanha, fidalgo castelhano, alcaide de Castronuño, o qual acolheu a D. Afonso V após o insucesso de Toro.
Gonçalo Mendes, cavaleiro da casa real e fidalgo da casa do príncipe D. João.
Rui Mendes, contador mor nos almoxarifados de Guimarães e Ponte de Lima.
Henrique de Meneses, fidalgo, capitão e regedor de Alcácer e Arzila, conde de Valença e senhor de Caminha.
Martinho de Meneses, fidalgo da casa do rei.
Pedro de Meneses, conde de Vila Real, capitão, regedor e governador de Ceuta, sobrinho de D. Afonso V, senhor e alcaide do castelo de Almeida. Foi ferido no combate de Zamora, permaneceu em Toro na guarda da rainha D. Joana. Combateu em Toro na ala do príncipe D. João. Foi alcaide-mor da vila de Leiria e do castelo de Ourém.

Pedro de Meneses, conde de Cantanhede, a quem o rei doou as vilas de Atalaia e Asseiceira. Este fidalgo era membro do conselho do rei.
Fernando de Miranda, bispo de Viseu e capelão mor do rei. Em Toro foi um dos cinco que sempre acompanharam e protegeram o monarca.
Gómez de Miranda, castelhano, prior de Santa Maria em Castela.
Diogo Moniz, fidalgo algarvio, natural de Silves.
Heitor de Moniz, vassalo do rei, residente em Almada e recebedor das sisas da referida vila.
Gonzalo de Morado, fidalgo castelhano, alcaide de Ledesma em Castela.
Pero de Moura, fidalgo da casa do rei, que obteve a jurisdição da vila de Meadas e da Póvoa. Membro do conselho real.
Fernando de Noronha, conde de Vila Real, que obteve da coroa diversos bens na vila de Arruda.
Rodrigo de Noronha, sobrinho do rei. Bispo de Lamego, protector da Universidade de Lisboa, do conselho real, capelão mor e regedor da Casa da Suplicação.
Salomão Negro, judeu, acompanhou o rei a Toro, o qual lhe concedeu poderes para arrematar rendas das igrejas, exceptuando dízimas e ofertas religiosas. O rei nomeou-o em 1476, provedor e administrador do hospital da judiaria grande de Lisboa.
João Oliveira, cavaleiro do rei.
Luís Orta, escudeiro algarvio, fidalgo da casa do rei, obteve doações em Tavira.
Nuno Pacheco, cavaleiro da casa real.
Rui Pais, cavaleiro da casa real.
João Palermo, cavaleiro da casa real.
Gonçalo Pavez, cavaleiro da casa de D. Afonso V e recebedor da sisa do trigo em Lisboa.
D. Pedro, membro do conselho do rei e mordomo-mor do príncipe D. João, a quem D. Afonso V doou a Aldeia Galega da Merceana e Aldeia Gavinha.
Fernão Peixoto, escudeiro, residente em Elvas.
Afonso Pereira, fidalgo da casa do rei na comarca de entre Douro e Minho. Alcaide-mor do castelo de Santarém. Reposteiro mor do monarca. Obteve doação da vila de Muge, da qual foi alcaide-mor. D. Afonso V fez-lhe mercê da renda do mordomado da vila de Santarém.
Fernão Pereira, fidalgo da casa do duque de Bragança, de quem obteve a terra de Castro Daire que trazia da coroa. Vedor das obras da comarca de Entre

Douro e Minho e Trás-os-Montes. Alcaide-mor da vila de Guimarães e donatário da terra de Castro Daire. Foi membro do conselho do rei.

Rui Vasques Pereira, fidalgo da casa do rei, o qual obteve doação de terras localizadas entre Castelo Rodrigo e Almeida. Obteve a terra de Carnecoita no termo de Santarém.

Álvaro Pessanha, fidalgo algarvio da casa real, possuidor de bens em Tavira.

Manuel Pessanha, fidalgo da casa real, possuidor de bens em Elvas.

Vasco Pestana, cavaleiro da casa do rei, recebedor do porto de Elvas.

Álvaro Pires, escrivão do paul do rei e da Ota.

Diogo Pires, cavaleiro da casa do rei.

João Pires, cavaleiro da casa do rei e vedor da casa do príncipe D. João.

João da Ponte, escudeiro do duque de Bragança, que foi coudel, por três anos, em Souto, Rebordães e Penela.

Juan de Porras, fidalgo castelhano, indefectível de D. Afonso V, que após Toro aconselhou o rei a refugiar-se em Castronuño. Refugiado em Portugal foi membro do conselho real e seu mordomo. Seu filho Juan de Porras obteve a nacionalidade portuguesa por mercê real de 1479.

Portugal, rei de armas.

Rodrigo Rebelo, cavaleiro da casa do rei.

Pero de Refoios, escudeiro da casa real.

João do Rego, cavaleiro da casa do rei, residente em Silves.

João Rodrigues, fidalgo da casa real que recebeu da coroa herdades em Trazovel no termo de Santarém e a terra de Alva no almoxarifado de Viseu.

João Rodrigues, fidalgo da casa do rei e seu contador em Lisboa.

Martim Rodrigues, mestre de obras em Sintra.

Pero Rodrigues, cavaleiro da casa real.

D. Rolim, fidalgo da casa do rei e membro do seu conselho, que obteve terras na lezíria da Atalaia, junto ao rio Tejo.

Gil Moniz de Roriz, cavaleiro da casa real.

Pedro de Sá, fidalgo da casa real que obteve terras na lezíria do Palanque em Santarém. Era alcaide-mor do castelo e vila de Ledir. Obteve do rei as rendas e direitos da terra de Almargem.

Pedro de Salazar, castelhano, um dos principais indefectíveis de D. Afonso V, era mestre-sala do arcebispo de Toledo.

Diogo de Sampaio, fidalgo da casa real, que recebeu do monarca o lugar e terra de Vilarinho da Castanheira, em Trás-os-Montes.

Fernão Vaz de Sampaio, fidalgo da casa do príncipe D. João, que obteve da coroa a jurisdição civil e criminal de Vila Flor e Vilas Boas. Sucedeu a seu pai Vasco Fernandes de Sampaio nas frontarias das vilas de Torre de Moncorvo, Vila Flor e Anciães. Obteve da coroa a alcaidaria mor da vila e da fortaleza de Torre de Moncorvo.

João de Santarém, escudeiro da casa real.

Afonso Saraiva, escudeiro, residente em Trancoso.

Rui Sequeira, escudeiro da casa do rei.

Doutor Pero da Silva, membro do desembargo do rei, que morreu ao seu serviço em Castela.

Doutor João Fernandes da Silveira, barão de Alvito, o primeiro que houve este título em Portugal, participou em diversas embaixadas com destaque para a negociação da casa da suplicação. Membro do conselho do rei, chanceler-mor e corregedor da corte. Recebeu da coroa terras confiscadas ao castelhano Luis Vaca, que estava «a serviço e hobediencia del rey dom Fernando».

Nuno Martins da Silveira, escrivão da puridade e vedor das obras e resíduos. Obteve doação das terras de Segadães e Ricardães. Era fidalgo da casa do rei e membro do seu conselho, tendo combatido em Castela «com muyta despesa, com sua gemte de cavallo e de pee».

Estevão Soares, engenheiro militar, montou «huua pedra de engenho» sobre Toro.

Gomes Soares, fidalgo membro do conselho do rei, que recebeu da coroa diversos casais e reguengos em Torres Vedras.

João Vaz Soares, cavaleiro da casa do rei.

Lopo Vaz Soares, cavaleiro da casa do rei e almoxarife da alfândega do Porto.

Diogo Lopes de Sousa, mordomo-mor do rei e membro do seu conselho. Era alcaide-mor da vila e castelo de Arronches.

Fernão de Sousa, fidalgo da casa de Bragança. Obteve doação da terra de Roças no almoxarifado de Guimarães. Era alcaide-mor da terra do Barroso.

João Rodrigues de Sousa, fidalgo da casa do rei e do seu conselho, recebeu o reguengo, que seu pai já tinha da coroa, na vila e termo de Montemor-o-Novo.

Pero de Sousa, fidalgo, membro do conselho do rei.

Rui de Sousa, fidalgo da casa do rei e vedor da casa da rainha Isabel. Alcaide-mor do castelo de Pinhel. Fronteiro da vila de Pinhel em representação de Fernão Coutinho. Possuía da coroa as vilas de Sagres e de Beringel.

Afonso Tavares, escudeiro do conde de Monsanto.
Francisco Tavares, escudeiro do rei, tomou parte activa na campanha contra os castelhanos.
Martim Tavares, escudeiro do rei, residente em Portalegre, destacou-se no combate de Baltanás e no primeiro cerco de Cantalapiedra.
Martim de Távora, fidalgo da casa do príncipe D. João.
Álvaro Teixeira, cavaleiro da casa do rei, o qual obteve a doação da vila de Tetuão e seu termo, em Marrocos.
Doutor João Teixeira, embaixador de D. Afonso V, enviado a Roma para obter a dispensa papal que permitisse ao rei casar com sua sobrinha D. Joana. Era membro do desembargo régio e das petições e agravos. Era vice-chanceler do reino. D. João II nomeou chanceler do reino em substituição de D. Álvaro que se homiziou em Castela por ser irmão do sentenciado duque de Bragança.
João Teixeira, cavaleiro da casa do rei.
Rui Tinoco, cavaleiro da casa do rei.
Martim Fernandes de Toar, fidalgo castelhano indefectível de D. Afonso V, a quem acompanhou no seu regresso a Portugal. D. João II em reconhecimento da sua dedicação recompensou-o largamente, lembrando que deixou em Castela vilas e lugares, vassalos e criados.
João Trancoso, escudeiro e escrivão dos contos da comarca de Alenquer e Sintra.
João Fernandes Ulmeiro, fidalgo da casa do duque de Viseu, do conselho do rei e alcaide-mor de Castro Marim.
Diogo de Valadares, escudeiro do rei, recebedor das sisas dos tecidos e dos vinhos de Pombal.
Afonso de Vasconcelos, conde de Penela, recebeu este sobrinho do rei a vila de Penela, com sua jurisdição e rendas. Este adiantado da comarca de Estremadura, recebeu em 1476 uma mercê da coroa para que os corregedores não pudessem entrar nas suas terras da Beira e Trás-os-Montes. Em 1479 foi designado regedor da justiça da Casa do Cível de Lisboa.
João de Vasconcelos, obteve em 1481 o título de conde de Penela. Destacou-se em Castela «onde ora grandemente nos servio com sua pessoa e gente e muyta despesa». Recebeu a jurisdição da vila de Penela, em 1497 e do reguengo de Campores.
Rui Mendes de Vasconcelos, fidalgo da casa do duque de Guimarães, a seu pedido o rei dá-lhe a jurisdição da terra do Cabril, onde viviam vinte homens. Também obteve a jurisdição de Alvarenga.

Manuel Vaz, escudeiro do rei, obteve a doação da mata da Coelheira, localizada na ribeira de Curuche.
Nuno Vaz, recebedor do porto de Olivença.
Pero Vaz, escudeiro de D. Afonso V.
Gonçalo Velho, escudeiro da casa do rei.
Gonçalo Vieira, criado do infante Fernando, era juiz das sisas de Faro.
Pai de Rodrigues de Vilalobos, cavaleiro da casa do rei, recebeu da coroa a terra da vinha del rei, no termo de Beja, «no caminho de Moura que é uma terra de pam com alguus pees doliveiras».

2.5.6. Castelhanos apoiantes de D. Afonso V (1474-1479)

Lope Vázquez de Acuña.
Adiantado da Galiza.
Alfonso Aguilar, senhor de Aguilar.
Francisco Martín de Aillón.
Esteban de Alberca.
Martín de Albuquerque, homem afecto a Francisco Sotomayor.
Diego Télez de Alcalá, vizinho de Uclés.
Alfonso de Alcántara, homem afecto a Francisco Sotomayor.
Miguel de Alcántara.
Alfonso Sánchez de Alcaraz, vizinho de Garcimuñoz.
Bacharel de Alcaraz.
Luis de Algoibar.
Juan Alonso, vizinho de Campanario.
Pedro de Anaya.
Juan Anchón, biscainho, homem afecto a Francisco Sotomayor.
Alfonso de Andújar.
García de Arévalo, vizinho de Fuentes de Año.
Juan de Ávila, corregedor e alcaide de Huete.
Diego de Ávila.
Pedro de Ávila, homem afecto a Francisco Sotomayor.
Pedro de Baños.
Bartolomé Barbero.
Juan de Barrio.

Cristóbal Bermúdez, regedor da cidade de Toledo.
Juan Pérez de Bobadilla.
Diego Braceros, homem de Francisco Sotomayor.
Pedro de Breviesca, homem afecto a Francisco Sotomayor.
Juan de Bricianos, vizinho de Medina del Campo.
Bispo de Burgos.
Fernando de Burgos, homem de Francisco Sotomayor.
Alfonso Cabrero.
Gonzalo de Cáceres.
Juan Rodríguez Calzadilla, homem afecto a Francisco Sotomayor.
García Fernández Calvete, vizinho de Pastrana.
Pedro Martínez Calvete, arcipreste, vizinho de Pastrana.
Fernando de Camba.
Alfonso Carrillo de Albornoz, arcebispo de Toledo.
Ramiro Carrillo.
Gonzalo Muñoz Castañeda, possuidor de bens em Aranda de Duero e do lugar de Portillejo.
Rodrigo de Castañeda, irmão de Juan de Silva, conde de Cifuentes.
Alfonso del Castillo, vizinho de Medina.
Alfonso Chamorro.
Pedro de Chaves, vizinho de Ciudad Rodrigo.
Chinchilla, vizinho de Madrid.
Chorcoles.
Francisco Cota, jurado de Toledo.
Diego de Córdova.
Ferrando de Córdova.
Pedro de Córdova, alcaide de Pardo.
Diego Coronado.
Ferrando Coronado.
Juan Coronado.
Rodrigo Crespo, vizinho de Úbeda.
Juan de Cuadros, possuidor de bens em Zamora.
Lopo Vasques da Cunha.
Tristán Daza.
Martín Deleitosa.
Juan Delgadillo.

Diego, criado de Rodrigo de Jaén.
Rodrigo Donoso.
Lorenzo Durán.
Francisco de Écija, homem de Francisco Sotomayor.
Martín de Écija, homem afecto a Francisco Sotomayor.
Juan Enríquez.
Frei Estevan, comendador, homem afecto a Francisco Sotomayor.
Manuel Fernández, cambiador, vizinho de Sevilha.
Fernando, vizinho de Campanario.
Fernando, vizinho de Medina del Campo, conhecido como «o Negro».
Fernando, dispensador, homem afecto a Francisco Sotomayor.
Enrique de Figueredo, regedor de Leão.
Flores, licenciado, vizinho de Salamanca.
Alonso Fojero.
Fontañan, regedor de Toledo
Fernando Fontiveros, regedor de Salamanca.
Juan Gaitán, vizinho de Tordesilhas.
Juan Gallego.
Pero Gallego.
Ferrand García.
Sancho García, homem afecto a Francisco Sotomayor.
Juan Girón, conde de Ocaña
Pedro Girón, senhor das vilas de Gumiel, Izán e Villafrechós.
Rodrigo Téllez Girón, mestre de Calatrava.
García de Godoy, chumaceiro, homem afecto a Francisco Sotomayor.
Gutiérrez Gudiel.
Martín Gudiel, vizinho de Toledo.
Pedro de Guevara.
Diego Gutiérrez.
Juan Gutiérrez, escrivão de Sahagún.
Sancho Gutiérrez.
Lorenzo Hallado
Alonso de la Hana.
Cristóbal de Henao.
Alfonso de Herrera, comendador.
Gómez Herrera.

Luis de Herrera.
Pedro de Horozo, vizinho de Medina del Campo.
Hortigosa.
Duque de infantado.
Alfonso Iniesta, comendador.
Rabí Jacob.
Francisco de Jaén, homem de Francisco Sotomayor.
Rodrigo de Jaén.
Alfonso de Jerez.
Francisco de Ledesma.
Gonzalo de Ledesma.
Pedro Jiménez de Ledesma, vizinho de Salamanca.
Gonzalo de Llerena.
Pedro López, tintureiro.
Diego de Lobera.
Diego de Losada.
Miguel de Loyola.
D. Luis, filho do conde de Benavente, preso por prestar serviço a Portugal.
Conde de Luna.
Pedro de Luna.
Rodrigo de Luna.
Sancho de Machuca, vizinho de Toro.
Amador de Mazocos, regedor de Carmona.
Fernando de Madrid.
Alonso Maldonado.
Diego Maldonado.
Juan Maldonado, homem de Francisco Sotomayor.
Diego Manuel, vizinho de Jerez, senhor de Cheles.
Margariaño.
Alonso Márquez.
Pedro de la Mata, homem afecto a Francisco Sotomayor.
Ruiz de Matute.
Conde de Medellín.
Beatriz Medellín, condessa de Medellín, senhora das fortalezas de Mérida, Medellín, Castilnovo e Villanueva e de Alcántara.
José Medinaceli.

Pedro de Medinaceli.
Alfonso Melena, homem afecto a Francisco Sotomayor.
Yuzaf Mellado, mouro, vizinho de Madrid.
João de Meneses, preso político em Castela.
Diego Mexia, vizinho de Palomares.
Gomes Mexia.
Juan de Mira, homem de Francisco Sotomayor.
Fernando de Miranda, homem afecto a Francisco Sotomayor.
Juan de Miranda.
Pedro de Miranda, homem de Francisco Sotomayor.
Rodrigo de Miranda.
Ambrosio de Molina, homem de Francisco Sotomayor.
Juan Monarro.
Alonso de Monroy, mestre de Alcántara.
Monterroso.
Gonzalo Montes.
Gómez de Morales, vizinho de Madrid.
Ferrando Morcón.
Gonzalo Muñoz, possuidor de bens em Burgos.
Diego Muñoz, vizinho de Arévalo.
Luis de Naberos.
Nicolás, regedor de Segóvia.
Gil Noguerol.
Antón Núñez, licenciado de Ciudad Rodrigo.
Juan Ochoa.
Álvaro Pérez Osorio, vizinho de Medina del Campo, possuidor de bens em Ciudad Rodrigo.
Diego López Pacheco, marquês de Villena.
García Palacuelos, homem de Francisco Sotomayor.
Velasco Pallarés, escrivão em Cáceres.
Pedro Pantoja.
Gonzalo de Paz.
Pedro el Romo.
Pero, criado de Diego de Valderas.
Cristóbal de la Peña.
Alfonso de Peralta, homem afecto a Francisco Sotomayor.

Alvar Pérez, cavaleiro de Ciudad Rodrigo.
Juan de Piña, vizinho de Medina del Campo enforcado por aderir ao partido português.
Juan de Piñán.
Pisa, vizinho da vila de Almagro.
Afonso Portocarrero, comendador.
Pedro Portocarrero.
Álvaro Portugués.
Juan de Porras, senhor de Zamora.
Juan del Pozo, auxiliou os partidários de D. Afonso V a entrar na vila de Cantalapiedra.
Alonso Prieto.
Raquel, judia, vizinha de Cáceres, perda de bens por passar para Portugal.
Rodrigo Regidor, regedor de Ciudad Real.
Juan Remiro, homem de Francisco Sotomayor.
Alfonso de Ronches.
Gonzalo de Salazar.
Diego de Saldaña, proprietário de umas casas em Medina del Campo.
Juan de San Pedro, vizinho de Madrid
Alfonso Sánchez, vizinho de Villanueva.
Francisco de Santillán.
Antonio Sarmiento, irmão do bispo de Burgos, alcalde de Burgos.
Luis de Segovia, mordomo de D. Rodrigo de Castañeda, irmão do conde de Cifuentes.
Martín de Sepúlveda, membro dos Vinte e Quatro de Sevilha, senhor da fortaleza de Ensinasola, juiz de Logros.
Alfonso de Sequerra, senhor da vila e fortaleza de Torregalindo.
Diego Serrano.
Pedro de Sevilla.
Fernando de Silva, cavaleiro de Ciudad Rodrigo.
Antonio de Soria, vizinho de Vitória.
Gómez de Sosa, homem de Francisco Sotomayor.
Esteban de Soto.
Francisco Soto.
Juan de Soto.
Pedro de Soto.

Francisco Sotomayor.
Gonzalo Méndez de Sotomayor.
Álvaro de Estúñiga, conde de Plasencia, senhor de Peñafiel.
Fernando Suárez.
Pero Suárez.
Gonzalo de Talavera.
Juan de Tolosa, frei.
Juan de Torres, homem afecto a Francisco Sotomayor.
Juan de Tovar, senhor de Cevico, casado com María de Villena.
Antonio Triguero, vizinho de Toro.
Juan de Ulloa, homem afecto a Francisco Sotomayor.
Rodrigo de Ulloa, contador mor, alcaide da fortaleza de Toro.
Conde de Ureña.
Juan Martínez Vades, vizinho de Zebreros.
Diego de Valderas.
Alonso de Valencia, senhor da fortaleza de Zamora.
Fernando de Valencia, homem afecto a Francisco Sotomayor.
Juan de Valencia.
Juan de Valenzuela, prior da ordem de são João, senhor das vilas de Castronuño, Fuentelapeña, Bóveda e Vadillo.
Juan Valladolid, cereiro de Henrique IV, proprietário de casas em Segóvia.
Varela, catalão.
Alfonso de Villanueva.
Pedro de Villanueva.
Lope de Villaseca.
Ferrando de Vivero.
Juan de Zalamea.
Diego Martínez de Zamora, vizinho de Zamora
Álvaro Zúñiga, duque de Arévalo, senhor da fortaleza de Saldañuela.

2.6. A VIAGEM DE D. AFONSO V A FRANÇA

No seguimento dos acontecimentos, em Agosto de 1476 D. Afonso V parte para França. Procurava apoio em Luís XI, um apoio que não conseguiria obter. O ataque em Fuenterrabia que obrigara ao acordo de Cantalapiedra e à deslo-

cação de Fernando para Guipúzcoa conferia a D. Afonso V um alento e uma esperança que há algum tempo via esmorecidos. Em Portugal o erário régio ia-se desgastando e a crise alastrava-se com enorme facilidade. As escaramuças fronteiriças continuavam e exauriam as vilas aí localizadas. Saindo no encalço de D. Afonso V, os Reis Católicos ordenam a Ladrón de Guevara que siga a frota en que vai D. Afonso V com destino a Marselha.

Completamente desiludido nas suas pretensões ao trono de Castela, D. Afonso V tomou a decisão de partir para França com o intuito de alcançar as boas graças de Luís XI em favor dos seus propósitos. Dominado por este desiderato de se ausentar do reino, entregou o governo da nação a seu filho, o príncipe D. João, em 27 de Agosto de 1476. Nesse mesmo dia o monarca entregou a seu filho plenos poderes para que este pudesse contratar com altos dignitários de Castela sobre as relações a desenvolver entre os dois países em guerra. Ainda nesta data, o rei concedia a seu filho, em reconhecimento da sua notável actuação na Batalha de Toro, a jurisdição civil e criminal da vila de Elvas, apenas com a habitual reserva da correição e das alçadas cuja competência pertencia ao titular da coroa.

Durante o mês de Agosto de 1476 reuniram-se na cidade do Porto o rei e seu filho, acompanhados da infanta D. Beatriz e de numerosos prelados, fidalgos e cavaleiros. Foram diversos os conselhos que foram dados ao monarca acerca da sua viagem. Contudo este encontrava-se tão obstinado no projecto que, entre tanto que havia engendrado na sua mente, não ouvia ninguém com razoabilidade. Prevalecia na sua vontade a ideia de que seria mais seguro realizar a sua viagem através do Mediterrâneo, tratando-se da época estival, do que exclusivamente pelas águas do oceano Atlântico.

Desde a cidade do Porto o rei dirigiu-se para Lisboa em fins de Agosto. Na capital do reino mandou preparar dezasseis naus e cinco caravelas. Mobilizou 470 fidalgos pertencentes a sua casa e contratou 2200 soldados, os quais participavam na viagem ao serviço do monarca, devendo acompanhá-lo em todo o seu itinerário, tanto por mar como por terra. A armada partiu do Restelo seguindo até Cascais, local em que o príncipe D. João se despediu do pai. No percurso na direcção sul, o primeiro porto que a esquadra tocou foi o de Lagos. Aqui veio saudar o corsário francês Coullon, conhecedor da aliança que existia entre Portugal e França. D. Afonso V recebeu-o com toda a cordialidade, reconhecido pelo serviço que o mesmo tinha prestado a Portugal, quando contribuiu para o levantamento do cerco de Ceuta, cujo assédio fora realizado

conjuntamente pelos mouros e pelos castelhanos. A viagem decorreu com bom tempo até à cidade algarvia, mas os ventos contrários obrigaram a esquadra a fazer escala em Ceuta. A intenção do monarca era chegar à França e desembarcar em Marselha, mas os ventos desfavoráveis obrigaram-no a efectuar o desembarque em Colliure.

Desde Colliure, o rei despede os navios que o haviam trazido de Portugal. Neste porto francês encontra-se com um capitão de Luís XI que entretanto o aguardava e lhe comunica o itinerário que deveria efectuar por terras de França. No seu itinerário o monarca passa por Elne e alcança Perpignan, onde é recebido com todas as honras. O governador desta cidade ordena a soltura dos presos que se encontravam na cadeia em sinal de acatamento e obediência ao ilustre visitante. O mesmo acontece noutras cidades da França por onde o rei passou.

A partir de Perpignan o rei enviou como seu representante junto de Luís XI a Francisco de Almeida, notificando-o da sua chegada. De seguida dirigiu-se a Narbonne, Marbonne, Béziers, Montepellier e Nimes, deixando nesta cidade a estrada que se dirigia a Avinhão, inflectindo na direcção de Lyon, depois de ter atravessado no percurso as localidades de Valence e Saint-Vallier. O rei não chega a entrar em Lyon devido a uma peste que grassava intensamente nessa cidade. Nesta localidade veio ao seu encontro o duque de Bourbon, que lhe apresentou cumprimentos, acompanhado de uma numerosa comitiva. Recebeu depois uma mensagem de Luís XI, na qual lhe manifestava a alegria pela sua vinda.

No percurso, D. Afonso V continua a sua caminhada para norte e atravessa as cidades de Roanne e Moulins. Alcança a seguir Bruges, onde permanece durante alguns dias e recebe a visita de dois emissários de Luís XI que o acompanharam e o levaram a visitar algumas fortalezas, numa abadia beneditina onde o rei D. Afonso V pode contemplar um rico e antigo livro beneditino. Dirige-se depois para Tours, onde é recebido com um grande cerimonial. Apresentam-lhe então à entrada as chaves da cidade.

Ao tomar conhecimento D. Afonso V que o rei de França o vai visitar, indo ao seu encontro, discute com os membros do seu conselho de que natureza seria o cerimonial com que receberia Luís XI. Aconselham-no a dirigir-se a pé ao seu encontro, ou ao menos até às escadas do paço. O rei francês conhecedor deste propósito, procura impedir este cerimonial, enviando à sua frente dois príncipes de sua família, os quais quando o monarca se dispunha a sair, obstaram a que o fizesse dissuadindo-o com a maior cerimónia. O encontro entre os dois reis

decorreu num ambiente de extrema cordialidade, tendo ambos genuflectido os joelhos e com os barretes na mão em testemunho de respeito mútuo. Após Luís XI ter abraçado a D. Afonso V, falou com os olhos voltados para o céu protestando que dava as maiores graças a Nossa Senhora e a são Martinho, pelo encontro e deslocação do rei de Portugal a seu reino, do mesmo modo que lhe manifestava o seu júbilo pessoal por o poder conhecer pessoalmente e o poder tratar como irmão e amigo. Luís XI considerava como se Afonso V tivesse chegado a Portugal e colocava-se inteiramente ao seu serviço pessoal. Após esta calorosa recepção, ambos monarcas recolheram-se à câmara real, tendo havido uma troca de palavras, na qual se debateu qual seria a precedência do ritual à entrada e quem tomaria a iniciativa de colocar o barrete que traziam numa das mãos.

No decorrer do mês de Novembro teve início a conferência entre os dois monarcas. Depois de Luís XI ter abordado, muito circunstanciadamente, as causas da guerra, inferiu que o seu tratamento constituía uma matéria da maior urgência. Acordaram que alguns pontos a ela respeitantes deveriam ser discutidos com o conde de Penamacor, camareiro mor de D. Afonso V.

No âmbito desta conferência ficou assente que o rei de Portugal iria visitar pessoalmente o duque de Borgonha, requerendo-lhe gente e auxílio militar contra Castela. Considerando que havia guerra entre os duques de Borgonha e de Lorena, seria garantida ao primeiro a segurança de Luís XI, de modo a que pudesse disponibilizar meios militares a favor de D. Afonso V e da sua causa.

Foi ainda acordado solicitar uma dispensa apostólica que permitisse viabilizar o casamento de D. Afonso V com a sua sobrinha D. Joana. Outra das questões objecto de acordo consistia na designação de quatro pessoas por cada uma das partes, com a finalidade de se poder determinar o quantitativo de pessoas, dinheiro e outras coisas necessárias à concretização deste empreendimento de apoio à causa de D. Afonso V. O rei de França acrescentou *motu proprio* que os castelhanos se compraziam em vender as suas fortalezas, o que ele considerava mais vantajoso do que ter de recorrer ao expediente da guerra. Insistia Luís XI que a sua pessoa com o seu acompanhante e o seu dinheiro, com toda a sua gente, seriam utilizados em defesa dos direitos de D. Afonso V e de D. Joana. Depois destes pontos haverem sido acordados, D. Afonso V agradeceu ao monarca francês os seus oferecimentos, sem respeitar que tinha sido ardilosamente enganado com promessas destituídas de real valia e eficácia.

O encontro real terminou em hora adiantada e foi já à luz das tochas que se verificou a despedida entre os dois monarcas. D. Afonso V, em sintonia com o

que havia acordado com o rei de França, enviou uma embaixada a Roma designando como seus embaixadores o conde de Penamacor, o doutor João Teixeira e Diogo de Saldanha. Pelo seu lado Luís XI nomeou o senhor de Saint-Vailler e o governador do Parlamento de Grenoble. Os embaixadores empreenderam a viagem conjuntamente, acompanhados de numeroso séquito, tendo efectuado a viagem por terra. Chegados a Roma foram recebidos com as maiores honrarias tratando-se de personalidades que representavam os interesses dos reis de França, de Portugal e de Castela.

Desde Tours, o rei D. Afonso V prosseguiu o seu itinerário rumo a Paris passando pelas cidades de Orléans e Etampes. A entrada do rei de Portugal na capital francesa deu-se em 28 de Novembro. Os membros do Parlamento e da vereação municipal, o chanceler da França e grande número de prelados e membros da nobreza receberam D. Afonso V no exterior das portas da cidade de Paris. Acompanhado por esta numerosa comitiva deslocou-se o rei até à porta de Saint Jacques, onde o Prévôt des Marchands e os restantes oficiais o aguardavam com o pálio, debaixo do qual o monarca se deslocava. Ao passar diante da igreja de Santo Estevão des Grez encontrou o reitor da Universidade de Paris, acompanhado pelos seus oficiais, que o cumprimentaram pela sua chegada à cidade. Foi ainda o rei recebido pelo bispo de Paris à chegada da catedral. Após ter rezado com devoção, o monarca encaminhou-se para o hotel de Lourenço Herbelot, rico negociante de Paris, localizado na Rue des Prouvaires, o qual lhe tinha sido destinado.

No dia seguinte à sua vinda o rei visitou tudo o que havia de importante em Paris e nos arredores. Em todas as suas digressões foi acompanhado pelo senhor de Gaucour, tenente do rei da França na capital francesa, o qual ofereceu um banquete em recepção ao hóspede real em que participaram numerosos dignitários parisienses. Luís XI em comemoração da visita real procedeu a um indulto que abrangeu grande número de delinquentes que se encontravam detidos nas prisões francesas.

D. Afonso V depois de ter terminado em Tours as suas conferências com Luís XI e de ter enviado os seus representantes diplomáticos para Roma, deixou Paris e dirigiu-se a Nancy com a finalidade de avistar-se com o duque da Borgonha. No seu itinerário o monarca passou por Chalons-sur-Marne e Bar-le-Duc. D. Afonso V dava assim cumprimento aos objectivos pretendidos por Luís XI, servindo de mediador entre as partes em litígio. Será de recordar que no seu derradeiro encontro em Tours com o rei da França, este confiden-

ciara-lhe ter pouca confiança no duque de Borgonha, Carlos o Temerário, a quem considerava ser uma figura possuída de orgulho pelo que duvidava que, conquistada a cidade de Nancy e derrotado o duque de Lorena, quisesse de imediato entrar na França, pelo que se via obrigado a concentrar o exército real na linha de demarcação do ducado da Borgonha e o território francês. Justificava-se Luís XI em que devido a esta difícil situação interna não podia acudir de imediato às pretensões do rei de Portugal. Era necessário para o efeito que a mediação de D. Afonso V permitisse que houvesse concórdia entre eles e se estabelecesse a paz e se obtivessem laços matrimoniais entre os seus filhos, como por certo seria o desejo de Carlos o Temerário. O rei da França comprometia o seu máximo empenho no auxílio ao rei português, mas caberia a este convencer o duque a que o apoiasse com o seu poderoso exército e artilharia. Sendo, assim, D. Afonso V medianeiro e garante deste acordo e alianças, cada um deles teria a plena convicção do cumprimento do estabelecido, o que criaria as condições para que D. Afonso viesse a ser com a maior brevidade rei de Castela, levando a melhor sobre os Reis Católicos.

A entrevista entre D. Afonso V e Carlos o Temerário, que se abraçaram com amizade, verificou-se junto a Nancy no meio de um frio gelado e por terras cobertas de neve. Logo de imediato o duque disse ao rei de Portugal, que era seu primo e filho de Filipe o Bom e Isabel de Borgonha, que em Luís XI não havia o mínimo de virtude e de verdade e que podia acreditar convictamente na sinceridade das suas palavras. Como prova evidente da sua duplicidade referia o duque que o rei francês enviava como medianeiro uma pessoa excelente como era D. Afonso V, com uma proposta de paz e aliança, embora simultaneamente, logo após essa proposta, mandara um exército em auxílio do duque de Lorena, seu inimigo, com o intuito de o combater e aniquilar.

Lembrava ainda o duque de Borgonha a seu primo não ter o mínimo apreço pelo carácter de Luís XI. Contudo, tendo em conta que D. Afonso V desejava o seu apoio, encontrava-se na disposição de o comprazer prometendo-lhe para o efeito ratificar o tratado de paz e amizade que entre eles fosse acordado, mas igualmente obrigar o rei de França a dar cumprimento a tudo o que havia prometido ao rei de Portugal, ou que ainda viesse a prometer.

Depois do acordado partiram os dois primos, D. Afonso V e o duque de Borgonha, para o lugar do arraial do seu exército para assim firmarem o acordo que havia sido estabelecido entre as partes. Pouco tempo depois, enquanto ambos acertavam as cláusulas do tratado, surgiram de surpresa os exércitos

de Luís XI e do duque de Lorena, os quais atacaram os homens do duque de Borgonha. Este deu-lhes combate, mas a inferioridade dos meios de que dispunha traduziram-se na sua derrota e na sua morte, ocorrida em 5 de Janeiro de 1477. Quando a notícia do infausto acontecimento chegou a conhecimento de D. Afonso V e dos seus companheiros reinou entre os mesmos a mais profunda consternação.

No final do mês de Novembro de 1476 o rei D. Afonso V encetou a sua viagem de retorno a Paris. O monarca, no seu itinerário, passou por Saint-Dizier e Coulommiers. No decurso do mês de Maio de 1477, na sua longa permanência em Paris, D. Afonso V recebeu os embaixadores que havia enviado a Roma para requererem junto do papa Sisto IV a dispensa do seu casamento com a princesa D. Joana. Apesar da insistência dos enviados do monarca junto da Santa Sé depararam com grande oposição naquela instância. Em boa medida resultava notória a influência do rei Fernando de Nápoles, o qual era casado com uma irmã de Fernando o Católico. Outros príncipes que giravam na sua órbita instavam no mesmo sentido. Convicto o papa Sisto IV de que a correlação de forças resultava favorável aos Reis Católicos, entendeu na sua consciência que a concessão da dispensa a D. Afonso V seria mais prejudicial do que vantajosa, tanto mais que o pretenso apoio de Luís XI era de duvidosa fiabilidade. Tal dispensa traria mais guerras do que a tão almejada paz.

Enquanto se debatia em Roma a onerosa questão da dispensa papal, chegava a notícia da morte violenta de Carlos o Temerário, acontecimento pelo que a cúria papal considerou libertar Luís XI das dificuldades internas com que se debatia e desse modo conceder todo o apoio à causa de D. Afonso V. Determinou a Santa Sé que a dispensa pretendida apenas deveria ser concedida no caso de Luís XI revelar de um modo inequívoco o seu apoio ao rei de Portugal. Enquanto este assunto não estivesse devidamente esclarecido a dispensa não seria concedida a favor das pretensões de D. Afonso V.

Durante o mês de Junho de 1477 o rei D. Afonso V enviou a Luís XI o conde de Penamacor, que acabava de regressar da embaixada que fora a Roma. O rei da França encontrava-se nessa altura em Arras, tendo por missão o enviado do rei português explicar a esse monarca o resultado das suas diligências junto do papa. O conde regressou a Paris, onde se encontrava D. Afonso V, com a resolução de Luís XI na qual convidava o monarca português a deslocar-se a Arras com a finalidade de se encontrarem. D. Afonso V não hesitou um momento e de imediato se dirigiu a essa cidade. Por sua vez Luís XI deslocou-se ao seu

encontro, seguindo ambos monarcas em direcção ao mosteiro dos Cónegos Regrantes, onde ficou instalado o monarca português com toda a sua comitiva. Permaneceu nessa casa de religião durante alguns dias o rei de Portugal, na expectativa de uma resposta favorável de Luís XI ao seu desiderato. Entretanto chegaram ao conhecimento de D. Afonso V uns apontamentos em que o monarca francês dava a conhecer a sua recusa em prestar qualquer apoio a favor da causa do rei português; movido este pelo maior desânimo, ao ver frustradas todas as suas expectativas, despediu-se de toda a gente e tomou a decisão de regressar a Portugal.

Assim em Setembro de 1477, amarfanhado pela amarga desilusão D. Afonso V procede ao derradeiro encontro com Luís XI. De seguida dirigiu-se a Rouen acompanhado pelos seus homens, demorando-se nessa cidade durante algum tempo enquanto se efectuavam os preparativos para realizar o seu embarque em Honfleur. Dominado pelo maior desânimo tomou a decisão de partir para Jerusalém, com o intuito de servir a religião, dando deste modo cumprimento a um voto que exprimira logo após a morte de sua mulher a rainha Isabel. Como seus companheiros de viagem, iam consigo Soeiro Vaz e Pero Pessoa, ambos seus moços de câmara e ainda dois moços de esporas. Ordenou ainda, ao seu capelão Estevão Martins, que o aguardasse à distância de meia jornada, onde se efectuaria o reencontro. Esta viagem desenrolou-se na manhã de 24 de Setembro de 1477.

Decidiu o monarca português enviar a Honfleur um dos seus moços de esporas, a quem entregou uma chave do seu cofre com instruções de o abrir e retirar uma carta que deixara escrita dirigida ao rei da França. A carta escrita em Honfleur em 23 de Setembro de 1477 constitui um reportório de dados em que D. Afonso V explica ao seu homólogo francês os motivos que o determinaram a entrar em religião. Logo de início o monarca fundamenta as razões que cumprem aos homens que se disponibilizam a servir a Deus. Dava a conhecer como a sua decisão não resultava do despeito sentido por não ter conseguido o apoio do monarca francês. Lembra que o seu desejo resulta de haver prometido a Deus, logo a seguir à morte de Isabel ocorrida em 2 de Dezembro de 1455, que iria professar logo que o seu filho o príncipe D. João tivesse a idade conveniente para governar o reino. Uma circunstância veio contudo a alterar este quadro: a vontade de Henrique IV de Castela de que o autor da missiva viesse a casar com sua filha herdeira D. Joana. Logo a seguir ao falecimento do rei de Castela viu-se instado por grande parte da nobreza desse reino a dar

andamento a esse processo, fazendo abortar o plano dos reis aragoneses que actuavam no sentido de usurpar os direitos dessa princesa e apoderarem-se do reino de Castela. Sendo D. Joana sua sobrinha e atendendo ainda a outras razões, entendeu ser necessário ouvir o parecer dos grandes do reino, mas com o pressuposto de que a efectivação desse matrimónio era vontade de Deus, sendo um serviço defender e levar avante tão justa causa. Com esse fundamento, e apesar da sua promessa de assumir votos religiosos, reuniu um grande exército, na sequência de um enorme esforço de guerra, entrou no reino de Castela, onde permaneceu treze meses, findos os quais regressou a Portugal sem poder assegurar o trono a D. Joana, considerando a reviravolta que se operara em muitos poderosos fidalgos de Castela, que inicialmente haviam adoptado uma postura diferente ao apoiar a causa dos Reis Católicos. Apesar desta mudança, entendia, por serviço de Deus, que não devia desistir, prosseguindo a missão a que se comprometera.

Prosseguia na sua carta justificatória D. Afonso V que não devia desistir do seu intento e por isso mesmo começara a forjar no seu íntimo o propósito de vir a encontrar-se com Luís XI, considerando a grande amizade que sempre lhe demonstrara e tendo em atenção as promessas que lhe fizera em dar-lhe apoio naquela empresa, com a convicção de que o auxílio francês a Castela seria mais exequível estando ele próprio à cabeça dessa empresa. Fora precisamente com essa convicção que decidira empreender a sua viagem à França onde o haviam recebido com as maiores honrarias, tendo permanecido neste reino durante um ano com a fundamentada esperança de que os sucessos na guerra que Luís XI levara a bom termo, lhe permitiriam dar-lhe o apoio que lhe havia prometido. O verificar, contudo, que essas campanhas militares em lugar de aumentar a tranquilidade se intensificavam cada vez mais, permitiu-lhe chegar à conclusão de que os problemas que o afligiam iam desmerecendo cada vez mais. No seu íntimo entendia que os príncipes que vivem e morrem governando os seus estados com dificuldade se salvam, pelo que resolvera de futuro dedicar-se à vida religiosa.

Terminava a sua missiva declarando que os príncipes que vivem e morrem apenas entregues à sua vontade dificilmente salvam a sua alma, pelo que o seu desejo era abandonar França o mais rapidamente possível, sem que, contudo, as promessas feitas por Luís XI se houvessem cumprido. O rei de Portugal censurava o seu homólogo francês ao lembrar-lhe que não quisera prestar-lhe auxílio quando o seu reino se encontrava em paz. Não faltariam aqueles

que o acusariam de ausência de determinação na empresa que se propusera. Perante o fracasso não lhe restava alternativa mais que professar religiosamente, expiando humildemente os seus pecados. Na sua missiva concluía com pedido de desculpas a Luís XI pelos incómodos e transtornos que lhe causara, solicitando-lhe a sua protecção a favor do conde de Faro e D. Afonso, seus sobrinhos e outros parentes e criados seus súbditos que deixava em França desamparados.

Durante a sua digressão por terras do Norte da França, tanto M. Lebret como os portugueses que acompanhavam D. Afonso V, deram-se conta do desaparecimento do monarca português. O seu propósito de imediato consistiu em descobrirem o seu paradeiro. Verificou-se esta ocorrência em Setembro de 1477, no decurso dos dias 24 e 25. Determinados em localizá-lo recorreram ao chanceler da França, o qual enviou diversos emissários incumbidos de o detectarem. Esta acção de busca decorreu após o aviso prévio dirigido a Luís XI dando conta da situação. Decorridos alguns dias, um moço fidalgo normando, Robert Le Boeuf, descobre D. Afonso V numa aldeia localizada nas proximidades de Honfleur. O emissário do rei da França vigiou o rei fugitivo durante a noite inteira. De imediato Le Boeuf enviou os seus emissários a Luís XI e a alguns fidalgos portugueses dando-lhes conta do sucedido, do mesmo modo que se relacionava com D. Afonso V dando-lhe provas da maior consideração. Ao tomarem conhecimento do sucedido dirigiram-se para Honfleur os condes de Faro e D. Álvaro, seu irmão, e ainda o conde de Penamacor acompanhados por outros fidalgos. Partiram com o propósito de demover o monarca dos seus intentos, induzindo-o a desistir da sua aventura. O motivo principal que demoveu o rei de Portugal resultou do facto de haver recebido uma carta de Luís XI que se revelava muito consoladora, a ponto de emocionar um homem bom e ingénuo.

Dominado pela mais amarga desilusão, D. Afonso V embarcou numa carraca que se encontrava ancorada no porto francês de Saint-Vaast-la-Hougue. A partida verificou-se no início de Novembro de 1477, tendo aportado em Cascais no dia 15. Ao regressar, o monarca tomou conhecimento de que seu filho, o príncipe D. João, havia sido proclamado rei de Portugal quatro dias antes. Esta cerimónia havia ocorrido no alpendre de São Francisco de Santarém. Ao regressar o progenitor, o príncipe D. João restituiu-lhe de imediato a coroa, não permitindo que o pai, conforme este pretendia, ficasse apenas com o título de rei do Algarve.

2.7. OS DERRADEIROS ANOS DO REINADO DE D. AFONSO V

Em finais do ano de 1477 enviava a França um embaixador cuja missão consistia em entrevistar-se com Luís XI. Em cumprimento das ordens recebidas, cumpria comunicar-lhe de viva voz que o rei chegara bem a Lisboa nos navios que o monarca francês lhe fornecera. Durante a viagem, o capitão Messem Jorge dispensou-lhe um tratamento, o que o sensibilizara profundamente pelo que solicitava a Luís XI que lhe conferisse as maiores honrarias. Com a maior minúcia, D. Afonso V comunica através do seu representante a Luís XI as ocorrências relativas à entronização do príncipe D. João, o qual havia recebido uma carta de seu pai, enviada desde Honfleur na qual informava que renunciava à coroa portuguesa. A renúncia do príncipe D. João do título veio a ser notificada por escritura pública. Só a muito custo é que D. Afonso V acedeu aos rogos de seu filho, o qual lhe manifestou o desejo de tornar à condição de príncipe. No seu testemunho o rei invocava que seu filho lhe dissera que era para ele mais honroso possuir a sua condição de herdeiro, do que ser rei de todo o mundo, o que constituía uma prova do amor filial, digna dos maiores encómios.

O mencionado embaixador ficou encarregado de transmitir a Luís XI que o monarca português fora muito bem recebido pelos fidalgos e pelo povo do seu reino, os quais lhe requeriam que tomasse por sua mulher a D. Joana e entrasse novamente em Castela em som de guerra. Denotando uma considerável boa fé tocada de ingenuidade, mostrava-se disposto a proceder em conformidade sendo-lhe indispensável contar com o máximo apoio do rei de França, ignorando que este o enganara com toda a classe de ardis e subtilezas. Antes pelo contrário continuava a supor que Luís XI não estabeleceria qualquer acordo com o rei Fernando o Católico conhecendo a inimizade que existia entre os dois soberanos. Nas suas instruções dadas ao seu embaixador, o rei declara que antes de partir de Rouen escrevera ao duque de Osterique para que o colocasse a par das intenções que moviam Luís XI. O mencionado duque lhe comunicaria as respostas do soberano francês se o entendesse necessário tendo em vista a conclusão de um possível acordo entre as partes envolvidas.

Durante o período de anuência de D. Afonso V verificou-se um acentuado afrouxamento nos combates que se dirimiam entre os portugueses e os castelhanos. Tal facto, porém, não obstou a que estes últimos tivessem como objectivo conservar em território português alguns pontos de apoio, como era o caso da fortaleza de Segura, um baluarte estratégico de primordial importância.

Uma carta dos Reis Católicos datada de 8 de Março de 1478 dava instruções a todas as cidades e vilas do reino de Castela para que auxiliassem, caso fosse necessário, o duque de Arévalo Álvaro de Estúñiga, o qual detinha a posse dessa fortaleza.

D. Afonso V mostrou-se sempre muito agradecido à dedicação e fidelidade de que seu filho D. João lhe dera sobradas provas. Em reconhecimento do seu comportamento fez-lhe doação em 3 de Junho de 1478 da vila de Penamacor, com o seu castelo, jurisdição e todas as rendas que a coroa possuía, apenas com ressalva da correição e das alçadas. Já anteriormente, a 16 de Abril, concedera poderes especiais ao príncipe D. João para nomear e exonerar capitães de guerra e levar a cabo as medidas que entendesse necessárias na condução da guerra em Castela. De novo, em 19 de Agosto desse ano, o monarca tornava a invocar os relevantes serviços lhe havia prestado no decurso da guerra entre Portugal e Castela pelo que lhe fazia doação das fortalezas de Portalegre e Alegrete, com a respectiva jurisdição e rendas, apenas com ressalva da correição e das alçadas.

Um golpe de misericórdia foi aplicado nas vãs esperanças de D. Afonso V, quando em São João da Luz, no dia 9 de Outubro de 1478, foi celebrado um tratado de paz e aliança entre Luís XI e os Reis Católicos, ficando Portugal abrangido nesse acordo. No último artigo deste acordo estipulou-se que os embaixadores do rei de França em sua representação revogavam e anulavam e davam por anuladas todas e quaisquer confederações, ligas, fraternidades que houvessem efectuado, ou estivessem a ponto de realizar, fosse qual fosse o seu âmbito e natureza. Estas disposições abrangiam o rei de Portugal, o seu primogénito e a rainha D. Joana, intitulada rainha de Castela. Por seu turno os Reis Católicos obrigavam-se a fazer cessar, anular e dar sem efeito todas as alianças, confederações e amizades que entre eles se haviam celebrado com Maximiliano, duque de Áustria.

Em 19 de Janeiro de 1479 foi ratificado este tratado no mosteiro de Santa Maria de Guadalupe, o qual obrigava os soberanos da França e de Castela. Num dos artigos confirma-se e ratifica-se expressamente que ficavam anuladas e sem efeito todas e quaisquer confederações, ligas e amizades realizadas entre o rei de França e o rei de Portugal, incluindo o seu primogénito D. João e a rainha D. Joana intitulada rainha de Castela.

Um passo importante no apaziguamento das relações bilaterais entre os reinos de Portugal e de Castela verifica-se no decorrer de 1479. A rainha Isabel de

Castela e sua tia D. Beatriz de Portugal, com o pleno acordo de D. Afonso V e de seu filho D. João, avistaram-se na vila de Alcántara em Castela. Acordaram nas suas conversações que se tornava imperioso restabelecer a paz entre os dois reinos desavindos.

Com vista à consolidação da paz e dando sequência a este acordo preliminar, lavrou-se em Trujillo, em 2 de Julho de 1479, a procuração dos Reis Católicos a favor do doutor Rodrigo Maldonado para poder firmar em seu nome e representação o Tratado das Terçarias a celebrar com o rei de Portugal. Por sua vez, em 19 de Agosto desse mesmo ano, na cidade de Évora, foi dada a procuração de D. Afonso a João Fernandes da Silveira, barão do Alvito, para que pudesse assinar o Tratado das Terçarias com o mencionado ministro plenipotenciário de Castela. No dia 27 do referido mês coube ao príncipe D. João lavrar nas Alcáçovas a sua procuração a favor daquele diplomata português.

Enquanto decorriam estas negociações procurava-se solucionar os graves problemas com que se defrontavam ambos os reinos. Uma carta de 24 de Maio de 1480 mostra-nos o estado devastador em que se encontrava a Beira e o Alentejo. Os residentes e os lavradores que viviam nessas regiões queixavam-se da impossibilidade de rentabilizarem as suas propriedades devido à instabilidade criada pelas operações militares que flagelaram as áreas raianas a ponto de as tornarem improdutivas. Devido a essas circuntâncias sentiam-se incapacitados de semear as suas terras ou em recolher os seus frutos. Consciente deste estado de coisas o monarca determinava que todos os residentes nessas áreas afectadas possuidores de herdades arrendadas, emprazadas ou aforadas a tempo certo ou em vida ou a título perpétuo, das quais tivessem que pagar foros ou qualquer outro tipo de obrigações, ficavam desobrigados do pagamento desses encargos desde o início da guerra com Castela no mês de Maio de 1475 até ao mês de Maio de 1480, ou seja por um período de cinco anos. Ficavam assim os rendeiros das terras desobrigados de pagarem as rendas devidas aos senhorios das terras. Esta isenção não os desonerava de algumas obrigações contraídas com os titulares dessas propriedades. Os contratos e obrigações que comprometiam as partes deveriam manter-se, o que, na prática, conferia uma certa ambiguidade às isenções concedidas. Dando, contudo, uma prova de boa vontade, o monarca mandava suspender temporariamente algumas das contendas judiciais que pudessem existir. Advertia, no entanto, de que, caso se verificasse comprovadamente a obrigatoriedade de terem de pagar, seriam compelidos a cumprirem o que estivesse acordado.

Em 20 de Março de 1480 procedeu-se à ratificação do tratado de paz acordado entre os reinos de Portugal e de Castela. Outro passo importante no desenvolvimento das relações bilaterais consistia no acerto de uma estratégia comum no tocante às relações dos dois reinos com o reino mouro de Granada. Em Novembro de 1480 Fernando o Católico enviou uma embaixada a Portugal constituída pelo prior do Prado e pelo doutor Afonso Manuel. Ambos se encontravam incumbidos de participarem no acto decisório da Excelente Senhora D. Joana quanto ao seu futuro, o qual passou pela sua decisão de tomar hábito de clausura entrando para o efeito no mosteiro de Santa Clara de Santarém, o que ocorreu no dia 6 de Outubro. Recorde-se que em 4 de Setembro de 1479, quando da celebração do tratado das Alcáçovas, havia sido acordado entre as partes que D. Joana não tomaria o título de rainha ou de princesa, nem sequer o de infanta. Apenas usaria esse título se algum dia viesse a casar-se com o infante João de Castela, o que de facto não veio a acontecer. Como se verificasse um surto de peste em Santarém transitou D. Joana para o convento de Santa Clara de Évora. Como a epidemia grassasse em Évora viu-se coagida a partir para Santa Clara de Coimbra, o que sucedeu em 15 de Novembro de 1480 por não querer pôr-se em terçaria como fora acordado. Em 1482 o rei D. João II autorizou-a a viver fora do regime de clausura, concedendo-lhe casa e estatuto de rainha. Passada a peste retornou a Santa Clara de Santarém, vindo a falecer no palácio da Alcáçova em Lisboa no ano de 1530.

Em Dezembro de 1480 o infante D. Afonso, filho do príncipe D. João, foi entregue em Moura à infanta D. Beatriz, para entrar em terçaria conforme o estipulado no Tratado de Alcáçovas. Nesta mesma altura o príncipe D. João e a infanta D. Beatriz notificaram a Isabel a Católica e aos membros do seu séquito, que a acompanhavam, da entrega do infante D. Afonso e da entrada de D. Joana em regime de clausura.

Logo no início de 1481 juntavam-se aos embaixadores de Castela supramencionados o bispo de Coria e o licenciado de Illescas, os quais se reúnem em Moura depois de haverem passado por Coimbra. No dia 11 do mencionado mês celebrou-se a convenção de entrega da infanta Isabel à infanta D. Beatriz, procedendo este à entrega de seu filho D. Manuel, duque de Beja, a Isabel a Católica.

Em 16 de Janeiro do ano em curso, o duque de Aveiro escreveu uma carta de homenagem sobre as fortalezas do seu ducado em resultado dos capítulos efectuados entre os monarcas de Castela e de Portugal. Em 17 de Janeiro elaborou-se o acordo e designou-se a infanta D. Beatriz como garante do tratado realizado entre as partes. Assinale-se, ainda, que em 24 do mencionado mês, Isabel a Católica concedeu procuração através de D. Alonso de Cárdenas, mestre de Santiago, para receber ao senhor D. Diego, duque de Viseu, na forma das capitulações de paz.

2.8 ACONTECIMENTOS APÓS FRANÇA

D. Afonso V volta as atenções para a Estremadura castelhana. Isabel a Católica, para fazer face a esta situação, deslocou-se para a Estremadura. Por onde passava mostrava a sua convicção, força e justiça com que tratava as questões.

Quando chega a Sevilha, a porta castelhana para o Atlântico, contacta com um mundo diferente. O mundo do comércio em larga escala com África, do lucro fácil, e com a questão sempre agonizante das Canárias e da pressão portuguesa por estes lados. Circulava a notícia de que Portugal chegara à Mina de Ouro, tão procurada por mercadores e aventureiros; continuava a guerra nos mares.

Aproveitando a estadia em Sevilha, Isabel envia duas expedições com o intuito de alcançar a Guiné, uma realizada em 1477 e outra em 1478. A atenção sobre as Canárias é redobrada, sobretudo a que recai sobre as ilhas ainda não exploradas, com o intuito de se colocarem forças mais próximas da costa africana.

D. Afonso V deparava-se com dois problemas: um ainda por resolver e que versava sobre o destino de D. Joana, o outro, mais complexo, residia na questão da concorrência castelhana sobre a Guiné.

O objectivo de D. Afonso V de intervenção na coroa castelhana produzia um saldo negativo. O desgaste psicológico da guerra, os encargos financeiros que suportam a actividade militar, as mortes consequentes e os conflitos daí adjacentes provocavam uma crise interna que alcançava alguma gravidade. As vilas e concelhos raianos constantemente se deparam com roubos, represálias e com homens armados que simplesmente avançam e provocam o pânico. Os que ameaçam e destroem fazem-no com bom grado pois sabem que terminado o conflito serão beneficiados com privilégios e isenções pela ajuda que prestarem em assaltos e razias. As cortes de Montemor-o-Novo, reunidas em 1477, manifestam uma apreensão pelo estado financeiro em que se encontrava Portugal e reflectem novamente as questões abusivas e excessivas

de recrutamento que abrem dificuldades generalizadas aos concelhos e aos lavradores.

Nos primeiros meses de 1478 os primeiros movimentos de um novo conflito fazem-se sentir. A fortaleza de Segura, que se encontrava em poder do duque de Arévalo, D. Álvaro de Estúñiga, é assaltada por portugueses. Os Reis Católicos de imediato emitem um chamamento aos habitantes da zona para que auxiliem D. Álvaro. Outras cartas se seguem autorizando o retomar dos conflitos no mar. Antonio Gaitán e Juan Olmedo, vizinhos de Jerez de la Frontera, estão autorizados a abalroar naus, navios, caravelas, urcas, barinéis, barcos, fustas e outros pertencentes a portugueses. Outras cartas de corso são passadas a Martín Ochoa e Miguel de Barrasaeta, biscainhos. Estas e outras cartas permitiam o assalto a navios portugueses ou estrangeiros que se dirigissem aos portos portugueses. Outras cartas de represália são concedidas pelos Reis Católicos justificando que a permissão de ataque surgia perante a anterior investida por parte dos portugueses. Assaltos que justificam outros assaltos. Infelizmente as vítimas escolhidas para represálias são pagantes frágeis de crimes que não cometeram.

Em Fevereiro de 1478 os Reis Católicos nomeiam Juan Boscar como capitão de uma frota que é enviada a terras da Guiné e da Mina. Outras cartas individuais são passadas pelos Reis Católicos a diversos particulares que assim obtêm licença para seguirem estas rotas. Obtêm-nas Rodrigo Fernando Suárez, conde de Benavente, e García Alvárez de Toledo, duque de Alba. Duplicam-se os perdões por servir na guerra e aperta-se a vigilância sobre a fronteira e sobre a transacção de bens considerados vedados, entre eles o ouro, alimentos, cavalos e armas.

Em Maio os Reis Católicos fazem inquirição sobre Burgos. Pretendiam os nomes de quem tinha ajudado o bloco português para poderem agir em conformidade. Cartas proibindo auxílios a Portugal por parte de quem quer que fosse, transmitiam consequências gravosas para quem insistisse na colaboração. Esta inquirição repete-se em Sevilha em Junho e por outras cidades do reino. As consequências para os castelhanos que auxiliaram o partido português eram gravosas: o confisco de bens, ou destruição dos mesmos, quer móveis quer de raiz.

A tensão voltava a aumentar. Os movimentos por parte de Portugal também continuavam activos. Conta José López de Toro que cerca de 200 portugueses devastaram os campos de Lobón, perto de Badajoz, e algumas aldeias ribeirinhas ao Guadiana. Com eles trouxeram gado, rebanhos e muitos habitantes das

aldeias como prisioneiros. Juan Alvarado, homem responsável pela praça de Lobón, perseguiu os portugueses e travou-se uma luta entre ambos os bandos. O mestre de Santiago, Alonso de Cárdenas reuniu um contingente destinado a entrar em Portugal.

Nas cortes de Lisboa reunidas nos primeiros meses de 1478 uma nova recolha monetária é imposta para sustentar as despesas da guerra com Castela. Manifestava-se um desagrado enorme pela política desempenhada por D. Afonso V. As pretensões de ascender ao trono castelhano, o sonho impossível, tinham ido longe demais e não havia meio de parar.

Portugal não aguentava um desgaste constante de homens e de dinheiro. Moura entregava-se a Castela. A falta de alimentos do lado português e os excedentes produzidos na mesma fronteira por Castela influenciam os homens nas suas decisões. Entre a fome ou a entrega a Castela, preferiram a segunda opção. Em Abril de 1478 Alonso de Cárdenas, mestre de Santiago, entrava na vila com provisões para distribuir e homens de armas para a tomar.

Caravelas portuguesas são tomadas por castelhanos e os portugueses assaltam os navios castelhanos. Pelo caminho outras embarcações estrangeiras, caso não possuíssem salvo-conduto, eram surpreendidas. Este foi o caso de Francisco Villani, mercador florentino, que foi obrigado a pedir um salvo-conduto aos Reis Católicos para poder-se dirigir a Portugal sem sobressaltos. Ou o caso de João Fernandes, mercador português que reside em Cartagena para que não seja molestado por ser português, ou o de Nuno Caiado, mercador português que há já quinze anos tinha negócios com Castela de mercadorias que trazia das ilhas da Madeira e das Canárias que pede salvo-conduto para continuar o seu trabalho e perdão para o cometimento de alguns assaltos no mar. Ruy González de Portillo recebe carta idêntica para efectuar sem problemas os sirgos e sedas que trazia de Bragança, Pedro Botelho e Polo de Negro, genovês, adquiriram seguro para entrar em Castela, dirigir-se à corte e voltar a Portugal. Ruy López de Alcaraz, vizinho de Sevilha, temendo represálias, solicita aos Reis Católicos um salvo-conduto para recolher os seus bens que se encontram em Ceuta, Tânger e Arzila, onde se encontrava estabelecido e a residir. Pedro de Montoya e Juan de Covarrubias solicitam salvo-conduto para que possa continuar a comercializar com as ilhas de Cabo Verde. Fernando de Lemos e Vasco da Gama, homens portugueses, obtêm dos Reis Católicos um salvo-conduto para embarcar em qualquer porto de mar do reino de Castela, com destino a Tânger. Muitos outros exemplos poderiam ser citados. Ficam

estes que atestam o intenso continuar de actividades e de relações que superam a guerra. O comércio e as viagens de ligação entre povos e mercados continuam sem interrupção.

De facto, terminado o conflito, Reis Católicos e D. Afonso V vão ter em conta todos os auxílios prestados, individual ou colectivamente, a quem participou na guerra contra Portugal. Muitos são os exemplos que poderiam ser recordados. São de salientar os perdões gerais concedidos por um e outro reino para quem participou na guerra ou simplesmente efectuasse mais um crime, mas desta vez protegidos pelo facto de tudo valer em período de guerra, desde que este fosse cometido contra o designado de inimigo.

Pelo contrário, seriam penalizados aqueles que ajudassem a facção contrária. Muitos castelhanos são identificados e é-lhes aplicada justiça para os casos de traição. Há também entre portugueses um ou outro indivíduo que seguiu o partido castelhano e se deslocaram para Castela, embora os casos detectados são raros e sem consequências. As passagens de trigo, cavalos, armas e outros apetrechos de guerra, para o campo contrário seriam altamente penalizadas. Outros, apenas pelos serviços prestados à causa contrária, seriam destituídos dos seus cargos ou ficariam privados dos seus bens. Em tempo de guerra o contrabando é uma actividade rentável, mas arriscada. As penas e a vigilância apertada não perdoam a quem for encontrado nestas práticas. No entanto, há quem obtenha privilégio para vender em Portugal bens proibidos. É o caso de Gómez Suárez de Figueroa, conde de Feria, a quem os Reis Católicos concederam licença para vender trigo em Portugal, apesar de o abastecimento de cereais a Portugal estar vedado.

O contra-ataque castelhano estava bem arquitectado e bem sustentado. A recolha de alimentos, sobretudo de biscoito e de vinho, e a recolha efectiva de um número de homens pelos concelhos favorecia o plano castelhano. Os concelhos de fronteira da Estremadura eram solicitados com frequência para acorrerem com homens ao campo do conflito.

Na sequência da rendição de Moura, Fernando prepara nova entrada em Portugal. Por terras portuguesas Alfonso Cárdenas assomava os habitantes e espalhava a razia e o medo. Colocou cerco a Elvas e devastou os campos à sua volta. A vitória foi fácil para o partido castelhano que regressou a casa com abundante saque.

Um último golpe estava preparado a D. Afonso V. Luís XI da França optava pela causa dos Reis Católicos, e em 9 de Outubro de 1478 assinavam um tratado de amizade em Saint-Jean-de-Luz. Carlos o Temerário morrera em 1477 e com ele desaparecera a oposição a Luís XI. D. Afonso V perdia um aliado insubstituível e que exercia de alguma forma alguma pressão a Luís XI. O tratado ratificado a 10 de Janeiro de 1479 em Santa María de Guadalupe colocava um fim às pretensões de D. Afonso V. Ascender à coroa de Castela em defesa de D. Joana era uma causa perdida. O longo período de conflito travado entre os anos de 1475 e 1479 deixava Portugal à beira do abismo.

Entre os meses de Outubro e Dezembro de 1478, D. Afonso V concede inúmeros privilégios ao mosteiro de Guadalupe e muitos mantimentos saem dos portos portugueses rumo ao mosteiro. Seria não apenas a sua devoção já provada anteriormente por peregrinações que levou a cabo, mas pretendia que as boas relações que mantinha com o mosteiro intercedessem a seu favor na questão da paz com Castela. D. Afonso V tentava marcar a sua presença na ratificação, prevista para Guadalupe, do tratado assinado por Luís XI de França e os Reis Católicos.

Os conflitos pareciam não ter fim. D. Afonso V mostrava-se inflexível nas suas intenções. A força portuguesa entrava novamente em Castela. O tratado assinado em Saint-Jean-de-Luz trazia consequências graves para Portugal. Em Lepe e em Gibraleón, concentravam-se tropas portuguesas que tencionavam avançar.

Nos mares os Reis Católicos reclamavam o quinto de todas as mercadorias da Guiné, da Mina e da costa da Malagueta. Alonso González de Guadalajara é encarregue de fiscalizar as tomadas das mercadorias dos navios que se deslocavam com escravos, marfim e malagueta provenientes da costa africana.

Após a Batalha de Albuera, ocorrida em Fevereiro de 1479, D. Beatriz e Isabel encontram-se em Alcántara em Março de 1479. Pelo lado português tenta-se o acordo que visava o casamento de D. Joana com o príncipe herdeiro de Castela, apesar da grande diferença de idades. Isabel, filha primogénita dos Reis Católicos, deveria casar com Afonso, filho do infante D. João.

Portugal pretendia o reconhecimento do monopólio das navegações africanas e o perdão para os castelhanos que seguiram D. Afonso V no desaire das suas pretensões. Do lado castelhano aceita-se o casamento de D. Joana com D. João e a concessão do título de príncipes de Astúrias. D. Joana ficaria numa fortaleza em Portugal, ao cuidado da casa de Bragança. Acede também ao casamento dos infantes Afonso e Isabel, o que obrigava à anulação de um anterior compromisso assumido em Nápoles.

O período que se segue está marcado pela realização de diversos acordos diplomáticos entre Portugal e Castela que confluem no Tratado de Alcáçovas em 1479. Por este acordo renovava-se a paz firmada em Almeirim em 1432, garantiam-se os direitos dos portugueses sobre África e dos castelhanos sobre as Canárias e sobre a costa africana localizada em frente às Canárias. O tratado dava possibilidade a D. Joana de optar entre o mosteiro ou o casamento com o príncipe herdeiro, neste último caso entraria em terçaria em Moura, sob custódia dos Braganças.

A intervenção de D. Beatriz de Bragança junto de Isabel a Católica em Alcántara, em Março de 1479, marca o início das negociações de paz. Após a sua intervenção as tréguas são acordadas por dois meses. Foi mediador Lope de Atoya, um dos educadores de Fernando de Aragão, de origem portuguesa que mudou a sua nacionalidade para prestar serviço a Fernando de Aragão e não ser punido por D. Afonso V como traidor por se encontrar sob a alçada do monarca aragonês. Na sequência dos trabalhos realizados no sentido de alcançar o acordo de paz, trataram-se de diversas questões que incidiam sobre o futuro de D. Joana, a principal ameaça aos Reis Católicos, sobre a orientação da paz, o perdão aos castelhanos que tinham seguido D. Afonso V e as navegações em África.

Segundo José Lopéz de Toro, mal terminou o prazo acordado dos dois meses, de imediato os conflitos se iniciaram. Os portugueses sofriam imensas baixas e junto à escassez de alimentos agravavam a situação já danosa. Por seu turno os castelhanos, que contavam com menos fortificações na área de maior intervenção militar, sofriam ataques constantes das correrias portuguesas. Os portugueses moviam-se facilmente pelas planícies e invadiam os campos de Badajoz levando o sempre vantajoso saque.

Em Maio de 1479 os ataques portugueses à fronteira castelhana faziam-se sentir. Aroche, Cortegana e outras vilas da Serra de Aroche eram corridas por incursões e roubos de gado promovidos por portugueses. Entretanto D. Afonso V e o príncipe D. João juntavam forças para avançar sobre Medellín. Por seu turno, os Reis Católicos ordenavam a constituição de nova armada por Juan Díaz de Alcocer para guerrear Portugal em terras da Mina e da Guiné e ordenavam a constituição de reforços nos concelhos de fronteira para avançarem sobre Portugal. Os concelhos de Sevilha e de Salamanca reuniam homens de armas. A vigilância aumenta sobre as sacas na fronteira.

Rodrigo Rodríguez, alcaide da fortaleza de Segura rende-se ao partido de D. Afonso V. O alcaide vendera a fortaleza aos portugueses, o que provocara a indignação do duque de Arévalo e dos monarcas castelhanos. Por tal feito perdeu todos os seus bens.

As cartas de perdão multiplicam-se para quem participar na guerra quer no mar quer em terra. Em Julho de 1479 os Reis Católicos concedem licença a Alfonso de Salvatierra para armar uma carraca e duas caravelas contra Portugal e a quem os apoiar ou auxiliar de alguma forma. Alfonso de Salvatierra deveria assaltar os navios que andassem pelo Atlântico e entregar aos Reis Católicos o quinto do saque da Mina e das Canárias. Alguns dias depois, um outro apelo à participação de mais uma armada que se reúne contra Portugal, desta vez da responsabilidade de Andrés de León, vizinho de Bilbau. Este pretendia armar fustas cujo objectivo único seria o de guerrear Portugal e as suas gentes. Para engrossar o número de homens nestes navios, os Reis Católicos, perante o pedido efectuado por Andrés de León, ordena que os homiziados acorressem a esta armada e por tal fossem perdoados pelos delitos cometidos.

Em Agosto de 1479, Mérida adere ao partido português e por tal facto é cercada por tropas castelhanas. A cidade de Sevilha é uma das mais chamadas pelos Reis Católicos para acorrer aos locais de conflito mais aberto, o que agrava a sua situação económica. No entanto, não é a única cidade a sofrer as consequências da guerra. As cidades portuguesas e castelhanas das zonas de fronteira, em especial da Estremadura castelhana e no lado português da Beira Interior e Alentejo, encontravam-se depauperadas com estas escaramuças constantes onde homens, dinheiro e alimentos são uma necessidade constante. Por mais privilégios que fossem concedidos localmente, o enorme desgaste deixava as finanças e a economia local numa crise difícil de contornar.

Em 1479 morre João II de Aragão, momento que mostrava a D. Afonso V a irreversibilidade do processo de paz. Sucede-lhe no trono o seu filho Fernando. A partir deste momento Castela e Aragão juntam-se nas mãos dos Reis Católicos. Constituem um poder e uma unidade difíceis de violar.

No dia 4 de Setembro de 1479, em Alcáçovas assinava-se um tratado de paz entre Portugal e Castela, ratificado em Toledo em 1480. Rodrigo de Maldonado e João da Silveira, procuradores dos monarcas castelhanos e portugueses respectivamente, concretizavam a paz em dois tratados: as Terçarias de Moura e o Tratado de Alcáçovas. Ambos os acordos abriam uma nova etapa no reinado de D. Afonso V.

No Tratado das Terçarias de Moura estabelecia-se que os reis Fernando e Isabel abdicassem do título de reis de Portugal e do Algarve e, por sua vez,

D. Afonso V teria de renunciar ao título de rei e senhor de Castela, e dos restantes títulos relativos aos reis de Castela com que se intitulava. Nesta sequência, D. Joana deveria também abandonar o título de rainha e perderia o direito ao título de princesa e infante. Garantia-se a soberania do reino de Castela para Isabel.

Este tratado acorda ainda o casamento de D. João, herdeiro dos reinos de Castela e Aragão, com D. Joana, sobrinha de D. Afonso V, apesar da grande diferença de idades entre os dois, pois D. João é apenas uma criança. Estipulava-se que se o príncipe D. João falecesse antes de casar com D. Joana, esta casaria com outro filho herdeiro que nascesse do casamento dos Reis Católicos. No entanto se D. Joana fosse mais velha que este vinte anos, o acordo de casamento seria anulado. O tratado acautelava o facto de o casamento não se concretizar pela falta de vontade de D. João que com a idade de sete anos ou de catorze anos poderia recusar o casamento com D. Joana. Em suma, pelo acordo, o príncipe herdeiro de Castela poderia facilmente colocar-se à margem desta união.

D. Joana teria ainda uma outra opção de vida, a de entrar em ordens. Caso a sobrinha de D. Afonso V optasse por esta última via, poderia eleger um mosteiro entre Santa Clara de Coimbra, Santa Clara de Santarém, Santa Maria de Beja, Jesus de Aveiro ou São Salvador de Lisboa. As escolhas de D. Joana estavam limitadas e bem resguardas pelos Reis Católicos. A sua existência continuava a ser uma ameaça à sucessão de Isabel. Impunha-se acautelar o futuro e arredar a Beltraneja das lides castelhanas. O detalhe com que o futuro de D. Joana era colocado no Tratado das Terçarias, remete para um receio de Isabel em manter a segurança da sua sucessão no trono castelhano. A garantia de que não haveria segunda tentativa para colocar D. Joana no trono era uma prioridade máxima.

Neste tratado acordava-se, também, o casamento de D. Afonso de Portugal, neto de D. Afonso V, e da princesa Isabel, filha dos Reis Católicos que seriam colocados em terçaria juntamente com D. Joana.

Pedro Fernández de Velasco, condestável de Castela, e Enrique Enríquez, conde de Alba de Liste, figuras da maior proeminência da política castelhana, são nomeados fiadores pela rainha Isabel. Estes obrigavam-se a servir com toda a sua casa e gentes o rei de Portugal, caso Isabel não cumprisse a promessa de colocar a infanta Isabel, sua filha, sob a alçada de D. Beatriz, conforme acordado no Tratado das Terçarias. Para o concretizar era necessário que estes se

desnaturalizassem dos reinos de Castela, caso contrário não podiam jurar ao rei português o cumprimento desta cláusula.

No dia 30 de Outubro partia para Portugal, a infanta Isabel, para cumprir o acordado no Tratado das Terçarias. No entanto, segundo descreve Zurita, Isabel volta para trás. A rainha de Castela acabava de dar à luz mais uma filha, que pretendia enviar no lugar da princesa Isabel. D. Afonso V mostrava-se desagradado com a atitude. D. Joana, filha recém-nascida de Isabel a Católica não substituiria a sua irmã.

D. Joana, filha de Henrique IV decide que o melhor caminho é o de entrar em ordens. Deliberou que não entraria em terçaria. Tomou o hábito do mosteiro de Santa Clara e entrou no mosteiro de Santarém. D. Joana não sentia ocupar qualquer lugar de relevo no reino de Castela e temia pela sua segurança física. A sua pessoa constituíra desde o primeiro momento de vida uma ameaça ao reino e aos grandes de Castela. O acto foi testemunhado por ilustres elementos da nobreza e do clero português e castelhano. A prova de que professara era de inestimável valor para manter a confiança dos monarcas castelhanos.

Tempos mais tarde D. Joana abandonava o mosteiro. Uma carta de Isabel a Católica datada de 10 de Agosto de 1481, revela que D. Joana não se adaptou ao mosteiro e saiu sob pretexto de que se continuasse ali morreria. Na altura estava em Abrantes na companhia da condessa de Abrantes. Apela Isabel, temerosa dos acontecimentos que poderiam advir do abandono do mosteiro onde D. Joana se encontrava em segurança, que D. Joana recorra a outro mosteiro da mesma ordem na qual professou. D. Joana recorre a Santa Clara de Coimbra.

D. Beatriz incumbe-se das terçarias e por esse motivo, os infantes Afonso, Isabel e Joana ficariam sob a sua alçada. Por sua morte este encargo passaria para sua irmã D. Filipa, ou para D. Diogo, duque de Viseu, seu filho. Para assegurar a fidelidade de D. Beatriz esta teria de entregar o seu filho, duque de Viseu como refém. Seria dele responsável a rainha Isabel, e durante um ano manter-se-ia em Castela. Na fortaleza onde estão os infantes, D. Beatriz, D. Filipa e o duque de Viseu encontram-se em segurança máxima, comprometendo-se os monarcas castelhanos e português a manter a total integridade. Para que o tratado decorresse com a maior neutralidade, os alcaides do senhorio de D. Beatriz e do duque de Viseu e todos os que acompanhassem este tratado teriam de se desnaturalizar do Reino de Portugal. Por este motivo, estes alcaides não podem acolher nem receber D. Afonso V nem o príncipe D. João, nem podem

ser chamados a serviço do reino durante o período em que decorram as terçarias. Ficam apenas a serviço de D. Beatriz e de guarda das terçarias. Só desta forma poderiam actuar em benefício do acordo. Da mesma forma D. Beatriz e o duque de Viseu devem jurar o cumprimento do acordo das terçarias de forma a manterem-se neutros dentro do reino de Portugal. De acordo com o estipulado, os castelos de Beja, Marvão, Tavira e Guarda entre outros, pertença do senhorio de D. Diogo, duque de Viseu e de Beja, senhor da Covilhã e de Moura, prestam juramento aos capítulos outorgados pelo acordo das terçarias.

Acordou-se que seriam nomeadas no prazo de quatro meses duas pessoas por parte de Portugal e duas pessoas por parte de Castela para, durante os dois meses que se seguiam aos quatro meses estabelecidos, acompanharem D. Beatriz, e só estes poderão responder, em alguma eventualidade, ao rei de Portugal.

Segundo o acordado, a infanta Isabel deveria deslocar-se até 15 de Novembro de 1480 a uma vila que distasse 18 léguas da vila de Moura. Cumpriu-se a deslocação da infanta no tempo estipulado para a vila de Fuente del Maestre. Acompanhavam a infanta, Juan de Ortega, bispo de Coria, frei Fernando Talavera, prior de Prado, confessor dos Reis Católicos, o doutor Alfonso Manuel, o licenciado Gonzalo González de Illescas, ouvidores do Conselho dos Reis Católicos, os quatro embaixadores nomeados para acompanhar o processo e os procuradores do rei de Portugal João de Melo, bispo de Silves e João da Silveira, barão de Alvito.

Dando continuidade à troca, Isabel desloca-se para a vila de Freginal e em seguida para Coronada. Ao chegar a Moura, a comitiva entregou Isabel em mão a D. Beatriz. Nessa altura, D. Afonso encontrava-se já em poder de D. Beatriz. Entretanto Diogo, duque de Viseu, que serviria como moeda de troca, adoece. Impossibilitado de se deslocar para Castela, em Janeiro de 1481 fica acordado que toma o seu lugar nas terçarias D. Manuel, filho de D. Beatriz que seguiria em terceria até D. Diogo melhorar. D. Manuel acompanhou até Castela a comitiva que o recebia em troca de Isabel. Em Junho de 1481, Diogo duque de Viseu curado da doença dá cumprimento ao acordado no tratado e desloca-se para Castela.

Em Junho de 1481 D. Beatriz anuncia algumas mudanças a Isabel a Católica e informa das ocorrências nos domínios das terçarias. Decide mudar o local das Terçarias de Moura para Beja ou para Serpa por ser a região mais saudável para os infantes. Receava que estes adoecessem pelo rigor do clima de Moura.

Atesta a carta que Moura em pleno Verão é muito doentia. D. Beatriz pede que María de Medina, que acompanhara a infanta Isabel, recolha a Castela uma vez que a infanta Isabel lhe está entregue e que não necessita do seu apoio. María de Medina teria permanecido durante três meses como acompanhante de Isabel, o que foi permitido por D. Beatriz, mas a sua presença não estava contida no Tratado das Terçarias de Moura, o que colocaria em causa o bom cumprimento do estabelecido. D. Beatriz recusa também a presença de outros servidores enviados por Isabel a Católica para acompanhar a infanta Isabel, sua filha, assim como recusa que os objectos de uso pessoal e mobiliário vindos de Castela permaneçam na sua casa. D. Beatriz não permitia interferência dos Reis Católicos na sua casa governada única e exclusivamente por si e com hábitos alimentares e de serviço que sempre usou.

Isabel a Católica perante a carta que lhe chega via frei António de Elvas, acorda na mudança do local das Terçarias de Moura para Serpa ou para Beja por questões de saúde dos infantes, recorda apenas que o faça com a máxima segurança. Concorda com o regresso de María de Medina e dos objectos e mobiliário, mas esclarece que Isabel Velázquez se deverá manter ao serviço da princesa Isabel, uma vez que no acordo constava que deveria ficar, para serviço de Isabel, uma dama que se encarregaria da sua câmara. Isabel a Católica acorda com a colocação ao serviço da infanta de servidores de D. Beatriz, acede ao pedido desta de comparticipar nas despesas de abastecimento, e acorda que enviará 150 000 maravedis em dinheiro desde que o rei de Portugal envie outro tanto. A partir deste momento, enviados constantes dos Reis Católicos visitam as terçarias para troca de correspondência e de notícias.

A casa de Bragança assume aqui um protagonismo digno de evidenciar. A importância desta casa era já notável no desempenho do poder político central e local. As boas relações de Isabel com D. Beatriz proporcionaram a sua intervenção num dos momentos mais dramáticos do reinado de D. Afonso V.

O Tratado de Alcáçovas estabelecia a paz entre Portugal e Castela na península ibérica e definia as relações atlânticas. Este tratado retoma o texto do tratado de paz assinado em 1432 em Almeirim. As situações de novidade estabelecem um compromisso de devolução de cidades, vilas, lugares e fortalezas conquistadas na sequência do conflito militar, a restituição de prisioneiros, o perdão recíproco a causas contrárias, a recusa por ambas partes de abrigo a rebeldes, demolição de fortalezas construídas durante o conflito e a promoção do acordo de segurança e exploração dos mares.

Nos assuntos do Atlântico este tratado beneficia a expansão portuguesa e apresenta-se muito favorável à política do *mare clausum* definida por Portugal. Os Reis Católicos reconheciam a posse das ilhas da Madeira e dos Açores e de todas as ilhas e terras descobertas e a descobrir a sul das Canárias, aceitavam sem oposição a navegação e o comércio da Guiné e das terras a sul, e reservavam a Portugal a conquista do reino de Fez. Por sua vez, D. Afonso V renunciava à posse das Canárias quer descobertas quer ainda por descobrir. Em Junho de 1480 Sisto IV reconhecia a validade do tratado acordado em Alcáçovas.

A acompanhar o Tratado de Alcáçovas tratou-se da capitulação de D. Beatriz Pacheco, condessa de Medellín, de Alfonso de Monroy e de Alonso Portocarrero, incluindo as gentes das casas respectivas. Como apoiantes do rei português, refugiaram-se em Portugal desde a morte de Henrique IV de Castela. Figuras de relevo na política castelhana, retornam às origens com perdão dos Reis Católicos e com a aceitação de D. Afonso V e do príncipe D. João, o qual garante o continuar da sua intervenção local. Depois destes perdões concedidos logo após a assinatura do Tratado de Alcáçovas (ainda no mesmo dia, pois o relevo destes membros da nobreza assim o mereciam), outros perdões vão sendo entregues nos dias seguintes, conforme o estipulado no tratado. A 27 de Setembro uma carta geral de perdão é concedida a todos os castelhanos que apoiaram D. Afonso V. Para solucionar algumas das questões levantadas sobre as capitulações de paz, o bispo de Coria e o prior do mosteiro de Santa María del Prado, são enviados a Portugal. Aos membros da nobreza castelhana seguem-se cartas de perdão individuais que garantem a segurança da pessoa e dos bens.

Havia algum temor em regressar a Castela por parte dos que se tornaram partidários de D. Joana e do rei português. Neste sentido os Reis Católicos a 29 de Setembro promovem um chamamento aos castelhanos que ainda se encontravam em Portugal. Para dar continuidade ao estipulado no Tratado de Alcáçovas, os Reis Católicos ordenam a libertação de todos os prisioneiros políticos sem resgate.

Uns preferiam permanecer junto a D. Afonso V e não aceitar a devolução de bens nem a volta a Castela que os monarcas castelhanos proporcionavam. Foi o caso de Rodrigo de Ulloa, que preferiu manter-se ao lado de D. Afonso V que lhe concedeu um lugar de destaque no seu conselho. Pediu aos Reis Católicos licença para se desnaturalizar de Castela, solicitação que lhe foi concedida. Com este homem outros se seguiram.

Colocar o Tratado de Alcáçovas em prática não era fácil. Uma das grandes dificuldades residia no próprio conhecimento da assinatura das pazes. Para que o desconhecimento não seja apelado, sobretudo nas áreas de maior conflito (as fronteiras) Isabel de Castela manda apregoar o tratado pelas terras onde o conflito era mais intenso, Sevilha, Córdova, Jerez de la Frontera, Cádis, Sanlúcar de Barrameda, Puerto de Santa María, Huelva, Moguer, Gibraleón, Lepe e Palos entre outras. Este pregão deu a conhecer a paz estabelecida por mar e por terra. Evitavam-se assim confrontos nos mares e nas zonas portuárias ou nas zonas raianas entre povoados de ambos os lados da fronteira. O mesmo acontecia em Portugal. O pregão corria as praças das vilas e das cidades alguns dias depois da assinatura do tratado. A partir deste momento quem atacasse os povoados fronteiriços ou gentes do outro lado da fronteira sujeitava-se à aplicação da justiça.

De tal não se viu livre Pedro de Albuquerque que por carta do príncipe D. João era obrigado a restituir prisioneiros, gado e outros bens por ele tomados em Ciudad Rodrigo após a assinatura do acordo. Alguns senhores locais, ainda não conhecedores da paz, continuavam a promover algumas correrias pelas regiões fronteiriças. Pedro de Albuquerque, senhor das vilas de Sabugal e de Alfaiates declarava em sua defesa ter tomado conhecimento da paz apenas no dia 15 de Outubro e, por isso, o assalto a Ciudad Rodrigo teria ocorrido na plena consciência do continuar da guerra. Manter a paz e a boa vizinhança eram, ainda, tarefa difícil de concretizar. O mesmo acontece pelos mares. Martim Afonso e João Eanes, vizinhos da cidade do Porto, apesar das conhecidas tréguas, foram vítimas de Juan de Bermeo, vizinho de Bilbau e do seu criado Pedro de Bolívar que lhes roubaram uma caravela com mercadorias junto ao porto de Saint Nazaire, na França.

Para evitarem surpresas e agravos entre mercadores, a 18 de Dezembro de 1479, os Reis Católicos ordenam a todos os capitães de navios que se deslocam pelas rotas da Guiné e da Mina a que entreguem o quinto ao rei português, uma vez que essa área é agora do seu inteiro domínio. Desta forma, a navegação nessas águas estava novamente sujeita a carta de segurança a conceder por D. Afonso V. Uma carta que não impede o continuar de roubos e represálias. No ano seguinte Mateus Fernandes e Antão Eanes, escudeiros de D. Afonso V são vítimas de roubo no porto de Cartagena.

Para que as restituições de bens tomados em represália se efectuassem com o máximo de rigor, Fernando Aires de Savedra entenderia com um comissário

nomeado pelo monarca português as entregas. Tarefa mais uma vez com grande dificuldade de execução.

Na persecução do estabelecido no tratado, procede-se igualmente ao derrube de fortalezas. Do lado castelhano a ordem é dada, e as fortalezas construídas para defesa do partido português são demolidas.

D. Afonso V e os Reis Católicos agiram com a maior diplomacia e a maior justiça no cumprimento das cláusulas contidas no Tratado de Alcáçovas, mas as queixas sobre o seu incumprimento demonstram a dificuldade com que os oficiais se debatiam na sua aplicação.

Em Junho de 1480 Fernando de Figueiredo é enviado por D. Afonso V aos Reis Católicos com algumas imposições que relatam o incumprimento do tratado por parte dos monarcas castelhanos. D. Afonso V solicitava a imediata restituição de bens a D. Afonso de Monroy, mestre de Alcántara, a restituição de Vilanova e Castelo Novo, das rendas e bens confiscados e o mestrado de Alcántara em virtude do capitulado em Alcáçovas. Solicitava ainda o levantamento imediato dos cercos a Magazela e Almorcham. Entre o rol de pedidos efectuados por D. Afonso V encontram-se o requerimento de outorga de uma carta de perdão, que até à data não tinha sido conferida a D. Afonso de Monroy nem aos seus acompanhantes fiéis que seguiram a causa de D. Joana, e o pedido de justiça para María Ordóñez, viúva do licenciado de Ciudad Rodrigo que estava a serviço de D. Afonso V. O monarca português tentava que a restituição de bens e de rendas fosse, no caso da morte do implicado directo, entregue aos herdeiros. É ainda pedida a restituição de Baiona ao conde de Caminha e de outros bens que possuía e que foram confiscados por estar a serviço do rei português, dos bens do alcaide de Castronuño, os bens que pertenciam ao Adiantado da Galiza e das rendas do mestrado de Santiago e da comenda de Membrilla, pertenças de Afonso de Herrera, homem que integrou o conselho de D. Afonso V. A lista compreende mais alguns nomes sobre os quais teria recaído algum esquecimento ou que, por morte, os herdeiros não estavam a ser recompensados. D. Afonso V como homem *de grande humanidade* não esquecia os seus fiéis servidores, aqueles que puseram a sua vida e os seus bens nas suas mãos.

Uma comissão nomeada iria aplicar justiça para todos os casos. Esta comissão incluía do lado português o bispo de Évora, o bispo de Silves e D. Beatriz, e pela parte castelhana os bispos de Coria e de Plasencia e também a D. Beatriz. A infanta adquiria novamente um papel de relevo e de mediadora entre ambos os reinos. Esta comissão deveria trabalhar em quarenta e cinco dias em Badajoz para resolver as questões ainda não cumpridas depois de assinado o tratado. Os quatro juízes de um lado e de outro acordavam o necessário e davam andamento às questões. O papel de D. Beatriz seria apenas o de interferir em casos duvidosos ou de não aceitação de algum dos casos pelos juízes envolvidos. O prazo poderia ser prolongado caso os agentes desta comissão não terminassem a tempo os acordos. Os Reis Católicos, minuciosos na escolha dos integrantes deste grupo e conscientes da eventualidade de interesses a se sobreporem aos acordos, declaram que uma vez que o bispo de Plasencia está ligado a Juan de Estúñiga, apoiante da causa de D. Afonso V e o bispo de Évora muito ligado a D. Afonso Monroy, para que não existam dúvidas sobre a imparcialidade dos juízes solicitam a eleição de dois religiosos por ambas as partes, homens de ciência que interfeririam no caso de a justiça não estar a ser aplicada de forma conveniente. Do lado castelhano foi nomeado o prior de Prado e sugeriam que da parte de D. Afonso V fosse nomeado frei António, confessor do rei. D. Afonso V nomeia no entanto Fernão Rodrigues, abade de Moreiras.

D. Afonso V solicita aos Reis Católicos que estes obriguem a entregar as jóias, o ouro e a prata que deixou empenhadas em Castela para financiar o continuar da guerra. Bens que não teriam sido usados porque entretanto o conflito terminara.

No início de 1481 continuam as negociações sobre o tratado de paz acordado entre Castela e Portugal. Sisto IV confirma as bulas de Nicolau V e de Calisto III nas quais tinham concedido a Portugal as ilhas e terra firme descobertas e por descobrir desde os cabos Bojador e Não até à Índia, e a jurisdição espiritual concedida à ordem de Cristo. O domínio dos mares estava garantido a Portugal e a posse das Canárias a Castela.

Perante a morte de D. Afonso V, em Agosto de 1481, D. João II avançava como rei e continuava a sua acção política na causa em que, ao lado de seu pai, se empenhara.

3. A sociedade cortesã

Os homens e as mulheres que circulam pela corte fazem parte de um grupo heterogéneo, numeroso e hierarquizado que gravita em torno do rei, da rainha, dos infantes e de todos os que fazem parte da corte. A hierarquia multiplica-se à medida de uma sociedade medieval que vive da captação de poder numa teia que em muitos casos se torna bastante complexa formando núcleos que se organizam e sustentam por si sós.

A sociedade cortesã fecha-se sobre laços familiar apertados. Uns mais ligados às figuras centrais da corte, com eles vivem o dia a dia: oficiais encarregados da gestão dos núcleos das diversas casas, outros criados, escudeiros, cavaleiros, mais ou menos presentes, mais ou menos afastados que habitam terras mais ou menos longínquas e aí possuem capacidade de intervenção local. Por fim, uma série de serviçais compõem a estrutura e permitem o continuar das tarefas e dos serviços internos da corte.

Entre as figuras centrais da corte encontram-se o monarca, a consorte e os infantes que ainda não constituíram casa própria ou não se afastaram para entrar em ordens ou efectuar um casamento além das fronteiras. Estes, por serem constituintes de uma família real viam-se envolvidos em rituais que preenchiam um quotidiano diferente. Usufruíam a possibilidade de manter perto de si homens e mulheres considerados de grande fidalguia e aptos a desempenharem o maior apoio, prestar auxílio ou divulgar experiências de vida, indivíduos que se colocam entre os funcionários, serviçais e grupos de homens fiéis. Nesta relação os laços de fidelidade e de confiança são fundamentais para a existência e para a sobrevivência.

Entre os homens e mulheres que gravitam em volta dos elementos centrais da corte, descobrem-se elementos oriundos da nobreza de maior evidência no período de D. Afonso V, famílias que há algumas gerações acompanham os reis e os seus descendentes. Vidas familiares completadas pelo protocolo. Estes estão distribuídos pelas diversas tarefas que contemplam as finanças, a gestão, a emanação de documentos e pelos serviços de cozinha, copa, estrebaria, caça, câmara, repostaria e capela, entre outros. Apesar dos conflitos que dividiram Portugal na menoridade de D. Afonso V, as mesmas famílias encontram-se inalteravelmente

em torno da corte superando uns e outros as desavenças e perdoando mutuamente as condutas e tomadas de atitude geradas com agressividade e desamor.

A sociedade cortesã é alimentada por D. Afonso V através de doações e tenças que o monarca concede enquanto membros ocupantes de um cargo ou prestadores de serviços. D. Afonso V entendeu que alguns serviços deviam ser remunerados como forma de recompensa. A grande concessão de tenças foi uma necessidade que o monarca teve de sustentar de forma a encontrar parceiros disponíveis para a intensa actividade militar em África e em Castela, mas também resultam da já identificada por Rui de Pina «grande humanidade» que caracterizava o monarca. Pensaria sempre D. Afonso V que qualquer auxílio merecia recompensa. D. Afonso V colocava acima da sua capacidade de rei, a sua capacidade de homem e de servidor a Deus.

Ao analisar a corte de D. Afonso V notamos uma constante mudança dos seus constituintes. D. Duarte e Leonor de Aragão deram lugar a D. Pedro na tutela e educação de D. Afonso V. Papéis fundamentais nesta estrutura, que não é apenas política, desempenharam também os infantes D. Henrique, D. João e D. Afonso, irmãos de D. Pedro que detiveram importância elementar no registo das andanças da corte. Os irmãos do rei, D. Fernando, D. Leonor, D. Joana e D. Catarina, mantiveram-se agregados à casa real até o dia do casamento e constituição de casas. A presença da rainha Isabel marcou pouco tempo o ritmo da corte afonsina dado a sua morte permatura. Após a morte de Isabel, segue-se uma outra fase em que a vida de corte é dominada pela acção do monarca e dos príncipes D. Joana e D. João.

3.1. OS ELEMENTOS CENTRAIS DA CORTE

3.1.1. O rei D. Afonso V

Nascido a 15 de Janeiro de 1432, em Sintra, D. Afonso V teria uma infância e uma juventude bastante atribuladas. A morte de seu pai quando contava apenas seis anos de idade teria representado uma mudança violenta para a sua educação e contribuído negativamente para a construção da sua personalidade no futuro. A morte de D. Duarte justificada entre a peste e a tristeza profunda em que caíra pelo aprisionamento de Fernando, após o desastre em Tânger, deixaria D. Afonso V sem tutor e sem modelo vivo a seguir.

Participou nas cerimónias fúnebres de seu pai, «bem acompanhado de todos», como refere Rui de Pina, e posto na cadeira real pelo infante D. Pedro que lhe tomou as mãos e lhe prestou juramento na melhor hora e ponto do curso dos planetas ditados pelo mestre Guedelha, físico e astrólogo judeu a quem D. Pedro solicitou opinião e que anos antes, no momento da subida ao trono de D. Duarte, tinha realizado a mesma consulta aos astros. Desde criança D. Afonso V familiarizou-se com a morte de seu pai, para a qual não estava com toda a certeza preparado. O momento exigiu-lhe um envolvimento emocional a que a sua curta idade teria de dar resposta.

As questões que envolvem a sua educação, levantadas quando conta com apenas sete anos e que impunham o afastamento da mãe, teriam com certeza transformado sentimentos e representado um grande choque para a sua forma de sentir e de estar no futuro. A perseguição desenvolvida a D. Leonor e o afastamento imposto das suas vidas teriam representado uma agressividade imensa para uma criança de tão pouca idade.

A noite em que D. Leonor parte de Santo António para Sintra levando consigo as infantas e deixando Afonso e Fernando seria difícil de esquecer. Conta Rui de Pina que passava já da meia noite; depois de ouvir missa, a rainha levantou os filhos da cama e tomou D. Afonso V nos braços e foi grande o «pranto seu e de todos». Acrescenta Rui de Pina que apesar da pouca idade, ao monarca não lhe faltou prudência e discrição, enfrentou o problema com «repouso e segurança» e com «palavras doces e avisadas soube confortar a rainha sua mãe». Depois dessa noite D. Afonso não voltará a ver a mãe apesar da promessa de um breve reencontro.

Os infantes D. Pedro e D. João apressaram-se a resgatar os sobrinhos D. Afonso e Fernando de Santo António e acompanharam-nos a Lisboa enquanto o infante D. Henrique, com a sua natural atitude mediadora, tentou alcançar a rainha e demovê-la da sua atitude. D. Leonor não iria desistir de regressar um dia, mas a sorte não a protegeu e o seu esforço em recuperar o perdido, sobretudo a tutoria dos filhos, foi em vão. Homens mais fortes impediram a todo o custo o regresso e o reencontro.

Por estes anos, tomava conta da Europa uma nova corrente cultural e de mentalidades que iria ser fundamental no processo de formação do monarca.

O período em que vive D. Afonso V está marcado por uma corrente de senhorialismo tardio. A afirmação da nobreza após os desenvolvimentos positivos em volta da economia europeia, nos primeiros anos de quatrocentos,

marcou a cultura de uma época que deixava de parte a medievalidade pura. A nobreza reconquistou algum do poder perdido com o descalabro económico do século XIV. A acompanhar este processo, e fundamentais para a sua elevação, constituíram-se as empresas de Ceuta e de Tânger.

O século de quatrocentos em Portugal vai ser também dominado por uma deslocação de indivíduos, sobretudo provenientes de famílias de grandes mercadores das principais cidades do reino para Bolonha, Siena, Florença, Ferrara, Pádua, Salamanca, Lovaina e Paris.

Nobreza e cidades conseguiam adaptar-se aos novos tempos e às exigências do novo século e da nova dinastia. A bipolaridade de forças, materializadas pela nobreza e pelas elites urbanas tende a equilibrar-se.

Já nos finais do século XIV circulavam pela Europa novelas de cavalaria e obras do renascimento clássico que voltavam para renovar mentalidades e atitudes. O humanismo, crescente neste tempo, caracteriza-se pela presença da novela onde o amor, a aventura cavaleiresca e a viagem são cruciais. As grandes obras da Antiguidade Clássica em que são descritos os grandes feitos inspiram os monarcas da Europa. Seria de esperar que esse brilho do humanismo que então circulava iluminasse o monarca e o fizesse seguir esse caminho que incessantemente procura a perpetuação do homem pelo feito heróico.

As novas escolas mudavam a Europa destes tempos. É a época da «arte de bem cavalgar em toda a sela», dos livros de montaria, obras inspiradas no espírito religioso e nos valores de homem herói. A corte desempenhava um papel fundamental na aproximação às novas teorias culturais e científicas. Por outro lado, D. Afonso V tinha bons exemplos para recolher. O seu avô, o pai e os seus tios eram homens de relevo nas novas atitudes culturais e famosos escritores que deixaram obras ao gosto da época.

Obras como o *Livro da Montaria*, da autoria de D. João I, *A Arte de Bem Cavalgar em Toda a Sela* e *O Leal Conselheiro*, escritos por D. Duarte e a *Virtuosa Benfeitoria* do infante D. Pedro, incentivavam as actividades bélicas e preparavam os homens para a guerra. A caça, o saber andar a cavalo e manejar armas encontram-se lado a lado com os valores morais, religiosos e comportamentos mais dignos da nobreza. A *Virtuosa Benfeitoria* de D. Pedro expõe a perfeição muito próxima dos modelos feudais e das hierarquias sociais em pirâmide, estruturadas por relações de poder feudal. As obras realizadas por D. Duarte e por D. Pedro colocam-se numa posição de defesa da autoridade do poder central, numa época em que as crises sociais se fazem sentir, sobretudo em

meios urbanos que se encontram muito longe do sentir e do agir da nobreza. O surgimento da *Crónica do Condestabre de Portugal*, Nuno Alvares Pereira, entre os anos de 1431 e 1453, acentua que o tempo é dedicado aos heróis.

A atitude da corte neste processo de crescimento de uma nova mentalidade, visa travar uma concordância entre a antiguidade clássica e a fé cristã. Duas faces culturais que não parecem corresponder à mesma moeda, mas que, de facto, conseguiram harmonizar-se. O humanismo crescente em Portugal, com grandes influências italianas, desdobrava-se por duas matérias fundamentais: «as letras e as armas», mas também na volta ao cristianismo primitivo.

Vitorino de Feltre, baseando-se em Virgílio, coloca em prática a teoria do homem educado pelo bem. Como tal, a criança deveria ser educada com harmonia e serenidade, o que moldaria a sua personalidade no futuro. Até 1450 só os príncipes recebiam estas novas formas de educar em harmonia com o mundo. Nas universidades e nas escolas vigorava ainda o método escolástico de ensino rígido.

As influências da cultura italiana produzem os seus efeitos em Portugal. D. Pedro recrutou dos grandes meios da cultura italiana os mestres educadores de D. Afonso V: frei Gil, Estêvão de Nápoles e Mateus Pisano, poeta laureado, filósofo e orador entre os grandes do seu tempo, protegido de Henrique IV de Inglaterra, tio do regente D. Pedro. Estes tiveram certamente uma influência decisiva nas orientações culturais de D. Afonso V que viriam manifestar-se na sua política enquanto rei. Da mesma forma, o humanismo seria veiculado em Portugal através da coroa. O palácio real era o principal foco de irradiação da nova corrente.

D. Pedro, como tutor, teria que educar D. Afonso V com a dignidade de um rei. O jovem monarca devia, como estava instituído, aprender letras, costumes e protocolo, artes da caça, da montaria e do manejo de armas. Depois desta aprendizagem estaria apto a assumir a qualidade de rei perante o mundo e D. Pedro teria cumprido a sua tarefa de tutor.

Não poderia ter tido D. Afonso V melhor tutor: D. Pedro um homem da Ínclita Geração, conhecida pela sua cultura e forma de estar perante o mundo, teria muito a transmitir ao futuro rei. Homem de religião, de temperamento tranquilo mas forte e rígido quando as circunstâncias o exigiam, prudente, conhecedor de letras e ciências, como cumpria à sociedade culta de então, verdadeiro, constante, são qualidades entre as muitas descritas por Rui de Pina. D. Pedro educara D. Afonso V, como refere o cronista, com «grande perfeição e

amor» e sempre o servira com «verdade e acatamento». Não há dúvidas quanto ao procedimento de D. Pedro que sempre teria agido de acordo com o que cria ser melhor para o rei e para o reino.

A preocupação de D. Pedro pelo acompanhamento das novas correntes culturais, científicas e artísticas da sociedade do século XV manifesta-se na cuidada educação de D. Afonso V. O monarca será no futuro um excelente cavaleiro, um homem de protocolo e bom negociador. Mantém uma postura impulsiva e arrebatada, mas outras vezes muito diplomática e determinada. Homem que vive intensamente os novos momentos culturais do seu tempo, imbuiu-se do mesmo espírito que pulsava entre os herdeiros da dinastia de Avis. D. Afonso V, seguindo o apelo da cultura que as gerações anteriores tinham formado à sua volta, transformará, anos mais tarde, o paço da Alcáçova de Lisboa num importante foco da cultura do seu tempo.

Chama à atenção Rui de Pina para o facto de que o monarca teria sido o primeiro rei a constituir biblioteca nos seus paços. Os livros eram-lhe «muy familiares», e dava especial atenção aos bons livros que relatavam feitos de grandes líderes que estivessem escritos com verdade. Excluiria as fantasias e a inexactidão de alguns autores e apreciaria o rigor e a precisão de outros. Estes seriam os seus mestres, os seus conselheiros que apesar de «mortos sempre porém ensinam».

A comparação feita por Rui de Pina na crónica de D. Afonso V, no prólogo inicial, a propósito dos conselheiros, vislumbra uma realidade que seriamente afectou as primeiras acções de D. Afonso V enquanto rei. Justifica o autor da crónica que os conselheiros que deixaram nos livros o registo dos factos e as escolhas de atitude «dam verdadeiros e saaos conselhos», alvitres bem diferentes dos propostos pelos conselheiros vivos que umas vezes por «nam saberem, e outras por nam quererem, e muytas mais por nam ousarem, se nega e esconde a clara verdade, que a seus mayores e senhores pospoem as proprias inclinações, paixões d'afeição, ódio, lisonjaria, interesse ou temor que sam causa da mais certa queda e principal destruição de reinos e senhorios». Os maus conselheiros de D. Afonso V e todos aqueles que definiram e geriram a situação de conflito que o opôs a D. Pedro, ficariam para sempre registados na memória e, anos mais tarde, Rui de Pina não esqueceria de apresentar este estigma incómodo que D. Afonso V não pôde evitar. A conjuntura prestava-se a que questões pessoais se levantassem mais alto que os valores do reino e essas mesmas questões pessoais encarregavam-se de influenciar a parte mais frágil.

No entanto, tempos depois, a situação muda e os maus conselheiros, que sempre os há, deram progressivamente lugar à sensatez. Em torno de D. Afonso V gravitavam excelentes e experimentados homens de grande relevo na vida, na história política, económica e diplomática. Cada um desempenhou o seu papel, sábia e arrojadamente, de acordo com a exigência das intervenções políticas. E, segundo Rui de Pina, D. Afonso V ouve os seus conselheiros, que controlam por diversas vezes os seus impulsos. Ouvir os conselhos mais prudentes é também uma forma de prudência que integra as qualidades do monarca. Esta virtude implica que o rei saiba ouvir os seus guias e aja em conformidade com as suas opções. Ao seu lado foram marcantes as presenças de homens como o infante D. Henrique, o doutor João Fernandes da Silveira ou Duarte de Meneses entre outros.

Reuniu-se de indivíduos com características humanistas, entre os quais se salienta Vasco Fernandes de Lucena, orador bem conhecido e que obteve grande êxito em cortes, autor da obra *De Obedientia Orationes*. Provavelmente D. Afonso V compôs também dois livros, hoje desconhecidos. Um de ordem militar, o *Tratado de Melicia Conforme o Costume de Batalhar dos Antigos Portugueses* e outro nas áreas de astrologia, ao gosto da época, com o título de *A Constelação Chamada Leão Celeste Constava de Vinte e Nove Estrelas e a Menor de Duas*. A tarefa de tutor desempenhou-a seu tio na perfeição. No século XVII, Thomas Harper atribuía a D. Afonso V dois outros tratados sobre a pedra filosofal. Além dos estudos de astronomia D. Afonso V interessava-se por calcular a idade do Mundo, como refere uma carta de Cristovão Colombo aos Reis Católicos, o cálculo de D. Afonso V apontava que o fim do mundo estaria apenas a cento e cinquenta e cinco anos de distância.

A atenção que D. Afonso V dispensou à cultura levou-o a criar uma grande colecção de livros, conceder muitas bolsas de estudo e proteger o Estudo Geral até 1479. O interesse que demonstrou pelas correntes humanistas da sua época está bem comprovado na presença de Cataldo Sículo como mestre do infante D. João, futuro D. João II, e na sua preocupação em converter para o latim as crónicas portuguesas, que para tal encarregou o italiano frei Justo Baldino que surge na corte portuguesa em 1470. D. Afonso V procurava que a Europa conhecesse os grandes feitos dos portugueses e interessava-se por adaptar a corte às novas correntes que exigiam a integração do latim clássico e do grego e as colocavam como línguas cultas. Como os grandes mecenas e príncipes da Europa do seu tempo, preocupou-se com a tradução em latim como meio eficaz

de divulgação propagandística. Acto que ilustra bem o gosto de D. Afonso V pelos livros de gesta. Frei Justo Baldino, nomeado bispo de Ceuta, não conseguiu levar avante o projecto.

Conhecedor do valor da palavra e do impacto das obras literário-historiográficas (as crónicas) mandou elaborar por Gomes Eanes de Zurara a *Crónica da Tomada de Ceuta* e a *Crónica da Guiné*, apologias dos descobrimentos e do infante D. Henrique. Na exaltação das acções particulares manda conceber as obras que relatam os feitos de Pedro de Meneses, governador de Ceuta e de seu filho Duarte de Meneses, fronteiro de Alcácer Ceguer. Estas crónicas pretendem enaltecer feitos de cavalaria heróica, influências nítidas da literatura dos clássicos agora recuperados na Europa. Assim, Zurara mais do que um cronista da coroa é um cronista dos grandes homens e dos grandes feitos. D. Afonso V demonstrava ser um homem com qualidades que lhe permitiam olhar o próximo e não apenas a si mesmo.

D. Afonso V teria vivido intensamente os grandes feitos do passado clássico, o que, naturalmente, deixaria um timbre no seu reinado que se vai pautar por procurar posturas e homens de grande heroísmo. Sabia o monarca que a validade dos grandes actos guerreiros enalteciam os homens. Entendia o poder que o conhecimento histórico e estóico do passado poderia representar para o seu tempo. D. Afonso V deixou-se, certamente, conduzir pelas «estórias» de homens célebres do passado e pelos feitos mais próximos de seus progenitores que o guiaram na persecução dos mesmos passos e lhe exigiram ir mais além e superar as suas obras.

D. Afonso V como rei, era o líder de heróis. Movia-os num objectivo que de longa data tinha em mente traçado. Impelia-os, muitas vezes a isso desaconselhado. O acompanhamento que estes heróis lhe conferiram foi primordial para alcançar as vitórias contra o infiel. Os grandes políticos não agem sós, precisam do apoio de boas equipas para consolidar e levar a cabo os projectos. D. Afonso V teve a sorte de se poder rodear de homens de valor que sempre estiveram ao seu lado e o auxiliaram na concretização dos seus intentos vistos mais vezes como loucura de que como acções heróicas.

Enquanto monarca, perderia a força política de D. João I e do regente D. Pedro no que toca ao andamento da política interna e de desenvolvimento económico. Aqui teria a influência e a interferência da nobreza orientadora dos acontecimentos em Portugal exercido o papel fundamental. A proximidade de homens de uma facção poderosa da nobreza que foi a par e passo saindo do

círculo do infante D. Pedro e entrando progressivamente no âmbito da acção de D. Afonso V, e que ia acompanhando o futuro rei na caminhada para os seus catorze anos, tentava apagar alguns dos valores transmitidos pelos infantes e incutir outros. Jovem de catorze anos era facilmente influenciado por intrigas ou por verdades, ditas de forma viciada, usadas com determinado objectivo.

Para entendermos a sua postura enquanto rei teremos de voltar às convicções mostradas por aqueles que desde o seu nascimento gravitam à sua volta e que se mostram basilares para entendermos a sua construção mental. Os seus pais, os seus tios e os seus educadores vão ser fundamentais nesse processo. Os acontecimentos vão traçando o futuro.

Apesar de ser educado por seu tio, D. Pedro, este não o influenciou politicamente, pelo contrário, a sua acção política seguiria em parte os objectivos de seu avô D. João I e de seu pai, D. Duarte, no que toca ao desejo de avançar sobre Marrocos. Esperava-se que D. Afonso V fosse o seguidor de D. João I.

A forma de agir do infante D. Henrique, homem que o acompanhou nos momentos cruciais da sua vida, está bem presente na acção de D. Afonso V e nos gostos desencadeados pela aventura. Figura sempre presente na sua infância e em toda a sua vida, nas ocasiões vividas em família, nas festas, nos momentos políticos mais ou menos delicados, compartilha com o rei os mesmos ideais, as mesmas formas de ver o mundo. Acompanhante do monarca nas horas mais difíceis e nos caminhos da descoberta e da cruzada, o infante D. Henrique, estimou D. Afonso V enquanto homem e enquanto rei. O último elemento da Ínclita Geração a seguir os seus passos como rei, o elo de ligação de D. Afonso V ao passado que lhe dera a força necessária para prosseguir o seu caminho.

Teria ainda D. Afonso V sido influenciado pela acção de seu tio Afonso V de Aragão. A casa de Aragão em Nápoles é um dos grandes centros humanistas de quatrocentos, fundamentais para a construção cultural da época, e responsável pela aproximação da península ibérica ao Renascimento italiano. O aventureiro e grande militar D. Afonso V de Aragão teria, mesmo a longa distância, marcado alguns passos na vida do monarca português que via a internacionalização e a abertura ao mundo como umas tarefas políticas imprescindíveis para os novos tempos.

Homens como o infante D. Pedro, o infante D. Henrique e Afonso V de Aragão tinham meios para abrir a D. Afonso V, através das vivências próprias e descrições das viagens que realizaram pelo mundo, uma nova forma de enten-

dimento mais global. Estas histórias de vida incentivaram-no a seguir os mesmos passos. D. Afonso V manteria a imagem dos seus antepassados em memória. Os livros e as histórias que lhe chegaram ao conhecimento, contadas pelos que actuavam na sua educação, influenciavam o seu destino e o seu carácter.

Homens como o duque de Bragança, que circulou em torno da corte e dos seus momentos fulcrais, teriam incentivado D. Afonso V a aderir a uma política senhorialista onde as grandes casas eram as principais beneficiárias.

Mas foi o seu irmão D. Fernando quem ocupou um lugar de relevo na sua vida. Acompanhante sempre presente nas diversas missões, companheiro de vida e de aventura, partilhava dos mesmos ideais transmitidos pela Ínclita Geração. Seguidor do infante D. Henrique nas tarefas da expansão e das conquistas marroquinas, tentou ocupar o lugar que o Navegador deixara ao lado de D. Afonso V.

Depois da morte do infante D. Henrique e de D. Fernando, D. Afonso V integra a seu filho o infante D. João nas conquistas marroquinas, onde se inicia na tomada de Arzila, e nos negócios do Atlântico.

A proximidade com que Rui de Pina relata a presença do infante D. Henrique, de D. Fernando e do príncipe D. João na vida de D. Afonso V remete para vínculos familiares e de apoio emocional de que D. Afonso V se fez sempre acompanhar e que perpetuava com a maior dilecção. Estes descendentes do mesmo sangue partilhavam os mesmos ideais de conquista e de luta contra o muçulmano que marcavam uma formação religiosa e de cavalaria semelhantes, que certamente provinham da mesma fonte, pois D. João I, D. Afonso V e Fernando, seu irmão, viviam intensamente valores e modelos transmitidos pela geração anterior.

A política marroquina e de expansão, desenvolvida por seu avô, seu pai, tão do agrado de sua mãe e principalmente do seu tio, o infante D. Henrique, influenciou, sem qualquer sombra de dúvida, a posição política assumida por D. Afonso V anos mais tarde. O monarca cresce rodeado de seguidores da política marroquina e da luta contra o infiel que ganhava terreno nos tempos que corriam, sobretudo após a malfadada queda de Constantinopla. D. Henrique coloca a empresa marroquina como fundamental serviço a Deus e à honra do cavaleiro, motivos que mais tarde também vão mover D. Afonso V nas suas conquistas.

Na sua juventude o monarca contacta de perto com o ideal de cavalaria que coloca os cavaleiros portugueses na ânsia de se afirmarem através da guerra contra os muçulmanos; Ceuta assim o proporcionou aos infantes D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique que aqui se armaram cavaleiros. O infante D. Fernando sonhou com Tânger e com a sorte que tinham tido seus irmãos em Ceuta. Poucos anos de vida teria ainda D. Afonso V, mas a sua educação para um dia ser rei obrigava-o, certamente, a participar desde muito jovem nestas emoções, vividas com certeza de maneira diferente visto ser ainda uma criança.

A conquista de Marrocos surge como projecto ambicionado desde o século XIII, quando D. Afonso III conquista o Algarve. O alargamento do território português e o direito de conquista de terras aos muçulmanos são permitidos, incentivados e demarcados pelo Papado. A Cúria Romana instituíra que as terras muçulmanas localizadas a sul dos territórios cristãos lhes pertenciam pelo direito da Reconquista. Neste contexto Marrocos era o prolongamento natural do Algarve.

De projecto ambicionado e de impossível concretização passa a assumir forma viável em 1415. Ceuta tornara possível o avanço sobre o infiel, sobre novos territórios e sobre novos mercados. Juntos, D. Afonso V e infante D. Henrique, vão dar continuidade a um plano que entretanto viveu em Tânger um momento de grande desalento. Esmoreciam os ânimos da conquista e poucos alentos eram dados a tarefas de exploração da costa africana. Com o esforço de ambos o plano avança rapidamente e permitirá criar as condições necessárias à criação do Império de D. João II e de D. Manuel.

Desde o início desta empresa que os homens conhecem bem as suas dificuldades. A tarefa é árdua, dados a imensidão de África, e o surpreendente poder muçulmano no controlo da terra e dos mares. Conquistar Marrocos iria exigir mudanças radicais na política interna e externa a adoptar em Portugal. As expedições isoladas e esporádicas, muitas vezes usadas na Reconquista peninsular, não eram suficientes. Os meios exigidos e a concentração de forças obrigava a uma orientação mais presente do poder central e da conciliação de esforços que uma simples correria ou o avanço particular não poderiam concretizar.

Em 1457, após a morte de Isabel, avançou com afinco sobre o ideal que preenchia o cavaleiro medieval: a luta contra o infiel. Anos mais tarde revelaria que após o trágico desaparecimento de Isabel tinha feito a promessa de servir a Deus sem reservas. Sentindo segura a sucessão do reino, apesar da pouca idade dos dois herdeiros da coroa, aceitou envolver-se em momentos de entrega, de luta e de conquista. Para o concretizar rodeou-se de homens que considerou leais servidores, bons políticos e militares de relevo.

Nas suas conquistas, D. Afonso V é descrito como homem forte, seguro perante os perigos, determinado e com grande poder de persuasão. O seu discurso, digno de um homem que em tempos foi um bom aprendiz de retórica, estava marcado, segundo Rui de Pina, por «graciosa e alegre contenença e com palavras cheas de devoção e grandeza, esforço e perfeita eloquencia e com cautelas e fundamentos de bom e prudente guerreiro». Conta Rui de Pina que a postura do monarca no campo de batalha a todos ajudava muito: «a todas as afrontas acudia e com palavras de tanto acordo e esforço de que todos eram maravilhados e muy contentes».

Um discurso que prendia a atenção pela sua «humanidade, a diligencia e amor». De facto não é apenas uma descrição usada por Rui de Pina. D. Afonso V pautava-se por valorizar todos os que o serviam. O seu bom interior e a tranquilidade que emanava criava um choque imenso com a atitude de força que deveria ter enquanto rei.

D. Afonso V movia-se por um claro espirito de missão. Assim o regista a sepultura dada a D. Pedro, a D. Leonor e a D. Fernando no mosteiro da Batalha. O acordo realizado entre D. Afonso V e o senhor de Arzila, Moleixeque, obrigava a troca de cativos. Em campo português encontravam-se prisioneiras as mulheres e o filho de Moleixeque. D. Afonso V acordou a troca dos familiares do senhor de Arzila pelo corpo do infante Fernando. As ossadas foram trazidas por mar até o Restelo e daí levadas ao mosteiro da Batalha. Cumpria-se o testamento de D. Duarte. Assim o regista a insistência pela conquista de Tânger, uma espécie de lavar de honra que merecia seu pai e seu tio D. Fernando, o infante Santo. A mesma conquista foi tentada por várias vezes em vão, onde outras mortes marcaram outros destinos trágicos. Mas D. Afonso V não desistia, já que assim o ditava o ideal de cavalaria. Por outro lado interessavam-lhe as grandes empresas e não renunciava à prática de grandes façanhas que marcavam os homens para todo o sempre.

Homem que se encontra a um passo da modernidade e a um passo do ideal de cavalaria, a sua postura face a Marrocos resulta de uma posição que se liga a uma ideologia da nobreza medieval, envolta nas tradições de cruzada que misturam o *facis* militar com justificações de ordem religiosa. Uma fé que se mesclava com o desejo de valorização através de feitos heróicos usados na arte da guerra unida aos valores nobres da conquista.

D. Afonso V mostrou ser possuidor de uma profunda fé que marcava já de longa data a dinastia de Avis. Como homem de religião de fé «fervente», era assíduo aos ofícios divinos. Mas interessavam-lhe as grandes conversas com religiosos que o deleitavam pela sua sabedoria e conduta. Rui de Pina não deixa de criticar estes religiosos que quiseram «parecer de fora melhores do que eram de dentro», movidos por uma hipocrisia que beneficiou a muitos.

A sua fé centraliza-se no mosteiro de Guadalupe que beneficiou com doações e privilégios. A sua presença neste local fez-se sentir não apenas como ponto de encontro com D. Joana, sua irmã, rainha de Castela, mas também como momento de exteriorização de homem crente. Como devoto do mosteiro faz três peregrinações a Guadalupe. Uma das peregrinações está registada nos códices pertencentes ao mosteiro e perpetuada numa pintura que se encontra no claustro. D. Afonso V agradece a Nossa Senhora a cura que lhe permite ainda actuar em momentos tão importantes como os que se seguem na história de Portugal e de Castela. Já D. Duarte se mostrava devoto deste mosteiro, tendo o *Livro dos Conselhos de El-Rei D. Duarte* várias referências ao mosteiro e aos seus priores, o que evidencia uma ligação e troca de correspondência.

No entanto, D. Afonso V não contará na luta que o opôs aos Reis Católicos com o apoio dos religiosos de Guadalupe que desde o primeiro momento apoiam Isabel de Castela. Após a Batalha de Toro o mosteiro festejaria anualmente a vitória castelhana. Teria sido uma grande desilusão para D. Afonso V que via um mosteiro sempre apoiado pelas suas esmolas, privilégios e protecção, e um centro de peregrinação de grande significado para a população vinda do reino de Portugal, que muito o visita e deixa os seus donativos, não tomar o seu partido.

Ninguém melhor que Rui de Pina para caracterizar e dar a conhecer quem foi D. Afonso V. O retrato físico descreve-o como sendo «mais de grande que meã estatura e em todos seus membros bem feito e muy proporcionado, salvo que nos derradeiros dias foi algum tanto envolto em carne e por encuberta disso custumava sempre vestiduras soltas, teve o rosto redondo, bem povoado de barba preta e em todalas outras partes do corpo muito cabeludo, salvo na cabeça em que depois de trinta anos começou a ser calvo».

No dia a dia era regrado no «comer, beber e dormir» e sobretudo de «muy louvada continência» nos assuntos respeitantes a mulheres. Descreve Rui de Pina que depois da morte de Isabel contava com apenas vinte e três anos, foi «acerca de mulheres muy abstinente, ao menos cauto».

Amante da música, da arte, da literatura e da religião preenchia as horas de lazer com momentos de discussão filosófica e de grande valor para a cultura de então.

As melhores qualidades de D. Afonso V apontadas por Rui de Pina anotam a sua «graciosa presença, doce conversação, maduro entender, subtil engenho, muy sabedor, amante da justiça e da ciência». Comenta o autor da sua crónica que as palavras eram ditas sempre bem ordenadas e entoadas com «muy gracioso orgam». Perdoava com facilidade e raras vezes se exaltava. Refere Rui de Pina, como observador mais próximo no tempo, que o monarca «poucas vezes e por poucas cousas recebia ira nem sanha, e as semelhantes cousas porque se lhe causava em que a conciencia o nom contradizia levemente as perdoava». Apesar da sua bondade era possuidor de uma força interior que o impelia para tarefas árduas, de grande empenho e de dinamismo. Só assim se compreendem os constantes feitos bélicos operados em território africano.

Entre as imperfeições que o qualificavam como ser humano entendia o cronista salientar a grande humanidade que seria, no seu caso, não uma qualidade mas sim uma imperfeição que culminava na falta de energia para controlar as pressões que partiam dos mais privilegiados e de todos os que gravitavam à sua volta e nas falhas de uma justiça mais severa, necessária a quem detém o poder. A grande humanidade deste homem influenciou a sua conduta política e produziu grandes receios, mas conduzia determinadas situações de forma mais justa ou mais humana. Como exemplos poderiam ser apontados os tratamentos dignos que consumou face à perseguição crescente de judeus que proporcionaram ódios de alguns mas benquerença de muitos outros ou os simples actos mais individualizados como a preocupação que despendeu aos seus afectos castelhanos e aos respectivos descendentes, depois de 1474, que lhes valeu o perdão dos Reis Católicos ou, ainda, o tratamento infligido a sua sobrinha, D. Joana, no sentido da protecção e do respeito que merecia como mulher. Rei correcto nas suas atitudes e que se acerca às últimas consequências para cumprir os seus objectivos, aceitou a tarefa de proteger D. Joana, sua sobrinha, tarefa que D. Henrique lhe incumbira antes da sua morte. Para satisfazer as pretensões de Henrique IV e as suas, D. Afonso V casa com D. Joana, mas o casamento não foi consumado pelo facto da esperada bula papal ter sido retida e não ter sido promulgada. Como homem religioso não poderia assumir o casamento perante a falta de dispensa papal para um casamento de grau de parentesco próximo. Neste conflito, D. Afonso V não esquece a devida protecção a D. Joana, tendo-a desta forma sempre sob a sua alçada e grande segurança. Um cavaleiro e um homem de grandes valores que protege um bem político precioso, mas que acima de tudo protege a sua sobrinha e uma mulher que merece a mais elevada consideração.

Confirmando ainda as palavras de Rui de Pina quando caracterizam o monarca como rei de grande humanidade, surge um outro momento digno de relevo. D. Afonso V após as sucessivas derrotas que o acompanharam no processo de subida ao trono castelhano, preocupa-se com todos os seus apoiantes castelhanos, sem excepção, ou com os seus herdeiros, em caso de falecimento. Trata todos os casos com grande devoção, da mesma forma que recebeu auxílio de muitos castelhanos, preocupa-se em auxiliar e devolver os serviços prestados quando caso a caso pede aos Reis Católicos que concedam perdões e reajam em conformidade com a garantia da devolução de bens para todos. É de assinalar o caso de um licenciado de Ciudad Rodrigo, seu apoiante, que tendo falecido, os seus herdeiros não recebiam a devolução dos bens confiscados. Então D. Afonso V empenha-se pessoalmente na questão e pede restituição das suas propriedades com grande afinco e acciona todas as vias possíveis para o concretizar.

Tantos outros exemplos poderiam ser encontrados no seu reinado de preenchidos quarenta e três anos. O carácter deste rei deve ter causado entre os seus seguidores castelhanos mais próximos uma grande admiração e por isso alguns elementos preferiram a naturalização em Portugal a continuar em Castela. D. Afonso V privilegia os que tomaram essa decisão.

Não podendo atribuir a esta qualidade humana, imperfeita para os dirigentes políticos, todos os males do seu reinado, Rui de Pina justifica as suas acções «remissas, brandas, temperadas» que provêm da «grande humanidade», como opção pela via pacífica em momentos em que a crise se instalava. Mas, nem sempre as vias pacíficas são as melhores escolhas para solucionar questões instaladas e bem implantadas.

Foi, segundo Rui de Pina, o primeiro rei a assumir com grande intensidade as viagens da corte pelo reino. Pelas «praças e lugares publicos das cidades e vilas de seus reinos fez a todos muy familiares sua vista». De facto os seus itinerários apontam para grandes andanças e para lugares comuns que sempre visitava anualmente, alguns faziam parte de um ritual de vida que marcava os seus tempos e ritmos de vida como homem e como rei. Sintra teria para si um significado muito especial ligado a momentos de infância e a uma vivência familiar que guardava para si. No paço ai localizado, melhorado por obras da sua responsabilidade, teria preferido morrer ou o acaso assim o ditaria? O mosteiro de Santa Maria da Vitória guardava no seu interior os seus entes mais queridos que não esquecia de visitar em momentos oportunos e de emotividade. O mosteiro de

Guadalupe protegia as suas devoções. O Inverno preferia passá-lo no Alentejo, pelos lados de Évora, onde o rigor da estação era mais brando. Não esquecia lugares mais recônditos, localizados longe dos grandes centros de decisão. As cidades e vilas percorreu-as com entusiasmo que, nas palavras de Rui de Pina, era vivido da mesma forma pelas populações que não corriam na sua direcção e clamavam intensamente por justiça, como acontecia com outros monarcas, mas para facilmente e de forma familiar lhe pedirem por mercê e requererem justiça. Esta descrição revela a tal humanidade que acompanhava D. Afonso V que o coloca no mundo dos comuns mortais e não no mundo dos heróis. Esta sua faceta teria permitido o esquecimento da história que só recorda homens exaltados pelos seus feitos. D. Afonso V preferiu revelar os feitos dos outros.

A viagem que efectuou por França, no final do seu reinado, qualifica-o, mais uma vez, como um aventureiro que não esmorece enquanto não concretizar os seus objectivos. Enfrenta perigos, vai em frente como se nada fosse capaz de o deter. Neste caso nem os conselheiros mais astutos o demoveram. Consumar o casamento com D. Joana, alcançar o trono de Castela e satisfazer a última vontade de Henrique IV, estava mais acima dos eventuais perigos que poderia encontrar. E sobretudo como crente acreditava na boa fé das relações humanas.

A viagem de D. Afonso V revela-nos atitudes de homem e justificações que esperavam ser ouvidas mas que, apesar de tudo, surpreendem. Rui de Pina distingue, nos capítulos que descrevem a viagem, o monarca tal qual ele supostamente seria como homem. Enganado pelo astuto monarca francês nunca perde o sentido da deferência e da solenidade da visita. Sempre cortês e diplomata, acreditava que poderia mudar a atitude de Luís XI. Visitou o duque da Borgonha, que o alertou para as falsas qualidades do monarca francês; inimigo de longa data de Luís XI, morre em campo de Batalha durante a visita de D. Afonso V.

Sabemos pela descrição de Rui de Pina que, durante a viagem a França, D. Afonso V pensou abalar em romaria a Jerusalém. Como cristão de excelência, não poderia deixar de visitar o maior centro de peregrinação da cristandade e entregar-se à sua luta. Tendo assegurado a sucessão e entregue o reino ao infante D. João, o monarca pensou que poderia abandonar as suas tarefas de monarca em segurança e dedicar-se como cavaleiro de Deus. A ida a Jerusalém fazia parte desse plano que o fracasso das embaixadas enviadas ao papa e ao monarca francês, onde o próprio D. Afonso V se viu envolvido, e o fracasso visível da acção em Castela, teriam valorizado e incentivado.

Nas cartas que escreve desde França ao infante D. João e aos seus súbditos dá conta disso mesmo. Os que o acompanhavam, entre eles Soeiro Vaz e Pedro Pessoa –seus camareiros– e Estêvão Martins –seu capelão–, entre outros, manifestaram grande tristeza pela opção do monarca e demonstraram que como rei era muito respeitado. Uma descrição que mais uma vez aponta para as qualidades humanas de D. Afonso V e para um tratamento especial que merecia por parte de quem com ele convivia. É Antão de Faria, seu camareiro, quem leva as cartas da decisão ao príncipe e dá a conhecer as intenções de D. Afonso V. Este momento descrito por Rui de Pina com grande intensidade de sentimentos está marcado por uma grande desilusão que acompanhava D. Afonso V.

Entre os factos narrados por Rui de Pina salienta-se a existência de uma política de secretismo que era usada por D. Afonso V. Assim o faz transparecer no encontro entre o monarca e Henrique IV em Gibraltar, na fuga do condestável D. Pedro para a Catalunha, no encontro em Guadalupe com Henrique IV e sua irmã e na função de que Antão de Faria teria sido incumbido. Diz Rui de Pina que Antão de Faria ia a Portugal em «visitação e outras coisas entre o pai e o filho secretas». A experiência política de D. Afonso V ditava-lhe que em determinados momentos o segredo é a alma do negócio. Que segredos transportava o seu camareiro Antão de Faria? Estes segredos estariam relacionados com a visita a França ou ao duque da Borgonha ou apenas com o andamento do conflito que opunha D. Joana aos Reis Católicos? Ou é apenas uma figura de retórica usada por Rui de Pina?

Curiosa é também a descrição do espanto com que França reagia à presença do rei. Os franceses que acompanhavam o rei espantavam-se com a negligência dos portugueses que permitiam que D. Afonso V andasse por terras alheias tão desamparado e pela noite dentro. Cansava-se de os repreender com gravidade e de apontar a irresponsabilidade, mas em vão. D. Afonso V viajava na tentativa de se manter incógnito. Mantinha-se no grupo e convivia com todos como se fosse igual e não aceitava tratamento diferente. Não «comia nem dormia apartado mas com todos familiarmente». Quando numa vila em que o grupo parou para pousar, se descobriu que D. Afonso V era um dos que viajava no grupo, culpavam os «seus pollo encubrirem e da parte do rei de França fez logo ajuntar todo o lugar, per que muy sem rumor em toda a noite foi guardado e velado, donde ainda que quisera ja não podera sair». Daí, D. Afonso V regressou a Portugal.

Seguindo os passos de D. João I que associou D. Duarte ao trono, D. Afonso V orientou o sucessor da coroa no sentido de o inserir desde cedo nos ne-

gócios da corte, na conquista marroquina e na expansão que liderou enquanto príncipe. A educação que concedeu a seu filho D. João seria aquela que pensou ser a ideal e da qual ele nunca teve possibilidade de usufruir pela morte prematura de seu pai e das contendas travadas entre D. Pedro e sua mãe pela liderança do reino. Preparou desde muito cedo D. João para assumir o reino como rei pleno. D. João assume responsabilidades ao lado do pai sensivelmente com a mesma idade que tinha D. Afonso V quando assumiu o reino. Pretendia D. Afonso V entregar definitivamente os negócios do reino ao infante D. João e entrar no mosteiro do Varatojo como leigo.

Conta Rui de Pina que desde a entrada de D. Joana em ordens e do desfecho em Alcáçovas-Toledo, D. Afonso V «nunca mais foi alegre e sempre andou retraido maginativo e penoso, mais como homem que aborrecia as cousas do mundo que como rei que as estimava». Ao aproximar do desfecho estabelecido pelo Tratado de Alcáçovas-Toledo, a desilusão e o cansaço de D. Afonso V vão-se acentuando na descrição de Rui de Pina. D. Afonso V desde a funesta viagem a França que se sentia afadigado pelas tarefas inerentes à sua condição de rei, mas não demonstrou perda de vigor nos momentos fundamentais e naqueles que mereciam a sua presença. Não abandonou as questões, mas foi sucessivamente deliberando tarefas no infante D. João e mostrando um abatimento cada vez mais evidente.

A imagem apresentada por Rui de Pina não é uma imagem estereotipada de um rei a quem os cronistas devem evidenciar como imagem perfeita. O cronista aponta um caminho muito próximo da realidade e não deixa de apresentar as devidas críticas à sua postura. D. Afonso V ficaria perpetuado pelos apontamentos feitos pelo cronista que estudou com profundidade a sua personalidade enquanto homem e enquanto rei. Os leitores ou os ouvintes destas descrições históricas criaram uma imagem da figura que construíram em mente. Rui de Pina conhecia bem a força do registo escrito e do livro, que descrevia também os feitos bélicos do passado, tão úteis ao conhecimento como qualquer outro livro clássico. Escreve-o com a preocupação de ser uma obra «digna e tam necessaria». Tarefa árdua que outros cronistas não conseguiram levar a cabo pelas suas «grandes e desesperadas dificuldades e peso incomportavel». Tarefa que desenvolverá com rigor e com consciência de que por ignorância poderá cometer erros e ousadias próprias de quem narra a História.

Com certeza não conheceremos D. Afonso V na sua totalidade através de Rui de Pina. Conhecemos D. Afonso V pelos seus feitos e através dos legados

que marcaram o futuro onde o homem se mistura com o rei e o rei com o homem.

Ficou-lhe a imagem do africano rei guerreiro e conquistador a serviço de Deus, qualidades que iluminavam D. Afonso V e que o identificavam como um verdadeiro cavaleiro da Idade Média.

Não há qualquer dúvida ao afirmar que o cognome de «o Africano» se deve não apenas à sua acção em Marrocos, mas também à sua acção na exploração da costa africana. Embora não existisse um plano global, existiam estratégias que se conjugavam no mesmo sentido: a expansão em África. Ambas têm o mesmo discurso. Conquistar terras ao infiel, ganhar novos mercados, alcançar as terras do Preste João, controlar politicamente e militarmente os muçulmanos, controlar as rotas do ouro que atravessam o Sara ocidental e expandir o território português para sul.

D. João II continuará o trabalho desenvolvido por D. Afonso V, numa fase já mais avançada, o que lhe permitirá ordenar as actividades políticas e económicas em função de outras estratégias.

A sua morte ocorre a 28 de Agosto de 1481 nos paços de Sintra. «Viveu quarenta e nove anos de que foi rei quarenta e três», uma vida intensa onde aventuras e desventuras marcam o seu passo. Uma vida curta mas que certamente muitos invejavam e outros mediam por padrão. A melhor expressão para identificar a sua vida de homem e de rei usa-a Rui de Pina quando no capítulo final da crónica se refere a D. Afonso V como «principe de muy alto e esforçado coraçam, foi zelador de emprender cousas árduas e prossegui las por armas como cavaleiro».

Continuará vivo no mosteiro da Batalha ao lado de muitos outros homens e mulheres marcantes que lhe deram a vida e que o acompanharam em vivências inesquecíveis.

3.1.2. D. Isabel

D. Isabel, filha de D. Pedro e de Isabel de Urgel nasceu em Coimbra no ano de 1432. Desde a infância que Isabel foi educada para casar com D. Afonso V e para assumir o papel de rainha quando atingisse a idade necessária para realizar esta celebração matrimonial. Conviveu com o monarca na casa de seu pai, tutor de D. Afonso V. A cumplicidade estabelecia-se desde o primeiro momento.

O acordo do casamento de D. Isabel com D. Afonso V foi efectuado logo após a morte de D. Duarte, contava D. Afonso V com seis anos, e D. Isabel era da mesma idade. Esta união não tinha o acordo do conde de Barcelos que pretendia casar o rei com a sua neta e pressionava D. Leonor no sentido de se orientar para este enlace.

A primeira celebração do matrimónio acordado realizou-se em 1441 nas cortes de Torres Vedras, contando o rei com 10 anos, e a comemoração foi realizada em Óbidos, na tarde do dia da Ascensão. O grau de parentesco próximo obrigava a uma dispensa papal que tardou. D. Leonor e o rei de Aragão moveram alguns esforços junto do Papado para que este não se concretizasse. O casamento foi acordado a 25 de Maio de 1441 sem a chegada da dispensa de Eugénio IV.

Quando D. Afonso V atinge os 14 anos, os laços matrimoniais são novamente renovados, corria o ano de 1446. As cortes de Torres Novas serviam de cenário para nova cerimónia. Em 1447, corria o mês de Maio, D. Afonso V consumou o casamento. Em Santarém realizaram-se grandes festas para celebrar o matrimónio, após a cerimónia religiosa. Conta Rui de Pina que as festas não foram como o regente D. Pedro teria ordenado, pois, como este deixara a regência, alguns «lhe volveram as costas».

Rui de Pina pouco se refere a D. Isabel na crónica de D. Afonso V, mas dá a conhecer alguns movimentos da rainha que foram cruciais no processo de Alfarrobeira e após Alfarrobeira. Entre as qualidades apontadas na sua obra encontram-se a bondade, a piedade, a compaixão, a verdade e a de ser discreta e muito prudente. Qualidades que como rainha e como mulher deveria possuir nos tempos que corriam.

Rui de Pina ao relatar a sucessão de acontecimentos que entre D. Afonso V e o infante D. Pedro vão marcando caminho até Alfarrobeira, não mostra que como esposa e como filha se encontrasse perante a necessidade de fazer opções sentimentais entre o marido e o pai. Apoia os dois, interfere junto do rei para salvar o pai, mas não mostra por isso menos agrado pela companhia do rei demonstrando, pelo contrário, grande prazer na sua presença e no seu apoio, sentimento recíproco da parte de D. Afonso V. Uma ligação forte estabelecida desde a infância estaria na origem deste bem estar que corria entre os dois e que alimentava ódios e invejas por parte de quem via em D. Isabel uma interferência a favor de D. Pedro, uma pressão junto de D. Afonso V e um obstáculo à concretização de determinados intentos.

Rui de Pina reduzido nas descrições dos sentimentos de D. Afonso V, revela no entanto a grande força sentimental que ligava o monarca a D. Isabel. Grande afecto unia os cônjuges prometidos, sentimento raro entre os reis para os quais o casamento se constituía apenas como uma situação de conveniência política, um acordo ou um tratado e muito pouco uma causa humana.

A primeira intervenção de D. Isabel no processo que colocava D. Afonso V em confronto com a atitude de D. Pedro, regista-se quando o envio de uma carta a seu pai, na qual relatava que em conselho recente ficara acordado que a D. Pedro apenas restava a morte, a prisão ou o exílio. Rui de Pina avança que esta carta fora enviada a D. Pedro com consentimento de D. Afonso V. Se este deu, de facto, consentimento para o avanço da carta, então o jovem monarca encontrava-se sem fuga possível e sem força para avançar contra o conselho, mas não desejava nenhum mal a seu tio e tutor. Por seu lado, como um bom cavaleiro ao gosto e sentimento da época, D. Pedro preferia a morte, sem qualquer sombra de dúvida, a qualquer das outras consideradas de humilhantes soluções, sobretudo porque acreditava no seu leal serviço ao rei e na sua sempre correcta actuação. Esta decisão recebe-a D. Isabel como resposta à carta enviada. Como filha manifesta um grande afecto a D. Pedro e, como tal, cai em estado de angústia. Sente-se verdadeiramente impotente para fazer face a valores e poderes.

O segundo momento da acção de D. Isabel prende-se com uma outra carta que envia a seu pai preocupada com a sua situação. Em Santarém a rainha ouvia as vozes adversárias, ajuntamentos de gente e alvoroços que clamavam pela morte do infante. Atemorizada com tais movimentos apela a D. Afonso V para que, pelo esforço de D. Pedro pela sua «criação» e pelos serviços que lhe prestou enquanto regente, facilite o desfecho da situação. A resposta do rei aponta a dureza de D. Pedro, a sua desobediência e rebeldia e remete para as suas últimas acções de incontestável repreensão. D. Pedro recusava-se a entregar as armas e impedira a passagem do duque de Bragança pelas suas terras. D. Afonso V promete-lhe no entanto, que se D. Pedro lhe pedir perdão por estas atitudes, lhe perdoará.

D. Isabel de imediato escreve a seu pai, com autorização do rei, tentando que D. Pedro reconhecesse o erro e pedisse perdão a D. Afonso V. Por seu lado, D. Pedro entendia que este pedido de perdão era uma cilada para que reconhecesse outros erros que efectivamente não tinha cometido, como a falta de fidelidade ao rei. Apesar de ter escrito a carta que anunciava arrependimento diz

tê-lo feito em resultado de um pedido da filha e porque teme pela segurança de D. Isabel, mas sentia que não havia razão para o fazer. Esta resposta foi mal entendida por D. Afonso V que não aceita o pedido de perdão. Considerava que neste momento, como rei, não podia vacilar. Neste acto descrito por Rui de Pina, mais uma vez D. Isabel encarna o papel de filha leal e demonstra grande amor filial. Infelizmente nada poderia fazer. Viviam-se momentos trágicos e de grande gravidade.

O terceiro momento que revela algo sobre D. Isabel, descrito por Rui de Pina, descobre a dor sentida pela morte de seu pai em Alfarrobeira. Acontecera o inevitável. Discordante das medidas tomadas por D. Afonso V contra seu pai e os seus partidários, vive na angústia de recuperar o corpo de D. Pedro abandonado após a batalha de Alfarrobeira na pequena igreja de Alverca. D. Isabel, como uma filha exemplar, não descansará enquanto não colocar seu pai no mosteiro da Batalha, no lugar que lhe estava reservado para o acolher na sua morte. Tarefa que se consumou no Outono de 1455.

A partir deste momento a vida de D. Isabel está também em perigo. Rui de Pina anuncia-o em diversas ocasiões ao longo do discurso. Sentia como escritor e relator de um momento crucial da história dominado por uma imparável nobreza, os perigos dos conhecidos envenenamentos a que estava exposta D. Isabel. Uma arma de longa data usada e eficaz para afastar com precisão os considerados de estorvos. Soube D. Afonso V, correndo também os seus riscos, contrariar os desejos de uma nobreza obstinada que pretendia a todo o custo o afastamento de D. Isabel. Uma protecção que só um grande e enraizado afecto conseguia arrojadamente desempenhar. Comentava-se que D. Afonso V se «subjugava à rainha mais do que era razam e ao estado de hum tamanho principe cumpria».

D. Afonso V adorava D. Isabel com a intensidade que a juventude lhe permitia. Ouvia os seus conselhos, gostava da sua companhia, dia a dia a sua presença era uma realidade de entendimento e de conforto. Sentiram-no os seus conselheiros que temiam a interferência da rainha e a influência que esta poderia exercer na vida política nacional e que tudo faziam para desviar as atenções do monarca em sentido oposto, movendo-o a afastar-se da sua companheira.

Conta Rui de Pina que não faltavam incitadores a demover D. Afonso V do seu afecto por D. Isabel. Convocavam físicos para o efeito que com «livros e autoridades» tentavam provar que a «conversação contínua de sua mulher em tal idade não somente era mui contraria à sua saude, mas ainda mingua e

grande quebra das forças do corpo e do entendimento e que ficaria efiminado e não digno nem poderoso para suster o peso do regimento e defensão de seus reinos».

Alguns dos seus excelentes conselheiros iam mais longe, reprovavam a íntima relação que decorria do seu matrimónio com D. Isabel, acusando-os de «adulteros e desonestos concunbinarios, jazendo como infernais em mui continuo e reprovado coito».

Outras estratégias se levantavam no sentido de os afastar. Chegava-se a outro dos momentos fulcrais da *Crónica de D. Afonso V*. Homens do círculo do monarca tentavam abalar a relação do monarca e de D. Isabel na tentativa de os separar. Incutiam-lhe a necessidade do rei em casar com alguém de maior conveniência e insistiam na ideia do afastamento de D. Isabel. Histórias inventaram de forma a manchar a fidelidade da rainha. Não atingindo os seus fins por meio de discursos tentaram mover D. Afonso a acreditar na relação existente entre a rainha sua mulher e Álvaro de Castro. Estratégias que tiveram efeito contrário ao esperado e que mostravam ao rei a verdade dos factos.

Álvaro de Castro, camareiro mor de D. Afonso V, futuro conde de Monsanto, foi aprisionado com a acusação de que «dizia amores à rainha, por tal que da pena de morte ou desterro que elle por tal caso merecia» e, acrescentavam, que «nacesse infamia à rainha com que a el rey de todo avorrecesse». A dominadora nobreza usava de artimanhas para cumprir os seus intentos. Pretendiam, sem sombra de dúvida, afastar D. Isabel e todos os que gravitavam em torno de D. Afonso V que não pertenciam ao bando. Mas o monarca dá provas de bom conhecedor das estratégias da nobreza que circulava pela corte. Acreditava em D. Isabel e na lealdade de Álvaro de Castro que logo libertou da prisão e privilegiou. Em nada acreditou e confiou cegamente no seu amigo fiel e em sua mulher.

Logo após a morte de D. Pedro em Alfarrobeira tentaram, mais uma vez, estes homens apelar à tranquilidade política e à segurança que obrigavam à repulsa de D. Isabel, considerada de inimiga. Chamavam teólogos e letrados que confirmavam junto do monarca a necessidade de um novo casamento. Agiu D. Afonso V de acordo com «sã consciência» e demonstrando grande afecto a D. Isabel. Sentindo que esta necessitava do seu apoio num momento tão difícil, recebeu-a com grande cerimonial, com prazer e contentamento, contrariando qualquer sugestão de repúdio e separação. Acreditava D. Afonso V nas «virtudes e amor da rainha». Companheiro de infância e de juventude de D. Isabel

conhecia-a melhor que ninguém e acreditava na sua verdade e na sua bondade. Mostrou assim D. Afonso V maturidade no desempenho e um grande carinho por D. Isabel, e esta, que não guardava qualquer sentimento menos digno a D. Afonso V, continuou a seu lado da mesma forma. O monarca entendia que os seus famosos e excelentes conselheiros pensavam mais nas suas pessoas do que no bem do reino.

O reencontro após Alfarrobeira entre D. Afonso V e D. Isabel foi pautado por grande prazer e contentamento como se nada tivesse acontecido. Facto que deve ter acentuado ódios já enraizados que encontravam na rainha um substituto a D. Pedro.

Conhecemos algo mais sobre D. Isabel pela descrição do cronista Rui de Pina quando relata o embarque de D. Leonor para Itália, no ano de 1450, onde irá casar com Frederico III. Por essa altura a rainha D. Isabel estava grávida de D. João, primeiro filho, que faleceu em criança. Rui de Pina anuncia um bom relacionamento entre D. Leonor e D. Isabel, descrevendo a dolorosa despedida de ambas na Sé, depois da missa. D. Isabel não a acompanhou ao cais dado o seu estado avançado de gravidez.

D. João nasce pouco tempo depois em Sintra, mas faleceu ainda em criança. Logo nasceu a princesa santa Joana. Pouco tempo depois nasce D. João, futuro D. João II. Relata Rui de Pina que ouvira contar a história de que no momento em que D. Isabel concebeu D. João estavam os cônjuges em Almeirim e uma esmeralda cravada num anel que trazia no dedo partiu-se. D. Afonso consolou-a pela perda da esmeralda partida com o pedido da concessão de um seu desejo, o de ter um filho varão. Nove meses depois nasce D. João. O desejo tinha sido concedido. Histórias que anunciam bons e maus presságios e que, na literatura, comportam enredos mas que aproximam o leitor de uma realidade e o entusiasmam na sua leitura. Histórias das quais o mundo vive e revela a cada momento. Histórias que não sendo reais relatam a vida de homens e de mulheres que por acaso do seu nascimento e do seu destino foram reis e rainhas, mas nem por isso deixaram de ter comportamentos comuns a todos os mortais.

Conta Rui de Pina que após o nascimento do príncipe herdeiro o grande afecto que existia entre o rei e a rainha redobrou. Foi por essa altura que D. Afonso V, a pedido de D. Isabel, traslada o corpo de D. Pedro para o mosteiro da Batalha, facto que provocou a ira entre o grupo malquerente do antigo regente.

A 2 de Dezembro de 1455 morre D. Isabel, após as exéquias de seu pai. Entrando o Inverno o rei e a rainha tinam-se deslocado Évora, e estavam nos

paços de São Francisco quando adoeceu gravemente. Como refere Rui de Pina, por «fluxo de sangue». A sua morte foi muito sentida pelo monarca e pelos fiéis criados e servidores de seu pai que contaram com a sua bondade e ajuda no processo que se abateu sobre Alfarrobeira.

Rui de Pina ainda conjectura que a sua morte se deveu a «peçonha que dos imigos de seu pai por sua segurança disseram que lhe fora ordenada, e como quer que pera isso ouve muitas conjecturas e presunções»; facto que não se exclui visto que a proximidade do rei e da rainha estremecia a nobreza que continuava consciente da possibilidade de manipular D. Afonso V. Provavelmente as posturas de D. Afonso V de protecção e de grande afeição por D. Isabel encaminharam-na para a morte. D. Afonso V não voltará a casar, atitude esta reveladora dos sentimentos que nutria por sua esposa. D. Isabel está sepultada no mosteiro da Batalha.

Ao lado de D. Isabel encontramos figuras de relevo que marcaram a vida da corte desse tempo: mulheres que acompanhavam D. Isabel nas tarefas de rainha, de mãe e de mulher ou mulheres que ficaram desprotegidas quando a rainha morre tão prematuramente. Estas passam para a protecção do rei que se preocupa com os seus casamentos e sustento, mas mantendo sempre o mesmo estatuto de donas e donzelas da rainha.

Cabe aqui destacar alguns dos nomes mais sonantes que acompanharam D. Isabel:

Beatriz de Meneses, aia da rainha e dos infantes por encargo de D. Afonso V após a morte de D. Isabel. A confiança que D. Afonso V depositava em D. Beatriz é enorme, a ponto de lhe entregar as tarefas de educadora dos infantes. O monarca considera-a uma mulher de personalidade que bem conhecia desde a infância, figura culta e que, sobretudo, demonstrava desempenhar um bom papel como educadora. A confiança que lhe depositava D. Afonso V permitiu-lhe obter do monarca uma carta pela qual lhe concede permissão para trazer para a corte quem quisesse, permissão não usual. D. Beatriz recebeu de D. Afonso V algumas doações de bens de raiz e casas como recompensa pelo seu empenho na corte. Em 1451 recebe uma tença anual para moradia e vestir no montante de 57 143 reais brancos e outra tença da mesma quantia por se encontrar em casa do rei. Em 1450 D. Afonso V doa-lhe as terras de Azurara e Fão. D. Beatriz é casada com Aires Gomes da Silva, cavaleiro da casa do infante D. Pedro, senhor de Vagos, partidário de D. Pedro e conselheiro de D. Afonso V. Em 1450 D. Afonso V confirma uma doação de tença anual de 42 857 reais brancos, a

retirar das rendas do almoxarifado de Ponte de Lima, até perfazer a quantia de 4000 coroas de ouro relativas ao dote do seu casamento. Em 1451 D. Afonso V confirma doação das honras, terras e jurisdições de Parada de Bouro e de Pousadela no julgado de Entre Douro e Minho. D. Afonso V doa-lhe a título de tença a Aldeia Galega da Merceana e seu termo. Em testamento D. Beatriz doou ao mosteiro de São Jerónimo de Mato o lugar de sSão Marcos incluindo todas as casas, privilégios e liberdades.

A filha de D. Beatriz, Isabel de Meneses é donzela da rainha D. Isabel e D. Afonso V. Por morte de D. Isabel, esta donzela passava para a alçada da princesa D. Joana. Era casada com Rui de Melo, cavaleiro da casa do infante D. Henrique e almirante de Portugal, neto do Almirante Carlos Pessanha, de João Lourenço da Cunha e de D. Leonor Teles. A sua irmã, Margarida de Meneses, freira do mosteiro de Santa Clara de Coimbra, em 1462 reclama ao rei o não cumprimento do testamento da rainha D. Isabel que teria deixado ao mosteiro o paço e as casas do hospital de Santa Isabel. Em 1452 D. Afonso V entrega-lhe a Margarida de Meneses os bens confiscados a Martinho Eanes, morador em Tentúgal e apoiante de D. Pedro em Alfarrobeira. Em 1456, D. Afonso V doa a Rui de Melo uma tença de 45 000 reais brancos a serem pagos anualmente até perfazer a quantia de 4500 coroas de ouro, concedidas pelo seu casamento com Isabel de Meneses. Poucos dias depois desta carta o monarca concede nova tença anual de 10 000 reais brancos, que serão doados até perfazer a quantia de 1000 coroas de ouro, tença concedida pela rainha D. Isabel, antes de falecer pelo casamento. Como camareira mor da infanta D. Joana, e por morte de Rui de Melo, o monarca cede-lhe os direitos da judiaria de Alcácer e de Olivença, da mesma forma que os possuía o marido.

Maria de Meneses, donzela de D. Isabel, filha de Rui Gomes da Silva, conselheiro régio, e de Isabel de Meneses, filha bastarda do conde Pedro de Meneses, casada com Gil de Magalhães, senhor da terra da Nóbrega, fidalgo da casa do duque de Viseu.

Branca Coutinho, filha de Fernão Coutinho, senhor de Celorico de Basto e de Montelongo, e de Maria da Cunha, casada com João da Silva, camareiro mor do príncipe D. João. Por este casamento concedeu-lhe o monarca 4000 coroas de ouro do cunho do rei de França a partir de 1456, data em que tomaram a sua casa. Em 1497 recebe nova tença no montante de 7000 reais brancos.

Leonor de Castro, donzela, filha de Pedro de Castro senhor de Reriz, casada com João Rodrigues Pereira, fidalgo da casa régia. Em 1450 D. Afonso V confirma a doação do castelo de Penamacor, as rendas e jurisdição do couto de Lomeal, a quinta de Bena, a honra de Montemuro, entre outros bens, incluídos no contrato de casamento. João Rodrigues Pereira combateu ao lado do rei em Alfarrobeira, alcaide do castelo de Penamacor.

Briolanja de Sousa recebe em 1450 uma tença de 10 000 reais brancos para seu mantimento e em 1452 uma tença anual de 42 000 reais brancos. Mãe de Beatriz de Melo, condessa de Marialva, e casada com Martim Afonso de Melo, guarda-mor de D. Duarte, alcaide de Olivença.

Beatriz Valente, donzela, casada com Gonçalo Vasques de Castelo Branco, conselheiro régio, vedor da Fazenda, almotacé mor e monteiro mor. Em 1456 D. Afonso V doa uma tença por casamento de 25 000 reais brancos até perfazer a quantia de 2500 coroas de ouro do cunho do rei de França. Recebe em 1476 uma tença anual de 25 000 reais, tença que pertencia ao marido enquanto ocupante do cargo de vedor da Fazenda.

Isabel de Sousa, donzela da rainha D. Isabel, casada com Vasco Martins de Resende, fidalgo da casa de D. Duarte, fidalgo da casa régia, regedor na comarca de Entre Douro e Minho e conselheiro régio; juntou-se ao monarca em Alfarrobeira. Em 1456 recebe uma tença anual por casamento no valor de 10 000 reais até perfazer a quantia de 1000 coroas. O documento faz referência a uma entrega anterior de 2000 coroas.

Maria de Berredo e Leonor de Berredo, irmãs, donzelas de D. Isabel, filhas de Gonçalo Pereira de Riba de Vizela. Recebem em 1450 de D. Afonso V uma tença anual de 32 172 reais brancos para vestir e, para mantimento, recebem ainda 14 893 reais para sustento de um servidor e 2693 para sustento de uma servidora. Leonor de Berredo em 1456 é donzela da casa régia. Casa com Rui Pereira, conde da Feira. Pelo casamento recebe uma tença de 40 000 reais brancos. Maria de Berredo casa com Fernão Pereira, senhor da terra de Santa Maria, fidalgo da casa de D. João I, lutou ao lado de D. Afonso V na Batalha de Alfarrobeira. Pelo casamento recebe 4000 dobras de ouro retiradas das rendas régias das suas terras situadas no almoxarifado de Aveiro. Em 1468 D. Afonso V privilegia um escudeiro de Maria Berredo concedendo-lhe licença para andar de besta muar de sela e freio por todo o reino. Em 1475 D. Afonso V privilegia dois criados de Maria de Berredo, isentando-os de encargos concelhios, ofícios e serviços, incluindo o direito de pousada.

Isabel Pereira, donzela, casada com Henrique Pereira, fidalgo da casa do infante Fernando, escrivão da puridade, chanceler-mor e vedor das terras do

infante Fernando, comendador-mor da ordem de Santiago. Homem de relevo nos acontecimentos que opuseram D. Pedro a D. Leonor. Tomou o partido de D. Leonor e acompanhou-a a Alenquer servindo de intermediário entre a rainha e D. Pedro. Combateu em Alfarrobeira ao lado de D. Afonso V.

Margarida de Villena, donzela de D. Isabel, filha de Martim Afonso de Melo, conselheiro e guarda-mor do rei, e de Branca de Villena. Casada com Fernão Teles, sacador mor do infante Fernando.

Isabel de Sequeira colaça e donzela da casa de D. Isabel, casada com Rui de Sousa, fidalgo da casa régia, vedor da casa de D. Isabel, alcaide-mor do castelo de Pinhel. Recebe em 1456 uma tença anual de 30 000 reais brancos, mantendo as 3000 coroas dadas por D. Leonor.

Violante de Meira, donzela de D. Isabel, casada com Artur de Brito, fidalgo do infante Fernando. Recebe em 1455 uma tença anual, por seu casamento, no montante de 1500 dobras.

Isabel de Albuquerque casa com Fernão de Sousa, fidalgo da casa régia e recebe pelo casamento uma tença de 30 000 reais até perfazerem 3000 coroas.

Leonor da Silva, filha de Aires Gomes da Silva, casada com João de Meneses, fidalgo da casa régia que recebe tença anual de 10 000 reais brancos a partir de 1452 e a quinta de São Silvestre no termo de Coimbra.

Ao lado de D. Isabel encontramos ainda algumas mulheres de relevo na sua vida. A parteira Catarina Afonso, as covilheiras Beatriz Gonçalves e Clara Gonçalves, a moça da câmara da rainha Catarina Vasques, uma donzela de nome Joana não identificada por falta de elementos, e outras que a documentação não revelou.

Surgem ainda oficiais, homens de religião e outros servidores. Entre os oficiais destaca-se Rui de Sousa, casado com Isabel de Sequeira, uma das donzelas de D. Isabel, fidalgo da casa régia, alcaide e fronteiro em Pinhel, senhor de Beringel e de Sagres, mais tarde almotacé mor de D. João II, e vedor da casa da rainha; João Gomes, criado régio e porteiro nas terras da rainha; Pedro de Abreu, cavaleiro da casa régia, provedor da rainha e da infanta D. Joana e provedor das capelas e tesouro de D. Isabel; Rodrigo Eanes de Condeixa, contador; Vicente Martins, escrivão da puridade e arrendador mor das terras da rainha D. Isabel; João Afonso, mordomo das terras da rainha; João da Costa, cubiculário do papa e chanceler-mor da rainha; Lopo Rodrigues, escrivão da chancelaria, e Martinho Eanes, almoxarife.

Entre os servidores da casa encontramos Diogo de Proença, comprador da rainha; Gonçalo Lopes e Lopo Rodrigues, reposteiros da rainha; Lourenço Eanes, homem de reposte; Pedro de Abreu, despenseiro; Álvaro de Mancelos, escrivão da cozinha de D. Isabel; Jacob Beirão, judeu, alfaiate da rainha e da infanta D. Joana; Josepe Crudo, também judeu e alfaiate; Diogo Gonçalves e Gil Eanes, moradores em Lisboa e sapateiros da rainha, e Gonzalo González, castelhano, sirgueiro da rainha. Entre os serviçais da câmara da rainha destacam-se: João de Barros, guarda-roupa; João de Burjães, camareiro; Rodrigues Inglês e João Vogado moços da câmara da rainha; Vicente Martins, morador em Lisboa, escudeiro de D. Isabel e escrivão da câmara, e mestre Martinho, físico da rainha.

Entre os religiosos encontram-se Álvaro Gonçalves, capelão mor; Diogo Álvares e Rui Fernandes, capelães, e João Nicolas, clérigo de missa.

Especial relevo merecem Rui Sequeira, pajem dos livros da rainha e Pedro Gonçalves, morador em Lisboa e mestre da caravela de D. Isabel. Estes dois homens evidenciam que D. Isabel possuía biblioteca pessoal e que as compras referentes ao dia a dia da rainha eram feitas no exterior.

A associar a estes homens encontramos cavaleiros, escudeiros e criados que preenchem a casa da rainha. Moradores em diversas cidades do reino, e do reino vizinho como o citado Gonzalo González (castelhano) e Rui Sanches, natural da Galiza, homens que vão sendo privilegiados e colocados em cargos de importância local. A ligação de D. Isabel ao reino vizinho faz-se sobretudo por questões económicas, e assim o atesta uma carta datada de Maio de 1446, pela qual D. Afonso V confere segurança a todos os galegos e outros estrangeiros, navios e mercadorias, que usarem o porto de Selir a pedido de D. Isabel.

D. Isabel recebeu por doação em 1443 a dízima do ouro e prata fiados, anéis, arcas, escravinhas, espelhos e pentes de folha de ouro e de prata, entre outros bens; em 1445, as vilas de Torres Vedras, Torres Novas, Sintra, Alenquer, Óbidos, Aldeia Galega e Alvaiázere, incluindo termos, aldeias, lugares, direitos, rendas, foros, jurisdições crime e cível e padroados das igrejas, da mesma forma que as possuíra a rainha D. Filipa; em 1450, as dízimas dos produtos que chegam à alfândega das cidades de Lisboa, Porto, Viana, Aveiro, Buarcos, Setúbal, Faro e Tavira e um quinto das mercadorias dos navios assaltados; no ano seguinte, em 1451, D. Afonso V confirma a D. Isabel, a doação de 1 165 000 reais, a serem pagos pelas rendas das sisas dos panos da cidade de Lisboa e 20 000 escudos de ouro de arras; no ano de 1452 o monarca doa a D. Isabel uma herdade que pertencia a seu irmão, D. Pedro, em Azambujeira, termo de Cabeço de Vide, com todas as rendas, direitos, entradas, saídas e pertenças, e, finalmente, em 1453, o

rei doa a D. Isabel a administração do morgado de Bartolomeu João, morador em Lisboa e umas casas em Lisboa pertença de D. Luís, bispo de Coimbra.

3.1.3. Os infantes

O príncipe D. João

A 3 de Maio de 1455 nasce em Lisboa o infante D. João, futuro D. João II. Desde muito cedo que D. Afonso V se preocupou com a educação política de seu filho, anexando-o por isso ao governo do reino da mesma forma que seu avô, D. João I, tinha feito com seu pai, D. Duarte. A primeira experiência de governo de D. João II remonta a 1464 à data da expedição em torno de Tânger. Com apenas nove anos assume o governo do reino na ausência de seu pai e de seu tio Fernando.

Perante a doença de seu irmão após a conquista de Anafé, D. Afonso V casa o infante D. João com D. Leonor, filha do infante Fernando. O casamento consumou-se em 1471.

O infante D. João viria substituir os grandes homens da família, já falecidos, que acompanhavam de perto as andanças do monarca. D. Afonso V encarregou-se como monarca e como pai de o orientar na vida política e de o colocar a par das intrigas que assombravam os meios de poder. Certamente que esta aprendizagem marcaria D. João enquanto rei.

Participou na conquista de Arzila e Tânger, onde se salientou. Desempenhou um papel fundamental no governo do reino na ausência de D. Afonso V, que se empenhava na defesa de D. Joana em terras de Castela. A pedido do monarca, o príncipe D. João vai reforçar a presença portuguesa em Toro, onde dá grandes provas da sua capacidade de liderança e de luta.

A partir de 1474, quando cessou o contrato com Fernão Gomes, o príncipe D. João assume a expansão e a exploração ultramarina que ganha novo impulso.

Assume novamente o governo do reino em 1476 quando D. Afonso V parte para França em busca de auxílio para a causa de D. Joana. A partir deste momento D. Afonso V decide entregar definitivamente o governo do reino a seu filho que é proclamado em 1477 em Santarém. No entanto, perante o regresso de D. Afonso V, o príncipe D. João insiste para que seja devolvida a realeza a seu

pai. Manteve-se ao lado de D. Afonso V até 1481, data em que por morte do pai assume de facto o trono.

Como pai, D. Afonso V mostrou-se exemplar. D. João é hoje reconhecido como um rei brilhante e digno de uma assinalável conduta, o príncipe perfeito. Entre ambos existe uma cumplicidade enorme que excede a relação familiar e os afectos que os unem. Companheiros de guerra, de aventuras e desventuras tratam-se com a maior dignidade e com os mais altos valores. A crónica de D. João II revela o grande afecto e o brio no tratamento entre pai e filho.

Conta D. Afonso V no *Livro Vermelho* que a casa do príncipe continha cerca de 140 elementos: 30 fidalgos e cavaleiros, 50 escudeiros, 15 moços fidalgos, 12 moços da câmara, 12 moços de estrebaria, oito besteiros da câmara, 12 moços de monte e um monteiro de cavalo. Entre os homens que rodeavam o príncipe D. João encontramos alguns nomes de relevo da nobreza afonsina:

João da Silva, senhor de Vagos, camareiro mor do príncipe e conselheiro régio, filho de Aires Gomes da Silva e de Beatriz de Meneses, aia dos príncipes. Casado com Branca Coutinho, donzela da rainha D. Isabel, filha de Fernão Coutinho, senhor de Celorico de Basto, alcaide do castelo de Celorico de Basto, senhor de Ermamar, Penaguião, Fontes, Godim e da Maia. Participou com seu irmão, Fernão Teles de Meneses, e seu pai na hoste do infante D. Pedro em Alfarrobeira. Perdeu por este motivo direito à herança das terras de seu pai, mas obteve carta de perdão em 1451. Serviu em Ceuta em 1452, 1454, 1458. Em 1459 foi nomeado camareiro mor do príncipe. Em 1461 sucedeu a seu irmão na alcaidaria do castelo de Sintra onde tinha sido instituído pela rainha D. Isabel. No mesmo ano recebe a alcaidaria do castelo de Montemor-o-Velho, senhorio de D. Pedro. Acompanhou o condestável D. Pedro até à Catalunha, dando as maiores provas de fidelidade à família de D. Pedro. Em 1464 foi nomeado para o cargo de capitão da vila e do condado de Castellón de Ampurias. A sua presença neste condado gerou grandes conflitos. Por este motivo foi designado em 1466 para integrar uma embaixada na Inglaterra. Durante o conflito entre Portugal e Castela, foi nomeado fronteiro mor em Ouguela, onde faleceu vítima de ferimentos provocados por uma luta corpo a corpo com o sitiante João Fernandes Galindo. Seu filho, Aires da Silva, senhor de Vagos sucedeu-lhe como camareiro mor do príncipe, na alcaidaria do castelo de Montemor-o-Velho e na comenda de Mesejana.

Fernão Teles de Meneses, filho de Aires Gomes da Silva e de Beatriz de Meneses, senhor de Unhão, conselheiro régio e mordomo-mor do príncipe.

Seguidor do infante D. Pedro, esteve em Ceuta com seu irmão João da Silva. Casado com Maria de Villena, filha de Martim Afonso de Melo e de Margarida de Villena.

Diogo Soares de Albergaria, filho de Fernão Gonçalves de Figueiredo e de Catarina de Albergaria, filha de Diogo Soares de Albergaria. Atendeu à solicitação de D. Leonor e não compareceu nas cortes de Lisboa de 1439. Apesar de apoiar a rainha manteve-se em Portugal. Fez parte da expedição de auxílio a D. João II de Castela, promovida pelo infante D. Pedro em 1445. Em 1448 foi enviado numa embaixada de obediência ao papa Nicolau V. Casa com Beatriz de Villena, madrinha de D. João II. Em 1462 foi nomeado mordomo-mor do príncipe, passando a partir dessa data a receber mensalmente 4286 reais brancos pelos serviços prestados como conselheiro. D. Afonso V nomeou-o aio do príncipe D. João, como refere Rui de Pina, pela sua «fidalguia, bondades e grande saber». Beatriz de Villena substitui Beatriz de Meneses como aia do príncipe em 1462, data em que Beatriz de Meneses se retirou para São Marcos de Coimbra, onde fundou um convento que confiou à Ordem de São Jerónimo, onde permaneceu até falecer em 1466.

Rui Velho, filho de Diogo Gonçalves de Travassos e de Violante Velho Cabral. Moço da câmara da rainha D. Isabel, foi enviado por D. Isabel a D. Pedro quando das questões precedentes a Alfarrobeira. Foi obrigado a acompanhar o infante D. Pedro até Alfarrobeira. Em 1460 como cavaleiro da casa do príncipe D. João foi nomeado seu estribeiro. Em 1462 encontra-se ao lado do rei em Fez. Recebeu de Frei Gonçalo Velho, seu tio, a comenda do castelo de Almourol da Ordem de Cristo. Nomeado chanceler-mor da correição da Estremadura, e almoxarife de Santarém.

João Fernandes da Silveira, barão do Alvito, desembargador dos feitos de D. João I, chanceler-mor, regedor da Casa da Suplicação, vedor da fazenda e regimento da casa do príncipe D. João, embaixador desde 1411. Em 1449 deslocou-se a Nápoles para acordar o casamento de D. Leonor com Frederico III. Deslocou-se na comitiva de D. Leonor a Itália e participou de diversas embaixadas à Santa Sé. Casou em segundas núpcias com Maria de Sousa, filha de Diogo Lopes Lobo, senhor do Alvito, da qual herdou as terras do Alvito. Participou em 1471 na conquista de Arzila e Tânger. Foi nomeado em 1475 barão do Alvito, distinção nobiliárquica que pela primeira vez foi atribuída em Portugal.

Pedro de Meneses, capitão de Ceuta, conde de Vila Real, senhor de Almeida, mordomo-mor do príncipe D. João. Foi figura da eleição de D. Afonso V.

Entre os funcionários da casa do príncipe encontramos ainda alguns nomes visíveis na documentação: Fernão Martins de Mascarenhas, fidalgo da casa régia, capitão dos ginetes do príncipe; Manuel de Melo, reposteiro mor do príncipe; Mem Rodrigues Pimentel, reposteiro do príncipe; Afonso Nogueira, porteiro da câmara de D. João; Pedro de Abreu, Beatriz Eanes e Catarina Rodrigues, amos do príncipe; Rui de Sousa, conselheiro régio e meirinho mor do príncipe; Pero Borges, cavaleiro da casa régia e vedor da casa do príncipe; Rui Vasques, cavaleiro da casa régia e ouvidor do príncipe; Álvaro Eanes e Vasco Martins, porteiros da casa do príncipe; Luís de Coimbra, escrivão do tesouro do príncipe; Antão de Faria, camareiro; Rui de Oliveira, contador; João de Pina, cavaleiro e meirinho do príncipe; Lopo Dias, tesoureiro da casa do príncipe; Francisco Portocarreiro, cavaleiro da casa de D. João e anadel dos besteiros da câmara do príncipe. De facto, na documentação surgem alguns besteiros da câmara do príncipe D. João, o que aponta para uma guarda pessoal. Conhecem-se também um grupo de espingardeiros do príncipe D. João, entre eles Judas Velido (judeu), Afonso Vasques (sapateiro), Fernão Rodrigues Galego, Gonçalo Afonso (pedreiro) e Luís Gonçalves (barbeiro), entre outros.

Entre os serviçais encontram-se: Afonso Eanes e Mestre Lope, alfaiate da corte e do príncipe; Pêro Fernandes, caçador do príncipe; mestre Rodrigo, físico dos príncipes; mestre Jacob Levy, cirurgião; Abraão, alfaiate do príncipe; Jacob, francês *gibeteiro* do príncipe; Lourenço Gil, sapateiro do príncipe; Gomes Vasques de Quintela, mercador e moço de estrebaria do príncipe D. João; João Afonso, azemel do príncipe; Álvaro Estaço, moço de estrebaria; Gonçalo Mendes, Pero Lopes e Diogo Borges servidores da toalha; Gil Fernandes, escrivão da câmara; Gil Vicente, moço de estrebaria; João Lopes Baião e João Escudeiro, guardas do príncipe; Cristóvão Rebelo, Diogo Rodrigues e Diogo da Fonseca, moços da câmara do príncipe; Pero Gonçalves, correiro do príncipe; Cipião de Mar, genovês e servidor régio e do príncipe; João Pires, carniceiro do príncipe, e Gonçalo Pires, ourives do príncipe.

É de salientar ainda a «covilheira» Violante Caldeira e o cantor do príncipe, o castelhano Cristóbal de Morales.

A princesa santa Joana

Homem de religião, D. Afonso V passou aos seus sucessores um fervor religioso que se repercutia na princesa santa Joana e em D. João II. Conta-se que o

príncipe se ajoelhava sempre que se referia ao nome de Deus, o que provocava algumas desconfianças entre os homens de corte que discutiam o sentido de tal comportamento.

D. Joana, filha de D. Afonso V, foi uma figura religiosa destacada. Nasceu a 6 de Fevereiro de 1452, e foi jurada princesa e herdeira do trono antes do nascimento de seu irmão D. João em 1455. Quando morre D. Isabel conta apenas com três anos de idade, motivo pelo qual D. Afonso V entrega os filhos a Beatriz de Meneses, que auxilia a sua educação. Recebeu uma excelente formação do humanista Mateus Pisano e de sua tia Filipa de Lencastre, filha do infante D. Pedro, reconhecida pela sua cultura. D. Filipa, religiosa do mosteiro de Odivelas, foi certamente a principal responsável pela educação religiosa de D. Joana e pela entrada em ordens da princesa.

Após várias insistências da parte de D. Joana, D. Afonso V acede ao seu pedido de ingressar em ordens no mosteiro dominicano de Jesus de Aveiro, fundado por Brites Leitão, viúva de Diogo de Ataíde, fidalgo da casa de D. Pedro, sob a protecção de D. Afonso V que permitiu a sua instalação em 1458 em Aveiro. Pio II a 16 de Maio de 1461 autorizava a fundação do convento. Entre estas datas juntava-se a D. Brites e a suas filhas Mécia Pereira, viúva de Martins Mendes de Berredo, que era cavaleiro da casa do rei e senhor de Santo Tirso de Meinedo, Unhão e Ceipais. D. Brites e D. Mécia foram mulheres de grande ligação às casas da rainha D. Isabel e de D. Afonso V, e naturalmente influenciaram a escolha da princesa santa Joana no momento de optar por uma das casas monásticas.

Aqui nasceu o mito da princesa santa Joana que transformou o mosteiro em centro de importância na Igreja de Portugal. Perante a demarcada intenção da princesa, o reino reage de imediato. Como figura de sucessão depois do infante D. João, provocava algum desagrado na cidade de Lisboa quando fez intenção de professar em ordens religiosas no mosteiro de Odivelas, pois a cidade exigia que esta casasse para sustentar a sucessão, caso algum acidente ocorresse com o infante D. João, ainda muito jovem. Da mesma opinião era o príncipe D. João que tentou demovê-la até ao último momento. Portugal precisava de D. Joana e que esta efectuasse um bom casamento.

Pretendentes não lhe faltavam. Em 1462 pensou-se no seu casamento com o irmão de Luís XI de França, Carlos, o que não viria a acontecer. Entre os seus pretendentes encontravam-se ainda Carlos, o Temerário –acordo que foi tentado antes de 1468–, Francisco II da Bretanha e Maximiliano da Alemanha

–negociado em 1476–, o duque da Lorena e até D. Diogo, duque de Viseu e Beja, e, provavelmente Ricardo III de Inglaterra.

Apesar de se encontrar em clausura foi-lhe permitido educar D. Jorge, seu sobrinho, bastardo de D. João II, filho de Ana de Mendoza.

Faleceu vítima de doença em 1490 no mosteiro de Jesus de Aveiro.

Entre as donzelas que acompanham a infanta D. Joana encontramos Beatriz de Lordelo, D. Cecília, Leonor da Cunha, Leonor Coutinho –filha do conde de Marialava–, Leonor da Silva, Isabel da Silva –casada com Gil Vasques da Cunha, fidalgo da casa de Fernando–, D. Joana e D. Leonor –filhas de Álvaro de Castro–, Constança de Noronha –casada com Fernando de Almada, fidalgo da casa régia e capitão do reino–, Joana de Albergaria –casada com Garcia de Eça–, Violante de Castro, Catarina de Ataíde –irmã de Pero de Ataíde, fidalgo da casa régia e comendador da alcáçova da vila de Santarém–, Maria de Meneses –casada com João de Castro, fidalgo da casa régia–, D. Inês e Joana de Azevedo. É de destacar o caso de Leonor da Silva, que provavelmente seria também donzela de D. Isabel, e os casos de Joana de Albergaria, D. Inês, D. Joana e D. Leonor, filhas de Álvaro de Castro, donzelas de D. Joana e de D. Catarina, irmã do rei, em simultâneo.

Ao enunciar os nomes destas donzelas e as suas ligações familiares denota-se uma proximidade familiar entre as constituintes das casas de D. Joana e da rainha D. Isabel.

São ainda conhecidas as duas amas da infanta D. Joana identificadas como Branca Eanes e Mécia de Sequeira. Isabel de Meneses surge como camareira mor da infanta. Filha de Beatriz de Meneses manteve o papel predominante que a sua mãe, aia dos infantes detinha junto da casa real. Foi donzela de D. Isabel, passou para o séquito de donzelas de D. Joana e aqui ocupou lugar de destaque como camareira mor.

De referir ainda são as moças da câmara da infanta, às ditas Branca Rodrigues, casada com João Vogado, cavaleiro régio, e Catarina Afonso, casada com João Lourenço escudeiro régio.

Entre as figuras masculinas encarregadas da gestão da casa da infanta encontra-se Rui de Melo, casado com a donzela da rainha D. Isabel e camareira mor da infanta, Isabel de Meneses, é mordomo-mor da casa da infanta D. Joana e conselheiro e guarda-mor régio. Em 1469 D. Afonso V doa-lhe uma tença anual de 72 000 reais brancos de moradia, além dos 6000 mensais que recebe pelo ofício de guarda-mor. São importantes também Gonçalo Eanes, tesoureiro e

comprador das infantas D. Catarina e D. Joana; Fernão Rebelo, vedor da casa da infanta D. Joana; João Lopes, contador da infanta; Diogo Álvares, boticário da infanta D. Joana, casado com Inês Eanes; Pedro de Abreu, cavaleiro da casa régia, provedor das capelas da rainha D. Isabel e provedor da infanta D. Joana; Pero Lopes, servidor da toalha da princesa D. Joana; Jacob Beirão alfaiate da infanta; Pero de Tomar, escudeiro de D. Joana, e Martim Afonso, servidor da infanta, alfeloeiro e morador na cidade de Lisboa.

Refere Rui de Pina que em 1471 quando D. Afonso V regressa da conquista de Arzila e Tânger, a casa de D. Joana possuía elevado número de donas e donzelas, à semelhança de uma rainha, o que poderia causar algum desagrado no reino. D. Afonso V decidiu colocar D. Joana com hábito secular e com alguns servidores no mosteiro de Odivelas junto de sua tia D. Filipa. Contava a princesa com dezoito anos.

Recebeu D. Joana 300 000 reais da herança de sua mãe. Em 1480, D. Afonso V doa à infanta D. Joana a vila de Sintra com o castelo, alcaidaria, incluindo termos e senhorios com jurisdição cível e crime, rendas das jugadas e reguengos, quartos e oitavos e todos os direitos reais da vila bem como o padroado das igrejas, ressalvando o monarca para si a correição e alçada. No mesmo ano privilegia D. Joana concedendo-lhe as honras, privilégios e liberdades que por direito pertencem às infantas.

3.2. OUTROS ELEMENTOS DA FAMÍLIA REAL E DA CORTE

D. Fernando, duque de Viseu

Nasce a 17 de Novembro de 1433 em Almeirim. Foi jurado príncipe herdeiro como forma de assegurar a sucessão num momento tão difícil como foi o que se seguiu à morte de D. Duarte. A menoridade de D. Afonso V e a falta imediata de herdeiro obrigava à adopção de algumas medidas para assegurar a sucessão de D. Duarte.

Casa com D. Beatriz, filha de D. João, em 1447 quando contava com dezoito anos de idade.

D. Fernando e a sua acção são com frequência esquecidos pela historiografia portuguesa. Aventureiro e ponderado, qualidades que certamente D. Henrique, pai adoptivo, ao educá-lo a partir dos seis anos de idade, lhe teria transmitido. Foi duque de Beja, senhor de Moura, Serpa e das ilhas que descobrisse no Atlântico, fronteiro mor do Alentejo e do Reino do Algarve, fronteiro em Ceuta. Por testamento de D. Henrique recebe as ilhas da Terceira e da Graciosa. Recebeu em 1460 os arquipélagos da Madeira e dos Açores e as ilhas de Cabo Verde recém descobertas: Santiago, Fogo, Maio, Boavista e Sal. Neste ano recebe ainda o monopólio das saboarias, tal e como o possuía o infante D. Henrique. Em 1461 recebe o mestrado da Ordem de Cristo, sucedendo na ordem ao infante D. Henrique. A D. Fernando se deve a conquista de Anafé e a participação sempre louvada na tomada de Alcácer Ceguer promovida pelo monarca seu irmão. O fervor e entusiasmo com que sempre participou na conquista em África valeram-lhe também o cognome de «o Africano».

Estas sucessivas doações de D. Afonso V ao seu irmão D. Fernando e a conquista do título de duque de Viseu, revelam alguma pressão no sentido de recuperar o que lhe era devido por morte do infante D. Henrique. Esta pressão terá desencadeado algum mal-estar entre o monarca e D. Fernando, a avaliar pelas palavras de uma carta de Fernando da Guerra enviada a D. Afonso V que apelavam à moderação e bom senso de D. Afonso V, recordando o sucedido entre irmãos em Alfarrobeira.

D. Fernando solicitou ao irmão permissão para embarcar com D. Leonor, sua irmã, que ia casar em Roma com o imperador Frederico III. Tencionava D. Fernando visitar seu tio Afonso V a Nápoles mas este não o permitiu.

D. Fernando insiste na saída de Portugal e na viagem a África ou a Nápoles para visitar seu tio. D. Afonso V mostrava-se irredutível em não aceitar esta viagem do irmão, demonstrando uma extrema protecção relativamente a seu irmão. Na falta de um herdeiro que D. Afonso V ainda não possuía, D. Fernando continuava a ser uma solução para o bom funcionamento da política do reino.

No sangue corria-lhe o desejo de aventura, o mesmo que corre nos homens da sua família e que o convívio com seu tio e pai adoptivo, D. Henrique, teria cultivado. Seria assim impossível para D. Fernando ficar. Contra as ordens dadas por seu irmão, ordenou a seu estribeiro, Lopo Fernandes de Andorinho, que lhe aparelhasse uma caravela na foz do rio Guadiana. Partiu secretamente de Évora junto com Nuno da Cunha, seu camareiro mor, com o doutor Vasco Fernandes e mais dois moços da sua câmara com destino a Ceuta.

O rei soube no dia seguinte da sua partida e colocou-se no seu encalço, mas em vão. No estreito ainda se concertou com um corsário italiano que vi-

nha em sua perseguição. Por fim, encontrou-se com o conde D. Sancho que a mandado do rei correu em perseguição do infante. Encontraram-se no estreito onde D. Fernando lhe demonstrou que desejava avançar e tornar-se fronteiro de Ceuta. A muito custo foi demovido das suas intenções, mas D. Afonso V não aceitava ceder às suas exigências. Fernando volta a Castro Marim onde o esperava o infante D. Henrique que o recebia com grande pompa. D. Fernando era príncipe e possível sucessor de D. Afonso V, não podia arriscar a perder a vida. D. Afonso V reservava-lhe a maior segurança de forma a evitar que o reino passasse por nova crise de sucessão.

D. Fernando foi conselheiro de D. Afonso V e companheiro em Marrocos, e aconselhou o monarca nas campanhas promovidas no Norte de África. Acompanhou D. Afonso V a Alcácer Ceguer e a Tânger nos anos de 1463-1464, aventurando-se com alguns homens na serra de Benaminir, onde conquistou várias aldeias. D. Fernando desempenhará também tarefas no Atlântico. Seguidor das aventuras de seu pai adoptivo, o infante D. Henrique, nunca alcançará a sua destreza nem terá a sua capacidade de gestão; apesar de envolvido em grandes feitos em África não alcançará a imortalidade de D. Henrique.

Um pouco rebelde na atitude, não desistia de Tânger e prosseguia com as correrias pelo território, mesmo com a desaprovação do monarca. Conta Rui de Pina que a ousadia de D. Fernando e o «ardente desejo» que tinha em combater os muçulmanos, o levaram até às portas da cidade de Tânger e a accionar uma correria pela cidade. Esta atitude obrigou D. Afonso V a segui-lo com homens de cavalo e de pé. Encontrou-o entre perigosos assaltos à cidade de Tânger. O infante foi obrigado a voltar a Alcácer onde o monarca o repreendeu com aspereza por tal atitude levada a cabo sem autorização do monarca. D. Fernando reunia a coragem, a audácia e a dose de loucura necessária para o cavaleiro herói de fins da Idade Média.

Apesar da repreensão, D. Fernando não desiste e pela terceira vez avança sobre Tânger. Mais um descalabro às portas dos muros da cidade: pretendeu D. Fernando tomar de assalto a praça, mas antes do tempo um dos habitantes deu o alerta fazendo com que se malograsse o feito. O infante, mostrando mais uma vez uma enorme coragem, destinava-se a morrer heroicamente. Narra Rui de Pina que foi travado pelo conde de Odemira e pelo comendador mor da Ordem de Cristo que o detiveram nas suas pretensões de entrar na cidade e de lutar com os companheiros que morriam para lá dos muros. O infante ouviu as palavras de ambos, escritas pelo cronista, que lhe diziam que «aquela

jente por boa e nobre que fosse em caso que Portugal a perdesse bem poderia cobrar outra tal e melhor, mas não a ele que era tal e tamanho príncipe que o reino teria dele pera sempre muita mingua e grande necessidade e que nom desse causa que Tânger fosse tantas vezes sepultura de infantes de Portugal». Muitos foram os cavaleiros que padeceram novamente em Tânger. O infante D. Fernando retirava.

Voltava pouco tempo depois com D. Afonso V. Mais uma vez nesta incursão a figura de D. Fernando é de relevar. O infante deixava rastos de destruição por onde passava, matava quando necessário, fazia cativos e saqueava aldeias na mira do gado e de outros despojos. Sem dúvida que ao lado do monarca a voz de D. Fernando que instigava à conquista de Tânger se fazia ouvir. Não será por acaso que D. Afonso V decide poucos meses depois da morte de D. Fernando avançar sobre Arzila e Tânger.

Em 1469, poucos meses antes da sua morte, D. Fernando ainda promoveu uma correria por terras do Norte de África. Anafé foi uma das praias escolhidas para aportar. A cidade foi tomada sem grande dificuldade, e o saque e a destruição deixavam-na nas mãos de cristãos.

De regresso ao reino adoeceu gravemente, e D. Afonso V para o confortar casou o príncipe D. João com a sua filha, D. Leonor, e casou a segunda filha de D. Fernando, D. Isabel, com o filho do duque de Bragança, Fernando, 3.º duque de Bragança. Este recebeu a casa de Guimarães e mais tarde sucedeu a seu pai na casa de Bragança, juntando assim as duas. Não resistiria Fernando a esta doença prolongada, e a 18 de Setembro de 1470 faleceu com apenas 37 anos de idade. Encontra-se sepultado no mosteiro de Nossa Senhora da Conceição em Beja.

Do casamento de D. Fernando com D. Beatriz nasceram ainda D. Leonor, que casa com D. João II, D. Isabel e D. João, o filho mais velho: 3.º duque de Viseu e de Beja, mestre das ordens de Cristo e de Santiago, senhor da Covilhã, de Moura e de Anafé e condestável de Portugal. Este faleceu muito jovem e foi por isso sucedido no ducado por seu segundo irmão Diogo, 4.º duque de Viseu. D. Diogo ocupa também o mestrado de Cristo e o cargo de condestável do reino e recebe todos os bens pertencentes a seu irmão D. João. Participou no tratado das Terçarias de Moura, o que o levou a residir algum tempo em Castela. A proximidade da política castelhana, e o desagrado pela política de centralização de D. João II, colocou-o na conjura de Fernando, duque de Bragança e após a morte deste liderou nova conjura que tinha como objectivo assassinar D. João II e o

príncipe herdeiro D. Afonso. D. João II conhecedor do plano conduziu D. Diogo à morte. O terceiro filho, D. Duarte foi recolhido pelo infante D. João e faleceu muito jovem. O quarto filho, D. Manuel, sucede por morte a D. Diogo na casa deixada por seu pai e por morte de seu primo, D. João II, irá suceder no trono de Portugal. Por último, o quinto filho, D. Simão, morreu em criança.

Em 1462 D. Afonso V estipulava que seu irmão D. Fernando e todos os seus filhos se encontravam em linha de sucessão. Em caso de eventualidade, seguiam-nos o duque de Bragança e seus descendentes. Determinará o destino que a complexa sucessão de D. João II tenha de procurar herdeiro entre os descendentes de Fernando.

D. Leonor

Por seus irmãos D. Afonso V sentia o peso da responsabilidade que como monarca e filho mais velho lhe competia. À morte de seus progenitores cabia a D. Afonso V acompanhar da melhor forma os seus irmãos. E assim o fez.

Tratou do casamento de D. Leonor com Frederico III da Alemanha. Promoveu para o festejar grandes festas na cidade de Lisboa, onde tiveram lugar sumptuosos banquetes, danças, música, justas promovidas pelo infante D. Henrique, touradas, jogos de canas, entremeses e muitos outros entretimentos. Por essa altura a rainha D. Isabel estava grávida de D. João, primeiro filho que faleceu em criança. Um bom relacionamento existia entre D. Leonor e D. Isabel, cuja separação na Sé, depois da missa, foi dolorosa.

D. Leonor, irmã de D. Afonso V, nasce a 18 de Setembro em 1434, casa com Frederico III, imperador da Alemanha. A primeira tentativa de acordar o casamento da infanta com Frederico III malogrou graças à acção da casa de Borgonha e de Aragão. D. Afonso V envia então a França a frei Gil Lobo para acordar o casamento de sua irmã com Luís XI de França. Entretanto já se tinham iniciado as negociações com a casa de Sabóia para a realização do casamento de Luís XI com D. Carlota. O doutor João Fernandes da Silveira, grande diplomata português do século XV, é enviado para tratar do casamento com Frederico III. Em Agosto de 1450 chega-se a acordo. Uma embaixada que levava à cabeça o conde de Ourém, entretanto elevado a marquês de Valença, parte do Douro com faustoso aparato, para que contribuíram os pedidos efectuados pelo monarca nas cortes de 1451.

O diário da viagem de D. Leonor, escrito em latim por Nicolau Lanckano, capelão do imperador, narra o itinerário percorrido por D. Leonor até Ceuta, Valencia, Marselha e Livorno.

O encontro entre D. Leonor e Frederico III acontece em Siena. Na praça onde se encontraram, João Fernandes da Silveira mandou colocar uma coluna de mármore levada desde Portugal com as armas portuguesas no topo. Os frescos de Pinturicchio que se encontram na catedral de Siena representam este célebre encontro do imperador e da infanta portuguesa. Entre os elementos do séquito representados encontra-se provavelmente Lopo de Almeida e João Fernandes da Silveira. Era então bispo da cidade Eneias Sílivio, mais tarde papa Pio II.

De Siena seguem para Roma onde se celebra o casamento a 15 de Março e a coroação a 19 de Março, cerimónias presididas pelo papa Nicolau V.

Deste casamento nasceu Maximiliano, conhecido como Rei dos Romanos. Maximiliano casa em 1477 com a filha de Carlos o Temerário, Maria de Borgonha, bisneta de D. João I. Maximiliano e Maria da Borgonha tiveram como descendente a Carlos V.

D. Leonor faleceu em Neustadt em 1467.

D. Joana

Filha póstuma de D. Duarte nasceu em Monte Olivete em 1439. Neste ano D. Leonor viu-se envolvida em questões bastante problemáticas como as que implicavam a sua fuga. D. Joana acompanhou D. Leonor no seu exílio em Castela até ser resgatada pelos infantes D. Pedro e D. Henrique.

D. Joana casa com Henrique IV em 1455. Manteve D. Afonso V alguma ligação com D. Joana porque esta servia de interlocutor nos negócios entre Castela e Portugal.

A impotência conhecida de Henrique IV deu azo ao comentário de corte que atribuia a paternidade de sua filha, D. Joana, a designada de «a Beltraneja», a Beltrán de la Cueva. Declarada herdeira de Henrique IV, obteve o apoio de parte da nobreza castelhana e de D. Afonso V que tentou a via do matrimónio para solidificar a acção que desempenhava em Castela como líder do partido de D. Joana. A força dos Reis Católicos fez-se sentir desde o primeiro momento, e o plano de D. Afonso V de ascender ao trono castelhano não lograva. D. Joana

acompanhou o monarca português no regresso a Portugal onde passou a ser conhecida pela Excelente Senhora. No acordo proporcionado pelo tratado das Terçarias de Moura preferiu a vida monástica. Entrou no mosteiro de Santa Clara de Santarém e depois recolheu ao mosteiro de Santa Clara de Évora e em seguida à ordem das Clarissas de Coimbra. Ainda se colocou em 1487 a hipótese de um casamento com o rei de Navarra que não aconteceu. Faleceu em 1530 no paço da Alcáçova em Lisboa.

D. Catarina

D. Catarina tinha o casamento acordado com Carlos de Navarra e Aragão, mas este morreu antes do casamento. Acordou-se outro casamento com Duarte de Inglaterra que também não se chegou a concretizar. Faleceu no mosteiro de Santa Clara onde se encontrava desde o contrato de casamento com Carlos de Navarra. Morreu antes de se efectivar o segundo acordo de casamento.

D. Pedro, duque de Coimbra

D. Pedro, defensor e regedor do reino, nasceu a 9 de Dezembro de 1392 em Lisboa. Conhecido como «o das Sete Partidas», visitou Inglaterra, o papa Martinho V e serviu o rei da Hungria no conflito que o opunha ao avanço turco. Obteve do Papado o direito à unção e ao uso da coroa ou diadema para os reis de Portugal. Durante a sua viagem entregou a gestão do seu ducado a seu irmão Fernando.

Foi duque de Coimbra, duque de Treviso e senhor de Montemor. Nos dizeres de Rui de Pina, homem culto, verdadeiro, constante, muito devoto, bem constituído fisicamente mas algo vingativo. Considerado um homem fascinante, recto nas suas intenções e movido por grande seriedade, foi homem capaz de morrer pela honra e em prol da sua dignidade. A sua intransigência e inflexibilidade davam-lhe a garantia de ser bom governante. Foi homem fiel às suas amizades e às suas inimizades.

Activo colaborador na empresa de Ceuta, certamente que o fascínio desta primeira empresa não deixara indiferente o infante D. Pedro, que como refere Zurara, enfrentou até o condestável Nuno Álvares Pereira, que no momento

se manifestara contra a partida para Ceuta. Mudaria de opinião alguns anos depois, quando a experiência de Ceuta se revelou mais arrojada e mais dispendiosa do que o que se previa. Foi armado cavaleiro em Ceuta e no regresso foi-lhe concedido o título de duque de Coimbra. Várias doações de terras e de padroados, doadas por D. João I e por D. Duarte, enriqueceram largamente o seu senhorio o qual lhe permitiu constituir uma casa poderosa.

Entre 1424 e 1428, D. Pedro encontrava-se fora do reino. Visitou a Hungria, Barcelona, Veneza, Pádua, Ferrara, Roma, Flandres, Inglaterra e Castela. Esta viagem tornou-o conhecido como «o Príncipe das Sete Partidas». Na Hungria participou numa cruzada contra os turcos a serviço do imperador Sigismundo que lhe concedeu o condado de Treviso. Em Londres foi condecorado com a ordem da Jarreteira. De Bruges escreve a D. Duarte uma carta que contém informações sobre a forma ideal de governo de um reino. Ao contactar com a realidade europeia, D. Pedro dá conta do grande atraso político, económico e cultural em que vivia o Reino de Portugal face à Europa de então. O contacto com as grandes cidades comerciais da Europa, entre elas Bruges e Veneza, proporcionou a D. Pedro a abertura de horizontes e o contacto com novas técnicas comerciais. Recolheu nesta viagem informações úteis sobre o oriente e as rotas do Levante, que certamente se mostraram preciosas para a persecução das explorações na costa ocidental africana. A cultura flamenga e italiana foi o que provavelmente mais surpreendeu D. Pedro, pois como homem com grande interesse pela cultura e pela produção literária e científica deixou-se seduzir. De Itália trouxe o *Livro de Marco Polo*, certamente o exemplar que se incluiu na biblioteca de D. Duarte,e em Roma foi recebido com grande pompa pelo papa Martinho V.

De regresso a Portugal, encontra diversos problemas na administração interna do concelho de Coimbra. Do seu ducado saíram inúmeros homens para as guerras em Ceuta e Tânger.

Casa em 1429 com Isabel de Urgel, filha de Jaime II, duque de Urgel, de quem teve seis filhos: D. Pedro, D. Isabel, D. Jaime, D. João, D. Beatriz e D. Filipa. Pelo seu matrimónio com D. Isabel recebe a jurisdição da vila e do castelo de Alcolea. Manteve-os até ao momento em que sua cunhada D. Leonor foi obrigada ao exílio em Castela. D. Maria, rainha de Aragão retira-lhe a posse desta vila com a justificação dos «maus tratos» conferidos a D. Leonor, e assim foi privado dessa vila a 30 de Janeiro de 1443. Afonso V de Aragão entrega esta vila a sua irmã para seu sustento.

Foi designado a 11 de Novembro de 1433, por D. Duarte, curador do infante D. Afonso, futuro D. Afonso V, ao lado do infante D. Henrique.

Após a morte de D. Duarte, em 1438, D. Pedro associa-se a D. Leonor no governo do reino, governando em parceria até finais de 1439. Os acontecimentos sucedem-se e o regente D. Pedro ficará encarregue da regência e da tutoria de D. Afonso V.

A posição de D. Pedro relativa à política marroquina é bem conhecida através da acção que desempenhou como regente. O reino não possuía condições económicas para partir para o exterior. Tinha a clara noção de que África representava para Portugal um trágico desfecho económico. Opinava que as praças marroquinas eram um «sumidouro de homens, armas e de dinheiro» e de que o exército português não tinha homens suficientes para promover um ataque profícuo em Marrocos.

Enquanto regente abandona a linha política de conquista das praças marroquinas, mas não abandona a exploração e o desenvolvimento da África Atlântica. Preocupado com o desenvolvimento económico das ilhas do Atlântico promove a colonização e concede facilidades ao trânsito comercial realizado com as ilhas da Madeira e Açores.

É autor do *Tratado da Virtuosa Benfeitoria*, obra que dedicou a D. Duarte, e do *Livro de Horas de Confissão*, e também das traduções de *De Oficiis* de Cícero e da obra de Vegécio *De Re Militari*.

Em 1449 morre em Alfarrobeira: a crise inevitável onde os acontecimentos imparáveis não têm retorno. A sua grande dignidade e atitude cavaleiresca levaram-no a confrontar a morte como única saída plausível para a sua honra. Esta morte representa também o fim do ducado de Coimbra, e a perseguição às suas gentes, e anuncia um tempo diferente onde imperam mudanças.

O filho primogénito de D. Pedro e de Isabel de Urgel, D. Pedro, sucedeu ao infante D. João no cargo de condestável de Portugal a 7 de Janeiro de 1443. Por morte do infante D. Fernando a 5 de Junho de 1443 foi nomeado mestre da ordem de Avis. Foi armado cavaleiro no mosteiro de São Jorge de Coimbra por D. Henrique no ano de 1445. Uma das primeiras missões que desempenhou como condestável de Portugal prendeu-se com a organização de uma expedição que se destinava a prestar auxílio ao monarca castelhano contra os reis de Aragão e de Navarra. Nesta viagem a Castela encontra provavelmente Iñigo López de Mendoza, marquês de Santillana, com quem partilha experiências do grande valor literário que ambos possuíam.

Após Alfarrobeira foi obrigado a exilar-se em Castela na sequência dos acontecimentos que levaram à morte de seu pai em pleno campo de Batalha. Os seus bens são confiscados e perde o cargo de condestável.

Participou, alguns anos depois, nas conquistas marroquinas a pedido de D. Afonso V. Encontrava-se em Ceuta, em 1463, quando secretamente parte para a Catalunha na sequência de um convite que lhe foi efectuado para ocupar o cargo de conde de Barcelona. D. Pedro usa a partir desse momento o título de conde de Barcelona e o de rei da Catalunha.

D. Pedro, o condestável, escreveu as *Coplas del Comtempto del Mundo*, obra de grande valor poético e a *Tragedia de la Insigne Reina Doña Isabel* que relata a vida de sua irmã, mulher de D. Afonso V, a *Sátira de Felice e Infelice Vida*.

Morre a 29 de Junho de 1466.

D. João, filho de D. Pedro, regente, casa com D. Carlota, herdeira do trono do Chipre, e foi príncipe de Antioquia. Pensa-se que morreu envenenado em 1457. Está sepultado no Convento de são Francisco de Nicósia.

D. Jaime, também filho do regente D. Pedro, estudou em Flandres e em Roma. Acompanhou seu pai no processo de Alfarrobeira, o que o obrigou ao exílio em casa de sua tia, a duquesa da Borgonha. A protecção que lhe foi conferida pela casa da Borgonha proporcionou-lhe o aperfeiçoamento cultural e levou-o a iniciar uma carreira eclesiástica em Arras. Prosseguiu para Itália, e recebeu a administração da diocese de Lisboa, mas não regressou a Portugal. Foi nomeado juiz executor da bula *Romanus Pontifex*, e o papa Calisto III nomeou-o bispo do Chipre. Em 1456 foi cardeal-diácono. Mudou-se para Florença onde conviveu com os grandes banqueiros e humanistas do seu tempo, entre eles Cosme de Médici.

Morreu em Florença em 1459, com apenas vinte e cinco anos, quando se preparava para desempenhar uma importante tarefa junto do imperador da Alemanha. Ficou conhecido como Santo Estáquio. Está sepultado na igreja de São Miniato em Florença. Foi um homem de grande relevo na Europa cuja morte prematura o impediu de realizar uma carreira espectacular junto do Papado.

D. Beatriz casa com Adolfo de Clèves, sobrinho do duque da Borgonha. Sua irmã mais nova, D. Filipa, recolheu-se no convento de Odivelas, acompanhou a infância da princesa santa Joana, filha de D. Afonso V, figura que concretizou grande influência na escolha religiosa da princesa. Faleceu em 1497 no mosteiro de Odivelas.

D. Henrique, duque de Viseu

O infante D. Henrique, nascido a 4 de Março de 1394 no Porto, é o homem exemplo. Voltado para o exterior e para a conquista, arrojado nas suas convicções, portador de uma forte personalidade, senhor das suas convicções e ideais, tinha em mente acções grandiosas de avanço em África, o que para tal precisava anular a posição muçulmana em todo o Norte de África e em Granada. O seu empenho iria para a continuidade da conquista marroquina. A sua acção na descoberta e exploração do Atlântico e no empenho das conquistas marroquinas conduziu-o ao mundo dos heróis que os muitos e longos textos escritos sobre a sua pessoa se encarregaram de enaltecer e perpetuar.

Contava com apenas quinze anos quando D. João I o iniciou nas andanças das conquistas e da navegação. Foi encarregue por D. João I da frota do Porto que iria conquistar Ceuta, tarefa que desempenhou na perfeição sendo armado cavaleiro em Ceuta quando contava já com 21 anos.

Em 1415, de regresso a Portugal recebe o ducado de Viseu e o senhorio da Covilhã e em 1418 recebeu a administração da Ordem de Cristo. A partir deste momento Ceuta e todas as questões dela pendentes farão parte da sua vida. Em 1418 volta a Ceuta para auxiliar os portugueses cercados. Tentou uma investida a Gibraltar e no ano de 1419, e montou uma armada de corso com actuação no estreito. Anos mais tarde, a quando do desastre de Tânger, colocou o dever e o serviço acima dos valores pessoais e defendeu o resgate do infante D. Fernando por outros meios que não passassem pela entrega de Ceuta.

A sua acção foi fundamental nas ilhas do Atlântico e o seu curriculum não termina com o fervor anti-muçulmano e expansionista. A sua acção foi notável durante a regência do infante D. Pedro e nos negócios do reino de D. Afonso V. Promove os estudos em Lisboa e cria a escola de Sagres, uma autêntica escola naval.

Grande impulsionador dos descobrimentos, encontrou na exploração da costa africana o seu principal objectivo de vida. Os rendimentos da Ordem de Cristo asseguravam a continuidade do plano expansionista. A ele se deve o desenho da longa costa africana até a Serra Leoa e a descoberta das ilhas dos arquipélagos da Madeira, Açores e Cabo Verde. O infante promoveu o comércio com a costa africana, onde produtos como o ouro, o marfim, a malagueta e os escravos conferiam avultados lucros. Deve-se também ao infante a exploração económica das ilhas do atlântico e a rentável introdução da cana do açúcar.

Sem dúvida que a grande aventura da exploração da costa africana foi uma empresa difícil de contornar, não só pelo desconhecido e pelo medo do inesperado que impeliam os marinheiros a recuar, mas também pela exigência de meios humanos, técnicos e económicos que em muito dificultavam o andamento contínuo e mais desejado pelo infante D. Henrique.

Fiel acompanhante de D. Afonso V desde Alfarrobeira, acompanhou o monarca na batalha de Alcácer Ceguer, onde se salientou pela sua experiência e destreza. Como refere Rui de Pina na crónica de D. Afonso V, o infante D. Henrique «naquele oficio era velho artificial». Nos últimos momentos da sua vida solicita a D. Afonso V que o deixe morrer em Ceuta a serviço de Deus, pedido que o monarca recusa. Morre no ano de 1460 em Sagres. D. Fernando encarrega-se das cerimónias fúnebres do seu pai adoptivo cujo corpo foi sepultado em Lagos e em seguida trasladado para a Batalha.

D. João

O infante D. João, condestável de Portugal, tio de D. Afonso V nasce a 13 de Janeiro de 1400 em Santarém. Martinho V, a 8 de Outubro de 1418, nomeia-o como administrador da Ordem de Santiago e de Espada. A bula enviada pelo papa conferia a renda da ordem como suporte para a constituição de uma frente de combate contra os mouros.

Casou em 1424 com D. Isabel, filha de D. Afonso conde de Barcelos. Deste casamento nasceram D. Diogo, D. Isabel, D. Beatriz, D. Filipa.

O infante D. João apresenta uma opinião interessante no que toca à expansão sobre o território marroquino. Apesar de aprovar o avanço sobre Marrocos, discorda da guerra como conflito militar, mas apoia o sentimento de cruzada de evangelização. A sua postura é a de um homem pacífico e não apoiante dos momentos dramáticos da guerra. Assim o evidencia quando se coloca ao lado de D. Pedro, nas cortes de Leiria de 1438, quando manifesta que Ceuta deverá ser entregue em troca da libertação de D. Fernando. Não deixa, no entanto, de apoiar os valores da cruzada, pois como homem de valores cristãos não entende na força das armas e na morte do próximo o valor da conquista.

Morre em Outubro de 1442 em Alcácer do Sal.

Sucede-lhe como condestável o filho, D. Diogo, mestre da Ordem de Santiago, que morre meses depois. De imediato D. Pedro, filho do infante D. Pedro, é

nomeado condestável do reino. De tal forma foi rápida a sucessão dos ocupantes deste cargo que nem a possibilidade de se discutir a candidatura do conde de Ourém foi possível. O regente D. Pedro controlou desde o início este cargo, assim o exigia a qualidade de responsável pela defesa do reino. Tanto D. Pedro como D. Afonso V impedem que o cargo se coloque na alçada do conde de Ourém. Ambos saberiam que nas mãos deste homem os perigos poderiam ser eminentes.

A filha D. Isabel casou com o monarca castelhano João II. Álvaro de Luna foi o grande protagonista deste casamento, pois acordara com o regente D. Pedro o matrimónio mesmo sem o total consentimento de João II que pretendia casar-se com a filha dos reis de França, D. Regunda. Em Évora iniciaram-se as conversações matrimoniais entre o monarca castelhano e D. Isabel. A boda foi celebrada em Madrigal em 1447. Deste casamento nasceram Isabel, futura rainha Católica, e D. Afonso, os grandes protagonistas do conflito que opunha a nobreza castelhana e a dividia em dois blocos. Refere Isabel del Val Valdivieso que a educação que recebeu Isabel a Católica de sua mãe, Isabel de Portugal, foi exemplar e muito completa. Recebeu um leque de conhecimentos muito variado no âmbito da retórica, da gramática, da pintura, da filosofia, da história..., e salienta o facto de esta saber ler e escrever na perfeição e de conhecer o latim com grande correcção. D. Afonso, intitulado de Afonso XII de Castela, recebe ainda uma educação mais cuidada que D. Isabel. Embora não se preparasse para ser rei imediatamente estava colocado na linha de sucessão depois de Henrique IV. A filha do infante, D. Isabel, mostrava-se mais uma vez descendente da Ínclita Geração.

A segunda filha de D. João, D. Beatriz, casou com o infante Fernando, irmão de D. Afonso V. Deste casamento nasceram D. Leonor, mulher de D. João II e D. Manuel, futuro rei de Portugal, entre outros filhos. Por morte de D. Diogo e perante a impossibilidade dos bens da família passarem para D. Isabel, casada com João II de Castela, recebe D. Beatriz a herança da família e a casa.

Isabel, duquesa da Borgonha

Nasceu em Évora a 21 de Fevereiro de 1397. A duquesa da Borgonha casou com Filipe o Bom, conhecido como o Grão-Duque do Ocidente, a 7 de Janeiro de 1430, e foi mãe de Carlos o Temerário, duque da Borgonha, único filho sobrevivente dos três que teve e que recebeu uma educação exemplar que o transformou num dos grandes mitos da Idade Média.

Participou ao lado do duque da Borgonha no conflito que colocava o ducado no conflito da Guerra dos Cem Anos. Foi mediadora nas negociações de Gravelines que permitiram a paz entre o rei de Inglaterra e o ducado da Borgonha. Teve que enfrentar diversas questões internas que opunham a nobreza do ducado e exerciam a sua influência em Carlos o Temerário.

Dona Isabel proporcionou uma boa ligação entre Portugal e Borgonha. Empenhou-se no resgate do corpo de D. Pedro sepultado na igreja de Alverca após Alfarrobeira e protegeu e acolheu os seus sobrinhos filhos deste. Depois da morte de D. Jaime de Portugal edificou na igreja de São Miniato de Florença, a capela onde se encontram os restos mortais. Beneficiou o convento de São Domingos de Benfica e o mosteiro de Paço de Sousa. Faleceu em Dijon a 17 de Dezembro de 1471.

D. Fernando

Foi chamado «o infante santo». Nasceu em Santarém a 29 de Setembro de 1402, e foi homem culto e de grandes valores morais, mestre da ordem de Avis. Na viagem que D. Pedro efectuou pela Europa confiou a D. Fernando a administração das suas terras. Possuidor do mesmo espírito de aventura e de cruzada que também moveu D. Afonso V, apoiava a continuidade da conquista em Marrocos. Certamente, a ligação que mantinha a D. Afonso V de Aragão incentivava-o a participar em grandes empresas. Refém na malfadada conquista de Tânger em 1437, é deslocado como prisioneiro para Fez onde permanece em troca do resgate de Ceuta que nunca se concretizou. Ligava-o uma grande amizade ao infante D. Pedro, que tentou até às últimas consequências resgatar o irmão da prisão. A forte oposição do reino, liderada pelo infante D. Henrique, à entrega de Ceuta fez malograr todas as tentativas de D. Pedro. Morreu prisioneiro em Fez a 5 de Julho de 1443.

D. Afonso, duque de Bragança

D. Afonso, conde de Barcelos e primeiro duque de Bragança, filho ilegítimo de D. João I e de Inês Pires, nasceu por volta do ano de 1380 no castelo de Veiros. Casou com D. Brites, filha do condestável Nuno Álvares Pereira, a 8 de No-

vembro de 1401. Ambos constituíram com as terras que receberam, depois de 1442, a casa ducal de Bragança. Deste matrimónio nasceram D. Isabel, que casa com o infante D. João, tio paterno, D. Afonso, conde de Ourém e marquês de Valença e D. Fernando, conde de Arraiolos e mais tarde duque de Bragança.

Visitou Jerusalém por volta do ano de 1410. Participou na conquista de Ceuta mas a sua oposição à conquista de Marrocos é evidente. Aceita a guerra em Granada como forma de luta contra o infiel. A sua experiência ditou-lhe que Marrocos seria uma empresa muito difícil e dispendiosa. No entanto, acaba por aderir à política marroquina em 1436.

O momento inicial de ruptura com seu irmão manifestou-se quando D. Pedro entrega o cargo de condestável do reino a seu filho D. Pedro em desfavor do seu filho, o conde de Ourém. D. Afonso apelava ao facto de seu filho ser descendente de Nuno Alvares Pereira e, como tal, encontrava nesta nomeação uma questão de justiça. Liderou a oposição ao infante D. Pedro e, ao lado de D. Afonso V, conduziu à desavença entre o regente e o monarca que teve o seu desfecho na batalha de Alfarrobeira. Foi um elemento que muito utilizou as intrigas de corte e, certamente, esteve muito implicado nas falsas notícias que corriam neste período conturbado.

Tentou ao longo do reinado de D. Afonso V aumentar o poder da casa de Bragança e de todos os seus descendentes, acção que garantiu a essa mesma casa a obtenção de um património inigualável em Portugal. Faleceu em Dezembro de 1461, com 84 anos, na vila de Chaves.

D. Afonso, conde de Ourém e marquês de Valença, seguia de perto a política de seu pai: apoiava a guerra em solo peninsular contra o reino muçulmano de Granada, mas desaprovava a guerra em Marrocos, bastante dispendiosa para o reino. Faleceu deixando a sucessão da casa de Bragança para o irmão Fernando.

D. Fernando, conde de Arraiolos, marquês de Vila Viçosa e sucessor da casa de Bragança, foi homem regido pelo poder, sempre usado pela positiva. Mostra-se de início contra a empresa de Marrocos, mas muda no entanto de opinião e empenha-se com afinco na política marroquina, o que lhe garantiu o cargo de governador de Ceuta entre 1445 e 1449. Salienta-se o desempenho que teve ao lado de D. Afonso V na conquista de Alcácer Ceguer e na regência do reino em 1471 quando da conquista de Arzila e Tânger. A sua postura conciliadora manifesta-se de grande prudência e firmeza e demonstra que Fernando seria um bom estratega político. Na questão de Alfarrobeira tentou interferir positivamente e durante o reinado de D. Afonso V manifesta grande acompanhamento ao monarca. Granjeou pelo seu apoio e espírito pacificador várias benesses. Casou com D. Joana de Castro.

Foi seu sucessor o seu filho Fernando que uniu à casa de Bragança os títulos de conde e duque de Guimarães, que lhe foram entregues por D. Afonso V como recompensa pela participação na conquista de Alcácer Ceguer. Participou ainda no desastre da serra de Benacofur e nas conquistas de Arzila e Tânger. Foi fronteiro nas terras de Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes. Foi um dos homens mais poderosos do reinado de D. Afonso V, que terminou sendo julgado por traição no reinado de D. João II e sentenciado com pena de morte.

3.3. NOBREZA QUE ACOMPANHOU D. AFONSO V

Ao lado de D. Afonso V conviveram muitos homens e mulheres a quem o monarca eternizou. Como homem, D. Afonso V valorizava os que estavam próximos, aqueles com quem podia contar. Assim privilegiou e nomeou em cargos de relevo da maior confiança do monarca a quem lhe era afecto. Difícil será escolher entre esses nomes as referências do passado. Foram muitos os nomes que passaram pela casa real e pela privacidade do monarca. Refere o *Livro Vermelho de D. Afonso V* que seriam mais de 275 os homens que formavam a casa régia: 50 fidalgos e cavaleiros, 100 escudeiros, 20 moços fidalgos, 24 moços da câmara, 35 moços de estrebaria, 20 moços de monte, dois monteiros de cavalo, 12 besteiros da câmara e 12 oficiais, entre outros necessários em determinados momentos. Pela dificuldade em seleccionar os elementos que privaram com o monarca, já bem identificados na obra *A Batalha de Alfarrobeira*, salientam-se aqui apenas alguns nomes de quem empenhou a vida por ideais:

Lopo de Almeida, vedor da Fazenda de D. Afonso V, alcaide do castelo de Torres Novas, cavaleiro e conselheiro do rei, desempenhou excelente trabalho no ataque verificado ao prior do Crato em 1440. Participou na campanha em Castela em 1441, sob liderança de Duarte de Meneses e na missão de auxílio a Álvaro de Luna em 1445. Em 1442, casa com Beatriz da Silva, donzela da casa do rei. Combateu em Alfarrobeira como integrante das hostes régias. Perante a possibilidade de roubo do corpo de D. Pedro amargamente sepultado na igreja de Alverca, D. Afonso V solicitou a este fidalgo que o trasladasse para o castelo de Abrantes e procedesse à sua guarda. Acompanhou D. Leonor na sua

deslocação a Itália para celebração do casamento com Frederico III. Em 1458 encontrava-se com D. Afonso V em África, e fez parte da hoste que conquistou Alcácer Ceguer e integrou a embaixada enviada ao rei de Fez. Em 1463 é um dos membros da delegação enviada a Henrique IV. No ano seguinte acompanhou o monarca na expedição à serra de Benacofu e em 1471 participou nas conquistas de Arzila e Tânger. D. Afonso V, pelos serviços prestados, doou-lhe o senhorio da vila de Abrantes. Chefiou em 1471 numa embaixada enviada ao papa Sisto IV que sucedia a Paulo II. Foi nomeado mordomo, chanceler-mor e escrivão da puridade de D. Joana, a Beltraneja. Durante o período de conflito em Castela, D. Joana fica à guarda deste fidalgo em Zamora. Em 1476 foi nomeado conde de Abrantes. Na sua vida, recebeu pelos diversos serviços prestados ao monarca várias tenças.

Álvaro de Castro, camareiro mor do rei, foi acusado de envolvimento com a rainha D. Isabel. Pretendiam com esta intriga afastar D. Álvaro do âmbito da corte e, como consequência, a rainha D. Isabel; esteve durante algum tempo detido por este motivo. Participou na malograda conquista de Tânger em 1437 e na conquista de Alcácer Ceguer em 1458. Pelos serviços prestados, entre várias doações de terras efectuadas por D. Afonso V, foi nomeado conde de Monsanto em 1460. Em 1461 é fronteiro mor e alcaide-mor de Lisboa. Acompanhou o monarca de novo a África e escoltou D. Afonso V a Gibraltar ao encontro de Henrique IV. Integrou a expedição promovida por D. Afonso V na incursão pela serra de Benacofu. Morreu na tomada de Arzila em 1471.

Fernando Coutinho, marechal do reino, senhor de Pinhel, alcaide da cidade de Ceuta em 1451 na ausência de Sancho de Noronha. Participou no escalonamento de resgate de D. Fernando que saira do reino sem autorização em 1452. Como marechal do reino acompanhou D. Afonso V a África em 1464, onde participou nos ataques a Tânger. Na terceira tentativa ficou prisioneiro dos muçulmanos. Foi resgatado e em 1469 são-lhe feitas várias doações. Acompanhou D. Afonso V nas guerras em Castela, onde perdeu dois filhos.

Rui de Melo, alcaide do castelo de Vilar Maior, combateu nas hostes régias em Alfarrobeira. Participou na campanha de 1458 de conquista de Alcácer Ceguer. Ficou ferido na expedição de 1463 promovida por D. Fernando à Serra de Benaminir. Em 1469 é guarda-mor e membro do conselho do rei e mordomo-mor da casa da infanta D. Joana. No mesmo ano foi nomeado alcaide do castelo de Olivença, fronteiro mor de Olivença e vedor dos vassalos da vila. Recebia tença de moradia em casa do rei, e outras tenças anuais em montantes

elevados. Nomeado capitão de Tânger após a conquista da praça, acompanhou o monarca a Castela em 1475. Em 1476 recebe o título de conde de Olivença e muda de nome para Rodrigo de Melo.

Pedro de Meneses, conde de Vila Real e senhor de Almeida, alferes mor, coudel em Vila Real, capitão e regedor de Ceuta desde 1462 e conselheiro régio. O governo da cidade de Ceuta foi-lhe entregue com os mesmos poderes que foram entregues aos infantes D. Henrique e D. Fernando. Homem por quem D. Afonso V nutria uma especial amizade, em 1454 o monarca faz-lhe doação das terras de Aguiar e Oriola, pertenças do almoxarifado de Évora. No ano de 1463 D. Afonso V doa-lhe a pensão dos tabeliães, mordomado, direitos, foros e rendas da vila de Leiria. Em 1464 D. Afonso V concede-lhe o direito de conquista das terras de Benamarim em detrimento do conde de Viana, Henrique de Meneses. Em 1464 doa-lhe o rendimento da portagem da vila de Santarém, as rendas do almoxarifado de Tavira e de Lagos. Em 1476 D. Afonso V faz-lhe doação de uma tença anual de 50 000 reais brancos. Casa com D. Beatriz, filha de D. Fernando, duque de Bragança que se comprometia a pagar 1 500 000 reais brancos de dote.

Pedro Vaz de Melo, cavaleiro da casa do rei e regedor da Casa do Cível de Lisboa, conde de Atalaia e membro do conselho do rei. Deve ter combatido ao lado do rei em Alfarrobeira. Acompanhou a imperatriz D. Leonor até Itália. De volta a Portugal, D. Afonso V faz-lhe diversas doações e atribui-lhe privilégios, entre eles o título de conde de Atalaia. Encontra-se na campanha de Alcácer Ceguer ao lado do rei.

D. Lopo de Albuquerque, conde de Penamacor, camareiro mor e guarda-roupa do rei. Recebe em 1464 os direitos da judiaria de Trancoso. Recebe em 1476 uma tença anual no montante de 200 000 reais brancos a serem pagos da dízima e sisa da Pederneira e das rendas de Segura. O valor desta tença somava-se ao já atribuído de 102 000 reais a cobrar dos rendimentos da judiaria de Faro.

Henrique de Meneses, filho de Duarte de Meneses, conde de Loulé, conselheiro régio, capitão e governador das vilas de Arzila e Alcácer Ceguer. Adquiriu os títulos de conde de Valença e de Caminha e de Viana por morte de seu pai. Em 1476, D. Afonso V faz-lhe doação de uma tença anual no montante de 200 000 reais, a retirar dos rendimentos do paul da Ota e do almoxarifado da vila de Alenquer.

Duarte de Meneses, 3.º conde de Viana, alferes mor do reino e fronteiro do castelo de Pombal. Acompanhou o rei a Alcácer Ceguer em 1458. Capitão de

Alcácer, foi nomeado conde de Viana e Caminha em 1460. De regresso a África em 1461 enfrenta várias incursões muçulmanas a Alcácer. Em 1462 apoderou-se de Gibraltar, ainda em mãos do rei de Granada. Envolveu-se em conflito com D. Pedro de Meneses na tentiva de tomar Tânger. Acompanhou o monarca na incursão pela serra de Benacofu onde num acto de heroísmo perdeu a vida para salvar o monarca.

Sancho de Noronha, conde de Odemira, capitão e governador de Ceuta, fronteiro mor da vila de Fronteira e partidário de D. Leonor. Recebeu várias doações de terras e tenças. De 1451 a 1460 é capitão e regedor de Ceuta. Em 1458 defendeu Ceuta do rei de Fez e participou na conquista de Alcácer Ceguer. Em 1459 foi nomeado regedor da justiça no Algarve. Participou em 1464 na expedição a Tânger.

Fernão Teles de Meneses, senhor das terras de Unhão, Gestaçô, Cepães, Meinedo e Ribeira de Soaz, filho de Aires Gomes da Silva e Beatriz de Meneses, aia da rainha D. Isabel e depois dos infantes, partidário de D. Pedro, perdeu os bens pelo apoio que conferiu a D. Pedro em Alfarrobeira. Foi-lhe conferida carta de perdão pelo monarca em 1450. A partir de 1452 encontra-se em Ceuta. Foi nomeado pela rainha D. Isabel para a alcaidaria do castelo de Sintra, cargo a que renunciou em 1461. Fez parte da campanha de Alcácer Ceguer em 1458, acompanhou Fernando nas tentativas para tomar Tânger, e a D. Pedro até à Catalunha, e aí permaneceu até à morte de D. Pedro. De regresso ao reino foi nomeado conselheiro régio. Participou em 1471 na conquista de Arzila. Em 1474 é governador da casa da princesa D. Joana.

D. Fernando, 2.º duque de Bragança, marquês de Vila Viçosa e governador de Ceuta entre 1445 e 1450, participou na conquista de Alcácer Ceguer. Recebeu grandes doações de D. Afonso V tornando-se um dos senhores mais abastados do reino. Em 1471 foi incumbido da regência do reino durante o período da conquista de Arzila e Tânger. Contrário à política marroquina, defendia a luta em Granada. Não apoiou D. Afonso V na entrada em Castela e no consequente casamento do monarca com a Beltraneja.

D. Afonso, conde de Ourém e marquês de Valença, herdeiro da casa de Bragança, morre antes de assumir esse título. Acompanhou D. Leonor a Itália e chefiou a frota que saiu do Porto para a conquista de Alcácer Ceguer. Faleceu no regresso de Alcácer na vila de Tomar.

Aos olhos do rei esta nobreza compunha-se por elementos que aproximavam a sua conduta dos heróis. No entanto, o reverso da moeda sempre existe, mas esse só é visível quando homens que geralmente não têm voz apontam os erros. As cortes são, neste contexto, o melhor local para compreender como são estes homens fora do âmbito da corte e ausentes dos grandes momentos que os dignificam.

Os capítulos apresentados em cortes, ambiente onde as questões mais problemáticas são colocadas com maior clareza, continuam a serem dominados pelos abusos da nobreza.

Perante uma estrutura social de comportamentos e hierarquia medievais, as tensões entre os grupos dominadores e dominados continuam a existir com a mesma intensidade. Os motivos das principais tensões sociais passam há já muito pelos mesmos assuntos.

D. Afonso V instituiu e alimentou grandes senhorios ligados à casa real: o senhorio do infante D. Pedro, assente em Coimbra; a casa senhorial do infante D. Henrique, que incidia sobre as terras de Viseu e prolongava-se pelas Beiras até ao Algarve; a casa de D. Afonso, localizada em Ourém, e a de D. Fernando, em Arraiolos. Associou-se a estas casas o senhorio do infante Fernando, duque de Beja, irmão de D. Afonso V, com grande domínio no Alentejo. Era, no entanto, a casa de Bragança aquela que se salientava em poder e autoridade. Nascida do casamento de D. Afonso, conde de Barcelos e D. Beatriz, filha de Nuno Álvares Pereira, casamento que permitiu o aumento de propriedade e que a colocou como a casa mais poderosa do Portugal medievo.

A tentativa de aproximar a nobreza portuguesa da poderosa nobreza europeia causava sérias dificuldades internas. A nobreza portuguesa próxima dos parâmetros europeus de uma nobreza provincial, exigia que um reino que se encontrava na primeira linha das atenções tomasse medidas que lhe permitissem alcançar uma imagem de relevo na exigência social da Europa. Este equilíbrio de estatuto aumentava o fosso existente entre os grupos dominantes e os dominados.

Ao tentar evidenciar uma imagem de poder pessoal rodearam-se de homens que constituíam bandos, como se de um pequeno exército se tratasse. A protecção proporcionada pelos poderes jurisdicionais da nobreza permitira-lhe engrossar estes grupos de homens vinculados que seguiam cegamente o seu senhor e executavam as suas ordens sem hesitar. Nestes bandos nobiliárquicos estão presentes familiares mais ou menos directos, homens de armas, criados e acostados, muitos destes criminosos que, em troca de protecção, se comprometem com fidelidade. Estes formam bandos que além de comportarem significado social

comportaram um importante significado político de força, de poder e de domínio sobre os homens e os seus bens que deambulam entre actos de violência.

As medidas de protecção que os fidalgos usavam sobre os seus criados e apaniguados prejudicavam de forma evidente os restantes habitantes. Aqueles estavam isentos de serviços e encargos concelhios obrigatórios para os residentes, dispensados de velas, rondas, de transportes de dinheiros e de presos que afectavam os habitantes dos diversos concelhos. Estes privilégios geravam clivagens profundas entre os diversos grupos municipais que se faziam sentir com vigor nas assembleias e nas eleições dos cargos concelhios.

A agravar o ambiente social, a nobreza usufrui de diversas imunidades de natureza fiscal e detém vários privilégios que são inerentes ao seu grupo social ou outros concedidos pelos monarcas como forma de mercê. Usam e abusam desses privilégios, como o direito de aposentadoria, que consomem até à exaustão dos povos e fomentam a pobreza, o endividamento e a crise económica. E os contrastes sociais aumentam.

Da mesma forma, os direitos que possuem sobre a população permitem-lhes uma prática de abusos constantes sobre os bens dos agricultores. Abusos que são também cometidos pelos oficiais ao serviço do rei e da sua casa, que operam coas mesmas práticas de extorsão de bens e de alimentos.

Já nas cortes reunidas em Lisboa em 1439 são apontadas as mais duras críticas a fidalgos e aos seus comportamentos que constantemente lesavam a população mais indefesa. Estas queixas apontam para uma situação de conflito crescente promovido pela nobreza a nível local que data já do reinado de D. Duarte e, como tal, não apresenta qualquer novidade no reinado de D. Afonso V. A nobreza portuguesa seguia de perto os passos da nobreza castelhana que detinha no reino vizinho uma força difícil de controlar.

No século XV algumas famílias de relevo dominam o panorama social. Em Trás-os-Montes os Távoras e os Sampaios; no Entre Douro e Minho os Coutinhos, os Pereiras e os Limas; na Beira Interior dominam também os Coutinhos; no Alentejo os Melos, famílias que vitimam a população com roubos, violações e outras agressões que deixam a população consternada. Entre os muitos exemplos pode ser citado o ultraje de Fernando Coutinho sobre a população de Pinhel e seu termo que lesou cerca de duas centenas de pessoas, ou o de Rui de Melo que ameaçou de morte os moradores de Alvito que recorressem ao rei pedindo a sua intervenção. D. Afonso V em 1463 concede uma carta de segurança ao povoado de forma a manter a integridade física dos habitantes,

incluindo mulheres e filhos, carta que se manifesta insuficiente para controlar actos tão deploráveis.

Nas cortes de Torres Vedras de 1441 os procuradores da Guarda manifestam-se claramente contra os apaniguados, acostados e criados de Duarte de Meneses, Diogo Lopes de Sousa, Pero Lourenço Ferreira e Diogo Soares de Albergaria que figuravam entre os principais protectores de bandos. Nas mesmas cortes, Viseu protesta contra o número crescente de acostados da nobreza, entre os principais elementos são nomeados alguns fidalgos como Gomes da Silva, Diogo Soares, Fernão Soares, Duarte de Bragança, Duarte de Meneses, Gonçalo Coutinho e Luís Coutinho e alguns bispos como Luís da Guerra –bispo da Guarda– e os bispos de Lamego João Vicente e João da Costa, entre outros. Ainda nestas cortes, Lamego não deixa de criticar a acção de Vasco Fernandes Coutinho e o próprio bispo João Vicente e Pinhel apresenta alguns dos contratempos criados por Gonçalo Pereira e por João de Gouveia, alcaide de Castelo Rodrigo. Penamacor agravava-se contra Pero Lourenço Ferreira, que com frequência ameaçava os moradores da vila e os assaltava. Muitos outros concelhos repetem estes agravos.

Estes abusos da nobreza apontados nas cortes de Torres Vedras de 1441 são repetidos nas cortes reunidas nos anos seguintes. Os mesmos agravos, os mesmos intervenientes. A situação não era de resolução fácil face ao poder da nobreza detentora de amplos poderes. Receiam-se os elementos da nobreza que com os seus bandos promovem os mais diversos desacatos. A população vive um temor constante que a impede de deslocar-se com normalidade e proceder às tarefas despreocupadas do dia a dia. Os agravos por eles praticados não têm limites: mortes, roubos e violações fazem parte do quotidiano destes bandos liderados pela nobreza mais conceituada. Os abusos sobre os lavradores são mais que uma constante, pois dispõem destes homens como se fossem suas pertenças e conforme o seu desejo.

No ano seguinte de 1472, reúnem-se novas cortes que se prolongam até 1473. Estas cortes iniciam-se em Coimbra e terminam em Évora. O tema de destaque prende-se com o assentamento da nobreza do reino, em particular a casa de Bragança. O crescente poder da nobreza é nestas cortes evidente. Os mesmos abusos repetem-se.

Estava em causa a corte e o mau exemplo que daí advinha. Acusam D. Afonso V de ter em sua casa fidalgos em excesso e muitos que não o são de nascença e pouco interessados pela aprendizagem da leitura, escrita e gramática. Uma

nobreza que vivia na corte e não merecia tal privilégio. Uma corte que relaxava nos comportamentos culturais e sociais e nos costumes pelos quais a corte de D. João I e D. Duarte se recordavam.

Estavam ainda em causa os homens que envolviam D. Afonso V e que com ele conviviam e eram por ele protegidos. As promoções de moços da corte a escudeiros, a protecção que conferia aos seus criados e aos fidalgos de corte e a permissão do uso indevido de vestuário de luxo, predispunham ao descontentamento dos que exigiam da corte e do seu rei uma acção irrepreensível.

As cortes reunidas nos anos de 1472-1473 mostram sérias acusações contra a política de D. Afonso V de patrocinar a nobreza. Contestam como sendo «pecado mortal» a alienação de bens da coroa, e remetem para o incumprimento do rei da legislação sobre a jurisdição dos fidalgos contida no livro segundo das ordenações afonsinas.

No final do reinado de D. Afonso V, principalmente os anos de 1480 e 1481, vive-se um intensificar de acções reprováveis por parte da nobreza. Por estes anos salienta-se um dos mais graves conflitos vividos no reinado em questão. A violência conhecida de Fernando Coutinho, marechal do reino, e de seu filho Henrique Coutinho, ficara na memória da população de Pinhel. Pai e filho promovem um assalto à população de Pinhel e ordenaram aos seus homens de armas que disparassem sobre os indefesos habitantes. Uma verdadeira chacina ocorreria por estas terras. Como se não bastasse, uma correria promovida por estes intervenientes destruía as casas da povoação e saqueava todos os bens possíveis de se moverem.

Pela prática de acções violentas ficou conhecido o conde de Marialva, D. Gonçalo Coutinho, que atingiu tal natureza que D. Afonso V o mandou prender e privou-o dos castelos do Sabugal e de Lamego. Contudo, perante a intervenção de D. Maria de Aragão e de D. Isabel, D. Afonso V concede-lhe carta de perdão.

A nobreza exerce também actos de abuso e violência através dos cargos que ocupa por nomeação régia. Sintomas de agitação prendiam-se com a conhecida corrupção destes oficiais da administração, com o grande aumento de privilégios que adquiriam através do cargo, pelas inúmeras isenções recebidas pelo desempenho das actividades e pelos abusos sucessivos cometidos pela autoridade que lhes era delegada.

Entre os oficiais régios, os corregedores são os que com mais frequência são apontados. Certamente porque oriundos da nobreza provincial dominante, estão habituados a agir como membros de um grupo e a usar os seus métodos. Pecam assim pelo abuso de poder e pela agressividade por vezes desmedida. Outros se seguem como meirinhos, oficiais de justiça régia, oficiais de recrutamento e de cobrança de impostos. Nas cortes de 1459 reunidas em Lisboa, os procuradores concelhios, cansados dos agravos causados pelos corregedores das comarcas solicitam ao monarca a sua extinção, que como seria de esperar o rei indeferia.

Estes oficiais perturbam o bom funcionamento da gestão concelhia e promovem desacatos dentro do âmbito municipal. Interferem nas eleições para os órgãos dos concelhos e na função adstrita a cada um e permanecem demasiado tempo à frente dos ofícios, o que permite a prática de abusos e um progressivo controlo das funções não inerentes ao cargo. Com frequência os oficiais régios e os seus apaniguados assistem às sessões de vereação concelhia e fomentam desacatos de vária ordem. Causando a confusão, interferem nas decisões.

Gomes Borges, escrivão da chancelaria, indivíduo que participara ao lado de D. Leonor como chanceler régio, era um destes oficiais malqueridos pela população de Lisboa. As cortes reunidas em Santarém em 1451 deixam transparecer os incómodos criados por este oficial no desempenho do seu ofício. Era acusado, justa ou injustamente, de desobedecer aos mandados do poder central e de agir por conta própria.

Algumas medidas de D. Afonso V relativas aos benefícios entregues à nobreza e aos seus comportamentos, geraram a mais acesa polémica e permitiram a contestação. Entre as mais rebatidas encontram-se as questões das tenças. Ao aproximar do ano de 1473 supõe-se que 35 % das rendas régias foram entregues a elementos da nobreza a partir da concessão de rendimentos fiscais, receitas de impostos, de direitos régios e dos domínios próprios da coroa, os reguengos. A situação é apontada pelos representantes concelhios como calamitosa. A alienação de direitos régios ou de terras da coroa para compensar a nobreza ou o clero, colocavam em risco o património da coroa ao qual os homens do reino se mostravam atentos. Estes reconheciam a importância da manutenção do património em mãos régias, origem das entradas monetárias no erário régio, e compreendiam bem o significado do aumento da propriedade senhorial. Em ambos os casos, de diminuição das rendas do rei ou do aumento da propriedade senhorial, os homens dos concelhos eram os principais lesados e atingidos.

Apreensivos, solicitavam a D. Afonso V que não entregue terras e tenças em dinheiro ao mesmo indivíduo, apelam à imposição de uma escolha que o

monarca deverá efectuar entre uma e outra forma de compensação da nobreza de forma a evitar o descalabro económico do erário régio. O mesmo relativo às tenças recebidas por casamentos que se somavam aos benefícios concedidos. Para colocar travão à constante outorga de tenças, os povos solicitavam que os montantes entregues por serviços prestados fossem realizados até determinada quantia, a impor pelo monarca, e a partir desse momento que o valor das tenças a atribuir se cingissem à legislação. Solicitavam ainda os procuradores concelhios presentes nas cortes de 1472-1473 que estas fossem, sempre que possível, substituídas por outras compensações régias economicamente menos devastadoras. Apesar do monarca prometer rever o sistema de concessão de tenças, a questão não terminará aqui.

Da mesma forma, as inúmeras concessões de coutadas de caça e de pesca entregues à nobreza, fora das áreas da sua jurisdição, geram alguma contestação dos procuradores concelhios. As coutadas estavam, também, sujeitas à apropriação abusiva por parte da nobreza que transformavam inúmeras terras em coutadas sem nunca ter recebido carta régia para o efeito.

Outra das questões que favorecia a nobreza e lesava largamente os concelhos diz respeito aos inúmeros privilégios de cedência de monopólio de comércio e fabrico de determinados produtos economicamente rentáveis como o pastel, curtumes, sal, grã, mel, cera, entre outros. O exercício de mercancia por parte da nobreza e a intromissão nos negócios dos mercadores não são bem vindos. Com alguma regularidade os mercadores eram impedidos de comprar mercadorias nas terras da nobreza e até incomodados se fizessem essas compras. O comércio português vivia da transacção de matérias-primas, de bens alimentares e de manufacturados produzidos nos meios agrícolas estabelecidos por terras senhoriais. Quando os seus proprietários entenderam que nos seus domínios se exploravam bens que produziam rendimento, iniciaram um processo que tentava, em seu benefício, fechar a concorrência externa. Esta monopolização económica da produção impulsiona algumas contrariedades entre os grupos sociais que tradicionalmente se dedicam às práticas comerciais e aos detentores da propriedade que tentam aceder e fechar o mercado que se encontra sob a sua alçada.

No entanto, a questão mais problemática e que se transformou na grande conquista da nobreza remete para a constituição das casas nobres. Todos os grandes senhores tinham casa própria onde residiam familiares mais chegados, sem casa própria, e um número de dependentes, mais ou menos relevante, de

acordo com o prestígio social. Nela residiam ainda homens de religião como confessores, capelães, pregador, moço de capela e outros que promoviam as actividades de culto e prestigiavam a casa. O grupo mais numeroso que acompanhava o senhor era constituído por escudeiros, gente ligada à câmara, à estrebaria, à caça, às actividades culturais e os moços e moças que desempenhavam as tarefas domésticas. Fora do núcleo senhorial, outros homens que habitam o senhorio e se dedicam às actividades económicas da região constituem os grupos atentos a qualquer chamado do seu senhor. Estes compõem quando necessário verdadeiros exércitos como os formados em Alfarrobeira pelo duque de Bragança e pelo duque de Coimbra.

4. Os espaços fixos e itinerantes da corte

Os espaços por onde se move o monarca, os espaços da corte itinerante, são espaços em movimento constante. O rei desloca-se com todo o seu séquito, o que obriga à existência de condições de habitabilidade com a dignidade exigida pela corte nos locais onde o monarca se encontra. Ao aparato montado pelo séquito régio associava-se o séquito da rainha e dos infantes.

D. Afonso V optou, pelas circunstâncias a que se viu obrigado, a deslocar-se só grande parte das vezes, e por isso deve ter optado por um número relativo de acompanhantes, o que lhe permitia maior mobilidade. Utilizou nas suas deslocações os paços antigos, conhecidos por reis anteriores. Os paços do castelo de Leiria, os paços velhos da vila de Leiria, os paços de Vila Nova da rainha, do castelo de Lisboa, da cidade de Lisboa, de Sintra, de Torres Vedras, de Santa Clara de Coimbra, da Alcáçova de Coimbra, de Moledo em Óbidos, da Serra, do castelo de Santarém, da vila de Santarém, de Almeirim, de Aveiro, de Évora, de Xabregas, do castelo de Montemor-o-Velho, de Muja, de Setúbal, de Vimieiro, do Porto de Selir, de Alenquer, de Vila Nova da rainha, da Guarda e de Pinhel, entre outros.

Para estes paços D. Afonso V nomeava paceiro e encaregados de obras que iam procedendo a restauros, acrescentos ou a embelezamentos. Os paços tinham capela para a qual o monarca nomeava capelão. Estes recebiam pelas tarefas tenças anuais ou outro tipo de pagamentos. A título de exemplo, Diogo Gil comprometia-se a reparar e conservar os paços de Sintra, sendo as obras a custo do rei, e em troca recebia uma tença anual de 7000 libras a retirar das sisas recebidas em Sintra. Álvaro de Pazes paceiro do paço régio da cidade de Coimbra, recebia uma tença anual de 2000 reais brancos, um moio de trigo e 30 almudes de vinho. Muitos paceiros além do rendimento anual recebem privilégios do monarca.

Os paços da Serra, localizados em lugar inóspito e despovoado, mereceram a atenção de D. Afonso V que em 1443 privilegia 30 pessoas que fossem viver para a Serra com a obrigação de fornecerem alojamento aos acompanhantes do rei. Recebiam em compensação alguns privilégios de isenção de impostos e serviços. A partir de 1451 assistimos a obras neste paço. Outras obras estão documentadas em Lisboa, Santarém e Sintra.

Alguns destes paços frequentados por D. Afonso V caíram em decadência, o que o motivou a entregar o espaço para reutilização. Este foi o caso do paço de Xabregas que em 1450 foi doado com a respectiva horta aos frades da Ordem de São Francisco. Em 1455 D. Afonso V entrega umas casas, pardieiros e fonte que faziam parte dos paços de Xabregas para construção do mesmo mosteiro da Ordem de São Francisco.

Os paços régios eram frequentados apenas pela corte na deslocação do rei. No entanto, perante pedido expresso, o monarca concedia licenças especiais para a utilização dos paços, se entendesse que a petição provinha de alguém também especial. Em 1450, D. Isabel, mãe da rainha D. Isabel, obtém licença para pousar nos paços do castelo de Montemor-o-Velho e nos paços de Santa Clara de Coimbra, paços incluídos nas terras senhoriais do ducado de D. Pedro.

Em torno da corte permanecem servidores, compradores, carregadores que efectuam o abastecimento e promovem as tarefas mais árduas. A corte em deslocação exige que estes funcionários se desdobrem em todas as povoações por onde o monarca passa. Onde o rei está, é sempre necessário um bom núcleo de comerciantes e almocreves que promovam as compras locais e um bom número de servidores para manter a corte sempre funcional. Pelo grande número de carregadores que a forneciam, é possível verificar a exigência do provimento de inúmeros produtos vindos dos locais mais próximos, onde os bens alimentares perfazem as primeiras necessidades e de outros mais longínquos trazidos em cargas que pretendem suprir as falhas locais. A presença de mercadores de longo trato e de caravelas ao serviço dos elementos da corte permite verificar que as compras pessoais eram feitas no exterior, certamente nos mercados europeus onde as tendências da moda, sobretudo a nível do vestuário, tinham o seu epicentro, com destaque para os mercados italianos e do Norte da Europa.

A presença de especieiros, merceeiros e mercadores da corte régia, anuncia um abastecimento de produtos de luxo de forma constante. Para que efectuassem da melhor forma o abastecimento das casas reais eram-lhes concedidos privilégios vários como isenções de impostos relacionados com as transacções de mercadorias, isenção de pousada ou de serviços concelhios. Privilégios a que todos concorriam.

Muitos outros dedicavam-se a tarefas domésticas ou de apoio aos elementos da corte. Entre os domésticos salientam-se os ligados à cozinha, copa e câmara. Entre os elementos de apoio encontram-se carpinteiros, cristaleiros, ourives, ferreiros, barbeiros, cirieiros, sapateiros, celeiros, correeiros, alfaiates, borladores, peliteiros, jibeteiros, físicos, cirurgiões e boticários, entre outros. É de salientar que entre os homens ligados à confecção e à área de saúde encontram-se sobretudo judeus, artesãos e físicos hábeis. De enumerar ainda indivíduos ligados a actividades com características lúdicas como reis de armas, arautos, ministreis, cantores, tocadores, pintores, entre outros.

Todos os que moravam ou de alguma forma estavam ligados à casa régia enquadravam-se na responsabilidade social do monarca. Assim os casamentos eram promovidos e apoiados economicamente pelo rei, mas este deveria interferir dando ou não autorização para o acontecimento. Pelo mesmo facto, não podiam abandonar a corte sem prévia autorização régia.

O *Livro Vermelho de D. Afonso V* revela alguns elementos significativos da vida na corte e do ambiente diário criado em volta do monarca. Para que o serviço a dispensar à casa régia fosse realizado e determinado com rigor, D. Afonso V elaborou algumas normas que o organizam e orientam. Pretendia o monarca estar sempre apoiado de homens da sua confiança e evitar a presença indesejada de alguns. Assim, os porteiros da câmara régia tinham como obrigação estar sempre presentes nas horas a que o monarca se deitava e se levantava. Para o concretizar rigorosamente e evitar falhas elaboravam-se turnos. Impunha D. Afonso V que a sua câmara fosse permanentemente assistida, mas apenas por quem o rei desejava. Nos momentos em que o monarca se vestia ou repousava só poderiam entrar no compartimento os homens da sua confiança, do seu conselho ou alguém especial chamado pelo rei. As refeições do monarca eram, da mesma, forma objecto de vigília por parte de um porteiro que apenas permitia a entrada a indivíduos a quem fosse concedida autorização pelo porteiro mor, pelo vedor ou pelo próprio rei.

Para proceder a despachos o monarca reunia em câmara própria designada de Câmara do Estado. Este local era também guardado e de acesso restrito. Na ausência do monarca um reposteiro vigiava a porta desta câmara, de forma a que não entrassem estranhos ou pessoas não autorizadas e os segredos não fossem violados.

Na ausência do rei do paço régio, os reposteiros ficam encarregues de proceder à vigilância da casa régia. Estes dividem-se entre a câmara do rei e a do estado e velavam pelas roupas, camas e pelos segredos de estado.

As normativas para a iluminação da casa régia são curiosas e de relevo para o estudo do ambiente da casa real. Ordenava D. Afonso V que fosse colocada uma grande lanterna na entrada do paço em local seguro, na sala das refeições

uma vela deveria arder de forma continuada, no compartimento em que o rei ceava deveria ser colocada uma tocha no topo da mesa, a câmara do estado, por seu turno, deveria estar iluminada por uma tocha delgada colocada num castiçal alto de madeira bem lavrado e pintado, assente no meio do compartimento, e na câmara do rei uma vela seria colocada permanentemente. A iluminação da casa estava a cargo do vedor que zela pela segurança e substitui as velas e tochas que se apagarem.

Quando a corte se deslocava para um determinado local, funcionários encarregues de promover a aposentadoria e o bom fornecimento de bens à comitiva iam à frente. Estes encarregavam-se de encontrar casas que alojassem o séquito que acompanhava o monarca e, perante a inexistência de paços régios, o próprio monarca. Só carta de privilégio emanada das chancelarias régias poderia isentar algumas casas de receberem membros da corte e seus acompanhantes.

No reinado de D. Afonso V os itinerários da chancelaria revelam movimentos e estadias que necessitaram de uma preparação mais ou menos intensa. Algumas festas onde a cor, a música e as danças quebraram a monotonia do silêncio diário.

D. Afonso V nasce em Sintra, paço onde permaneceu na companhia da mãe e dos irmãos durante a infância, e aqui ocorreu o seu primeiro grande momento: depois da morte de D. João I foi jurado príncipe pelos infantes e nobreza do reino. Comenta Rui de Pina que foi o primeiro filho de rei a intitular-se de príncipe.

Voltamos a ter notícias do percurso de D. Afonso V através de Rui de Pina que o localiza nas cortes de Leiria de 1438. Refere o cronista que após o encerramento das cortes partiu para Évora. A deslocação para esta cidade não foi a melhor escolha, pois a localidade é devastada por uma peste que obriga o rei, a rainha e os infantes a recolherem a Avis, onde se encontravam também os infantes D. Pedro e D. João e o conde de Arraiolos, entre outros fidalgos. Como a peste sentida em Évora se alastrou à área de Avis, D. Duarte pediu para que os infantes e os elementos da nobreza se afastassem para evitar o contágio. O infante D. Pedro regressou a Coimbra e D. João a Alcácer do Sal onde se encontravam as respectivas esposas. No final de Agosto, D. Duarte desloca-se com D. Leonor e os filhos para Ponte de Sôr e daí para Tomar. Pousaram nos Paços da Ribeira onde D. Duarte adoeceu, e foi levado para os paços do mosteiro onde faleceu.

No dia 9 de Setembro de 1438 o infante D. Pedro, que de imediato deu início às questões protocolares relacionadas com as cerimónias fúnebres, fez um «assentamento», desde o convento aos paços do castelo da vila, «ricamente guarnecido». Todos se vestiram de acordo com a ocasião e D. Afonso, com vestes reais, saiu ao local onde foi colocado na cadeira real e declarado rei.

Permaneceu a corte em Tomar até ao fim do mês de Outubro, data em que partiu para o mosteiro da Batalha onde D. Duarte foi sepultado. Da Batalha D. Afonso V partiu para Torres Novas onde de novo se reuniram cortes. No dia da sessão de abertura foi colocado um estrado na praça da igreja de Santiago da vila. Um cenário decorativo acompanhava o monarca e concedia ao momento grande visibilidade.

De Torres Novas partiu a rainha com os infantes para Lisboa. O ano corrente caracterizava-se por uma parca produção económica e por isso a rainha escolheu a cidade portuária com maior capacidade de abastecimento para que nada faltasse na corte.

No mês de Março do ano de 1439 a peste invadiu Lisboa. A infanta D. Filipa faleceu vitimada pelo contágio. A rainha saiu para a quinta de Monte Olivete, em Santo Antão, e D. Afonso V e D. Fernando recolheram a Almada. Seria uso corrente em período de peste afastarem-se os membros da família real, como tinha ordenado D. Duarte no ano anterior, para diminuir as possibilidades de contágio. Em Agosto D. Leonor parte de Santo Antão para Sacavém. D. Afonso V encontra-se com D. Pedro em Lisboa, e parte, depois, o monarca, para Sacavém ao encontro de D. Leonor.

Os acontecimentos em Lisboa sucediam-se contra a regência de D. Leonor. A rainha, D. Afonso V e os irmãos deslocam-se para Alenquer onde permanecem durante algum tempo por segurança. Perante o agravamento dos movimentos políticos centralizados na cidade de Lisboa, abandonam Alenquer e transferem-se para Santo António, onde chegam em plena véspera de Natal. Acordaram reunir-se em festa, naturalmente por ser Natal. De Santo António, D. Afonso V foi de barco até Lisboa onde foi recebido e levado à Sé e aos paços da Alcáçova. Em Lisboa decorreram novas cortes que tentavam encontrar soluções para pacificar o momento. Após o termo das cortes, a comitiva que acompanhava o monarca voltou a Santo António, onde D. Afonso V se despede de sua mãe que parte para Sintra levando consigo as infantas. D. Pedro, D. João e o infante D. Henrique correram a Santo António e deslocaram D. Afonso V e D. Fernando para Lisboa.

A próxima notícia relativa à presença do monarca refere a sua estância em Santarém de onde, por motivos de peste, foi obrigado a partir para Alenquer. Com frequência a peste grassava nas cidades do reino, o que obrigava a uma deslocação da corte para locais onde o risco diminuía.

Em 1441 reuniram-se cortes em Torres Vedras, e em Óbidos realizou-se a primeira cerimónia de casamento de D. Afonso V com D. Isabel. Estava assegurada a ligação entre os dois primos.

Em 1446 D. Afonso V cumpria catorze anos. Reuniram-se cortes em Lisboa, e na sala grande dos paços foi proferida a oração do doutor Diogo Afonso Mangancha.

No início de 1447 Rui de Pina dá a notícia de que D. Pedro partia com D. Afonso V para o lugar das Alcáçovas onde se encontraram com D. Isabel, mulher do infante D. João e as suas filhas D. Isabel e D. Beatriz. Aí casou D. Isabel com o rei de Castela por intermédio de García Sánchez de Toledo, e D. Beatriz casou com o infante D. Fernando. Em Maio desse ano realizaram-se em Lisboa grandes festas em honra de Isabel, rainha de Castela. Terminadas as festas, D. Pedro levou D. Isabel a Coimbra, onde novamente se festejou o casamento, e daí a Pinhel, onde o rei de Castela a veio receber.

No mês de Maio de 1447, em Santarém, D. Afonso V consumava o casamento com D. Isabel. Iniciava-se o mal-estar entre D. Afonso V e o regente D. Pedro. Os acontecimentos precipitavam-se: D. Afonso V parte de Santarém para Lisboa onde se encontra com o infante D. Henrique e com o conde de Abranches, e segue depois para Sintra.

No início de Outubro de 1447 parte de Sintra para Lisboa e para Santarém, lugares que se encontravam mais próximo dos grandes acontecimentos. D. Isabel encontrava-se em Santarém, e, aproveitando a presença do rei, apela a favor de D. Pedro. Neste período o monarca desloca-se entre Lisboa e Santarém em virtude dos acontecimentos políticos. Em 1449 o encontro fatídico de Alfarrobeira assinalava novo período na história de Portugal da Idade Média.

D. Isabel mantinha-se em Santarém, onde soube da notícia da morte de seu pai. D. Afonso V manteve-se no campo de batalha três dias que encontraram necessários para declarar vitória. No final desses três dias partiu para Lisboa onde foi recebido com triunfo. O monarca enviou alguém da sua confiança a Santarém e solicitou à rainha que viesse ao seu encontro a Lisboa. D. Isabel partiu de Santarém para Lisboa, acompanhada das suas damas e casa, e

D. Afonso V saiu a recebê-la com grande cerimónia protocolar. O reencontro entre os cônjuges decorria da melhor forma.

D. Afonso V manteve-se algum tempo em Lisboa por exigência dos acontecimentos políticos. Enviou cartas ao papa e aos príncipes cristãos e esperou resposta. Recebeu uma embaixada de Isabel da Borgonha sua tia com as já explanadas reclamações e pedido de entrega do corpo de D. Pedro que, uma vez conduzido à Borgonha, lhe daria sepultura condigna. Receoso, D. Afonso V solicita a D. Lopo de Almeida que translade o corpo do infante D. Pedro para o castelo de Abrantes onde ficaria sob sua guarda. Iniciou neste momento o processo de concessão de terras a benefícios aos seus partidários, acção que viria a marcar toda a sua política interna. Salienta-se a doação de Guimarães ao duque de Bragança, que, como refere Rui de Pina, sempre o solicitara a D. Pedro. Solicitou ainda o duque de Bragança a D. Afonso V a cidade do Porto, a qual o monarca lhe fazia tenção de entregar se não fossem as reclamações dos honrados cidadãos. O duque de Bragança detinha neste momento um ascendente enorme sobre D. Afonso V.

Assinalam-se nos itinerários de D. Afonso V deste ano algumas saídas por Óbidos em Agosto e pelos Paços da Serra em Setembro. Regressa em meados de Setembro a Santarém e a Almeirim onde permanece no mês de Outubro. A partir de 27 de Outubro surgem as primeiras referências à presença do rei em Évora.

No Natal de 1449, mantinham-se o rei e a rainha em Évora quando acontece o assalto à judiaria da cidade de Lisboa. No dia 26 o rei chega à cidade onde o clima de tensão o obriga a voltar a Évora.

D. Afonso V volta regularmente ao Alentejo nos meses de Inverno. A sua opção por esta área reside no facto de o Alentejo ser menos rigoroso na época de frio e mais saudável. A presença da corte em Évora assinala-se desde Janeiro de 1450 até meados de Maio. Durante estes meses, D. Afonso V promove alguns percursos pelo Alentejo, registando-se a sua presença em Arraiolos, Pavia, Elvas, Portel, Vidigueira e Beja.

No início de 1450 D. Afonso V recebeu em Évora carta de Frederico III, rei dos Romanos, que pretendia casar com D. Leonor. O monarca permanece nesta cidade entre o início de Fevereiro e fim de Abril, o que aponta para a chegada do porta-voz do imperador alemão por estes meses. De imediato o doutor João Fernandes da Silveira é enviado à corte do rei de Nápoles, onde se encontravam os embaixadores de Frederico III. Rui de Pina revela que o doutor João

Fernandes da Silveira partia em Junho para Nápoles para proceder à resposta. Deve ter partido de Lisboa, cidade para onde D. Afonso V se deslocou logo nos primeiros dias de Junho e onde se manteve até meados de Agosto. A partir deste momento as referências à sua presença em Sintra redobram. Regressa nesse ano ao Alentejo, no mês de Novembro, e em seguida o monarca centraliza a sua acção em Santarém. Daqui empreende uma viagem ao mosteiro de Santa Maria da Vitória entre os dias 27 de Novembro e 5 de Dezembro, regressando nesta data a Santarém.

Os embaixadores do imperador alemão vinham a Portugal no início de 1451 para com grandes festejos conduzir D. Leonor para Itália, mas, no caminho de Santiago, são assaltados. Demonstrando grande hospitalidade, Afonso de Nogueira, bispo de Coimbra e depois de Lisboa, foi ao seu encontro e ofereceu-lhes guarida e panos finos comprados em Coimbra.

Entretanto, D. Afonso V continuava em Santarém onde se encontrava desde o final do ano de 1450. Em meados de Janeiro promove uma viagem por Montemor-o-Novo, Évora, Arraiolos, Elvas, Arronches, Fronteira, Sousel, Muge e Setúbal, e regressa a Santarém no final de Fevereiro.

Segundo Armindo de Sousa, a 30 de Março teriam início as cortes de Santarém, mas um ligeiro atraso coloca o primeiro dia de cortes no dia 3 de Abril. O mesmo autor aponta o termo das cortes para o dia 18 de Abril. O monarca deve ter mudado para Almeirim nessa data enquanto que os trabalhos de cortes finalizavam com a entrega das últimas cartas.

De Abril a Junho manifestou-se a sua presença por Almeirim, Montemor-o-Velho, Penela, Alenquer e Carnide, e só em meados de Junho mudará a corte para Lisboa. Entre Junho e Julho detecta-se a presença do monarca em Vila Franca, talvez como supervisor dos preparativos que estavam a ser preparados na vila para a chegada dos embaixadores. D. Afonso V faz a última visita a Vila Franca a 10 de Julho. A partir deste momento a presença do monarca encontra-se retida em Lisboa.

Os embaixadores chegaram a Vila Franca a 30 de Julho, onde foram recebidos pelo infante D. Henrique com grandes festividades. Nessa noite pernoitaram nos paços do Lumiar e no dia seguinte entraram em Lisboa. O espaço escolhido para os receber foi o paço da Alcáçova, na sala grande «muito aparelhada», sala que o monarca escolhia para ocasiões especiais. D. Afonso V recebeu-os sentado na sua cadeira colocada no estrado, e acompanhado de elementos da nobreza mais próximos. Após a cerimónia protocolar, os embaixadores hospedaram-se nos estaus do Rossio, pois, como refere Rui de Pina, foram «aparelhadas as casas necessárias como a tais pessoas compria». O estau, edifício onde é possível instalar um grupo de homens da nobreza e onde lhe eram facultadas camas, roupas, alfaias domésticas e cavalariças, foi recheado de mantimentos e provisões, entre outros, em muita abundância, sem cobrança de pagamento algum. Revela Rita Costa Gomes que a construção destes estaus localizados no Rossio remontam ao reinado de D. Duarte. Estavam concluídos na regência de D. Pedro e podiam ser utilizados mediante pagamento. Foram construídos junto ao paço senhorial do conde de Ourém. Em 1451 era uma construção nova de relevo na cidade de Lisboa, facto que revela o melhor tratamento conferido por D. Afonso V aos embaixadores do imperador alemão, que aí permaneceram alguns dias. O contrato de casamento foi analisado com grande rigor.

Um dos momentos mais marcantes desta embaixada acontece no dia em que o procurador de Frederico III deveria conhecer a infanta D. Leonor. O encontro realizou-se nos paços do duque, junto de São Cristovão, no domingo 9 de Agosto. Estavam presentes D. Afonso V, D. Fernando, o infante D. Henrique, condes, prelados e outros nobres senhores. Entre os elementos femininos destaca-se a presença da rainha, da infanta D. Joana e das donas e donzelas das suas casas.

Um dia de grande alegria completado com cartas de perdão e quitação de dívidas, convite do monarca para vinhos, frutas, danças e festas que duraram toda a noite e se prolongaram pelos dias em que a imperatriz se manteve na cidade até à partida. Em todos os dias se fizeram banquetes em que participavam o rei, a rainha, os infantes e os embaixadores. D. Fernando, o infante D. Henrique e outros senhores mandaram fazer momos. Salientavam-se os do infante D. Henrique pela sua «riqueza e singular envenção». D. Afonso V desafiou os cavaleiros a participarem em justas reais que mantiveram durante estes dias na Rua Nova. Participou o infante D. Fernando com seus «ventureiros vestidos de guedelhas de seda fina como salvagens em cima de bons cavalos investidos e cobertos de figuras e cores», que venceu a justa. Foi-lhe entregue uma taça que logo entregou a Diogo de Melo. Participou também o infante D. Henrique com seus homens. Touradas, jogos de canas, entremeses e muitos outros divertimentos acompanharam a comemoração.

No dia da partida outro cerimonial foi produzido por D. Afonso V. Em cortejo foram à missa à Sé de Lisboa. O cortejo real seguia a cavalo. O rei à frente

com a imperatriz e atrás vinham a rainha Isabel com D. Fernando, a infanta D. Catarina com o infante D. Henrique e a infanta D. Joana com o conde de Ourém. Os acompanhantes do cortejo iam a pé. Na igreja cada um ocupou o seu lugar protocolar. A imperatriz e as infantas suas irmãs ocuparam o lugar do rei atrás da cortina. O rei, excepcionalmente por D. Isabel estar grávida, ocupou o lugar junto da rainha, numa capela da charola.

Terminada a missa todos, excepto D. Isabel, acompanharam D. Leonor ao cais da Ribeira onde embarcaria. Acompanharam a imperatriz o conde de Ourém, a condessa de Vila Real com muitas donas e donzelas, o bispo de Coimbra e alguns elementos da nobreza. Partiram em duas carracas, seis naus e duas caravelas.

D. Isabel deslocou-se para Sintra onde nasceu o infante D. João que faleceu pouco tempo depois. De facto, os itinerários de D. Afonso V assinalam a sua presença em Sintra em Setembro e Outubro desse ano. Em finais de Novembro volta ao mosteiro de Santa Maria da Vitória.

No ano de 1452, ano do nascimento de D. Joana, os itinerários de D. Afonso V revelam uma presença prolongada em Évora desde finais de Fevereiro até Dezembro. Durante este período registam-se passagens do monarca por terras Alentejanas como Noudar, Serpa, Moura, Mourão, Viana do Alvito e Vidigueira. Em finais de Agosto desloca-se para Coimbra, Tentúgal, Montemor-o-Velho, Óbidos, Penela e Tavarede, embora os registos continuem a surgir em Évora, o que certamente indica a continuidade da rainha por estas terras. Ao longo do ano, D. Afonso V permanece mais tempo em Évora sem saídas, desde finais do mês de Maio, nos meses de Junho, Julho e inícios de Agosto. Teria provavelmente D. Joana nascido em finais do mês de Maio. De facto se D. Isabel estava grávida de D. João em Agosto, aquando das festas do casamento de D. Leonor como se verificou através da preocupação de D. Afonso V e das quebras de protocolo que a gravidez obrigou, D. João teria nascido em Sintra em inicios Setembro ou ainda em finais de Agosto, local para onde se deslocou a corte pelo menos desde o dia 20 de Agosto. Assim, D. Isabel teria engravidado de D. Joana a partir do mês de Setembro de 1451.

Nos meses de Agosto, Setembro e Outubro D. Afonso V desloca-se por Tentúgal, Coimbra, Montemor-o-Velho, entre outros locais da região para de novo se encontrar em Évora em Novembro onde permaneceu nos meses de Inverno. Em Outubro, nos dias 10, 11 e 12, a sua presença assinala-se novamente no mosteiro da Batalha.

Outro dos momentos que preenchem o cerimonal da corte, conhecido através de Rui de Pina, prende-se com o momento de fuga de D. Fernando em direcção a Ceuta. Depois de convencido do regresso, entra em Portugal por Castro Marim a 7 de Fevereiro de 1453, onde o esperava o infante D. Henrique com grandes festas. Ali permaneceu durante oito dias, durante os quais mandou fazer roupas para si e para os fidalgos que o acompanhavam dos panos de seda e lã comprados em Cádis. De Castro Marim deslocou-se a Mértola e daí a Évora onde o rei o esperava. Os itinerários de D. Afonso V revelam que por esta altura a corte estava em Évora. Rui de Pina menciona a presença da corte em Beja, um provável engano do cronista que a longo prazo não descreveria com correcção todos os pormenores da corte. No dia 27 de Fevereiro, primeira sexta-feira da Quaresma, o rei saiu da cidade três léguas, segundo descreve Rui de Pina. O rei e corte mostraram grande alegria em rever D. Fernando. Conta o cronista que o D. Afonso V e D. Fernando «foram falando até à vila». A forma coloquial com que a cena é descrita anuncia a boa relação existente entre o rei e o seu irmão e o modo com que a familiaridade do rei suplantava o seu estatuto. Os dois irmãos demonstravam grande satisfação nos encontros, o mesmo agrado que revelavam D. Pedro e D. João. Na vila, por ordem do rei, saiu muita gente a receber o infante e logo grandes festas acompanharam esses dias. Para contentar o irmão que desejava aventura e a guerra em África, D. Afonso V doou-lhe Beja, Serpa e Moura.

Os itinerários assinalam a presença do rei em Évora desde Fevereiro de 1452 a Agosto de 1453. Durante este período o monarca deslocou-se pelo Alentejo e pela área de Coimbra. Desde o final de Agosto até meados de Outubro o monarca encontra-se entre Tentúgal, Coimbra e Penela. Passou em fim de Outubro pela Lousã e daí dirigiu-se à Guarda passando por Manteigas, Covilhã, Belmonte, Penamacor e Sardoal. Dirige-se para Viseu pelos dias 20 do mês de Novembro, e aqui se instalou até ao início de Abril de 1454. O mês de Maio foi passado em Salvaterra, e nos últimos dias do mês viajou para Lisboa, onde permaneceu até ao final de Julho. Por estes dias instalou-se em Sintra onde permaneceu até ao final de Setembro. No final de Agosto, quando foi concebido o príncipe D. João, a corte encontrava-se em Sintra e não em Almeirim, como refere Rui de Pina. Até ao final do ano os itinerários de D. Afonso V revelam a emanação de documentos em Atouguia, Paços da Serra, Lisboa, Santarém e de Sintra. Nos últimos dias de Dezembro fixa-se em Lisboa e Santarém onde permaneceu com maior intensidade.

Nos primeiros meses do ano de 1455 D. Afonso V localiza-se entre Lisboa, Santarém, Almeirim, Montemor-o-Novo. Fixou-se em Lisboa em meados de Março, onde permaneceu até meados de Agosto quase ininterruptamente. Neste período há a salientar a reunião de cortes nesta cidade que ocorreu segundo Armindo de Sousa de 5 a 25 de Março.

A assinalar, ainda, no dia 3 do mês de Maio, segundo Rui de Pina, o nascimento do príncipe D. João em Lisboa, que uma semana depois foi baptizado na Sé de Lisboa pelo bispo de Ceuta. Fernando levou o príncipe acompanhado pelo infante D. Henrique, pelas infantas e por diversos elementos da nobreza. Foram padrinhos o duque de Bragança e Vasco de Ataíde, prior do Crato e madrinha Beatriz de Villena, mulher de Diogo Soares de Albergaria. Um mês depois, o príncipe foi jurado em Lisboa como legítimo herdeiro de D. Afonso V. As festas do baptizado de D. Afonso V encheram a cidade de Lisboa e duraram vários dias.

Após o nascimento do príncipe D. João, D. Afonso V trasladou o corpo de D. Pedro para a Batalha. Chegou a Lisboa onde esteve no mosteiro da Trindade e depois no mosteiro de Santo Elói. Daqui foi levado à Sé de Lisboa em procissão de bispos, cabido, e muitos religiosos que transportavam tochas acesas e rezavam. O cortejo passou pela Rua Nova e pela porta da Mouraria onde muita gente se juntara. O infante D. Henrique ficou encarregue da realização das cerimónias fúnebres, e, segundo refere Rui de Pina, não estava vestido de preto mas sim de azul escuro. Algumas damas preferiram trazer véus tintos ou azuis escuros em substituição do preto. Pretenderia Rui de Pina esclarecer que em alguns havia algum ressentimento relativo a D. Pedro? Partiram para o mosteiro da Batalha onde se encontravam já o rei e a rainha que saíram a receber o corpo. Neste ano salienta-se ainda o casamento de D. Joana com Henrique IV de Castela.

Os meses de Setembro e Outubro e parte do mês de Novembro são passados em Santarém, embora com algumas deslocações. Provavelmente a trasladação do corpo de D. Pedro ocorre no fim de Outubro quando se detecta uma passagem do rei por Rio Maior e pelo mosteiro de Alcobaça. De novo a corte se desloca para Évora para o repouso de Inverno. Recolheram aos paços de São Francisco onde a rainha adoece e morre a 2 de Dezembro. No final do mês de Novembro e durante o mês de Dezembro a presença de D. Afonso V em Évora é quase uma constante.

D. Afonso V levou o corpo de D. Isabel ao mosteiro da Batalha onde foi sepultada numa capela do cruzeiro. Por altura do aniversário de D. Afonso V,

D. Isabel era sepultada no mosteiro da Batalha. No dia 19 de Janeiro de 1456, um documento da chancelaria assinala a presença do monarca no mosteiro de Santa Maria da Vitória. Daí regressa D. Afonso V a Évora onde certamente se encontravam os infantes.

Depois da morte da rainha, D. Afonso V ordenava que as ossadas de sua mãe fosse recuperadas em Toledo. O corpo de D. Leonor foi conduzido a Elvas onde o monarca a recebeu e daí partiram para a Batalha. Ao analisar os itinerários de D. Afonso V detecta-se a presença do monarca em Elvas de 25 de Março a 9 de Abril. A 20 de Abril assinala-se a presença de D. Afonso V no mosteiro de Alcobaça. Por esta data o corpo de D. Leonor era sepultado na Batalha. Apenas em sete meses D. Afonso V colocava no mosteiro de Santa Maria da Vitória os seus entes mais queridos.

No final de Abril assinala-se a sua presença em Carnide e em Lisboa, onde se manteve até ao final do ano. No mês de Junho decorreram as cortes em Lisboa que devem ter terminado no dia 15 de Junho.

O ano de 1457 foi passado a preparar a armada contra os muçulmanos em África, e não é possível reconstituir os itinerários de D. Afonso V para este período. Rui de Pina revela que antes do mês de Setembro D. Afonso V levou os filhos a Évora onde os deixou à guarda de D. Beatriz de Villena e de Diogo Soares de Albergaria. Voltou a Setúbal onde embarcou no último dia de Setembro. Embarcou na nau Santo António na companhia do irmão D. Fernando, então recuperado de uma doença. Entre a nobreza, Rui de Pina salienta a presença de D. Pedro, do marquês de Vila Viçosa, de D. Fernando, de D. João e seus filhos, de D. Álvaro de Castro e de Pero Vaz de Melo, entre outros. Em Sagres esperavam-nos o infante D. Henrique e o conde de Odemira, que viera de Ceuta. Passaram a Lagos onde o monarca pousou no castelo, onde estiveram oito dias à espera das frotas que saíram do Porto e do Mondego. A 10 de Outubro o monarca regressa à nau, no dia seguinte, antes de partirem, saíram para assistir a uma missa, e no dia 17 de Outubro partiram de Lagos com destino a África.

Três dias depois estavam em Alcácer. A cidade foi tomada e a mesquita transformada em igreja. Um altar foi colocado no interior da igreja. Aí rezou D. Afonso V que, como bom cristão, agradeceu a vitória.

Ainda nesse ano D. Afonso V regressa a Faro e daí parte para Évora, onde se encontram os infantes. Detecta-se a presença de monarca em Évora nos primeiros dias de Janeiro de 1458.

A sua passagem por Leiria e pelo mosteiro de Alcobaça nos meses de Março e de Abril, remetem para prováveis visitas ao mosteiro da Batalha durante esses meses. Em Maio e Junho detecta-se a presença de D. Afonso V em Estremoz e em Torres Vedras, em Julho em Estremoz, em Beja e em Évora, e, em Agosto, uma passagem por terras de Montemor-o-Novo e de novo Évora.

A peregrinação que fez a Guadalupe deve ter ocorrido pelos meses de Maio, Junho ou Julho de 1458, época em que D. Afonso V se encontra no Alentejo. O motivo para a peregrinação teria tido como fundamento a doença de D. Fernando no ano anterior. De facto, a doença do irmão e companheiro de aventura em terras de África era dolorosa para o monarca que tecia pelo irmão um grande carinho.

Em Setembro a sua presença em Setúbal marca nova partida para África. D. Afonso V permanece em Ceuta até finais de Novembro. A presença do monarca nesta praça marroquina deve-se à tentativa de recuperação de Alcácer efectuada pelos muçulmanos e à necessidade do reforço da praça recém conquistada. A construção das muralhas em torno de Alcácer não se constituía como tarefa fácil. Durante a sua estadia em Ceuta concede cartas de aposentação, inúmeras cartas de perdão aos homiziados pela participação na conquista de Alcácer Ceguer, privilégios e tenças à nobreza que participou na conquista. No mês de Dezembro regressa a Évora, onde se manteve até meados de Abril de 1459.

No mês de Maio estava o monarca em Lisboa quando recebeu a notícia de que Alcácer estava de novo cercada. Manteve-se na cidade nos meses de Junho e Julho, onde decorreram cortes. A data de início e de termo destas cortes não foi possível identificar com rigor, mas indica Armindo de Sousa que no dia 23 de Junho os trabalhos das cortes já tinham sido encerrados. Desta forma as cortes devem ter ocorrido nos primeiros dias de Junho. Em Agosto, estava o monarca em Santarém, quando recebeu a notícia de que os muçulmanos abandonavam o cerco, depois de cinquenta e três dias.

No dia 12 de Setembro D. Afonso V encontra-se no mosteiro de Santa Maria da Vitória de onde parte para a área de Coimbra e Tentúgal. A quem dava o monarca atenção especial além da sua esposa D. Isabel? Visita Aveiro e o Porto onde se encontra em finais de Outubro e princípio de Novembro.

Os itinerários de D. Afonso V assinalam a sua passagem por Ceuta no início de Novembro onde concede algumas cartas de perdão aos participantes na conquista de Alcácer e outras pelos serviços prestados em Ceuta. Ainda em Novembro regressa a Santarém onde se encontra até Fevereiro de 1460.

No final de Fevereiro de 1460 deixa Santarém e parte para Lisboa, Oeiras e novamente Lisboa. Aí se encontrava no mês de Abril quando D. Duarte, capitão de Alcácer, veio à corte onde foi recebido com grande entusiasmo. Teve com o rei longas conversas sobre África e sobre o avanço através das praças marroquinas. Dali partiram para Santarém onde o monarca o instituiu como conde de Viana e de Caminha. A cerimónia deve ter ocorrido nos primeiros dias de Maio.

Em Agosto faleceu em Tomar D. Afonso, marquês de Valença, filho mais velho do duque de Bragança, segundo Rui de Pina a quem o rei dedicava «uma afeição velha e grande». Apesar de não ter casado, deixou um filho, D. Afonso, que mais tarde foi bispo de Évora. A chancelaria contém poucos dados sobre as andanças do monarca neste ano. Sabemos através de Rui de Pina que tencionava D. Afonso V passar a Ceuta com um exército de forma a continuar as conquistas em África, mas a viagem ficou adiada porque o rei adoeceu gravemente. A doença do monarca deve ter sucedido nos meses de Agosto, Setembro e Outubro, meses em que se registam poucos documentos emanados pelo poder central e sempre emanados de Lisboa. Em Novembro, provavelmente já reestabelecido o monarca, viaja até Évora onde se dava início aos trabalhos de cortes nos primeiros dias de Novembro. D. Afonso V mantém-se em Évora onde passa o Inverno de 1460.

No mês de Novembro faleceu o infante D. Henrique em Sagres. Ficou sepultado na igreja de Lagos até à sua trasladação para a Batalha, que ocorreu no ano seguinte. As cerimónias fúnebres ficaram a cargo de D. Fernando, filho adoptivo de D. Henrique. Certamente a doença de D. Afonso V teria impedido que as cerimónias fúnebres ocorressem de imediato.

No ano de 1461 assinala-se a morte de D. Afonso, duque de Bragança. Sucedeu-lhe na casa de Bragança seu filho Fernando, marquês de Vila Viçosa, segundo filho do duque. Fernando duque de Bragança salientou-se nesse ano por ter efectuado algumas correrias em Marrocos, e, de volta ao reino, D. Afonso V concedeu-lhe o título de conde de Guimarães, que associou aos que já possuía. Pelo seu casamento com D. Isabel, filha de D. Fernando adquiriu o título de duque de Guimarães.

Assinala-se ainda nesse ano a morte de D. Catarina, irmã de D. Afonso V, no mosteiro de Santa Elena. Os anos de 1460 e 1461 marcaram-se pelas sucessivas mortes de figuras familiares próximas de D. Afonso V.

O ano de 1462 está marcado por preparativos de uma nova expedição a Tânger. O rei mantém-se em Santarém até meados de Maio e a partir desse

momento demarca-se a sua presença em Lisboa. Faz uma incursão pelo Norte do país nos meses de Junho e Julho, avistando-se no Porto, Viana, Valença, Monção, Braga, Guimarães e Ponte de Lima. Nos meses de Agosto e Setembro centraliza-se no centro do país em torno de Coimbra e Tentúgal para passar a Leiria e a Óbidos no mês de Outubro. Regressa ainda em Outubro a Lisboa, e, em fins de Novembro, parte para Estremoz. Neste ano D. Afonso V percorria as principais cidades de norte a sul. Seria sua intenção movimentar os homens para a participação na armada que partia no ano seguinte de 1463.

O monarca manteve-se em Estremoz até ao final de Janeiro de 1463. A viagem documentada que realizou a Nossa Senhora de Guadalupe em agradecimento pela cura da doença ocorrida em 1460, deve ter-se efectuado em fins de Janeiro ou inícios de Fevereiro de 1463, altura em que se encontra em Estremoz e se movimenta para Évora.

No mês de Fevereiro, D. Afonso V encontra-se em Évora e parte para Sacavém em meados desse mês, onde se mantém até aos primeiros dias do mês de Abril. Logo passa a Lisboa onde se fixa até aos primeiros dias de Novembro. Conta Rui de Pina que o monarca parte de Lisboa a 7 de Novembro e chega a Lagos no dia 9. Relata o cronista que nesse dia se levantou uma tempestade que surpreendia o monarca após a saída do porto de Lagos. Aconselhado a acolher a frota ao porto de Silves, o monarca decretou continuar viagem. A tempestade foi de tal ordem que os navios correram sérios riscos. O navio onde seguia D. Afonso de Vasconcelos naufragou, e salvaram-se por milagre as pessoas que nele seguiam. A tempestade durou até ao dia 12. Finalmente partiram para Ceuta onde chegaram dia 13. A tripulação dos navios foi a pé em peregrinação a Santa Maria de África.

Ao analisar a documentação da chancelaria de D. Afonso V foi possível detectar a presença de D. Afonso V em Belém no dia 5 de Novembro e no Restelo no dia 6. No dia 23 de Novembro surge um documento cujo local de emissão é Ceuta. A descrição de Rui de Pina acompanha a emanação de documentação da chancelaria. Ainda tentaram alcançar Tânger, mas os muçulmanos bem atentos ao desenrolar dos acontecimentos afastaram qualquer hipótese de assalto. Tornaram a Alcácer e depois a Ceuta. O monarca manteve-se em Ceuta até Março de 1464.

Durantes estes meses acontecem algumas peripécias: assinala-se a correria de Fernando por terras de Alcácer, a passagem do condestável D. Pedro para a Catalunha, o assalto a Tânger promovido pelo infante D. Fernando sem autorização de D. Afonso V, a terceira tentativa de assalto a Tânger que resultou em fracasso no início de Janeiro, o encontro entre D. Afonso V e Henrique IV em Gibraltar, uma correria promovida por D. Afonso V em torno de Arzila e o incidente trágico da Serra de Benacofu, onde faleceu Duarte de Meneses.

Voltou o monarca ao reino em meados de Março de 1464; desembarcou em Tavira e seguiu para Évora. Relata Rui de Pina que o séquito régio chegara na Páscoa desse ano. Os registos de chancelaria e o relato de Rui de Pina coincidem. O monarca chega a Évora em Março, parte de seguida para Elvas, e a chancelaria regista a sua estadia em Elvas entre meados de Abril e o final de Junho de 1464.

Rui de Pina faz menção a uma partida de Elvas para Guadalupe, a terceira peregrinação ao santuário, feita na companhia de alguns fidalgos «escolhidos secretamente». O motivo ou os motivos que levavam novamente D. Afonso V a Guadalupe prende-se com o agradecimento a Nossa Senhora pela protecção concedida durante a tempestade que D. Afonso V e D. Fernando viveram no mar no mês de Dezembro de 1463, quando partiram para África em busca da conquista de Tânger. As peregrinações a Nossa Senhora de Guadalupe, como aponta Isabel Mendes, não se faziam apenas por motivos de cura de doença, mas, entre outros motivos, pelo salvamento de tempestades e naufrágios. Muitos eram os marinheiros que procuravam a protecção da Nossa Senhora de Guadalupe. A peregrinação deve ter ocorrido nos meses de Junho ou Julho, período em que D. Afonso V sai de Elvas e se desloca pelo Alentejo.

Novo encontro entre D. Afonso V e Henrique IV ocorreu em Guadalupe, desta vez na presença de D. Joana. Este encontro estaria já programado desde Gibraltar. O monarca sabia que a melhor forma de não levantar suspeitas sobre os motivos secretos que D. Afonso V e Henrique IV tratavam seria promover um encontro num local já prometido para visitar por D. Afonso V.

Nos últimos dias de Julho de 1464, o monarca encontra-se na zona de Coimbra onde permanece no mês de Agosto. O mês de Setembro é passado em Tentúgal, voltando a Coimbra no início de Outubro. No final de Outubro desloca-se pela Covilhã, Castelo Branco, Fronteira e, em fins de Novembro, regressa a Estremoz para passar o Inverno.

Em Janeiro de 1465 D. Afonso V encontra-se em Avis. Entre Abril e meados de Julho percorreu Portalegre, Nisa, Castelo de Vide e Estremoz. Nos últimos dias de Julho avista-se na Guarda. Joana, rainha de Castela, encontra-se com o monarca em plenas cortes solicitando-lhe auxílio pelo agudizar dos movimen-

tos da nobreza que entretanto colocar D. Afonso no trono. As cortes devem ter reunido, segundo Armindo de Sousa, em Agosto e estavam já encerradas no dia 2 de Setembro. Fernando não se encontra em cortes, pois, mais uma vez, uma doença reteve-o na Covilhã.

D. Afonso V permanece na Guarda até meados de Setembro, deslocando-se em seguida para o norte, para Arganil, Coimbra e Porto, onde permaneceu uma longa temporada. Embora o local de emissão da chancelaria não refira a presença do rei na Covilhã para visitar o irmão é bem provável que o tenha feito na deslocação da Guarda para Coimbra.

No início do ano de 1466 o rei permanece no Porto, segue para Aveiro em meados de Janeiro e em fins de Fevereiro detecta-se a sua presença em Santarém. Nos meses de Abril e Maio desloca-se pelo Alentejo por terras de Avis, Portalegre e Silves. Fixou-se em fins de Maio em Estremoz onde permanece até ao final de Agosto. Movimenta-se em Setembro por Évora e em Outubro por Beja e Odemira, regressando a Évora em finais de Outubro, onde permanece até ao final do ano. Nestes últimos anos D. Afonso V concentrava-se em terras localizadas perto da fronteira com Castela.

O ano de 1467 é pobre em descrições dos movimentos da corte, registando-se apenas uma referência para a passagem pelo mosteiro de Santa Maria da Vitória no mês de Setembro. D. Afonso V dá continuidade à criação de D. João I quando ao construir o mosteiro da Batalha o faz com o intuito de seus filhos ocuparem esse espaço depois da morte. D. Afonso V encarregou-se de aí colocar o infante D. Pedro, sua mulher, D. Isabel, sua mãe, D. Leonor e seus tios D. Fernando e D. Henrique. A todos reservou um momento especial, digno de cada um.

O ano de 1468 é passado entre Santarém, Torres Vedras, Lisboa e Sintra. A situação em Castela era preocupante, e D. Afonso V mantinha-se atento ao desenrolar dos acontecimentos. As cortes reunidas em Santarém devem ter ocorrido em Abril ou Maio, meses em que o monarca se concentra sem movimentos nessa vila. Estavam já terminados os trabalhos de cortes a 26 de Maio, mas o monarca manteve-se em Santarém até meados de Junho. Depois desta data recolhe a Torres Vedras e em meados de Julho a Lisboa. Mantém-se na área de Lisboa até meados de Novembro e viaja depois para Avis onde permanece grande parte do Inverno.

No ano de 1469 assinala-se a incursão de D. Fernando a Anafé. O regresso desta conquista deve ter ocorrido no final do ano quando, mais uma vez, D. Fernando adoece. Para o animar, D. Afonso V casou as suas filhas, D. Isabel com o duque de Guimarães e D. Leonor com o príncipe D. João.

Nesse ano de 1469 o monarca residia em Avis para onde partiu no final de 1468. Apenas em Abril sai de Avis para Coruche e Salvaterra. De Maio a Novembro concentra-se a maior parte do tempo em Lisboa. Recolheria ao Alentejo dispensando maior atenção a Évora.

Mantém-se em Évora todo o mês de Janeiro de 1470. Neste ano a falta de documentação relativa aos itinerários de D. Afonso V revelam esporadicamente a presença do monarca num ou noutro local do Sul do país. Em Setembro morre o infante D. Fernando, cujo corpo foi sepultado no mosteiro de São Francisco em Setúbal, e trasladado para o mosteiro da Nossa Senhora da Conceição de Évora.

Os itinerários não permitem concluir com segurança os locais visitados pelo monarca, mas a partir de meados de Outubro a documentação da chancelaria de D. Afonso V revela a sua presença em Santarém. Nos primeiros dias de Janeiro de 1471 assinala-se a presença do rei em Setúbal, onde no dia 22 desse mês se celebra o casamento de D. João com D. Leonor. Regressa a Santarém onde se mantém até meados de Maio do ano de 1471. Neste período reuniram-se cortes, já terminadas a 10 de Abril.

Revela Rui de Pina que desde 1470 D. Afonso V preparava o regresso a África, adiado provavelmente pela doença do irmão e pela sua morte em Setembro de 1470. Enviou Vicente Simões, «homem nas cousas do mar bem esperto e entendido» e Pero da Alcáçova, escrivão da Fazenda régia, tomar conhecimento, secretamente, dos movimentos dos muçulmanos em Arzila.

Desde meados de Maio de 1471 que se detecta a presença de D. Afonso V em Lisboa. Relata Rui de Pina que a gente de Entre Douro e Minho, a cargo do duque de Guimarães, juntara-se ao rei em Lisboa no início de Agosto. Ventos fortes suspenderam a partida até dia 15 de Agosto. D. Afonso V já conhecia o resultado da impaciência que quase levara ao naufrágio na partida para África em Dezembro de 1463, e, mais cauteloso, decidiu esperar por melhores ventos. De facto, os itinerários do monarca revelam que se encontra no Restelo no dia 15, de onde partiu para Lagos, entrando com o príncipe no barco em «solene procissão», como refere o cronista. Em Lagos esperavam-nos as gentes e navios do Algarve.

Antes da partida para Arzila, ouviram missa e uma pregação que revelava a ida do monarca a Arzila. Só neste momento os homens envolvidos no exército

devem ter tomado conhecimento para onde se dirigiam, pois o segredo era a alma do negócio. Depois da missa e da pregação, o rei e o príncipe embarcam acompanhados de procissão, trombetas e menestreis. Chegam a Arzila, segundo Rui de Pina, a 20 de Agosto. A chancelaria revela a presença do monarca nesta praça no dia 26, depois da praça tomada.

Dirigiu-se o exército régio de imediato a Tânger sendo já noticiada a sua presença nesta praça a 5 de Setembro. Voltou de seguida a Lisboa, entrando por Silves. Em menos de um mês conquistava-se Arzila e Tânger. O fim do ano passa-o entre Sintra, Santarém e Lisboa.

No início de 1472 os mesmos movimentos continuam a registar-se. O rei circula entre Sintra, Lisboa, Alenquer e Tomar, fixando-se no mês de Março em Elvas. Em meados de Abril centraliza a acção em Santarém, empreendendo no mês seguinte algumas viagens a Carnide, Tentúgal e Óbidos, onde se fixa de meados de Junho a meados de Julho. Em Julho desloca-se para a zona de Coimbra onde em Agosto irão decorrer as cortes de 1472-1473, cortes que no fim foram interrompidas. O monarca manteve-se em Coimbra até final de Setembro.

No início de Outubro visitou o mosteiro de Santa Maria da Vitória, e registou-se a presença do monarca no mosteiro no dia 5 de Outubro, data provável para a chegada do corpo de Fernando a Lisboa e sua sepultura no mosteiro da Batalha. Recolhe no fim de Outubro a Évora depois de uma pequena deambulação por Tomar, Coruche e Montemor-o-Novo, e mantém-se em Évora até ao final de Abril do ano de 1473. Neste período reuniram as cortes interrompidas em Coimbra, as quais, segundo Armindo de Sousa, devem ter recomeçado em Fevereiro. O dia 18 de Março é a data mais provável para o encerramento das cortes que tiveram duração de um mês.

Em Maio de 1473 regista-se a passagem da chancelaria por Benavente que deve ter acontecido entre os dias 2 e 9 de Maio. De regresso, opta pela área de Lisboa, por onde vai circulando até ao mês de Outubro. Neste período decorrem cortes em Lisboa que devem ter encerrado por volta do dia 15 de Setembro. Aproximava-se o momento em que D. Afonso V deveria intervir em Castela.

Entre Outubro e meados de Dezembro de 1473 encontra-se por Torres Vedras, Arruda e Paços da Serra, e fixa-se em Évora em meados de Dezembro.

O ano de 1474 contém poucos registos que permitam identificar a acção de D. Afonso V e a itinerância da corte. A sua acção localiza-se no Alentejo, onde a frente de avanço sobre Castela se concentrava. Um registo de 8 de Maio alude à presença do monarca em Benavente, e um registo de 14 de Setembro

em Peñafiel. D. Afonso V assumira a interferência nos conflitos castelhanos. Em meados de Setembro fixou-se em Estremoz, pois a sua atenção cravasse na fronteira mais problemática, a do Alentejo.

Manteve-se em Estremoz até meados de Fevereiro, deslocando-se em seguida para Évora onde, a partir do dia 16 deste mês, se reuniram cortes. A sua presença em Évora mantém-se até fins de Março. Em Abril desloca-se para Arraiolos, viaja até Portalegre e em Maio circula por Arronches, Portalegre e novamente Arraiolos. Em Junho regressa a Évora. A partir deste momento a sua presença em Castela, já amplamente descrita, é uma constante até Junho de 1476.

Os meses de Junho, Julho e início de Agosto de 1476 são passados pelo Norte do país, reservando especial atenção ao Porto. D. Afonso V preparava a viagem à França. No mês de Agosto, na viagem do Porto a Lisboa, detecta-se a presença do monarca em Aveiro, no mosteiro da Batalha e em Santarém. De 27 a 31 de Agosto regista-se a comparência do monarca em Santa Maria de Belém, de onde parte para a França. Foram aparelhados 16 navios para acompanhar o rei à corte de Luís XI.

De volta a Portugal, D. Afonso V fundou o mosteiro do Varatojo, em Torres Vedras. Era patrono do mosteiro Santo António, e dava assim azo ao seu ensejo de professar em ordens e terminar uma vida de cavaleiro cristão. Inspirado por forças que oscilavam entre o fervor religioso, a humildade, a simplicidade, a orientação de um reino e o romance de cavalaria ao modo de Amadis de Gaula, D. Afonso V demonstrava ser um monarca movido pelo espiritual, um pouco enigmático e até, para muitos, incompreensível.

A porta do mosteiro do Varatojo fecha-se sobre as suas insígnias. Um rodízio de moinho com gotas de água em movimento que, segundo Rui de Pina, tomara pela rainha sua mulher. A água viva, símbolo da vida espiritual, de pureza e de regeneração, marcou o momento de viragem da sua vida. A partir desse momento revelou-se no conhecido cavaleiro de Cristo. A acompanhar o rodízio do moinho e a água, tomou como insígnia o número sete, a palavra «jaámais» e o cordão franciscano, a sua maior opção de vida. O sete é um número simbólico entre cristãos, judeus e muçulmanos, elemento dos céus, e também é para Dante, autor que se encontra na biblioteca de D. Afonso V, o número das esferas planetárias. O algarismo sete, número mágico, reúne a totalidade da vida à qual adiciona a fé, a esperança e a caridade, virtudes teologais, e a prudência, a temperança, a justiça e a força, virtudes cardeais, tão utilizadas por Rui de Pina para caracterizar D. Afonso V.

Bibliografia

ALBUQUERQUE, Luís de: *Introdução à História dos Descobrimentos*, 3.ª ed. rev., Mem Martins: Europa-América, 1983.

– *Navegadores, Viajantes e Aventureiros Portugueses: Séculos XV e XVI*, Lisboa: Caminho, 1987.

– (dir.): *Dicionário de História dos Descobrimentos Portugueses* (coord. de Francisco Contente Domingues), [Lisboa]: Círculo de Leitores, 1994.

ALBUQUERQUE, Mário de: *O Significado das Navegações e Outros Ensaios*, Lisboa: Soc. Nac. de Tipografia, 1930.

ALBUQUERQUE, Martim de: «O poder político no Renascimento português», em *Estudos Políticos e Sociais* 4 e 5, Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, 1968.

ALEXANDRE, Pierre: *Le Climat en Europe au Moyen Âge: Contribuition à l'Histoire des Variations Climatiques de 1000 à 1425, d'Aprés les Sources Narratives de l'Europe Occidentale*, Paris: École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1987.

ALMEIDA, Lopo de: *Cartas de Itália* (ed. Rodrigues Lapa), Lisboa: Imprensa Nacional, 1935.

ALMEIDA, Fortunato de: *História de Portugal*, Coimbra: Fortunato de Almeida, 1922-1957.

ÁLVARES, Francisco: *Verdadeira Informação Sobre a Terra do Preste João das Índias* (dir. e com. Luís de Albuquerque; transcrição em português actual Maria da Graça Pericão), Lisboa: Alfa, 1989 (Biblioteca da Expansão Portuguesa, 39 e 40).

ÁLVARES, Frei João: *Trautado da Vida e Feitos do Muito Virtuoso Senhor Ifamte Dom Fernando*, Coimbra: Universidade, 1960 (*Obras*, vol. 1).

AMZALAK, Moses Bensabat: *Uma carta de Lei Inédita de D. Afonso V Onde, Entre Outros Assuntos, se Trata das Judiarias Portuguesa*, Lisboa: [Of. Museu Comercial], 1926.

ANDRADE, Amélia Aguiar, e Rita Costa GOMES: «As cortes de 1481-82: uma abordagem preliminar», em *Estudos Medievais* 3-4, Porto: s. n., 1984.

ANTELO IGLESIAS, A.: «Notas sobre el ideal de cruzada en Don Enrique el navegante», em *Actas do Congresso Internacional de Historia Medieval*, vol. 4, 1961.

AZCONA, Tarsicio de: «Isabel la Católica bajo el signo de la revolución», em *Isabel la Católica y la Política* (coord. Julio Valdeón Baruque), Valladolid: Instituto de Historia Simancas, 2001, pp. 51-83.

AZEVEDO, Pedro de (dir.): *Documentos das Chancelarias Reais Anteriores a 1531 Relativos a Marrocos*, Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1915-1934.

– «D. Afonso V e a Ordem de Torre e Espada», em *Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa*, 12, Coimbra: Impr. da Universidade, 1919.

BARATA, António Francisco: «Véspera de Alfarrobeira», em *Archivo Historico Portuguez*, vol. III, Lisboa, 1905.

BARRETO, Luís Filipe: *Descobrimentos e Renascimento: Formas de Ser e Pensar nos Séculos XV e XVI*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983.

BARROS, Henrique da Gama: *História da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII a XV*, 2.ª ed. (dir. Torquato de Sousa), Lisboa: Sá da Costa, 1950.

BASTO, A. de Magalhães: «A expedição a Castela do condestável D. Pedro em 1445», em *Ocidente*, vol. I, n.º1, Lisboa, 1938.

– *Livro Antigo de Cartas e Provisões dos Senhores Reis D. Afonso V, D. João II e D. Manuel I do Arquivo Municipal do Porto* (pref. e notas de Artur de Magalhães Basto), Porto: Câmara Municipal.

BATTAILLON, Marcel: *Études sur le Portugal au Temps de l Humanisme*, Paris, 1974.

BENEVIDES, Francisco da Fonseca: *Rainhas de Portugal*, Lisboa: Tip. Castro Irmão, 1878.

BENITO RUANO, E.: *Los Infantes de Aragón*, Escuela de Estudios Medievales, 1952.

– *Relaciones Entre Portugal y Castilla en la Época del Infante Don Enrique*, Madrid, 1960.

BENSAÚDE, Joaquim: *A Cruzada do Infante D. Henrique*, Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1959.

BERENGER, Jean: *História Geral da Europa: do Começo do Século XIV ao Fim do Século XVIII*, vol. 2, Publicações Europa-América.

BOUCHARB, Ahmed: «A importância de Safi no império comercial português», em *Mare Liberum*, 7, Março, 1994.

BOXER, C. R.: *O Império Marítimo Português: 1415-1825* (trad. Inês Silva; rev. Pedro Bernardo), 6.ª ed., Lisboa: Edições 70, 2001.

BRAUDEL, Fernand: *L'Europe*, Paris: Arts et Métiers Graphiques, 1982.

– *O Mediterrâneo: o Espaço e a História*, Lisboa: Teorema, 1987.

CARPENTIER, Jean, e François LEBRUN: *História do Mediterrâneo*, (trad. Ana Moura), 1.ª ed. Lisboa: Estampa, 2000.

CARRERAS CANDI, Francisco: *Dos Mujeres Célebres de la Casa de Urgel (Siglo XV)*, Barcelona, 1929.

CASTAÑEDA, F. P., «El Tratado de Alcaçovas y su interpretación hasta la negociación del tratado de Tordesillas», em *El Tratado de Tordesillas y su Proyección*, Valladolid, 1973.

Collecção de Livros Ineditos de Historia Portugueza, dos Reinados de D. João I, D. Duarte, D. Affonso V e D. João II, Publicados de Ordem da Academia Real das Sciencias de Lisboa ([compil.] José Corrêa da Serra), Lisboa: na Ofic. da Academia Real das Sciencias, 1790-1824.

Corpus Documental del Tratado de Tordesillas (coord. Luís Adão da Fonseca, José Manuel Ruiz Asencio), Valladolid e Lisboa: Sociedad v Centenario del Tratado de Tordesillas e Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1995.

CORTÊS, José: «El-Rei Dom Afonso V e Dom João de Coimbra», em *Belas Artes*, 15, Lisboa: s. n., 1960.

Cortes de León y Castilla, Madrid: M. Calero y Portocarrero, 1836.

CORTESÃO, Jaime: *Os Descobrimentos Portugueses*, 2 vols., [Lisboa]: Arcádia [1960-1962].

– *A Expansão dos Portugueses no Período Henriquino*, Lisboa: Portugália, 1964.

– «A génese da expansão ultramarina», em *Historia de Portugal*, vol. III (dir. Damião Peres), Barcelos, 1931.

– *O Humanismo Universalista dos Portugueses: a Síntese Histórica e Literária*, Lisboa: Portugália, 1965.

– *Os Portugueses em África*, Lisboa: Portugália, 1968.

– «O sentido da cultura em Portugal no século XIV», em *Seara Nova*, Lisboa: s. n., 1956.

COSTA, António Domingues de Sousa: *O Infante D. Henrique na Expansão Portuguesa*, Braga, 1963.

COSTA, A. Fontoura da: *Descobrimentos Marítimos Africanos dos Portugueses com D. Henrique, D. Afonso V e D. João II*, Lisboa: Sociedade Nacional de Tipografia, 1938.

COSTA, Avelino de Jesus da: «Relações de D. Afonso V com Castela e Aragão em 1460: no v centenário do nascimento da princesa santa Joana», em *Cenáculo*, ano 7, fasc. 2, Braga: Cenáculo, 1952.

Crónica da Fundação do Mosteiro de Jesus de Aveiro e Memorial da Infanta Santa Joana, Filha del Rei Dom Afonso V: Códice Quinhentista (leitura, rev. e pref. António Gomes da Rocha Madahil), Aveiro: Francisco Ferreira Neves, 1939.

Crónica del Halconero de Juan II: Pedro Carrillo de Huete (ed. y estudio por Juan de Mata Carriazo), Madrid: Espasa-Calpe, 1946.

Crónica do Conde D. Pedro de Meneses, Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 1792 (Collecção de Livros Inéditos de História Portuguesa).

Crónica Geral de Espanha de 1344 (ed. crítica do texto português por Luís Filipe Lindley Cintra), Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1951-1961.

Crónicas de Rui de Pina: D. Sancho I, D. Afonso II, D. Sancho II, D. Afonso III, D. Dinis, D. Afonso IV, D. Duarte, D. Afonso V, D. João II (intr. e rev. M. Lopes de Almeida), Porto: Lello & Irmão, 1977.

CUNHA, Rosalina da Silva: «Uma carta de Dom Afonso V», em *Las Ciencias*, ano 20, n.º 1 Madrid: C. Bermejo.

«D. Isabel de Portugal, duquesa de Borgonha. Notas documentais para a sua biografia e para a história das relações entre Portugal e a corte de Borgonha», em *Archivo Historico Portuguez*, vol. III, Lisboa, 1905, pp. 88-106.

Demarcações de Fronteira: De Castro Marim a Montalvão (coord. Humberto Baquero Moreno; intr., índices e rev. paleográfica de Isabel Vaz de Freitas), Porto: Centro de Investigação e Documentação de História Medieval, Universidade Portucalense, vol. I, 2003.

Demarcações de Fronteira: De Vila Velha de Rodão a Castelo Rodrigo (coord. Humberto Baquero Moreno; índices e rev. paleográfica de Isabel Vaz de Freitas), Porto: Centro de Investigação e Documentação de História Medieval, Universidade Portucalense, vol. II, 2003.

Demarcações de Fronteira: Lugares de Trás-os-Montes e de Entre-Douro-e-Minho (coord. Humberto Baquero Moreno; índices e rev. paleográfica de Isabel Vaz de Freitas), Porto: Centro de Investigação e Documentação de História Medieval, Universidade Portucalense, vol. III, 2003.

«Diário da viagem e jornada da infanta D. Leonor, emperatriz da Alemanha desde que saiu de Portugal até chegar à Alemanha», em *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, t. I, Livro III, Coimbra: Atlântida, 1947.

DINIS, A. J. Dias: «Á volta do casamento do Infante D. Duarte (1409-1428)», em *Revista Portuguesa de História*, XV, Coimbra, 1974.

– «Antecedentes da expansão ultramarina portuguesa: os diplomas pontifícios dos séculos XIII a XV», em *Revista Portuguesa de História*, X, 1962.

– «Antecedentes de Tânger», em *Anais da Academia Portuguesa da História*, II série, vol. XIII, Lisboa, 1963.

– «Carta do infante santo ao regente D. Pedro, datada da masmorra de Fez a 12 de Junho de 1441», em *Anais da Academia Portuguesa da História*, II série, vol. XV, Lisboa, 1965.

– *D. Pedro de Meneses: Primeiro Conde de Vila Real e Primeiro Capitão e Governador de Ceuta*, Lisboa: Centro de Estudos Históricos Ultramarinos, 1974.

– «Dois embaixadores de el-rei D. Afonso V», em *Itinerarium*, Braga: Franciscana [1955].

– «Em torno dos testamentos do infante santo», em *Ultramar*, 40, Lisboa: s. n., 1970.

– «Espólio do infante D. Henrique em Lagos», em *Colectânea de Estudos*, 2.ª série, ano 5, Braga: s. n., 1954.

– *Estudos Henriquinos*, Coimbra, 1960.

– *O Infante D. Henrique e a Assistência em Tomar no Século XV*, Lisboa: s. n., 1974.

– «Reclamações contra a entrada da princesa santa Joana em religião», em *Colectânea de Estudos*, 2.ª série, ano 3, Braga: Tip. Missões Franciscanas.

– «Reflexos políticos do segundo testamento henriquino», em *Missões Franciscanas*, Braga: Tip. das Missões Franciscanas.

– «O testamento do infante D. Henrique num livro do uso de fr. Antão Gonçalves de 1461», em *Biblos*, 21, Coimbra: Coimbra Editora, 1946.

– *Vida e Obras de Gomes Eanes de Zurara*, Lisboa: Agência Geral das Colónias, Divisão de Publicações e Biblioteca), 1949.
Documentação Henriquina (introd. e org. José Manuel Garcia; trad. do latim Carlos Ascenso André), Maia: Castoliva, 1995.
Documentos do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Lisboa: Livros dos Reis, Lisboa: Câmara Municipal, 1957-1959.
DORNELAS, Afonso de: *Os Painéis do Mosteiro de S. Vicente*, Lisboa: Instituto Português de Heráldica, 1931.
– *As Tapeçarias de D. Afonso V Foram Para Castela por Oferta Deste Rei*, Lisboa: Centro Tipográfico Colonial, 1926.
DUARTE, Luís Miguel: «Dependentes das elites vimaranenses face à justiça no reinado de D. Afonso V», em *Revista da Faculdade de Letras*, 2.ª Série, 6, Porto.
– *Um Rei a Reinar: Algumas Questões Sobre o Desembargo de D. Afonso V na Segunda Metade do Século XV*, Porto: Centro de História da Universidade do Porto, 1988.
DUBY, Georges: *A Europa na Idade Média* (trad. Maria Assunção Santos), Lisboa: Teorema, 1989.
ERDMAN, Carl: *A Ideia de Cruzada em Portugal*, Coimbra, 1940.
EVERAERT, J., e E. STOLS (dirs.): *Flandres e Portugal: na Confluência de Duas Culturas*, [Lisboa]: INAPA, 1991.
FARIA, António Portugal de: *Elenco de Manuscritos Portugueses ou Referentes a Portugal Existentes nas Bibliothecas de Italia, Precedido de um Supplemento Geral ao «Ensaio de Diccionario Bibliographico»*, Leorne: Typ.de Raphael Giusti, 1898.
– *Portugal e Italia*, Leorne: Raphael Giusti, 1905.
– *Portugal e Itália na Época do Renascimento: Damião de Gois: Suas Relações com Bembo, Sadoleto e Bonamico: Tradução das Cartas Latinas*, Lisboa: F.A. Bandeira, 1945.
FARINHA, A. D.: *O Interesse Pelo Norte de África: Características da Presença Portuguesa em Marrocos: o Declínio da Política Africana: de Alcácer Quibir ao Abandono de Mazagão*, Lisboa: [Alfa], 1989.
– «A Madeira e o Norte de África nos séculos XV e XVI», em *Actas do I Colóquio de História da Madeira*, Funchal: s. n., 1986.
– *Portugal e Marrocos no século XV*, Lisboa: A. Farinha, 1990.
FARO, Jorge: «Duas expedições enviadas à Guiné anteriormente a 1474 e custeadas pela fazenda de D. Afonso V», em *Boletim Cultural da Guiné Portuguesa*, ano 12, n.º 45, Bissau: s. n., 1957.
– *Receitas e Despesas da Fazenda Real de 1384 a 1481*, Lisboa, 1965.
FERREIRA, Maria da Conceição Falcão: «Ingerências de D. Afonso V na vida municipal de Guimarães: os privilegiados da coroa», em *Revista de História*, 8, Porto: Centro de História da Universidade do Porto, 1988.
FONSECA, Antonio Belard da Fonseca: *Dom Henrique? Dom Duarte? Dom Pedro?*, Amadora: s. n., 1960.
– *O mistério dos Painéis.*
– *O Cardeal D. Jaime de Portugal*, Lisboa, 1963.
FONSECA, Luís Adão da: «Alguns aspectos das relações diplomáticas entre Portugal e Castela em meados do século XV (1449-1456)», em *Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. História*, V, Porto, 1973.
– *O Condestável D. Pedro de Portugal*, Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica, Centro de História da Universidade, 1982.
– «Algumas considerações a propósito da documentação existente em Barcelona respeitante à Ordem de Avis: sua contribuição para um melhor conhecimento dos grupos de pressão em Portugal em meados do século XV», em *Revista da Faculdade de Letras. História*, 2.ª série, I, Porto: s. n., 1984.
– *Os Descobrimentos e a Formação do Océano Atlântico: Século XIV-Século XVI*, Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999.

– «Le Portugal entre la Mediterranée et l'Atlantique au XV^e siècle», em *Le Portugal du XV^e siècle (Actes du Coloque)*, Paris: Fundação Calouste Gulbenkien, 1989.
– *La Época de Enrique IV y Juan II de Aragón*, Rialp, 1981 (*Historia General de España y America*, t. 5).
– *O Tratado de Tordesilhas e a Diplomacia Luso-Castelhana no Século XV* (estudo de Luís Adão da Fonseca; leitura de Maria Cristina Cunha), Lisboa: INAPA, 1991.
– *Portugal Entre Dos Mares*, Madrid: Ed. Mapfre, 1993.
– *Uma Carta do Condestável Dom Pedro Sobre a Política Marroquina de D. Afonso V*, Porto: Faculdade de Letras, 1970.
– *Una Elegía Inédita Sobre la Familia de Avis: Un Aspecto de la Propaganda Política en la Península Ibérica a Mediados del Siglo XIV*, Barcelona, 1986.
FREITAS, Isabel Vaz de: «Cenários do Quotidiano (Ávila, Piedrahita, Bejar)», em *Revista de Ciências Históricas*, X, Porto: Universidade Portucalense, 1995.
– «Criados e acostados no Porto (1406-1430)», em *Actas do Congresso Municipalismo e Desenvolvimento no Noroeste Peninsular*, Câmara Municipal do Marco de Canaveses, 1992.
– *Mercadores entre Portugal e Castela na Idade Média*. No prelo.
GALÍNDEZ DE CARVAJAL: *Crónica de Henrique IV* (ed. De Juan Torres Fontes), Murcia: Centro Superior de Investigaciones Científicas, 1946.
GARCÍA GALLO, A.: *Las Bulas de Alejandro VI y el Ordenamiento Jurídico de la Expansión Portuguesa y Castellana en África e Indias*, Madrid: Instituto Nacional de Estudios Jurídicos, 1958.
GIL, F. Bragança: «Contribuição para o estudo dos espadins de Dom Afonso V», em *Actas do 3.º Congresso Nacional de Numismática*, Lisboa: Congresso Nacional de Numismática, 1985.
GIMÉNEZ SOLER, A.: «La corona de Aragón y Granada», em *Boletin Oficial de la Real Academia de Buenas Letras de Barcelona*, t. V, n.º 17, 1905.
GODINHO, Vitorino Magalhães: *A Economia dos Descobrimentos Henriquinos*, Lisboa, 1962.
– «O mediterrâneo Saariano e as caravanas do ouro», em *Revista de História*, 23, 24, 25, São Paulo, 1955-1956.
– *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, 2.ª ed. corr. e ampl., Lisboa: Presença, 1981-1983.
– *Documentos Sobre a Expansão Portuguesa* (pref. e notas Vitorino Magalhães Godinho), Lisboa: Gleba [1943], imp. 1956.
– *A Economia dos Descobrimentos Henriquinos*, 1.ª ed., Lisboa: Sá da Costa, 1962.
– *L'Économie de l'Empire Portugais aux XV^e et XVI^e Siècles*, Paris: SEVPEN, 1969.
GOMES, Rita Costa: *A Corte dos Reis de Portugal no Final da Idade Média*, Lisboa: Difel, 1995.
GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel: «La baja Andalucía a fines del medievo», em *Arquipélago*, série História, 11, Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 1989.
GONÇALVES, Iria: *O Empréstimo Concedido a D. Afonso V nos Anos de 1475 e 1476 Pelo Almoxarifado de Évora*, Lisboa: Direcção-Geral das Contribuições e Impostos, 1964 (Cadernos de Ciência e Técnica Fiscal, 30).
GONÇALVES, J. Cardoso: «O casamento de Isabel de Portugal com Filipe o Bom, Duque de Borgonha e a fundação da ordem militar do Tosão de Ouro», em *Arqueologia e História*, t. IX, 1930.
GONÇALVES, Júlio: *O Infante D. Pedro, as Sete Partidas e a Génese dos Descobrimentos*, Lisboa, 1954.
GOUBERT, Pierre: *História Concisa de França: Seguido de Uma Cronologia, Mapas, Árvores Genealógicas e Uma Bibliografia* (trad. Isabel Veríssimo), Mem Martins: Europa-América, 1996.
GRAÇA, Serafim Soares da: «Infanta Dona Joana, filha de D. Afonso V, o «Africano», em

Arquivo do Distrito de Aveiro, 18, Aveiro: s. n., 1952.

GUENÉE, Bernard: *O Ocidente nos Séculos XIV e XV: os Estados* (trad. de Luísa Maria F. Rodrigues), São Paulo: Pioneira, 1981.

HEERS, Jacques: *O Ocidente nos Séculos XIV e XV: Aspectos Económicos e Sociais*, São Paulo: Pioneira, 1981.

– *O Mundo Medieval* (trad. Teresa Aline Pereira de Queiroz), Lisboa: Círculo de Leitores, 1976.

HELENO, Manuel: *Os Escravos em Portugal*, vol. I, Lisboa, 1933.

– *Subsídios Para o Estudo da Regência de D. Pedro, Duque de Coimbra*, Lisboa, 1933.

HENRIQUE, Infante de Portugal: *Conselho do Infante Dom Henrique a Seu sobrinho el-Rei Dom Afonso V*, Lisboa : Ângelo Pereira, 1958.

HOLMES, George: *A Europa na Idade Média: 1320-1450. Hierarquia e Revolta*, s. l.: Presença, 1984.

LANDIM, Gaspar Dias de: *O Infante D. Pedro*, Livro I, Lisboa, 1892.

LAPA, M. Rodrigues: *Cartas de Itália*, Lisboa, 1934.

– «D. Afonso V e o príncipe D. João: ensaio sôbre uma regência», em *Revista de Guimarães*, Guimarães: Tip. Minerva Vimaranense.

LEÃO, Duarte Nunes de: *Crónica e Vida del Rey D. Afonso V*, t. II, Lisboa, 1780.

– *Crónica e Vida del Rey D. Duarte*, t. II, Lisboa, 1780.

LEMOS, Eugénio de Mascarenhas Viana de: *Uma Sentença de D. Afonso V*, Coimbra: Coimbra Editora, 1959.

LIVET, George e MOUSNIER, Roland (dirs.): *História Geral da Europa* (trad. Álvaro Salema), Mem Martins: Europa-América, 1980.

LOPES, David (ed. lit.): *História de Arzila Durante o Domínio Português (1471-1550 e 1577-1589)*, Coimbra: Imprensa da Universidade, 1924.

LOPES, David: *História de Arzila Durante o Domínio Português*, Coimbra, 1925.

– «Os portugueses em Marrocos no tempo de D. Afonso V e de D. João II», em *Historia de Portugal* (dir. Damião Peres), vol. III, Barcelos, 1931.

LOPES DE TORO, José: *Quarta década de Alonso de Palência*.

MACHADO, J. T. Montalvão: *Dom Afonso, Primeiro Duque de Bragança, Sua Vida e Sua Obra*, Lisboa, 1964.

MADAHIL, António Gomes da Rocha. «Breve notícia da crónica da fundação do Mosteiro de Jesus, de Aveiro, e da infanta Sta. Joana, filha del rei D. Afonso V», em *Arquivo do Distrito de Aveiro*, 3, Aveiro: s. n., 1937.

– «A política de D. Afonso V apreciada em 1460 (inéditos do infante D. Fernando, Duque de Viseu, do condestável D. Pedro e do marquês de Vila Viçosa)», em *Biblos*, VII, Coimbra, 1931.

– «Subsídios para uma edição crítica da *Crónica de D. Afonso V*, de Rui de Pina: variantes apresentadas pelo códice pertencente à Biblioteca Municipal de Coimbra», em *Ethnos, Revista do Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia*, 1, Lisboa: Casa Portuguesa, 1935.

– «A política de D. Afonso V apreciada em 1460», em *Biblos*, vol. VII, Coimbra, pp. 35-64.

MARQUES, A. H. de Oliveira: *Hansa e Portugal na Idade Média*. 2.ª ed. corr. e aum., Lisboa: Presença, 1993.

MARQUES, José: «Relações de D. Afonso V e D. João II com a comuna judaica de Trancoso», em *Revista de Ciências Históricas*, 3, Porto: Universidade Portucalense, 1988.

MARQUES, Silva: *Os Descobrimentos Portugueses*, Lisboa: Instituto para a Alta Cultura, 1945.

MARREIROS, Rosa: *A Faixa do Botim de D. Afonso V nos Painéis de Nuno Gonçalves: Um «Calcanhar de Aquiles»?*, Coimbra: s. n., 2002.

MARTINS, Mário: «Visionarismo literário de quatrocentos», em *Brotéria*, XLVII, fasc. I, Lisboa, 1948.

MARTINS, Oliveira: *Os Filhos de D. João I*, Lisboa: Guimarães Editores, 1958.

MARTÍNEZ, Pedro Soares: *História diplomática de Portugal*, 2.ª ed., Lisboa: Verbo, 1992.

MARTÍNEZ FERRANDO, J. Ernesto: *Tragedia del Insigne Condestable D. Pedro de Portugal*, Madrid, 1942.

MATOS, Gastão de Melo: «Itinerário do duque de Bragança em 1449», em *Revista Portuguesa de História*, t. V, Coimbra, 1951, pp. 419-437.

MATOS, Luís: «LÀhumanismeportugais et ses relations avec lÆurope», em *Bulletin des Études Portugais*, XXVI, Lisboa, 1965.

MATTOSO, José (dir.): *História de Portugal*, 1.ª ed., [Lisboa]: Círculo de Leitores, 1992.

MAUROIS, André: *Histoire d'Angleterre*, Paris: Arthéme Fayard, 1937.

MENDES, Isabel M. R.: *O Mosteiro de Guadalupe e Portugal*, Lisboa: INIC, Centro de História da Universidade de Lisboa, 1994.

MENDONÇA, Manuela: *D. Jorge da Costa «Cardeal de Alpedrinha»*, [Lisboa]: Colibri, 1991 (Colibri História, 1).

– *D. Jorge da Costa, Cardeal de Portugal: Subsídios Para Uma Biografia*, Lisboa: M. R. Fernandes, 1989.

– *As Relações Externas de Portugal nos Finais da Idade Média*, Lisboa: Colibri, 1994.

– «O significado do comércio da costa africana nas relações políticas entre Portugal e Castela na última metade do século XV, em *Revista da Faculdade de Letras. História*, Porto, 3.ª série, 3, 1986, pp. 431-442.

MENÉNDEZ PIDAL, R.: *El Imperio Hispánico y los Cinco Reinos*, Madrid, 1950.

MENESES, Avelino de Freitas de: «Rumos da expansão quatrocentista: D. Afonso V e D. João II», em *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, 44, Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1986.

MENEZES, José de Vasconcelos Carneiro e: *Medidas Sanitárias ao Tempo de D. Afonso V e de D. João II*, Lisboa: Academia de Marinha, 1985.

MIRANDA, José Godinho: «Um conto para contar de D. Afonso V», em *Numismática*, 31, Lisboa.

Monumenta henricina, Lisboa: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante Dom Henrique, 1960.

MORENO, Humberto Baquero: «Alcaidarias dos castelos durante a regência do infante D. Pedro», em *Revista de História*, XIII, Porto: Centro de História da Universidade do Porto, 1995.

– «Um aspecto da política cultural de D. Afonso V: a concessão de bolsas de estudo», em *Revista de Ciências do Homem da Universidade de Lourenço Marques*, III, n.º 1, Junho 1970, pp. 177-205.

– *A Batalha de Alfarrobeira: Antecedentes e Significado Histórico*, 2 vols., Coimbra: Universidade, 1979-1980.

– «A carta de louvor ao infante D. Pedro, de 15 de Janeiro de 1446», em *Infante D. Pedro, Duque de Coimbra*, Porto: Universidade Portucalense: 1997, pp. 153-169.

– «Carta do infante D. Pedro ao rei de Aragão Afonso V», em *Arquivo do Centro Cultural Português*, 5, Paris: Fundação Gulbenkian, 1972.

– «Carta do infante D. Pedro aos conselheiros de Barcelona», em *Infante D. Pedro, Duque de Coimbra*, Porto: Universidade Portucalense: 1997, pp. 71-97.

– «Os confrontos fronteiriços entre D. Afonso V e os reis católicos», em *Revista da Faculdade de Letras. História*, II série, X, Porto : Faculdade de Letras, 1993.

– «A contenda entre D. Afonso V e os Reis Católicos: incursões castelhanas no solo português de 1475 e 1478», em *Anais*, 2.ª série, 25, Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1979.

– «As cortes de Lisboa de 1448: capítulos especiais de Évora», em *Bracara Augusta*, 36.

– *Duas Cartas de Segurança Marítima Concedidas a Súbditos Estrangeiros por D. Afonso V*, [Funchal]: Região Autónoma da Madeira,

Sec. Regional do Turismo, Cultura e Emigração, Centro de Estudos de História do Atlântico [1989].
– «A epidemia de 1453-54», em *Revista Ciências Homem*, 1, Lourenço Marques: Universidade, s. a.
– «A expedição enviada pelo infante D. Pedro ao reino de Castela em 1441», em *Infante D. Pedro, Duque de Coimbra*, Porto: Universidade Portucalense: 1997, pp. 103-129.
– *Exilados, Marginais e Contestatários na Sociedade Portuguesa Medieval: Estudos de História*, 1.ª ed., Lisboa: Presença, 1990.
– «Franciscanismo, descobrimentos e missionação», em *Itinerarium*, ano 19.
– *O Infante D. Henrique e Alfarrobeira*, Braga: Livraria Cruz, 1969.
– «O Infante D. Henrique em torno da regência do infante D. Pedro», em *Mare Liberum*, 7, Março 1994.
– *O Infante D. Pedro e as Merceeiras da Rainha D. Leonor*, Lisboa: s. n., 1974.
– «O infante D. Pedro e o ducado de Coimbra», em *Infante D. Pedro, Duque de Coimbra*, Porto: Universidade Portucalense: 1997, pp. 25-55.
– «O infante D. Pedro, da regência a Alfarrobeira», em *Infante D. Pedro, Duque de Coimbra*, Porto: Universidade Portucalense: 1997, pp. 11-25.
– «Os itinerários do infante D. Pedro (1438-1449)», em *Infante D. Pedro, Duque de Coimbra*, Porto: Universidade Portucalense: 1997, pp. 169-279.
– *Infante D. Pedro, Duque de Coimbra*, Porto: Universidade Portucalense: 1997.
– *Marginalidade e Conflitos Sociais em Portugal nos Séculos XIV e XV: Estudos de História*, Lisboa: Presença, 1985.
– «Novos dados sobre as exéquias solenes de Dom Afonso V», em *Bracara Augusta*, 36.
– «Novos elementos relativos a Mestre Paulo, pregador do século XV, contra os judeus bracarenses», em *Bracara Augusta*, 32.
– «As pregações de mestre Paulo contra os judeus bracarenses nos fins do séc. XV», *Bracara Augusta*, 30.
– *Portugueses na Catalunha Durante a Realeza do Condestável D. Pedro: 1464-1466*, Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1982.
– «Privilégios concedidos pelo Infante D. Pedro aos besteiros do conto: 1440-1446», em *Bracara Augusta*, 31.
– «Quatro cartas de D. Isabel de Urgel, duquesa de Coimbra», em *Revista de Ciências do Homem*, Universidade de Lourenço Marques, III, série A, 1970.
– «Relações entre Portugal e a Galiza nos séculos XIV e XV», em *Revista da Faculdade de Letras*, VII, II série, Porto, 1990.
– «A regência do Infante Dom Pedro segundo a historiografia portuguesa contemporânea», em *A Historiografia Portuguesa de Herculano a 1950: Actas do Colóquio*, Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1978, pp. 181-199.
– *A Situação Política em Portugal nos Fins da Idade Média e os Seus Reflexos na Expansão Ultramarina*, Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 1989.
– *Tensões Sociais em Portugal na Idade Média*, Porto: Coopertipo, 1977.
– «Um grande diplomata português do século XV: o doutor João Fernandes da Silveira», em *A Diplomacia na História de Portugal*, Lisboa, 1990.
NUNES, Eduardo Alexandre Borges: «O parecer do infante D. João sobre a ida a Tânger», em *Broteria*, 66, Lisboa, 1958.
Ordenações Afonsinas, (nota de apresent. Mário Júlio de Almeida Costa; nota textológica Eduardo Borges Nunes), Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.
PAVIOT, Jacques: «Portugal et Bourgogne au XV^e siècle», em *Le Portugal du XV^e siècle. Actes du Coloque*, Paris: Fundação Calouste Gulbenkien, 1989.
PERES, Damião: *História dos Descobrimentos Portugueses*, Porto, 1943.

PÉREZ EMBID, Florentino: *Los Descubrimientos en el Atlántico y la Rivalidad Castellano-Portuguesa Hasta el Tratado de Tordesillas*, Sevilla, 1948.
PIMENTA, Belisário: «As cartas do infante D. Pedro à Câmara de Coimbra (1429-1448)», em *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, XXIII, Coimbra, 1958.
PIMPÃO, Álvaro Júlio da Costa: *História da Literatura Portuguesa: Idade Média*, 2.ª ed., Coimbra, 1959.
RAU, Virginia: «Aspectos do trato da adiça e da pescaria do coral nos finais do século XV, em *Estudos de História Medieval*, Lisboa: Presença, 1985.
– «Uma cruz processional portuguesa do século X no tesouro da catedral de Toledo», em *Estudos de História Medieval*, Lisboa: Presença, 1985.
– «As empresas e a história das técnicas em Portugal nos séculos XV e XVI, em *Estudos de História Medieval*, Lisboa: Presença, 1985.
– *A Exploração e o Comércio do Sal de Setúbal*, Lisboa: s. n., 1951 (Estudo de História Económica, 1).
– «O infante D. Pedro e a regência do reino em 1439», em *Revista da Faculdade de Letras de Lisboa*, 8, II série, 1964.
– «Nota sobre os feitores portugueses na Andaluzia no século XV», em *Estudos de História Medieval*, Lisboa: Presença, 1985.
– «Relações diplomáticas de Portugal durante o reinado de D. Afonso V», em *Estudos de História Medieval*, Lisboa: Presença, 1985.
REIS, Pedro Batalha: *Moedas de Toro: Estudos das Moedas d'El-Rei D. Afonso V Que Têm as Armas de Portugal, Castela e Leão*, Lisboa, 1935.
RICARD, Robert: «Contribution à l'Étude du commerce gênois au Maroc durant la période portugaise (1415-1550)», em *Annales de l Institut d Études Orientales*, III, 1937 e em *Études sur l Histoire des Portugais au Maroc*, Coimbra, 1955.
RODOCANACHI, E.: *Histoire de Rome: Une Cour Princière au Vatican Pendant la Renaissance*, [Paris]: Hachette, 1925.
ROMERO PORTILLA, Paz: *Dos Monarquías Medievales Ante la Modernidad: Relaciones Entre Portugal y Castilla (1431-1479)*, Coruña: Universidade da Coruña, 1999.
RUANO, Eloy Benito: *Los Infantes de Aragon*, Pamplona, 1952.
RUMEU DE ARMAS, Antonio: *El Tratado de Tordesillas*, Madrid: Colecciones Mafre, 1992.
– *España en el África Atlántica*
RUSSEL, Peter Edward: «Fontes documentais castelhanas para a história da expansão portuguesa na Guiné nos últimos anos de D. Afonso V», em *Do Tempo e da História*, 4, Lisboa, 1971.
SANTOS, Domingos Maurício Gomes dos: *D. Duarte e as Responsabilidades de Tânger*, Lisboa, 1960.
SANTOS, Maria José Azevedo: «O peixe e a fruta na alimentação da corte de Dom Afonso V: breves notas», em *Brigantia*, 3.
SÃO PAIO, Luís de Melo Vaz de: «Terá D. Afonso V tido um filho natural?: À margem dos ÀCavalhos de Basto», em *Armas e Troféus*, 5, 5.ª série, Lisboa: 1986.
– «Messire Jehan de Coymbre. O Senhor Dom João, principe de Antioquia (Portugueses e Cipriotas no século XV)», em *Armas e Troféus*, 1, 2.ª série, Braga, 1959.
SARAIVA, António José: *História da Cultura em Portugal*, 1.ª ed., Lisboa: Gradiva, 2000.
SERRÃO, Joaquim Veríssimo: *Relações Históricas Entre Portugal e a França (1430-1481)*, Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1975.
SERRÃO, Joaquim Veríssimo: *História de Portugal*, 3.ª ed. rev., vol. 2 (A formação do Estado moderno [1415-1495]), [Lisboa]: Verbo, 1979.
SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. de Oliveira (dirs.): *Nova História de Portugal*, 4.º vol (*Portugal na crise dos séculos XIV e XV*), Lisboa: Presença, 1987.
SESMA MUÑOZ, A.: «Carteles de batalla cruzados entre Alfonso V de Portugal y Fernando

V de Castilla», em *Revista Portuguesa da História*, t. XVI, vol. I, 1976.

SILLIÓ, César: *Don Alvaro de Luna y su tiempo*, Madrid: Espasa-Calpe, 1957.

SILVA, José Custódio Vieira da: *Paços Medievais Portugueses* (coord. Isabel Lage) 2.ª ed., Lisboa: IPPAR, 2002.

SOUSA, Armindo de: *As Cortes Medievais Portuguesas: 1385-1490*, Porto: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990.

SOUSA, D. António Caetano de: *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, Coimbra: Atlântida, 1941.

– *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa* (rev. M. Lopes de Almeida e César Pegado), Coimbra: Atlântida, 1946-1954.

SOUSA, J. M.: Cordeiro de: «Álvaro Gonçalves de Cáceres leitor del Rei D. Afonso V de Portugal» (comunicação feita à 2.ª Asamblea de Estudios Extremeños realizada em Cáceres no mês de Outubro de 1949), em *Revista de Guimarães*, 62, Barcelos: Editora do Minho, 1952.

SOUSA, João Silva de: *A Casa Senhorial do Infante D. Henrique*, 1.ª ed., Lisboa: Livros Horizonte, 1991.

SUÁREZ FERNÁNDEZ, Luis: «Aragón y Portugal en la política de Don Álvaro de Luna», em *Revista de Archivos, Bibliotecas y Museos*, LIX, Madrid, 1953, pp. 117-134.

– «El Atlántico y el Mediterráneo en los objetivos políticos de la casa de Trastámara», em *Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*, 1951.

– «De la crisis del siglo XIV a la reforma», em *Historia Universal*, t. IV, Eunsa.

– *Historia de España: Los Trastámara y los Reyes Católicos*, vol. 7, Madrid: Editorial Gredos, 1985.

– «Los Trastámaras de Castilla y Aragón en el siglo XV (1407-1474)», em *Historia de España* (dir. Ramón Menendez Pidal), t. XV, Madrid, 1964.

– *Relaciones Entre Portugal y Castilla en la Época del Infante Don Enrique*, Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 1960.

TAVARES, Maria José Ferro: «A moeda portuguesa de 1383 a 1481», em *História de Portugal* (dir. de José Hermano Saraiva), vol. 2, pp. 283-291.

THOMAZ, Luis Filipe: «Le Portugal et l'Afrique au XV[e] siècle: les debuts de l'Expansion», em *Le Portugal du XV[e] siècle. Actes du Coloque*, Paris: Fundação Calouste Gulbenkien, 1989.

TREPPO, Mario del: «L'Espansione catalano-aragonese nel Mediterraneo», em *Nuove Questione di Storia Medioevale*, Milão, 1964.

TUÑÓN DE LARA, Manuel (dir.): *História de Espanha* (coord. María Carmen García-Nieto), Paris e Barcelona: Labor, 198-.

VAL VALDIVIESO, Isabel del: «Fernando II de Aragón, Rey de Castilla», em *Fernando II de Aragón el Rey Católico*, Zaragoza: Instituición Fernando el Católico, CSIC, 1996.

VALDEÓN BARUQUE, Julio (coord.): «La herencia del trono», em *Isabel La Católica y la Política*, Valladolid: Instituto de Historia Simancas, 2001, p. 15-51.

– *Isabel la Católica Princesa (1468-1474)*, Valladolid: Instituto de Isabel La Católica de Historia Eclesiástica, 1974.

– «Las participaciones medievales en los tratados de los reinos hispánicos», em *El Tratado de Tordesillas y Su Proyección*, t. I, Valladolid, 1973.

– VALDEÓN BARUQUE, Julio; José María SALRACH, Javier ZABALO: «Feudalismo y consolidación de los pueblos hispánicos (siglos XI-XV)», em *Historia de España* (dir. Manuel Tuñón de Lara), vol. IV, Barcelona: Editorial Labor, 1983.

VALERA, Mosén Diego de: *Memorial de Diversas Hazañas Crónica de Enrique IV*, Madrid: Espasa-Calpe, 1941.

VASCONCELOS, Carolina Michaelis de: *Tragédia de la Insigne Reina Doña Isabel*, Coimbra, 1922.

VASCONCELOS, Frazão de: *Alguns Subsídios Sobre Álvaro Lopes de Chaves, Secretário dos Reis D. Afonso V e D. João II*, Lisboa: J. A. A. F. de Vasconcelos, 1936.

VICENS VIVES, J.: «Los Trastámaras y Cataluña (1410-1479)», em *Historia de España* (dir. Menéndez Pidal), Madrid, 1964.

VIEIRA, Alberto: «O infante e a Madeira», em *Mare Liberum*, 7, Março, 1994.

VILLAR, Pierre: *História de Espanha* (trad. Maria Clarinda Vaz), Lisboa: Livros Horizonte, 1971.

VITERBO, Sousa: «A cultura intellectual de D. Affonso V», em *Archivo Histórico Portuguez*, 2, Lisboa, 1904.

– «D. Leonor de Portugal, imperatriz da Alemanha: Notas documentaes para o estudo desta princesa e para a história das relações da corte de Portugal com a casa da Áustria», em *Archivo Histórico Português*, VII e VIII.

– *A Livraria Real Especialmente no Reinado de D. Manuel: Memória Apresentada à Academia Real das Sciências de Lisboa*, Lisboa: Typ. da Academia, 1901.

ZURARA, Gomes Eannes de: «Chronica do Conde D. Duarte de Menezes», em *Collecção de Livros Inéditos de História Portugueza*, t. III, Lisboa, 1973.

– *Crónica da tomada de Ceuta* (introd., selec. e notas de Alfredo Pimenta), Lisboa: Livraria Clássica de A. M. Teixeira, 1942.

– *Crónica de Guiné: segundo o manuscrito de Paris* (introd., notas e glossário de José de Bragança), Porto: Civilização, 1973.

– *Crónica do descobrimento e conquista da Guiné* (notas, glossário e introd. de José de Bragança; [Porto]: Civilização, 1937.

Índice

1. A época de D. Afonso V 5
1.1. O Norte da Europa 12
1.2. A Europa mediterrânica 33
1.3. A península ibérica 50

2. Portugal de D. Afonso V 71
2.1. Da morte de D. Duarte a Alfarrobeira 71
2.2. A expansão atlântica 132
2.3. A conquista marroquina 156
2.4. A Europa na política afonsina 171
Borgonha [173]. França [175]. Inglaterra [176]. Hansa [178]. Itália [182].
2.5. O problema sucessório de Castela 184
2.5.1 Conflito entre D. Afonso V e os Reis Católicos [184].
2.5.2. Os antecedentes da Batalha de Toro [212].
2.5.3. A Batalha de Toro [220].
2.5.4. No epílogo de Toro [224].
2.5.5. Participantes portugueses em Toro ao lado de D. Afonso V [233].
2.5.6. Castelhanos apoiantes de D. Afonso V (1474-1479) [243].
2.6. A viagem de D. Afonso V a França 249
2.7. Os derradeiros anos do reinado de D. Afonso V 259
2.8 Acontecimentos após França 263

3. A sociedade cortesã 279
3.1. Os elementos centrais da corte 280
3.1.1. O rei D. Afonso V [280].
3.1.2. D. Isabel [297].
3.1.3. Os infantes [308].
O príncipe D. João [308]. A princesa santa Joana [311].
3.2. Outros elementos da família real e da corte 314
D. Fernando, duque de Viseu [314]. D. Leonor [318]. D. Joana [319]. D. Catarina [320]. Pedro, duque de Coimbra [320]. Henrique, duque de Viseu [324]. D. João [325]. Isabel, duquesa da Borgonha [326]. D. Fernando [327]. Afonso, duque de Bragança [327].
3.3. Nobreza que acompanhou D. Afonso V 329

4. Os espaços fixos e itinerantes da corteA corte de D. Afonso V: o tempo e os homens 341

Bibliografia 363